



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS: CULTURAS E PODERES

ANA PRISCILA DE SOUSA SÁ

**EM TORNO DE VARNHAGEN.
HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO NO BRASIL OITOCENTISTA**

SÃO LUÍS – MA
2019

ANA PRISCILA DE SOUSA SÁ

**EM TORNO DE VARNHAGEN.
HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO NO BRASIL OITOCENTISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Dr. João Batista Bitencourt

Linha de pesquisa: Linguagens, Religiosidades e Culturas

SÃO LUÍS – MA
2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Sá, Ana Priscila de Sousa.

Em torno de Varnhagen. : História e construção da nação no Brasil oitocentista / Ana Priscila de Sousa Sá. - 2019. 360 p.

Orientador(a): Dr. João Batista Bitencourt.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA, 2019.

1. História. 2. Império do Brasil. 3. Nação compacta. 4. Varnhagen. I. Bitencourt, Dr. João Batista. II. Título.

ANA PRISCILA DE SOUSA SÁ

**EM TORNO DE VARNHAGEN.
HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO NO BRASIL OITOCENTISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em História.

APROVADA EM: 25/06/2019

BANCA EXAMINADORA

Dr. João Batista Bitencourt (Orientador)
PPGHIS – Universidade Federal do Maranhão

Dr. Temístocles Cezar (Examinador Externo)
PPGH – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr. Lyndon de Araújo Santos (Examinador Interno)
PPGHIS – Universidade Federal do Maranhão

Dr. Marcus Vinicius de Abreu Baccega (Suplente)
PPGHIS – Universidade Federal do Maranhão

Agradecimentos

Aos que fizeram parte de meu percurso pela Ilha, agradeço a minha família por finalmente entender que meus projetos são outros. Em especial, sempre serei grata a minha mãe, que desde cedo se preocupou que eu estudasse para “ser alguém na vida”, tendo um futuro melhor do que as nossas condições permitem. Estou aqui por mim e por nós três.

Na minha pequena aventura rumo ao Mestrado em São Luís, preciso citar pessoas sem as quais não teria sido possível. Ao Robson, agradeço muito ter me arranjado um lugar para ficar e me acompanhando durante toda a semana da Seleção numa cidade onde não conhecia ninguém mais além dele. Não menos, obrigada pela sua confiança em mim que, desde o início, foi muito maior que a minha. À Alinny Valentim serei infinitamente grata pela confiança e bondade de ter me recebido em sua casa, ainda que nunca tivesse me visto antes. Obrigada por apenas ter me estendido a mão. Continuará verdadeiro o adágio dos últimos anos: “A vida é combate”. O agradecimento se estende ao Luan Amorim.

Ao professor João Batista Bitencourt, agradeço a orientação “livre” e paciente, sem suas observações, sugestões, correções, etc., este trabalho teria ainda mais problemas. Este é um resultado final, mas também provisório, porque sempre é possível aprimorar o trabalho e a mim mesma. Aprender e insistir, eis a questão.

Agradeço os professores Lyndon de Araújo Santos e Marcus Baccega pelas considerações e sugestões no Exame de Qualificação. Na medida do possível, busquei acolhê-las nesta Dissertação.

Na Banca de Defesa, agradeço novamente ao professor Lyndon de Araújo Santos, que acompanhou este trabalho desde a disciplina de Seminário de Pesquisa (2017). Agradeço a gentileza do professor Temístocles Cezar (UFRGS) em aceitar avaliar esta Dissertação. Lembro-me que lhe enviei um acanhado e-mail ainda em 2014, pedindo algumas dicas sobre o que poderia fazer com meu trabalho, pois tinha interesse em tentar o Mestrado algum dia. Na ocasião, não apenas me respondeu como mandou os livros *Varnhagen no caleidoscópio* e a *Correspondência ativa* como forma de fazer o trabalho “seguir em frente”. Os dois livros foram essenciais para a feitura do Projeto e da Dissertação e, sim, estou seguindo. A presença de ambos é uma honra e um compromisso de melhorar o trabalho futuro.

À Diele Sousa, agradeço a amizade, por me ter aberto as portas de sua casa e me apresentado a São Luís que conhece. Continuo acreditando que “somos feitos da matéria dos sonhos” e que aqui é só um começo. À Pryscylla Cordeiro, agradeço a amizade e confiança desde 21/03/17, início das aulas. Fomos as primeiras a chegar! Obrigada por compartilharem suas inquietações e entenderem as minhas.

Aos demais amigos e amigas da turma 2017-2019: Ana Livia, Karen, Karol, Mariana, Jefferson, Marcos Paulo, Fernando, Mayjara, Alexandro, Camila e Pablo, agradeço o carinho, compartilhando manhãs, tardes, experiências, besteiras, livros, expectativas, frustrações, sorrisos, reclamações... e demoradas filas do R.U.!

Não poderia deixar de expressar minha gratidão ao professor Johny Santana de Araújo (UFPI), que me apresentou o *Visconde* e seu *Memorial* quando meu tempo passava sem definir o objeto de pesquisa. Seu encanto pela história e pelo “século-chave” sempre será lembrado: desde então venho encontrando o meu. Igualmente, agradeço a confiança do professor Gleison Monteiro (UFPI). Não faz muito tempo, li um “qualquer coisa, pode me escrever”, isso não é pouco e eu não esqueço. Agradeço o professor Dilton Araújo (UFBA), que gentilmente aceitou ler o Projeto lá em 2015, fazendo ótimas observações que busquei aproveitar da melhor maneira possível. Tenho algumas dívidas e, de algum modo, este trabalho é o que posso oferecer em “pagamento”.

À Cristiana, agradeço o incentivo e apoio sincero desde que tomou conhecimento de minha “ideia fixa” do Mestrado. Depois de mim, talvez só você tivesse uma vaga ideia do que isso significava. Aos primos Lindório e Anderson & famílias, agradeço a acolhida em Teresina, quando corria atrás de uma vaga no Mestrado em História do Brasil da UFPI e por, mesmo cansados do trabalho do dia todo, irem se despedir. Em qualquer lugar estranho rostos familiares serão sempre bem-vindos. Ao primo Leonardo Pedro, agradeço a ajuda com o Abstract. Agradeço a Eliérson Moura e Kelly Leal por me disponibilizarem seus Projetos e pela acolhida desta última em Salvador, quando fiz a seleção da UFBA em 2015/2016.

Agradeço a Capes pelo auxílio financeiro que viabilizou a continuação de minha formação acadêmica. Não fosse a bolsa desde o início do curso, fazer o Mestrado teria sido impossível.

Para MaLu, pelo futuro.

Resumo: A pesquisa versa sobre o projeto nacional desenvolvido pelo historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, especialmente a partir do *Memorial orgânico*, obra publicada em Madri/Espanha entre os anos de 1849 e 1850, tendo a primeira parte (1849) reeditada parcialmente em 1851 na Revista Guanabara, do Rio de Janeiro. Entendendo o *Memorial* como um projeto político escrito por um historiador, importa compreender a concepção de história de Varnhagen e o que o mesmo considerava os *dotes* necessários ao historiador, ou seja, como deveria ser escrita a história do Brasil em meados do século XIX, e suas ideias políticas expostas no citado opúsculo. Produzido num contexto de centralização do poder imperial no Segundo Reinado, o plano traçado no *Memorial* visava a organizar político-administrativamente o Império brasileiro em termos de território e população, temas fundamentais da agenda política do período. Paralelamente, a metade do Oitocentos assistiu às tentativas de profissionalização do ofício de historiador no Brasil, sobretudo a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição da qual Varnhagen foi sócio e onde se constituiu a imagem do Varnhagen historiador da nação. As reflexões acerca das temáticas propostas no trabalho partem das contribuições de diferentes autores, entre os quais destaco Arno Wehling, Manoel Salgado Guimarães, Reinhart Koselleck e Temístocles Cezar, para pensar a experiência histórica como a base sobre a qual repousou o projeto de construção de uma *nação compacta* e civilizada delineado por Varnhagen.

Palavras-chave: Varnhagen. História. *Nação compacta*. Império do Brasil.

Abstract: The research deals with the national project developed by the Brazilian historian Francisco Adolfo de Varnhagen, mainly from *Memorial orgânico*, a work published in Madrid, Spain, between 1849 and 1850, the first part (1849) being partially published in 1851 in Revista Guanabara, a magazine from Rio de Janeiro, Brazil. Considering the *Memorial* as a political project written by a historian, it is important to understand Varnhagen's conception of history and what he considered the necessary abilities for the historian, i.e., how the history of Brazil should be written in the mid-nineteenth century, and his political views exposed in the mentioned booklet. Produced in a context of centralization of imperial power in the Second Reign, the plan outlined in the *Memorial* aimed at politically and administratively organizing the Brazilian Empire in terms of territory and population, fundamental themes of the political agenda of that period. At the same time, half of the Eighties attended the attempts to professionalize the profession of historian in Brazil, especially from the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB), an institution in which Varnhagen was a partner and where the image of Varnhagen as a nation's historian was constituted. The reflections on the themes proposed in the work start from the contributions of different authors, among them Arno Wehling, Manoel Salgado Guimarães, Reinhart Koselleck and Temístocles Cezar, to think of historical experience as the basis on which relied the project of constructing a compact and civilized nation outlined by Varnhagen.

Keywords: Varnhagen. History. *Nação compacta*. Brazil's Empire.

Lista de figuras e quadros

Fig. 1: Capa da Parte I do <i>Memorial orgânico</i>	44
Fig. 2: Quadro de Varnhagen pintado por Frederico de Madrazzo	53
Fig. 3: Foto de Varnhagen (Viena/Áustria)	53
Fig. 4 e 5: Brasão do Império do Brasil	148
Fig. 6 e 7: Capa da Parte I do <i>Memorial orgânico</i> anotada por Varnhagen	189
Fig. 8 e 9: Mapa do Brasil – divisão em 19 departamentos	211
Fig. 10 e 11: Mapa da localização da nova capital	240
Fig. 12: Tela O último Tamoio	298
Quadro 1: Autores citados no <i>Memorial orgânico</i>	191
Quadro 2: Redivisão proposta por Varnhagen em 1849	212

Sumário

Ousando olhar de frente:

notas para uma Introdução_____12

Capítulo 1: *Eu, Francisco Adolfo de Varnhagen, nascido em Sorocaba*_____28

1.1 *Correspondência ativa, um Varnhagen por ele mesmo?*_____31

1.2 “um vistoso altar no templo da Minerva Americana”: Varnhagen, historiador da
nação_____49

Capítulo 2: Uma história nacional para o Império dos trópicos_____70

2.1 Varnhagen e a escrita da história em Portugal_____71

2.2 *Um sócio do Instituto Histórico do Brasil*_____88

2.2.1 “o passado nos pertence...”, “nós pertencemos ao
futuro”_____101

2.3 *Uma questão d’alta transcendência: os dotes necessários ao historiador*_____111

Capítulo 3: Varnhagen no século oscilatório_____137

3.1 *O brasão d’armas, a cruz da ordem de Cristo e a bela linguagem heráldica. A
Europa civiliza o Brasil*_____138

3.2 Um “arquiteto muito hábil” para o Império_____152

3.3 *Com o voto dos publicistas. Memorial orgânico oferecido...*_____180

Capítulo 4: Organizando o corpo do Império_____197

4.1 *Cuidando do formidável colosso do Império*_____198

4.1.1 *A questão da capital: marítima ou no interior?*_____227

4.2 *Atende-se mais ao Brasil: pensamento de organizá-lo. Outras palavras ao
Memorial orgânico e à Memória Da administração pública*_____245

Capítulo 5: Construindo a nação compacta_____264

5.1 *Dando o golpe mortal ao tráfico*_____264

5.2 Uma querela sobre o *selvagem*, ou Varnhagen contra os *falsos filantropos*_____285

5.3 *O homem branco brasileiro*_____312

5.4 Tal Estado, qual nação_____324

A nação compacta como projeto: ou maduramos, ou apodreceremos,

cinco pontos para uma (in)Conclusão_____336

Fontes e Bibliografia_____342

“O futuro não admite protelações”.

(Tavares Bastos, 1863)

Ousando olhar de frente
notas para uma Introdução

*é honra e não desar, o abalançar-se a
empresas grandes.
F. A. de Varnhagen, 1839*

Francisco Adolfo de Varnhagen elaborou um modelo de como deveria ser a nação brasileira, a ser construída em meados do século XIX. O historiador falava de um lugar específico. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), diplomata de longa carreira e protegido do Imperador, era um defensor da Monarquia constitucional e do governo de D. Pedro II, comprometido com a construção da nação.

Reiterando a indagação de Nilo Odália de 1979, o que significa ler, hoje, Varnhagen? Importa lê-lo porque em sua obra se encontram os elementos mais significativos da problemática política do Brasil no século XIX, o que já faz dela um documento histórico. Para Odália, toda grande obra histórica se transformaria, com o passar do tempo, em um testemunho histórico da época em que foi escrita¹. Ler Varnhagen significa entender suas limitações, de época inclusive, pois fazer história do Brasil hoje é diferente do que foi no seu tempo, e também entender que, mesmo datado (ou exatamente por isso), ele oferece os primeiros passos do processo de formação e legitimação de um conjunto de ideias que objetivavam a construção da nação. Suas interpretações acerca da história do Brasil eram fortemente impregnadas por questões políticas do momento, para cuja solução, acreditava ele, a história tinha uma contribuição a dar. Sua observação do passado era, portanto, pragmática. Segundo Manoel Salgado Guimarães, o mais importante paradigma da historiografia brasileira situada na tradição do Iluminismo daquela época foi a ideia de que da história era possível extrair lições para o presente². Esse modelo era praticado no IHGB, criado em 1838 com o objetivo de escrever a história nacional e do qual Varnhagen foi sócio desde 1839.

O momento de fundação do Instituto foi particularmente tenso na história do Império, era o final das Regências, encaminhando-se para a manobra que possibilitou a antecipação do início do Segundo Reinado, com uma retomada de liderança por parte do grupo que formaria o núcleo do futuro Partido Conservador, conhecido na historiografia como “Regresso Conservador”, datado, grosso modo, de 1837 e adentrando pela década de 1840. Desde o

¹ ODÁLIA, Nilo. **Varnhagen**. São Paulo: Editora Ática, 1979. p. 12.

² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 215.

início, o Instituto Histórico esteve relacionado às condições políticas dominantes no período, marcado pela defesa da unidade política, da Monarquia constitucional e o sistema unitário, considerada única saída política para o Brasil, cuja estabilidade se encontrava ameaçada pelas revoltas que varreram o Império ao longo das Regências. Um temor que se justificava, entre outros, pelo medo da fragmentação territorial, tal como ocorrido na antiga América espanhola, que era vista pelo Império com muita desconfiança, pela instabilidade e os conflitos civis. O Império também era visto com desconfiança por parte das novas Repúblicas, por ser uma Monarquia sob o governo de um descendente de dinastias europeias, Bragança-Bourbon-Habsburgo. A tentativa de profissionalizar a produção histórica no Brasil “nasceu”, portanto, muito vinculada à cena política, mas é importante enfatizar que a escrita da história no Brasil oitocentista não pode ser resumida como uma mera “utilidade” para o discurso político da unidade nacional, embora também não possa se desvincular disso. São processos distintos e convergentes. Na “operação historiográfica” do IHGB, que tinha um lugar, uma prática e uma escrita, valeu a assertiva de Michel de Certeau segundo a qual “enquanto falam *da* história, estão sempre situados *na* história”³.

O traço de pragmatismo que caracterizou a produção do Instituto, evidenciado logo no “Discurso” de inauguração pelo Primeiro-Secretário Januário da Cunha Barbosa, articulava-se a certa sobrevivência da ideia antiga de história *magistra vitae*, que legaria exemplos de conduta para a geração atual e posteriores. No dizer de Cunha Barbosa, o objetivo era “salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria, e os nomes de seus melhores filhos [...], pela glória nacional”⁴. A história seria, então, o tribunal da posteridade e o historiador, o juiz que distribuía sentenças. Mas, ao mesmo tempo em que exaltavam Cícero, o IHGB e Varnhagen revelavam preocupações com o método, a imparcialidade, a aferição da verdade contida nos documentos originais, isto é, aspectos que configuraram o moderno conceito de história e que deram ao século XIX a qualidade de “século da história”, dada a importância dos estudos históricos na construção/afirmação das identidades nacionais, grande preocupação daquele momento.

É preciso assinalar que Varnhagen não foi um saudosista do passado, mas buscou nas pesquisas históricas respostas para as questões do presente. Não era um retorno a algum tempo distante, mas o entendimento de que dele era possível extrair ensinamentos para resolver problemas do seu tempo, no seu tempo e numa projeção de futuro.

³ DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 4. Grifo do autor.

⁴ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, 1839. p. 10-13.

Ao lado das questões de seu momento histórico, outro fator que influenciava na forma como Varnhagen via a história era sua posição de monarquista convicto e fiel à dinastia Bragança. Convicção expressa no *Prefácio* do Tomo I da *História Geral do Brasil* (1854), quando confessou que:

politicamente, sendo por fortes convicções monarquistas, admiramos também a bela instituição das nossas assembleias anuais, fomentadoras da integridade da nação, atalaias do seu governo e fiscais dos próprios tributos; e rebelamo-nos sempre contra todo o exclusivismo de poderes, contra toda absurda tirania, contra todo arbitrário absolutismo, parta donde parta⁵.

Deste trecho é possível depreender algumas orientações políticas do historiador. Assumido defensor da Monarquia constitucional, pode-se falar em um conservadorismo reformista do liberal Varnhagen. Afastou-se do reacionarismo dos adeptos do Antigo Regime nas versões Absolutista ou da Monarquia tradicional, bem como do liberalismo radical representado pelo jacobinismo. Propôs mudar a sociedade para atingir a civilização, temendo a revolução social dos escravos e sem grandes concessões para a parcela majoritária da população. Tal conservadorismo correspondeu ao liberalismo moderado surgido em diferentes países e no Brasil a partir da “experiência republicana” das Regências⁶. Ao tempo em que pensava pelo prisma da conservação da ordem institucional e da unidade nacional, também defendeu as liberdades individuais e a iniciativa privada, contra as exagerações da tirania e a favor do aperfeiçoamento do modelo de governo via reformas político-administrativas. Todavia, se a pretensão era impactar significativamente a vida pública do país, a recepção ficou abaixo das grandes expectativas que transparecem na correspondência pessoal, por exemplo.

Da vasta obra varnhageniana, um trabalho em particular foi analisado mais detidamente nesta Dissertação: o *Memorial orgânico* de 1849 (primeira parte) e 1850 (segunda parte), escrito e publicado em Madri/Espanha e reeditado parcialmente em 1851 (ambas as partes em um texto condensado) na Revista Guanabara, do Rio de Janeiro. Nele, o projeto de nação delineado por Varnhagen teve sua forma e conteúdo programático mais metodicamente traçado. Como um programa de Estado que visava a reorganização político-administrativa nacional, em termos de território e população, uma proposta teórica

⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madri: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. X.

⁶ WEHLING, Arno. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 191.

complementada por um plano de ações⁷, o *Memorial* fez um diagnóstico dos *seis vícios capitais do Brasil* e propôs as *soluções e remédios*.

Postulou que a missão do jovem imperador D. Pedro II era ser o *organizador* do Império. Organizar, a propósito, é um verbo adequado para aludir ao *Memorial*, porque as medidas propostas nele, a saber, uma redivisão territorial, mudança da capital, abertura das comunicações, extinção do tráfico de escravos, civilização dos índios e colonização europeia por grupos, objetivavam organizar político-administrativamente o território e a população do Império. Um traço a se destacar desse conjunto era sua atualidade no debate político mais amplo, por serem questões que estavam na agenda política na metade do século. Acrescentasse, não apenas na agenda imperial, mas também das Repúblicas resultantes da fragmentação da América de colonização espanhola. Preocupações constantes da pena de *homens de letras* seus contemporâneos como Juan Bautista Alberdi, Andrés Bello, Lucas Alamán e outros, do Brasil ao México. Nesta Dissertação, tive a oportunidade de mostrar como algumas ideias de Varnhagen se aproximavam do pensamento de Alberdi em “Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina” (1852).

Para organizar o território, propôs uma *nova divisão em 19 departamentos*, a *mudança da capital para o interior* e a *abertura das comunicações gerais* para ligar as partes do Império. Articulando as ideias de integridade e integração, o plano traçado no *Memorial* sugeriu organizar o território em partes subordinadas ao todo, indicando a importância da centralidade ao racionalizar a inscrição do Estado no espaço, por meio da elaboração de um plano de defesa que conservasse as comunicações internas e pela transferência da capital para uma localização capaz de fomentar o desenvolvimento e resguardar o centro do poder⁸. Organizar a população brasileira, “enorme mosaico de diferenças cujas peças mal se acomodavam no Império emergente”⁹, demandaria muito esforço e *vontade política*. Então, lançou suas propostas para “solucionar” os imbróglios. A *extinção do tráfico de escravos*, a *civilização dos índios por tutela* e, corolariamente, a *colonização europeia*, ajudando o país a se impor como uma *nação compacta* e respeitável perante os países vizinhos e as potências europeias.

⁷ Ibid. p. 161.

⁸ PEIXOTO, Renato Amado. A máscara da Medusa: a perspectiva da centralidade e a construção da mitologia do espaço nacional. In: _____. **A máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX**. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. p. 335. Tomarei por base o proposto em 1849. A modificação realizada por Varnhagen em 1851, 22 províncias e não mais 19 departamentos (sem maiores explicações), será abordada no item 3.3 desta Dissertação.

⁹ JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 21, 2000. p. 439.

As seis medidas planejadas por Varnhagen buscavam fortalecer o Império, explorando o potencial do interior, povoando-o. Nesse sentido, escreveu ao Imperador que o empenho principal que lhe “guiou a pena do *Memorial Orgânico* foi promover desde já com a maior segurança possível a unidade e a integridade do Império *futuro*, objeto constante do meu cogitar”¹⁰. Portanto, o *futuro* do Império só seria possível se conservadas a *unidade* e a *integridade*, para um Império *futuro* grandioso.

Varnhagen movimentou uma gama de cientistas, filósofos, historiadores e juristas para embasar seu ponto de vista. Uma característica importante do *Memorial* foi a citação de vários autores ao longo do texto, desde a Antiguidade, como Heródoto e Aristóteles, passando pela teoria do clima em Montesquieu e o direito internacional de Emmerich de Vattel no século XVIII, até os trabalhos do geógrafo e viajante Alexander von Humboldt e o jurista venezuelano Andrés Bello no século XIX. Dentre esses interlocutores suponho ser o jurista suíço Vattel um dos mais importantes a dar suporte à ideia de que toda nação deve primeiro conhecer-se para poder se aperfeiçoar. No tratado “O direito das gentes” (1759), Vattel defendeu que conservar-se e aperfeiçoar-se é a soma de todos os deveres que uma nação tem para consigo mesma, para que não falte a si própria¹¹. Neste lastro, Varnhagen disse que o *espírito de imitação* ou *falta de vontade política* eram grandes responsáveis pelo “atraso” do Brasil, por isso declarou: “acabemos de uma vez como mau hábito de estarmos sempre a traduzir leis e a citar a Inglaterra e a macaquear os Estados Unidos”¹².

Seu incômodo em ver o Império “estacionado” no tempo se explicava, entre outros elementos, pela estrutura temporal predominante desde fins do século XVIII e ao longo do século XIX no mundo ocidental, cuja gênese tem relação com a emergência do mundo moderno. Se um dos principais aspectos que definiram a concepção de tempo estruturada no mundo moderno foi a busca do progresso, e quanto mais rápido se atingisse esse futuro mais a sociedade atingiria o progresso material, social, político¹³, é possível que o incentivo para escrever o *Memorial* tenha sido o fato de o Império, passados 27 anos da Independência, encontrar-se *quase na mesma*, o que representava um “atraso”, impossibilitando-o de se tornar uma nação civilizada. Logo, ele não ignorava os problemas com os quais se defrontava o país.

¹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 246. Grifo do autor.

¹¹ VATTTEL, Emmerich de. A nação considerada em si mesma (Livro I). In: _____. **O direito das gentes**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. p. 164. Capítulo II: Princípios gerais dos deveres de uma nação para consigo mesma, 14. – Conservação e perfeição de uma nação.

¹² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 4.

¹³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 321.

A presença de Vattel se manifestou ainda em outras ideias como a de que o soberano deve conhecer a nação, o fomento à agricultura e o desenvolvimento do comércio interno, o não pertencimento da terra aos índios e na própria ideia de nação enquanto organismo. Sobre esta última, Varnhagen a traduziu como *nação compacta* em uma metáfora biológica: a nação constituía um organismo no qual os elementos – os diferentes órgãos e membros – cumpririam funções em decorrência de um plano natural, o que explica a adjetivação do título do *Memorial: orgânico*¹⁴.

Acompanhando o “espírito” do tempo, a obra de Varnhagen tomou a forma da história: se envolveu em polêmicas, escreveu peça de teatro e organizou coletânea de poesias com temáticas históricas, mesmo se o escopo fosse “literário”. Aliás, no interior do Instituto a fronteira entre literatura (romântica indianista, acrescentaria) e história era tênue. Varnhagen escreveu história, Gonçalves de Magalhães, idem. Não se tratava, pois, de repetir o passado, mas de entendê-lo e buscar nele um sentido para o futuro. Os bons exemplos eram inspiração, os “erros”, perigos a serem evitados. Daí o interesse pelas biografias de *brasileiros ilustres*.

Tendo sido ele mesmo (ou transformado em?) um *brasileiro ilustre*, Varnhagen elaborou uma ideia de nação para o Brasil e, nesse sentido, o *Memorial orgânico* trouxe um diagnóstico pouco animador e um prognóstico mais otimista. Ao elencar os *seis vícios capitais* com os quais sofria o Império, lamentou que o maior *vício* talvez fosse o desconhecimento do Brasil a respeito do próprio Brasil. Desse problema fundamental emergiam outros como a falta de mapas confiáveis para a realização de uma circunscrição territorial adequada e melhor delimitação de fronteiras, a aprovação e aplicação de leis pouco ou nada adequadas à realidade nacional, o atraso na *colonização* dos imensos vazios do interior, a permanência do impasse quanto à questão dos índios, fator que atrapalhava a civilização do país. Em sua opinião, tais óbices impediam a construção de uma *nação compacta*. Havia, portanto, um sentido teleológico: realizadas determinadas ações, chegar-se-ia ao fim já esperado/conhecido, ou “destinado”, para o qual se estava marchando.

Todavia, não significa que o autor tenha proposto um tempo todo homogêneo, evoluindo da barbárie à civilização. Temístocles Cezar ressaltou que o tempo na obra varnhageniana se movia constantemente, mas não em sentido único, de modo que gestos de barbárie e civilização poderiam ser encontrados de 1500 até o momento em que escrevia¹⁵.

¹⁴ WEHLING, Arno. Op. Cit. p. 193.

¹⁵ CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 188. Continuou Cezar: “As diferentes dimensões temporais articuladas pelo historiador, quando reconfiguradas pelo leitor, instituem o que se pode designar um *tempo da nação*, que, tal qual ela mesma, como

Uma *nação compacta* implicaria em uma unidade nacional: unidade de governo, unidade do território, unidade da população. Estado, Monarquia e integridade foram noções centrais no pensamento varnhageniano, formando um núcleo dominante das temáticas tratadas nas obras, fossem elas de cunho histórico, político ou literário. A defesa da unidade nacional, manifestada no governo monárquico e garantida pelo Estado, constituía a espinha dorsal do projeto nacional por ele concebido. Nessa espécie de “trindade varnhageniana”, história, Monarquia (Estado) e nação eram elementos imbricados. A história poderia fornecer o substrato para que a Monarquia construísse e zelasse pela nação.

O ideal monárquico asseguraria a unidade, por isso a necessidade de um Estado forte e centralizado que se apresentasse como “epicentro da nação”, elemento organizador e aperfeiçoador pedagógico da sociedade, porque representava a civilização, a lei e a ordem; já sua ausência, a selvageria, o predomínio da força e a desarticulação social¹⁶. O Estado se apresentava como instrumento para preencher o vazio formado entre a ex-colônia e a nação emergente, num momento repleto de incertezas em que a unidade nacional era antes um projeto do que uma realidade, não havia propriamente uma consciência popular e a população, híbrida, partilhava um horizonte que basicamente não ultrapassava os limites de cada província. Assim, a tarefa era unir o que estava disperso,

assegurar os direitos adquiridos, acomodar as divergências, projetar para o futuro o que ainda não existe e erigir o Estado como mentor e arquiteto onipotente que presidirá como magistrado e educador a consecução dos trabalhos de tornar realidade o que se projeta¹⁷.

Enfeixadas por Varnhagen em sua reflexão sobre o futuro do Império, ao menos essas três ideias fundamentais se cruzaram no *Memorial* e, por extensão, em sua obra como um todo: centralismo, estatismo monárquico e nacionalismo.

Para o autor, o “todo” devia prevalecer em detrimento das “partes”, o *bairrismo* era pernicioso, porque impedia a criação e difusão de um sentimento de pertencimento verdadeiramente nacional. A nação era algo que se construía naquele momento histórico, por meio da *vontade política* e cujos antecedentes mais remotos ele identificou na literatura árcade e, sobretudo, nas lutas contra os holandeses no século XVII¹⁸.

entidade política, estava em permanente mutação. Esse tempo irrequieto, contudo, foi domesticado pelos inventores da suposta estabilidade monárquica”.

¹⁶ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 86.

¹⁷ ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 63-64.

¹⁸ WEHLING, Arno. A trajetória: o historiador diplomata e o diplomata historiador. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 27. Jaime

Por que território e população? O território era a propriedade mais valiosa do Império, o *formidável colosso*, e uma população compacta, um dos pressupostos para que ele fosse alçado ao status de nação civilizada. Território definido e defendido e população homogênea formariam a base do “país que tanto promete”¹⁹, na definição de Karl von Martius.

Como muitos contemporâneos, Varnhagen entendeu que o povo brasileiro, base fundamental para a constituição de uma nação, inexistia diante da heterogeneidade de sua população e “o que fazer” era a pergunta a ser respondida. Posto que o Império do Brasil não era um bloco monolítico, mas um país onde as diferenciações e desigualdades eram reproduzidas e conservadas mormente pela permanência da escravidão, compreendi o *Memorial* enquanto “projeto” que, como tal, pressupunha dois movimentos complementares: idealização e construção. Como salientou Nilo Odália, um projeto,

enquanto idealização, consubstancia os ideais e anseios do grupo social ou dos grupos sociais capazes de compreender o que representa o sentimento nacional e a nacionalidade para seus próprios fins; enquanto construção, ele demanda que se possuam os instrumentos políticos e persuasórios adequados para que se possa transformar a massa heterogênea em um povo que se determina, um território imenso e sem unidade, num país e numa nação²⁰.

Foi partindo dessa idealização que Varnhagen vislumbrou uma construção. Um vislumbre partilhado com muitos letrados e estadistas. Mas, entre uma nação “ideal”, que se pretendia “oficial”, havia uma nação “real”. A nação “real” era a que ele denunciava como portadora dos *males* para os quais propôs os *remédios*. Partindo de abrangente conhecimento histórico e geográfico, o Varnhagen do *Memorial* foi o pensador político e, principalmente, o historiador.

Outras palavras sobre este trabalho

Dentre os estudos sobre a obra de Varnhagen, destaco agora autores que escreveram sobre o *Memorial*. Em outros textos citados ao longo da Dissertação o opúsculo apareceu de

Pinsky escreveu que a obra de Varnhagen procurou passar a ideia de uma nação já constituída, não mais em construção como de fato ocorria, o que não faz sentido, posto que, se Varnhagen entendesse o Brasil enquanto nação já estabelecida, trabalhos como a *História Geral* e o *Memorial* seriam desnecessários. Em seguida, Pinsky completou dizendo que a “História geral do Brasil é o momento decisivo do surgimento da nação brasileira... no papel”. Pois bem, se a nação “surgiu” na *História Geral*, como Varnhagen já lhe dava por constituída antes, como exposto em seu argumento inicial? O próprio ato de escrever uma história nesses moldes não era um “meio” de ir construindo o que, de fato, não existia, ou só existia no “papel”? Ver: PINSKY, Jaime. Nação e ensino de história no Brasil. In: _____. **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 13-15.

¹⁹ MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan./mar. 1845. p. 382.

²⁰ ODÁLIA, Nilo. Op. Cit. p. 44.

forma lateral, mencionado vagamente, ocupando um item ou no máximo um capítulo do trabalho.

Em “Recursos discursivos retóricos no ‘Memorial Orgânico’ de Francisco Adolfo de Varnhagen” (2005), Laura Nogueira Oliveira mostrou como Varnhagen, ao se apresentar como um patriota que se entregava ao sacrifício da censura alheia na defesa de ideias justas, utilizou de uma estratégia retórica de convencimento do leitor. Varnhagen informou que as proposições apresentadas não visavam a sua autopromoção e lembrou que nas edições de 1849/1850 optou por ficar de *viseira calada*.

A Dissertação de Leandro Macedo Janke (2009), “Lembrar para mudar: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta”, foi um estudo mais longo e detalhado, detendo-se na exposição de notas biográficas sobre o historiador sorocabano e na análise das proposições feitas no opúsculo. Janke enfatizou a atuação dos dirigentes saquaremas na construção do Estado imperial e seu esforço em consolidar uma única direção para todo o território e população do Império.

Nos ensaios “O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen publicista e pensador político” (2013), “Varnhagen: história, diplomacia e um projeto para o Brasil” e “A trajetória: o historiador diplomata e o diplomata historiador” (2016), Arno Wehling destacou a reflexão estratégica expressa por Varnhagen no opúsculo, no que seria um pensamento diplomático na obra do autor, aspectos advindos particularmente de sua formação em engenharia militar, aliado a um profundo conhecimento da história e geografia do Brasil. Wehling classificou o *Memorial* como uma obra de reflexão política que se destacaria da temática dominante na obra do autor, isto é, o enfoque na abordagem histórica²¹.

Esse argumento é útil se pensar a abordagem geral do opúsculo, que realmente se debruçou sobre questões políticas em debate na metade do Oitocentos. No entanto, é possível perceber que o que apoiou a discussão dessas questões foi a recorrência à experiência

²¹ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 51. _____. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 160. A alcunha “saquarema” se referia, fundamentalmente, a um grupo de políticos conservadores da província fluminense ligados à cafeicultura, mas logo se generalizou de modo a abranger os conservadores de todo o Império. Segundo Ilmar de Mattos, o termo “saquarema” surgiu em alusão a um evento político ocorrido na vila de Saquarema, Rio de Janeiro, onde o candidato Padre José de Cêa expediu uma ordem que autorizava até o assassinato de eleitores que recusassem as listas do governo. Os chefes conservadores Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Sousa, que possuíam familiares, terras e escravos naquela área, teriam conseguido livrar seus protegidos dos desmandos daquela autoridade. A partir de então, “saquarema” passou a denominar os protegidos deles. Com o tempo foi ganhando sentido depreciativo, significando “protegido” ou “favorecido”, todavia, sempre guardou o traço marcante de, mais que a qualquer outro, designar os conservadores fluminenses. Ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 106-108.

histórica. O conhecimento histórico foi utilizado como um instrumento orientador do plano do autor, fato observável pelas várias recorrências a eventos passados e pensadores antigos, até como forma de justificar a correção de suas proposições. Quando defendeu a mudança da capital para o interior, por exemplo, recordou a invasão do Rio de Janeiro por René Duguay-Trouin; a revolta dos escravos no Haiti era uma lembrança para que o Império extinguisse o tráfico atlântico. O uso da experiência histórica, *tópos magistra vitae* e suas variações mais ou menos explícitas, é perceptível ao longo do opúsculo.

Tendo em vista que a obra de Varnhagen foi/é muito estudada, porém nem tantos trabalhos deram a devida atenção ao *Memorial*, a proposta foi contribuir com uma leitura sobre a temática em questão, chamando atenção para sua relevância no conjunto da obra varnhageniana e, por extensão, da historiografia brasileira oitocentista. Por relevância do *Memorial orgânico* entendi a necessidade de compreendê-lo como um projeto político escrito por um historiador, que veio a ser chamado “pai” da moderna historiografia brasileira e que foi produzido num momento importante da história do Brasil, o período de consolidação do Estado imperial em meados do século XIX.

Para complementar a pergunta que iniciou o item anterior (o que significa ler, hoje, Varnhagen?), talvez seja necessária outra. Num artigo de 1967, Américo Jacobina Lacombe lançou o seguinte questionamento: se Varnhagen foi um escritor “sem sutileza” e “elegância de expressão”, apontamento feito em todos os elogios biográficos, qual a explicação para a durabilidade de sua obra?²² Remodelando a indagação para o trabalho aqui apresentado, para que estudar Varnhagen, especialmente seu *Memorial orgânico*? A pergunta não é fora de propósito. Na historiografia brasileira, Varnhagen é um autor acerca do qual aparentemente já se escreveu “tudo”, mas dentre as claras limitações de que sofre tal argumento, duas me parecem mais patentes. A primeira (e primária) é a impossibilidade de se ter escrito tudo a respeito de qualquer assunto, ainda mais se considerado o fato de ainda haverem trabalhos do autor sobre os quais pouco ou nada se estudou, pois permanecem sendo encontrados novos manuscritos que nunca foram publicados ou traduzidos para o português.

Alguns exemplos. Apenas recentemente foi editada a *Memória Da administração pública* (2015). Sem assinatura e data, é provável que este manuscrito seja do início da década de 1840, quando o autor lutava para recuperar a cidadania brasileira e se engajava no serviço público do Império. Varnhagen nunca publicou este trabalho, que tem uma proximidade com o conteúdo do *Memorial orgânico*. Outra obra inédita é o relato de viagem *Grande jornada a*

²² LACOMBE, Américo Jacobina. As ideias políticas de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 275, p. 135-154, abr./jun. 1967. p. 138.

vapor: quinze estados em 14 dias, encontrado em meio à massa de manuscritos da Coleção Varnhagen do Arquivo do Itamaraty, onde fica a biblioteca pessoal do historiador. Apareceu somente em 2013, na coletânea “Varnhagen no caleidoscópio”. Seu último trabalho sobre a questão dos índios, *A origem turaniana dos tupi-caraíbas...*, publicada originalmente em francês em 1876, foi traduzida e publicada no Brasil também na referida coletânea.

A segunda limitação se daria pela exigência de um maior conhecimento da própria obra do autor e da produção posterior acerca dela. Não é difícil constatar a extensa bibliografia sobre os trabalhos de Varnhagen, no entanto, há certa “concentração” num trabalho específico, a *História Geral do Brasil* (1854-1857-1877)²³. Isso não quer dizer que há uma exclusividade de interesse pela *História Geral*, reconhecida pelo próprio autor como sua obra que passaria à posteridade, mas sim que outros trabalhos ficam um tanto para um segundo plano em estudos mais amplos, aparecendo menos que esta. Um exemplo é o próprio *Memorial*, frequentemente esquecido.

Varnhagen interpretou o passado e ofereceu soluções para problemas de sua época, conseguindo impor certas interpretações da nação brasileira. Estudar Varnhagen significa perceber que temas que afloraram em sua obra se tornaram constantes na historiografia brasileira até as primeiras décadas do século XX, entre eles a centralização do poder político, a organização do Estado e seu papel na condução do processo de construção da nação e do homem brasileiro²⁴. Estudar seu *Memorial*, por último, significa compreender sua visão de mundo ao revelar preocupações dominantes no Brasil oitocentista.

Trata-se, portanto, de um trabalho com a História da Historiografia. Refletindo a respeito do “lugar” desta no cenário amplo dos estudos históricos, Valdei Lopes afirmou que a História da Historiografia se preocupa com as condições de possibilidade do conhecimento histórico. Desse modo, ela teria como objeto próprio “pensar as diferentes formas de acesso ao passado e como a experiência histórica revelada nesses momentos pode ser atingida por uma investigação das formas de continuidade e descontinuidade” históricas²⁵.

Como recordado por Manoel Salgado Guimarães, a disciplina história tem a sua história, produto de embates, tensões, disputas por memória, construindo uma memória

²³ Entre essas obras estão: REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC (2006); SILVA, Taíse Quadros da. **A reescritura da tradição**: A invenção historiográfica do documento na História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen 1854-1857 (2006); TAVARES, Thiago. **O discurso colocado em órbita**: Francisco Adolfo de Varnhagen e sua História Geral do Brasil (2010); SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil 1854-1877 (2011).

²⁴ ODÁLIA, Nilo. **Varnhagen**. São Paulo: Editora Ática, 1979. p. 14.

²⁵ ARAUJO, Valdei Lopes. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 12, ago. 2013. p. 41.

disciplinar que tende a canonizar autores e obras, constituindo o panteão dos clássicos nacionais²⁶. Varnhagen é um dos “clássicos” da história da história do Brasil, e ainda que se possa reclamar sua posição de destaque, parece continuar válido o enunciado de José Honório Rodrigues segundo o qual ninguém pode se graduar em história do Brasil sem o ter lido²⁷. O próprio Capistrano de Abreu se desincumbiu da tarefa de “superar” a *História Geral*, dizendo ser esse o trabalho para outro historiador “iniciado no movimento do pensar contemporâneo”²⁸. Nesse sentido, é preciso ressaltar que não fosse o esforço rigoroso de Abreu junto com Rodolfo Garcia de anotar e reeditar a *História Geral*, talvez Varnhagen não tivesse ganhado notoriedade por um bom tempo e sua obra tivesse mesmo se transformado num “dicionário de arcaísmos”²⁹, como o primeiro decretara num ensaio de 1882.

Nos dias de hoje, a julgar pelos trabalhos que volta e meia são defendidos em Programas de Pós-Graduação Brasil afora, Varnhagen vai muito bem de lembrança e (veja só) reconhecimento. Certa vez, encontrei um texto que analisava crítica ambiental em sua obra!

Cumprе agora falar a respeito das fontes utilizadas na pesquisa.

Foram utilizadas as três edições do *Memorial orgânico* (1849, 1850, 1851), até para observar as possíveis modificações realizadas entre elas. Sobre as edições de 1850 e 1851, trabalhei com os textos publicados no século XIX, disponíveis digitalmente (Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional e Minhateca, respectivamente), quanto à edição de 1849, foi usado o texto original saído no livro também intitulado *Memorial orgânico* e publicado em

²⁶ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 97.

²⁷ RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. In: _____. **História e historiografia**. Petrópolis, RJ: 2008. p. 151-152.

²⁸ ABREU, Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaio e Estudos**. 1ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 140. Foi originalmente publicado nas edições dos dias 16 e 20 de dezembro de 1878 do Jornal do Comércio, Rio de Janeiro. Recentemente, Lucia Guimarães escreveu que, para alguns comentadores, o trabalho de Capistrano de Abreu sobre o Brasil colonial superou a segunda edição da *História Geral*, em que se sobressai a temática da colonização. A questão está em que esses estudiosos não levam em consideração o diálogo que Abreu manteve com Varnhagen, de modo que, se aquele pode ser chamado de “historiador do povo” (qualitativo dado por José Honório Rodrigues), o segundo foi o historiador do Estado, complementando-se em suas perspectivas distintas. Ver: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Org.). **Os historiadores: clássicos da história do Brasil**. v. 4. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora da PUC, 2018. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=6PhNDwAAQBAJ&pg=PT7&hl=ptBR&source=gbs_toc_r&cad=2#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 3 out. 2018. s/p.

²⁹ ABREU, João Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaio e Estudos**. 1ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 214. Segundo Vitor Claret Batalhone Júnior, as anotações realizadas por Abreu e Garcia colaboraram no processo de instituição discursiva de Varnhagen enquanto a autoridade fundamental da historiografia brasileira durante aproximadamente um século, quando da publicação da quarta edição da *História Geral* anotada por Garcia. Ver: BATALHONE Jr., Vitor Claret. **Uma história das notas de rodapé**: a anotação da História geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953). 123 p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

2016 pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), por ocasião do bicentenário de nascimento do autor. Também foram trabalhadas outras obras de Varnhagen, importantes para compor um quadro mais amplo sobre seu pensamento e perceber, entre outros aspectos, a permanência de temas como a unidade nacional e a construção de uma nação civilizada, tendo a experiência histórica como fio condutor da narrativa.

As cartas utilizadas nesta Dissertação fazem parte de dois conjuntos de documentos: a *Correspondência ativa* de Varnhagen, com 242 cartas dirigidas a amigos, membros do IHGB e do Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Imperador D. Pedro II, coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa e publicada em 1961, e, em menor escala, a correspondência ativa e passiva de Varnhagen, cartas e ofícios trocados entre ele e seus superiores no serviço diplomático do Império durante sua estada na Legação sul-americana, organizada por Arno Wehling e publicada no livro “A Missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico: 1863-1867”, de 2005.

Os necrológios e outros trabalhos de caráter biográfico auxiliaram no entendimento da ideia que se formou em torno de um Varnhagen “pai da historiografia brasileira”, ao tempo em que alguns “textos de fundação”, na expressão de Guimarães, foram importantes para pensar o modo como foi articulada a produção histórica no Brasil imperial, a partir do IHGB, pois lançaram as bases da escrita da história brasileira oitocentista³⁰. Tais trabalhos foram utilizados conforme sua melhor adequação ao proposto em cada Capítulo da Dissertação.

Tendo Varnhagen escrito dentro e para um contexto específico, em que a grande preocupação era formular e concretizar uma ideia de nação civilizada, fez-se necessário atentar para Legislações do Império. A Constituição de 1824, leis como a de abolição do tráfico e debates no Senado ajudaram a analisar esse contexto além de estarem diretamente ligados ao proposto no *Memorial*.

Sobre a redação deste trabalho, cabe informar que foram grifados em itálico os nomes das obras de Varnhagen e expressões por ele escritas nessas obras, para diferenciá-las de trabalhos de outros autores citados na pesquisa e porque constituem o cerne da mesma. A primeira aparição do nome de cada obra trouxe o ano de publicação entre parênteses. Para o caso do *Memorial orgânico*, quando julguei necessário para distinguir melhor as três edições, também foi colocado o ano referente. Ao longo do trabalho, referi-me com frequência ao

³⁰ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Uma história da história nacional**: textos de fundação. s/d. Disponível em: <http://www.coresmarcasefalas.pro.br>. Acesso em: 20 mar. 2013. p. 395. O texto sobre crítica ambiental em Varnhagen referido é: OLIVEIRA, Laura Nogueira. Francisco Adolfo de Varnhagen e a crítica ambiental oitocentista. **XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH**, Natal, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363639526_ARQUIVO_Laura_Anpuh_VERSAO_FINAL.pdf. Acesso em: 7 fev. 2015.

texto do próprio Varnhagen, menos como forma de confirmar meu raciocínio, do que objetivando oferecer ao leitor a “letra” do autor em questão. Da mesma forma, busquei o texto original de outros autores, só retirando citação de dentro de outro livro quando não foi possível acessar o documento/trabalho. A grafia foi atualizada/adaptada na medida de não conservar palavras com pronúncia estranha ou erro tipográfico, como *sentitimental*, por exemplo, mas também de não interferir tanto no texto e na pontuação do autor, podendo até mudar-lhe o sentido, embora se tivesse o devido cuidado. Assim, ao invés de *naçam*, *nação*. Títulos de livros de outros autores foram destacados com o uso de aspas.

Feitas estas considerações, a Dissertação ficou disposta da seguinte maneira:

O primeiro Capítulo, ***Eu, Francisco Adolfo de Varnhagen, nascido em Sorocaba***, teve como foco o Varnhagen brasileiro e historiador da nação. A partir da *Correspondência ativa* do autor e de textos biográficos foi possível perceber como a figura histórica Francisco Adolfo de Varnhagen foi sendo associada à ideia da nação brasileira e reconhecida como o maior historiador do Brasil no século XIX. O contraponto oferecido foi o do historiador Manoel Bomfim, crítico mordaz da obra de Varnhagen no início da República.

O Capítulo 2, ***Uma história nacional para o Império dos trópicos***, tratou da concepção de história e dos *dotes* necessários ao historiador segundo o disposto por Varnhagen, buscando situá-lo desde seu contexto de formação em Portugal, no início do século XIX. Sócio do IHGB, Varnhagen escreveu uma história que conservava traços do modelo *magistra vitae*, ao mesmo tempo em que se preocupava com a determinação da verdade histórica e a imparcialidade do historiador no trato com a documentação, realizando o papel moderno de elemento essencial na construção de uma identidade nacional.

Varnhagen no século oscilatório foi o título do terceiro Capítulo, que teceu considerações a respeito do pensamento político do autor. Não dissociando da dimensão histórica e dialogando com várias *autoridades* desde a Antiguidade até contemporâneos seus, Varnhagen apresentou ideias como as de centralidade administrativa e a preeminência do Estado na formação da nação, o mesmo governo que deveria alimentar o *espírito de nacionalidade* e que tinha no conhecimento do país um traço fundamental. Ele destacou que o Estado era brasileiro e independente, mas suas raízes se encontravam ligadas à mãe-pátria lusitana. As “origens” estavam no período colonial, mas a construção de uma nação moderna exigia a superação dessa condição de Colônia. Neste capítulo foi também apresentado o *Memorial orgânico*, as alterações entre as edições e os interlocutores.

No Capítulo 4, ***Organizando o corpo do Império***, abordei as três medidas propostas por Varnhagen no *Memorial* para a organização do território. Foi discutida a importância que

este tinha como elemento fundamental na articulação da ideia de nação e também a proximidade que o texto do *Memorial* tem com outro trabalho chamado *Da administração pública*. Procurei ainda demonstrar como as preocupações de Varnhagen encontravam-se também em outros *homens de letras* da parte sul da América, como Alberdi.

Construindo a nação compacta, o quinto Capítulo, tratou das três medidas propostas no *Memorial* para a organização da população brasileira, o outro aspecto essencial na conformação da ideia de nação. Nesse conjunto, o *Memorial* foi entendido como um projeto político elaborado por um historiador, que tratou do Império como um *corpo* e lançou mão de recursos retóricos discursivos como estratégia de convencimento do leitor. Resolvidos os óbices que atravancavam a marcha rumo ao progresso, o Brasil se constituiria em uma *nação compacta* e civilizada, tornando imperiosa a questão: quem fazia parte dessa nação?

Pensando a obra de Varnhagen em sua historicidade, a tarefa de entender o exposto no *Memorial* foi a de reconhecer nele o pensamento do autor, que não estava descolado de seu tempo e das necessidades que ele creditava possuir o seu objeto de análise: o Império brasileiro. Se “reconstituir as condições de produção e de possibilidade do texto significa igualmente reinscrevê-lo no cenário em que foi produzido, em diálogo com outros textos”³¹, também procurei identificar os principais interlocutores de Varnhagen no opúsculo e as proximidades entre o seu projeto e as ideias de outros atores/autores coetâneos que participaram da cena historiográfica e política do Império como o Visconde do Uruguai, Marquês de São Vicente e Tavares Bastos, e, na medida do possível, autores estrangeiros.

O diálogo entre a documentação e a bibliografia selecionada ajudou a lançar luz sobre os seguintes questionamentos: como Varnhagen concebia a história e o papel do historiador na construção de uma ideia de nação brasileira? Qual seu projeto nacional, especialmente a partir do *Memorial orgânico*? O que era a *nação compacta* e como seria construída? Para tanto, busquei articular a documentação com uma bibliografia que, sem desprezar os “clássicos”, procurou atualizar a discussão a partir da utilização de pesquisas recentes sobre o tema geral “Varnhagen”, qual fosse o aspecto ou obra enfatizada. A pretensão foi mostrar que há um entrelaçamento entre o historiador e o pensador político Francisco Adolfo de Varnhagen, pois, como enfatizado por Thiers Martins Moreira, em Varnhagen “qualquer que seja o tema ou a natureza do estudo ou trabalho, estamos em presença de um historiador”³².

³¹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 98.

³² MOREIRA, Thiers Martins. Varnhagen e a História da Literatura Portuguesa e Brasileira. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 275, abr./jun. 1967. p. 167.

Capistrano de Abreu afirmou que “cada século exige certas qualidades especiais em quem o estuda”³³. Varnhagen teve as qualidades especiais de seu século.

Se estiver correto o juízo de Basílio de Magalhães segundo o qual a obra daquele historiador deveria “figurar na estante de todos quanto estudam [...] o glorioso passado da Pátria”³⁴, guardados os excessos dessa declaração patriótica (parte da retórica da ocasião para a qual tal relato foi concebido), o presente trabalho buscou contribuir no amplo cenário de temáticas da História da Historiografia brasileira oitocentista. Abreu revelou que as reflexões de Varnhagen por vezes lhe provocavam um movimento de impaciência, obrigando-o a voltar a página ou fechar o volume³⁵. Talvez seja momento de abrir e ler esses livros com olhos bem abertos. No limite, revisitar trabalhos de autores como Varnhagen pode se constituir em um exercício de reflexão acerca dos modos de fazer do historiador atual.

Parafraseando Eric Hobsbawm, no Prefácio de “A era das Revoluções”, muito do que se encontra neste texto é de segunda ou mesmo de terceira mão e, inevitavelmente, contém erros, bem como as inevitáveis simplificações de que se ressentirá o leitor e, certamente, ressentir-se a própria autora³⁶. O extenso número de páginas, as notas longas, as multiplicadas citações, as eventuais repetições, muito do que pode ser desagradável para quem lê, ajudaram a compor este trabalho. Se o conjunto da pesquisa puder compensá-las em alguma medida, estará de bom tamanho.

Agora que o leitor já está bastante adiantado, resta dizer à maneira varnhageniana no Tomo II da *História Geral* (1857): “Vamos ao assunto, e o leitor será juiz”³⁷.

³³ ABREU, Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaio e Estudos**. 1ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 201.

³⁴ MAGALHÃES, Basílio de. A publicação da “História da Independência” do Visconde de Porto Seguro pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO LXXIX, 1916. p. 17. Magalhães foi o relator da Comissão responsável pela edição do manuscrito inédito da *História da Independência*, publicado em 1916 na Revista do Instituto.

³⁵ ABREU, Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaio e Estudos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 135.

³⁶ HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. 38. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 16.

³⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. 359. Seção LIII: Minas de ferro. Varnhagen é o executor dos projetos d’el rei.

Capítulo 1

Eu, Francisco Adolfo de Varnhagen, nascido em Sorocaba

eu Francisco Adolfo de Varnhagen, achando-me de boa saúde e em meu perfeito juízo, resolvi fazer o meu testamento pela forma seguinte: Sou Católico apostólico romano, filho legítimo de Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen e de D. Maria Flávia de Sá Magalhães, batizado em 19 de março de 1816 na freguesia de São João de Ipanema. Desejo que o meu corpo fique sepultado no lugar em que suceder o meu falecimento; mas disponho que, antes de decorridos dois anos depois de meu falecimento, no alto do morro de Araçoiaba, próximo do lugar em que nasci, se levante uma cruz tosca, quer de granito, quer de mármore preto (pedra de cal) das imediações, tão grande quanto seja possível, com uma pequena inscrição na base em que se declare que fiz dela voto ao Senhor, por me haver concedido nascer no Continente de Colombo, e na paragem em que meu Pai levantou um estabelecimento monumental. F. A. de Varnhagen, 1868

O trecho acima pertence ao testamento de Varnhagen, no qual expôs seus desejos no tocante ao seu sepultamento³⁸. Não bastava ter seus restos mortais acompanhados de uma inscrição que dissesse de quem se tratava, era preciso que eles fossem colocados no *Continente de Colombo* e na paragem em que seu *Pai* levantou um *estabelecimento monumental*. Distante de onde viveu, ainda que morto, quis voltar para onde nasceu.

Não é a intenção escrever uma biografia de Varnhagen, mas alguns apontamentos sobre sua trajetória são essenciais para entender as condições nas quais foi possível produzir sua obra, bem como o que se pretende tratar nessa Dissertação. Como salientado por Manoel

³⁸ Apud JANKE, Leandro Macedo. **Lembrar para mudar**: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em: 17 jan. 2013. p. 24. Não tive acesso ao documento, apenas trechos via outros trabalhos. O monumento foi construído quatro anos após seu falecimento. Conforme pedido em testamento, foi levantada a *cruz tosca* no Morro do Araçoiaba, trazendo os seguintes dizeres: “à memória de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, nascido na terra fecunda descoberta por Colombo, iniciado por seu pai nas coisas grandes e úteis. Estremeceu sua Pátria e escreveu-lhe a História. Sua alma imortal reúne aqui todas as suas recordações”. Ver: CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.159-207, jul./dez. 2007. p. 186. A autoria da mensagem é desconhecida, mas é nítido que seu autor seguiu literalmente as instruções do então futuro defunto: mencionou o Brasil, o pai e a *História Geral*. O monumento mais recente foi erigido em virtude das comemorações pelos 200 anos de seu nascimento. Em fevereiro de 2016, seus restos mortais foram retirados da Praça Edmundo Valle e hoje descansam num monumento com busto em bronze em frente ao Mosteiro de São Bento, no Largo de São Bento, em Sorocaba. A cerimônia contou com um discurso proferido pelo príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança, desfile da urna com os restos mortais na viatura do Corpo de Bombeiros, antecedido por uma missa de encomenda a Deus (exéquias aos restos mortais) celebrada pelo monge responsável pelo Mosteiro. Ver: NOGUEIRA, Leandro. Mosteiro recebe restos mortais de Varnhagen. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 18 fev. 2016. Disponível em: <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/677254/mosteiro-recebe-restos-mortais-de-varnhagen>. Acesso em: 30 jun. 2017. O ano de 2019 marcará o 141º aniversário de morte de Varnhagen (26 de junho).

Salgado Guimarães, é mais difícil entender o trabalho de Varnhagen desconhecendo certos elementos biográficos e do entorno histórico³⁹. Assinalar aspectos da sua trajetória auxilia no entendimento de tal personagem como “um” com o social de que fazia parte, sem deixar ele mesmo de ser “um”, e como parte de um momento importante da história do Brasil, da formulação de um projeto de nação brasileira e de uma história que desse uma feição para essa nação.

Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu em Sorocaba, interior de São Paulo, no dia 17 de fevereiro de 1816. O *estabelecimento monumental* mencionado no testamento era a Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, onde seu pai, o engenheiro alemão Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen, foi diretor e um dos pioneiros na fundição de ferro no Brasil⁴⁰. Contratado pelo então regente D. João VI, Friedrich Varnhagen trabalhou na usina até 1822, quando retornou a Portugal. Antes disso, em 1821, a família havia se mudado para o Rio de Janeiro, onde o menino Francisco Adolfo teve suas primeiras aulas nas matérias elementares e na língua francesa. Em 1823, D. Maria Flávia de Sá Magalhães e os filhos foram ao encontro de Friedrich Varnhagen, agora nomeado administrador das matas portuguesas. No final de 1825, Francisco Adolfo entrou para o Real Colégio Militar da Luz, em Lisboa, concluindo em 1832. Em seguida, matriculou-se na Academia da Marinha, no 2º ano matemático, e em 1834 findou seus estudos militares na Academia de Fortificações. Segundo Clado Ribeiro de Lessa, quando da organização da Escola Politécnica, frequentou, entre outros, cursos de Química, Botânica, Mineralogia, Física, Zoologia e também Paleografia e Diplomática, o que já demonstrava um interesse pela pesquisa de arquivo. Também estudou Economia Política na Associação Mercantil de Lisboa⁴¹.

³⁹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 178. A mais extensa biografia de Varnhagen foi escrita por Lessa e publicada em várias edições da Revista do IHGB. Ver: LESSA, Clado Ribeiro de. Formação de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 186, p. 55-88, jan./mar. 1945; Vida e obra de Varnhagen. v. 223, p. 82-297, abr./jul. 1954; v. 224, p. 109-315, jul./set. 1954; v. 225, p. 120-293, out./dez. 1954; v. 226, p. 3-168, jan./mar. 1955; v. 227, p. 85-236, abr./jun. 1955.

⁴⁰ Segundo Gisele Almeida, Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen nasceu em 24 de fevereiro de 1783 na Freguesia de Wetterburgo, nas proximidades da cidade de Arolsen, Corte do príncipe de Waldeck. Foi um engenheiro alemão que trabalhou para a Corte portuguesa. Ver: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. **“Memória da administração pública” de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Edição de texto. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. p. 29.

⁴¹ LESSA, Clado Ribeiro de. Formação de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 223, p. 82-297, abr./jun. 1954. p. 89-99. Capítulo 1: Formação (1816-1841). Há certa divergência sobre a nacionalidade da mãe de Francisco Adolfo de Varnhagen, se era portuguesa, ou de uma família de ascendência paulista. Numa passagem da *Réplica Apologética* de 1846, Varnhagen, ao responder a acusação de seu censor Inácio de Abreu e Lima acerca dessa questão, escreveu que aos 17 anos de idade seu pai o apresentou ao Imperador que abdicou do trono brasileiro, D. Pedro I (D. Pedro IV em Portugal), e este teria dito: “Já é mais alto que o pai; isso é do sangue paulista”. Nesse caso, um “sangue paulista” só poderia vir do lado materno, ou seja, D. Maria Flávia teria de ter parentes no Brasil. Varnhagen não falou muito sobre sua família, mas, de qualquer forma, nesta Dissertação acompanharei Manoel Salgado Guimarães, Temístocles Cezar, entre outros autores, porque o mais provável é

Tendo assentado praça de soldado em agosto de 1833, lutou nas tropas de D. Pedro IV contra D. Miguel pelo restabelecimento do trono lusitano, sem a licença do governo imperial, o que dificultou a aquisição da nacionalidade brasileira anos depois⁴². Permanecendo em Portugal e servindo ao Exército, frequentou círculos intelectuais que reuniam figuras como Almeida Garret, Alexandre Herculano e Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, além do Cardeal Saraiva e até o Rei D. Fernando II. Passou a ser colaborador de periódicos influentes no cenário das letras portuguesas como o jornal *O Panorama*, cuja redação esteve a cargo de Herculano nos dois primeiros anos (1837-1839), impresso pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, a mesma tipografia da Academia Real de Ciências de Lisboa; e também na *Revista Universal Lisbonense*. No ano de 1839 publicou duas obras, as *Reflexões críticas sobre o escrito do século XVI*, o que lhe valeu a entrada na Real Academia de Ciência de Lisboa, apadrinhado pelo Barão de Eschwege (outro alemão que serviu ao Estado português, companheiro de Friedrich Varnhagen dos tempos da Fábrica de Ferro) e o *Diário da navegação da armada de Pero Lopes de Sousa*.

Com o intento de recuperar a nacionalidade de sua terra natal, pediu licença do Exército e em 1840 veio ao Brasil. No ano seguinte, Varnhagen já estava de volta, agora como adido da Legação imperial em Lisboa, só em 1842 saiu o decreto que o fez brasileiro “por opção”. E assim iniciou o trabalho de mais de três décadas na diplomacia imperial. Prestou serviço diplomático em Portugal, Espanha, países da América do Sul, encerrando em Viena. Em 1873, já com o título de *Barão de Porto Seguro*, foi o responsável pela organização do mostruário brasileiro na Exposição Universal de Viena e representou o Império nos Congressos de Estatística de São Petersburgo (1872) e Budapeste (1876). Em 1877, esteve no Brasil para realizar uma viagem ao Planalto Central, em que buscava a melhor localização para a nova capital. Já com a saúde debilitada em função de uma grave doença pulmonar, o então *Visconde de Porto Seguro* (desde 1874) se submeteu a uma intervenção cirúrgica sem sucesso e faleceu em junho de 1878, na capital do Império Austro-Húngaro, aos 62 anos de idade.

Feito esse breve apontamento sobre a trajetória de Varnhagen, a primeira consideração desta Dissertação veio do ofício datado de 14 de dezembro de 1839, do Representante do Brasil em Portugal, Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond. Escrevendo ao Ministro de Assuntos Estrangeiros do Brasil, Caetano Maria Lopes da Gama, Drummond recomendou

que sua mãe fosse mesmo portuguesa. Mais recentemente, Gisele Almeida afirmou que era de Figueiró dos Vinhos, Portugal. Ver: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. Op. Cit. p. 29.

⁴² Ibid. 97.

Varnhagen para o serviço público do Império, afirmando que este “recusa também qualquer emprego português, procura o Brasil, sua pátria de nascimento, por amor e porque promete engrandecimento e elevação”⁴³.

1.1 Correspondência ativa, um Varnhagen por ele mesmo?

A minha vida é do Brasil, que é a minha pátria, e de V. M. Imperial, que me Protege. Cumpre-me pois combater, com as armas que devo a Deus, pelo que julgo em consciência em favor de V. M. I. e do Brasil.

F. A. de Varnhagen, 1852

Uma anedota varnhageniana? Em 1851, o Ministro Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês do Paraná, estava à procura de um secretário para a Missão Especial à República Oriental do Uruguai, República do Paraguai e Estados de Entre Rios e Corrientes (República Argentina). O historiador-diplomata Varnhagen, que havia chegado ao Rio de Janeiro após deixar a Secretaria da Legação da Espanha e já conseguido o cargo de Primeiro-Secretário do IHGB, pleiteou o trabalho na Missão ao Rio da Prata.

Quem contou esta história foi José Ricardo Moniz nas suas “Recordações acerca de Varnhagen” (1882). Segundo o testemunho de Moniz, Varnhagen se empenhou com João Maria Colaço Magalhães, que tinha influência sobre Carneiro Leão, mas Colaço recebeu do Ministro a seguinte resposta: “Não o levo, porque eu sei o que vou fazer e depois quando voltarmos ele há de dizer que foi ele que fez tudo porque eu, que nunca fui diplomata, não sabia nada. Nessa não caio eu. Eu só quero quem escreva o que eu ditar”⁴⁴. Ainda não decidido o nome, Varnhagen insistiu no intento de ser o escolhido para tão importante tarefa, de cujo sucesso dependia as relações do Império do Brasil com as Repúblicas platinas. Sobre

⁴³ Apud GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op. Cit. p. 186. Varnhagen foi feito Barão de Porto Seguro por decreto de 14 de agosto de 1872 e em 16 de maio de 1874 foi elevado a Visconde com grandeza do mesmo nome. Serviu diplomaticamente em: 1842-1847: Lisboa/Portugal; 1847-1858: Madri/Espanha; 1859: Paraguai; 1861-1863: Venezuela (cumulativamente com a representação na Colômbia e Equador); 1863-1867: Peru (cumulativamente com Chile e Equador); 1868-1878: Viena/Áustria. Foi o iniciador de uma longa linhagem de historiadores-diplomatas que chega a atualidade, entre eles Joaquim Nabuco, Rio Branco, Oliveira Lima, Evaldo Cabral de Mello, Alberto da Costa e Silva.

⁴⁴ Apud RODRIGUES, José Honório. Explicação. In: PARANHOS, José Maria da Silva. **Cartas ao amigo ausente**. Rio de Janeiro: ABL, 2008. p. XII-XIII. Carneiro Leão foi o representante do Brasil no Prata entre 1851 e 1852, comandando as ações políticas que conduziram à aliança com o Uruguai e a província argentina de Entre Rios, e à derrocada de Juan Manuel de Rosas. Não tive acesso ao livro de José Ricardo Moniz, aparentemente não está disponível. Valho-me, pois, das citações feitas em outros trabalhos. Eleito Secretário do IHGB em 1851, Varnhagen reorganizou a biblioteca, o arquivo e o museu da instituição, ainda estabelecendo o primeiro catálogo da Revista Trimensal, por ordem alfabética, até o número XV. Sua gestão coincidiu com a reforma dos Estatutos e a tentativa de profissionalização do Instituto.

o momento quintessencial dessa pequena empreitada do futuro *Visconde de Porto Seguro* rumo a um *bom nome*, seguiu Ricardo Moniz:

um dia que às 2 horas disse que jantava conosco, meu Patrão às escondidas mandou-me chamá-lo ao Hotel Pharoux. Logo que Honório se viu em frente de Varnhagen carregou o sobrolho e o jantar não foi alegre. Depois do jantar, na ocasião do café, Honório pressentiu que era ocasião de alguma insistência da parte do seu amigo e compadre e, então, tomou este expediente sorvendo uma pitada de rapé – Sr. Varnhagen o Senhor onde mora? – No Hotel Pharoux, respondeu. – Pois bem, à noite talvez o procure; está em casa? Com estas perguntas lacônicas e concisas parecia tudo arranjado, e no entanto no outro dia lia-se no *Jornal do Comércio*: Foi nomeado o Dr. J. M. da Silva Paranhos, lente da Escola Militar para secretário da Missão Especial no Rio da Prata⁴⁵.

Carneiro Leão preferiu José Maria da Silva Paranhos, futuro Barão do Rio Branco. Embora Paranhos não conhecesse história como o outro, parecia-lhe despido de vaidade, o que, a julgar pela resposta que deu ao amigo Colaço, não era a opinião que o Ministro tinha sobre o novo secretário do IHGB. Carneiro Leão não escolheu Varnhagen, aparentemente, por conta de uma idiossincrasia também observada por Moniz e tantos outros: era um rapaz orgulhoso. Dessa vez, Varnhagen ficou pelo meio do caminho.

Mas teria sido Varnhagen só um vaidoso? Clado Ribeiro de Lessa identificou como traço marcante da personalidade de Varnhagen a vaidade aliada ao patriotismo. Aliás, para o biógrafo, o coração daquele pulsou “sem interrupção pelo Brasil”⁴⁶, numa confissão de admiração quase irrestrita. Um caso assaz curioso apareceu numa carta ao Dr. Francisco Freire Alemão, na qual Varnhagen falou do manuscrito de Baltazar da Silva Lisboa, “Física Vegetal dos Ilhéus”, que remetia, por empréstimo, ao botânico brasileiro. Após valorizar a peça lembrando dos 200\$000 que dispensou por não querer vendê-la e da sua condição de pobre para dar um presente que lhe custou tão caro (algumas peças de ouro), Varnhagen se ofereceu a presenteá-lo com o referido livro, desde que o mesmo não saísse do Brasil, e finalizou com um pedido: que o botânico lhe fizesse uma *comemoração* com uma das plantas novas. A *comemoração* era dar seu nome para alguma dessas plantas, nas palavras do historiador, “Creio que o serviço valia um gênero *Varnhageniano*”⁴⁷. Como desfecho da

⁴⁵ Ibid. p. XIII. Grifo do autor.

⁴⁶ LESSA, Clado Ribeiro de. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 227, p. 85-236, abr./jun. 1955. p. 202. Capítulo 7: O homem.

⁴⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 192-193. Grifo do autor. Carta de 4 de novembro de 1852.

questão, Freire Alemão não aceitou a sugestão e Varnhagen não entrou para o panteão da flora brasileira⁴⁸. Outros exemplos como esse se multiplicam na correspondência.

Todo esse orgulho estava ligado a dois aspectos que não devem ser menosprezados. Varnhagen tinha ambição e também a certeza da importância de seus trabalhos. Em carta ao Imperador D. Pedro II, escreveu:

a maior glória e honra do homem é ser ambicioso, diz Guizot. Não é também V. M. I. ambicioso de glória? [...] Nós os pequenos temos alguma coisa mais que ambicionar além da glória: temos que ambicionar o *ser menos pequenos*; pois contentando-nos só da glória literária todos preferiríamos deixar obras póstumas e memórias ultra tumbas. E, meu Senhor, mal daqueles que não forem ambiciosos dentro de certos limites pois, ou terão sentimentos baixos, ou desprezarão já, à força de orgulho e de desenganos, as honras sociais [...]⁴⁹.

Ao lado da defesa da ambição *dentro de certos limites*, no excerto acima tratou de uma aspiração apresentada em várias outras missivas, a questão do reconhecimento de seu trabalho. Não desejando ser *pequeno*, quis ser reconhecido em seu próprio tempo, o que explica suas lamentações quanto aos *desfavores do Instituto* pela pouca atenção dada ao primeiro volume de sua *História Geral*. Sua reclamação era por conta da apatia apresentada pelos seus “pares”, prejudicando a possibilidade de seu trabalho ser considerado “obra de valor”, ainda mais se pensar nas pretensões/expectativas que tinha com relação a esse livro⁵⁰. O imperativo era honrar o nome em vida, não dispensando as titulações para isso, ao invés de se contentar com um possível reconhecimento póstumo. Diferente do monarca a quem se reportava, precisava se esforçar para conseguir a glória enquanto vivo. Isso era ser *menos pequeno*. A importância que Varnhagen dava às honras sociais ficou patente em mais uma carta ao seu Augusto protetor, ao dizer que:

com mais de quarenta anos de idade, eu – tão respeitador das hierarquias sociais, e não meio socialista (como v. gr. em Portugal o Sr. Herculano, que nem quis ser empregado do Estado), estou muito elevado com o modesto tratamento de V. Mcê. do cargo de Encarregado, e o hábito de Cristo, que é tudo quanto possuo de honras, creio que se enganam; ou muito a mim me engana a consciência, que me diz que tenho prestado mais relevantes serviços que outros contemporâneos meus que se acham muito mais elevados...⁵¹.

⁴⁸ LESSA, Clado Ribeiro de. Op. Cit. p. 202. Lessa disse não ter encontrado nenhum *gênero Varnhageniano* na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, onde ficam os trabalhos do botânico. Quanto ao livro, voltou para o dono e faz parte da Coleção Francisco Adolfo de Varnhagen, do Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 245. Grifo do autor. Carta de 14 de julho de 1857.

⁵⁰ DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 56. Conforme de Certeau, “uma obra é menos cotada por seus compradores do que por seus “pares” e seus “colegas”, que a apreciam segundo critérios diferentes daquele do público e decisivos para o autor, desde que ele pretenda fazer uma obra historiográfica. Existem as *leis* do meio”.

⁵¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 244. Carta de 14 de julho de 1854.

A ênfase na idade que possuía naquele momento, *quarenta anos*, indica que queria mostrar (ou lembrar?) ao Imperador que sua vida até ali havia sido dedicada ao trabalho em prol do país, seja o trabalho como historiador, que desde cedo começou a coletar documentação referente à história do país, seja como funcionário público. O respeito às *jerarquias sociais* parecia-lhe uma qualidade apreciável em sua *carreira* (a expressão já aparecia na correspondência do autor), tanto que chamou de *socialista* o amigo Alexandre Herculano, que teria dispensado um cargo do Estado português. Ao que parece, Varnhagen viu nessa recusa uma demonstração de falta de ambição, o que considerava negativo, por isso o fraseado revestido de modéstia, mas finalizado numa reclamação contida e/ou lembrete velado de que tinha prestado serviços mais relevantes ao Brasil que outros já em situação mais *elevada*. No contexto de uma sociedade de Corte, as honrarias concorriam para a consagração de um súdito, deixando evidente a concepção de mundo aristocrática do autor. Nesse sentido, Inácio de Abreu e Lima o chamou de “pedante cheio de velhacaria”, numa polêmica do início da década de 1840⁵².

Em missivas ao Primeiro-Secretário do IHGB, Januário da Cunha Barbosa, Varnhagen indicava nomes para sócios da instituição. Também aconselhava D. Pedro II a conceder medalhas e condecorações a *amigos do Brasil* e até a pagar as despesas de livros, como a “Bibliografia do Brasil” de Ferdinand Denis⁵³. Para si mesmo, pedia de modo insinuado, primeiro registrando seus esforços, pesares e correrias entre o trabalho na Legação e a pesquisa e escrita das obras, depois dizia ter *fé viva* de que o monarca ainda teria no futuro algum ato de *graça espontânea*. Em outras ocasiões foi mais direto, como nos pedidos para não ser mais nomeado para uma Legação nas Repúblicas sul-americanas e sim num *país civilizado* onde pudesse seguir com suas pesquisas, ou para ser elevado da categoria de Residente para Plenipotenciário, quando de sua estadia em Viena⁵⁴. O exemplo mais acabado, porém, deve ter sido o memorial apresentado provavelmente ao Ministro do Império, pedindo

⁵² LIMA, José Inácio de Abreu e. **Resposta do general J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou Análise do Primeiro Juízo de Francisco Adolfo de Varnhagen acerca do Compêndio de História do Brasil**. Pernambuco: Tip. de M. F. de Faria, 1844. p. 111. Tratarei desta polêmica mais adiante. Tendo passado quase toda a vida fora do Brasil, não fez parte da “facção áulica” da Corte em torno do Imperador. Nessas condições, sua atividade como “áulico à distância”, por assim dizer, esteve presente na correspondência mantida com o próprio Imperador, a maior parte tratando de temas puramente pessoais, de pesquisa histórica, ou abordando eventuais *grças* que D. Pedro II poderia lhe conceder por serviços prestados ao Brasil. Sobre uma sociabilidade cortesã, ver: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

⁵³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 209. Carta de 2 de dezembro de 1853, data de aniversário de D. Pedro II. Nas palavras de Varnhagen, o brasilianista Denis trabalhava muito “em favor de V. M. e do Império” e ainda estava por ser gratificado convenientemente. O francês escreveu o “Resumo literário da história de Portugal e do Brasil” (1826).

⁵⁴ Ibid. p. 338. Carta ao Imperador de 9 de março de 1870.

a S. M. Imperial a *graça* de uma condecoração. Alegava o que tinha feito pelo Império, com a listagem de uma série de trabalhos que lhe tinha tomado muitas horas e dias, deixando-o de “se entregar à distração para entregá-los ao Brasil”⁵⁵.

Apesar de tudo, dizia não trabalhar com o *fito* na recompensa, mas por amor ao trabalho e “por ganhar, à custa deste, um *bom nome*: e a ninguém mais que o juízo esclarecido do governo se pode dirigir para obter, por meio de demonstrações públicas, a sanção deste bom nome”⁵⁶. É preciso desconfiar desse aparente desinteresse de Varnhagen numa recompensa, ainda mais se tiver em consideração que sua situação financeira dependia desses trabalhos. Levando em conta menções que fez em cartas, vivia sem excessos. Quando de sua residência em Viena, do final da década de 1860 até sua morte, reclamou das despesas com a casa, que lhe custava quase a metade do ordenado, além da família que contava três filhos, numa Corte muito cara. Antes disso, pediu ao Imperador que arcasse com os custos das edições da *História Geral*, o que não era uma solicitação absurda, pois o monarca era o grande patrocinador das letras no Império do Brasil. Tais atitudes foram avaliadas por Hélio Viana como “petulância”⁵⁷, após receber autorização para se dirigir diretamente ao Imperador.

Da mesma forma que certa vez aconselhou o amigo Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, diretor da Biblioteca de Évora, Varnhagen quis granjear uma grande reputação no *século oscilatório*. E fazia tudo isso porque, segundo ele mesmo, todos os seus estudos foram realizados com vistas de *servir* ao Brasil, pois tinha um patriotismo que nunca arrefeceu, embora ausente da pátria desde a infância e era ao Brasil que estava ligado seu *destino*. Foi confessando que os dois maiores estímulos para uma alma grande eram o amor da *pátria* e o da *glória*, que se lançou à grande empresa de escrever uma história do Brasil.

Assim sendo, teria criado uma imagem patriótica de si mesmo nessas cartas? Varnhagen foi um português-brasileiro, por ter se formado na antiga metrópole, um brasileiro por nascimento e opção, por ter escolhido reaver a nacionalidade brasileira, ou um historiador brasileiro carreirista, porque viu no recém-fundado Império uma chance de aplicar seus conhecimentos na construção de uma grande obra e um *bom nome*? Esse é um terreno escorregadio e pode levar ao perigoso jogo da exaltação ou demérito. Do mesmo modo que é

⁵⁵ Ibid. p. 166-167. Segundo Clado Ribeiro de Lessa, este memorial é uma cópia autógrafo, sem assinatura e data, existente no Arquivo Imperial de Petrópolis, mas é provável que seja posterior a designação de Varnhagen para Encarregado de Negócios em Madri, em 14 de novembro de 1851. Nessa época, o Ministro do Império era José da Costa Carvalho, Visconde de Monte Alegre.

⁵⁶ Ibid. p. 169. Grifo meu.

⁵⁷ VIANA, Hélio. Correspondência do Visconde de Porto Seguro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 274, jan./mar. 1967. p. 233. Varnhagen revelou ter pensado em colocar o retrato de D. Pedro II no início da obra, como o fazem outros escritores com seus mecenas, mas refletiu melhor e desistiu da ideia. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 229. Carta ao Imperador de 20 de junho de 1855.

preciso ter cuidado para não fazer um elogio acrítico do patriotismo de Varnhagen, também não se deve reduzir o historiador a um mero carreirista que usava do discurso patriótico apenas como plataforma para galgar cargos melhores no serviço público do Império. Vale mais perceber, de um lado, em que medida tinha no serviço público uma oportunidade de ter uma carreira na diplomacia imperial, também atendendo aos interesses que tinha no trabalho como historiador. Por outro lado, a diplomacia do Brasil e o IHGB também precisavam de um estudioso da história e geografia do país para levar adiante o projeto de escrita da história nacional, além de um bom auxiliar para as discussões a respeito de questões de limites com os países vizinhos. Essa via de mão dupla esteve presente já no ofício de Vasconcelos de Drummond recomendando o jovem Varnhagen ao Ministro Lopes da Gama, em que se lia:

ninguém melhor do que ele está em circunstâncias de prestar importantes serviços neste gênero histórico e geográfico, não só pelas relações íntimas, que tem, com os empregados dos arquivos e bibliotecas deste Reino, e da Academia Real das Ciências, de que é membro, mas também porque *conhece praticamente tudo quanto existe acerca do Brasil*, de que faz seu particular estudo em qualquer parte deste Reino. O Rei D. Fernando ofereceu mandá-lo para a Alemanha aperfeiçoar a sua educação, para vir a ser mestre dos príncipes seus filhos. Varnhagen, que *tem os olhos no futuro que prevê*, recusou a oferta do rei: Pretende ser empregado no serviço público do Brasil, sua pátria de nascimento, e nós ganharíamos com isso, suponho eu, mormente se ele fosse empregado com o título de adido a esta Legação, com encargo especial de coligir documentos e diplomas para a História do Brasil e diplomacia, coordená-los e analisá-los de modo que certifique datas e acontecimentos e apure a verdade do fabuloso. Um ordenado de 800\$000 anuais seria, quanto a mim, suficiente recompensa para *adquirir já um moço de tanto talento e trabalho*⁵⁸.

A fala de Drummond é particularmente interessante porque demonstra quão ele sabia da dificuldade e da importância da pesquisa histórica, vendo em Varnhagen, até então pesquisador por iniciativa própria, uma opção acertada e necessária. Se incorporado ao serviço diplomático, sua primeira tarefa seria justamente coligir, coordenar e analisar documentos e diplomas para a história e diplomacia do Brasil, certificando datas, acontecimentos e apurando a verdade destes, o que indica o que o Ministro entendia ser o trabalho de um historiador. Portanto, se o trabalho como diplomata serviu para Varnhagen construir uma carreira e um nome, auxiliando no trabalho como historiador por contas das viagens, ele também foi útil aos interesses do Império naquele momento. Na opinião de Drummond, ele tinha “olhos no futuro” ao escolher o Brasil, mas que futuro poderia “prever” o historiador sorocabano que em 1839, ano de escrita desse ofício, contava 23 anos de idade? A correspondência pode lançar algumas luzes sobre essa questão.

⁵⁸ Apud LESSA, Clado Ribeiro de. Formação de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 186, p. 55-88, jan./mar. 1945. p. 70-71. Grifo meu.

Analisar correspondências pessoais pode auxiliar na investigação proposta neste momento do trabalho: tratar do Varnhagen brasileiro e historiador da nação, como e por que construiu uma associação entre ele mesmo, sua obra e o Brasil. A exploração de correspondências pessoais é importante não porque representa um conhecimento “mais verdadeiro”, e sim por permitir uma compreensão das relações estabelecidas entre as representações subjetivas do agente em questão (no caso o titular do arquivo) e a memória que se construiu sobre ele⁵⁹. Pensando pelo prisma da organização de tais arquivos, pode-se dizer que o arquivo de Varnhagen guarda, ao mesmo tempo, sua leitura/escrita de si próprio e as múltiplas leituras e escrituras de quem o organizou, que procedeu no recolhimento das cartas, na escolha das que seriam publicadas, em sua disposição obedecendo a critérios como cronologia ou destinatário comum, etc. Nesse âmbito, optei por não efetuar uma classificação dos tipos de correspondência, mas utilizá-las conforme exponham aspectos que interessem ao que quero elucidar nesta parte da Dissertação.

O grande problema de um trabalho desse tipo estaria em incorrer na ilusão de supor que as cartas revelam um “eu” coerente e contínuo, porque consistiria num documento que produz um efeito de “verdade”, o que levaria a descoberta do que “verdadeiramente aconteceu”, algo que não existe em nenhum tipo de documento⁶⁰. É preciso questionar o suposto ar espontâneo que carregaria os textos fabricados em espaços íntimos. É justamente sob essa ótica que a espontaneidade, a autenticidade e a verdade dos documentos pessoais precisa ser trabalhada, na tentativa de não ser “enfeitiçado” pelo encanto dos arquivos privados. Ao invés de uma essência, a aproximação com os espaços de intimidade de um ator social guia para outro espaço complexo e de equilíbrio instável, o da construção de si, do

⁵⁹ VENANCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 23-47, 2001. p. 27. Aqui foram utilizadas cartas enviadas por Varnhagen e que constam nos volumes *Correspondência ativa* e, em menor escala, por repetir missivas já presentes na referida edição, no artigo publicado na Revista do IHGB, Cartas de Varnhagen ao Conselheiro João Alfredo (compreendendo cartas da década de 1870), de autoria de Pedro Moniz de Aragão. Sobre trabalhos com a correspondência de Varnhagen, Raquel Glezer e Lúcia Paschoal Guimarães analisaram as cartas trocadas entre o historiador e Cunha Rivara e Diogo Barros Arana, respectivamente. Gisele Cipriani de Almeida analisou a transcrição de cartas entre Varnhagen e D. Pedro II realizada por Lessa. Ver: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013; ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani de. “Correspondência Ativa” de Varnhagen - Análise da edição. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**, ANPUH/SP, São Paulo, 2008. Ver também: RIBEIRO, Renilson Rosa. “Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade”: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império. 391 p. Tese. (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

⁶⁰ GOMES, Ângela de Castro (Org.). Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 15.

“self” construído a partir de processos de seleção, montagem e exposição, além da leitura feita pelo outro⁶¹. A carta íntima é também um produto, mas não é menos digna de atenção.

Analisar a relação epistolar também permite observar a rede de relações de seu titular, o que a constitui enquanto espaço definidor e definido pela sociabilidade deste. Isto é, sua capacidade de manter uma vida social⁶². No caso aqui proposto, Varnhagen mandou livros seus ou de outros autores para amigos (D. Pedro II, João Francisco Lisboa, Ferdinand Denis), pediu ajuda para correções de provas de suas obras (Dr. Caetano Moura) e títulos mais adequados para elas (Ferdinand Denis), pediu livros emprestados e emprestou livros (Cunha Rivara). De um indício como esse já se depreende que ele passava a imagem de um amante dos estudos. Além de ter viajado muito, pesquisado em diversos arquivos e bibliotecas da Europa, frequentado círculos intelectuais, sido membro de Academias literárias e assinado periódicos, com a prática epistolar concretizou e reproduziu relações de amizade e favores com outros *homens de letras* e autoridades políticas. A correspondência pode ser identificada como lugar de troca de ideias, de construção de projetos, por vezes, de pedir emprego, já que, como apontou Ângela de Castro Gomes, “intelectual geralmente é pobre, mas é ambicioso”⁶³. Essa colocação cabe de alguma forma para Varnhagen, que não era pobre, mas também não parecia muito rico e, confessadamente, era ambicioso.

Nas missivas pode ser encontrado o Varnhagen que contou das viagens e dos novos documentos encontrados para sua *História Geral* ao *amicíssimo* Cunha Rivara, que agradeceu os números da Revista do IHGB mandados pelo *Amigo Firme* Cunha Barbosa. O Varnhagen polígrafo, que escreveu sobre administração pública (*Da administração pública*, provavelmente de 1841 ou 1842), teatro (drama *Amador Bueno*, 1858), peças de literatura portuguesa (*Trovas e cantares de um códice do século XIV*, 1849), línguas indígenas (*A origem turaniana dos tupi-caraíbas...*, 1876), relato de viagem (*Grande jornada a vapor: quinze estados percorridos em 14 dias*, 1867) e até sobre caça (*A caça no Brasil*, 1860) e propaganda de exportação de erva-mate brasileira para a Europa (*Sementeira da erva-mate*, 1877). Principalmente, pode-se encontrar o Varnhagen historiador que falava a respeito do que entendia por história e o ofício daquele. Numa missiva não datada a Cunha Barbosa, mencionou seu plano de escrever uma “conveniente *História da Civilização do Brasil*”

⁶¹ LIMA, Kleverton Teodoro de. Cartas, história e linguagem. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, n. 3, jun. 2010. p. 221-222.

⁶² VENANCIO, Giselle Martins. Op. Cit. p. 32.

⁶³ GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, 1998. p. 124.

utilizando o “novo método de escrever a história”⁶⁴. Não explicou de que *novo método* se tratava, mas a partir de comentários em outras cartas é possível reconstituir o caminho que percorria para escrever suas obras, e o ponto de partida era o arquivo.

Desde sua nomeação para a Legação em Portugal e logo sua admissão no início de 1840 como sócio correspondente do recém-criado IHGB, pesquisou na Torre do Tombo e outros arquivos e bibliotecas de Portugal, Espanha, Holanda, França e outros países da Europa, onde dizia dedicar suas horas vagas ao estudo da história do Brasil.

Numa carta de 1843, escreveu que na Torre do Tombo lhe aparecia tanta coisa que não fazia mais que copiar e andar para diante, e que em algum tempo que não tivesse mais arquivos, cuidaria de organizar todos os documentos, passando para a escrita do trabalho. Antes de enviar a documentação solta para o Instituto, preferia “uni-los e combiná-los em doutrinas que façam tal ou tal corpo”⁶⁵. Ou seja, Varnhagen procurava primeiro dar uma coerência lógica à documentação encontrada, como forma de servir melhor ao seu projeto pessoal e também à organização do arquivo do IHGB, que estava sendo formado naquele momento pelo trabalho de cópia de originais como o realizado por ele, além de ser esse o material publicado na Revista Trimensal do Instituto.

Para a etapa da redação histórica, preocupava-se com questões que considerava fundamentais para o trabalho do historiador: a clareza de estilo, a imparcialidade e a verdade do acontecido. Mais uma vez escrevendo a Cunha Barbosa, defendeu que:

a história com o seu aspecto sisudo superior a todas as simpatias deve recebê-lo como prova ao julgamento no seu tribunal de justiça, e é ela reta no lavrar da sentença, embora com esta se vá deserdar de belas propriedades com que se enriquecia, e que até aí julgava serem-lhe de direito pertencentes⁶⁶.

A história tinha de ser escrita em estilo claro, sem os rodeios de linguagem que, na pior das hipóteses, poderiam prejudicar o entendimento, por isso revisava, corrigia e atualizava seus escritos. Também deveria tributar a devida justiça à memória de quem bem serviu a pátria, porque o papel do historiador era semelhante ao do juiz que distribui honras e punições. Em suma, a história deveria ser *reta no lavrar da sentença*, mas só um historiador imparcial, que não se deixava levar por *sentimentalismos*, poderia desempenhar essa função adequadamente, pois, obedecidas as regras da pesquisa rigorosa e da crítica cuidadosa dos documentos, chegar-se-ia à história que combinava conveniência com verdade.

⁶⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 92. Grifo do autor. Provavelmente de fins de 1842 ou início de 1843.

⁶⁵ Ibid. p. 103. Carta de 14 de março de 1843 ao Primeiro-Secretário do Instituto Cunha Barbosa.

⁶⁶ Ibid. p. 126. A carta é de 1º de maio de 1844.

No Tomo II da *História Geral do Brasil*, ao se referir ao movimento pernambucano de 1817 disse ser este “assunto para o nosso ânimo tão pouco simpático que, se nos fora permitido passar sobre ele um véu, o deixaríamos fora do quadro que nos propusemos traçar”⁶⁷. Isto é, para o tipo de história que proclamava, sendo ele um crítico da Revolução Pernambucana, entendida como um atentado contra a nação, o conflito fora um fato que verdadeiramente aconteceu, mas se pudesse ficaria de fora da narrativa porque, por ter sido um ataque à unidade nacional, não era “conveniente”. O discurso de Varnhagen, como os *homens de letras* e estadistas de seu tempo, era o da defesa da unidade territorial, política, da nação como um todo, combinado com o medo da fragmentação.

Como um historiador comprometido com a história nacional e que dizia escrever tudo de forma conscienciosa, foi ferrenho defensor de suas obras. No “Necrológio” de 1878, Capistrano de Abreu afirmou, por exemplo, que para defender seus escritos Varnhagen mataria “moscas a pedradas”, e que na polêmica travada com João Francisco Lisboa, em que talvez tivesse razão, “teve a habilidade de por todo o odioso de seu lado”, pois não sabia tocar sem ferir⁶⁸. Essas observações do historiador cearense ajudam a pensar qual era o estilo varnhageniano de se comportar com relação ao seu ofício, o que lembra a famosa máxima do Conde de Buffon segundo a qual “o estilo é o próprio homem”⁶⁹.

O aforismo proferido por Buffon quando de sua recepção na Academia Francesa, em 25 de agosto de 1753, precisa ser lido com precaução. No entanto, homem e estilo estão ligados. Em sua acepção escrita, o estilo permite algumas formas correlatas de expressão, como o estilo emocional do historiador, espelhado na pontuação, nos adjetivos, na escolha dos episódios ilustrativos, nas tônicas e epigramas. Há também o estilo profissional, refletido no tipo de material escolhido e na forma de usá-lo, e o estilo de pensar, seus postulados mais básicos sobre a natureza do mundo. Para Peter Gay, esses estilos, no conjunto, compunham uma rede de indícios que apontam uns para os outros e, somados, para o homem, o historiador em atividade⁷⁰.

⁶⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. 373. Seção LIV: Revolução Pernambucana em 1817. Rodeador.

⁶⁸ ABREU, Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaios e Estudos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 135.

⁶⁹ BUFFON, Georges-Louis Leclerc de. **Discurso sobre o estilo**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2011. p. 11.

⁷⁰ GAY, Peter. **O estilo na História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 24.

Ao proclamar que o estilo revela o homem, Buffon insinuou que o grande escritor era aquele que trazia as marcas indeléveis de uma formação aprimorada⁷¹. Para além de uma compreensão do estilo como expressão da individualidade, deslindar o estilo de um escritor seria nele encontrar impresso as marcas que o distinguiam e o faziam partícipe de um seletivo grupo intelectual. Ter estilo era compartilhar formulações consagradas que fariam de um homem um homem de estilo, assim, a proposta de Gay, inspirado no epigrama de Buffon, era defender que o estudo do estilo possui um valor diagnóstico ao oferecer pistas para entender quem escreve, de onde escreve. Ainda de acordo com Peter Gay, é um teste rigoroso observar o estilo cognitivo de um historiador que é, a um só tempo, estudioso, homem de letras e famoso partidário⁷². Varnhagen se envolveu no discurso político de seu tempo, sua obra historiográfica foi, igualmente, uma obra política, além da atuação na diplomacia. Há que se dizer que, como os “pais fundadores” do IHGB, fez parte do grupo que defendeu a Monarquia constitucional como a única saída política para o Brasil. Estava ligado ao establishment imperial e era *homem do Imperador*.

No caso de Varnhagen, a escrita da história e aspectos da vida pessoal estavam imbricados de modo orgânico. No limite, ele escreveu com o propósito de ser um destacado brasileiro. Se entre os estilos mais reveladores está o estilo emocional do historiador, um aspecto importante a ser destacado sobre sua escrita é a questão de sua própria nacionalidade.

Como dito anteriormente, Varnhagen foi ainda criança para Portugal e quando jovem serviu no Exército, sem permissão do governo do Brasil. Pela Constituição de 1824, tal situação de emprego num país estrangeiro sem licença do Imperador resultava na perda dos direitos de cidadão brasileiro⁷³. Com a intenção de retornar ao Brasil e já por conta de suas relações em Portugal, com chances de um cargo no serviço público do Império, pediu licença do Exército português e veio ao Brasil no início de 1840, na tentativa de reaver a nacionalidade de sua pátria de nascimento, aproveitando uma lei que tramitava no Poder Legislativo que permitiria a repatriação de brasileiros residentes no exterior. Optando decididamente pela nacionalidade brasileira, entregou um Requerimento à Martim Francisco de Andrada e Silva para chegar às mãos do então Ministro do Império, do primeiro gabinete escolhido por D. Pedro II, Antônio Carlos de Andrada e Silva. No documento, além de notas

⁷¹ OLIVEIRA, Laura Nogueira. **A palavra empenhada**: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen. Tese. (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. p. 85.

⁷² GAY, Peter. Op. Cit. p. 181.

⁷³ COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824. Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824). PARTE I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18340>. Acesso em: 10 abr. 2016. p. 8. Título 2º, Dos cidadãos brasileiros, Art. 7, II.

sobre o nascimento do requerente, sua ida para a Europa aos oito anos de idade e os serviços militares prestados em terras lusitanas, constava que “o suplicante nasceu brasileiro e brasileiro quer morrer: deseja conservar os foros a que seu nascimento e sua opção lhe dão direitos: – deseja, embora residente em terras do Velho Mundo, ser americano”⁷⁴.

Destaque-se o “ser americano”. Gisele Almeida advogou que Varnhagen investiu em duas carreiras e duas nacionalidades, escolhendo a que lhe pareceu mais vantajosa, que poderia lhe facilitar o exercício da investigação histórica, sua aptidão desde moço, mas a autora concluiu pelo reconhecimento de que o trabalho desempenhado pelo historiador é mais importante que a querela a respeito das motivações que o levou a escolher a nacionalidade brasileira, embora a reflexão sobre esse aspecto não seja insignificante⁷⁵. Querendo ser “americano” e “brasileiro”, ou não, fato é que Varnhagen não pediu logo demissão do posto em Portugal, apenas licença, estendida por todo o tempo em que permaneceu no Brasil (até a metade de 1841) e sua nomeação como adido da Legação imperial em Lisboa. Ele próprio informou sobre esse período num ofício de 1843 ao General Francisco José de Sousa Soares de Andréa. Numa espécie de autobiografia, fez esclarecimentos ao futuro Barão de Caçapava acerca dos estudos e serviços militares que prestou em Portugal, enfatizando que bem trabalhou pelo país europeu, mas só tinha vistas de *servir* no seu país de nascimento. Para tanto, passou-se ao Brasil sem de todo sacrificar sua segurança e posição já conseguida, e em 19 de fevereiro de 1842 recebeu o ofício comunicando que teve seus direitos de cidadão brasileiro restituídos, só então pediu demissão do posto de 1º Tenente⁷⁶. Agora era brasileiro por nascimento e opção, tinha acesso a uma vasta documentação, a proteção imperial e o Instituto.

Destacar a questão da nacionalidade de Varnhagen em relação à sua obra pode parecer lugar-comum, mas seria um equívoco encará-la como um fato pouco merecedor de atenção. Se assim fosse, ele mesmo não teria se ocupado tanto em se apresentar em trabalhos ou em cartas como *um brasileiro* e não somente como Francisco Adolfo de Varnhagen. Uma rastreada simples em alguns títulos mostra uma busca por associação direta com o Brasil: o artigo *Sumé: lenda mito-religiosa* (1855), publicado no jornal O Panorama, saiu assinado por *um paulista de Sorocaba*, a *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* (1871) foi escrita *pelo autor da História Geral do Brasil*. Na *Correspondência ativa*, a partir de 1872, quando assinou, passou a trazer o *B. de Porto Seguro*, depois de 1874, o *V. de*

⁷⁴ Apud LESSA, Clado Ribeiro. Formação de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 186, jan./mar. 1945. p. 75.

⁷⁵ ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. Op. Cit. p. 49.

⁷⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 99-101.

Porto Seguro, com algumas variações, e a lista de pseudônimos é longa. A aproximação de sua pessoa com o Brasil e sua história ficou patente nas cartas, tanto que dedicou boa parte de sua vida a escrever a *História Geral*. A propósito desta obra, seu primeiro volume saiu do prelo assinado apenas por *Um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba*, seu nome apareceu na dedicatória ao Imperador.

Em carta ao Secretário da Real Academia de História de Madri, Pedro Sabau, informou seu desejo de declarar que o livro havia sido escrito por um sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil⁷⁷. Também tratou dessa questão do anonimato com o Conselheiro José Maria Velho da Silva e com D. Pedro II, afirmando não ser por temor da responsabilidade, mas por “outras miras de abnegação” que seriam apresentadas ao monarca⁷⁸. A razão dessa escolha foi exposta numa carta de 5 de fevereiro de 1854 ao Imperador, quando falou da visita de parte da imperial família à Espanha. Escreveu com certo pesar que os parentes do monarca se surpreenderam ao perceber que ele não era estrangeiro, ou ao menos estrangeirado, não correspondendo a ideia que haviam formado sobre ele por causa do sobrenome. Com a omissão de seu nome a obra seria “apenas de *um brasileiro* ou do *Instituto H. do Brasil*, e, por conseguinte, *de todo o Brasil*”⁷⁹, assim, o mérito que coubesse à *História Geral* seria igualmente um mérito da jovem nação americana.

Talvez a maior demonstração de quanto “ser brasileiro” era importante tenha aparecido na carta de agradecimento pelo título de *Barão de Porto Seguro*, quando fez o seguinte desabafo:

ainda que muitas vezes me incomodei vendo-me considerado aos olhos da Europa, - e especialmente da Alemanha, em virtude do meu apelido, como menos brasileiro [...] não pensava já agora separar-me, sem saudade nem estranheza, desse nome, que durante perto de quarenta anos procurei ilustrar e honrar, ilustrando-me e honrando-me; e confesso a V. M. I. que já não tinha esperança, nem aspiração, de o ver trocado por outro... Porém o mágico nome de Porto Seguro, tão querido para quem tinha levado esses quarenta anos sempre ocupado da região de Cabral, operou o prodígio⁸⁰.

A *graça espontânea* do Imperador que Varnhagen aguardou até os 56 anos de idade finalmente foi concedida. Mas o grande interesse neste trecho está na confissão do historiador do quanto o incomodava o fato de que ser o *Sr. Varnhagen*, um sobrenome alemão, sempre equacionava com a ideia de que era *menos brasileiro*, o que o levou até a pedir para não

⁷⁷ Ibid. p. 205. Grifo do autor. Carta de maio ou junho de 1853.

⁷⁸ Ibid. p. 207. Carta de 23 de outubro de 1853 ao Conselheiro José Maria Velho da Silva.

⁷⁹ Ibid. p. 213. Grifo do autor. Os membros da família imperial eram a Princesa D. Francisca (irmã de D. Pedro II), o Príncipe de Joinville (marido de D. Francisca) e a Imperatriz Amélia de Leuchtenberg (segunda esposa de D. Pedro I).

⁸⁰ Ibid. p. 371. A carta é de 25 de agosto de 1872.

continuar servindo diplomaticamente em países de língua alemã (no que, mais uma vez, não foi atendido, morreu na Áustria). Por outro lado, o nome do título de honra foi o melhor possível para o gosto de Varnhagen: *Porto Seguro*. A aprovação pelo nome escolhido por D. Pedro II foi registrada novamente na dedicatória da segunda edição do Tomo I da *História Geral* (1877), em que identificou Porto Seguro, na Bahia, como o *ponto de partida* da história da civilização do Brasil. Todavia, até essa grande mostra de reconhecimento teve que suportar o que chamou de *indiferença oficial* do IHGB e só podia se valer do Imperador para isso. Em contrapartida, ele próprio valorizava muito sua obra e escreveu ao monarca que,

quando me lembro do trabalho que tenho tido em juntar documentos, quase desde a minha infância (tal que me faltara hoje o ânimo para começá-lo segunda vez), e dos estudos históricos a que me tenho dedicado, sinto quase a convicção de que [se] os meus trabalhos se perdessem, ficaria a nossa história ainda por depurar de erros, - quem sabe por quanto tempo...⁸¹

A tarefa a que se propôs não era, portanto, de pouca monta. Ao que parece, pensava que de seu trabalho dependia o conhecimento da verdadeira história do Brasil. Era tão preocupado que passava as provas manuscritas para alguma pessoa de sua confiança que se comprometesse a publicar a obra, no caso de lhe acontecer alguma desgraça. E assim foi tecendo uma linha de aproximação entre ele e o Brasil, notável na capa da Parte I do *Memorial orgânico* (1849), que segue:

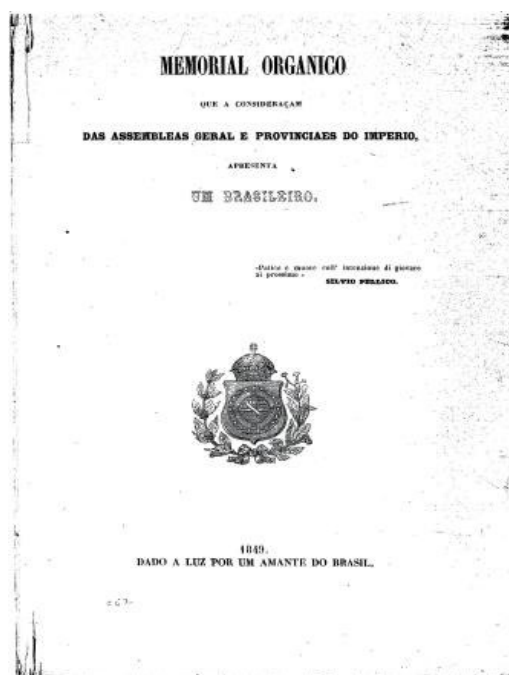


Figura 1: Capa da primeira parte do *Memorial orgânico* (1849). O texto dizia o seguinte: “Memorial Orgânico que à consideração das Assembleias Geral e Provinciais do Império, apresenta um brasileiro. Patice e muore coll intenzione di

⁸¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 206. Carta de 8 de julho de 1853.

giovare al prossimo”. Silvio Pellico. 1849. Dado a luz por um amante do Brasil”. Fonte: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico que a consideração das Assembleias Geral e Provinciais do Império, apresenta um brasileiro.** Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 105.

É possível destacar alguns elementos interessantes nesta figura. Um primeiro aspecto é novamente o anonimato do autor, a opção de Varnhagen em se apresentar de *viseira calada*, aparecendo apenas como *Um brasileiro* e dizendo, logo abaixo, ter sido *dado a luz por um amante do Brasil*. Um segundo elemento seria a apresentação às *Assembleias Geral e Provinciais do Império*, o que identificava a obra e a intenção do autor em escrevê-la para as instâncias políticas do Império, ou seja, como as Assembleias que legislavam pelo bem do país, a obra também fora redigida visando a esse fim. O terceiro ponto a se destacar é a existência do brasão do Império, o que confere certo caráter “oficial” ao documento. Uma obra escrita por alguém que trabalhava tendo o Império em perspectiva, como centro de suas preocupações. Por fim, a epígrafe, uma frase do escritor italiano Silvio Pellico que se refere a alguém que padece com a intenção de ajudar o próximo. A imagem do intelectual que se sacrifica, lançando-se às *balas de papel* da censura alheia, foi bastante explorada no *Memorial* e na correspondência. Na segunda parte do opúsculo (1850), a frase epigrafada de Pellico foi substituída por uma do político francês François Guizot, pela qual não se curavam os males que não se ousasse olhar de frente, o que parece bastante adequado ao conteúdo do texto que, entre outros, lamentava a falta de *coragem política* dos *representantes da nação*, a quem dedicou o trabalho⁸². Numa reedição da Parte I em 1851, Varnhagen já dedicou à nação brasileira, o que demonstrava uma ligação mais estreita agora com o povo brasileiro.

Segundo Philippe Artières, as práticas de arquivamento da vida constroem uma imagem de si para a própria pessoa e, por vezes, para os outros⁸³. No caso de Varnhagen, a fidelidade à Monarquia bragantina representada no governo pessoal de D. Pedro II e justificada desde a infância, quando se criou entre “papéis e correspondências daqueles séculos de mais lealdade e civismo”⁸⁴, estendia-se numa fidelidade ao Brasil e sua história, que ele escreveria. Essa foi a imagem criada por Varnhagen.

Em 1857, numa espécie de carta-confissão, noticiou ao Imperador a conclusão do segundo volume da *História Geral*, contando de sua alegria em ter prestado tal “serviço à nação e às demais nações”:

⁸² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico.** Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 6.

⁸³ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, 1998. p. 10.

⁸⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa.** Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 170-171. Carta ao Imperador de 1º de fevereiro de 1852. Esta foi a primeira carta que Varnhagen remeteu ao Imperador após receber tal honraria, na véspera de sua partida do Rio de Janeiro para Madri, em 14 de dezembro de 1851.

pus-me a pensar na dádiva que sem ter honras, nem deveres de *cronista mor*, ia, depois de tantos sofrimentos, de tantos suores, de tanto duvidar, de tanto errar e corrigir, de tanto arrepender, de tanto cortar e riscar, de tanto colocar e descolocar [...]. E falo só de trabalhos, porque ao lado deles são nada mais de cinco contos de réis pela impressão e gravuras, dos quais não espero cobrar nem metade, ainda quando V. M. a mande adotar nas escolas de direito e militares e nos colégios, que será a melhor maneira de fazer que no seu império não só todos leiam e conheçam a pátria história, como lhe deem mais importância e haja maior número de aplicados a esclarecê-la [...]⁸⁵.

Varnhagen dizia sentir-se aliviado em publicar sem as *honras* de *cronista mor* para, logo depois, recordar ao Imperador o merecimento de um título ainda não recebido. Ao grifar a palavra *cronista mor* estava menos sendo *modesto de forma* do que sugerindo ele mesmo para tal posição. Ele fez uma clara ligação entre sua pessoa (com uma situação financeira aparentemente pouco confortável, mas que não o impedia de escrever), o livro (que deveria ser adotado nas instituições de ensino) e o Brasil (que a partir daí conheceria e daria maior importância à própria história). Em sua opinião, uma história do Brasil era uma *necessidade nacional* que se julgava capacitado para suprir. A construção textual adotada por Varnhagen deixa margem para o entendimento de que, para ele, a história do Brasil era a sua *História Geral*, ou ao menos a história do Brasil que merecia ser escrita e conhecida por todos.

Era essa a contribuição que acreditava ter dado à história do país, o mesmo do soberano a quem se dirigia na missiva, e com isso estabeleceu outra aproximação, dessa vez com o Imperador. Conforme Michel Foucault, a carta torna o escritor “presente” para aquele a quem ele a envia, e não apenas pelas informações que dá sobre sua vida, suas atividades, etc., mas com uma espécie de presença imediata, quase física⁸⁶. Esse efeito de presença que se nota em cartas como essa parece ser o que Varnhagen queria imprimir, como se dissesse que, mesmo longe, era como se estivesse prostrado aos pés do monarca, pois era dele o mais *fiel* e *leal* súdito. Sempre falou em termos de *noossa história*, colocando seu trabalho como algo não apenas seu, mas também do Imperador e, por extensão, de todo o Brasil, sentimento que expressou quando remeteu o índice da obra ao monarca, afirmando que “a ninguém antes que a V. M. I. devia eu comunicá-lo, quando a obra é tanto Sua”⁸⁷.

⁸⁵ Ibid. p. 242-243. Grifo do autor.

⁸⁶ FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: _____. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 156.

⁸⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 214. A carta é de 28 de fevereiro de 1854. Varnhagen sugeriu que o Imperador poderia fazer que o índice fosse publicado na Revista do IHGB, ou que ao menos fosse lido em sessão do mesmo Instituto. Como em tantos outros momentos, fez uso das correspondências para pedir favores.

Varnhagen quis que sua obra passasse à posteridade. Reconhecia que a *História Geral* era sua grande obra, que viveria eternamente e seria citada e traduzida⁸⁸. Junto com a obra, esperou que seu autor também ficasse eternizado. O empenho pela imortalidade do nome levou-o inclusive a dispor no testamento que a Viscondessa, sua esposa chilena Carmen Ovalle y Vicuña, não contraísse novo matrimônio, para conservar o título. Igualmente se apressou em garantir que os filhos Xavier Teodoro e Luís Guilherme se assinassem com o *Porto Seguro*⁸⁹. Quis ser lembrado como o historiador brasileiro que deu ao Brasil uma *História Geral*, um patriota que dedicou sua vida ao estudo e escrita da história de seu país. Isso ficou bem estabelecido na dedicatória ao Imperador da segunda edição do Tomo I da *História Geral*, quando falou de uma vida “sempre votada ao estudo e à investigação da verdade”⁹⁰. O uso de *vida votada* exprimia uma ideia de vocação e dedicação total para a realização daquele trabalho, em várias passagens falou em abnegação, do cansaço, das horas dedicadas ao serviço. *Servir*, aliás, foi outro verbo recorrente na correspondência do autor.

Embora contasse com o monarca, que nos idos de 1860 sabia de seus 53 anos já completos e boa parte deles trabalhando como empregado do Estado, sentia-se preterido por vários colegas mais felizes em suas nomeações e concluía suplicando para não ser mandado a nenhum lugar sem melhorar de categoria, pois seria como uma *facada* que não merecia de ninguém e menos ainda do seu protetor⁹¹. Lamentações como essas ajudam a questionar a afirmação de Manoel Salgado Guimarães de que Varnhagen fora plenamente reconhecido pelos esforços intelectuais e serviços prestados ao Estado⁹². Ou então Varnhagen reclamou muito por nunca ter se achado reconhecido como acreditava merecer. Em ambos os casos, cabe não menosprezar o julgamento do historiador, até por ser a fonte que se tem disponível, infelizmente a correspondência passiva do autor, que deveria fazer parte da Coleção Francisco Adolfo de Varnhagen do Arquivo Histórico do Itamaraty, não está disponível para pesquisa, na realidade nem foi encontrada, o que inviabiliza a análise das cartas que escreveu em conjunto com as que recebeu de volta.

⁸⁸ Ibid. p. 213. Nesta carta insinuou que o Imperador poderia *abrasileirar* seu sobrenome como fizera com os irmãos Brandts, do contrário, ninguém iria relacionar Varnhagen com Brasil. Também informou que Karl von Martius havia se oferecido para traduzi-la para o alemão.

⁸⁹ ARAGÃO, Pedro Moniz de. Cartas de Varnhagen ao Conselheiro João Alfredo. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 268, p. 13-25, jul./set. 1965. p. 16. Carta de Varnhagen ao Barão e depois Visconde de Nogueira da Gama, Mordomo da Casa Imperial, datada de 16 de junho de 1875. A filha morrera ainda criança, provavelmente de escarlatina.

⁹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. 2. ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877. s/p.

⁹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 340. Carta ao Imperador de 9 de março de 1870.

⁹² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op. Cit. p. 194.

Então, pode-se dizer que a *Correspondência ativa* no geral e a autobiografia de 1843 em particular, revelam um Varnhagen por ele mesmo? Para ser um Varnhagen por ele mesmo, a correspondência deveria ser a representação fiel do Varnhagen ele-mesmo, o que se mostra perigoso. Como já aludido, cumpre não descuidar da ilusão de verdade dos arquivos pessoais, pois o sujeito que fala ou escreve sobre si não é o objeto (re)presentado por seu discurso reflexivo, falando e escrevendo, literalmente, ele se produz⁹³.

Se deslindar o estilo equivale a deslindar o homem⁹⁴, o testamento de Varnhagen pode ser elucidativo. Recuperando um trecho do documento já colocado no início deste Capítulo:

[...] desejo que o meu corpo fique sepultado no lugar em que suceder meu falecimento; mas disponho que, antes de decorridos dois anos depois de meu falecimento, no alto do Morro de Araçoiaba, próximo do lugar em que nasci, *se levante uma cruz tosca, quer de granito, quer de mármore preto (pedra de cal) das imediações, tão grande quanto seja possível, com uma pequena inscrição na base em que se declare que fiz nela voto ao Senhor, por me haver concedido nascer no Continente de Colombo, e na paragem em que meu Pai levantou um estabelecimento monumental*⁹⁵.

Em 1882, o monumento foi erguido nas terras da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, depois de um século, os restos mortais vieram do Chile, para onde tinham sido levados pela viúva. Mas uma contradição da vida do historiador deve ser anotada: vivendo sempre no exterior, Varnhagen foi uma espécie de viajante. A pertinência de tal afirmação está em que, ao longo da vida, lutou para ser reconhecido como *brasileiro*, depois como historiador e diplomata e, finalmente, para se tornar nobre. Para Temístocles Cezar, esse conjunto de fatores demonstra que não foi um empreendimento pessoal totalmente bem-sucedido⁹⁶. A exigência da construção do monumento expressaria também sua consciência de que não era muito popular em seu país, mesmo entre colegas do IHGB. Seu medo era o de que sua memória não fosse preservada.

A partir das cartas, é possível deduzir que ele delineou um projeto pessoal e, sendo querido ou não, conseguiu um lugar no amplo cenário das letras do Brasil imperial. Como não se cansou de dizer, essa tarefa não excluía a necessidade de décadas de dissabores, frustrações e pequenas alegrias para ser realizada. Varnhagen foi um homem do seu tempo, com interesses e preocupações que lhe cabiam.

⁹³ CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, 1998. p. 49.

⁹⁴ GAY, Peter. Op. Cit. p. 21.

⁹⁵ Apud JANKE, Leandro Macedo. Op. Cit. p. 24. Grifo meu.

⁹⁶ CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.159-207, jul./dez. 2007. p. 187. Sobre a importância das viagens, ver do mesmo autor: CEZAR, Temístocles. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 11, p. 26-33, mai. 2010.

A nobreza veio tarde, mas veio. A impaciente paciência com que esperou uma melhor posição pode explicar a avaliação que fez do jovem cotado para substituí-lo interinamente no serviço em Caracas (década de 1860): um moço “excessivamente orgulhoso” e “impacientemente ambicioso”. Ou apenas Varnhagen não o considerava qualificado o suficiente para o trabalho, posto ter acrescentado que o rapaz tinha uma “curta inteligência”⁹⁷. De qualquer forma, é curioso que justamente ele desaprovasse tal comportamento...

Ao exercício que se pretendeu fazer aqui só se pode dar um final provisório, em aberto, pois é inevitavelmente “work in progress” (expressão utilizada pelo autor irlandês James Joyce) até um próximo achado ou somente outra interpretação do mesmo material. Se a verdade das cartas não pertence ao leitor, e talvez seja esse o maior aprendizado que um leitor de cartas pode ter, é possível que Francisco Adolfo de Varnhagen tenha criado, conscientemente ou não (não é o mais importante), um personagem monumental em suas cartas e obra em geral: o Varnhagen historiador da nação brasileira. Uma imagem que pode ser múltipla e que está presente na relação epistolar.

1.2 “um vistoso altar no templo da Minerva Americana”: Varnhagen, historiador da nação

Foi em Viena, no dia 29 de junho de 1878! Enquanto estouravam os foguetes em honra ao Príncipe dos Apóstolos, a História do Brasil chorava sua orfandade!
Clado Ribeiro de Lessa, 1954

No dia 3 de julho de 1878, o Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, veiculou a seguinte notícia:

morreu o conselheiro Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, atualmente enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto ao império-reino da Áustria-Hungria, cavaleiro da ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, comendador da Rosa, grão-cruz das imperiais ordens russianas de Santo Estanislau e austríaca da Coroa de Ferro, comendador de número da americana real ordem espanhola de Isabel, a Católica, de número extraordinário da real e distinta ordem espanhola de Carlos III. [...] Seria longo enumerar as obras importantes com que o preclaro paulista ilustrou a literatura do Brasil, granjeando o nome *imorredouro que o há de perpetuar nos fastos dos que mais trabalharam pelo progresso da pátria*, pela compilação das crônicas brasileiras e pelo adiantamento intelectual de seus concidadãos. *Historiador, corógrafo, geógrafo, poeta, dramaturgo, biógrafo e matemático, foi sempre Conselheiro Varnhagen considerado por seus*

⁹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 291. Carta ao Imperador de 20 de julho de 1863. O rapaz era Henrique de Toledo Marcondes de Montezuma, recomendado pelo Visconde de Abaeté, Antônio Paulino Limpo de Abreu, que dizia não saber se era seu amigo.

*estudos de superior quilate e pelo seu acrisolado patriotismo. Na Europa, como diplomata, honrou e representou com dignidade e cortesia a nação brasileira, tornando-se saliente nas questões diplomáticas, ou nas exposições universais que ali se deram. O falecimento de um brasileiro de tal ordem merece condolências da pátria*⁹⁸.

O falecimento aqui notificado não foi de um sujeito ordinário, mas de um brasileiro que merecia “condolências” da pátria. As partes que grifei neste trecho da matéria se justificam pelo apelo do periódico em apresentar o falecido Conselheiro Varnhagen como um nome “imorredouro” que trabalhou pelo progresso da pátria, do que já se depreende imagens de uma grande figura intelectual e patriota. Mais que um elogio fúnebre, a citação das diversas condecorações recebidas, dos dotes intelectuais e atuação na diplomacia podem demonstrar a marcação de um lugar para Varnhagen dentro do universo das letras do Império. E não um lugar qualquer.

A imagem do Varnhagen grande historiador começou a ser delineada quando ele ainda estava vivo, todavia só ganhou contornos mais definidos após sua morte. Essa parte da Dissertação propõe abordar alguns elogios (que apareceram em cartas, necrológios, ensaios) sobre Varnhagen e sua obra, elaborados por sócios do IHGB e a maioria saídos na Revista do Instituto, que possibilitaram a formação de uma imagem do historiador-diplomata e a demarcação de um lugar de produção na história da história do Brasil, legitimando a importância do Instituto como marco fundador de uma prática historiográfica. O material básico, portanto, foram textos da época e posteriores, no intento de compreender como essa imagem foi construída por contemporâneos e pósteros.

Entre seus contemporâneos, a primeira menção (ao menos que se tem notícia) veio de João Francisco Lisboa em cartas do ano de 1856. Lisboa havia sido designado pelo IHGB para coletar documentos históricos sobre o Brasil em Portugal, tarefa que anos antes fora desempenhada por Varnhagen. Sabendo da dificuldade que teria em encontrar a documentação, revelou seu desejo de ter Varnhagen “por mestre e guia”, e foi mais longe confessando folgar ao ver pontos “improvisados” do seu trabalho, sobre os quais tinha dúvida, serem “mais larga e judiciosamente averiguados” na *História Geral* de Varnhagen, a quem se referiu como “pai da nossa história”⁹⁹. O historiador maranhense também aproveitou para fazer outros pedidos. Demonstrando desânimo quanto a uma melhoria de posição, escreveu:

⁹⁸ Apud FLEURY, Renato Sêneca. **Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro “Paulista de Sorocaba”**. São Paulo: Melhoramentos, 1952. p. 111-112. Grifo meu. Não consegui localizar o referido número do Jornal na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁹⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatribes contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 67-68. Carta de 9 de maio de 1856. Convém salientar que as cartas

duvido pois que se preste demasiada atenção ao meu pedido, no meio das distrações da política militante, se ela não for fortemente apoiado por pessoas respeitáveis. Escrevi a algumas; pretendo entender-me em Paris com porém julgo que v. e. é uma das pessoas mais bem colocadas para me servir neste empenho. A sua posição de membro do nosso instituto, e o seu título de *nosso primeiro e único historiador*, formam o voto de v. e, *tão competente como decisivo*¹⁰⁰.

O tom acentuadamente laudatório demonstra que Lisboa não apenas queria que Varnhagen o informasse a localização e os documentos a serem copiados e mandados para o Rio de Janeiro, mas também que o ajudasse a ter melhores relações no Brasil e na Europa, em função de sua posição de “primeiro e único” historiador do Brasil. O nível de confiança e admiração que o Timon dizia ter pelo historiador paulista pode ser aferido em outra carta, de 18 de outubro de 1856, quando fez a seguinte declaração:

Suponhamos todavia que tentasse uma História do Brasil, para que depois da sua? Sou franco, e dir-lhe-ei o que entendo sobre ela. Julgo que quanto ao estilo, carece de retoques e correções - poderá mesmo conter inexatidões históricas e geográficas (a exceção de um ou outro ponto sobre o Maranhão, o mais é mera suposição minha para conceder alguma coisa contra); porém na feliz e sábia disposição do plano, na distribuição das matérias, na conscienciosa e laboriosa investigação dos fatos, fique descansado que em nosso tempo não há de aparecer outro que se lhe ponha adiante. Para empreender e levar ao cabo uma obra destas há-se mester, — *coisas que juntas se acham raramente* - talento, consciência, patriotismo, tempo, paciência, dedicação, e posição ou ocasião - e ciência vasta e variada.

Mas depois de um trabalho como o de v. e. julgo que ainda mesmo aqueles que possuírem os dotes, e estiverem na posição que acabo de indicar, andarão mais acertados escolhendo e tratando assuntos mais restritos e especiais como por exemplo — jesuítas, agricultura, guerra holandesa, legislação e forma do antigo governo colonial, etc., etc.

Era o que eu faria se tivesse disposição e capacidade: mas creio bem que me não sucederá¹⁰¹.

A opinião de Lisboa sobre o estilo de escrita de Varnhagen, seu empenho no trabalho de pesquisa e a junção de diversas qualidades que concorriam para garantir seu posto de “pai” da história brasileira também apareceu nos trabalhos biográficos posteriores ao falecimento deste. O mais famoso necrológio foi escrito por Capistrano de Abreu. No “Necrológio do Visconde de Porto Seguro”, Abreu contribuiu com a primeira análise mais substancial sobre a pessoa Francisco Adolfo de Varnhagen atrelada ao seu ofício de historiador. Começando o texto com a afirmação de que a pátria trajava de luto pela morte de “seu historiador”, reconheceu que aquele muitas vezes conseguiu se colocar sob o verdadeiro “ponto de vista

de João Francisco Lisboa citadas neste trabalho foram colocadas por Varnhagen na Nota Y deste livro de 1867. Dada a falta de acesso à correspondência original, para cotejo com a cópia, confiar-se-á na referida publicação.

¹⁰⁰ Ibid. p. 70. Grifo do autor. Carta de 23 de maio de 1856. O cargo mencionado estava com Gonçalves Dias. Varnhagem suprimiu o nome do amigo mencionado por Lisboa.

¹⁰¹ Ibid. p. 77. Grifo do autor. Carta de 18 de outubro de 1856.

nacional” e que tal mérito construiu a matriz historiográfica que sobreviveria por muito tempo no ensino brasileiro. Mas, em Abreu, o ponto de vista nacional conseguido por Varnhagen valeu a alcunha de “quadros de ferro”, porque nem só de elogio foi feito o “Necrológio”. Tanto nesse trabalho quanto em outro ensaio intitulado “Sobre o Visconde de Porto Seguro” (1882), salientou a “sina” que acompanhou Varnhagen para a investigação em cartórios e bibliotecas, afirmando ser necessário enxergar suas qualidades debaixo dos seus defeitos, pois escavava documentos, determinava a autenticidade, mas pecava na compreensão dos fatos. Sua reserva maior era não ver em Varnhagen o modo pelo qual se organizava a vida social, resultante de seu desdém pelas teorias sociológicas em voga na metade do século XIX¹⁰².

Capistrano de Abreu ter dado o nome de “quadros de ferro” para o que identificou como a matriz historiográfica varnhageniana indicava uma referência pessoal básica nos elogios biográficos sobre Varnhagen: a região montanhosa onde nasceu era apelidada de “Morro de ferro”, por conta da abundância do referido mineral, este que foi extraído pela Fábrica na qual seu pai foi diretor. Estava dado um dos elementos que ajudaram na urdidura da narrativa acerca do personagem Varnhagen, ou seja, seu lugar de nascimento.

O fato de ter nascido no Brasil foi exaltado desde quando Varnhagen estudava em Portugal. Uma evidência encontra-se na carta de Vasconcellos de Drummond (citada no item anterior), lida na sessão do IHGB de 11 de janeiro de 1840. Drummond comentou com Cunha Barbosa que era motivo de muita satisfação saber que Varnhagen “se ocupa com tanto cuidado das coisas do Brasil”, porque “O lugar do nascimento cria inclinações profundas no coração do homem”¹⁰³.

Na colocação de Abreu, Varnhagen foi um “destemido bandeirante à busca de mina de ouro da verdade”¹⁰⁴ histórica. As condições de seu nascimento, filho de alemão e nascido em Sorocaba, forneceram dois fundamentos sobre os quais as biografias foram estruturadas: a disposição para o estudo e a circunspeção herdada do sangue alemão, e a bravura herdada do lado paulista. A premissa inicial de cada elogio concorreu para a formação da primeira imagem do futuro *Visconde*, envolvida pelo ethos germânico e paulista do historiador-bandeirante. Permaneceu presente até na representação física que se tem de Varnhagen. O

¹⁰² ABREU, João Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaio e Estudos**. 1ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 127-139. Uma biografia de Varnhagen havia sido escrita por José Carlos Rodrigues em 1873 e publicada na Revista O Novo Mundo, editada em Nova York. O conteúdo foi fornecido pelo próprio Varnhagen, que mencionou esse trabalho na carta de 12 de maio de 1873. Não tive acesso a tal trabalho.

¹⁰³ IHGB. Carta de Antonio Menezes Vasconcellos de Drummond ao Secretário Perpétuo Januário da Cunha Barbosa. Sessão de 11 de janeiro de 1840. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO II, 1840. p. 140.

¹⁰⁴ ABREU, João Capistrano de. Op. Cit. p. 127.

quadro de Federico de Madrazo, colocado a seguir, foi pintado em Madri. À época, contava 37 anos de idade e parece ser a única imagem do autor mais jovem já encontrada:

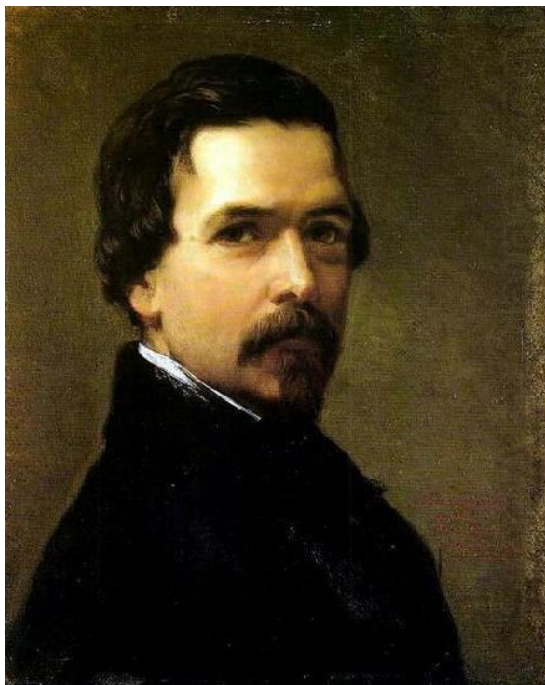


Figura 2: Quadro de Federico de Madrazo, Madri, 1853. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. Fonte: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 12.

Porém, essa imagem de um Varnhagen mais jovem não é a mais conhecida na historiografia. O quadro de Madrazzo é muito menos lembrado que outra foto tirada em Viena na década de 1870, já no final da vida do historiador, e que está posta a seguir:



Figura 3: Foto tirada em Viena na década de 1870, sem data conhecida. Acervo do IHGB. Fonte: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 13.

É possível especular a razão de tal escolha, levando-se em conta a imagem que se cristalizou acerca do autor. Não é o Varnhagen do retrato de Madrazo, mais jovem, que figura nos trabalhos que se debruçaram sobre sua obra, mas o homem envelhecido, de traços austeros e olhar sério e distante da foto da década de 1870, como se tal aparência sisuda fosse mais adequada ao autor da mais vultosa obra de história do Brasil do século XIX, imagem em grande parte alimentada por ele mesmo. Conforme apontado por Lúcia Guimarães e Raquel Glezer, não foi por acaso que o desenho escolhido para estampar a 3ª edição da *História Geral do Brasil*, anotada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia e lançada em 1927, foi o de Rodolfo Amoedo, justamente uma réplica da foto tirada em Viena. A mesma foto que também foi copiada pelo artista plástico Cândido Caetano de Almeida, como modelo para o busto de Varnhagen que adorna uma das salas do IHGB¹⁰⁵.

A ideia do personagem histórico Francisco Adolfo de Varnhagen, historiador dotado de grande rigor teórico e uma personalidade pouco flexível ultrapassou o discurso do ambiente acadêmico, espalhando-se até para a representação visual que se tem de sua pessoa, ou melhor, da escolha da imagem que mais se adequava ao que foi posto. As biografias, os monumentos, as homenagens póstumas em geral, produziram e conservaram o “mito Varnhagen” alicerçado em características como a descendência, a nacionalidade e o temperamento, o que confirma a afirmação de Renilson Ribeiro, segundo a qual:

toda biografia de cunho essencialista e apologética que se preze estabelece como momento fundante de um indivíduo a sua origem, o seu *ethos*. Há uma obsessão pela árvore genealógica e pelo lugar de nascimento, elementos determinantes na configuração da identidade – as marcas – do sujeito. Definir a família e a nacionalidade, por esta lógica, é tarefa crucial para a constituição do perfil e da cronologia do biografado¹⁰⁶.

No caso de Varnhagen, a “regra” foi cumprida, pois sua cidade natal e origem familiar foram colocadas como chaves essenciais na formação de sua personalidade e, consequentemente, na produção de sua obra.

¹⁰⁵ GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 12-14.

¹⁰⁶ RIBEIRO, Renilson Rosa. Invenções dos Outros: As biografias de Varnhagen e escrita da História do Brasil (1878-1978). In: _____. **“Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade”**: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império. 391 p. Tese. (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009. p. 60. Grifo do autor.

Celebrando aniversário de nascimento, morte ou publicação de obra, Varnhagen foi propósito de discurso em várias sessões comemorativas no IHGB. Para Renilson Ribeiro, os letrados do Instituto construíram seu objeto, o seu mito ou herói intelectual, ao tempo em que falaram sobre ele¹⁰⁷. O acolhimento da imagem de Varnhagen como um historiador predestinado a sê-lo por algum motivo, seja nascimento ou contexto de vivência, foi marcante nesses discursos. Essa figura de um “pai fundador” precisa ser problematizada, uma vez que pode servir para a preservação de lugares de poder e de interpretação da história do Brasil. Um primeiro aspecto, nesse sentido, é que essas biografias publicadas nas páginas da Revista do Instituto serviram (e servem) a uma memória construída que arrogou para si (o próprio Instituto) o papel de locus fundacional da historiografia brasileira. Isto é, na medida em que falavam de Varnhagen, falavam da instituição, criando o Varnhagen historiador da nação, divulgavam também o IHGB centro produtor e irradiador da história nacional.

Com uma crítica ou outra, os discursos, depois impressos, acabavam sendo feitos como uma louvação dos próprios colegas de agremiação, pois a homenagem também era dirigida à instituição e à própria nação, criando um elo entre todos os envolvidos na operação e tendo como objetivo maior a exaltação¹⁰⁸. Quanto mais destacado fosse o autor escolhido para proferi-lo, tanto melhor para o defunto (mais honroso) e o entorno dele.

O verniz moralizante dessa modalidade justificava a aposta dos sócios em sua inserção na Revista. As virtudes da conduta e da obra dos brasileiros *ilustres* forneciam peças para um mosaico mais amplo, conjugando exemplos para as gerações posteriores e servindo de “luz e guia” para a elaboração de um sentido histórico para o Brasil independente. O que demonstra a sobrevivência da tradição de uma história *magistra vitae*, com referência especial ao trabalho de um autor antigo de grande prestígio dentro do Instituto, Plutarco, para quem havia uma íntima ligação entre moral e história, pois buscava no passado ensinamentos para o presente através do exemplo de seus personagens¹⁰⁹.

Os “guardiões do tribunal da posteridade” do IHGB legavam muito respeito e admiração aos mortos ilustres, como se percebe nessa fala de 1848 do então orador da academia, Manoel de Araújo Porto-Alegre:

De todas as oblações consagradas ao homem, [...] são sem dúvida as mais nobres, e as que entram no domínio do heroísmo, as honras conferidas aos mortos. Um povo se retrata todo inteiro nas honras que conferem aos mortos

¹⁰⁷ Ibid. p. 20.

¹⁰⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz. Biografia como gênero e problema. **História Social**, Campinas, n. 24, primeiro semestre de 2013. p. 54.

¹⁰⁹ SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003. p. 58.

ilustres. [...] As nações que entregam ao vento as cinzas dos seus beneméritos, não tem futuro: são raças barbarizadas¹¹⁰.

Um benemérito cujas cinzas não foram jogadas ao vento foi o Visconde de São Leopoldo, primeiro Presidente do IHGB. Analisando o elogio biográfico do mesmo, Maria da Glória de Oliveira distinguiu traços que definiam a importância do trabalho, no caso com a história, de um homem de letras, e que eram respeitados e reconhecidos pelo grupo. A vocação para os estudos históricos seria uma escolha marcada por sacrifício e abnegação, mais que propriamente por um talento artístico e original, ou manifestação de um gênio¹¹¹. Essa constatação é perfeitamente válida para Varnhagen, que se colocava como alguém disposto a sofrer as mais duras censuras e ingratidões em nome das *ideias justas* que dizia defender. Nos rastros de Cícero e Plutarco, os consócios que se dispuseram a “escrever a vida” de Varnhagen teceram os fios assegurando-lhe um espaço na galeria dos brasileiros importantes.

A frequência com que Varnhagen se referiu ao seu trabalho intelectual nas cartas se refletiu nesses trabalhos: foi *homem de letras* na correspondência e o mesmo nos elogios póstumos. Na realidade, aspectos que podem ser observados na relação epistolar como o apreço pelo Brasil, o intenso trabalho de arquivo, os pruridos de vaidade intelectual e as polêmicas mais graves, tiveram sua cota de participação garantida nesses elogios. O curioso, no entanto, é que durante toda a vida ele reclamou da atitude do IHGB. Na carta de 24 de setembro de 1856, lamentou ao Imperador D. Pedro II:

Que exemplos, Senhor, “aos futuros escritores”, quer dar esse Instituto, que escolhi para pedestal do nome de V. M. I. na portaria da minha obra! – Triste e esmorecido com tanta indiferença, ou talvez antes oposição e miséria, sigo entretanto agora com a impressão; mas creio que V. M. I. não se Oporá a que eu não o lance à fogueira inquisitorial do juízo público, enquanto não receber, senão a censura do Instituto ao 1º, ao menos algumas palavras autênticas dele, por onde me conste se não levou na consideração que eu lhe quis dar o título com que me apresento no frontispício, para que no 2º volume eu possa apresentar-me assim ou de outro modo: v. gr. com as desonras de “*Ex-sócio &c*”.

A última Revista que vi (na Academia de História) é a nº 15 do 3º trimestre de 54; porém consta-me que no Relatório apresentado há pouco, nem se mencionou o meu nome, e só numa das recentes revistas vem um escrito em que sou “beliscado com unhas *muito duras*”, bem que felizmente

¹¹⁰ PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. Discurso do orador do Instituto. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XI, 1848, p. 219.

¹¹¹ OLIVEIRA, Maria da Glória de. Biografia, memória, experiência da história. In: _____. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 158. Cezar percebeu uma presença ainda que difusa da filosofia hegeliana, forte na primeira metade do século XIX, ao tratar a figura do herói e do grande homem na condução da narrativa histórica. Na ocasião, analisava biografias produzidas por Varnhagen. Ver: CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 129-130.

“com uma *iniquidade clamorosa*”. Não sei a que se alude com estas expressões de uma carta que recebi; mas creio que se tiver razão me hei de queixar de que a Redação do Instituto, protegido por V. M. I., deixe passar tais ataques clamorosamente iníquos contra quem alguns serviços tem prestado ao mesmo Instituto, *desde o seu princípio*¹¹².

Varnhagen reclamou do que entendia como ingratidão de seus colegas que, além de ignorá-lo, ainda o censuravam, revelando uma irritação pincelada de sarcasmo: no segundo volume da *História Geral* deveria se assinar como um “*Ex-sócio &c*”? O historiador se apresentava colérico por conta da *indiferença* do Instituto, todavia, meio século depois de sua morte, um dos primeiros aspectos enfatizados no discurso de homenagem foi justamente o fato de o primeiro volume da *História Geral* ter aparecido assinado apenas por *um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba*.

Nas “Recordações sobre Varnhagen”, Moniz relatou que “Os Porto-Alegre, Macedos, Joaquim Norberto que de longe o elogiavam, logo que ele deles se aproximou não o chamavam senão por um trapeiro”. E arrematou: “Varnhagen não se sentia bem no Instituto e queria todo custo pôr-se a panos”, por isso mesmo “O Imperador era o seu alvo”¹¹³. Seria o paradoxo da *indiferença* enquanto vivo e a celebração depois de morto? Em certo sentido, esses autores não fizeram mais que seguir o plano estipulado desde a fundação do Instituto e que foi apresentado no “Discurso” de Cunha Barbosa, isto é, não relegar ao esquecimento o nome dos brasileiros que “honraram a pátria por suas letras e por seus diversos e brilhantes serviços”¹¹⁴. Mas o caso de Varnhagen foi adiante, porque as apropriações de sua figura feitas pelo IHGB auxiliaram na construção de uma tradição historiográfica.

Segundo Benito Schmidt, cabe ao biógrafo acompanhar o “fazer-se” do indivíduo ao longo de sua vida, levando em conta os espaços sociais por onde ele se movimentou, e suas percepções subjetivas, oscilações, hesitações e também o acaso¹¹⁵. Desse modo, os pronunciamentos grandiloquentes e laudatórios dos membros escolhidos para discursar buscavam individualizar e imortalizar o defunto em meio a expressões retóricas de dor como a prática, instituída pelos patriarcas do Instituto, de que a sessão aniversária fosse como “o dia

¹¹² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 236. Grifo do autor.

¹¹³ Apud RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. In: _____. **História e historiografia**. Petrópolis, RJ: 2008. p. 154.

¹¹⁴ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, 1839. p. 14.

¹¹⁵ SCHMIDT, Benito Bisso. Op. Cit. p. 69.

a principiar com as rosas da aurora, a continuar-se com os fulgores do sol, e a acabar enfim nas sombras da noite melancólica”, ao “visitar em seus jazigos nossos irmãos”¹¹⁶.

O jazigo de Varnhagen fora visitado em 1878, quando homenageado na sessão solene voltada para recordar os membros falecidos ao longo do ano. O orador do Instituto naquele momento, Joaquim Manoel de Macedo, incumbiu-se de presidir a cerimônia e em sua fala destacou o interesse por história do Brasil demonstrado por Varnhagen desde “mancebo”, possibilitado também pela condição que lhe era peculiar de aliar a inflexibilidade germânica no culto das ideias com a dureza justificante do “metal do seu berço”, pois fora “embalado em ninho de ferro”. Para Macedo, Varnhagen era o primeiro historiador do Brasil até aquele momento e por isso “foi homem-monumento por seus trabalhos históricos”, merecendo o título de “escrupuloso iluminador da história do Brasil”¹¹⁷. Porém, levando-se em conta que Varnhagen não era exatamente unanimidade dentro do Instituto, resta saber se o elogio de Macedo foi sincero ou levemente irônico.

Em 1903, no discurso de posse na Academia Brasileira de Letras (ABL), Oliveira Lima, que escolheu Varnhagen como patrono da cadeira 39, afirmou que o historiador paulista foi um “exemplar precioso [...] da raça, do meio e do momento”¹¹⁸, sintetizando numa só frase os três aspectos básicos para a construção do perfil do seu elogiado: a origem, o lugar e o contexto. Como se pode perceber, esses elementos se repetem, sendo a tônica do discurso de Macedo, de Lima, no “Necrológio” de Abreu e nos demais elogios aqui mencionados.

¹¹⁶ MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XLI, p. 471-506, out./dez. 1878. p. 471. A celebração da memória dos sócios falecidos era de vital importância dentro da estrutura de funcionamento do IHGB. Prevista nos Estatutos do grêmio, era uma das principais funções do orador, a quem cabia fazer o elogio, bem como o discurso fúnebre na cerimônia de sepultamento e nas sessões aniversárias.

¹¹⁷ Ibid. p. 483-489.

¹¹⁸ LIMA, Manuel de Oliveira. **Elogio a Varnhagen**. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. 1903. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/discurso-de-posse>. Acesso em: 09 jul. 2017. s/p. Escrita no início do século XX, quando o cientificismo, o darwinismo eram correntes fortes na intelectualidade brasileira, a frase de Oliveira Lima tinha clara inspiração em Hyppolite Taine. Não especularei aqui a existência de uma influência do cientificismo no pensamento de Varnhagen, a este respeito parece-me valer mais a observação de Capistrano de Abreu no “Necrológio” de 1878, quando lamentou o fato de Varnhagen ter ignorado ou desdenhado do “corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia”. Embora tenha vivido e escrito sobretudo na Europa, o momento de Varnhagen ainda não foi o caracterizado por Sílvio Romero como o da chegada do “bando de ideias novas” ao Brasil, na segunda metade do século XIX. A reflexão de Oliveira Lima parece mais uma leitura de sua própria época do que uma característica patente da obra de Varnhagen. Ver: ABREU, João Capistrano de. *Necrológio do Visconde de Porto Seguro*. In: _____. **Ensaio e Estudos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 139; ROMERO, Sílvio. *Explicações indispensáveis*. Disponível em: <http://textosdefilosofiabrasileira.blogspot.com.br/2010/04/poesia-de-hoje.html>. Acesso em: 20 jul. 2015. Este ensaio foi publicado como prefácio de “Vários escritos”, livro póstumo de Tobias Barreto, editado por Romero no ano de 1900.

Atribuindo o epíteto de reformador dos estudos históricos no Brasil que merecia um “vistoso altar no templo da Minerva Americana”, Lima se preocupou em tecer algumas considerações a respeito da escrita de Varnhagen, destacando que,

Se não era um homem de ciência como Humboldt, tão pouco era Varnhagen um estilista como Renan. Escrevia com gravidade, com correção, por vezes com fluência, mas sem elegância nem brilho. Quando mais apurada, isto é, quando se eleva ou mesmo se empola para condizer com o assunto, ou para traduzir os sentimentos nobres que animam, a sua linguagem perde toda a agilidade sob o peso dos atavios que, embora pouco gracioso, não seriam ainda assim julgados excessivos e de mau gosto se por causa deles não ficasse emperrada a expressão do autor¹¹⁹.

O estilo de escrita de Varnhagen foi recorrentemente qualificado como pouco brilhante. Correto (que era de sua preferência), mas árido (Varnhagen dizia não querer *empolar* o estilo). Na opinião de Lima, embora não comprometesse a qualidade da narrativa, a linguagem de graciosidade limitada de Varnhagen não poderia passar despercebida. Num outro momento, nem a ocasião e os elogios proferidos por Pedro Lessa em discurso no IHGB, em 1916, foram suficientes para conter o comentário de que o drama *Amador Bueno* não era uma “obra de arte” e o poema *Caramuru* (1848), um “crime horrendo”¹²⁰.

Um traço sublinhado por Oliveira Lima e que não apareceu tanto nos demais elogios foi o “ressentimento” de Varnhagen com os colegas do Instituto, o “ânimo quebrantado” de que se queixou na velhice. Para Lima, o desânimo de Varnhagen não era só devido a hostilidade da agremiação, revelada sobretudo por conta da sua posição de refratário ao indianismo romântico que por lá circulava, mas também pela impossibilidade de chegar ao grande público, granjear uma maior popularidade. Ao modo das “comparações culinárias”, como denominou, concluiu que:

Varnhagen foi e continua a ser a peça de resistência da nossa refeição histórica, o assado sólido, gordo, apetitoso na sua simplicidade, pois é cozinhado à velha moda portuguesa, sem adubos nem temperos franceses, com um molho leal e nenhum acompanhamento. Dessa peça, um artista menos escrupuloso ou mais destro corta uma lasca, condimenta-a, guarnece-a de túbaras e de cogumelos e apresenta um novo prato, menos substancial, porém grato ao paladar e falsamente leve para o estômago. O abuso de tais pratos, dizem todavia os médicos, que predispõem à gota, a qual para os diletantes do espírito se chama a impotência criadora. Aquele que se alimenta de comidas nutrientes, mas singelas e sãs, tem mais probabilidade de resistir aos anos com saúde, como resistiu Varnhagen às inovações literárias, aos caprichos do estilo, às variações da forma, porque nele primava a preocupação do fundo, e porque resolvera manter-se firme à sua

¹¹⁹ Ibid. s/p.

¹²⁰ LESSA, Pedro. Sessão Solene Especial, em 17 de fevereiro de 1916, comemorativa do centenário do nascimento do Visconde de Porto Seguro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO 80, 1917. p. 616.

concepção histórica, que era a indagação do ponto verdadeiro, e obediente à sua norma literária, que precedia pela verificação da opinião aventada¹²¹.

Este trecho diz muito a respeito do que Varnhagen entendia ser o trabalho do historiador, no entanto, o que importa reter nesse momento é que a avaliação de Lima se mostrou favorável à produção daquele autor, apesar das reservas de estilo e da diferença de preocupações que caracterizavam o tempo em que escrevia e o tempo em que Varnhagen escreveu. Lima entendeu que ele foi essencialmente um homem de letras, embora oficialmente tenha sido um diplomata cuja franqueza, patriotismo e americanismo o tornavam pouco afeito a “arte de engolir desfeitas”, por isso os rompantes coléricos como o abandono, sem permissão do governo imperial, do posto nas Repúblicas do sul da América.

No aniversário de 50 anos de falecimento de Varnhagen, o sócio designado para proferir o discurso foi Basílio de Magalhães. Anotando que outros consócios já haviam feito uma análise da “psicologia pessoal” e da “obra complexa” do “fecundo polígrafo” em outras ocasiões, ainda assim Magalhães reiterou pontos como a nacionalidade, para explicar a volumosa bibliografia produzida pelo historiador. Ressaltou o patriotismo como o “móvel que propeliu Varnhagen ao seu minucioso e magnífico trabalho sobre a nossa maior epopeia bélica do período colonial”, concluindo a esse respeito que o verdadeiro patriotismo não consistia em palavras ocas e retumbantes, como na celeuma dos Parlamentos e da imprensa, e sim “na meditada e percuciente visão de conjunto do dinamismo e das necessidades do país”, bem como “do ritmo deste no concerto do continente e da finalidade que lhe predestinam, no universo e na história, os fatores do passado e as forças propulsivas do presente”¹²².

Tratando da má vontade que Varnhagen teve com os irmãos Andrada, sobretudo José Bonifácio, Magalhães questionou um aspecto sensível do trabalho do historiador afirmando que a imparcialidade absoluta não passava de um “mito”, pois mesmo um historiador pragmático (como o qualificou Oliveira Lima) não deixava de intrometer os seus móveis ideológicos e motivos pessoais nas considerações sobre os fatos. Uma característica interessante desse discurso, que mais tarde apareceu também na extensa biografia escrita por Clado Ribeiro de Lessa, foi a divisão em itens (capítulos), cada um destinado a analisar os percursos de Varnhagen nas diversas áreas do conhecimento pelas quais transitou: o historiador, o etnógrafo, o diplomata, o político e economista, o crítico e polemista, o biógrafo e epistológrafo. Diante de tantos atributos, para o orador, Varnhagen como autor de escritos

¹²¹ LIMA, Manuel de Oliveira. Op. Cit. s/p.

¹²² MAGALHÃES, Basílio de. Sessão comemorativa do 50º aniversário do falecimento de Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro) – realizada em 20 de junho de 1928. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO 104, v. 158, abr./jun. 1928. p. 901-904. Magalhães se referiu ao volume da *História das lutas com os holandeses*.

sobre o passado era referência para o presente e a “grandeza ciclópica do futuro” do Brasil com sua obra elevada ao status de monumentum aere perenius¹²³.

Num pronunciamento de 1964, Hélio Viana se propôs a tratar das “singularidades” de Varnhagen, oferecendo algumas notas sobre as sete edições da *História Geral* e as cinco edições da *História da Independência* (1916), comemoradas na ocasião. Viana pintou um quadro particular de Varnhagen, elucidando traços pitorescos do modelo de escrita do autor, novamente para atestar que ele não tinha muito tino poético para fazer evocações literárias e históricas. Outra coisa miúda bastante curiosa seria a “singularidade” do homenageado em cometer a infidelidade de “esconder o leite”¹²⁴, ou seja, esconder um documento que era do seu conhecimento, ainda que o citasse em seu trabalho. Esse “detalhe” da omissão de citação por parte do historiador também foi assinalado por outros comentadores como Rodolfo Garcia e Manoel Bomfim, o que se mostra estranho e grave para quem era crítico ferrenho de plagiários, autores que omitiam suas fontes, travando polêmica por conta disso, inclusive.

Viana caracterizou Varnhagen como um “diplomata que mais prezava os diplomas, no sentido documental da palavra, que as futilidades da carreira cosmopolita”, mas reconheceu que ele não foi subserviente só para agradar¹²⁵. Um bom exemplo disso foi quando mostrou-se completamente desfavorável ao épico “Confederação dos Tamoios” (1856), do colega Gonçalves de Magalhães, ainda que o poema tivesse sido dedicado a D. Pedro II e o próprio monarca defendido (e nobilitado com o título de Visconde de Araguaia) o poeta das críticas do então jovem José de Alencar, que despontou no cenário das letras justamente a partir dessa polêmica. E Varnhagen fez isso numa carta endereçada ao Imperador.

A edição abril-junho de 1967 da Revista do IHGB trouxe o chamado “Curso Varnhagen”, consistindo em três ensaios escritos por Américo Jacobina Lacombe, Thiers Martins Moreira e José Honório Rodrigues, tratando das ideias políticas do historiador, sua relação com a literatura portuguesa e a posição de mestre da *História Geral do Brasil*, respectivamente. Lacombe enfatizou a conjuntura política na qual Varnhagen iniciou seus trabalhos evocando uma famosa frase de Joaquim Nabuco no livro “Um estadista do Império”

¹²³ Ibid. p. 902-936. Uma das possíveis razões para o desafeto com o deputado de Santos pode ser de ordem psicológica, porque José Bonifácio fez críticas desfavoráveis à gestão de Varnhagen pai na Fábrica de Ferro. O historiador também era filho. Sobre isso, ver: CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. **HISTÓRIA**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 207-240, 2005. A questão da imparcialidade como imperativo na obra de Varnhagen será tratada no Capítulo 2.

¹²⁴ VIANA, Hélio. Singularidade de um historiador. A propósito da 7ª edição integral da *História Geral do Brasil* e da 5ª edição da *História da Independência*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 264, jul./set. 1964. p. 360.

¹²⁵ VIANA, Hélio. Correspondência do Visconde de Porto Seguro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 274, jan./mar. 1967. p. 232. Viana completou censurando a “petulância” de Varnhagen que, com problemas com colegas sócios, teria insinuado ao Imperador que deixasse de frequentar o Instituto, no que não foi atendido.

(1899, biografia política de seu pai, José Thomaz Nabuco de Araújo), pela qual a “Nação deixava-se suavemente deslizar para a monarquia”¹²⁶.

Varnhagen não só deslizou como foi defensor enérgico do regime monárquico, que viu como único capaz de promover/garantir a unidade num período de profundas convulsões sociais como as Regências. Por conta de convicções como essa, sua obra herdou acusações como a de que foi escrita por um “reacionário bragantista”, atribuída por Manoel Bomfim¹²⁷. No cenário mais amplo das posições políticas do autor, Lacombe advogou que não eram as ideias que horrorizavam, mas o impacto do estilo direto e sem contemplação por correntes intelectuais que o cercavam como o indianismo romântico, da qual Varnhagen foi ilustre antipatizante¹²⁸.

Para Thiers Martins Moreira, mesmo que no início da carreira Varnhagen estivesse “entre portugueses, é um americano”, o que o diferenciava substancialmente de seu colega de formação Alexandre Herculano, cuja preocupação era sua terra, Portugal¹²⁹. Nessa lógica, Varnhagen se preocupava com o Brasil, opinião compartilhada por José Honório Rodrigues, que afirmou ter sido o historiador paulista quem mais fez pela história do país na história geral e parcial, o que o tornava até aquela data, 1967, o historiador incomparável do Brasil¹³⁰.

A lista acompanhada até aqui não poderia excluir a maior biografia de Varnhagen já escrita. Refiro-me ao projeto de Clado Ribeiro de Lessa intitulado “Vida e obra de Varnhagen”. No decorrer de sete longos capítulos, publicados em seis volumes da Revista do IHGB, Lessa rastreou cartas, livros, panfletos e qualquer material escrito pelo *Visconde de Porto Seguro*, num árduo trabalho de pesquisa em Portugal e no Brasil, sobretudo. Admirador assumido de Varnhagen, Lessa concordou com alguns aspectos tratados por outros autores, mas também o defendeu, por exemplo, das acusações envolvendo a questão dos índios, alegando que o historiador só justificava a escravização dos povos inferiores como primeira etapa para sua integração na vida civilizada e que era consciente da oposição que sofreria por parte dos “bugrófilos”, isto é, dos indianistas¹³¹.

¹²⁶ Apud LACOMBE, Américo Jacobina. As ideias políticas de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 275, p. 135-154, abr./jun. 1967. p. 137.

¹²⁷ BOMFIM, Manoel. Os que fizeram a história do Brasil. In: _____. **O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte: Puc Minas, 2013. p. 126.

¹²⁸ LACOMBE, Américo Jacobina. Op. Cit. p. 142.

¹²⁹ MOREIRA, Thiers Martins. Varnhagen e a História da Literatura Portuguesa e Brasileira. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 275, abr./jun. 1967. p. 160.

¹³⁰ RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. In: _____. **História e historiografia**. Petrópolis, RJ: 2008. p. 151.

¹³¹ LESSA, Clado Ribeiro de. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 227, p. 85-236, abr./jun. 1955. p. 86-87.

Em todos os elogios aqui elencados o conteúdo poderia divergir ligeiramente, lamentar as “incorrekções” ou “imperfeições de forma”, alfinetar a respeito de suas posições políticas (o exemplar do primeiro volume da *História Geral* por ele remetido foi “engavetado” - provavelmente pelo tratamento dado aos indígenas), mas todos convergiram para um mesmo ponto: até ali Varnhagen estava insuperado como o autor do “maior monumento erigido em honra do nosso passado”¹³². No panteão de papel construído pelo IHGB, Varnhagen foi brasileiro ilustre por letras e virtudes nacionais¹³³.

Tais elogios ao trabalho e/ou a pessoa de Varnhagen incorreram no que Pierre Bourdieu chamou de “ilusão biográfica”, ao discorrerem sobre a vida do historiador como se esta fosse um percurso orientado, linear, que teve um começo, etapas e um fim, um caminho que ele percorreu e que devia ter percorrido¹³⁴. Por essa lógica, filho de alemão, nascido no ambiente da Fábrica de Ferro e na terra dos bandeirantes, Varnhagen estava destinado a ser um historiador circunspecto, obstinado na busca pela verdade dos fatos históricos, *fundidor* dessa história e construtor de “quadros de ferro” para a historiografia nacional. O resultado foi a construção de uma imagem do Varnhagen “pai” da historiografia brasileira. Não cabe aqui diminuir os méritos do trabalho de Varnhagen ou julgar a atribuição de tal epíteto, mas

¹³² MAGALHÃES, Basílio de. Op. Cit. p. 892.

¹³³ Alusão ao nome de uma seção da Revista Trimensal do Instituto chamada “Biografia dos brasileiros ilustres por armas, letras, virtudes, etc.”, para a qual Varnhagen colaborou com muitos trabalhos. Do elogio aos vultos da nação, tornou-se ele mesmo um deles. Sobre a fabricação dos vultos nacionais, ver: ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação**: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. É interessante comentar que de outro local, bem mais inusitado que uma instituição como o IHGB, também saiu uma homenagem para o historiador. Ao longo da correspondência, Varnhagen falou em ilustrar seu nome, no julgamento que a posteridade faria de sua obra, mas seria impossível prever que viraria enredo de escola de samba. Foi o que aconteceu no ano de 1969, quando o G.R.E.S. Mocidade Independente de Padre Miguel, do Rio de Janeiro, levou o samba-enredo “Vida e Glória de Francisco Adolfo de Varnhagen” para a Marquês de Sapucaí. A letra do samba reproduziu muitos elementos que apareceram nos elogios que foram tratados aqui. A música cantada na avenida dizia assim: “São Paulo, terra dos bandeirantes, torrão natal de um artista tão brilhante. Francisco Adolfo de Varnhagen, ilustre personagem, este vulto imortal, exaltamos neste carnaval. Glória ao eminente historiador, assim cantamos em seu louvor. Ô ô ô ô ô ô ô ô. Apresentamos nesta passarela, esta história tão bela de Visconde de Porto Seguro, este gênio do passado foi honrado e agraciado com justas distinções, por outras grandes nações, obras literárias deste notável escritor, são lidas até hoje, mostrando seu real valor. Existe no Largo da Glória o busto deste grande brasileiro, embelezando ainda mais, o cenário do Rio de Janeiro”. Observa-se que logo na primeira linha do samba, antes mesmo do nome do homenageado, está a referência ao lugar onde ele nasceu, acrescido do qualificativo “terra dos bandeirantes”, ou seja, novamente o Varnhagen bandeirante, porque paulista. O tributo ao trabalho intelectual do autor também se apresentou: gênio do passado, ganhou justas distinções e suas obras são lidas até hoje. Como na notícia do falecimento publicada no Jornal do Comércio, Varnhagen teria sido um vulto imortal. O busto o qual falou o samba se encontra na Praça Paris, bairro da Glória, no Rio de Janeiro. Esculpido por José Otávio Correia Lima, foi inaugurado em 21 de outubro de 1938, em celebração ao centenário da fundação do IHGB. Ver: VIDA E GLÓRIA DE FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mocidade-independente-de-padre-miguel/1194904/>. Acesso em: 16 dez. 2017. s/p. Samba-enredo do Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel, carnaval de 1969. Carnavalescos: Guilherme Martins e Alfredo Briggs; autor do samba: Volta Seca (apelido, não foi possível identificar o nome verdadeiro). Já falecido o autor do samba, não se sabe a razão da homenagem.

¹³⁴ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. p. 183.

perceber o movimento de como uma trajetória de vida e a obra escrita de determinado personagem deslizam, por meio de discursos, para a formação de um modelo de identificação entre esse personagem e um espaço temporalmente definido. Nesse caso, o trabalho de Varnhagen como modelo de patriotismo e de como deveria ser escrita a história do Brasil.

Contudo, nem só de exaltação vive(u) a memória de Varnhagen. Talvez o médico e historiador sergipano Manoel Bomfim tenha sido o mais radical crítico do trabalho do autor. Para cada elogio, uma negação. Para Bomfim, os dotes em questão foram mal empregados por um historiador que trabalhava por “encomenda” e em virtude de realizar sua “fofa ambição”. Historiador de Corte e defensor do governo dos Bragança, Varnhagen teria escrito uma história não do Brasil, mas para o trono. O Brasil desenhado por Varnhagen não se encontrou com o Brasil de Manoel Bomfim, porque o Brasil tal como compreendido por Bomfim demorou a se libertar do jugo português, identificado por ele como destrutivo e ultrajante para a verdadeira tradição brasileira. Portugal seria uma nação degenerada que se nutriu das riquezas do Brasil, de modo que a política adotada para com a Colônia americana consistiu em destruir qualquer traço que pudesse concorrer para a afirmação de uma identidade já manifesta, mas que deveria morrer para não prejudicar os interesses lusitanos. Não fosse essa postura, Bomfim acreditava que o Brasil teria alcançado sua plena expressão nacional, rompendo com Portugal, que sobrevivia apenas por “ser metrópole”. Na luta “pela vida”, a Portugal restava continuar sendo metrópole, ou suicidar-se¹³⁵.

Bomfim continuou seu quase libelo afirmando que a Casa de Bragança foi o principal condutor da deturpação da história do Brasil, porque foi inimiga do que chamou “tradição brasileira”, isto é, os títulos históricos que deveriam ser procurados, acentuados e afirmados, para marcar a situação que cabia ao país no cômputo das influências que conduziam a humanidade. No caso do Brasil, entendia que sua colaboração na geografia do mundo moderno era irrisória, mas bastante significativa para a feição do Novo Mundo¹³⁶, e essa mesma tradição era a base da nacionalidade. Assim, na prática de sufoco empreendida pela Coroa, até a Independência em 1822 se fez contra a tradição nacional e o Império, ao esquecer e difamar os genuínos heróis do Brasil, forjou uma história desnaturante e antibrasileira. Em sua opinião, foi esse o tipo de história que Varnhagen sistematizou.

¹³⁵ BOMFIM, Manoel. Op. Cit. p. 15. Formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Bomfim, como grande parte dos intelectuais do início do século XX, valorizava o saber científico como um pressuposto legítimo e necessário para a apreensão da realidade, já que o papel da ciência seria explicar a origem e propor soluções para os males sociais, possibilitando o avanço rumo ao progresso material e intelectual da sociedade. Ver: GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, “pensador da História” na Primeira República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 129-154, 2003. p. 131.

¹³⁶ BOMFIM, Manoel. O Brasil modelou a América. In: GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. p. 143.

Os heróis referidos por Bomfim eram os da Revolução Pernambucana de 1817, um ponto de discordância fatal entre Varnhagen e ele. Enquanto Bomfim colocou os insurgentes numa posição honrada de luta contra a tirania, no segundo volume da *História Geral*, Varnhagen lamentou o movimento contra o “benéfico D. João”, classificando a ação de mito heroico provincial sem fundamento. Incomodava-o até o desaparecimento das condecorações e as iniciais do soberano nas barretinas dos revolucionários. O horror que sentia pelas manifestações contra o governo era tanto, que garantiu ao leitor fazer as cenas de luto e dor passarem fugitivamente pelos seus olhos¹³⁷.

A discordância fundamental entre Manoel Bomfim e os oradores/biógrafos aqui citados era a de que o Frei Vicente de Salvador, e não Varnhagen, deveria ser considerado o iniciador da história do Brasil, com a escrita do livro “História do Brasil” no início do século XVII, mas só publicado no século XIX. A esse respeito, Bomfim acusou Varnhagen de ter “sumido” com o único exemplar completo, anotado e corrigido da obra do Frei, pertencente ao acervo da Torre do Tombo e que foi por ele consultado. Num tom irônico, especulou que se o *Visconde de Porto Seguro* escondia documentos de que se servia, imagine então quem não tinha nobreza, nem primazias! A completa ausência de simpatia que Varnhagen inspirou em Bomfim foi expressa numa criativa lista de denominações como “historiador mercenário”, “reacionário bragantista” com um “patriotismo de convenção”, chegando a insinuar que Varnhagen teria sido contratado para defender os bragantinos¹³⁸. Ao maximizar os sentimentos pessoais de Varnhagen, Bomfim associou seu trabalho de escarafunchar arquivos com uma ideia de posse, ou seja, Varnhagen se apossou da história do Brasil para torná-la sua e escrevê-la segundo seus próprios interesses, ao fazer parte do grupo de letrados cuja orientação histórica era os “degraus do trono”.

É notório que Bomfim engendrou uma narrativa buscando desconstruir outra narrativa de louvor ao trabalho de Varnhagen, inclusive desqualificando a figura pessoal do historiador. Num trecho afirmou que “Quando chega o momento de falar de si mesmo, quando não podia ser, apenas, inerte e opaco, encontramos-lo – o menos humano dos homens [...]. Contratado para ser brasileiro”¹³⁹, contestando, portanto, a versão “oficial” dada por Varnhagen de que

¹³⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. 373-390.

¹³⁸ BOMFIM, Manoel. Os que fizeram a história do Brasil. In: _____. **O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte: Puc Minas, 2013. p. 119-126. Bomfim se identificava com os movimentos de inspiração liberal, escreveu que “DEZESSETE é o ânimo brasileiro que protestará em VINTE E QUATRO, para ressurgir em QUARENTA E OITO”, ou seja, a Revolução Pernambucana de 1817 é o ânimo brasileiro que protestará na Confederação do Equador de 1824, para ressurgir na Revolução Praieira de 1848.

¹³⁹ Ibid. p. 125-133.

seu amor pelo Brasil o havia feito escolher a nacionalidade brasileira em detrimento da portuguesa, conservada pelos biógrafos. Sua revolta aumentava ao constatar que Varnhagen “fez escola” e que os “sub-Varnhagen”, como chamou os historiadores posteriores, continuaram a escrever seguindo os passos do historiador sorocabano. Com uma diferença, o que Varnhagen conseguiu com uma demorada pesquisa arquivística, outros como Fernandes Pinheiro, Joaquim Manoel de Macedo e Moreira de Azevedo tentaram preencher com o esforço erudito, como se nada de tão importante tivesse escapado à *História Geral*. O problema estava em que a *História Geral* de Varnhagen, na ótica de Bomfim, não era a história nacional, mas uma história para entregar o Brasil à Casa de Bragança.

Para ele, a história nacional varnhageniana não foi uma história brasileira de fato, porque menosprezou o que era verdadeiramente nacional para valorizar o colonizador que só causou males, que deveriam ser extirpados, não aplaudidos. Os “quadros de ferro” de Varnhagen, seu valor científico, seu papel na construção de determinado tipo de memória e sua força na elaboração de uma matriz explicativa da história brasileira constituiu um paradigma ainda em voga no início do Novecentos.

Contemporâneo de Bomfim, o crítico Sílvio Romero destacou Varnhagen como o “segundo em mérito de nossos historiadores”, não se furtando em alfinetar quem considerava exagerar a importância do “minguado” *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil* (1847), com o fim especial de “ferir a determinado historiador da pátria literatura”¹⁴⁰, ou seja, ele mesmo. Romero entendia que seu trabalho era pioneiro na história da literatura brasileira, não o ensaio de Varnhagen.

Mais recentemente, Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota destacaram o médico e historiador Solano Constâncio e sua “História do Brasil: desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a abdicação do imperador D. Pedro I” (1839) e Inácio de Abreu e Lima com o “Compêndio da História do Brasil” (1843) como elaboradores de uma historiografia propriamente nacional mais consistente e sofisticada que antecedeu a visão “oficial” do Brasil, embora não tenha se transformado em dominante. O trabalho de Constâncio foi colocado como o início de uma tradição historiográfica, uma maneira inovadora de entender o Brasil e interpretar a história na perspectiva da descolonização, articulando uma periodização em que se enfatizou o processo de Independência e a expulsão do primeiro Imperador, contrapondo-se ao que chamaram de visão bragantina e reacionária de Varnhagen. De Lima, personagem em si controverso, pois lutou nas tropas de Simón Bolívar para a Independência e

¹⁴⁰ ROMERO, Sílvio. Diversas manifestações na prosa – história. In: _____. **História da literatura brasileira**. v. 5. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1980. p. 1551-1556.

instalação de Repúblicas na América espanhola e no Brasil era monarquista, Lopez e Mota enfatizaram a positividade de sua descrição dos movimentos de insurreição como os de 1817 e 1824, e a crítica à atuação dos militares ingleses no Maranhão, o que, na opinião de ambos, bastaria para derrubar a interpretação oficial de uma “história harmoniosa e incruenta” escrita pelo “reacionário” Varnhagen¹⁴¹.

Os autores apenas deixaram de mencionar que a premissa do “Compêndio” era, como o nome revela, reunir escritos de outros autores que se ocuparam em estudar e escrever sobre história do Brasil, aspecto esclarecido pelo próprio Lima no Prefácio da obra ao explicar que pouco se poderia ali encontrar de “lavra própria”. Não deixa de ser importante o esforço do militar, mas um trabalho nesses moldes estava fora da pretensão de ser uma história geral do Brasil, preocupação da época, e Lima sabia disso, sua contribuição se apresentou menos ambiciosa. Se a intenção de Lopez e Mota era pensar o “Compêndio” como um exemplo de história “científica” do século XIX, ficou mais visível o propósito de oferecê-lo como um contraponto ao trabalho de Varnhagen.

Para os autores, daí derivou o mito da história pacífica e sem rupturas, marcada por supostas continuidades que caracterizou a historiografia ligada ao IHGB. Porém, caberia indagar se o discurso da continuidade pacífica ficou somente no “mito” apresentado pela escrita “rígida e aborrecida” de “áulicos do Segundo Reinado”,¹⁴² como se referiram, ou se aquela foi uma fala corrente dos atores políticos da época, ultrapassando, portanto, o limite das páginas dos livros. Quem veio primeiro: um livro de Varnhagen, por exemplo, ou o discurso geral da nação brasileira? Ou foram contemporâneos?

Segundo Wilton Silva, o nome se projeta como guardião de uma obra construída social e historicamente, mostrando-se como reflexo de realizações, vínculos, apreciações e indiferenças, num espaço relacional delimitado¹⁴³. Dessa forma, o sentido conferido à vida de Varnhagen nessas biografias aponta para a adoção de um ponto de vista comum: a explicação da vida de Francisco Adolfo a partir do cânone Varnhagen¹⁴⁴.

¹⁴¹ LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. **História do Brasil**: uma interpretação. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008. p. 449-451.

¹⁴² Ibid. p. 452.

¹⁴³ SILVA, Wilton C. L. Espelho de palavras: escrita de si, autoetnografia e ego-história. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). **Grafia da vida**: reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 52.

¹⁴⁴ Forma parodiada do trecho final do ensaio de Daniela Maria Megid sobre biografias de Machado de Assis. A formulação original é: “o sentido que é conferido à vida de Machado de Assis nas três biografias parece apontar para adoção de um mesmo ponto de vista analítico - a explicação da vida de Joaquim Maria a partir do cânone Machado de Assis”. Ver: MEGID, Daniela Maria. De homem a personagem: as construções sobre Machado de Assis nas biografias. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). **Grafia da vida**: reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 167.

Nesses termos, Varnhagen poderia ser definido como um clássico da historiografia brasileira? O que (ou quem) define quem integrará o seletivo grupo de uma linhagem historiográfica? Na leitura de Andre Freixo, a colocação de Varnhagen em tal posição se deveu, em grande medida, ao trabalho de José Honório Rodrigues que, ao procurar traçar uma identidade para a escrita da história no/do Brasil, construiu essa narrativa calcada no que seriam seus principais representantes, entre eles o historiador sorocabano. Varnhagen teria se transformado na primeira referência associada aos esforços pela profissionalização do campo da historiografia no país no final da década de 1940 e ao longo da década de 1950. Assim, o projeto de Rodrigues era pensar os rumos da disciplina histórica, organizando e periodizando seus grandes expoentes, e nesse arranjo Varnhagen alcançou o posto de fundador da moderna historiografia brasileira. Logo, Rodrigues teria sido “responsável pela elaboração de uma bem sucedida forma de se “lembrar” da escrita da História no Brasil”, o que significou marcar os grandes historiadores do passado, produzindo um “sentido” para esta história, sentido que apontaria para os grandes e renovadores historiadores do presente¹⁴⁵.

Importa frisar que, não obstante tenha reconhecido os méritos da investigação de Varnhagen, Rodrigues formulou um juízo segundo o qual aquele historiador foi um conservador intransigente, oficialista, colonialista, com repulsa ao inconformismo e horror ao índio¹⁴⁶. Também destacou Capistrano de Abreu, não Varnhagen, como o maior historiador do Brasil. De todo modo, fato é que o nome de Varnhagen foi elevado ao status de historiador oficial do Império.

Se Varnhagen foi o iniciador da linhagem moderna da historiografia brasileira, foi não por ter sido o primeiro ou único historiador do Brasil, mas porque sua obra, mais que qualquer outra de seu tempo, acabou encontrando terreno mais fértil dentro das condições históricas do local e época em que foi produzida. A *História Geral do Brasil* foi possível porque o momento histórico, o processo de Independência política, a constituição do Estado nacional e a institucionalização da reflexão e da pesquisa históricas no IHGB estavam amadurecidos na década de 1850¹⁴⁷. Varnhagen criou uma descrição do e para o Brasil de meados do século XIX e, nesse sentido, constituiu-se num monumento de tinta e papel que empresta o nome ao

¹⁴⁵ FREIXO, Andre. José Honório Rodrigues: os clássicos e uma possível identidade historiográfica brasileira (décadas de 1940-1980). **XIII Encontro de História Anpuh-Rio**, 2008. p. 2-4. Em 2018 foi publicado o volume dedicado à história do Brasil da coleção organizada por Maurício Parada e Henrique Estrada Rodrigues, “Os historiadores: clássicos da história do Brasil”. Um dos “clássicos” escolhidos foi Varnhagen, cujo ensaio foi escrito por Lucia Paschoal Guimarães.

¹⁴⁶ RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. In: _____. **História e historiografia**. Petrópolis, RJ: 2008. p. 159-171.

¹⁴⁷ REIS, José Carlos. Anos 1850: Varnhagen. O elogio da colonização portuguesa. In: _____. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 23-24.

escrutínio de todas as gerações posteriores de historiadores, para admirar, contestar, condenar, mas não ser ignorado.

No *Memorial orgânico*, proclamou que “se glória nos couber, venha ela ainda que seja daqui a séculos, e sobre a triste sepultura”¹⁴⁸. 140 anos depois de sua morte, seu busto nas imediações do Araçoiaba é quase um símbolo material da história *magistra vitae*, recordando uma tarefa prioritária entre os “obreiros do porvir” do IHGB: “À nós cabe a missão de honrar a memória dos grandes homens; à posteridade, o encargo de julgá-los”¹⁴⁹.

¹⁴⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 202.

¹⁴⁹ IHGB. Sessão de 26 de outubro de 1877. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XL, out./dez. 1877. p. 520. Tratava-se de um parecer assinado por Aquino e Castro e Nabuco de Araújo acerca do “Elogio biográfico de José Bonifácio de Andrada e Silva”, escrito por José Maria Latino Coelho.

Capítulo 2

Uma história nacional para o Império dos trópicos

O ótimo é inimigo do menos mau. Não era justo que enquanto não podíamos alcançar o ótimo, nos contentássemos com o péssimo, que péssimo era não possuir a nação uma história geral, digna deste nome, e sisuda e imparcialmente escrita.

F. A. de Varnhagen, 1857

No que consistia a *história geral* falada por Varnhagen no trecho acima, pertencente ao *Prefácio* do Tomo II da *História Geral do Brasil*?¹⁵⁰. Conforme Rebeca Gontijo, no Brasil do início do século XIX prevaleceu o ideal de uma obra de conjunto, uma história geral da nação plena de sentido, síntese a ser escrita em um ou muitos volumes que deveria ser sustentada por fontes fidedignas e cuidadosamente reunidas, de modo a possibilitar o acesso à verdade¹⁵¹. Varnhagen quis que essa obra fosse sua *História Geral do Brasil*.

O futuro *Visconde de Porto Seguro* teve sua formação intelectual realizada no Portugal da primeira metade do Oitocentos, portanto, pós-reformas pombalinas, que operaram significativas transformações no cenário das instituições e letras lusitanas. Num ambiente marcado por crise e incertezas quanto ao presente, à narrativa do passado e às expectativas para o futuro, a operação historiográfica levada a efeito no interior de Academias literárias como a Real Academia de Ciências de Lisboa revelou deslocamentos da experiência temporal, numa coexistência entre aspectos de uma história ilustrada e prerrogativas da moderna história científica para tecer a história de Portugal. Em um tempo posterior, mas também dentro de um contexto de tensões, continuidades e discontinuidades, no Brasil recém-independente a tarefa de escrever a história nacional coube ao Instituto Histórico e Geográfico, criado ao final das Regências, período prenhe de convulsões políticas e sociais, que acabou servindo de “laboratório” para a grande obra do Segundo Reinado: a narrativa da nação brasileira.

Para Varnhagen, artífice intelectual de primeira grandeza dessa construção, a história nacional a ser escrita deveria ser “a imagem da verdade histórica apresentada da forma que,

¹⁵⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. VI.

¹⁵¹ GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. **História**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159-185, 2005. p. 178.

segundo a consciência do historiador, interessa e convém à nação”¹⁵². Aqui está a segunda consideração desta Dissertação.

2.1 Varnhagen e a escrita histórica em Portugal

Em que, então, é útil ao homem do presente a consideração monumental do passado, o ocupar-se com os clássicos e os raros de tempos antigos?
Friedrich Nietzsche, 1876

O período compreendido entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX concentrou momentos significativos da história política de Portugal. A proposta deste item da Dissertação é sublinhar, tão somente, esse espaço temporal dentro do qual Varnhagen realizou seus estudos e iniciou seu trabalho de escrita e publicação de trabalhos, estando ligado à Academia Real das Ciências de Lisboa e sendo colaborador do jornal O Panorama e da Revista Universal Lisbonense, buscando perceber nuances do pensamento histórico do autor, que participou ativamente de um círculo intelectual de Lisboa, travando relações com autores que já tinham ou teriam destaque no cenário letrado do país como o Frei Francisco de São Luís (futuro Cardeal Saraiva), Almeida Garret e Alexandre Herculano.

Em 1945, Clado Ribeiro de Lessa apontou que até ali pouca atenção havia sido dada ao período em que Varnhagen viveu em Portugal e publicou seus primeiros textos¹⁵³. Até o momento, não muitos trabalhos procuraram atentar para essa produção realizada entre 1839 e 1841, antes de suas grandes obras como a *História Geral*¹⁵⁴. Da mesma forma que já foi

¹⁵² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2011. p. 194.

¹⁵³ LESSA, Clado Ribeiro. Formação de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 186, p. 55-88, jan./mar. 1945. p. 61. Nesse recorte, Portugal passou pelos governos de D. Maria I, D. João VI, D. Pedro IV, D. Maria II, D. Miguel e D. Maria II novamente, após o restabelecimento da coroa usurpada pelo tio D. Miguel Para um exame mais detido das implicações políticas e sociais desse período, ver: CATROGA, Fernando. “Quimeras de um façanhoso Império”: o patriotismo constitucional e a independência do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006; PRADO, Maria Emília (Org.). **O liberalismo no Brasil imperial**: origens, conceitos e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2013.

¹⁵⁴ Entre eles, de alguma forma: WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional (1999), OLIVEIRA, Laura Nogueira. **A palavra empenhada**: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen (2007), TASCA, Michelle Fernanda. **A ficção histórica oitocentista**: as configurações do histórico e do literário em Varnhagen e Alexandre Herculano (2012), SANTOS, Evandro. **Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista**: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo (2014), SANTOS, Evandro. *História e ficção: os princípios da representação em Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen* (2018), CEZAR,

defendido que é mais difícil entender o trabalho do autor desconhecendo certos elementos biográficos e mesmo de sua personalidade, também valeria discutir sua presença no contexto português da primeira metade do século XIX.

Em 1839, Varnhagen foi admitido sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, na Classe de Ciências Morais e Belas Letras. Para compreender a concepção de história do autor, seria interessante pontuar aspectos a respeito da operação historiográfica nessa Academia, fundada em 24 de dezembro de 1779 pelo Abade Correia da Serra e pelo 2º Duque de Lafões, João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, no governo de D. Maria I, portanto, após as reformas institucionais realizadas durante a administração de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, no Reinado de D. José I¹⁵⁵. É necessário ter essa legislação em perspectiva para vislumbrar o projeto desenvolvido no interior da Academia, cujos matizes sofreram influxo, sobretudo, da Reforma da Universidade de Coimbra de 1772. Tratava-se de retomar e reformular elementos já presentes no plano cultural pombalino do início da década de 1770.

A Reforma da Universidade de Coimbra se realizou segundo princípios preconizados por Ribeiro Sanches e Luís António Verney, introduzindo o estudo das ciências experimentais (química, matemática, física experimental, mineralogia) em Portugal, que marcavam o eco da cultura ocidental do século XVIII, o que evidenciava a influência de ideias da Ilustração francesa (especialmente Voltaire e enciclopedistas como Diderot e D'Alembert), na busca pela atualização com a ciência europeia. Segundo Maria Odila Dias, Razão, Natureza e Prática deveriam compor forças para o bem da sociedade e, embora se tentasse solucionar o “atraso” do país, procurou-se adaptar o cosmopolitismo ilustrado com as particularidades do reino¹⁵⁶. Uma particularidade foi a força da religião católica, de maneira que ainda hoje se discute se existiu ou não um Iluminismo português.

Temístocles. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen (2018). O recorte 1839-1841 remete para o momento em que ainda não havia restituído a nacionalidade brasileira.

¹⁵⁵ A noção de “operação historiográfica” parte das considerações de Michel de Certeau no livro “A escrita da história”. Segundo o autor, a história pode ser compreendida como uma “operação” se considerá-la como a relação entre um lugar (um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise e a construção de um texto, isto é, a combinação de um lugar social, de práticas científicas (no sentido de dotadas de um conjunto de regras que permitem a produção de objetos determinados) e de uma escrita. Ver: DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 46-47.

¹⁵⁶ DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 278, jan./mar. 1968. p. 106-120. Lembrando que muitos bem nascidos no Brasil Colônia estudaram em Coimbra, conforme Maria Odila Dias, a fundação do Jardim Botânico e do Museu Nacional foram estímulos para a orientação pragmática das pesquisas científicas no Brasil, visando a beneficiar o comércio, a indústria e as artes. Nesse sentido, esses homens ilustrados se voltaram para a experiência colonial de nações europeias, em busca de uma lição aplicável ao Brasil. Uma análise da discussão sobre a Ilustração em Portugal pode ser encontrada em: CARVALHO, Flávio Rey de. **Um Iluminismo português?** A Reforma da Universidade de Coimbra de 1772. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2007.

Para o abade José Correia da Serra, a experiência de quase todas as nações europeias tornou evidente a utilidade das associações literárias para os progressos, sobretudo das ciências naturais, exatas e da literatura propriamente dita. No universo português, a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa era o passo que faltava dar para as “Luzes se arraigarem, e acelerar seus progressos”, de modo que a Academia era uma sociedade unicamente “destinada ao adiantamento das Ciências, das Letras, e das artes”, cuja natureza e fim estavam justificados no selo de Minerva com as armas reais e no verso “Nisi utile est quod facimus stulta est gloria”, escolhido como lema da instituição¹⁵⁷. O que estava em jogo era a reinvenção de uma tradição e a formulação de novas autoridades para a escrita do passado¹⁵⁸.

Fundada no período pós-viradeira, o trabalho da Academia das Ciências (protegida por D. Maria I) se tornou instrumento da relação entre o soberano e a elite cortesã que havia sido desprestigiada ao longo do período josefino (Reinado de D. José I) com sua política de centralização, representando a conciliação entre o projeto reformista veiculado por Pombal e a proposta de burocratização do Estado acelerada com a ascensão de D. Maria I. Além disso, para diferenciar seu projeto epistemológico em relação à antecessora Academia Real da História Portuguesa (patrocinada por D. João V), exaltou seu método e fundou um novo projeto a partir do qual a investigação histórica deveria conduzir à história da nação. Essa história geral a ser escrita deveria se tornar um monumento das letras pátrias, devido o emprego de “monumentos” da história literária (textos escritos por autores portugueses e em língua portuguesa). A exaltação da nacionalidade compôs esse projeto que combinava e se adequava às estratégias de legitimação e glorificação do Estado monárquico português¹⁵⁹.

As ideias de razão, ciência e crítica coordenaram-se com outros grupos de conceitos, como história, Estado, soberania, nação, povo, que lhes garantiam seus respectivos usos e

¹⁵⁷ SERRA, José Correia da. **História da Academia Real das Ciências de Lisboa, desde o seu principio até 1788**. IAN/TT (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa), Arquivos Particulares, Abade Correia da Serra, Caixa 3B, A 58. Disponível em: <http://chcul.fc.ul.pt/correia_da_serra/transcricoes/IAN-TT_Arq_Part_Correia_da_Serra.Cx_3B>. Acesso em: 23 mar. 2018. p. 1-3.

¹⁵⁸ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. João Pedro Ribeiro e a erudição em Portugal. In: HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca Nogueira; CATROGA, Fernando (Org.). **Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 25.

¹⁵⁹ SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. **Maquinações da Razão Discreta: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)**. 315 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. p. 141-143. A expressão “viradeira” se refere ao fato de a ascensão de D. Maria I ter representado uma grande “virada” em relação à política de controle efetuada por Pombal sobre os nobres de grandes casas, o que alterou a dinâmica das sociabilidades e produziu uma nova forma de aliança entre o soberano e a nobreza. Esse novo pacto e seus efeitos são importantes para entender os usos da história no período mariano e o significado da elite burocrática e letrada ascendente com a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa. No plano político, também se caracterizou por um novo pacto entre Monarquia e nobreza.

sentidos. Paralelamente, as práticas que fundavam a interpretação histórica da Academia adquiriram sentido conforme as mudanças do cenário político, repercutindo na ressignificação de conceitos políticos, de forma que, se houve uma crítica literária, jurídica e historiográfica no Portugal setecentista, professada entre a elite da Academia de Ciências, ela permaneceu fundamentada na aliança entre política e moral que caracterizou o gênero crítico ou arte de julgar desde o século XVII¹⁶⁰.

Um elemento importante dessas reflexões históricas foi a erudição, que deixou de ser apenas uma prática de exegese religiosa e passou ao centro da atividade legislativa e administrativa. Se a primeira geração formada após a Reforma da Universidade de Coimbra empregou a erudição nos textos laicos de história e de direito, em um segundo momento seu uso serviu muito para a fundamentação de discursos políticos. No entender de João Pedro Ribeiro, primeiro Lente da Cadeira de Diplomática em Coimbra, a verdade histórica concebida pela erudição não perdia seu significado moral, pois a crítica prudente não ultrapassava as fronteiras da política. Assim, entre as reformas pombalinas e o início do século XIX, o discurso histórico ganhou notoriedade, servindo como o maior argumento na justificação do poder do monarca, daí a produção da verdade documental, sua preservação e interpretação terem se tornado um problema do Estado. Ressalte-se, porém, que o discurso histórico – de base jusracionalista, baseada na razão e que renovou a narrativa da história do Reino, secularizando-a de forma a subtrair da história a importância dos fatos da Igreja, ainda que afirmasse o catolicismo como um dos aspectos seminais do “gênio” português – também sobrepujou outras teorias sobre a origem e legitimidade do poder, como o Milagre de Ourique, colocando o governo, o próprio monarca, na dependência da autoridade depositada no discurso histórico¹⁶¹.

Na Academia, os letrados se posicionavam em virtude da razão e da erudição. Desse modo,

¹⁶⁰ SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *A operação historiográfica na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real de Ciências de Lisboa (1779-1814)*. In: In: HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca Nogueira; CATROGA, Fernando (Org.). **Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 39.

¹⁶¹ SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. **Maquinações da Razão Discreta: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)**. 315 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. p. 172-180. O chamado Milagre de Ourique era um elemento importante de justificação da Monarquia portuguesa. Acreditava-se que, antes da Batalha de Ourique (1139), D. Afonso Henriques teria visto Jesus Cristo, que lhe garantiu a vitória no dia seguinte. Vitorioso contra os mouros, D. Afonso Henriques autoproclamou-se (ou foi proclamado pelas tropas) Rei de Portugal. A respeito da base filosófica ilustrada jusracionalista em Portugal, ver: HESPANHA, António Manuel. **Hércules confundido: sentidos improváveis e incertos do constitucionalismo oitocentista: o caso português**. Curitiba: Juruá, 2010. Essa reflexão esteve presente no Colégio dos Nobres em Lisboa, onde Varnhagen estudou na juventude para habilitar-se na língua alemã.

a Academia, ao mesmo tempo em que se preocupou em fornecer, pela construção de uma diplomática portuguesa, as práticas de leitura documental que configuraram a *operação historiográfica* na associação, buscara, pela *crítica discreta*, um meio de conter a contestação do regime. Assim, se a *retórica da autenticidade* apenas pode ser concebida, porque as regras de investigação jurídica adquiriram expressão fora do campo jurídico; a *crítica discreta* representou a expressão do posicionamento dos letrados da Academia Real das Ciências de Lisboa diante do debate crescente sobre os dilemas do regime e da hegemonia da *retórica da autenticidade*¹⁶².

O trabalho na Academia consistiu, então, no que Taíse Quadros denominou “retórica da autenticidade”. Tal conceito identificaria uma série de operações formuladas inicialmente no contexto jurídico e que passaram a definir a escrita da história no período, como o emprego de provas qualificadas como autênticas, a reunião de documentos e seu ordenamento cronológico. Outro aspecto que se disseminou dizia respeito à laicidade dessa verdade histórica, o que indicava a intensificação do processo de modernização da escrita historiográfica em Portugal¹⁶³. A restituição do passado seria efetuada pelos seus fragmentos, que permitiriam uma recriação exata, verídica, tarefa que exigia “tino diplomático” para ter assegurada a fidedignidade e correta datação do documento. Cabe salientar que Varnhagen e Alexandre Herculano estudaram Diplomática na Torre do Tombo, Cadeira criada por Ribeiro.

Já avançando para o século XIX, Taíse Quadros afirmou que o *tópos* história *magistra vitae* perdeu sua operacionalidade na Academia das Ciências, visto que a universalidade subscrita nele não mais definia a relação com o passado, focada à luz das singularidades nacionais. A consciência do ineditismo da experiência tornou urgente resgatar as linhas fundamentais que definiam a identidade do Reino e que garantiriam o seu futuro. Assim, o conceito de história na Academia formulou-se como singular coletivo pela mutação do antigo *tópos*, pois, ainda que o tempo não pudesse mais ser reduzido à repetição, poderia ser remediado por reformas administrativas que conduziriam Portugal a um futuro possível e esperado. Mesmo que a elite ilustrada do final do Setecentos refletisse também por meio de expressões como “restauração” ou “declínio”, expressando uma ideia de história cíclica, a presença das mesmas não definiu o projeto da Academia¹⁶⁴.

¹⁶² Ibid. p. 210. Grifo da autora.

¹⁶³ Ibid. p. 199-200.

¹⁶⁴ Ibid. p. 210-217. Para Reinhart Koselleck, a perspectiva historiográfica definida como “singular coletivo” se definiria por romper com a percepção plural de histórias, que deixam de expressar fatos singulares, sem relação, para representar uma única e maior história: a história da humanidade, como afirma o autor: “A ideia do coletivo singular possibilitou outro avanço. Permitiu que se atribuísse à história aquela força que reside no interior de cada acontecimento e afeta a humanidade, aquele poder que a tudo reúne e impulsiona, por meio de um plano, oculto ou manifesto, um poder frente ao qual o homem pôde acreditar-se responsável ou mesmo em cujo nome pôde acreditar agindo”. Ver: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/EDPUC, 2006. p. 52.

Outra expressão próxima, regeneração, foi fulcral na obra de um membro da Academia de Lisboa: José Bonifácio de Andrada e Silva. Figura proeminente do pensamento luso-brasílico na primeira metade do século XIX e de formação coimbrã (professor da Cadeira de Mineralogia em Coimbra), apareceu em José Bonifácio uma reorientação crítica na avaliação da posição do Brasil frente à Metrópole portuguesa, ao redirecionar a história da colonização como a história da exploração. Para o autor, o Brasil representava o novo no lugar do velho e decadente Portugal. A regeneração política poderia reverter a decadência do Reino se compreendesse a prioridade de outra regeneração maior e mais fundamental que deveria ter o Brasil como cenário. Caberia às Ciências e às Letras vencerem certo torpor intelectual, funcionando como termômetro confiável do vigor e prosperidade do Reino. A experiência do tempo em José Bonifácio revelou um deslocamento de sentido, ou descontinuidade, pois agora o imperativo era o da “astúcia da posteridade”, tribunal menos parcial, logo, mais qualificado para julgar a verdade e o valor moral das ações. Com o passado se afastando do presente, os deslocamentos cronológicos alargavam o futuro, distanciando experiência e expectativa. Conforme Valdei Lopes, o futuro em fuga ainda poderia ser experimentado com o auxílio das imagens antigas, servindo de ponte entre o presente e o próprio futuro. Dessa maneira,

mesmo que de forma indireta, a astúcia da posteridade leva a um novo tipo de relacionamento com o documento, visto enquanto testemunha e fonte da história. Deslocando para o futuro não mais apenas a função de herdeiro, mas agora a de juiz e redentor, exigia-se dele um conhecimento testemunhal do *presente passado* que pudesse ser usado para decidir do valor das histórias e retratos legados pela tradição¹⁶⁵.

Mas o correr da pena não poderia acompanhar o correr do tempo. Enquanto José Bonifácio escrevia, os eventos se sucediam na cabeça do Império pluricontinental português e os entendimentos do que seria uma restauração ou uma regeneração de Portugal, formando com o Brasil um único sistema, tornou-se cada vez menos convincente, o afastamento gradual entre ambos teve seu desfecho com a Independência brasileira em 1822.

Quando em 1808 a “Autoridade Soberana boiava sobre o Oceano”¹⁶⁶, ou seja, D. João VI e sua Corte fugiam para o Brasil, Portugal fora invadido pelas tropas de Napoleão

¹⁶⁵ ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 47-97. Grifo do autor. Sobre o projeto reformista ilustrado português, ver: MUNTEAL FILHO, Oswaldo. O liberalismo num outro Ocidente: política colonial, ideias fisiocratas e reformismo mercantilista. In: PRADO, Maria Emília (Org.). **O liberalismo no Brasil imperial**: origens, conceitos e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2013.

¹⁶⁶ ALEXANDRE, Valentim. Os anos de Linhares (1808-1812). In: _____. **Os sentidos do Império**. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 170. A frase foi extraída de uma carta do Embaixador português em Londres, D. Domingos de Sousa Coutinho, datada de 29 de abril de 1808. Para uma análise mais detalhada dos descontentamentos dos metropolitanos face ao

Bonaparte, o que logo gerou um sentimento de “orfandade” no país. Sem a presença do monarca e com a tutela da Inglaterra, cuja Marinha escoltou a viagem da Família Real, a insatisfação dos reinóis europeus foi se intensificando como se, depois de invadido pelas tropas francesas, Portugal passasse a ser ocupado pelos ingleses chefiados pelo Marechal William Beresford.

Como explicou Fernando Catroga, ainda assim os discursos políticos que apelaram muito para o sentimento patriótico, animando as resistências ao domínio napoleônico, não puseram em dúvida a fidelidade à religião e à Casa de Bragança. O horizonte mental de muitos articulava liberdade mais com regresso aos costumes políticos da Monarquia anterior à invasão francesa, do que com a eclosão de uma ruptura revolucionária. Ao passo em que Napoleão Bonaparte era visto como um tirano, usurpador filho da Revolução Francesa, D. João era considerado como um príncipe católico e patriota pela maioria de seus súditos. Nesse ambiente prenhe de tensões políticas e crise econômica, teve espaço um processo de “constitucionalização” do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. À ideia de pátria, acrescentou-se a de um patriotismo constitucional, de modo que não só a religião e o Rei, mas também a soberania nacional materializada na Constituição foi convocada como prioridade. O Rei e as autoridades eclesiásticas tinham de jurá-la, sob pena de exílio por não cumprimento do novo contrato social¹⁶⁷.

Sobre a situação política de Portugal naquele momento, Valentim Alexandre ponderou que,

se o futuro imediato do reino se jogava na estratégia militar e na sorte da guerra, estando cada vez mais nas mãos do governo de Londres, as linhas gerais da evolução política e econômica do império passava ainda pelas decisões da corte estabelecida no Brasil – já que ao soberano [...] cabiam as faculdades de legislar para todo o império e de o obrigar validamente nas relações internacionais¹⁶⁸.

O início da década de 1820 foi particularmente elucidativo dessa conjuntura. Fatores como a ausência do Rei, o sentimento de a Metrópole ter se transformado em Colônia e a criação de um espaço público de discussão e difusão de ideias reformistas e constitucionalistas, confluíram no movimento constitucionalista do Porto (Revolução do

“abandono” do rei, ver: SOUSA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

¹⁶⁷ CATROGA, Fernando. “Quimeras de um façanhoso Império”: o patriotismo constitucional e a independência do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 352-357. Lembre-se que, abrigando a cabeça do Império desde 1808, em 1815 o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. Para um melhor entendimento das questões jurídicas na primeira metade do século XIX português, ver: HESPANHA, António Manuel. **Hércules confundido: sentidos improváveis e incertos do constitucionalismo oitocentista: o caso português**. Curitiba: Juruá, 2010.

¹⁶⁸ ALEXANDRE, Valentim. Op. Cit. p. 209.

Porto) que em agosto de 1820 proclamou a Junta de Governo, encarregando-a de convocar as Cortes para elaborar uma Constituição que, conservando a dinastia e a religião, remediasse os problemas do Reino. No plano da nova linguagem político-constitucional, as palavras receberam uma nova carga semântica, por vezes distorcendo o significado anterior, outras inovando e, frequentemente, transformando alguma palavra de sentido trivial em uma expressão poderosa da nova política. Palavras e práticas foram pensadas e agiam ao mesmo tempo satisfazendo a novidade e acomodando a tradição, entre elas estiveram nação e Constituição. Enquanto a primeira seria a sede da soberania (não o povo, como universalidade dos indivíduos), esta última só poderia ser elaborada pelos representantes da primeira legitimamente eleitos segundo critérios como nacionalidade (se confundindo com naturalidade) e cidadania e exercício dos direitos (de cariz excludente)¹⁶⁹.

A atmosfera de desajustes do tempo entre Lisboa e o Rio de Janeiro, a atuação das Cortes Constitucionais, a volta de D. João VI para a capital portuguesa, deixando o príncipe Pedro como regente na América, mais que uma sucessão de eventos, indicava a crise do “Antigo Regime” português. Segundo Miriam Halpern, afirmaram-se com isso três linhas políticas principais: “los cartistas, que anhelaban la revisión de la legislación promulgada durante la guerra civil; los constitucionalistas, que defendían la sustitución de la Carta Constitucional; y, finalmente, los miguelistas, que pretendían el regreso del absolutismo”¹⁷⁰. Foi nesse contexto do chamado Vintismo que Varnhagen desembarcou ainda criança em Portugal, em 1823.

Varnhagen se envolveu diretamente num acontecimento desse tipo: as lutas contra D. Miguel pelo restabelecimento do trono em favor de D. Maria II, filha de D. Pedro IV (D. Pedro I do Brasil). Na já citada carta-ofício de fevereiro de 1843 declarou que, como muitos brasileiros, aderiu pelo entusiasmo “de uma luta tão justa contra um tirano usurpador em prol de uma princesa e umas instituições emanadas do nosso solo, – julguei dever empunhar as armas”¹⁷¹. Ao se juntar aos defensores da “causa liberal” contra o regime (de viés absolutista)

¹⁶⁹ HESPANHA, António Manuel. A Revolução Constitucionalista do Porto. In: _____. **Hércules confundido: sentidos improváveis e incertos do constitucionalismo oitocentista: o caso português**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 67-78. Foi promulgada uma Constituição em 1822, logo abolida por D. João VI (“pela graça de Deus”) e substituída pela Carta Constitucional de 1826, outorgada pelo Rei.

¹⁷⁰ PEREIRA, Miriam Halpern. Del Antiguo Régimen al liberalismo (1807-1842). In: GÓMEZ, Hipólito de la Torre. **Portugal y España contemporáneos**. Madrid: Marcial Pons, 2000. p. 59. Grosso modo, Vintismo designaria a situação política que dominou Portugal entre 1820 e 1823, influenciada pela Constituição de Cádiz (Espanha, 1812), as soluções liberais e o predomínio das Cortes Constituintes, que exigiam o retorno do monarca bragantino. Ver: VARGUES, Isabel Nobre. Vintismo e radicalismo liberal. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 3, 1981.

¹⁷¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 99. Observa-se que, escrevendo em 1843 e o decreto que lhe restituiu a nacionalidade brasileira tendo saído no ano anterior,

instalado pela contrarrevolução miguelista, Varnhagen (então com 17 anos de idade), já demonstrava as inclinações políticas que apareceriam posteriormente em seus trabalhos.

Em Portugal, os termos liberal e liberalismo permaneceram mais de meio século quase sem conhecer novos usos e significados (liberalismo se vinculava à liberdade por oposição ao despotismo), só sendo difundidos com forte cunho político a partir da primeira experiência liberal em 1820, principalmente em virtude da influência de textos produzidos em outros países como a Constituição de Cádiz (1812), elaborada no contexto da Espanha invadida pelas tropas napoleônicas. Derrubada a primeira experiência em 1823, a segunda, iniciada com a outorga da Carta em 1826, marcou uma virada contribuindo para que ambos os termos servissem para identificar uma corrente política. Para Nuno Monteiro, os vetores decisivos para essa virada foram a eliminação da Carta de 1822 como referência fundamental das correntes políticas que se opunham ao Absolutismo e a recepção intelectual do liberalismo francês dos anos vinte, corporizado em autores como François Guizot e Benjamin Constant, cuja influência esteve presente em muitos textos produzidos naquele momento¹⁷². Contudo, ainda após 1834 (fim do governo de D. Miguel) o sentido genérico de defensores da liberdade (opositores do “Antigo Regime” e defensores do sistema representativo) foi mais comum.

Quem também defendeu a causa constitucional foi Alexandre Herculano que, como consequência, foi exilado, partindo inicialmente para Inglaterra e em seguida para a França. Regressando em 1832, começou a trabalhar com livros e documentos das “livrarias abandonadas” (bibliotecas que integravam o patrimônio das ordens religiosas que passaram para a posse do Estado), na Biblioteca do Porto e, de 1839 até sua morte em 1877, na Real Biblioteca da Ajuda (como Bibliotecário-mor de D. Maria II), onde recolheu manuscritos e impressos que utilizaria nas suas obras históricas como a “História de Portugal” (1846-1853) e os “Portugaliae Monumenta Historica” (1856-1873), nos romances e artigos em periódicos¹⁷³.

Varnhagen já referiu a si mesmo como *brasileiro*. No entanto, no momento ao qual a carta se refere, 1832-1833, ainda era estudante em Lisboa e compôs as fileiras dos constitucionalistas contra os miguelistas, podendo mesmo falar de instituições emanadas do *nosso solo*, o que, pelo remetente da missiva, só poderia ser o solo português.

¹⁷² MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Liberal – Liberalismo. **Ler História**, Lisboa, n. 55, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2242>. Acesso em: 5 mar. 2018. s/p. Este artigo fez parte do Dossier: História Conceptual no Mundo Luso-Brasileiro. 1750-1850. O governo de D. Miguel (1828-1834) colocou fim à primeira experiência liberal portuguesa e foi marcado por intensa repressão política aos seus opositores. “Miguelista” foi o nome dado na historiografia portuguesa aos apoiadores do chamado “Miguelismo”, dos que lutaram pela legitimidade permanente de D. Miguel.

¹⁷³ TASCA, Michelle Fernanda. Alexandre Herculano e a construção do historiador. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 24, p. 130-143, ago. 2017. p. 133-135. Tratando da imagem do historiador criada pela sociedade portuguesa nos finais do século XIX e início do XX, Michelle Tasca afirmou que Herculano foi um “herói de penas e livros”.

Herculano e Varnhagen iniciaram seus percursos historiográficos na Lisboa do final da década de 1830 e início da década de 1840, ingressando na Academia de Ciências, escrevendo nas páginas de *O Panorama* e da *Revista Universal Lisbonense*, e abraçando projetos de investigação que resultaram na publicação da “História de Portugal” e da *História Geral do Brasil*, respectivamente. Segundo Daniel Protásio, ambos estiveram ligados a importantes figuras da cultura portuguesa como o Rei consorte D. Fernando II e o literato Almeida Garrett (foi vizinho de Varnhagen na zona do Chiado, em Lisboa), falando com entusiasmo de autores emergentes nos estudos portugueses e brasileiros na Europa como Ferdinand Denis e Heinrich Schaefer (autor de uma “Geschichte von Portugal”, 1836-1849). Outro ponto de contato seria a polêmica em surdina que os dois mantiveram com o 2º Visconde de Santarém, historiador e geógrafo português: Herculano a propósito da publicação de documentos históricos, Varnhagen por causa da veracidade da prioridade das viagens de Américo Vespúcio ao Brasil, aparentemente recusada por Santarém¹⁷⁴.

Cabe destacar ainda as relações de amizade entre Varnhagen e Wilhelm Ludwig von Eschwege (Barão de Eschwege), geólogo e metalurgista alemão que apadrinhou a submissão das *Reflexões críticas sobre o escrito do século XVI* e sua consequente entrada na Academia Real das Ciências, e com o Cardeal Saraiva, Patriarca de Lisboa, que atuou como Guarda-mor da Torre do Tombo e Vice-Presidente daquela Academia. Quando da submissão das *Reflexões Críticas*, cuja autoria era até então desconhecida e Varnhagen identificou como sendo do colono Gabriel Soares de Sousa, o parecer do Cardeal foi o de que Varnhagen corrigiu os principais defeitos da obra de Soares, firmando-lhe o título, a data e o autor, com “bom juízo e discernimento, com estilo claro e conciso, e com erudição curiosa, oportuna, e não enfatiada”¹⁷⁵, de modo que estimava o fato de o terem designado para sua Classe. A amizade se revelou na correspondência pessoal, na qual Varnhagen se referiu ao mesmo como alguém que tem “tanta bondade, e acompanha-me de tanta honra os favores que se digna conceder-me”¹⁷⁶. Para um jovem de 23 anos de idade que queria fazer carreira no mundo das letras, era importante contar com uma rede de boas relações e demonstrar um conhecimento

¹⁷⁴ PROTÁSIO, Daniel Estudante. Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa de seu tempo (1839-1841). **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 14, p. 27-43, abr. 2014. p. 28-29. Do mesmo autor, ver: PROTÁSIO, Daniel Estudante. Varnhagen, Santarém e Avezac: um episódio da polêmica vespuciana (1842-1858). **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 27, p. 64-90, mai./ago. 2018. Herculano nasceu em 1810 e Varnhagen em 1816, portanto, tinham idade próxima. Sobre o contato com D. Fernando II, este era frequentador regular do Teatro de São Carlos, alto lugar da intelectualidade em Lisboa e espaço que Varnhagen também frequentava. É provável que Varnhagen tenha pesquisado na Biblioteca do Rei.

¹⁷⁵ LESSA, Clado Ribeiro de. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, v. 223, p. 82-297, abr./jun. 1954. p. 100-103. Varnhagen foi admitido sócio correspondente da Academia em 24 de maio de 1839, aos 23 anos de idade.

¹⁷⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 102. Carta de 22 de fevereiro de 1843.

aprofundado da documentação, daí as dezenas de notas que acompanharam as *Reflexões Críticas* e o *Diário da navegação da armada de Pero Lopes de Sousa*, também ombreando com historiadores portugueses vivos mais conhecidos naquele momento, como no caso da polémica com Santarém, que já era respeitado no círculo científico de Paris, contando com o reconhecimento de figuras como Martín Fernández Navarrete e Alexander von Humboldt. Varnhagen e Herculano Tateavam um caminho historiográfico e literário num Portugal que ficaria órfão de grandes historiadores após as mortes de João Pedro Ribeiro (1839) e do Cardeal Saraiva, quase octogenário (1845)¹⁷⁷.

Uma característica marcante da historiografia portuguesa desse período foi a demanda por edições de manuscritos autênticos referentes à cultura e história portuguesa e brasileira, tanto em Portugal, quanto no Brasil¹⁷⁸. Jovens como Herculano, Varnhagen, Diego Kopke e Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara não só procuraram se sobressair pela descoberta de inéditos, mas também garantir vínculo econômico duradouro com alguma publicação periódica, editora ou instituição pública. Nesse sentido, ao lado da Academia das Ciências, um importante veículo de divulgação dos seus trabalhos foi o jornal *O Panorama*. Fundado em 1837, funcionou como porta-voz das novas ideias historiográficas, científicas e artísticas emergentes na intelectualidade lisboeta, apresentando-se publicamente como seguidor do modelo britânico da *Penny Magazine*, revista que trazia matérias sobre assuntos variados, para atrair leitores de todas as camadas sociais. Como ilustrativo, o primeiro número trouxe pequenos artigos sobre a arquitetura gótica da Igreja do Carmo em Lisboa, a importância da educação física, história natural e sobre o cargo de Almirante naval¹⁷⁹.

O redator Alexandre Herculano entendia as diferenças entre os públicos de ambas os periódicos dizendo que na Inglaterra e na França, ler era uma necessidade intelectual, já em Portugal, um prazer, ou antes, um desfastio. Concluiu, então, que era preciso ser agradável, que o escritor tivesse boa consciência e que esta fosse risonha¹⁸⁰. Tal orientação editorial

¹⁷⁷ PROTÁSIO, Daniel Estudante. Op. Cit. p. 34. Ao traduzir a “Colección de los viajes y descubrimientos” de Navarrete (Presidente da Academia de la Historia de Madrid) para o francês, por sugestão de Humboldt, Santarém foi admitido sócio da Sociedade de Geografia de Paris, a mais influente do mundo à época. Como uma nota sobre querelas acadêmicas, o Cardeal Saraiva se posicionou a favor da reflexão de Varnhagen no *Diário da navegação*, contra Santarém. Para além da simpatia que tinha pelo jovem historiador, Saraiva era um ex-adversário político de Santarém. Enquanto este último ocupou cargos importantes no governo de D. Miguel, o primeiro foi exilado por conta de suas posições políticas.

¹⁷⁸ Ibid. p. 38.

¹⁷⁹ SOCIEDADE PROPAGADORA DOS CONHECIMENTOS ÚTEIS. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, v. I, n. 1, mai. 1837. p. 1-8. O periódico saía aos sábados e funcionou até 1868. Número de 6 de maio de 1837.

¹⁸⁰ HERCULANO, Alexandre. Aos assinantes. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, v. II, n. 36, mai. 1838. p. 1. O jornal circulou com intervalos:

explica o conselho dado por Varnhagen (que foi suplente no primeiro ano do Jornal) ao amigo Cunha Rivara, em carta de 4 de setembro de 1839:

é necessário que em todos eles trabalhe a imaginação, quero dizer, que com verdade haja imagens e poesia que deleite. [...] que quem escreve incute as suas ideias e é nisto que consiste a maior *originalidade* que de V. S. pedem os Diretores do Panorama¹⁸¹.

A ideia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, tipografia que publicava o Jornal, era promover o desenvolvimento da educação em Portugal, propagando os conhecimentos úteis por todos os meios de que se podia dispor, e o meio encontrado que mais satisfatoriamente atingiria essa finalidade foi a publicação de “um jornal que derramasse uma instrução variada, e que pudesse aproveitar a todas as classes de cidadãos, acomodando-o ao estado de atraso, em que ainda nos achamos”¹⁸². O imperativo era trabalhar para melhorar os costumes, aumentando a civilização e, assim, superar os “três séculos de decadência” que faziam o país ser escarnecido pelos estrangeiros. Ao introduzir em todas as classes da sociedade o “amor da instrução”, Portugal estaria inteirado com o “espírito” do tempo. A intenção dita filantrópica de contribuir para o progresso material e moral da nação se mesclava a um elitismo ao tentar aproximar o “povo” de uma formação culta, entendida como distintivo social. Um objetivo que se apresentava logo no título: Jornal Literário e Instrutivo.

Criado durante o reinado de D. Maria II, O Panorama se beneficiou do ideário liberal de impulso à formação de cidadãos aptos a intervir nos processos de decisão política, uma forma de fundamentar o preceito constitucional da soberania da nação. A atmosfera era a de favorecer as organizações e os jornais científicos e culturais como contributo para que Portugal saísse do atraso cultural que o afastava dos países mais avançados da Europa. O Jornal também foi reconhecido como o principal meio de difusão do movimento romântico no país. Conforme João Lourival Silva,

O Panorama foi um produto simultâneo do *liberalismo* e do *romantismo*, este tributário da abertura de mentalidades trazida por aquele. Ecoam nas suas páginas, simultaneamente, a renovação estilística, temática e retórica trazida pela literatura romântica, que contaminou a oratória política e a sua correspondente expressão jornalística; e a ideologia liberal, individualista,

entre maio de 1837 e dezembro de 1844, setembro de 1846 e dezembro de 1858, 1866 e 1868 (os números não trouxeram datação mais precisa).

¹⁸¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 34. Grifo do autor.

¹⁸² HERCULANO, Alexandre. Introdução. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, v. I, n. 1, mai. 1837. p. 1-2. Apesar de ter sido uma sociedade filantrópica cujo propósito era a publicação de O Panorama, a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis se constituiu como uma empresa por ações. D. Fernando II e outros membros da Família Real figuraram entre os acionistas e eram assinantes do Jornal, uma obrigação, respeitando os Estatutos. A Sociedade teve, portanto, a proteção real, que foi evocada em suas páginas. Ver: SILVA, João Lourival da Rocha Oliveira e. **O Panorama (1837-1854):** Jornalismo e Ilustração em Portugal na primeira metade de Oitocentos. Covilhã: Livros LabCom, 2014. p. 139.

desenvolvimentista, progressista, mas também, paradoxalmente algo nacionalista, ou, pelo menos, patriótica, resultado possível da recuperação de *temas nacionais* na literatura e nas artes plásticas trazida pelo romantismo¹⁸³.

Se esse Jornal foi veículo de uma ideologia liberal progressista e patriótica, sua intervenção política teve caráter mais reformista do que revolucionário (modelo francês, principalmente), considerado perigoso tanto pela elite cortesã, quanto pelos próprios eruditos. A adesão aos princípios românticos serviu para ligar, simbólica e patrioticamente, o Portugal novo ao Portugal antigo, especialmente ao Medievo. Destacou a crença na liberdade, temperada pelos valores católicos e pelo patriotismo.

Um grande catalisador da exaltação patriótica em autores como Herculano e Garrett teria sido a experiência do exílio na Inglaterra e na França, posto que ambos saíram de Portugal após o golpe miguelista e no exílio engendraram uma narrativa de valorização da terra natal¹⁸⁴. De volta ao seu país, construíram uma obra aplicada à sua reconstrução, colocando a literatura como elemento de base da transformação pedagógica do povo português, embora nem sempre ficasse evidente de que povo falavam, quando falavam povo. Afinados com um ideário liberal (ou liberal-conservador, podem ter lido Edmund Burke, por exemplo), entendiam que não se deveria negar a herança legada pelas gerações passadas.

Ernest Renan afirmou numa conferência de 1882 que o culto dos ancestrais era entre todos o mais legítimo, porque eles fizeram de nós o que somos, de modo que uma ideia nacional repousaria em um passado heroico de homens e de glória¹⁸⁵. Como os antepassados não deixaram um testamento informando o que gostariam de transmitir aos seus descendentes, era preciso escolher quais seriam os doadores, ou mesmo descobrir hipotéticos ascendentes¹⁸⁶. Se tomar como ponto de análise artigos publicados em O Panorama e outras obras literárias, percebe-se a urgência de uma narrativa do passado, com pendor nacionalista, de valorização do que seria genuinamente português. Nesse caso, a busca das raízes remontou ao período de formação do Reino, portanto, a ascendência seria medieval, o que diz algo sobre temáticas de

¹⁸³ SILVA, João Lourival da Rocha Oliveira e. **O Panorama (1837-1854): Jornalismo e Ilustração em Portugal** na primeira metade de Oitocentos. Covilhã: Livros LabCom, 2014. p. 101-475. Grifo do autor. Segundo João Lourival Silva, a colaboração com O Panorama era voluntária, exceto o redator principal, que era pago pela tarefa. Quem se empenhava na colaboração com o Jornal fazia-o, possivelmente, pelo reconhecimento público.

¹⁸⁴ MACHADO, Álvaro Manuel. Do pré-Romantismo ao Romantismo. In: _____. **As origens do Romantismo em Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979. p. 81. Dada a grande influência francesa, Machado falou em “limitações provincianas” do que se chamou Romantismo português. D. Miguel usurpou o título monárquico de sua sobrinha D. Maria da Glória.

¹⁸⁵ RENAN, Ernest. Que é uma nação? **Plural**, São Paulo, n. 4, p. 154-175, 1. sem. 1997. p. 173. Conferência intitulada Qu'est-ce qu'une nation?, de 11 de março de 1882, na Sorbonne.

¹⁸⁶ THIESSE, Anne-Marie. A Europa das Nações. In: CUNHA, Carlos Manoel Ferreira da (Org.). **Escrever a nação: literatura e nacionalidade** (uma antologia). Guimarães: Opera Omnia, 2011. p. 70.

romances como “Eurico, o presbítero” de Alexandre Herculano (1844, ambientado no século VIII e narrando a luta entre visigodos e mouros na Península Ibérica).

Na Academia das Ciências, a Seção de História e Antiguidades foi escolhida para preparar a publicação dos Monumentos Históricos de Portugal entre os séculos VIII e XV. A coleção abrangeria todo o gênero de narrativas históricas, crônicas pequenas ou mais extensas, obituários, biografias, hagiografias, relações avulsas de um ou mais sucessos, ou inscrições que de algum modo esclarecessem a história do país naquelas épocas, isto é, os sucessos ocorridos nos territórios que veio a constituir a nação portuguesa¹⁸⁷. Em fins de 1851, Herculano fora encarregado pela Academia para examinar os arquivos e bibliotecas do Reino e verificar a existência de todos os documentos e memórias anteriores ao século XIV que aí existissem. Nos intervalos das viagens pelo país, fez trabalho análogo na Torre do Tombo, resultando na publicação dos “Portugaliae Monumenta Historica”, o mais abundante repositório de documentos impressos sobre a história do Portugal medieval.

Obras como os “Opúsculos” (textos variados escritos entre 1836 e 1877) de Herculano e o “Romanceiro” (1851, livro de poesias) de Almeida Garret tentaram lançar as bases teóricas do Romantismo em Portugal. Embora Garret entendesse que havia no país um gênero romântico, não Romantismo, declarando certa vez não ser “clássico, nem romântico”¹⁸⁸, suas temáticas estavam identificadas com uma vertente do amplo movimento intelectual na Europa que buscava pelas “origens” das nações e que na literatura teve o romance histórico do irlandês Walter Scott como um exemplo muito citado. Sobre este gênero, Stephen Bann explicou que ele foi um sinal da tendência da literatura em adotar o paradigma histórico. A história adotou seu paradigma “científico” e aparelhou-se com as novas ferramentas da análise crítica no estágio em que a retórica deixou de ter um domínio soberano sobre os vários modos de composição literária, assim, produtos literários faziam se passar como se tivessem a transparência do real que o historiador havia afirmado programadamente¹⁸⁹. Varnhagen também editou peças de literatura medieval portuguesa como o *Cancioneirinho de trovas antigas* (1872). É possível que, ao lado da influência do ambiente cultural do qual fazia parte,

¹⁸⁷ HERCULANO, Alexandre. Prefácio. In: _____. **Portugaliae Monumenta Historica**. v. 1. Olisipone: Typis Academicis, 1856. p. VI-IX. O Tomo I da “História de Portugal” iniciou tratando da conquista da Península por Tarik e Musa.

¹⁸⁸ GARRET, Almeida. Advertência. In: _____. **Camões, poema**. Paris: Livraria Nacional e Estrangeira, 1825. p. VI.

¹⁸⁹ BANN, Stephen. Analisando o discurso da história. In: _____. **As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado**. São Paulo: Editora da Unesp, 1994. p. 55. Para uma análise detida a respeito do movimento romântico na Europa, ver: BERLIN, Isaiah. **As raízes do Romantismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

sua ideia fosse ligar de alguma forma o jovem Brasil com Portugal, cuja antiguidade datava de séculos anteriores a 1500, entendida por ele como a “data de nascimento” do Brasil.

Autor coetâneo, Teófilo Braga explicou que a literatura era uma síntese completa, o quadro de um estado moral de uma nacionalidade que representava os aspectos da sua evolução secular e histórica¹⁹⁰. A literatura seria subordinada ao meio social, refletindo as sucessivas modificações desse meio. Varnhagen foi da mesma opinião e no *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*, que introduziu o Tomo I do *Florilégio da poesia brasileira* (1850), afirmou que a língua e a literatura estavam sempre em harmonia com a ascendência e a decadência dos Estados, como verdadeira decoração de seus edifícios¹⁹¹. Anos antes, num artigo para O Panorama chamado *Das naturais tendências da futura literatura brasiliense* (1841), destacou a viveza de imaginação e a “grande queda para a poesia” que caracterizaria os trabalhos de literatos nascidos no Brasil. Reconhecia a dívida da literatura brasileira com a portuguesa, mas já sinalizava a necessidade de que aquela valorizasse suas particularidades como a vegetação e o clima, os *toques nacionais*¹⁹².

Sobre a história, Herculano declarou que a coleta de documentação de bibliotecas e arquivos e a crítica, exercida severa e imparcialmente sobre elementos seguros, poderia apreciar o valor dos fatos, o que tornaria exequível a redução da história a uma verdadeira ciência que habilitaria o presente e o futuro para tirarem vantagem das lições do passado. Sua orientação era seguir a ordem dos séculos a que se referisse qualquer monumento e dentro de cada século, logo, a ordem cronológica¹⁹³. Dizendo tratar da história como “matéria de ciência” e não questão de partido literário, afirmou: “averiguar qual foi a existência das gerações que passaram, eis o mister da história. O seu fim é a verdade. [...] A verdade

¹⁹⁰ BRAGA, Teófilo. História da literatura portuguesa. In: CUNHA, Carlos Manoel Ferreira da (Org.). **Escrever a nação: literatura e nacionalidade** (uma antologia). Guimarães: Opera Omnia, 2011. p. 127.

¹⁹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Ensaio histórico sobre as letras no Brasil. In: _____. **Florilégio da poesia brasileira**. TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850. p. X.

¹⁹² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Das naturais tendências da futura literatura brasiliense. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, v. 5, jun. 1841. p. 182. Atentando para as filigranas dos textos anteriores e posteriores a 1842, no primeiro caso aparentemente Varnhagen parecia se reconhecer mais como português, mudando para um mais brasileiro depois de 1842. Nesse artigo especificamente, ele se referiu aos autores portugueses como *entre nós* e Lisboa como *nossa capital*, ao passo que usou *capital do Brasil* para se remeter ao Rio de Janeiro. Outro pormenor foi a utilização de *brasileiro*, *brasiliense* e *brasílico* no mesmo texto, o que pode indicar a não existência, até então, de um termo unificado para designar quem nasceu no Brasil.

¹⁹³ HERCULANO, Alexandre. Prefácio. In: _____. **Portugaliae Monumenta Historica**. v. 1. Olisipone: Typis Academicis, 1856. p. VI-VIII. Apesar do tom polêmico com o oficial António Lúcio Magessi Tavares, a “Solemnia verba” de Herculano seria o modelo e a lição, em língua portuguesa, das regras de crítica histórica. Ver: RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil: introdução metodológica**. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. p. 311.

histórica é uma”¹⁹⁴. Por essa ótica, cabia ao historiador encontrar a única verdade histórica que ele asseverava existir e, para tanto, deveria manter uma postura de equilíbrio, evitando o patriotismo exagerado, pois este até inspiraria poesia e aviventava o estilo, mas era péssimo conselheiro para o historiador, no que diferia ligeiramente de Varnhagen. Para Arno Wehling, a diferença essencial entre ambos foi a de que, enquanto Herculano reconstituiu por meio de sua obra historiográfica uma sociedade cujas estruturas se estendiam por mais de um milênio, Varnhagen construiu, mais que reconstituiu, um passado para uma sociedade relativamente nova, formada a partir de elementos oriundos de três continentes¹⁹⁵.

Tratando de um trabalho de Heinrich Schaefer em artigo para a Revista Universal Lisbonense (em tudo muito parecida com o jornal O Panorama), Varnhagen afirmou que este autor, além de ter aproveitado as obras de história pátria já existentes, juntava:

a isso o ser alemão, que escreve a história como hoje não podia deixar de escrevê-la um alemão. Claro é logo que não havia o Sr. Schaefer de encarar a de Portugal à moda antiga, só pelo elemento político. Tampouco pertence ele à seita dos novos Guizots, que fabricam a história nas suas cabeças, para produzirem efeito filosófico, seja qual for a verdade. Não: o Sr. Schaefer estuda profundamente os fatos, e narra-os com fidelidade, citando fontes, e desassombrado de preocupações: não tem um historiar ofensivo para o amor próprio do leitor; não se arroga o ensinar-lhe a interpretar os sucessos¹⁹⁶.

O excerto supracitado é interessante por alguns motivos que merecem ser salientados. Varnhagen não se ocupou tanto em fornecer reflexões mais elaboradas sobre seu trabalho de escrita, quando aparecia era geralmente nos *Prefácios* ou em uma ligeira menção em carta. O fato de afirmar que o alemão Schaefer não podia deixar de escrever história como um alemão é assaz curioso porque, embora todo esse comentário lembre o método de análise proposto por Leopold von Ranke, ele não citou o nome de Ranke em seus trabalhos, ao menos nunca vi. Outra questão: para o autor, a história de Portugal não poderia ser tratada à *moda antiga*. Alguns anos depois desse artigo, no *Prólogo* da segunda edição do Tomo I da *História Geral* (1877), escreveu que procurou não se limitar à narração dos sucessos políticos ou biografias dos *mandões*, mas se ocupar dos fatos relativos ao verdadeiro desenvolvimento e civilização

¹⁹⁴ HERCULANO, Alexandre. Advertência. In: _____. **História de Portugal**. TOMO I. 8. ed. Lisboa: Bertrand, 1875. p. 19-22.

¹⁹⁵ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 55.

¹⁹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Bibliografia portuguesa. Crônica do descobrimento e conquista de Guiné. **Revista Universal Lisbonense, Jornal dos interesses físicos, morais e literários por uma sociedade estudiosa**, Lisboa, n. 2, out. 1841. p. 23. Mais uma sutileza. Nesse texto, Varnhagen escreveu que *nostros próprios literatos* raramente folheavam os livros de história pátria, referindo-se aos literatos portugueses. Como o artigo anterior, este é de 1841, portanto, logo depois de retornar do Brasil e da tentativa de reaver a nacionalidade brasileira, cujo decreto definitivo só sairia no ano seguinte. A Revista Universal Lisbonense circulou entre outubro de 1841 e agosto de 1853 e seu redator foi António Feliciano de Castilho. Como O Panorama, visava à instrução pública e trazia informações variadas.

do Brasil. Para tanto, cumpria não esquecer os obreiros que prestaram algum serviço nas letras ou na indústria, procurando escrever um livro útil e próprio a estimular o trabalho e a prática das *boas ações*, e não destinado à simples distração¹⁹⁷. Assim, o tratamento que ele daria mais tarde à história do Brasil deveria ser o mesmo de quem se ocupasse da história de Portugal: abarcar o maior número de elementos que permitissem criar um cenário mais completo da história do país. Por último, em detrimento do elogio ao que seria um modelo alemão de escrita da história, demonstrou uma opinião negativa sobre a filosofia da história e suas generalizações, colocando François Guizot como contraexemplo.

O tipo de história que Varnhagen defendeu se constituía em uma estratégia de tornar acessível a realidade do passado por meio da percepção direta das fontes, a disposição de consultar os arquivos e bibliotecas, a leitura dos documentos e seleção destes a partir da crítica interna e externa e a composição de um relato sobre os acontecimentos atestados pela documentação, de modo a fazer da narrativa a explicação do que aconteceu¹⁹⁸. Em outras palavras, uma história de Portugal exigiria uma atualização com o fazer historiográfico da época, preocupado com a crítica documental e a aferição da verdade do ocorrido, sendo a citação das fontes um elemento importante para provar a veracidade do narrado. No conjunto, depreende-se que, mesmo sem nomear diretamente, o autor estava afinado com os preceitos metodológicos da chamada Escola Histórica alemã o que, num plano amplo, indicava a emergência do moderno conceito de história.

Vivenciando e escrevendo no conturbado contexto português da primeira metade do século XIX, autores como Varnhagen e Herculano se esforçaram para produzir uma inteligibilidade acerca do passado num momento em que se processava uma alteração semântica da palavra história e num espaço permeado por conflitos e incertezas quanto ao futuro. Ambos receberam uma formação erudita e trabalharam num ambiente cortesão dentro do qual a elite ilustrada teve de se adequar à dinâmica política. Os espaços de saber que

¹⁹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. 2. ed. Viena: Imp. do filho de C. Gerold, 1877. p. XI-XII. Prólogo.

¹⁹⁸ SCHAPOCHNIK, Nelson. Uma história da história. In: _____. **Letras de fundação**: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992. p. 29-30. Segundo Koselleck, “‘A História’ é um conceito moderno que – apesar de resultar da evolução continuada de antigos significados da palavra – na prática, corresponde a uma configuração nova. Naquilo que tange à História do termo, o conceito se cristaliza a partir de dois processos de longa duração, que no final vão confluir e, assim, desbravar um campo de experiência que antes não podia ser formulado. Por um lado, trata-se da criação do coletivo singular, que reúne a soma das histórias individuais em um conceito comum. Por outro lado, trata-se da fusão de “História” (como conjunto de acontecimentos) e “*Historie*” (como conhecimento, narrativa e ciência históricos)”. Ver: KOSELLECK, Reinhart et. al. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 119. Grifo do autor.

frequentaram como a Academia Real das Ciências de Lisboa e o jornal O Panorama tiveram patrocínio régio, eles mesmos foram funcionários do Estado da juventude até a morte.

Varnhagen foi sócio de outra instituição que teve o monarca como grande mecenas: o IHGB. Aqui consistia a convergência fundamental entre o projetismo da Academia das Ciências, a preocupação de O Panorama e a história em Varnhagen: a história deveria ser útil ao país e convir à nação. Recordando o exposto no lema da Academia portuguesa: sem utilidade a glória do conhecimento é vã.

2.2 Um sócio do Instituto Histórico do Brasil

a História dá o tom do século, assim como a Filosofia havia feito com o século XVIII.
Augustin Thierry, 1820

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criado para pensar o Brasil. “Guardião da história oficial”, o dia 21 de outubro de 1838, marco de sua criação, funciona como uma espécie de “data de nascimento” da pesquisa histórica mais organizada no Brasil.

Para Arno Wehling, a fundação do Instituto se relacionou às condições políticas dominantes no período, marcado pela defesa da unidade política do país e de seu modelo de governo, pois tanto a ação da elite regressista moderada, quanto a postura apresentada nos trabalhos do IHGB tenderam a reafirmar a autoridade central e defender a Monarquia constitucional e o sistema unitário como mais adequados para o “estágio de desenvolvimento histórico” no qual se encontrava o Brasil¹⁹⁹. A fundação também se deu às vésperas do início do Segundo Reinado. Em carta ao Imperador de 20 de julho de 1863, Varnhagen se referiu ao modelo monárquico como o “princípio que pode salvar a América”²⁰⁰. Salvar, entenda-se, da fragmentação territorial e da mudança para um modelo republicano, tal como ocorrido nos

¹⁹⁹ WEHLING, Arno. **A invenção da história**: estudos sobre o historicismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001. p. 137. A Monarquia constitucional e regime unitário eram uma alternativa moderada entre o irrompimento popular e o extremo conservadorismo.

²⁰⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 292. Neste caso, referia-se à instalação de Maximiliano no México, recebida sem alarde pelo governo e pelo Imperador. A manobra a qual me referi foi o chamado Golpe da Maioridade que possibilitou o jovem Pedro de Alcântara assumir o trono como D. Pedro II, em 1840. A proposta de adiantamento da maioridade do príncipe, então com 14 anos de idade (a Constituição de 1824 previa a aclamação aos 21), foi elaborada pelo Clube da Maioridade, coordenado pelos liberais e com liderança de Antônio Carlos de Andrada e Silva. Consultado pelos políticos amedrontados com o contexto de revoltas explodindo em muitas províncias, o Príncipe teria respondido “Quero já”. A ação dos liberais já foi interpretada como uma tentativa de tomar o poder, derrubando os conservadores que haviam assumido desde 1837 com a saída do Regente Diogo Antônio Feijó. Para uma leitura detalhada, ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

países vizinhos. Não é despropositado recordar que o Império se encontrava em posição desconfortável no continente, entre Repúblicas.

Como laboratório da nação, a “era regencial” (1831-1840) constituiu um momento crucial no processo de edificação da nação brasileira. A agitação política e social pós-Abdicação de D. Pedro I (1831) e as rivalidades existentes entre os diferentes projetos defendidos pelos diferentes grupos políticos que se formaram tinham um compromisso que suplantava os conflitos: o de construir a nação. Este fator era a justificativa apresentada para a defesa dos seus projetos²⁰¹. Nesse sentido, o IHGB trouxe em seu bojo o que Nilo Odália classificou como o traço predominante do pensamento oitocentista brasileiro, isto é, a tarefa de construir uma nação com o material legado por um passado colonial que não podia ser esquecido nem abominado, pois dele resultava as condições de sobrevivência²⁰², o que elucida o fato de grande parte dos trabalhos publicados pela Revista Trimensal do Instituto nos primeiros anos de atividade serem relativos à história colonial.

A incumbência de “inventar” a nação brasileira se inscreveu num contexto de difusão de ideias inspiradas na Ilustração europeia como ordem, progresso e civilização. Todas condicionadas à existência de um Estado que assumisse o papel de tutor da sociedade, daí os estadistas do final da primeira metade do Oitocentos se apresentarem tão preocupados em efetivar uma política de centralização do poder para rechaçar o caos, segundo eles, provocado pela experiência descentralizadora levada a efeito pelo governo regencial, possibilitada pela aprovação do Ato Adicional de 1834. Necessitava-se “estender o raio de ação da autoridade, [...] generalizar o princípio da ordem”²⁰³.

O propósito de se dar uma historiografia para o Brasil pode ser entendido como parte do que Eric Hobsbawm designou como os critérios básicos para que um país fosse considerado uma nação, pelo menos entre as décadas de 1830 e 1880. Primeiro, a associação

²⁰¹ BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 1831-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 97-98. Os referidos grupos políticos eram os liberais moderados e exaltados, e os caramurus. Entre outras medidas, os moderados almejavam reformas que reduzissem os poderes do Imperador, conferir maior autonomia ao Judiciário e garantir o respeito aos direitos previstos na Constituição; os exaltados defendiam a instauração de uma República federativa e o fim gradual da escravidão; os caramurus se posicionavam contra reformas na Constituição de 1824 e defendiam uma Monarquia centralizada. Os dissidentes desses grupos formaram os Partidos Conservador e Liberal, dominantes na política do Segundo Reinado.

²⁰² ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaio do pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 31.

²⁰³ FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império**: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1999. p. 129. Mais conhecido como Ato Adicional, a Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834 fez algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Dentre as disposições mais importantes estavam a criação das Assembleias Legislativas Provinciais e uma maior autonomia das províncias frente ao poder central, por isso a denominação de “experiência descentralizadora”, fortemente atacada pela reação conservadora e defensora da ordem da década de 1840.

histórica com um Estado existente ou de passado recente e razoavelmente durável. Como não possuía um passado medieval (pensando o caso português), a associação histórica do Império se daria com Portugal, mais antigo e tido como irradiador da cultura e civilização no recém-independente país. Outro critério seria a existência de uma elite cultural longamente estabelecida e que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito²⁰⁴. O IHGB procurou de certa forma preencher esse “vazio”, valorizando a língua do colonizador europeu e preconizando nem uma ruptura total com a mãe-pátria portuguesa, nem uma imitação desta, posto que o Brasil tinha suas singularidades.

A ideia de fundar um Instituto que se ocupasse da história e geografia do país saiu do interior da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), uma instituição criada em 1827 com a proposta de incentivar o progresso e o desenvolvimento do país, promovendo a integração regional e construindo a ideia de uma totalidade “Brasil”²⁰⁵. Antes de ter seu próprio prédio, inaugurado em 1849 no Paço Imperial (Corte, Rio de Janeiro, reforçando o caráter áulico da instituição), o IHGB funcionou provisoriamente nas instalações cedidas pela SAIN. Na proposta de criação do IHGB, datada de 16 de agosto de 1838, o Marechal Raimundo José da Cunha Mattos (então Primeiro-Secretário da SAIN) e o Cônego Januário da Cunha Barbosa (então Secretário adjunto da SAIN) declararam que as letras concorriam para o adorno da sociedade, esclarecendo seus membros e adoçando os costumes públicos, por isso o trabalho do Instituto ministraria grandes auxílios à administração pública e ao esclarecimento dos brasileiros. Nas “Bases” da proposta ficou disposto que o objetivo do IHGB seria coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes para a história do Brasil, devendo se ramificar pelas províncias para melhor realizar o plano de coleta de documentação (a ser enviada para o Rio de Janeiro) e manter correspondência com o Instituto de Paris e outros da mesma natureza²⁰⁶.

²⁰⁴ HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 49. O terceiro critério seria uma provada capacidade para a conquista, o que se deu na segunda metade do século XIX com a Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

²⁰⁵ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 8. Conforme Maria Odila Dias, persistiu na mentalidade dos que ensaiaram a modernização do Brasil peculiaridades do pensamento ilustrado como a variedade e versatilidade de interesses e ocupações, e a associação entre estudos jurídicos e conhecimentos científicos úteis à sociedade. Uma continuidade possível de ser traçada por meio de manifestações culturais, revistas e programas de sociedades destinadas a atualizar e manter o contato com as inovações europeias, como a SAIN. Ver: DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 278, jan./mar. 1968. p. 169-170.

²⁰⁶ BARBOSA, Januário da Cunha; MATTOS, Raimundo José da Cunha. Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, n.1, 1839. p. 5-6. No grupo dos 27 sócios que se reuniram para fundar o IHGB figuraram nomes aparentemente desvinculados do cenário político como médicos, professores e funcionários públicos e personalidades cuja trajetória política se confundiu com a própria história do Império do Brasil, entre eles: José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo),

O Instituto se via de alguma forma aparentado com as associações literárias que tiveram lugar no Brasil setecentista e que esboçaram um projeto de escrita da história da América portuguesa, embora seu escopo fosse diferente e condicionado a variáveis que não poderiam ser as mesmas das academias do século XVIII como a Academia Brasílica dos Esquecidos (Salvador, 1724), cuja ambição foi estudar a história do Brasil, e a Academia Brasílica dos Renascidos (Salvador, 1759), que objetivou editar a história eclesiástica e secular, geográfica e natural, política e militar da América de colonização lusitana²⁰⁷. Havia nestas uma acepção erudita de tradição antiquária (coleccionismo, árduo trabalho de acumulação de fontes primárias).

Um traço do pensamento histórico no Brasil oitocentista foi o conhecimento e interesse por modelos antigos, patente, por exemplo, na já citada presença marcante das biografias que narravam as vidas de figuras ilustres, oferecendo lições morais para os contemporâneos. A permanência do diálogo entre antigos e modernos permite verificar que a disciplina histórica buscou ocupar os diferentes espaços, espalhando-se “especialmente pelo presente em simultâneo ao seu alargamento em espectro temporal, ora em direção ao passado, ora rumo ao futuro, variantes dos discursos abertos em torno daquele saber no Oitocentos”²⁰⁸. Pensando o trabalho de Varnhagen, sua trajetória intelectual levava a um conjunto de práticas difundidas e aliadas por vezes a uma cultura letrada ampla, por vezes aos mecanismos restritos de legitimação conferidos por agremiações ilustradas como a Academia das Ciências

Cândido José de Araújo Vianna (Marquês de Sapucaí), Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (Visconde de Sepetiba), Francisco Gê Acayaba de Montezuma (Visconde de Jequitinhonha), além de Cunha Mattos e Cunha Barbosa. Para uma análise aprofundada da composição do Instituto, ver: GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 388, jul./set. 1995. Além do Instituto parisiense, o IHGB manteve diálogo com a Sociedade Real dos Antiquários do Norte, sediada em Copenhague, Dinamarca.

²⁰⁷ DIAS, Fabiana. Da gênese do campo historiográfico: erudição e pragmatismo nas associações literárias dos séculos XVIII e XIX. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, n. 4, dez. 2010. p. 19. Fundada em 25 de abril de 1725 sob os auspícios do Vice-Rei D. Vasco Fernandes Cesar de Meneses, a Academia Brasílica dos Esquecidos fechou suas portas pouco depois, em 4 de fevereiro de 1725. A Academia Brasílica dos Renascidos foi criada sob o patrocínio do Desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo e teve seus exercícios suspensos em 1760 com o desterro e morte deste. Importa explicar que o conceito de Academia nas Monarquias ibéricas (exportado para as Colônias) remetia às tentativas de superação de sua decadência frente aos países mais adiantados da Europa, seguindo o padrão clássico francês (identificado com a Monarquia) que se enfraqueceu com a Revolução de 1789. Na França, a ideia dos Institutos sobreveio pela percepção da necessidade de entidades de natureza semelhante para promover as artes e as ciências de acordo com o espírito libertário da Revolução. Para uma abordagem mais detalhada, ver: WEHLING, Arno. **De formigas, aranhas e abelhas: reflexões sobre o IHGB**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2010. p. 31-34.

²⁰⁸ SANTOS, Evandro. Entre antigos e modernos: escrita da história e lições morais no Brasil do século XIX. In: _____. **Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista**: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo. 186 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. p. 38.

e, em certo sentido, o próprio IHGB²⁰⁹. Em uma obra como o *Memorial orgânico*, os antigos Heródoto e Vegécio dividiram a narrativa do plano de Varnhagen com *autoridades* modernas como Montesquieu e Alcide d’Orbigny. Pode-se ver essa operação inicial no IHGB como se processando no sentido de ressaltar o que havia de útil em cada um: a experiência e sabedoria dos antigos, a inovação dos modernos. Os antigos desconheciam partes do mundo descobertas modernamente, assim, a linguagem deveria ser “atualizada” para os novos tempos. Também era uma via desses letrados se inserirem eles mesmos na narrativa.

Talvez aqui seja válida a alteração epistemológica apontada por Íris Kantor em sua análise acerca da Academia Real de História de Lisboa (1720) e da Academia Brasílica dos Esquecidos. Segundo Kantor, não houve uma polarização entre o partido dos modernos e o dos antigos nos debates acadêmicos das duas Academias, mas ambas utilizaram de manipulação retórica de tal querela com discursos que pareciam variar conforme oposições simetricamente invertidas. Os metropolitanos defendiam os modernos, inclusive como meio de destacar seu pioneirismo nas conquistas de terras, já os brasílicos fundamentavam suas dissertações em autoridades antigas. A variação do jogo retórico se dava com relação a qual campo de conhecimento se pretendia apreender. Em matérias literárias, os lusitanos se aproximavam dos antigos, já em assuntos geográficos ou mesmo de erudição, preferiam as regras da crítica documental. Por sua vez, as concepções sobre geografia e história dos acadêmicos brasílicos reverenciavam os textos antigos, ressignificando-os para descrever o passado e o presente do Novo Mundo. Esse aparente anacronismo expressava uma reivindicação política posto que, na percepção dos brasílicos, a adoção do novo método crítico rebaixava a experiência americana no âmbito da história da cristandade europeia²¹⁰.

O IHGB agregou a *intelligentsia* imperial em seus quadros. Embora histórico e geográfico, funcionou efetivamente como uma academia de ciências humanas e sociais, definindo vastos projetos que incluíam temáticas sociológicas, etnográficas, políticas,

²⁰⁹ SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-77) e a passagem da historiografia das Belas Letras à História Nacional: breve análise histórica. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 114. Em seu discurso de posse como Presidente do IHGB no dia 10 de janeiro de 1996, Arno Wehling afirmou que o Instituto “vive até hoje esta dupla fidelidade: aos ideais ilustrados, se por eles entendemos o valor emprestado à razão, à crítica, à curiosidade intelectual, à justiça, à educação e à crescente perfectibilidade do homem; e aos ideais românticos e historistas, pela defesa da identidade nacional e pela preservação de nossa cultura”. Ver: WEHLING, Arno. **De formigas, aranhas e abelhas**: reflexões sobre o IHGB. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2010. p. 13.

²¹⁰ KANTOR, Íris. Antigos e modernos na historiografia acadêmica portuguesa e brasílica: cronografias e representações do passado (1720-1724). In: PIRES, Francisco Murari (Org.). **Antigos e modernos**: diálogos sobre a (escrita da) história. São Paulo: Alameda, 2009. p. 454-456.

econômicas, educacionais, antropológicas, jurídicas e administrativas²¹¹. Tal variedade se explicava pelo fato de agregar não apenas historiadores, mas também literatos, pintores, políticos, médicos, dentre outros profissionais.

Ao analisar o Instituto Histórico de Paris, modelo de inspiração do IHGB, Guimarães assinalou que a tensão existente entre as exigências de uma profissionalização e o tratamento da história como uma atividade de diletantes e amadores ficava patente no interior do Instituto parisiense pela disputa entre os que desejavam abri-lo e profissionalizá-lo, enfrentando os desafios financeiros para sua manutenção, e aqueles que preferiam uma agremiação de pares devotados ao estudo da história²¹². No caso brasileiro, o IHGB era uma agremiação de pares devotados ao estudo da história, mas basicamente sustentada pelo Estado imperial. Ainda que não tenha se alinhado politicamente a nenhum grupo, comportando liberais, conservadores, republicanos, em suas variadas alas, mais radicais ou mais moderadas e se dizendo zeloso pela não partidarização da escrita da história, estava ligado à Monarquia e ao governo pessoal do monarca bragançino. A própria revista da instituição trazia a seguinte inscrição na capa: “Debaixo da imediata proteção de S. M. I. o Senhor D. Pedro II”.

Em se tratando da escrita da história no Brasil do século XIX (produzida no IHGB), não se pode perder de vista que, embora o tempo fosse o da história-ciência, a produção desse saber encontrava-se ainda permeado de referências do modelo da história *magistra vitae* e numa zona mesclada com elementos ficcionais. Os dois polos (história e literatura) não estavam claramente diferenciados e delimitados no Oitocentos, encontravam-se unidos por uma preocupação comum que os perpassava e interconectava: a formação da identidade nacional²¹³.

Segundo Reinhart Koselleck, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, em meio às definições e redefinições sofridas pelo conceito de história, deu-se um processo de falência do modelo de história *magistra vitae*²¹⁴. Mas como falar numa completa falência, quando no “Discurso de inauguração do Instituto”, “texto de fundação” por excelência da historiografia brasileira, Cunha Barbosa se referiu por mais de uma vez ao *tópos* ciceroniano e à função moral da história? É necessário deter-se com mais vagar nesta questão, porque a

²¹¹ WEHLING, Arno. **De formigas, aranhas e abelhas**: reflexões sobre o IHGB. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2010. p. 41. Diferente da Europa e seu já competitivo mundo acadêmico, no Brasil, a produção do conhecimento histórico ainda se dava em agremiações desse tipo e as obras alcançavam reconhecimento por relações sociais.

²¹² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, pp. 184-200, dez. 2002. p. 191.

²¹³ Saliente-se que, embora os campos pudessem ser permeáveis, talvez os domínios não o fossem tanto. Por exemplo, ninguém diria que a *História Geral* era um romance.

²¹⁴ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit. p. 48.

história produzida no Instituto refletiu uma tensão presente na historiografia oitocentista: escrevia-se uma história “científica” para insuflar patriotismo e com amplo uso de exemplos do passado, ministrados ao presente e à posteridade. Guimarães explicou que,

não é apenas uma visão pragmática e exemplar da história que se abriga no projeto historiográfico do IHGB. A concepção de história partilhada pela instituição guarda um nítido sentido teleológico, conferindo ao historiador, através de seu ofício, um papel central na condução dos rumos deste fim último da história²¹⁵.

Ao defender que a história dava as melhores lições que os homens poderiam receber, Cunha Barbosa assegurou que a história do Brasil abundava de modelos de virtude e feitos gloriosos que morriam ou dormiam na obscuridade, sem proveito das gerações subsequentes. Era urgente que se depurassem as inexatidões que pululavam pelas narrativas sobre o país escritas por estrangeiros, que essa história fosse escrita por brasileiros, não mais ficando “absorvidos pelo crédito literário da metrópole”, pouco refletindo sobre o Brasil²¹⁶. O sentido político conferido à história era o de que, para além do passado, o que estava em jogo era a produção de um sentido para o futuro desta comunidade nacional, tentando ler neste passado certo destino possível, garantindo a coesão social para o presente²¹⁷. O *tópos* clássico pode ser adaptado ao novo tipo de lição histórica por ser possível aprender com o passado sem imitá-lo, entendendo quais os procedimentos necessários para aprender com a história²¹⁸.

Para encetar a discussão sobre a história nacional, o Instituto lançou mão dos chamados “programas históricos”. A distinção fundamental entre os programas e as memórias produzidas nas Academias anteriores era a de que, não obstante ambos concorressem para a futura escrita da história, as memórias históricas aventavam títulos afirmativos e gerais, já os programas versavam sobre temas pontuais que carregavam uma dúvida a ser debatida na sessão seguinte. No primeiro programa, o Visconde de São Leopoldo fez um elogio da natureza do Brasil, as vantagens de sua localização geográfica, enunciando que “tudo, enfim, pressagia que o Brasil é destinado a ser, não acidentalmente, mas, de necessidade, um centro

²¹⁵ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1998. p. 15-16.

²¹⁶ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, 1839. p. 10-12. O “Discurso” sintetizou uma série de variantes que se tornaram temas do IHGB e da historiografia brasileira ao longo do século XIX, ao sugerir traços que seriam reforçados como a valorização e a hierarquização das fontes, a imparcialidade do historiador, o trabalho de equipe, além de temas de pesquisa como a biografia e o ensaio de uma periodização para a história brasileira, também colocando as letras como alicerce da sociedade e auxiliar da administração pública. Uma análise detalhada encontra-se em: CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX. Diálogos*, Maringá, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.

²¹⁷ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, pp. 184-200, dez. 2002. p. 190.

²¹⁸ ARAUJO, Valdeci Lopes. História dos conceitos: problemas e desafios para uma leitura da modernidade ibérica. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n.7, mai. 2008. p. 55.

de luzes e civilização, e o árbitro da política do Novo Mundo”²¹⁹. Tais colocações e o próprio título do programa revelavam o duplo projeto do IHGB de dar conta de uma gênese da nação brasileira, definindo-a enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo²²⁰ e procurando não só afirmar uma posição de autonomia do Brasil frente à antiga Metrópole, como também alocar o país no concerto das nações civilizadas (entenda-se Europa), assegurando-o como enorme celeiro do futuro.

Na sessão de 1 de dezembro de 1838 foi apresentada a primeira iniciativa no sentido de uma periodização da história do Brasil. Cunha Barbosa propôs que fosse organizado um plano acerca do modo de coletar notícias históricas e geográficas sobre o Brasil, a ser passado aos correspondentes, de modo que estes pudessem recolher os manuscritos e outros objetos úteis ao propósito do Instituto²²¹. A compreensão da necessidade e importância de um critério foi um estimulador dos estudos históricos, indicando problemas relativos à periodização, ainda não resolvidos, daí a faina de estabelecer métodos e preparar questões “filosóficas”, como então se dizia²²². Como solução, o Instituto promoveu um concurso de dissertações para responder a grande questão que se impunha: como se deveria escrever a história do Brasil?

Dois trabalhos disputaram a premiação. Júlio de Wallenstein assegurou que o plano mais acertado era escrever pelo sistema de décadas. Antes de narrar os “fatos históricos”, deveria aparecer uma “introdução descritiva das nações indígenas” que habitavam as costas do Brasil. A história iniciaria pela “descoberta” cabralina e se realizaria até a coroação de Pedro I, último episódio histórico antes do presente. Sobre o que seria uma história do tempo presente, defendeu que “escrever a história contemporânea nenhum historiador nacional o deve fazer para se não expor a juízos temerários, e a outros inconvenientes”²²³. A história política seria a principal e os outros aspectos listados na proposição do prêmio, o civil, eclesiástico e literário, seriam tratados em artigo separado, em forma de observações ao texto. Foi dispensado pela comissão de avaliação.

O trabalho vencedor foi o de título e conteúdo programático escrito pelo naturalista bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius: “Como se deve escrever a história do Brasil”, de

²¹⁹ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Programa histórico: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o representante das ideias de ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, n. 2, 1839. p. 62.

²²⁰ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 8.

²²¹ IHGB. 1ª sessão em 1 de dezembro de 1838. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, 1839. p. 45.

²²² RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**: introdução metodológica. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. p. 125.

²²³ WALLENSTEIN, Júlio de. Memória sobre o melhor plano de se escrever a História Antiga e Moderna do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XLV, p.159-160, 1882. p.159-160.

1843. Acolhido pelo Instituto, o plano de von Martius definiu as linhas mestras de um projeto historiográfico que visava a conferir uma identidade para a nação em construção, identidade que estaria assegurada caso o historiador “reflexivo” brasileiro entendesse a missão reservada ao Brasil: a de realizar a ideia de mescla das três raças. Na introdução, explicou que:

são porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular. [...]

Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da Providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue Português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças Índia e Etiópica. [...] como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população Brasileira essa mescla de raças, que daí a alguns séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado²²⁴.

De uma só vez, Martius ofereceu um plano que indicava um horizonte para lidar com dois problemas de que se queixava o Império: uma história e um povo brasileiro, sendo esta última uma questão que atravessou todo o século XIX e da qual Varnhagen se ocupou. Tido como valiosa *autoridade* em assuntos brasileiros, a concepção de história de Martius era ainda tocada por um sopro da Providência, que teria um papel na condução das nações. Opinião compartilhada pela geração dos “pais fundadores” do IHGB (Cunha Barbosa, Mattos), que pensava em termos da possibilidade da previsibilidade histórica aliada à existência de leis naturais. Varnhagen já pensava na reconstituição do fato histórico por meio do documento escrito, mas também simpatizava com a chamada história filosófica, que se supunha uma evolução em relação à crônica ao acrescentar elementos novos à crítica histórica, propondo uma interpretação que permitiria a aplicação dos conhecimentos nas questões públicas e sociais, chegando com isso à denominada história pragmática²²⁵.

Em Martius, o Brasil estaria predestinado a esta mescla, pois a Providência colocou lado a lado três raças cujo antecedente era desconhecido na história antiga. Assim, delineou as

²²⁴ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan. 1845. p. 382-383. Conduzido sem muita regularidade, a premiação se deu apenas em 1847. Martius era antigo conhecedor do Brasil. Sócio do IHGB desde sua criação, fez parte da comissão de cientistas que acompanhou a futura Imperatriz Leopoldina em sua vinda ao Brasil para contrair matrimônio com D. Pedro I, em 1817. Junto com Johann Baptist von Spix, escreveu “Viagem pelo Brasil”. Sobre esse assunto, ver: LISBOA, Karen Macknow. **A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

²²⁵ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 44-127.

possibilidades de escrita da história da nação que o Instituto desejava, projetando um sentido para essa história e o percurso da civilização no Novo Mundo.

Apesar de ter reconhecido a contribuição das três raças, Martius apresentou o português como o descobridor, conquistador e mais poderoso e essencial motor no desenvolvimento da nação. Ressaltou que seria um erro desprezar as forças indígena e negra que ajudaram no desenvolvimento físico, moral e civil da população, porém, em seguida, classificou tais raças como inferiores e concluiu “prevendo” que a superioridade branca absorveria a inferioridade das outras duas. Aparentemente, poderia se entender que o projeto de miscigenação para a formação do povo brasileiro proposto pelo naturalista seguia na direção oposta às aspirações de uma elite que se dizia pertencente a um elevado grau de civilização, herdada da tradição europeia. Contudo, o encaminhamento de sua fala e a utilização da metáfora do rio que absorveria os “pequenos confluente” demonstra que o naturalista traduziu em seu trabalho uma proposta de constituição de uma sociedade branca e, portanto, condizente com o projeto em curso na mentalidade da época. Além de que, entendia que a aceitação dessas “raças inferiores” seria uma mostra de filantropia do Estado brasileiro, visto que em outros países (Estados Unidos, por exemplo) tais grupos eram totalmente excluídos. O ponto capital para o “historiador reflexivo” brasileiro seria, então, mostrar como estavam estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento dessas três raças humanas.

Foi no bojo do processo de consolidação do Estado nacional que se viabilizou o projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada, delinear um perfil para a nação brasileira que lhe garantisse uma identidade própria no conjunto mais amplo das nações e, segundo Manoel Salgado Guimarães, no Brasil, a construção da ideia de nação não se assentou sobre uma oposição completa à antiga Metrópole,

a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional²²⁶.

Estabelecer um nexo entre história e nação foi um movimento aparentemente consensual da produção histórica do período. A urgência da tarefa se observa na precocidade das datas: no espaço de 32 anos o Brasil se tornou independente (1822), fundou um Instituto Histórico (1838) e teve escrita sua primeira história geral (1854). Nesse âmbito, Temístocles Cezar propôs rever a formulação de Carlos Guilherme Mota pela qual a ideia contemporânea de Brasil se fundou quando foi consolidada na historiografia uma ideia de nação (ou seja, a

²²⁶ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 6.

historiografia “inventou” a nação, a ideia de Brasil), pela seguinte: quando a ideia moderna de história se fundou no Brasil e como ela se constituiu em conhecimento sobre si própria, depois sobre a nação, seu objeto principal ao longo do século XIX (isto é, a história pensou sobre si e logo transformou a nação em seu principal objeto)? O rearranjo permitiria articular a constituição de uma história científica, seus usos políticos e a construção de uma ideia de nação e de passado, marcada por ausências, esquecimentos e supressões que conferiram um sentido histórico à história brasileira²²⁷. Estando a pesquisa circunscrita pelo lugar, que permite um tipo de produção e proíbe outro, forjou-se no Instituto a ideia de que todo o período colonial e sua transição para o Império ocorreu pacificamente, desse modo, determinados assuntos ficariam melhores se relegadas ao plano do esquecimento. Recordando Ernest Renan: “o esquecimento, e mesmo o erro histórico, são um fator essencial na criação de uma nação”²²⁸.

Mas é preciso cuidado para não tornar a busca pela nação e sua identidade como a explicação última para esta historiografia. A polêmica em torno do “Compêndio da História do Brasil” de José Inácio de Abreu e Lima, por exemplo, girou em torno de questões de plágio e ausência de crítica documental, e envolveu Varnhagen e Cunha Barbosa. Varnhagen acusou o ex-general de plagiário, com anuência do IHGB.

Como enfatizado por Valdeci Lopes, um olhar mais detido sobre o processo de formação do discurso histórico moderno revelaria movimentos intencionais e não-intencionais de autonomização da prática historiadora e intelectual. No Instituto, desenvolveu-se o que denominou de regime de autonomia disciplinar, caracterizado, entre outros, pela valorização da crítica e da autoridade do pesquisador/erudito, centralidade da história geral nacional, especialização, despolitização (entendida como não-partidarismo) e um maior controle interno da atividade do historiador, o que não significou o fim das polêmicas ou o desaparecimento de modelos competitivos de escrita da história. Ainda que o intuito geral fosse o de normatizar as condições para a pesquisa científica (ou filosófica, para usar uma expressão frequente da primeira geração do Instituto) e elaborar um relato histórico sobre o Brasil, a melhor forma de

²²⁷ CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultura**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 43-56. Para o autor, não parecia haver no Instituto uma uniformidade discursiva pois, como a nação, a história também estava se constituindo. O IHGB buscou organizar os traços dispersos da memória do Brasil e os representar historicamente para discipliná-la e arquivá-la, isso é um gesto de historiador. O livro de Mota mencionado é: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000. Capítulo: Ideias de Brasil: formação e problemas (1817-1850).

²²⁸ RENAN, Ernest. Op. Cit. p. 161.

realizá-lo foi alvo de divergências²²⁹. Assim, importa não abordar a construção do discurso histórico como linear e homogêneo, desconsiderando os diferentes processos, alguns contraditórios, inerentes à moderna historiografia.

O pensamento moderno gerou modificações na discussão conceitual. Os conceitos históricos, principalmente os políticos e sociais, foram cunhados para apreender os elementos e as forças da história, caracterizando-os dentro de uma linguagem. Um desses “conceitos básicos” foi o de Estado-nação²³⁰. A nação, em sentido moderno, é um fenômeno moderno. Existia Estado moderno antes de existirem nações em sentido moderno, todavia, só no fim do século XVIII esses dois elementos, Estado moderno e nação moderna, fundiram-se e formaram um novo corpo político: o Estado-nação. O século XVIII apresentou um uso duplo do termo nação, o antigo (de conteúdo étnico) e político (presentes nos tratados de direito natural moderno e difundidos pela linguagem da época). Na passagem para o século XIX, o conteúdo étnico não era mais tão importante, embora não tenha desaparecido completamente, mas o caráter político o suplantou. Em síntese, sofrendo mutações ao longo do tempo, nação teve conteúdo puramente étnico durante muito tempo, seguido de outro estritamente político (sem que o anterior desaparecesse), e numa terceira fase, paralela ao Romantismo, a conjugação de ambos os usos, no chamado princípio das nacionalidades²³¹.

No mundo ibérico, o período entre 1750 e 1850 foi particularmente rico para demarcar as diferenças de ênfase entre os distintos significados que o vocábulo comportava. O “Dicionário da língua portuguesa” de Rafael Bluteau trouxe em 1789 a seguinte definição de nação: “a gente de um país, ou região, que tem língua, leis, e governo a parte v. g., a Nação Francesa, Espanhola, Portuguesa”²³². Já atualizado e ampliado por Antonio de Moraes Silva, em 1831 o mesmo “Dicionário” registrou o significado antigo do vocábulo, associando-o a

²²⁹ ARAUJO, Valdeí Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, mai./ago. 2015. p. 367-395. Os dois regimes seriam o compilatório e o disciplinar: “Compilatório e disciplinar são aqui utilizados como duas categorias que apontam para fenômenos históricos bastante complexos, certamente fariam sentido para muitos dos sujeitos históricos envolvidos neste processo, embora certamente não com o grau de abstração com que as desenvolvemos. Em especial a categoria disciplinar deve ser entendida com maior cautela, pois para nós serve como resumo de um longo percurso histórico que do ponto de vista de sua realização pode parecer linear e coerente, mas que nos diferentes momentos históricos é mais ambíguo. Da mesma forma, a hegemonização de um padrão não deve ser entendido como a simples substituição dos modelos concorrentes ou o seu desaparecimento. No caso que tratamos, seria mais prudente falar em acomodações competitivas em diferentes arranjos”.

²³⁰ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit. p. 267-268. Koselleck definiu “conceitos básicos” como aqueles que são insubstituíveis do vocabulário político e social por incorporarem inúmeras e diversas experiências e expectativas, tornando-se, portanto, indispensáveis à formação dos temas mais centrais de um determinado tempo.

²³¹ CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de Nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANCÓS, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 85.

²³² BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da língua portuguesa**. TOMO II. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789. p. 107.

atributos etnoculturais e ao que fosse estrangeiro, sobretudo, àquele que não podia ser reconhecido como par, ou cidadão, por isso o uso da expressão “Gente de Nação”. Como na edição de 1789, o primeiro significado do termo nação veio referido a civitas e descrevia “a gente de um país, ou região, que tem Língua, Leis e Governo à parte”, dando como exemplos a nação francesa, espanhola, tidas como modernas²³³. Embora fosse importante a unidade da língua e do território para particularizá-la, valorizava-se mais a ordem política.

No contexto luso-brasileiro, essa diferenciação conceitual se deu à época do Vintismo, identificando a nação ao “corpo dos cidadãos”. Foi a nação como conceito fundamental que redefiniu e direcionou o conteúdo político e social da própria língua. Na edição de 1858 do referido “Dicionário”, as transformações semânticas se consolidaram e o verbete nação trouxe acréscimos ao já exposto nas edições anteriores. Reproduzo um trecho:

a *nação* é uma dilatada família; o *povo* é uma grande reunião de seres da mesma espécie. A *nação* consiste nos descendentes de um mesmo pai, e o *povo* na multidão de homens reunidos em um mesmo sítio. Em outra acepção a palavra *nação* compreende os naturais do país; e o *povo* todos os habitantes. [...]

Uma *nação* divide-se em muitas classes; o *povo* é uma delas; é a parte mais numerosa de que a *nação* é o todo²³⁴.

Em primeiro lugar, a nação foi apresentada como sinônimo de povo e não mais como uma soberania que repousava no monarca ou no Reino, o que indica uma ruptura com o direito divino do Rei. Em segundo, houve uma ressignificação da distinção entre os dois termos, agora a nação vinha descrita como a reunião de todos os que nasceram em um país e o povo, inicialmente identificado como uma relação de número, passou a ser concebido como todos os habitantes. O povo era a parte mais numerosa de que a nação era o todo.

Alinhavam-se, então, conceitos como Estado, nação, pátria e monarca num tecido único destinado a cobrir o interesse público que entendiam defender. Nessa lógica, o Estado brasileiro se incumbiria de construir a nação, que era a pátria governada pelo monarca representante e zelador das aspirações do povo. Aliás, povo era outro conceito chamado para a ordem do dia, ainda que, como os demais, por vezes com sentido impreciso, mas que funcionava bem na retórica discursiva, surtindo efeito na audiência. O historiador era servidor e guia do Estado, papel que Varnhagen assumiu quando redigiu o *Memorial orgânico* e o apresentou aos *representantes da nação*, oferecendo-lhes uma proposta de reorganização política-administrativa. Usando do levantamento exaustivo de eventos, documentos e personagens, esses letrados organizavam uma cronologia para exaltar o que seria

²³³ Apud PAMPLONA, Marco. Nação. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 163-164.

²³⁴ Ibid. p. 165. Grifo do autor.

compreendida como a memória nacional, legitimando a decantada missão intelectual de influir na marcha do Império rumo a um futuro grandioso.

2.2.1 “o passado nos pertence...”, “nós pertencemos ao futuro”

O Rubicão passou-se; atrás fica o inferno; adiante está o templo da imortalidade.
Revérbero Constitucional, 1822

Em 1859, o “Novo dicionário da língua portuguesa” de Eduardo de Faria trouxe nação como “os habitantes de região que tem *governo independente*”²³⁵. Essa definição é interessante porque indicava uma direção nova: a história do Brasil seria a história de sua emancipação.

Uma destacada característica do período de consolidação do Estado imperial foi a continuidade de temas centrais como nação, literatura e civilização. Porém, interessa atentar para as transformações conceituais especialmente acentuadas após a década de 1830. De acordo com Valdei Lopes, esses conceitos sofreram uma progressiva historicização que marcou uma descontinuidade com o período anterior, em grande medida, porque um problema central colocado pela forma como se consolidou a autoconsciência do processo de Independência (enquanto a criação de uma nação nova) foi a insuficiência que os conceitos disponíveis até então tinham em permitir pensar o novo como categoria histórica. A relação que se tinha com o tempo e o passado encontrava-se condicionada por elementos clássicos ligados a imitação e o exemplo, ou ao entendimento geral do universo como repetição de leis eternas e eventos cíclicos. As respostas à aceleração do tempo histórico, catalisada pela “dupla Revolução” (Industrial e Francesa, na expressão de Eric Hobsbawm), dadas por um autor/ator do início do século XIX como José Bonifácio de Andrada e Silva foram na direção de um projeto de regeneração/renovação do velho Portugal que só seria viável com a incorporação do Brasil novo²³⁶. Mas essa via foi abandonada quando o tempo passou a ser experimentado não mais como repetição e sim como produtor de diferenças e singularidades a

²³⁵ FARIA, Eduardo de. **Novo dicionário da língua portuguesa seguido de um dicionário de sinônimos**. v. II. 4. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E C., 1859. p. 770. Grifo meu.

²³⁶ ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 103-186. O uso do termo literatura em vez dos tradicionais letras ou belas-letras pode ser compreendido como uma passagem para um conceito historicizado. Modernidade aqui é “entendida menos como um conceito normativo, frente ao qual fosse possível medir o grau de modernização, e mais como um conjunto de fenômenos históricos que instauram uma condição. No interior dessa “condição” foram encaminhadas múltiplas respostas, todas igualmente “modernas”, embora de qualidades distintas”.

serem reconhecidas e demarcadas. Não cabia mais ser “portugueses do Brasil”, até por não existirem mais os laços de Metrópole e Colônia.

Ao lado da história estava a literatura. Junto à independência política era necessária uma independência cultural, mas como fazer isso se em tudo o Brasil parecia estar ligado a Portugal: língua, costumes, organização política, ideia de civilização? Segundo Antônio Cândido, para o desejo de autonomia literária tornado mais vivo após a Independência, o Romantismo apareceu aos poucos como caminho favorável à expressão própria dessa nação recém-fundada, pois fornecia concepções e modelos que permitiam afirmar o particularismo do Brasil²³⁷. Uma proposta romântica foi buscar o que seria genuinamente nacional, sendo os índios e a natureza exuberante os principais eleitos.

Em sua análise sobre o Romantismo e a ideia de nação no Brasil, Bernardo Ricupero assinalou que, enquanto uma questão política e cultural, articulando literatura, história e política, a nação criada pelo Romantismo brasileiro proclamou as especificidades nacionais, mas pretendendo, ao final do caminho, encontrar a civilização europeia. Uma contradição do mesmo movimento que pouco tratou de questões sociais importantes como a permanência da escravidão, ainda que falasse em princípios civilizados. Para tal assunto melindroso, argumentava-se em nome da necessidade econômica (do tecido social como um todo), ou silenciava-se, aparecendo ocasionalmente²³⁸. A “fuga” da temática da escravidão se observa, por exemplo, no romance “O Guarani” (1857), de José de Alencar, ambientado na primeira metade do século XVII. A ação desenvolvida às margens do Rio Paqueta se assemelhava mais a um modelo cavalheiresco de um Portugal medieval (D. Antônio de Mariz era fidalgo jurado à Coroa lusa) do que a uma história num Brasil que já convivia com o tráfico de escravos e o genocídio indígena. Uma exceção nesse sentido foi a obra em prosa “Meditação”

²³⁷ CÂNDIDO, Antônio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanistas FFLCH/USP, 2002. p. 20. Para o autor, o Romantismo no Brasil foi, sobretudo, nacionalismo e nacionalismo, foi, antes de mais nada, escrever sobre coisas locais.

²³⁸ RICUPERO, Bernardo. Introdução. In: _____. **O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. XXVII-XXVIII. Natureza e índio foram grandes personagens: não estiveram eles no enredo básico de poemas como “I-Juca-Pirama” (1851), de Gonçalves Dias? Na Academia Imperial de Belas Artes, pulularam quadros com temática indígena como “Moema” (1866), de Victor Meirelles. Um traje de D. Pedro II incluía casaca verde com botões amarelos e no brasão do Império, de um lado havia um ramo de tabaco e do outro um ramo de café. Os índios sempre apareciam com ou como um elemento natural (palmeiras, animais do lado), quase parte da paisagem, um símbolo da Monarquia tropical. Porém, um indígena especial, romantizado. Peri, de “O Guarani”, por exemplo, era nobre, abnegado, obediente, corajoso, quase um equivalente nacional do personagem português D. Antônio de Mariz, só que “selvagem”. Sobre a questão do índio como parte do espaço, na composição da paisagem, ver: KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2005. Ver também: TREECE, David. O indianismo romântico, a questão indígena e a escravidão negra. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 65, p. 141-151, mar. 2003.

(1849), de Gonçalves Dias, que denunciou as mazelas que sustentavam a riqueza do Império, sendo a maior delas a embaraçosa questão da escravidão.

Parte significativa dos letrados que circulavam pela Corte tinha uma formação acadêmica, eram políticos ou ocuparam um posto na burocracia imperial e também adquiriram título de nobreza. Varnhagen, por exemplo, foi historiador, diplomata, *Barão* e depois *Visconde de Porto Seguro*. Essas esferas estavam entrelaçadas na vida e atuação desses homens que, a partir do Estado ainda não completamente estabelecido, tinham a “missão” de forjar uma nação, observando o plano traçado por Karl von Martius de “difundir entre seus contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo”²³⁹.

A natureza e seus recursos se tornaram palco para grandes obras literárias do século. Já na década de 1870, Machado de Assis observou que:

quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. [...] Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo²⁴⁰.

Ao defender a necessidade de uma fisionomia para o pensamento nacional, permeada pelo “instinto de nacionalidade”, Machado de Assis tangenciava um aspecto da criação literária brasileira oitocentista: sua implicação na historiografia do período. Conforme Pedro Puntoni, o nascimento da historiografia brasileira coincidiu com o processo de autonomização crescente de seus pressupostos e sua poética, sendo inicialmente subordinada ao gênero literário. Para tanto, citou o exemplo do épico A “Confederação dos Tamoios”, de Gonçalves de Magalhães, que ficou mais conhecido pela marca que deixou no cânon historiográfico, do que pelas qualidades literárias²⁴¹. Outro trabalho desse literato contribuiu para os estudos

²³⁹ MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. Op. Cit. p. 410. As subvenções imperiais representavam mais que a metade do orçamento do IHGB e seus membros eram frequentemente nomeados Ministros e Conselheiros de Estado.

²⁴⁰ ASSIS, Machado de. **Instinto de nacionalidade**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/355080/mod_resource/content/1/machado.%20instinto%20de%20nacionalidade.pdf. Acesso em: 20 mai. 2018. p. 1. Publicado em 24 de março de 1873 na Revista Novo Mundo.

²⁴¹ PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: JANCÓS, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 634. Quem muito questionou as virtudes desse trabalho de Magalhães foi o então jovem José de Alencar, que publicou as famosas “Cartas sobre a Confederação dos Tamoios” (1856), projetando-se com isso no cenário das letras imperiais. Um dado curioso a esse respeito foi o de que o próprio Imperador, a quem o poema foi dedicado, saiu em defesa de Magalhães usando um pseudônimo que não conseguiu esconder sua identidade.

históricos, a “Memória histórica e documentada da revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840” (1848). Consoante Temístocles Cezar, no parecer da Comissão da Revista, o poeta foi elogiado pelas qualidades de filósofo (conciliando história, reflexão e emoções), juiz reto (pelos traços morais), pintor (pelo quadro da natureza e dos atos históricos) e arquiteto hábil (construção da narrativa pautada na verdade contida nos documentos). Uma avaliação dessas significava que Magalhães escreveu história sem deixar de ser poeta, apontando para a presença de elementos poéticos no discurso histórico e elementos históricos no discurso poético²⁴². Evidências: a presença de romancistas no IHGB e a “Memória” de Magalhães publicada na Revista como valiosa contribuição à história pátria.

Grande personagem, a natureza foi cantada em verso, prosa e relato de viagem, indo do quase adágio de Pero Vaz de Caminha na “Carta” ao Rei D. Manuel, de que a terra “em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem”²⁴³, até narrativas com argumentos mais sofisticados como a fundação do Ceará em “Iracema” (1865), que tinha o cabelo mais negro que a asa da graúna, de José de Alencar. A mesma natureza com a qual Varnhagen procurou expressar a cor local em sua *História Geral*, para o leitor ter uma ideia mais “fiel” do retratado, como se pudesse “ver”. Ele que desde cedo exortou os poetas americanos a compreenderem as vantagens que o país lhes oferecia como *manancial inesgotável*, dispensando enfeites alheios²⁴⁴. O Instituto tratou a localização nos trópicos como elemento positivo, integrando-a como uma das bases da construção simbólica

Rapidamente se soube quem era “o amigo”. Mais curioso ainda foi que, anos depois, Joaquim Nabuco despontou justamente criticando um trabalho de Alencar, a fracassada peça “O jesuíta” (1875).

²⁴² CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultura**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 54-78. Lembrando Michel de Certeau, Cezar ressaltou que o lugar autoriza aquilo que ele não interdita, nesse caso, a comissão da Revista autorizou a presença de figuras poéticas no discurso histórico por entender que certa “arte” não prejudicaria o compromisso com a verdade, comprovado pelo uso de documentação histórica original. As cores vivas tornariam o texto agradável. No cenário mais amplo, ficava patente a carência de regras claras para definir as fronteiras entre os campos histórico e literário, as flutuações entre história e poesia. Mais uma vez, os campos poderiam não estar tão bem fixados, mas ninguém diria que a *História Geral* era um livro de poemas, ou “I-Juca-Pirama” um compêndio de história universal.

²⁴³ CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta do descobrimento: ao rei D. Manuel**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013. p. 51.

²⁴⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Das naturais tendências da futura literatura brasileira. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, Tipografia da Sociedade, v. 5, jun. 1841. p. 183. Como um recurso originalmente vinculado ao campo pictórico, Eduardo Cardoso explicou que a cor local é um mecanismo narrativo de largo emprego que se manifesta em diferentes tipos discursivos e engendra um feixe de expressões contíguas que pode ser denominado de retórica pictórica. Durante o século XIX, o dispositivo foi incorporado pela escrita historiográfica e tornou-se parte significativa de uma poética da história mobilizada para a representação histórica do passado. A hipótese do autor foi a de que a aproximação empreendida entre escrita da história e pintura expressou não somente um anseio estético, como também foi fator de construção do argumento historiográfico, pois a cor local resguarda uma dimensão imagética que permitiria ao historiador não somente relatar, mas também mostrar o passado e a paisagem ao leitor. Ver: CARDOSO, Eduardo Wright. **A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica pictórica na historiografia nacional**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

da identidade nacional. Mesmo sendo objeto de detração na Europa (na “Histoire Naturelle” do Conde de Buffon, por exemplo), o clima tropical foi ressaltado como elemento capaz de despertar orgulho²⁴⁵.

Se houve um grande esforço pela escrita de uma história, não o foi menor para a definição de uma literatura nacional. Duas obras pioneiras do que seria a história da literatura no Brasil auxiliam a pensar essa questão: “Parnaso Brasileiro” (1829) de Januário da Cunha Barbosa e o *Florilégio da poesia brasileira* de Varnhagen.

Dirigindo-se ao público leitor, Cunha Barbosa declarou sua intenção de “tornar ainda mais conhecido do mundo literário o Gênio daqueles brasileiros, que, ou podem servir de modelos, ou de estímulo à nossa briosa mocidade”²⁴⁶, portanto, ainda pensava em termos de imitação dos beneméritos do passado. A compilação feita pelo Cônego não seguiu a cronologia das peças, reunidas e publicadas à medida que tomava conhecimento. Seu critério foi apenas o fato de terem sido escritas por brasileiros, o que explicava o título do livro: “Parnaso Brasileiro, ou coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, quanto já impressas”. Para Valdei Lopes, o uso de “coleção” era pertinente tendo em vista a aparente desordem com que foram reunidos os poemas. Por outro lado, esse traço poderia esconder uma certeza do autor de que aqueles já estavam classificados como pertencentes à literatura do Brasil, isto é, a existência de uma literatura nacional era tão certa quanto a materialidade dos livros e manuscritos que lhe davam forma²⁴⁷.

Cunha Barbosa não duvidava da existência, nem da qualidade dessa literatura que só precisava ser recuperada, para não cair no esquecimento. Outro aspecto: embora tenha ressaltado que era chegado o momento de fazer ressurgir o esmorecido engenho literário que por muito tempo esteve sob uma “opressiva tutela”, não antecipou a discussão em torno da

²⁴⁵ Para Buffon, as modificações nas formas originais eram entendidas como degeneração, imperfeição e declínio. Para o gosto intelectual, não deveria agradar a ideia de o Brasil ser somente um aperfeiçoamento de Portugal, menos ainda uma degeneração... Ver: ARAUJO, Valdei Lopes de. As transformações nos conceitos de literatura e história no Brasil: rupturas e descontinuidades (1830-1840). *SÆculum* – Revista de História, João Pessoa, n. 20, jan./ jun. 2009. p. 62.

²⁴⁶ BARBOSA, Januário da Cunha. Ao público. In: _____. **Parnaso Brasileiro**. TOMO I. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1999. p. 33. Este foi o primeiro esforço brasileiro para reunir uma antologia de poetas nativos. A literatura brasileira seria aquela produzida por brasileiros de nascimento.

²⁴⁷ ARAUJO, Valdei Lopes de. As transformações nos conceitos de literatura e história no Brasil: rupturas e descontinuidades (1830-1840). *SÆculum* – Revista de História, João Pessoa, n. 20, jan./ jun. 2009. p. 51. O conceito de literatura operado no início do século correspondia a um conjunto de obras que deveriam estar distribuídas entre os gêneros retóricos, havendo espaço para uma imitação do passado, senão em seus conteúdos, que poderiam ser substituídos pela cor local, ao menos em suas formas. Aparentemente, admitia-se uma imitação que não fosse cópia. Por isso era um desafio trabalhar com a equação envolvendo uma língua para duas literaturas independentes. Avançando um pouco, a percepção de um autor como Gonçalves de Magalhães era da literatura como processo, dimensão capaz de produzir e preservar a identidade de uma comunidade ao longo do tempo e do espaço. Em Magalhães, o conceito era mais elástico, reunindo as diferentes histórias literárias em uma literatura e não na soma de obras escritas por nascidos no Brasil.

necessidade ou existência de uma literatura nacional diferente da literatura portuguesa. A crítica à ex-Metrópole era variável.

Do “Parnaso” ao *Florilégio* uma mudança sensível pode ser notada, seja por questões metodológicas, ou do modo de constituição de uma literatura genuinamente brasileira. Sobre os critérios adotados, Varnhagen explicou sua preferência em apresentar as poesias pela ordem cronológica dos autores e colocando uma biografia para preceder as composições de cada um. O intento era oferecer o que de *mais americano* se tinha. Informou no *Prólogo*:

Cumprindo adotar uma regra para os que deviam ter entrada na nossa coleção, fizemos prevalecer a do nascimento no Brasil, por ser o princípio mais geral (salvo casos mui especiosos ou de pretendidas argúcias) intuitivamente em nossos ânimos também prevalece, quando se trata até das províncias do mesmo reino, em que a pátria natal prefere sempre a terra em que nos estabelecemos, bem como em direito internacional, quando não há declaração em contrário, a nacionalidade de origem prefere a do domicílio²⁴⁸.

Em seu entendimento, a uniformidade da língua não era empecilho para a divisão das literaturas portuguesa e brasileira. Foi taxativo: “a poesia brasileira tem que declarar-se independente da mãe-pátria”²⁴⁹. Não significava que os autores brasileiros não devessem estudar os clássicos, o *abc da arte*, pelo contrário, entendia que o brilhantismo de americanos como Irving e Cooper só poderia se revelar pelo muito estudo dos livros antigos e modernos da literatura inglesa, assim como Lord Byron. O Brasil já teria bons nomes para se inspirar como Basílio da Gama, Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e José de Santa Rita Durão, que tiveram biografias publicadas na Revista do Instituto. Varnhagen assinou as de Santa Rita Durão (1846), Gonzaga (1849) e Inácio José de Alvarenga Peixoto (1850), entre muitas outras desde sua entrada no IHGB em 1840.

Outro passo importante foi a criação, em Paris, da Revista Niterói (1836) por Francisco de Sales Torres Homem, Manuel de Araújo Porto-Alegre, João Manuel Pereira da Silva, Cândido de Azeredo Coutinho e Domingos José Gonçalves de Magalhães, considerada marco das discussões em torno da nacionalidade da literatura brasileira. Para esse grupo de jovens escritores, a literatura seria algo como uma “cápsula do tempo” direcionada à posteridade, testemunhando o grau de civilização e o caráter de determinado povo ou geração.

²⁴⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Prólogo*. In: _____. **Florilégio da poesia brasileira**. TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850. p. IV. Varnhagen reconhecia a qualidade variável das composições: “Escolhemos as flores que julgamos mais adequadas para o nosso fim, embora seja alguma menos vistosa, outra pique por alguns espinhos, esta não tenha aroma, aquela pareça antes uma descorada orquídea, e aquela outra uma parasita criada com ajuda de seiva alheia, etc. [...] Não chamamos Parnaso a esta coleção, pelo mesmo motivo de estarmos um pouco em briga com a mitologia, e por devermos distingui-la de outra anterior, que leva aquele título”. Nota: por vezes, Varnhagen usava de espanholismos e galicismos em sua escrita.

²⁴⁹ Ibid. p. VII.

Aconselhados por Ferdinand Denis e Almeida Garret e com a ajuda de Eugène Monglave, idealizador do Instituto Histórico de Paris, os cinco amigos se reuniram em torno da Revista, procurando atualizar o Brasil com as novidades dos salões e conferências parisienses na música, na economia, nas artes ou na literatura²⁵⁰.

Em seu primeiro número, no “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil” (1836), Gonçalves de Magalhães preconizou uma ruptura com o padrão português não mais condizente com a nova fase da história brasileira e não economizou nas censuras aos três séculos de um governo colonial que, em sua opinião, esmagou o Brasil com o peso da insuficiência, imbecilidade e mesquinharias políticas que entorpeceram o progresso da civilização no país. O resultado teria sido um sufocamento do potencial criativo dos coloniais. Ao século XIX caberia restaurar as ruínas e reparar os erros dos séculos passados, e isso se daria pelo conhecimento da história e do estado atual, pois, se o futuro só poderia sair do presente, a grandeza do passado se mediria pela justa avaliação dele feita nesse presente. Havia, então, uma preocupação “presentista” em recuperar a recente antiguidade do Brasil e sendo a literatura um indicativo do nível de desenvolvimento de uma nação, nem passado, nem presente poderiam ser esquecidos se o desejo fosse construir o futuro. Em suas palavras, “Nós pertencemos ao futuro, como o passado nos pertence”²⁵¹, unindo passado, presente e futuro em torno de uma missão e um destino: a nação brasileira.

Entre a geração que fez a Independência, a qual pertenceu José Bonifácio, e a geração que consolidou o Império (pós-1822), houve modificações na experiência do tempo. Se José Bonifácio ainda acalentou o projeto de um Império luso-brasileiro harmonioso, Magalhães rompeu manifestamente com uma tal ideia. Modificações sensíveis, porque o Portugal com o qual se queria romper era o mesmo cuja herança europeia conferia o padrão civilizado que almejava a jovem nação. A questão em Magalhães era a de que o gérmen da civilização depositado no Brasil pela Europa não havia dado todos os frutos que poderia dar. Num mesmo movimento, a Europa (portanto, Portugal) teria ofertado esse gérmen e foi a mão estranha que sufocou seu cultivo. Outra denúncia se aproximou ainda mais da orientação geral

²⁵⁰ ARAUJO, Valdei Lopes de. As transformações nos conceitos de literatura e história no Brasil: rupturas e descontinuidades (1830-1840). *SÆculum* – Revista de História, João Pessoa, n. 20, jan./ jun. 2009. p. 57-58. A literatura seria filha de seu tempo, ainda que pudesse estar marcada pelo embate entre a expressão de seu tempo e lugar e o conjunto de referências herdadas, uma espécie de paralelismo entre uma literatura nativa e outra “emprestada”, ambas discerníveis ou já fundidas.

²⁵¹ MAGALHÃES, Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Niterói, Revista brasiliense, ciências, letras e artes*, Paris, TOMO I, 1836. p. 137-144. O texto foi organizado em três partes: primeiro, tratou do conceito de literatura e de como deveria ser a sua história, depois pensou a aplicação desses princípios ao Brasil, por último, discutiu a existência de uma literatura indígena e seu papel no futuro da literatura nacional.

de seus contemporâneos: “a Poesia do Brasil não é uma indígena civilizada, é uma Grega, vestida à Francesa, e à Portuguesa, e climatizada no Brasil”²⁵².

Essa reclamação encontrou eco em trabalhos de Varnhagen. Não porque este se interessasse por uma poesia indígena, pelo contrário, era abertamente contra os que chamava *filo-tapuias*, ou seja, os autores do chamado indianismo literário que viam nos indígenas o elemento definidor da nacionalidade brasileira, travando discussões longas por conta disso, inclusive com Magalhães. O que acercava os dois era a proposta de uma literatura que buscasse pelas particularidades do Brasil, uma *cor mais americana*, traduzida basicamente na valorização das cenas naturais. Porém, se colocados lado a lado o “Ensaio” de Magalhães e o *Ensaio* de Varnhagen, há uma diferença fundamental entre ambos que avança os limites dos dois textos e que acaba ajudando na caracterização da obra total dos dois autores. Magalhães censurou a antiga Metrópole, Varnhagen fez uma leitura histórica de autores e obras, registrando descontentamento pelo fato de os troncos colonizadores não trazerem “da árvore-mãe seiva poética bastante, para produzirem frutos com ajuda do clima da terra”²⁵³.

Havia uma divergência de concepções políticas. Salvo críticas pontuais, Varnhagen justificou muito a política metropolitana indo, assim, contra o “espírito” do seu tempo. Minimizou, ou mesmo desqualificou, movimentos como a Inconfidência Mineira (1789), caros à sensibilidade dos românticos. Na *História Geral*, mostrou-se lisonjeado em corresponder aos bons ofícios prestados pela Metrópole a ele mesmo e a todos os brasileiros, pois seu patriotismo era *nobre e elevado* e não “cifrado apenas na absurda ostentação de vil e rancoroso ódio a tudo quanto é estrangeiro”²⁵⁴. Contudo, mesmo com (e apesar das) diferenças, o trabalho desses autores tomado no conjunto exprimia a ambição construtiva

²⁵² Ibid. p. 146. Para o poeta, além da “mesquinha” herança portuguesa, o Brasil tinha outras origens: “Hoje o Brasil é filho da civilização francesa; e como nação é filho desta revolução famosa, que balançou todos os tronos da Europa, e repartiu com os homens a púrpura, e os cetos dos reis”. Restava ao Brasil trilhar a estrada, lentamente tocando os degraus de civilização deixados pela Europa, pois o que era no presente foi o passado do centro ilustrado europeu. Cumpre sublinhar que não se pode falar em uma ruptura total, o próprio Magalhães usou da metáfora da montanha escalada em círculos, “estrada traçada em caracol”, para se referir ao caminho a ser realizado pelo Brasil rumo ao progresso. Ainda lhe era difícil excluir completamente uma experiência cíclica do tempo, mesmo que direcionada por um princípio que se desenvolveria progressivamente ao longo da história. Ver: ARAUJO, Valdeí Lopes de. Op. Cit. p. 67-68.

²⁵³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Ensaio histórico sobre as letras no Brasil. In: _____. **Florilégio da poesia brasileira**. TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850. p. X. Num rol de classificações, as preocupações de Varnhagen poderiam ser consideradas românticas, mas numa direção oposta à versão brasileira simpatizante de um Romantismo indianista. Essa foi a razão de muitas polêmicas, desafetos e frustrações em sua relação com o IHGB, cuja orientação estava mais para o elogio de um índio selvagem idealizado, com farto vocabulário tupi e algumas informações etnográficas.

²⁵⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. XI.

dessas gerações que definiram o que eram a nacionalidade e a literatura brasileira, procurando não apenas estabelecer o cânon desta, como também interpretá-la²⁵⁵.

Pode-se compreender a construção da ideia de nação brasileira como um projeto de Estado que envolveu a elite letrada e agentes estatais (muitas vezes um era também outro) e mobilizou recursos políticos, econômicos, culturais e simbólicos, tendo o Instituto como ordenador dos vestígios do passado, de modo a dar coerência lógica. Nesse sentido, a escrita da história no Brasil oitocentista foi atravessada pelo que Temístocles Cezar denominou “retórica da nacionalidade”, ou seja, um conjunto de estratégias discursivas caracterizada pela dispersão de seus elementos constituintes, que procurou persuadir os brasileiros de que compartilhavam um passado comum e, conseqüentemente, uma mesma origem e identidade, a despeito da natureza heterogênea de sua formação social²⁵⁶. A história e a geografia, em companhia da literatura e da etnografia, buscaram singularizar essa “retórica da nacionalidade”, contendo e resistindo à dispersão do discurso e constituindo-se como campos de saber que explicassem a existência de uma nação, ao longo do tempo, formada por “brasileiros”. Juntas, a história conferindo uma identidade e a geografia um espaço territorial definido, formavam a dupla de elementos essenciais na conformação da ideia de nação brasileira.

No esquema conceitual analisado por Guillermo Padilla para a América ibérica, três grandes etapas atravessaram o recorte 1750-1850. Na primeira dominou um conceito clássico de inspiração ciceroniana que entendia a história como um gênero literário. A segunda etapa, estimulada principalmente pelos movimentos políticos e sociais, tendeu para a assimilação de uma história nacional. A ruptura com o passado colonial buscou estruturar novas narrativas históricas que dessem um sentido condizente com a nova situação de Repúblicas ou Império independentes, ainda que com um sentido incerto quanto ao futuro (expectativa). A abertura desse novo espaço de experiência política, no entanto, não eliminou instantaneamente as formas de vida criadas anteriormente, de modo que o futuro também poderia ser lido à luz de uma história providencialista. O modelo ciceroniano apareceu numa versão amplificada e não propriamente nos moldes clássicos. Numa terceira etapa, a articulação com noções como as de

²⁵⁵ CÂNDIDO, Antônio. Op. Cit. p. 37-38.

²⁵⁶ CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 29.

progresso e civilização geraram novos debates, novos dicionários e a necessidade de uma história nacional²⁵⁷.

Na análise do vocábulo história realizada por João Paulo Pimenta e Valdei Lopes também para o recorte 1750-1850, mas no contexto luso-brasileiro, observou-se que entre 1750 e 1807 (para efeito didático, não há tanta rigidez na marcação temporal, nem teria como haver) ocorreu uma laicização das narrativas, ligada às tentativas de reformar o Império português, racionalizando a administração e buscando integrar os diferentes territórios que o compunham. Em um segundo momento (1808-1831), a transferência da Corte em 1808, marco da crise do “Antigo Regime” português, abriu um período de aceleração histórica no mundo luso-americano. Aliando tradição e inovação em um projeto político para enfrentar os tempos modernos, o programa da Academia das Ciências de Lisboa fundiu a demanda por uma história erudita e capaz de iluminar o passado e orientar o presente, incidindo sobre a produção das Academias de além-mar. Aproximadamente entre 1831 e 1850, no Brasil, a nova ordem inaugurada com a Abdicação de D. Pedro I trouxe a necessidade de construção de uma história nacional, tendo a história da literatura uma função de vanguarda na formação desse campo de experiência, ainda que fosse difícil pensar uma literatura brasileira não essencialmente aparentada com a portuguesa. Essa crescente politização da escrita da história funcionou como motivação para a criação do IHGB. A história produziria as condições para sua escrita e o princípio organizador seria procurado na própria realidade histórica. Consolidada na década de 1840, o elemento de reflexão dessa história foi a Independência de 1822, elevada a fio condutor e maior objeto da narrativa, como se o fim estivesse no começo²⁵⁸. As semelhanças do quadro conceitual no contexto ibérico geral e luso-brasileiro em particular demonstram, portanto, que a transformação semântica da história em um “singular coletivo” passou pela reconfiguração dos projetos imperiais de Espanha e Portugal, culminados com os processos de Independência na primeira metade do século XIX.

As linhas-mestras do programa de edificação coletiva da história da nação forjadas pelos sócios do IHGB trouxeram sugestões que deveriam direcionar seus trabalho, cumprindo as demandas do Estado por um levantamento circunstanciado da documentação existente. Os

²⁵⁷ PADILLA, Guillermo Zermeño. História, experiência e modernidade na América ibérica, 1750-1780. **Almanack brasileiro**, São Paulo, n. 7, mai. 2008. p. 12. Esse texto foi parte de um esforço maior pela confecção do “Diccionario político y social del mundo ibero-americano”, publicado em 2009 e que envolveu pesquisadores de vários países de língua espanhola e do Brasil. Ver: SEBASTIÁN, Javier Fernández (Dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**. La era de las revoluciones, 1750-1850. [Iberconceptos-I]. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

²⁵⁸ PIMENTA, João Paulo Garrido; ARAUJO, Valdei Lopes de. História. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 121-136.

“textos de fundação” serviram ao propósito de escrever a história do ponto de vista nacional, organizando-a de forma a assegurar a verdade do narrado e fundando uma nova comunidade política pensada agora sob a forma de uma nação²⁵⁹.

2.3 Uma questão d’alta transcendência: os dotes necessários ao historiador

*Antes quero desagradar publicando a verdade, que ser aplaudido faltando a ela.
Tucídides*

Varnhagen poderia ter iniciado a *História Geral do Brasil* (ou qualquer outra) como Jules Michelet o fizera no Prefácio de 1868 de sua “História da Revolução Francesa”: “Uma palavra sobre como se fez este livro. Ele nasceu no seio dos Arquivos”²⁶⁰. A referência aos arquivos se apresentou antes do texto, logo no título da obra: *História Geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda*. Varnhagen investigava, colhia, copiava, anotava, preparava sua obra. Na *Correspondência*, em várias ocasiões deu notícia de seu deslocamento por diversas cidades e países em busca de documentação, inédita de preferência. Do trabalho de décadas fez sua *História Geral*. Mas que relato era esse?

A ideia de uma história geral esteve presente nos planos do Instituto desde cedo, todavia, em 1839, Cunha Mattos ponderou que “por ora não convém, nem é possível escrever de um só jato a história geral do império do Brasil, que seja digna dele e faça honra aos membros deste Instituto, que de tal tarefa houverem de ser encarregados”²⁶¹, argumento que sinalizava o ainda precário trabalho de coleta e armazenamento das fontes e a necessidade de definir um padrão de escrita da história através do uso de um aparato crítico capaz de reconstituir esse passado. O Instituto se deu conta de que o trabalho seria árduo e demorado, mas, em algum momento, destes esforços deveria surgir essa história, estabelecida e escrita por um brasileiro que exaltaria, mais do que o seu próprio nome, a honra de todos os nacionais. Era preciso reafirmar as diferenças entre uma história geral entendida em termos

²⁵⁹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Uma história da história nacional**: textos de fundação. Disponível em: <http://www.coresmarcasefaldas.pro.br>. Acesso em: 20 mar. 2013. p. 395.

²⁶⁰ MICHELET, Jules. Prefácio de 1868. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: Edipucrs, 2010. p. 98.

²⁶¹ MATTOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XXVI, 1863. p. 122. Foi apresentada na sessão de 19 de janeiro de 1839.

processuais e as outras formas mais habituais de escrever história, como o uso do método das “décadas” proposto por Wallenstein.

No “Dicionário” de Rafael Bluteau do ano de 1789, história apareceu como narração de sucessos civis, militares, ou políticos, ao lado da história natural, enquanto “exposição de objetos, e produtos da natureza por meio de suas propriedades, e caracteres dispostos em certas classes, ordens, gêneros, &c. segundo o sistema do que a escreve”²⁶². Em 1832, Luís da Silva Pinto conservou essa mesma definição em seu “Dicionário da língua brasileira”. Uma alteração interessante, contudo, foi apresentada pelo “Dicionário” de Eduardo de Faria de 1859 que, mantendo a ideia de história como narração escrita de sucessos políticos, civis, etc., acrescentou como sinônimos a história universal e a geral. Enquanto a universal compreenderia todos os povos e nações conhecidas, em todas as idades, narrando os sucessos de cada uma delas e suas relações entre si, a história geral narraria todos os sucessos de uma nação ou povo, de seu princípio até os tempos modernos²⁶³. Escrever um exemplar deste segundo tipo foi a pretensão de Varnhagen desde, pelo menos, 1840.

Quatorze anos depois, a *História Geral* foi publicada com grandes expectativas de seu autor, mas recebida com apatia pelo Instituto, cujo nome figurou na capa. A epígrafe nela apresentada já dava mostras do ânimo do autor: “A importância de uma História Geral de qualquer Estado independente é reconhecida em todo o país culto”²⁶⁴. A frase do Visconde de Cairu, alto nome da intelectualidade luso-brasílica setecentista, indicava a valorização da obra, uma história geral, como Varnhagen ora oferecia, era necessidade reconhecida por *autoridades* letradas como Cairu, apreciado como o primeiro economista brasileiro, no sentido de introdutor da Economia Política no Brasil.

Falando em epígrafes, a escolhida para iniciar o *Prefácio* do Tomo II foi analisada por Taíse Quadros como indício de que Varnhagen se encontrava muito ligado ao país no qual se formou intelectualmente. Sua relação com o insigne representante da Ilustração portuguesa Conde de Ericeira produziria uma ponte até a historiografia lusa e suas regras de erudição, apontando também para a tensa contradição de fazer parte de duas nações distintas, separadas recentemente. Para a autora, o Brasil, como pátria de nascimento e escolha intelectual, nunca

²⁶² BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da língua portuguesa**. TOMO II. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789. p. 682.

²⁶³ FARIA, Eduardo de. Op. Cit. p. 326. O autor ainda detalhou que a história universal se dividia em três grandes idades ou histórias que sucediam e com caráter particular: “a história antiga, a da idade média, e a moderna, as quais se pode ajuntar uma quarta, que é a contemporânea; e estas mesmas se subdividem em épocas e períodos históricos, para melhor se compreendem os acontecimentos, e se poderem julgar os homens que neles tiveram parte”.

²⁶⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. s/p.

atenuou em Varnhagen a presença da erudição lusa adquirida em seus anos de formação e experiência nos meios aristocráticos daquele país. Nesse sentido, o historiador ocupava uma posição difícil em um tempo de severa recusa das heranças lusitanas e afirmação dos aspectos autóctones²⁶⁵. A epígrafe em questão, pertencente ao Prefácio do livro “Portugal Restaurado” (1698), afirmava:

uma das maiores empresas do mundo (dizia o conde da Ericeira, D. Luiz de Meneses) é a resolução de escrever uma história; porque além de inumerável multidão de inconvenientes, que é necessário que se vençam, e de um trabalho excessivo... no mesmo tempo em que se pretende lograr os frutos de tantas diligências, tendo-se obtido formar o intento, vencer a lição, assentar o estilo, colher as notícias, lançar os borradores, tirá-los em limpo, conferi-los e apurá-los, quando quem escreve se anima na empresa... - então começa a ser réu, e réu julgado com... excessiva tirania²⁶⁶.

Ao lado de um “pertencimento” ao circuito histórico português, também é possível que a escolha da citação de Ericeira tenha atendido a um procedimento frequente em Varnhagen de recorrer a *autoridades* no assunto como argumento a favor de seu trabalho. A frase era pontual e tinha o sentido explícito de se defender da censura de seus leitores mais esclarecidos, dada a envergadura do trabalho que então tornava público, além de informar um pouco sobre seu caminho metodológico de pesquisa. A citação adiantava elementos que voltariam ao longo do *Prefácio*. Outro aspecto: para alguém que recebeu a educação e ocupou os cargos que Varnhagen recebeu e ocupou, ser erudito era requisito básico, independente de onde se desse essa formação. O silêncio com que a obra foi recebida pelo IHGB se apresentou mais como questão de divergência de “origem”, pelo autor ter uma postura diferente quanto aos índios. Varnhagen valorizou muito essa aproximação, mas parece exagero conduzir a alguma reflexão segundo a qual, de certa forma, ele visou escrever uma história de Portugal onde o Brasil figurasse como parte importante, ou “excrescência portuguesa”, como anotou Armelle Enders²⁶⁷. Existiam muitas variáveis a serem consideradas como a formação

²⁶⁵ SILVA, Taíse Quadros da. Introdução. In: _____. **A reescritura da tradição: A invenção historiográfica do documento na História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen 1854-1857**. 213 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006. p. 14.

²⁶⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. V.

²⁶⁷ ENDERS, Armelle. O império da história: as instituições culturais, desde D. Pedro II até a República. In: _____. **Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 99. Enders se referiu ao trabalho de Varnhagen como o “menos patriota do século XIX” e ao autor como “naturalizado pernóstico e notoriamente mau-caráter”, entendendo que a frieza do Instituto se justificava pela acirrada disputa interna em torno do título de “pai” de algum gênero ou disciplina e pelas divergências de enfoque. Um contraponto: no prefácio da *História da Independência*, Varnhagen escreveu: “Não desconhecemos que o simples título desta obra revela tão grande responsabilidade, não só para o Brasil como para com Portugal, e que, escrita com o amor à verdade que nela nos guiou, acima de todas as considerações humanas, como deve ser escrita toda história que aspira passar à posteridade, não será provavelmente agora tão bem recebida, como seria uma espécie de novo *memorandum* justificando só os direitos de uma das partes contendoras. O autor,

intelectual naquele país, a defesa da Monarquia como modelo de governo ideal para o Brasil, a dedicatória ao Imperador, mas afirmar algo desse tipo invalidaria, por exemplo, as tentativas de construção de uma narrativa sobre o Brasil tomando a proclamação da Independência como fio condutor, num esforço do qual Varnhagen não foi o único participante.

A razão para as escolhas de Varnhagen parece razoavelmente manifesta levando em consideração o conjunto de sua obra: ele teceu um enredo de modo a articular uma origem europeia que conferisse um ordenamento e civilização à jovem nação brasileira que até antes da chegada do colonizador era habitada por sujeitos que ele considerava *selvagens* e motivo de vergonha para um país que se pretendia poderoso e respeitável no continente e diante da Europa. Certamente não há uma explicação simplista, por isso as diferentes interpretações.

Em um horizonte ampliado, Taíse Quadros questionou as supostas raízes apenas nacionais da historiografia brasileira, preocupação dos autores oitocentistas imersos num clima de negação e rechaço da lembrança colonial. O discurso destes era de afirmação do verdadeiramente nacional, em contraposição ao que recordasse a condição anterior, mas seria dificultosa uma cisão completa, cultural principalmente, de um laço desse tipo, a situação era a de pouco mais de três décadas de independente e pesados mais de três séculos como Colônia. Ademais, a elite política e/ou social brasileira tinha formação em Portugal, Coimbra, sobretudo. Houve em 1822 a ruptura político-administrativa, o que não significava a inexistência, na prática, das influências de formação que basicamente todo esse grupo de letrados teve, entre eles Varnhagen. Novamente a questão de fundo: não se estava engendrando uma escrita sob o ponto de vista nacional? Não era questão de enjeitar completamente a herança lusa que, além de ter constituído o irrevogável passado, formava seu elo com a civilização europeia. Um passado como campo de experiências que, iluminado pelo presente, trazia a figura de uma identidade²⁶⁸. O imperativo era, pois, afirmar um presente e um futuro brasileiros.

porém, propôs-se a escrever uma história e não adular ou lisonjear os sentimentos ou prevenções de uns, nem de outros, nem por considerações com os descendentes vivos, embora poderosos, de uma e outra parte, tratou de calar censuras, quando as julgou cabidas e justas”. Novamente, Varnhagen se colocou como historiador imparcial e comprometido com a verdade e não com a quem pudesse interessar mais. De qualquer modo, ao menos neste trecho não há nada que indique uma “preferência” por Portugal. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2010. p. 12.

²⁶⁸ ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 155. Conforme Angela Alonso, “A tradição brasileira já nasceu de uma reforma, como tentativa de diferenciação em relação à metrópole. Esse talvez seja seu traço principal, a afirmação de um repertório de formas de pensamento que, não sendo de origem autóctone, precisava ser modulado, em parte, pela invenção de uma tradição nativa – a-histórica ou desvinculada da metrópole. Tal esforço de diferenciação foi o serviço do indianismo. Do outro lado, para não se desvincular da civilização ocidental, a construção de um pensamento brasileiro teve de contemplar a tradição europeia com a qual a nação jovem precisava romper. Daí a operação delicada de simultaneamente expurgar e incorporar o repertório

Antes da *História Geral*, uma resposta ao imperativo da história pátria foi dada pelo ex-general Inácio de Abreu e Lima. No Prefácio do “Compêndio da História do Brasil”, declarou que seu objetivo era “lançar uma pedra no cimento do edifício” que o Instituto estava construindo em prol da história pátria, e se apressou em informar que muito pouco do trabalho era de “própria lavra”, porque se serviu “em grande parte do trabalho alheio”, ou seja, o “Compêndio” se tratava de uma compilação de vários autores que julgara mais habilitados, buscando reunir com eles o maior número de fatos que lhe foi possível, organizando-os em série por meio de uma “muito exata dedução cronológica”, dizendo contentar-se em “assinalar os fatos sem nenhuma reflexão”, pois,

antes quis passar por simples cronista do que por historiador, reservando minhas opiniões para não parecer temerário. E de certo, é quase impossível a imparcialidade na história contemporânea; qualquer juízo acerca de um fato, por imoral ou desonroso que seja, achará sempre quem o taxe de injusto, por isso mesmo que, para quem o praticou, haverá sempre uma circunstância favorável que o atenua. N’este conceito evitei, quanto me foi possível, comprometer a honra ou ferir o amor próprio de qualquer homem, que estivesse vivo, contentando-me com referir os acontecimentos, como se passaram, e deixando à posteridade o direito de julgá-los²⁶⁹.

As confissões de Abreu e Lima demonstravam preocupação com o que seria uma história do tempo presente, já que ser imparcial em tal situação lhe parecia impossível, muitos atores dos eventos estavam vivos e era preciso resguardar a “arca do sigilo”²⁷⁰. Tentando fugir do possível embaraço, optou por se apresentar como cronista e sem emitir muitas opiniões, o que indica que no início da década de 1840 a escrita permanecia marcada pelo respeito à cronologia dos fatos, numa história linear e contínua. Com essas precauções, acreditava narrar os acontecimentos como eles se passaram e isso bastava. O “Compêndio” de Lima era um exemplo de sinopse histórica, um trabalho que procurava registrar a sucessão dos eventos como um processo finito e compreensível. Conforme Nelson Schapochnik, na tentativa de reverter o quadro de dispersão documental e oferecer ao leitor da Revista do IHGB um panorama da marcha da civilização brasileira, adotou-se esta forma de relato que forjava uma

ocidental herdado”. Ver: ALONSO, Angela. Apropriações de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 1831-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 92.

²⁶⁹ LIMA, José Inácio de Abreu e. Prefácio. In: _____. **Compêndio da História do Brasil**. TOMO I. Rio de Janeiro: Casa dos Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1843. p. XI-XII. O “Compêndio” se propunha tratar do Descobrimento à Maioridade e dentre os estudos usados para sua produção estavam as *Reflexões Críticas* e o *Diário de Pero Lopes de Sousa*, editados por Varnhagen; a “Corografia Brasílica”, de Aires do Casal; a “History of Brazil”, de Robert Southey, resumida por Bellegarde, continuada por John Armitage e recopilada por Alphonse de Beauchamp, sendo esta última versão a base principal do trabalho.

²⁷⁰ GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 388, jul./set. 1995. p. 516-522. Segundo a autora, o IHGB teria criado uma espécie de “arca do sigilo” que só deveria ser aberta quando todos os nomes guardados nela tivessem comparecido perante o tribunal da posteridade.

ideia de processo histórico linear, tratando de fatos que ocorreram em momentos pontuais e sem intervenção do locutor, como se falassem por si mesmos²⁷¹.

Varnhagen também diferenciou historiador e cronista. Declarou em missiva que “Como *cronista* poderei ser mais adulator ou panegirista, como historiador produziria efeitos negativos”²⁷². Tal ideia pode ser mais bem compreendida se observado o que significava ser cronista e ser historiador naquele momento. Tanto no “Dicionário” de Moraes e Silva, quanto no de Silva Pinto, cronista era o escritor de crônica, definida como uma “história que se refere às coisas pela ordem dos tempos”²⁷³. No “Dicionário da língua portuguesa” de Faria, historiador tinha historiógrafo como sinônimo e mesmo ambos sendo “literatos” que escreviam história, difeririam as circunstâncias e os modos de fazer. Diferente de historiógrafo, fixado como simples analista que reunia materiais e era pensionado do Estado ou de um príncipe para escrever sua história, correspondendo basicamente ao que se chamava cronista; o historiador compunha uma história, sem ser pensionado, quase sempre não contemporânea. Era o que escolhia, punha em ordem, examinava os fatos, julgando os homens e as coisas, costumando ser menos adulator e mais imparcial que o historiógrafo²⁷⁴. A diferença entre historiador e cronista, então, estaria em que, enquanto o cronista se ocupava em ordenar a sucessão dos fatos e se permitia adular seu benfeitor, um historiador que seguia as etapas da pesquisa era comprometido, antes de tudo, com a verdade. Varnhagen era patrocinado, mas segundo ele mesmo, jamais *adulator*, pelo menos era o que repetidamente escrevia e talvez acreditasse. Uma rápida olhada na *Correspondência* derruba tal argumento.

A grande questão, porém, que uniu os nomes de Varnhagen e Abreu e Lima se deu em torno da acusação, feita pelo primeiro, de que o “Compêndio” era fruto de um plágio. Ferrenho crítico dos plagiadores, Varnhagen remeteu ao Instituto Histórico um parecer qualificando Lima de *plagiário de 2º grau*, pois a obra seria uma cópia textual do livro do *insignificante* Alphonse de Beauchamp que, por sua vez, já era uma cópia da “History of Brazil” (1810) de Robert Southey. No *Primeiro Juízo*, escreveu que o escritor francês “como escritor público, não inspira outro sentimento senão o desprezo”, visto que “aproveita-se do trabalho alheio” e ainda assim “procura disfarçar o plágio, dá a algumas ideias novas formas, suprime outras, sacrifica muitas vezes a verdade histórica ao estilo fascinador, e portanto mais

²⁷¹ SCHAPOCHNIK, Nelson. Op. Cit. p. 25.

²⁷² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 247. Grifo do autor.

²⁷³ PINTO, Luís Maria da Silva. **Dicionário da língua brasileira**. Ouro Preto: Tip. de Silva, 1832. p. 237.

²⁷⁴ FARIA, Eduardo de. Op. Cit. p. 326.

perigoso”²⁷⁵. Estendendo-se por mais censuras e defesas, a discussão que começou tratando de questões relativas à escrita da história logo evoluiu para acusações pessoais, recheadas de insultos de níveis variados, mais parecendo uma briga de inimigos de longa data, já que acabou envolvendo Cunha Barbosa, desafeto político de Lima desde a época das Regências.

O que pretendo chamar atenção com esse episódio é que Varnhagen dizia escrever de forma *conscienciosa* e não perdoava quem desrespeitasse a *sagrada propriedade do entendimento*, contudo, ele mesmo teria problemas de citação em seus trabalhos. Ao anotar a *História Geral*, Capistrano de Abreu afirmou que o autor era muito mais descuidado e inexato do que pensava inicialmente e que “pelo menos na Torre do Tombo, levou para casa alguns documentos e se esqueceu de restituí-los: não podia depois indicar a procedência”²⁷⁶.

Também foi acusado pelo geógrafo francês Armand D’Avezac de apenas seguir o programa de von Martius, embora nunca tenha confirmado. Capistrano de Abreu também fizera esta observação: “Com o plano de Martius, Varnhagen atirou-se francamente ao estudo”²⁷⁷. De fato, é possível observar na produção de Varnhagen temas que foram recomendados por Martius ao historiador do Brasil, como o estudo geral sobre os índios, direitos dos colonos e legislação colonial. A própria ideia da miscigenação, pela qual índios e negros desapareceriam dentro da superioridade branca, havia aparecido na “Dissertação” do botânico, como bem antes já aparecera em José Bonifácio. Nesses termos, seria possível concluir que autores como D’Avezac e Abreu estavam corretos em sua declaração? Não se pode negar a presença de aspectos do programa do naturalista alemão nos trabalhos de Varnhagen, mas afirmar categoricamente que a obra do autor se resumia a uma aplicação direta do texto de Martius seria reduzir em muito o vasto esforço de pesquisa que realizou desde jovem. Martius forneceu o “modelo” que se tornou influente na produção da história do Brasil (exatamente o escopo do concurso do qual participou), o que não significa que tudo o que se escreveu depois dele o seguiu metodicamente. Como frisado alhures, Varnhagen tinha uma concepção de história diferente, além de ter feito séria oposição ao modo como Martius tratou o indígena, que teria chance de reabilitar sua dignidade pelo contato com o branco.

²⁷⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo: submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu Sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, acerca do “Compêndio da História do Brasil” pelo Sr. José Ignácio de Abreu Lima. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 21, 1844. p. 63-64. Para mais detalhes do livro de Lima e a questão do plágio no século XIX, ver: MEDEIROS, Bruno Franco. **Plagiário, à maneira de todos os historiadores**. Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

²⁷⁶ Apud GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. **História**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159-185, 2005. p. 171. Carta a Guilherme Studart de 20 de abril de 1904.

²⁷⁷ ABREU, Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaios e Estudos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 196.

Em carta ao colega Araújo Porto-Alegre, defendeu-se da acusação alegando que para um homem “que meditou a sua obra é injusto dizer-lhe que achou para ela o programa feito por Martius, quando aliás o achou também em todos os tratados do dia acerca do modo como se deve escrever a história geral de qualquer nação”²⁷⁸.

Segundo a crítica de Sílvio Romero, exagerou-se o valor do texto de Martius, chegando-se a atribuir a ele ideias trabalhadas por autores brasileiros como o reduzido número de índios no país (Varnhagen), o florescimento das instituições municipais no período colonial (João Francisco Lisboa), a contribuição de índios, negros e brancos para a história do país (o próprio Romero). Protestando em “honra da inteligência nacional”, o crítico sergipano declarou que não era preciso um alemão ensinar como se deveria escrever a história do Brasil seguindo um critério mais científico ou filosófico, além de que seus ensinamentos eram evidentes (“triviais”) e correntes em todos os cronistas anteriores como Fernão Cardim, Antonil, Cairu, entre outros. Para arrematar: a Dissertação era um “tecido de despropósitos” que não se “elevava acima da mediana”²⁷⁹. Logo, uma avaliação algo próxima a de Varnhagen.

A *História Geral* não inovou em matéria de periodização, obedecendo, sem se *escravizar*, a cronologia, mas sem periodizar, compreender os fatos, reuni-los, agrupá-los e relacioná-los em períodos característicos²⁸⁰. Varnhagen optou pela simples divisão em seções. Nesse sentido, outra crítica de D’Avezac foi a de que o historiador errou ao tratar dos índios apenas na seção VIII do primeiro Tomo da *História Geral*. Capistrano de Abreu observou que essa censura provocou mudanças sensíveis na segunda edição do livro, pois nesta os capítulos referentes aos indígenas apareceram no início do volume²⁸¹. A versão oficial de Varnhagen,

²⁷⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 251-252. Carta de 20 de novembro de 1857.

²⁷⁹ ROMERO, Sílvio. Diversas manifestações na prosa – história. In: _____. **História da literatura brasileira**. v. 5. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1980. p. 1521-1533.

²⁸⁰ RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**: introdução metodológica. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. p. 132. Varnhagen informou: “Bem que preferíamos agrupar os assuntos sob determinadas épocas, esmerando-nos por que fossem as transições fáceis. Julgamos poder-nos dispensar de adotar no texto as divisões pedantes e escolásticas em grandes períodos e livros, contentando-nos, como na anterior edição, com a simples divisão em seções”. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. 2. ed. Viena: Imp. do filho de C. Gerold, 1877. p. XIII-XIV. Segundo Lucia Guimarães, o processo de escrita da *História Geral* se deu concomitantemente aos primeiros tempos do Segundo Reinado. Dentro desse contexto e tencionando construir uma narrativa lógica coerente para levantar a “memória de papel” do Império, Varnhagen operou com uma concepção de tempo linear e diacrônico, em que os eventos se sucediam em ordem cronológica. Ver: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Org.). **Os historiadores: clássicos da história do Brasil**. v. 4. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora da PUC, 2018. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=6PhNDwAAQBAJ&pg=PT7&hl=ptBR&source=gbs_toc_r&cad=2#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 3 out. 2018. s/p.

²⁸¹ ABREU, João Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaio e Estudos**. 1ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 196.

todavia, foi a de que mudou para conferir *maior harmonia* ao todo, transferindo a seção respectiva à descrição do Brasil em geral para o princípio e “segundo-se as respectivas aos índios, as quais, não só onde estavam causavam grande interrupção no fio da narração, como ficam desta forma constituindo melhor ponto de partida da obra toda”²⁸².

E Varnhagen se preocupava muito com o *ponto de partida*. Leitor de Alexis de Tocqueville, citou no *Prólogo* da *História Geral* de 1877 uma fala desta *autoridade insuspeita*, como carta de recomendação a quem desconsiderasse a importância do estudo da história colonial. Tratava-se do trecho no qual Tocqueville afirmou que não havia um só acontecimento que o ponto de partida não pudesse explicar sem dificuldade, pois “os povos sempre se ressentem de sua origem. As circunstâncias que acompanharam seu nascimento e serviram para seu desenvolvimento influem sobre todo o resto de sua carreira”, por ele seria possível descobrir a causa “de tudo o que compõe o que se chama caráter nacional”²⁸³. Varnhagen quis que a civilização europeia fosse o *ponto de partida* da civilização brasileira. Trazer as seções VII, VIII, IX e X do Tomo I para as posições I, II, III e IV na reedição do mesmo não alterava o argumento básico de colocar o Brasil num espectro europeu, via colonização portuguesa. Com a mudança, a primeira seção deixou de tratar do “descobrimento” da América Central e navegações lusas para já começar com a descrição do território mais tarde chamado Brasil, no momento da chegada de Pedro Álvares Cabral. O historiador brasileiro tinha de ter como horizonte de escrita o desenvolvimento da civilização do país. Nesses termos, quais seriam os *dotes* necessários a tal historiador?

Em *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil* (1852), Varnhagen afirmou que “no século atual ninguém poderá alcançar este título, sem que a um tempo seja erudito no Assunto, filósofo, literato, e até diremos às vezes, poeta”²⁸⁴. A *erudição* como preceito fundamental tinha a ver com a construção documentada do trabalho, o levantamento e averiguação dos fatos colhidos nas fontes mais *puras*, assim a história não seria entendida

²⁸² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. 2. ed. Viena: Imp. do filho de C. Gerold, 1877. p. XVI. Como habitual, não gostava das críticas, o que não significa que as desprezasse completamente. Disse certa vez que “o meu amor à verdade é superior ao capricho de sustentar uma opinião em que deixo de ter fê”. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Carta escrita ao Secretário do Instituto em 1846 em aditamento ao Juízo, sobre o Compêndio da História do Brasil, publicado no n. 21 da Revista (T. 6. p. 60). **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XIII, jan./mar. 1850. p. 397.

²⁸³ TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: Leis e Costumes. v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 36-37.

²⁸⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil* (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2011. p. 191. Escrita em 1852 e enviada ao Imperador, essa Memória foi abandonada por Varnhagen, somente partes foram aproveitadas no *Discurso Preliminar* do Tomo II da *História Geral*. Sua publicação aconteceu apenas em 1948 no Anuário do Museu Imperial.

como *novela* ou *romance*, preocupação revelada principalmente no tocante à recepção estrangeira. É possível encontrar na *Correspondência ativa* passagens em que explicou melhor como se conseguia ter *erudição na matéria*, como nessa carta a Cunha Barbosa:

por ora ainda me acho no primeiro século, graças à riqueza dos documentos que cada dia vou achando na Torre do Tombo, e de que por ora não me ocupo de tirar cópias, porém só apontamentos. Na minha Memória intitulada – As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brasil – se encontram já muitos fatos históricos, que pela primeira vez aparecem conhecidos. [...] Porém, ainda que as minhas averiguações hoje sejam relativas às épocas mais remotas, não me descuido de diligenciar e obter cópias do que é importante ainda mais moderno²⁸⁵.

O trabalho do autor passava por momentos como o da feitura de apontamentos e cópias, destacando também o interesse por documentos de épocas mais recentes, não sem razão Varnhagen escreveu uma *História da Independência* e a questão do ineditismo da fonte. Um documento novo era garantia de fatos ainda não investigados que serviriam para preencher lacunas e esclarecer pontos obscuros da história, desde que comprovada sua autenticidade. Competia ao historiador moderno realizar o trabalho duplo de pesquisa documental e ratificação de seu texto com a citação, a prova do trabalho fundamentado e validado na documentação. Como já mencionado, Varnhagen tinha problemas com a citação. Uma possível explicação para essa atitude pode ter sido exposta nos *Breves comentários à precedente obra de Gabriel Soares* (1851), quando informou que:

nos presentes comentários, não repetiremos quanto dissemos nas *Reflexões críticas* [...] Além de havermos em alguns pontos melhorado nossas opiniões, evitaremos aqui de consignar citações que pudessem julgar-se nascidas do desejo de ostentar erudição; desejo que se existiu em nós alguma vez, quando principiantes, por certo que já hoje nos não apoquentamos²⁸⁶.

Varnhagen preferia não repetir o que já havia anotado no trabalho anterior, aparentemente considerava suficiente que o leitor fizesse a leitura de ambos e, dessa maneira, eliminasse a necessidade das informações já conhecidas. Em outra chave, poderia esperar que o leitor acreditasse em sua palavra, já que se garantia amparado nas fontes. A erudição não era para ser *ostentada*, mas um atributo que confirmava o esforço aturado do pesquisador. Para Alice Canabrava, Varnhagen se distinguiu pela análise crítica rigorosa que precedia o reconhecimento da validade das fontes e sua erudição se nutria do extenso conhecimento delas. As “circunstâncias felizes” de sua atividade diplomática possibilitaram uma longa

²⁸⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 92. Sem data.

²⁸⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Breves comentários à precedente obra de Gabriel Soares*. **RIHGB**, TOMO XV, 1851. p. 368. Tratava-se da publicação das *Reflexões críticas* pela Revista do Instituto.

permanência em países europeus, perto dos arquivos, abastecendo sua história de material não conhecido até aquele momento, sobretudo relativo ao século XVI²⁸⁷.

Seguindo a afirmativa do autor, o historiador tinha de ser *filósofo* por que:

se não tem muito discernimento crítico (para o qual se necessita luzes gerais dos conhecimentos humanos), se é elevado pela paixão, máxime por impulsos menos nobres do ódio, ou de despeito, ou de vingança, se não é dotado de independência de caráter, se não professa sãs máximas de política e de ciências do governo, aplicáveis ao seu país, a sua obra será apenas uma crônica, mais ou menos bem escrita [...] ²⁸⁸.

Varnhagen não pretendeu desenvolver uma filosofia da história, tanto que criticou os *novos* historiadores que *fabricavam* a história em suas *cabeças*, por ocasião de sua análise do livro de Schaefer. Sua “pobreza filosófica” foi denunciada logo nos elogios de Basílio de Magalhães e Oliveira Lima, para quem no autor “superabundava em erudição o que escasseava [...] em espírito propriamente filosófico”, pois qualquer orientação que a sua “inteligência pudesse ter manifestado de começo para a consideração das causas dos acontecimentos [...] desviou-se na continuação pela insistente pesquisa de documentos para o restabelecimento da verdade dos efeitos ou fatos”²⁸⁹. A confecção e a leitura dessa história conformariam as expectativas sobre as condições políticas, servindo como diagnóstico e dispondo de prognósticos para a nação, determinando a construção da narrativa²⁹⁰. Não consistiu o *Memorial* em um diagnóstico da situação do Império na metade do século e um prognóstico do que seria a nação quando resolvidos os problemas apontados?

Diante desse quadro, como seria preservada a objetividade levando em conta as demandas políticas? A resposta do historiador: a defesa do interesse nacional permitiria. Interesse nacional que era definido por quem ocupava posições de poder, seja pela política partidária e/ou das letras. Varnhagen fez essa relação quando escreveu, por exemplo, que a “integridade do Brasil, já representada majestosamente no Estado e no Universo pela monarquia, vai agora, bem que mui humildemente, ser representada entre as histórias das nações por uma história nacional”²⁹¹.

²⁸⁷ CANABRAVA, Alice Piffer. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. **XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, Curitiba, jul. 1971. p. 418.

²⁸⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2011. p. 191.

²⁸⁹ LIMA, Manuel de Oliveira. Op. Cit. s/p.

²⁹⁰ SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-77) e a passagem da historiografia das Belas Letras à História Nacional: breve análise histórica. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 122.

²⁹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. VI.

Em 1877, enunciou:

cada dia nos convencemos mais de que a história é um ramo da crítica, não da eloquência; e que perante o tribunal dela, o historiógrafo não é um advogado verboso e florido, mas antes um verdadeiro juiz, que, depois de averiguar bem os fatos, ouvindo as testemunhas, com o devido critério, deve, feito o seu alegado com o possível laconismo, sentenciar na conformidade das leis equitativas da sociedade e humana justiça²⁹².

Varnhagen foi um historiador crítico na medida em que examinou os fatos sob o ponto de vista da autenticidade, integridade e credibilidade. No entanto, pesou desde cedo sobre ele a acusação de que teria se limitado a construir uma narração reunindo dados autênticos sem interpretação, portanto, um crítico, mas não intérprete. Para José Honório Rodrigues, algumas vezes ele foi incapaz de interpretar por insuficiência filosófica e teórica²⁹³, revisitando uma reflexão de Capistrano de Abreu num ensaio de 1882, quando este escreveu que não mãos de Varnhagen a história se uniformizava, que mesmo as pessoas que conheciam a história pátria infinitamente menos que ele perceberiam que as épocas se sucediam sem se parecerem e, por vezes, sem se continuarem²⁹⁴. Um contemporâneo de Abreu, João Ribeiro, fez avaliação semelhante, pois entendia que para “fazer história”, entre outras coisas, eram indispensáveis as qualidades literárias, o senso crítico e a arte de bem escrever. Em sua opinião,

os nossos historiadores, e Varnhagen é um exemplo modelar, confundem a historiografia e a história, e fazem da vida uma função de arquivos e cartórios. Este seco e árido materialismo dos papéis velhos embota a imaginação e, armando aos papalvos, com seu cemitério de almas penadas, impede a comunicação com os vivos. É verdade que os ossos ficam e são por isso mais acessíveis; todavia, o passado não pode ser composto de esqueletos. Há de ser vida ou coisa nenhuma²⁹⁵.

Novamente Abreu, agora no “Necrológio” de 1878, ponderou que faltava ao historiador o “espírito plástico e simpático”²⁹⁶, o que equivalia ao “cemitério de almas penadas” de que falara Ribeiro. Ao que indica os pareceres de Rodrigues, Ribeiro e Abreu, Varnhagen foi mal sucedido em três aspectos que enxergava como basilares na escrita da história.

Perante o *tribunal* da história, o historiador era o juiz, por isso aquela era:

testemunha do tempo passado, luz e guia para a marcha da nação à qual [...] deve não só ministrar exemplos de patriotismo e de governo, como apontar e

²⁹² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. 2. ed. Viena: Imp. do filho de C. Gerold, 1877. p. XII. O uso de *historiógrafo* denota a distância da definição do dicionário para o uso prático.

²⁹³ RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. p. 309.

²⁹⁴ ABREU, João Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaio e Estudos**. 1ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 206.

²⁹⁵ Apud GONTIJO, Rebeca. Op. Cit. p. 175.

²⁹⁶ ABREU, João Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaio e Estudos**. 1ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 138.

censurar os erros e faltas cometidas no passado, a fim de poupar gerações futuras o cair nos que já custaram tristes experiências a outros²⁹⁷.

Varnhagen assumiu o papel de juiz do tribunal histórico, distribuindo palmas e punições. Palmas mereciam, por exemplo, o Imperador D. Pedro II, *organizador* do Império e “monarca amigo das letras”, por outro lado, sentenças foram distribuídas para os envolvidos na Conjuração Baiana (1798), para o autor, um *cataclisma* do qual a *Providência* salvou o Brasil. O historiador *consciencioso* escreveria uma história própria a estimular as *boas ações*, narrando os feitos e recompondo a formação da unidade da nação desde o início da colonização. O alicerce da construção histórica estava nos eventos fidedignos, mas a apreciação repousava no juízo moral, que deveria sentenciar e premiar imparcialmente, independentemente de quem fosse. Como elucidou no *Prefácio* de 1857,

no tratar dos colonizadores Portugueses, dos bárbaros Africanos, e dos selvagens índios, procuramos ser tão justos como nos ditaram a razão, o coração e a consciência. Era essencial partir de apreciações justas e imparciais para justa e imparcialmente poder caminhar de frente levantada, expondo a progressiva civilização do Brasil, sentenciando imparcialmente aos delinquentes e premiando o mérito, sem perguntar a nenhum se procedia do sertão, se d’África, se da Europa, ou se do cruzamento de sangue²⁹⁸.

Se a ideia da *História Geral* era narrar o desenvolvimento da *civilização* do Brasil, era necessário delinear o conjunto de personagens que ajudaram nesse processo. E já que Varnhagen falava tanto em ser *justo* ao julgar, é preciso que também lhe seja feita a justiça de assinalar que não escreveu uma “Galeria de Brasileiros Ilustres” (1859, reunião de desenhos e ensaios biográficos de grandes nomes, principalmente políticos) como Auguste Sisson e entre seus “heróis” nacionais não figuraram só brancos. Não se está questionando a defesa que ele fazia da superioridade da raça branca, esse foi um aspecto estrutural de sua obra, porém, um “herói” da narrativa varnhageniana seria, mais que um branco, alguém que estava do “lado” do Brasil, de maneira que, junto com o branco André Vidal, poderiam aparecer o negro Henrique Dias e o índio Felipe Camarão, indistintamente. O *ser brasileiro* se constituía por oposição ao estrangeiro, o que não significava ódio ao estrangeiro, que poderia ser um *amigo* do Brasil. Seu patriotismo não era pautado no ódio àquele, como reafirmou diversas vezes. No caso das invasões holandesas do século XVII, afirmou que apenas o contato com a cultura

²⁹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2011. p. 191.

²⁹⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. IX. Para usar uma imagem famosa de Marc Bloch, Varnhagen advogava o trabalho de juiz dos infernos, distribuindo sentenças entre os mortos e, como no caso de sua *História da Independência*, um pouco também entre os ainda vivos. Ver: BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 125.

holandesa teria sido suficiente para melhorar o nível das então Capitanias da Bahia e Pernambuco. Ao estrangeiro que derramasse seu sangue pelo Brasil seria conferido “pelo batismo do sangue a mais valiosa carta de naturalização...”²⁹⁹.

Esses personagens ministraram exemplos de patriotismo para as gerações posteriores e a história também tinha essa utilidade. Como *testemunha, luz e guia* da nação, serviria para poupar a geração de então das *tristes experiências* do passado. Os trabalhos acerca da história pátria poderiam prestar auxílios ao estadista, jurisconsulto, diplomata, naturalista e aos vários artistas, além de fazer com que os súditos fossem “úteis ao saber humano em geral, entrando na grande comunhão científico-literária europeia, de que por outro lado tantos auxílios recebemos, por meio da oferta de novos dados [...], em proveito da ilustração do país”³⁰⁰.

O horizonte do Brasil era sempre ser reconhecido pela Europa, como se para construir o novo (o jovem Brasil, Novo Mundo) fosse necessário partir do velho (já que não se negavam as raízes europeias) e chegar ao mesmo velho (o Velho Mundo).

Para Laura Oliveira, as prescrições expostas por Varnhagen lembram autores como Luciano de Samósata, Horácio e Tucídides, de modo que sua obra teria sido estruturada a partir de uma releitura dos clássicos antigos ao buscar tanto a concepção da história utilitária, quanto a noção de que a atividade do historiador era eminentemente judicativa³⁰¹. Nesse sentido, em carta ao Imperador, o autor manifestou contentamento por conta dos elogios recebidos de von Martius, para quem a *História Geral* era uma obra que “respira tanto patriotismo, tão clássico sentimento moral antigo, tão são desejo de melhorar a ordem social, - uma obra que respira toda a gravidade, pela qual os antigos tanto nos encantam”³⁰². A presença da função judicativa da história aponta para uma disputa/convívio das formas antiga e moderna do conceito de história, observada no IHGB. Ao declarar que os exemplos do passado indicavam conveniências do futuro, Varnhagen entendia que o desconhecimento do passado levaria qualquer nação a permanecer na infância, pela falta de orientação. Insistindo

²⁹⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 337. Seção XXVI: Desde a ocupação do Maranhão até a rendição da Bahia. Temístocles Cezar aprofundou essa reflexão no tocante aos biografados por Varnhagen em: CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 125.

³⁰⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. VII.

³⁰¹ OLIVEIRA, Laura Nogueira. **A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Tese. (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. p. 77.

³⁰² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 259. Carta de 1º de janeiro de 1858.

na busca de elos com o passado, tentou construir uma continuidade que fundamentasse a unidade política e um autêntico sentimento de nacionalidade³⁰³.

O último *dote* prescrito em *Como se deve entender...* foi o de que o historiador deveria ser *literato* ou mesmo *poeta*. Entenda-se bem o significado disso: seria exigido algum gênio poético, mas não para improvisar. O historiador não precisava ser *verboso* e *florido*, contudo, uma história mal escrita não despertaria o interesse do *respeitável público*, por isso a preocupação literária. Varnhagen não se cansou de discutir temas como a elegância textual (revisava e passava a limpo mais de uma vez suas produções), a composição segundo as conveniências de gênero, a preocupação em convencer e conquistar o leitor para o campo defendido (largamente presente no *Memorial orgânico*) e a recomendação de que se estudassem os clássicos, que chamou de *abc da arte*. Conforme Laura Oliveira, esses aspectos eram importantes em virtude de sua formação, pois o Real Colégio Militar, frequentado por ele entre 1825 e 1829, ofertava, além da educação militar, uma instrução literária (como se dizia), incluindo retórica, gramática e língua latina, francesa, inglesa, poesia, dança e doutrina cristã, o que se chamaria Humanidades (ou Belas Letras)³⁰⁴.

Para não se escrever uma *péssima* história, recomendava evitar o desalinho da linguagem, a incorreção que deixasse a frase confusa e os ornatos *pretenciosos* que tornavam o estilo desagradável. No seu entender, na narração histórica cumpria ser correto, puro, harmônico e tão elegante quanto pudesse, sem cair na afetação, já que todo escrito histórico dependeria de narração, esta submetida aos preceitos da unidade de verossimilhança, pois verdade mal contada se tornaria inverossímil e desinteressante. A falta de descrição poética de paragens encantadoras e ações belas, por exemplo, seria inconveniente à própria *verdade*. No entanto, completava afirmando que um poeta de *profissão* não poderia ter todos os *dotes* de historiador, porque a erudição histórica que tem de colher e a dedicação aos áridos estudos de política e legislação não se coadunariam com a *impaciência* dos grandes gênios criadores³⁰⁵. Sobre a redação da *História Geral* notificou que:

acerca do estilo não daremos muitas explicações; porque talvez nem acertássemos a nos fazer ouvir, quanto mais a entender. Apesar da grave sentença de Buffon, temos persuasão de que, como tudo quanto é humano, o estilo depende muitas vezes das disposições do ânimo, originadas de causas que nem sempre está em nós remover. – Demais: no primeiro volume desta

³⁰³ ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaio do pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 109.

³⁰⁴ OLIVEIRA, Laura Nogueira. Op. Cit. p. 117-123.

³⁰⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2011. p. 191-192.

obra, principalmente, capítulo há escrito com diferença de cinco ou seis anos do que lhe está vizinho; segundo no-lo permitiam as ocasiões de que então dispunhâmos, para ir pondo em ordem, e tirando do caos, os apontamentos que tínhamos, e que até certo ponto nos escravizavam a pena. [...] A linguagem estudamos que saísse castiça e de boa lei³⁰⁶.

Varnhagen não citou a frase de Buffon, mas certamente fazia referência ao aforismo “o estilo é o homem”. As colocações deste trecho apontam para as lições sobre estilo apresentadas por Buffon no “Discurso” de 1753, segundo as quais não haveria nada de mais antagônico ao belo natural do que o esforço em exprimir coisas ordinárias ou comuns de um modo pomposo. Para bem escrever importava dominar plenamente o tema e refletir sobre ele “para divisar com clareza a ordem dos seus pensamentos e deles elaborar uma sequência, uma cadeia contínua, em que cada ponto representa uma ideia”, assim estaria assegurada a unidade, tornando o texto “preciso e simples, igual e claro, vivo e contínuo”³⁰⁷. Varnhagen entendia que era necessária uma escrita elegante, sem excessos de enfeites para fugir do realmente importante, por isso encarava a história como ramo da *crítica* e não da *eloquência*. Por outro lado, reconhecia que as distâncias da escrita entre uma seção e outra atrapalhavam a unidade do estilo. O *apesar*, aparentemente, expunha uma angústia: dada essa distância, foi impossível não variar o *estilo* da redação, o que resultou em *repetições*, *falta de clareza*, isto é, atrapalhou o pleno controle sobre o texto.

Varnhagen não escarnecia da *grave sentença* de Buffon mas, como foi taxativo, o estilo dependeria muitas vezes das *disposições do ânimo*. Um exercício rápido permite observar essa colocação: enquanto na *Crônica do descobrimento do Brasil* (1840), destacou a elegância do texto de Pero Vaz de Caminha, em 1854, o cronista do “Descobrimento” era um *ingênuo*³⁰⁸. Neste caso, a diferença estava em que seu *ânimo* passou de uma visão romântica sobre os índios, inspirada na “Carta” de Caminha, para uma visão detratadora destes como uma *raça degenerada e canibal*.

As preocupações com o estilo também apareceram em trechos da *Correspondência ativa*, como nesta missiva a Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara:

fala-me V. S^a. no seu trabalho acerca de clássicos portugueses. Nasceu-me o desejo de saber em que sentido era, porque eu tinha sobre isso já escrito alguma coisa em estilo meu romântico a Walter Scott; – e creio que em gênero didático e desta natureza ofereceria novidade. Passei a esta lembrança

³⁰⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. XI-XII.

³⁰⁷ BUFFON, Georges-Louis Leclerc de. **Discurso sobre o estilo**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2011. p. 9-10.

³⁰⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 14. Seção II: Descobrimento do Brasil e exploração de sua costa.

depois de ter premeditado diálogos, que também para o meu fim seria bom estilo. Penso porém que o trabalho de V. S^a. será mais elevado e sério³⁰⁹.

Destaque-se *em estilo meu romântico a Walter Scott*. O estilo era dele, embora houvesse o modelo já construído por Scott. Seguiu o *estilo romântico* por julgar ser mais didático. Pela data da carta, o escrito a que se refere é a *Crônica do descobrimento do Brasil*. Publicada entre 18 de janeiro e 28 de março de 1840 no jornal O Panorama, a *Crônica* relatava, de forma romanceada, a chegada da armada de Pedro Álvares Cabral nas terras que seriam denominadas de Brasil, com destaque para a “Carta” do escrivão oficial da esquadra ao Rei de Portugal. A narrativa combinou episódios reais e personagens referenciais como Caminha e Cabral, com personagens ficcionais e cenas inventadas, como a índia Ypeca.

Um aspecto a ser considerado é o ambiente intelectual dentro do qual Varnhagen escreveu o trabalho. A *Crônica* se referia ao Brasil, mas foi escrita em Portugal onde desde a derrota de D. Miguel a nova ordem liberal política e econômica ascendeu juntamente com a necessidade de legitimar seu poder através da valorização romântica do passado³¹⁰. Nesse sentido, quanto mais recuado no tempo estivessem as raízes nacionais, tanto melhor. No caso do Brasil (na perspectiva de Varnhagen), o passado mais recuado era a própria chegada da esquadra cabralina, daí ser o assunto da *Crônica*. As raízes brasileiras estariam na colonização lusitana. A perspectiva nacionalista que consta na obra do historiador poderia estar ligada aos pressupostos românticos, muito em voga no século e no jornal em que foi publicada. A relação de Varnhagen com o Romantismo brasileiro foi bastante difícil, devido sua opinião negativa com relação aos indígenas. Em Portugal, contudo, ele estava associado ao periódico que encarnou esse movimento. Pode-se pensar, então, que o Romantismo varnhageniano esteve deslocado de seu congênere brasileiro, principalmente pela desvalorização do índio que, em sua opinião, não tinha história, só *noções etnográficas*.

A narrativa ficcional, todavia, não se validava por si só, sendo necessária a apresentação de Varnhagen “ele próprio”, na posição de historiador, para legitimar o texto. Ele que fez o trabalho de cotejar documentos para verificar a correção da data. A “imaginação” podia ser aceita, mas a mediação entre as esferas do que podia ser e como poderia ser ficcionalizado atravessava o interesse pelo histórico. A *Crônica* seria, portanto,

³⁰⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 31. Carta de 24 de agosto de 1839.

³¹⁰ TASCA, Michelle Fernanda. **A ficção histórica oitocentista**: as configurações do histórico e do literário em Varnhagen e Alexandre Herculano. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2012. p. 64-66. Segundo Renato Sêneca Fleury, a *Crônica* vulgarizou pela primeira vez a Carta do escrivão português. Ver: FLEURY, Renato Sêneca. **Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro “Paulista de Sorocaba”**. São Paulo: Melhoramentos, 1952. p. 36.

um exemplo de “ficção histórica”, pois estabeleceu uma tensão entre a ficção e a história, relacionando a personagem inventada e a histórica. “Ficção histórica” aqui entendida como uma combinação entre realidades e ficções, uma interação entre o que é dado e o que é imaginado. Enquanto uma recriação ficcional do “Descobrimento” do Brasil, essa obra coloca em questão os elementos definidores da história e da ficção no contexto do século XIX, posto que nela a ficcionalidade foi obtida a partir de um documento “oficial”, a Carta de Caminha³¹¹. Varnhagen procurou realizar uma simbiose entre “imaginação” e “verdade” ao escrevê-la, visando a despertar o interesse do leitor para aquele momento da história do país.

O Pero Vaz de Caminha da *Crônica* é um ótimo exemplo do tipo de reconstrução ficcional de uma personagem histórica que oscila entre o relato documental e a recriação imaginativa. Mas Varnhagen pareceu mais preso ao relato original, ainda que constantemente tenha migrado do relato crítico historiográfico ao ficcional e vice versa, por diversas vezes utilizou trechos literais de suas fontes para compor o trabalho. A parte em que tratou dos indígenas, por exemplo, foi retirada quase completamente do relato de Caminha. O historiador que se dedicava a romancear os eventos históricos, apoiando-se nas mesmas fontes, operava num limite ainda não bem definido. A *Crônica* criou uma forma de transmissão do conhecimento que pertencia ao campo da verossimilhança, isso significa que, no momento em que se primava pela elaboração de um sentimento nacional, ao lado do valor dado à verdade e objetividade dos fatos históricos, também importava transmitir tradições que compunham a nação e as “origens” da pátria³¹². A “origem” seria justamente a que deu matéria ao trabalho: o *achamento* do Brasil.

Em linhas gerais, ser um historiador-poeta não significava improvisar ou somente seguir a inspiração, mas cuidar de sua construção textual, não por acaso era importante estudar a língua, que ele assegurou ter saído *castiça*, sendo mesmo elogiada por leitores exigentes. Como colocou em outra ocasião, “o que se quer é história verdadeira, mas com certo colorido que agrada”³¹³, por isso o estilo do historiador deveria ser próximo ao dos *oradores de tribuna*. Numa leitura ampliada, o estilo não seria apenas ornamento da redação historiográfica, mas um componente da “retórica da nacionalidade”³¹⁴.

³¹¹ Ibid. p. 113. Sobre a *Crônica*, ver a análise de Cezar trabalhando com a noção de “veto ficcional” em: CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 108-112.

³¹² Ibid. p. 132.

³¹³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 46. Carta de 10 de março 1840.

³¹⁴ CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 117.

Essa tensão entre objetividade e subjetividade da produção histórica apareceu em uma conferência de Wilhelm von Humboldt intitulada “Sobre a tarefa do historiador” (1821). Humboldt asseverou que esta consiste na exposição do acontecimento, a primeira e inevitável exigência do seu trabalho e o que se pode pretender de mais elevado. Visto por esse lado, o historiador seria um receptor e reproduzidor. Porém, logo em seguida, declarou que a verdade do acontecimento baseava-se na “complementação” a ser realizada pelo historiador, o que chamou de “parte invisível do fato”. Por esse outro lado, o historiador era autônomo e até criativo, diversamente do poeta, mas conservando alguma semelhança com este, pois precisava “compor um todo a partir de um conjunto de fragmentos”³¹⁵. Atentando para as colocações de Humboldt, é concebível que na história da história do Brasil imperial, à objetividade científica correspondia, ainda, algo de “imaginação histórica”, o que ajuda a explicar a razão de um defensor da história como *tribunal* da verdade como Varnhagen fazer uma tal prescrição. No conjunto, os preceitos de Varnhagen também encontram as colocações de Leopold von Ranke quando este afirmou que a história enquanto ciência se aproximava da filosofia e enquanto arte, da poesia. A diferença estava no fato de que filosofia e poesia, de maneira análoga, movimentam-se no plano das ideias, enquanto a história não tem como prescindir do plano real. Para Ranke, esta precisava ser ciência e arte ao mesmo tempo, entendendo-se que a própria existência da arte atesta sua validade, já a ciência, bem como seus conceitos, tem de ser estudados em profundidade e ser clara³¹⁶.

A leitura histórica compartilhada por Varnhagen e pelos membros do Instituto revelavam, então, as indefinições entre a moderna narrativa, científica, neutra e objetiva, e a narrativa literária, sujeita às injunções da subjetividade do autor, onde a questão não estava definida e o estilo permanecia um atributo importante³¹⁷. Assim sendo, ajuda a questionar, ao menos para o caso do Brasil, a visão recorrente sobre o século XIX como o período da exclusiva cientificização e objetivação da história.

Ainda no *Prefácio* de 1857, Varnhagen expôs:

[...] prometemos conservar fria imparcialidade no ‘exame’ da verdade dos fatos, não sacrificando jamais ao interesse dramático a certeza de haver em eles sucedido deste ou daquele modo; pois de outra forma podia resultar dissonância na harmonia que entre si tem de guardar, uma vez que

³¹⁵ HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador (1821). In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 82-83.

³¹⁶ RANKE, Leopold von. O conceito de história universal (1831). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 202-203.

³¹⁷ CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.159-207, jul./dez. 2007. p. 163.

efetivamente sucederam; quando em história o critério da verdade só se define e se entende bem pela inversa, pelo erro. Longe estávamos porém com isso de significar que, em alguns casos como na descrição do Rio de Janeiro, por exemplo, não nos esforçaríamos para elevar, e até para empolar o estilo, a fim de pintar com mais verdade esta verdadeiramente empolada paragem da terra [...] O que distingue principalmente, tratando assuntos históricos, o verdadeiro historiador do poeta, é que este, que para o ser há de ter mais imaginação que fria crítica, comovido de certa maneira, cria e adapta tudo às suas inspirações; ao passo que aquele estuda primeiro o fato, apura-o por meio das provas que requerem o seu critério; e só depois sentencia com gravidade, transmitindo ao público a sentença e os seus porquês; e claro está que da mesma forma que os sentiu, se a pena lhe sabe obedecer, o que nem sempre sucede³¹⁸.

Eis o método do historiador, segundo o autor: iniciava examinando com *fria imparcialidade* a verdade dos fatos, apurados por meio das *provas* levantadas criteriosamente para, na sequência, transmitir a *sentença* ao público, de forma *imparcial* e *sisuda*. Não significava que o historiador não pudesse escrever como um *dramaturgo*, para narrar alguns episódios ou paisagens poderia *empolar* o estilo, a fim de pintar com mais *verdade*, porém, reafirmava que o *verdadeiro* historiador julgava a partir da *fria* crítica dos fatos. Preocupava-se mais com a clareza das ideias e, não sendo um “artista da pena”³¹⁹, numa virtual batalha entre “os defensores da beleza com verdade e os defensores da verdade sem beleza”³²⁰, Varnhagen propunha um equilíbrio, mas a balança tenderia para o segundo caso.

Quando possível, checava a informação *in loco*. Em viagem pelo interior de São Paulo, por exemplo, escreveu ao *Amigo Firme* Januário da Cunha Barbosa que era falsa a afirmação de Aires de Casal de que havia um padrão inscrito numa rocha na região de Cananéia³²¹. Chegou a lavrar um auto com testemunhas, para efeito de necessidade futura. Como na sentença de Capistrano de Abreu: Varnhagen “tudo viu, tudo examinou”³²². Nesse

³¹⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. XII. A colocação de Varnhagen se acercou muito da diferenciação entre historiador e poeta efetuada por Aristóteles na “Poética”, segundo a qual o primeiro relataria o que realmente aconteceu e o segundo o que poderia ter acontecido e que era possível dentro da probabilidade ou da necessidade. A poesia seria mais filosófica ao se ocupar mais do universal, ao passo que a história se restringiria ao particular. Varnhagen não citou textualmente o nome do filósofo de Estagira, mas tendo em abono o sabido conhecimento que possuía acerca de obras deste, manifesto em outras ocasiões, é razoável supor que tivesse a definição de Aristóteles em perspectiva quando fez tal distinção. Ver: ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Edipro, 2011. p. 54-55. Capítulo 9.

³¹⁹ LESSA, Clado Ribeiro de. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 223, p. 82-297, abr./jul. 1954, p. 82-83.

³²⁰ GAY, Peter. **O estilo na História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 169.

³²¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 61. Carta de 6 de janeiro de 1841.

³²² ABREU, Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaio e Estudos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 127. O livro referido é a *História da Independência*. Quando esteve no Brasil em 1841, Varnhagen frequentou as reuniões do IHGB e colheu depoimentos de pessoas envolvidas no movimento de Independência como Cunha Barbosa e Nicolau dos Santos Vergueiro, utilizando-os neste livro.

sentido, foi um historiador convencido de que as viagens eram uma etapa importante para seu ofício. Em carta ao Imperador, descreveu certo itinerário: dentre outras cidades, passou por Roterdã, Amsterdã, Utrecht, Berlim, Potsdam, Viena, Munique, Genebra, Lyon, Montpellier, Barcelona, completando que tudo isso se deu “rapidamente, já se vê, e só à força de atividade, e de considerar o viajar e o tempo, uma espécie de obrigação”³²³. Ao lado do “eu li”, o ter visto ainda assegurava as condições de produção do texto, reafirmando que o “ver” era também condição para o “saber”, obtendo uma base confiável para a escrita da história. Segundo Cezar, isso derivava de um princípio antigo utilizado pelo autor: a autópsia. Nela, a visão surgia como fundamento epistemológico do ato de pesquisar, consistindo em um trabalho intelectual que requeria “conhecimento anterior e constante interlocução entre a inaturalidade pretérita e o presente”³²⁴.

No *Prefácio da História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* (1871), insistiu em certos elementos já aqui comentados como a opção pela exposição cronológica dos eventos, a escolha de escrever uma história geral e a função da história como *guia* para a nação, porém o aspecto mais chamativo foi a afirmação de que “a escola histórica a que pertencemos, é como já temos dito por vezes, estranha a essa demasiado sentimental, que, pretendendo comover muito, chega a afastar-se da própria verdade”³²⁵. De que *verdade* falava Varnhagen e qual *escola* era essa?

Como já aludido e de acordo com a tendência de seu tempo, a verdade seria um esforço de reconstituição integral do fato passado, a partir de uma absoluta fidelidade ao acontecido, o que poderia implicar em desmentir os *mitos* e *heroísmos* e desagradar a *meia dúzia* de *apaixonados* parciais, algo em torno de uma história “como realmente aconteceu”. Para Arno Wehling, o autor pertenceu a uma geração influenciada pelo movimento romântico, atribuindo maior importância à pesquisa documental para realizar um trabalho mais consistente. Sua obra corresponderia ao historicismo romântico-erudito que os historiadores

³²³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 210. Grifo do autor. Carta ao Imperador de 2 de dezembro de 1853.

³²⁴ CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 57. Cezar viu nisso uma aproximação com a autópsia de Tucídides, aliás, o modelo de historiador para os eruditos do século XIX, entre eles o Imperador.

³²⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Prefácio. In: _____. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Viena: Imp. de Carlos Finsterback, 1871. p. XXV. No *Prefácio da História da Independência do Brasil*, fez comentário semelhante: “Quanto ao método adotado na exposição, foi a própria experiência que nos aconselhou. Não escrevemos Anais, escrevemos uma História, e os saltos continuados a uma e outra província, deixando interrompido o fio dos sucessos importantes e capitais, produzia confusão e não permitia que os próprios das províncias fossem convenientemente explicados. Além de que, na época da Independência, a unidade não existia [...]. A mesma experiência convencerá aos leitores da vantagem do método adotado, quando notem que por meio dele se lhes gravam melhor os fatos narrados”. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2010. p. 15.

alemães denominaram historicismo, privilegiando a explicação hermenêutica em vez de busca de leis naturais, a investigação empírica em lugar de generalizações filosóficas e o domínio de técnica de análise documental, derivando, portanto, de uma fundamentação historista e estatista³²⁶. Em leituras análogas, José Honório Rodrigues afirmou que Varnhagen foi influenciado pela metodologia alemã e pela diplomática francesa³²⁷ e José Carlos Reis, que o foi pelo método alemão e filosofia da história implícita francesa³²⁸.

Talvez seja algo apressado “encaixar” Varnhagen em uma *escola*. Embora seja patente que tinha conhecimento do modo *alemão* de fazer história (demonstrado na análise do livro de Schaefer), pensando obras importantes do século XIX nesse sentido, tem-se que, além das poucas citações diretas a historiadores estrangeiros, Varnhagen não leu os “Grundriss der Historik” de Johann Droysen pelo menos até antes da primeira edição da *História Geral*, aferível por uma questão de datas, 1858 e 1854-57, respectivamente. Quanto ao manual “Introduction aux études historiques”, de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, só foi publicado em 1898, portanto, uma década após a morte de Varnhagen. Esses fatores, porém, não impedem de reconhecer nele aspectos característicos da produção histórica de seu tempo. Um exemplo prático, Estevão de Rezende Martins ressaltou que na historiografia de inspiração historicista as elaborações teóricas podem ser localizadas nas introduções, nos posfácios, nos resumos ou outros tipos de reflexão conclusiva nos quais os autores prestam contas ao leitor dos referenciais que orientaram sua pesquisa³²⁹. No caso de Varnhagen essa observação é muito válida, porque geralmente fazia essas apreciações nos *Prefácios*, menos no corpo do trabalho.

³²⁶ WEHLING, Arno. Op. Cit. p. 44-132. Em outra ocasião, Wehling fez uma distinção meramente formal entre três etapas/formas do desenvolvimento secular do historicismo/historismo: a) historicismo filosófico – compreendendo a produção de filósofos do século XVIII, que aceitavam a ideia do universo regido por leis, procurando encontrar as regularidades peculiares ao desenvolvimento histórico. Alguns admitiam a epistemologia newtoniana e sua extrapolação para os fenômenos sociais, outros buscavam padrões próprios à cultura; b) historicismo romântico – compreendendo a produção de historiadores, juristas, literatos e outros contemporâneos do Romantismo e nacionalismo posterior à Revolução Francesa, até por volta de 1850. Caracterizou-se pela recusa da existência de leis históricas, gerais ou relativas a cada povo, cultura ou época. Foi a fase do apogeu do Romantismo literário (romance histórico à Walter Scott, por exemplo), da construção da crítica histórica (Ranke e seguidores) e estabelecimento dos pilares metodológicos de outras ciências como a Sociologia e o Direito. Seria, a rigor, a fase puramente historista; c) historicismo cientificista – compreendendo a produção da maioria dos cientistas sociais entre 1850 e a Primeira Guerra Mundial. Caracterizou-se nas vertentes mais conhecidas (evolucionismo, positivismo, parte do marxismo) pela prevalência da explicação histórica sobre a sistêmica, a diacronia sobre a sincronia, etc. Ver: WEHLING, Arno. **A invenção da história: estudos sobre o historicismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001. p. 33-34.

³²⁷ RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. p. 309.

³²⁸ REIS, José Carlos. A escola metódica, dita “positivista”. In: _____. **A história entre a filosofia e a ciência**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 25-26.

³²⁹ MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAUJO, Valdeci Lopes et. al. **A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p. 28.

O próprio autor confessou não ter seguido *servilmente* nenhum modelo para escolher os assuntos que trataria. Assim, como ressaltou Temístocles Cezar, mais do que ligado a uma perspectiva historiográfica específica, Varnhagen compartilhou de uma série de noções da moderna historiografia oitocentista, como a valorização do documento original, a objetividade da narrativa e a imparcialidade do historiador³³⁰. Ainda que tenha tido contato com a “Escola Histórica” alemã ou a “escola” francesa, seus trabalhos adquiriram traços particulares, até por tratarem de um contexto singular, o brasileiro, em um universo teórico amplo cujo desenvolvimento se iniciava no Brasil recém-independente.

Varnhagen fez-se historiador escrevendo história. Não tecia grandes reflexões sobre a natureza do conhecimento histórico, ou de suas posições teórico-metodológicas, reportando-se vez por outra a alguma *autoridade* no assunto do qual se ocupava em determinado momento do texto. Lucia Guimarães pontuou que ele foi um historiador predominantemente empírico, não significando, contudo, que lhe faltasse embasamento teórico³³¹. Por razões como essa, determinar quem pode ter sido seus principais interlocutores não é tarefa das mais simples.

Tendo lido/citado textualmente ou não Ranke, Droysen ou outros contemporâneos, aproximou-se manifestamente deles. Droysen escreveu que “em nossa ciência, talvez o grande mérito da Escola Crítica, [...] dentro de uma perspectiva metodológica, seja o de ter incutido a visão de que a comprovação das “fontes” [...] é o fundamento de nossos estudos”³³², Varnhagen frequentemente afirmou que seu trabalho estava amparado nas fontes mais *puras*, podendo ser comprovado por elas.

Na dedicatória ao Imperador de 1854, notificou que “Ao alistar-me em último lugar entre os cronistas da Terra de Santa Cruz, afanei-me por estremar patrioticamente os fatos mais importantes, e por os referir com a maior imparcialidade”³³³. De início, soa estranho Varnhagen referir a si mesmo como *cronista* pois, como já aludido, cronista e historiador não tinham o mesmo significado, talvez o autor não estivesse com essa questão totalmente definida, ou os dois tipos se prestassem a alguma confusão, ou ainda, da prática escrita ao verbete do dicionário ia alguma distância. De qualquer forma, importa reter que, ao se colocar

³³⁰ CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.159-207, jul./dez. 2007. p. 161.

³³¹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Org.). **Os historiadores: clássicos da história do Brasil**. v. 4. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora da PUC, 2018. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=6PhNDwAAQBAJ&pg=PT7&hl=ptBR&source=gbs_toc_r&cad=2#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 3 out. 2018. s/p.

³³² DROYSSEN, Johann Gustav. Arte e método (1868). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 41.

³³³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. s/p.

ao lado de grandes nomes, Varnhagen estabeleceu a continuidade de uma “tradição” de escrita de história do Brasil, porém, ao mesmo tempo, sublinhando uma diferença que o destacaria dos anteriores: a sua história foi escrita com a *maior imparcialidade*. Mas, se cronista podia fazer *panegírico*, como escreveu em outra ocasião, onde ficava a *imparcialidade* cantada agora? *Cronista* no sentido de seguir a cronologia dos fatos e historiador *imparcial* na narração destes?

Aqui jazia um problema porque, ainda que falasse em imparcialidade, tinha dificuldade em respeitar a distinção entre sujeito e objeto da pesquisa. Ele mesmo reconhecia quanto “espinhosa é por enquanto a tarefa da imparcial narração desse período, sobretudo para um nacional. Daqui a poucos anos não o será”³³⁴, referindo-se ao período da Independência. Na *História Geral*, não conseguiu e nem fez questão de se ocultar no texto, alertando logo o leitor que era triste o historiador que não possuía *íntimas convicções* relativas ao seu país, por isso faria ponderações quando julgasse preciso, corrigindo as opiniões erradas. A imparcialidade de Varnhagen poderia atender por outro nome: ponto de vista da nação. Outro limite de Varnhagen filho foi Varnhagen pai, a quem dedicou um capítulo da *História Geral*, tratando de seus trabalhos na Fábrica de Ipanema sob o argumento da história da fundição de ferro no Brasil³³⁵. A admiração pelo pai dividia espaço com a antipatia que tinha por outros como José Bonifácio de Andrada e Silva, colocando-o como personagem secundário do processo de Independência, além de índios e escravos. Sobre estes últimos, há algumas amostras de redação irônica ao estilo varnhageniano, uma delas pode ser vista no *Discurso Preliminar* incluído no Tomo II da *História Geral*, quando conjecturou como seria uma história do Brasil escrita por aqueles:

um índio que escrevesse a história *da Conquista* não teria que cansar-se muito para nos dizer que *para ele* tudo quanto haviam feito os Europeus fora violência, ilegitimidade, usurpação; e com inscrever estas três palavras no frontispício de um livro em branco satisfaria a sua missão, sem rebuscar documentos nos arquivos *inimigos*; pois que lhe faltaria tempo para contar-nos a miséria, degradação e antropofagia dos seus. — Eis a história *nacional* se os índios do mato conquistassem todo o Brasil, e se este tivesse por chefe a um Ambiré e por armas uma frecha índia espetando a caveira de um cristão. [...] Um infeliz Africano, que escrevesse a história do cativo hereditário, poderia também compendiar a sua obra exclamando: Engano, crueldade e escravidão!³³⁶

³³⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 201. Carta ao Imperador de 6 de maio de 1853.

³³⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. 357. Seção LIII: Minas de ferro. Varnhagen é o executor dos projetos de el rei, incluindo tópicos como: *Satisfações do autor ao tratar do assunto, Êxito completo e Modéstia e justiça*.

³³⁶ Ibid. p. XXV-XXVI. Grifo do autor.

Interessa atentar para os grifos em *itálico* do texto. Diluído no sarcasmo que empregou para tratar de uma eventual história escrita do ponto de vista de índios e negros, Varnhagen revelou outros aspectos que compunham seu modo de pensar essas questões. A história da *Conquista* que um indígena ou escravo escrevesse seria inválida porque não revelaria o todo nacional, apenas uma parte e não a principal, pois não representavam uma nação que se queria civilizada. No esforço do autor, não havia incompatibilidade em valorizar a ocupação portuguesa do território e o desejo de independência. Emancipação tinha a ver com a projeção de um futuro como nação independente. Como afirmou Abreu, Varnhagen colocou sua obra no terreno da conveniência e da utilidade³³⁷. Conveniente e útil porque expunha os problemas que afligiam o país e conduzia à “solução” destes, construindo um ideal de nação, que seria a nação ideal.

Cabe destacar, todavia, que a maior parte das críticas à obra de Varnhagen são endereçadas aos seus julgamentos estéticos e não à seleção que operou, do que decidiu como sendo ou não sendo nacional. Ao que parece, os critérios de representação dessas escolhas desaparecem sob o manto nacional com o qual Varnhagen as encobriu³³⁸. Nesse sentido, em carta de 1890 ao Barão do Rio Branco, Capistrano de Abreu deu conta de sua resolução em escrever “uma História modesta, a grandes traços e largas malhas”, por querer “encadear melhor certos fatos, e chamar a atenção para certos aspectos até agora menosprezados” e “dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino”³³⁹. Abreu queria apresentar outra história que não a tal “massa ciclópica de materiais”³⁴⁰ que Varnhagen teria acumulado e chamado *História Geral do Brasil*.

O historiador *erudito*, *filósofo*, *literato*, e às vezes *poeta* do Brasil seria finalmente o que conseguisse conferir uma unidade narrativa coerente com o discurso da unidade nacional, pintando as cores da nação jovem (como seu monarca) e já destinada a um futuro grandioso. Como um *dramaturgo*, o historiador poderia esconder detrás dos *bastidores* o que julgasse conveniente à melhoria de sua produção: sem faltar à verdade, poderia calar ações desnecessárias, segundo seu modo de ver (como no já citado caso da Revolução de 1817,

³³⁷ ABREU, João Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: _____. *Ensaio e Estudos*. 1ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 137.

³³⁸ CEZAR, Temístocles. Op. Cit. p. 171.

³³⁹ Apud GONTIJO, Rebeca. Op. Cit. p. 174. Joaquim Manoel de Macedo foi professor de História e Corografia pátria do Colégio Pedro II e seu livro “Lições de História do Brasil”, adotado na instituição, tinha a *História Geral* de Varnhagen como referência fundamental.

³⁴⁰ ABREU, Capistrano de. Op. Cit. p. 135.

sobre a qual gostaria de colocar um véu). A verdadeira história do Brasil reduzir-se-ia à da colonização, civilização, organização e desenvolvimento do Estado brasileiro³⁴¹.

Varnhagen foi categórico: “a verdadeira nacionalidade brasileira de hoje nasceu antes da independência, já existia no Arraial de Bom Jesus em Pernambuco, em frente do poder dos Holandeses”³⁴². Seguiu com essa reflexão na *História Geral* e principalmente com a publicação da *História das lutas...*, em que poderia desenvolvê-la da forma mais apropriada possível: tratava do surgimento do sentimento de “ser brasileiro” durante essa guerra falando justamente dela. E ele não só falou, ele escreveu e, especialmente, ele viu. Obviamente não viu as batalhas entre colonos e holandeses de duzentos anos antes, mas viu o local onde se deu essas batalhas (outra vez: autópsia). Com os livros, o caderno e a pena sempre à mão, repetiu a cena tantas vezes realizada por muitos outros viajantes que fizeram do Brasil o paraíso dos viajantes no século XIX. Fez o itinerário de soldados que lutaram a favor ou contra quem ele já identificava como *brasileiro*, ainda que no século XVII o Brasil fosse Colônia de Portugal. Mas isso pareceu menos relevante, em 1871 o Brasil já era independente e a experiência de percorrer aqueles campos, vendo com os próprios olhos o teatro daquela prolongada guerra, figurou-lhe como se pudesse dialogar com os mortos de outrora, heróis da nação que ele se dispunha narrar, isto é, dar uma feição ao que ainda não tinha rosto. Estava dado um relato fundador para um Brasil-nação no Brasil Império.

Dentro do possível, Varnhagen conseguiu realizar seu projeto de uma história geral do Brasil. Escrevendo sobre temáticas diversas, foi um polígrafo e a fecundidade e abrangência de sua obra lhe valeu a alcunha de “historiador do Tempo Saquarema”³⁴³. A questão está, pois, em discutir no que consistiria uma tal denominação, assunto para o próximo Capítulo.

³⁴¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2011. p. 193.

³⁴² Ibid. p. 194-195.

³⁴³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 286-287. Não existe uma definição estrita para o que Ilmar de Mattos chamou Tempo Saquarema, porém, alguns elementos podem dar uma ideia geral. Saquarema era o apelido dos membros do Partido Conservador, assim, Tempo Saquarema tem a ver com a política levada a efeito por esse Partido, em sua relação com a Corte, a centralização do poder, a consolidação do Estado imperial na metade do século XIX e a articulação de dois conceitos orientadores dessa tessitura: ordem e civilização. Foi nesse pano de fundo que Varnhagen redigiu e para ele que dedicou o *Memorial orgânico*.

Capítulo 3

Varnhagen no século oscilatório

Tenho 26 anos de idade; sou solteiro, nascido em Sorocaba, filho legítimo de Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen, que então com o posto de Tenente Coronel de Engenheiros dirigia a fábrica de ferro de Ipanema. Deixando meu pai o Brasil com licença para ir à Alemanha sua pátria, recolhi ao Rio de Janeiro, onde frequentei as aulas de 1ª letras e língua francesa. Chamado à Europa por meu pai, entrei em fins de 1825 para o Real Colégio da Luz, onde seguindo o curso regularmente por sete anos, além de obter aprovações todas plenas nos exames de latim, francês, inglês, filosofia, retórica, geografia, história, completei o 1º ano matemático, e o 2º de estudos militares, especialmente relativos ao serviço de Estado Maior, tática, estratégia, reunindo a isto a escola das diferentes armas, equitação, esgrima, e desenho linear, de figura, arquitetura, paisagem, perspectiva e topografia que tive durante os sete anos.

F. A. de Varnhagen, 1843

No conjunto de sua obra, Varnhagen fez uso dos conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação, alguns deles foram citados no excerto acima da carta-ofício de fevereiro de 1843, espécie de autobiografia que enviou ao Comandante do Imperial Corpo de Engenheiros de Lisboa, já citada nesta Dissertação. Com vistas de *servir* apenas ao Brasil, empregou tais aprendizados na conformação de suas posições políticas e, portanto, na formulação de uma ideia de nação para o país recém-independente.

O momento de Varnhagen foi o da preocupação com a unidade nacional. Esta ideia aparece em seus trabalhos sejam eles de caráter histórico, literário ou político-administrativo e ficou patente em um memorial no qual listou alguns que havia escrito em *prol do país*. A citação é longa, mas vale ser colocada integralmente:

Entregou-os a uma composição em que ideou simbolizar no feito d'Amador Bueno a *unidade do Império*;

Entregou-os a um trabalho em que pretendeu *abraçar as Províncias enfeixando n'um só corpo brasileiro* chamado Florilégio, o que cada uma delas tem produzido;

Entregou-os a ganhar por concurso o prêmio de uma medalha de ouro no valor de quatrocentos mil réis, da qual cedeu, bem que pobre, para se criar com outro prêmio novos estímulos ao trabalho;

Entregou-os a escrever as *biografias dos falecidos brasileiros distintos*, sobre que tem podido colher notícias;

Entregou-os a fazer mais populares na Europa e até no Brasil os *Épicos Brasileiros*;

Entregou-os a preparar uma edição do enciclopédico escritor do Brasil Gabriel Soares, cuja publicação poderá contribuir à *glória do Instituto Histórico*;

Entregou-os a escrever em 1849 uma memória propondo no nosso exército a introdução do novo sistema espanhol de artilharia de montanha;

Entregou-os a sérios estudos sobre os Índios e a Colonização que nos poderão talvez, algum dia, levar a *abraçar de novo a tal respeito a jurisprudência antiga*;

Entregou-os finalmente a meditar sobre outros *pontos de nossa pública administração*, e a dizer por escrito ao país *muitas verdades em vez de o adular*³⁴⁴.

Partindo de um personagem individual, um grupo maior, ou ainda com uma temática mais voltada às questões político-administrativas, estes trabalhos tiveram na defesa da unidade um fio que os interligou. Este Capítulo tratará do Varnhagen pensador político, e como segunda consideração desta Dissertação tem-se o interessante trecho do discurso de posse de Oliveira Lima na ABL (citado no Capítulo 1), segundo o qual o historiador era um exemplar precioso da raça, do meio e do momento.

O momento de Varnhagen foi o do *século oscilatório*, como se referiu ao século XIX em carta a Cunha Rivara, aludindo aos eventos que o movimentavam constantemente.

3.1 O brasão d'armas, a cruz da ordem de Cristo e a bela linguagem heráldica. A Europa civiliza o Brasil

Suceda o que suceder, o Brasil será sempre uma herança de Portugal.
Robert Southey, 1819

Na Seção VIII do Tomo I da *História Geral do Brasil*, Varnhagen escreveu a respeito dos indígenas que “De tais povos na infância não há história: há só etnografia”³⁴⁵. Assim, se não era possível falar de uma história do Brasil a partir dos índios, o início dela teria se dado com a chegada do colonizador europeu. Com a *Crônica do Descobrimento do Brasil*, a chegada da esquadra cabralina já foi alçada ao status de “origem” da futura nação. Na ocasião, escreveu que aquelas terras nunca haviam sido trilhadas por algum povo civilizado, e quando tratou da primeira Missa mencionou a fala do Frei Henrique Soares de Coimbra, segundo a qual o Deus de Afonso Henriques, já tendo escolhido Portugal para cristianizar a África e a Índia, oferecia agora aquela terra, colocando a glória do “descobrimento” nas mãos do

³⁴⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 167-168. Grifo meu.

³⁴⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 108. Seção VIII: Dos índios do Brasil em geral.

Senhor³⁴⁶. Deus teria até dado uma “ajuda” para o desenvolvimento posterior do Brasil. Era a Providência atuando na história.

No início do Oitocentos, a perspectiva providencialista esteve presente nos escritos de autores como o Visconde de Cairu. No discurso político por trás das obras, a ideia de Providência favorecia a legitimação da Monarquia governada por D. João VI, em conformidade com o projeto de Restauração da Monarquia lusitana e da anulação das ameaças e perturbações provocadas pela Revolução Francesa e seus desdobramentos (invasão napoleônica). Por algum tempo, o providencialismo serviu para justificar e conferir sentido a uma sucessão de eventos que pareciam caóticos, ameaçadores, sem perder de vista a história enquanto processo³⁴⁷. Já na metade do século, Varnhagen atribuiu à *sábia Providência* a condução dos fatos contraditórios e/ou sobrenaturais que tinham destinado o príncipe Pedro a personificar no ato da separação de Portugal a integridade do Brasil³⁴⁸. Diferentemente de Cairu, no entanto, referiu-se à atuação daquela sem fazer uso recorrente de citações bíblicas (vez ou outra apareceu o nome do *Senhor*).

Cabe deter-se um pouco mais na função que a *Providência* desempenhou na economia da argumentação histórica de Varnhagen. Certa vez, escreveu:

Assim ainda desta vez (e não foi a última) o braço da Providência, bem que à custa de lamentáveis vítimas e sacrifícios, amparou o Brasil, provendo em favor da sua integridade. Felizmente que já hoje podemos dizer que em prol dessa integridade está pronunciado o espírito público de todas as províncias do norte, — que reconhecem como só unidas todas, de norte e sul e de leste e oeste, se poderão fazer melhor respeitar dos estranhos, — que sabem como os inconvenientes das distâncias se removem cada dia pelo invento do vapor por mar e terra, — e que finalmente tem bastante juízo crítico para apreciar quanto é sofística a proposição dos que, por suas ambições pessoais, as

³⁴⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Crônica do descobrimento do Brasil. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, Tipografia da Sociedade, TOMO 4, p. 21-22, 33-35, 43-45, 53-56, 68-69, 85-87, 101-104, jan./dez. 1840. p. 43-44. Capítulo VI: A festa da Páscoa. Na narrativa de Varnhagen, Cabral foi herói e Sancho de Tovar, invejoso. O autor também lamentou a demora portuguesa em dar atenção ao território futuramente chamado Brasil. Na já citada carta ao Barão de Santo Ângelo (Araújo Porto-Alegre) de 20 de novembro de 1857, escreveu que com Cabral “começa verdadeiramente a nossa história da colonização e civilização”. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 251.

³⁴⁷ ROSA, Giorgio de Lacerda. Modernidade, Providência e a escrita da história no mundo luso-brasileiro. In: _____. **A Suprema Causa Motora: o providencialismo e a escrita da história no Brasil (1808-1825)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2011. p. 25. Analisando obras de Cairu do início do século, Giorgio de Lacerda anotou que o mesmo citou trechos da Bíblia em trabalhos como a “Memória da Vida Pública do Lord Wellington” (1815) e a “Memória dos Benefícios Políticos de El Rey D. João VI” (1818). Outras vezes não fez citações extraídas da Bíblia.

³⁴⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. 427. Seção LVI: Regência de D. Pedro em harmonia com as Cortes.

pretendem às vezes iludir, dizendo-lhes que, independentes, estariam mais ricas [...] ³⁴⁹.

Varnhagen não quis atribuir (nem cogitou, na realidade) tais eventos (a suposta união das províncias) ao acaso, por exemplo. Em seu trabalho, a Providência castigava e salvava, tendo mesmo conduzido o Brasil à única situação em que poderia se fazer respeitar como nação mais forte que as Repúblicas vizinhas ³⁵⁰. Foi da opinião de que a separação entre Portugal e Brasil obedeceu a uma ordem natural. Porém, como Marcelo Jasmin o fez com Alexis de Tocqueville, é possível questionar se Varnhagen estava de fato afirmando serem os acontecimentos históricos manifestações de um plano transcendente ou se a fórmula providencial era basicamente um componente retórico, ainda que operacional, para enfatizar a grandeza desta e convencer os leitores ³⁵¹. Para Tocqueville,

A Providência não criou o gênero humano nem inteiramente independente, nem de todo escravo. Ela traça, é verdade, em torno de cada homem um círculo fatal de que ele não pode sair; mas, em seus vastos limites, o homem é poderoso e livre. Assim os povos.

As nações de nossos dias não seriam capazes de fazer que as condições sejam iguais em seu seio; mas delas depende que a igualdade as conduza à servidão ou à liberdade, às luzes ou à barbárie, à prosperidade ou às misérias ³⁵².

Ainda que a Providência aparecesse na articulação do processo histórico, ela deixaria os homens livres para perseguirem seus objetivos, uma espécie de corresponsabilidade humana pelas próprias ações. Tal perspectiva também teria um sentido pedagógico. Conforme Jasmin, ela esteve presente na primeira metade do século XIX francês e pode ser observada

³⁴⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. 2. ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877. p. 392. Seção LIV: Revolução Pernambucana em 1817. Rodeador.

³⁵⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. 281. Seção XLVII: Primeira Conjuração em favor da Independência do Brasil.

³⁵¹ JASMIN, Marcelo Gantus. **Tocqueville, a Providência e a História**. Disponível em: <http://rubi.casaruiarbosa.gov.br/bitstream/fcrb/455/3/Jasmin%20Marcelo%20-%20Tocqueville%20a%20provid%3aaancia%20e%20a%20hist%3b3ria.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018. p. 4.

³⁵² TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: Leis e Costumes**. v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 408. Capítulo VIII: Visão geral do tema. É preciso ressaltar que os autores tratavam de assuntos diferentes. A perspectiva providencialista de Tocqueville estava na base de sua “profecia” acerca da continuidade futura do desenvolvimento igualitário. Segundo o disposto no primeiro volume de “A democracia na América” (1835), o desenvolvimento gradual da igualdade era uma realidade providencial, pois apresentava as características fundamentais de ser universal, durável e escapar cada dia ao poder humano, ou seja, haveria uma inevitabilidade histórica da Democracia. Importa recordar que tal obra se constituiu em um estudo sobre os Estados Unidos. Para uma análise do argumento tocquevilleano, ver: JASMIN, Marcelo Gantus. **Tocqueville, a Providência e a História**. Disponível em: <http://rubi.casaruiarbosa.gov.br/bitstream/fcrb/455/3/Jasmin%20Marcelo%20-%20Tocqueville%20a%20provid%3aaancia%20e%20a%20hist%3b3ria.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018. A hipótese de Jasmin é a de que o recurso à Providência foi um instrumento importante na resolução de problemas que Tocqueville enfrentou para explicar a emergência da igualdade democrática como fenômeno universal e determinar as linhas possíveis de ação para os homens que, como ele, desejavam uma solução liberal para os desafios impostos pela modernidade.

em François Guizot (por quem Varnhagen tinha admiração), que recorria à noção de Providência quando precisava dar conta das intrincadas relações entre os indivíduos em ato e os resultados de sua ação no longo prazo: pelas mãos dos homens se executava o plano providencial para o mundo³⁵³. A concepção de Varnhagen era semelhante a esta, já que falou em *Providência*, mas enfatizou a *vontade política*, acentuando seu lugar no presente. A ação providencial em seu trabalho era algo aberto, subjacente aos atos humanos, diluindo-se nas iniciativas individuais, embora admitisse um padrão evolutivo para as sociedades³⁵⁴. Também Cezar afirmou que ele acreditava na indeterminação dos acontecimentos³⁵⁵.

Uma chave para compreender esse discurso de Varnhagen pode ser sua opção religiosa: autodeclarava-se católico. No *Prefácio* do Tomo II da *História Geral* se propôs a informar sobre a *individualidade do autor*:

A par da maior tolerância para com as opiniões alheias, professamos firmes princípios em religião, em política e em tudo o mais sobre que nos declaramos nesta obra. Somos sempre sinceramente católico, sem deixar jamais de ser cidadão (para sustentar as prerrogativas da coroa, que em geral pela maior parte são as do antigo padroado) e acreditando sem cessar, para os grandes sucessos, na providência divina, em harmonia com o provérbio que diz: “O homem põe, mas Deus dispõe”³⁵⁶.

A religião funcionaria, portanto, como um *código de moral*, insistindo na valorização das virtudes, entre as quais estava o *ser cidadão*. Em *Da administração pública*, já havia escrito que ela se dirigia à perfeição e à felicidade em geral, sendo a grande *escola* da moral e o *freio das consciências*³⁵⁷. No caso de Varnhagen, a hipótese de Jasmin sobre Tocqueville

³⁵³ JASMIN, Marcelo Gantus. Op. Cit. p. 25-26. Jasmin reforça que não se tratava de um recurso habitual ou estilístico, mas um instrumento que objetivava a realização do programa político da obra que queria afastar o conservadorismo nostálgico da Restauração e reconhecer na Democracia um estado inelutável. A retórica era parte integrante e mesmo necessária, embora não fosse tão bem vista no século XIX, quando a história se tornou uma disciplina regida por métodos de crítica documental e os historiadores antigos poderiam ser considerados fontes pouco confiáveis para se depreender os fatos passados, pois colocavam a retórica na frente. O reconhecimento de que a proposição providencialista cumpre uma função de persuasão política não implica, porém, na eliminação pura e simples da possibilidade de encontrar consistência no argumento de Tocqueville. O recurso à Providência viabilizava, pelo menos do ponto de vista teórico, a compatibilidade entre a ação política livre e responsável no presente e os resultados de longo curso apreendidos *a posteriori* pela análise historiográfica.

³⁵⁴ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 122-123. Saliente-se que a concepção evolucionista de Varnhagen não era o que mais tarde se definiu. Admitia as gradações: selvageria (dos índios), barbárie (dos negros escravizados) e civilização (estágio a ser definitivamente alcançado). Nota: tratar do pensamento religioso do autor excederia o escopo do trabalho.

³⁵⁵ CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 137.

³⁵⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. X.

³⁵⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Da administração pública*. In: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. **“Memória da administração pública” de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Edição de texto. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. p. 105. Manuscrito, fl. 31v.

pode se aplicar em parte. A presença da Providência no discurso histórico do autor tinha a ver com a interferência de uma crença pessoal na sua escrita, podendo funcionar como artifício para suprir alguma carência documental ou explicativa, ou fazendo parte de sua lógica interpretativa. *Sempre sinceramente católico*, como dissera, ser-lhe-ia difícil negar a figura da Providência, colocando-a ao lado de diversas situações, da repressão contra movimentos de contestação ao governo até os escravos³⁵⁸. Entretanto, a unidade dependeria muito mais da *coragem política* do que do “plano” providencial.

Cabe ainda frisar que, oficialmente (Art. 5 da Constituição de 1824), a Religião Católica Apostólica Romana era “a Religião do Império”, sendo todas as outras permitidas “com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo”³⁵⁹.

Avançando nesse sentido, o autor defendeu que:

Em nosso entender nem Cunhambebe, nem Ambiré houveram jamais pensado em nenhuma fórmula de virtudes, a menos que lhe não inspirasse a Providência divina, que, aliás dispôs fazê-lo por outra forma, enviando os mensageiros cristãos; e não pobres pescadores, mas uma poderosa armada, e por conseguinte a força com todo o seu aparato. E se chegássemos a crer que o tradicional Sumé fora o apóstolo S. Thomé, a catequese e civilização pela persuasão havia já sido em vão anteriormente ensaiada pela mesma Providência divina³⁶⁰.

A história mencionada no trecho acima (narrada por um moranduçára) contou sobre a visita de Sumé ao Brasil que, mandado pelo Criador, ensinou aos índios técnicas de plantio, como fazer fogo, entre outros ensinamentos não aproveitados por eles. Em nada adiantando seus esforços, Sumé lamentou a sorte daquele povo sobre o qual recairia a justiça do Senhor. Varnhagen entendeu que, para o *bem* do país, uma nova era se abriu em 1808 porque em vez de Colônia ou Principado honorário, passou a ser o centro da Monarquia bragantina, já datando dessa época o rompimento dos *grilhões coloniais*³⁶¹. Via D. João, senão como primeiro Imperador, pelo menos como “verdadeiro fundador do império”³⁶². Nesse processo, a

³⁵⁸ CEZAR, Temístocles. Op. Cit. 191-192.

³⁵⁹ COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824. Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824). PARTE I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18340>. Acesso em: 10 abr. 2016. p. 7. Título 1º, Do Império do Brasil, seu Território, Governo, Dinastia, e Religião, Art. 5.

³⁶⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. XIX. Trecho do *Discurso preliminar: os índios perante a nacionalidade brasileira*. Segundo o autor, moranduçára era um narrador de contos entre os índios.

³⁶¹ Ibid. p. 297-298. Seção XLIX: Partida da Corte para o Brasil. Situação deste país.

³⁶² Ibid. p. 313. Seção L: Chegada do Príncipe ao Brasil. Seus primeiros atos. Varnhagen se referiu ao monarca bragantino como “o venerável Enéas do nosso império”, “primeiro soberano do reino-unido de Portugal, Brasil e Algarves”, “primeiro imperador-pai”. Interessante pontuar que, anos depois, escreveu: “Terminamos, pois, saudando, com veneração e reverência, a memória do príncipe Fundador do Império”, referindo-se ao primeiro Imperador do Brasil. D. Pedro I teria sido, então, o *fundador* de fato (com o ato da Independência oficial) do

invasão de Bonaparte foi até “positiva” para a porção americana do Império luso e a proclamação da Independência, a ratificação do gesto anterior de transferência da Corte.

Acreditava que o cristianismo foi “enviado” para conter a *anarquia selvagem* que pintava um *triste* quadro no *abençoado* solo americano. Catequizar os índios diminuiria as *rixas* entre as tribos que caracterizavam um estado por ele considerado *degradante*. Não deixou de declarar que a nação brasileira foi a que custou maiores esforços aos colonizadores, dadas as condições de clima, vegetação, animais e frutos venenosos, índios³⁶³. Ao demarcar as dificuldades da colonização, não apenas fazia o elogio da bravura dos portugueses que se lançaram na tarefa de civilizar o país, por vezes com prejuízo da própria vida, como dava para aqueles a primazia na construção da nacionalidade, o que parecia ser seu principal objetivo. Em Varnhagen, o europeu foi o civilizador por definição.

Sobre a ideia de civilização, Norbert Elias explicou que ela não era somente um estado, mas um processo que deveria prosseguir. O termo “civilisation” absorveu grande parte do que fazia as sociedades de Corte (caso do Império do Brasil) se acreditarem ser um tipo mais elevado se comparadas às sociedades que viviam de modo mais simples. Ou seja, a ideia de que possuíam um padrão de moral e costumes, tato social necessário para torná-las civilizadas. Dessa maneira,

O processo de civilização do Estado, a Constituição, a educação e, por conseguinte, os segmentos mais numerosos da população, a eliminação de tudo o que era ainda bárbaro ou irracional nas condições vigentes, fossem as penalidades legais, as restrições de classe à burguesia ou as barreiras que impediam o desenvolvimento do comércio – este processo civilizador devia seguir-se ao refinamento de maneiras e a pacificação interna do país pelos reis³⁶⁴.

Logo, a palavra civilização era usada em relação a tudo que fosse considerado bárbaro, designando o oposto disso. Na Europa do século XIX, as nações entenderam que seu processo civilizatório já havia se completado e agora seu papel era difundi-lo e ampliá-lo dentro do padrão já conhecido (recente, mas já encarado como antigo) para o resto do mundo, elemento significativo do desenvolvimento de uma consciência de si mesmas como dotadas de uma

Império. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2010. p. 317.

³⁶³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. 2. ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877. p. VII-IX. Varnhagen reconheceu que muitas vezes superiores abusaram de inferiores, senhores de escravos e índios, mas alegou que os antigos colonos legaram aos então herdeiros as cidades, o comércio, as riquezas, etc. Para ele, essas indicações apresentavam ao leitor o *espírito de tolerância* do livro, entendido como uma correspondência aos *bons ofícios* prestados por Portugal ao Brasil e ao seu autor.

³⁶⁴ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 59.

superioridade em termos de comportamento, ciência, tecnologia, arte³⁶⁵. O Brasil esteve nessa rota. Também não foi feita a colonização em nome da cruz e da civilização do *gentio selvagem*?

É possível aproximar essa definição para entender como essa ideia se operava em Varnhagen. Para ele, não havia “direito de conquista mais justo que o da civilização sobre a barbárie”³⁶⁶. Assim, no caso dos índios, dada a ineficácia dos *métodos brandos* (catequese), preconizou que era legítimo e necessário que fossem “domesticados”. Como afirmou Jean Starobinsk, a civilização se tornou o critério por excelência, julgava-se em seu nome e sua defesa poderia legitimar o uso da violência, de modo que o não civilizado deveria ser posto fora de condição de prejudicar se não pudesse ser educado ou convertido³⁶⁷.

Civilizar o Brasil passava pela realização de reformas que operassem na educação e moralização do povo, procurando “por meios lentos, cautelosos e políticos, fazer, como se fez em Europa, que em séculos futuros, d’aqui a duas ou três gerações (antes seria perder o Brasil) não haja um só servo, nem bugres bravos, e todos venham na pátria a ser cidadãos”³⁶⁸. No *Discurso Preliminar: os índios perante a nacionalidade brasileira* (1857), exortou qualquer um que quisesse perguntar a um nascido no Brasil como ele se chamava, se seria um brasileiro ou não. A resposta, segundo o historiador, teria como variáveis o fato de compartilharem com o colonizador europeu os mesmos hábitos, a língua, a religião e os apelidos das famílias. Equacionando civilização com moral, defendeu que:

sem moral, sem a admissão das virtudes, com a certeza do castigo dos vícios opostos a elas, sem a sujeição das paixões do homem solitário em favor do gênero humano, não há civilização possível. E somente do Céu podem ter baixado os preceitos, revelados aos patriarcas, confirmados no decálogo, e aceitos pelos filósofos e pelos primeiros legisladores, que ensinaram ao homem caído a aproveitar-se em benefício próprio e dos semelhantes dos seus instintos de ódio e de vingança, de vaidade e de cobiça, para por meio de leis e penas, e por meio de prêmios *ideais* ou da esperança destes e temor daquelas, inverter esses instintos destrutores da humanidade em prol dela mesma; sujeitando-os aos limites do heroísmo, e da dignidade, inventando a propriedade, e convertendo aqueles em sentimentos elevados em favor da

³⁶⁵ Ibid. p. 61-109.

³⁶⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 11.

³⁶⁷ STAROBINSK, Jean. A palavra civilização. In: _____. **As máscaras da civilização**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 33.

³⁶⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2011. p. 193.

glória, do patriotismo e da honra e probidade, ainda antes que o cristianismo fosse mais avante pregando a caridade e a abnegação³⁶⁹.

O direito à propriedade da terra era um aspecto importante de seu argumento a respeito da colonização do país. Para Varnhagen, a condição de nômades dos índios impossibilitava o aproveitamento adequado da terra (se mudavam tão logo o potencial escasseava), daí sua reclamação quanto à afirmação de que esta lhes pertencia. Aliás, defendia que os índios apenas percorriam o território, não o habitavam de fato e não eram donos de terra nenhuma.

Ainda que não tenha feito citação nesse sentido, a postura de Varnhagen guarda relação com o disposto por John Locke no “Segundo Tratado sobre o Governo Civil” (1689), quando este colocou como pressuposto para se ter a propriedade da terra o uso industrioso e racional. Isto é, o direito de posse estava condicionado ao trabalho, ao cultivo da terra, de modo a ela não permanecer comum e inculta. Locke chegou a mencionar que as várias nações americanas eram ricas em terra e pobres em todos os confortos da vida, pois a natureza lhes forneceu matéria abundante, solo fértil, mas faltava o trabalho para aproveitá-la³⁷⁰. Porém, as referências mais direitas nessa questão devem ser mesmo Tocqueville e Emmerich de Vattel, citados em outras ocasiões. Na primeira parte de “A democracia na América”, Tocqueville expressou que:

Muito embora o vasto país que acabamos de descrever fosse habitado por numerosas tribos indígenas, podemos dizer com justiça que, na época do descobrimento, ainda não constituía mais que um deserto. Os índios ocupavam-no, mas não o possuíam. É pela agricultura que o homem se apropria do solo, e os primeiros habitantes da América do Norte viviam do produto da caça. Seus preconceitos implacáveis, suas indômitas paixões, seus vícios e, mais ainda talvez, suas virtudes selvagens entregavam-nos a uma destruição inevitável. A ruína desses povos começou no dia em que os europeus abordaram em suas costas; sempre continuou desde então; acaba de se consumir em nossos dias. A Providência, colocando-os no meio das riquezas do novo mundo, parecia ter-lhes concedido destas apenas um curto usufruto; de certa forma, eles só estavam ali *entremementés*. Aquelas costas, tão bem preparadas para o comércio e para a indústria, aqueles rios tão profundos, aquele inesgotável vale do Mississippi, aquele continente inteiro apareciam então como o berço ainda vazio de uma grande nação³⁷¹.

³⁶⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. XIX-XXIV. Grifo do autor.

³⁷⁰ LOCKE, John. Da propriedade. In: _____. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 101-107. Para Locke: “Aquele que, em obediência a este comando divino, se tornava senhor de uma parcela de terra, a cultivava e a semeava, acrescentava-lhe algo que era sua propriedade, que ninguém podia reivindicar nem tomar dele sem injustiça”; pois “é o trabalho que estabelece em tudo a diferença de valor; basta considerar a diferença entre um acre de terra plantada com fumo ou cana, semeada com trigo ou cevada, e um acre da mesma terra deixado ao bem comum, sem qualquer cultivo, e perceberemos que a melhora realizada pelo trabalho é responsável por grandíssima parte do seu valor”.

³⁷¹ TOCQUEVILLE, Alexis de. Op. Cit. p. 33. Grifo do autor. Capítulo I: Configuração externa da América do Norte. O país em questão era os Estados Unidos.

Lendo Tocqueville por meio de Varnhagen, pode-se dizer que o brasileiro e o francês compartilhavam algumas ideias. Das listadas no excerto acima, destaque-se a afirmação de que havia um grande deserto a ser colonizado, daí a preocupação dupla de Varnhagen em povoar o interior do Brasil, estimulando a imigração europeia e fomentando a agricultura, tida como a principal “vocação” do país. Outra ideia seria a tendência dos indígenas em se autodestru  rem por meio dos conflitos entre tribos inimigas.

No livro “O direito das gentes”, Vattel afirmou ser o cultivo da terra uma obrigação imposta ao homem pela natureza. A terra seria destinada a alimentar seus habitantes desde que cultivada, por isso cada nação era obrigada a cultivar o próprio território, que lhe caberia por partilha. Chegou a declarar que povos como os antigos germânicos e tártaros modernos que habitavam solos férteis, mas preferiam viver de rapina, mereciam ser exterminados como animais ferozes e prejudiciais. Entendeu que a Conquista dos Impérios estruturados do Peru e México foi uma grande usurpação, mas o estabelecimento de colônias na América setentrional (América do Norte) podia ser considerado legítimo, conservando-se dentro de certos limites, já que seus povos não propriamente habitavam as terras. Portanto, a reduzida ocupação por parte dos “selvagens” não poderia passar por uma verdadeira e legítima tomada de posse e os povos da Europa, de população densa, encontrando um terreno do qual aqueles não tinham necessidade particular e não faziam uso real e sustentado, puderam legitimamente ocupar e estabelecer Col  nias³⁷².

Postulando Vattel para um contexto geral, Varnhagen foi da opinião que boa parte do extenso território brasileiro estava irregularmente ocupada por tribos nômades, em quantidade não suficiente para povoar e explorar o seu potencial produtivo, em pequeno número e que desapareceriam em virtude da ocorrência de conflitos permanentes entre elas. Assim, fixou no *Memorial orgânico* (1849):

O Brasil pertence-nos pela mesma razão que a Inglaterra ficou pertencendo aos normandos quando a conquistaram. Pela mesma razão que Portugal ficou pertencendo a Afonso Henriques e seus sucessores e vassallos que o tomaram dos mouros. O primeiro direito de todas as nações conhecidas foi o da conquista. Nós proclamamos para o Império (compreendendo o território de que eles estão senhores) o nosso chefe e a nossa lei. Todo o que não obedece a uma e ao outro rebela-se e    criminoso. E para o crime não vale em direito

³⁷² VATTEL, Emmerich de. A nação considerada em si mesma (Livro I). In: _____. **O direito das gentes**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. p. 219-327. Capítulo VII: O cultivo das terras, 81. – Obrigação natural de cultivar a terra; Capítulo XVIII: O estabelecimento de uma nação numa região, 209. – Se é permitido ocupar uma parte de uma região na qual são se encontram povos errantes e em reduzido número. Em outra passagem, Vattel escreveu que os “selvagens” da América setentrional não tinham o direito de se apropriar de todo o continente e, caso lhes fossem destinadas terras suficientes, podiam se estabelecer sem injustiça em certas partes de uma região, que não podiam habitar por inteiro.

a alegação de ignorância; pois em tal caso não haveria negro fugido, nem ladrão de estrada e quilombola que não fosse ignorante³⁷³.

Inspirado em autores como Vattel e Andrés Bello, o *direito de conquista* tal como apresentado por Varnhagen conferia à herança do Velho Continente a dianteira na formação do Brasil. A leitura desses teóricos mostrava também suas posições em termos de diplomacia, já que se tratava de juristas reconhecidos e amplamente lidos por diplomatas. Concluiu, então, que o Brasil devia à Europa,

A história da civilização do atual Império; o termos código, o termos cidades, o termos governo, o termos sociedade, o vivermos juntos, sem estarmos às frechadas uns aos outros, o sermos cidadãos, o vermo-nos considerados na comunhão das nações mais civilizadas do globo, e finalmente o termos a dita de possuir um Trono ocupado por uma das mais ilustres dinastias do século, o Trono, digamo-lo de passagem que na América do Sul, perseguida quase sempre de ditaduras, mostra a experiência ser a melhor garantia de liberdade. [...] Portanto somos na essência nação, como o prova a língua, de raça latina. [...] Devemos fazer proceder a nacionalidade nossa da civilização e do cristianismo³⁷⁴.

Segundo José Carlos Reis, a leitura de Varnhagen era a de uma história do Brasil que seria a história de um ramo dos portugueses, que conquistaram e deram as garantias morais e físicas ao país. O Brasil não deveria se esquecer de seu tutor na infância e nem Portugal dos socorros que o Brasil lhe prestou, deviam gratidão e louvor um ao outro³⁷⁵. De fato, o historiador fez críticas pontuais à atuação da Coroa, na maioria das vezes atribuindo a culpa aos nomeados para a Colônia e não ao Rei. Fazia os reparos com grande *mágoa*, todavia sem *ressentimentos*, porque entendia que os erros não eram intencionais, mas provenientes de ignorância *crassa*, a prova era que no Portugal de então não se governava melhor, denúncia para a qual tinha o aval do Padre Vieira que em carta a Sebastião de Mattos lamentou que “Das coisas públicas não digo a V. M. mais que ser o Brasil hoje um retrato e espelho de Portugal”³⁷⁶.

No *Discurso Preliminar*, indagou o que era a nação brasileira e ele mesmo respondeu:

³⁷³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 167.

³⁷⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2011. p. 194-195.

³⁷⁵ REIS, José Carlos. Anos 1850: Varnhagen. O elogio da colonização portuguesa. In: _____. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 26-44.

³⁷⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. 94. Seção XXXVII: Sucessos imediatos à criação do Arcebispado. A referida carta de Vieira é datada de 10 de julho de 1697, poucos dias antes de seu falecimento.

Olhai para o próprio brasão d'armas que a simboliza. Nele vereis a esfera armilar, significando a origem da dinastia e a do estado, e nele vereis também a cruz da ordem de Cristo, que representa por si só a história da civilização do país. E isto não escrito neste ou naquele idioma, ininteligível aos demais povos; mas apregoado na bela linguagem heráldica, composta de hieroglíficos, que constituem, nos feitos históricos, uma espécie de pasigrafia ao alcance de todas as nações civilizadas³⁷⁷.

Na composição da *nação brasileira* estava sua “origem” na *dinastia/estado* português, a religião cristã (estabilizadora da sociedade, instrumento de civilização e de moral) e a língua, constatação para a qual bastava observar um símbolo que representava essa nação: o *brasão d'armas* do Império, colocado abaixo:



Figuras 4 e 5: Brasão do Império do Brasil, oficializado por um decreto imperial de 18 de Setembro de 1822. Em cima, a Coroa imperial. No centro, e conservando o vínculo com elementos lusitanos, a esfera armilar (instrumento de navegação) foi mantida como emblema do país e, sob ela, a cruz da Ordem de Cristo. O listel carregando dezenove estrelas representava o número de províncias do Império naquele momento. Nas laterais, um ramo de café e um de tabaco representavam as culturas que começavam a se destacar na produção agrícola nacional. A cor verde do escudo fazia referência à Casa de Bragança (D. Pedro I) e o amarelo na esfera armilar à Casa de Habsburgo (Imperatriz D. Leopoldina). Fonte: https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&biw=1366&bih=654&tbn=isch&sa=1&ei=qTzdXOSes285OUP16uZgAk&q=%7Ebras%C3%A3o+do+Imp%C3%A9rio+do+brasil&oq=%7Ebras%C3%A3o+do+Imp%C3%A9rio+do+brasil&gs_l=img.3..0.848498.851224..851630...0.0..0.224.1921.0j8j2.....0....1..gws-wiz-img.....0i30j0i5i30.0pejcdEf8gI#imgsrc=GERifsFJ6rDQzM: Acesso em: 12 dez. 2018.

O brasão imperial já destacava a união entre o nacional, brasileiro (os ramos vegetais, por exemplo) e a herança europeia em sua formação (as cores das Casas dinásticas, por exemplo). Elencar a língua como elemento de construção nacional foi recorrente no Oitocentos, embora Renan já alertasse para o fato de um idioma não garantir a existência de uma nação pois, além de ser uma formação histórica, poderia ter surgido da união de vários³⁷⁸.

³⁷⁷ Ibid. p. XXV.

³⁷⁸ RENAN, Ernest. Que é uma nação? **Plural**, São Paulo, n. 4, p. 154-175, 1. Sem. 1997. p. 169.

De qualquer modo, a redescoberta e reunião de poemas épicos, a publicação de gramáticas e o próprio esforço por dicionarizar as línguas indígenas tinha sua parcela de interesse político.

O elogio das referências europeias não pode, todavia, induzir a um não reconhecimento das preocupações “americanistas” do historiador. Igualmente, blasonar do legado europeu não significava ser menos *nacional*.

Um argumento para explicar o processo de separação da Metrópole foi lançado em artigo para O Panorama. Varnhagen alegou que o Brasil havia chegado à *idade viril* e, como *terra de esperanças*, não cabia permanecer em condição de subordinada a outra nação. Em suas palavras:

Mais rico do que Portugal; com uma civilização sempre progressiva; produzindo gênios e homens extraordinários, era absurdo, ou antes impossível, que os seus habitantes deixassem de conhecer que Portugal não tinha jus a tratá-los como colonos. A consciência desta verdade causou a revolução do Brasil, e esta revolução era justa. Nós tentamos a sorte das armas, porque o orgulho nacional fora ofendido; mas a sorte das armas nos foi contrária, e a independência do Brasil foi reconhecida. Esses acontecimentos pertencem já à história; os ódios recíprocos estão extintos; e os dois povos, ligados por laços de sangue, falando a mesma língua, seguindo a mesma fé. Habitados a usos e costumes muito semelhantes, nada mais devem ser do que aliados fiéis, e amigos sinceros. A razão, a política, e até a religião aconselham estes sentimentos a ambas as nações³⁷⁹.

Nessa ótica, a situação do Brasil era a de um país cuja fonte de prosperidade estava em si mesmo, só precisando ser bem administrado para aumentar sua grandeza. A proposta diplomática do historiador para as relações Brasil-Portugal se valia do que considerava traços comuns a serem conservados (descendência, língua, costumes, religião), elementos importantes não para pensar o país independente como uma excrescência da ex-Metrópole, mas como um novo continuado de algo anterior que lhe legou uma feição dita civilizada.

Mais uma vez, é preciso deixar ajustado que, se a herança da Europa era essencial na conformação da nação brasileira, essa mesma nação era independente e se apresentava como parte de um mundo novo, onde muito ainda precisava ser feito para atingir o grau de desenvolvimento e civilização desejado. O Brasil de Varnhagen e seus contemporâneos era um país jovem e promissor pertencente ao Novo Mundo. Nesse sentido, um traço da produção

³⁷⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. O Brasil. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, v. I, dez. 1837. p. 279. O equívoco de Varnhagen em expressar que os *ódios recíprocos* estavam *extintos* é patente, são conhecidos os conflitos entre portugueses e brasileiros no pós-Independência. Sobre isso, ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, 1997. Salta aos olhos o uso de *nós*, como se ele fosse português. O artigo é de 1837 e, tendo em vista textos posteriores, parece evidente que houve uma ligeira mudança de discurso após readquirir a nacionalidade brasileira. O *nós* passou a ser usado do ponto de vista do Brasil. A ideia de *revolução* também foi revista ou apareceu aqui com um sentido especial, pois a emancipação seria pensada mais pelo viés de uma continuidade na ruptura, um parto sem dor.

varnhageniana já destacado por Oliveira Lima no início do século passado foi seu americanismo³⁸⁰. Para Luiz Roberto Cairo, o espírito de americanidade/americanismo (sentimento de pertença à América) acompanhou a formação do instinto de nacionalidade nos textos dos escritores brasileiros do século XIX, entre eles Varnhagen³⁸¹.

Em seu trabalho sobre a questão do americanismo em José de Alencar, Wesley Candido explicou que nacionalismo e americanismo ou americanidade sempre estiveram muito próximos, ora acercando-se, ora afastando-se. Esses fatores foram importantes no processo de construção da literatura nas Américas, aproveitar das culturas das ex-Metrópoles era uma estratégia para construir o cânone literário americano. Não se negava a cultura do “outro”, e sim a acusação de falta de originalidade, porque a mescla com as referências europeias não significava a produção de uma cópia do modelo estrangeiro, mas uma apropriação de formas literárias seguida de uma reformulação pelo olhar dos povos ex-colonizados, agora em busca de sua afirmação identitária. No Brasil, com o Romantismo se iniciou um discurso consciente sobre a América que se poderia chamar de americanidade, posto que, sendo ou não a intenção, este sentimento estava ligado a um apego ao continente. Por vezes, poetas românticos confundiram Brasil com América em seus poemas. A idiossincrasia dessa operação ficava por conta do fato de o imaginário americano ter se construído inicialmente pela ótica do europeu, veiculada pela língua deste, mas com uma imagem de América constituída como contraponto em relação à cultura europeia. Não havia como negar a presença e o papel do elemento estrangeiro na formação de um primeiro imaginário americano, agora em fase de reconstrução a partir dos olhos daqueles que se autodenominavam americanos. Assim, no Brasil (podendo ser estendido para as ex-Colônias espanholas), o sentimento de americanidade foi tão contraditório quanto o de nacionalidade, ocultando o paradoxo de querer ser americano tendo ao lado um conjunto de valores importado da Europa³⁸².

³⁸⁰ LIMA, Manuel de Oliveira. **Elogio a Varnhagen**. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. 1903. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/discurso-de-posse>. Acesso em: 09 jul. 2017. s/p.

³⁸¹ CAIRO, Luiz Roberto. Varnhagen e o instinto de americanidade da literatura brasileira. **Vidya**, Santa Maria, p. 85-90, jul./dez. 2000. p. 86.

³⁸² CANDIDO, Wesley Roberto. Americanidade: a busca de um conceito. In: _____. **José de Alencar**: “sou americano para o que der e vier”. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2010. p. 14-56. De acordo com Candido, José de Alencar trabalhou em seus romances o consórcio entre o colonizador e os índios, além de tentar ocultar as miscigenações por meio do branqueamento físico ou moral de suas personagens. Também destacou Ferdinand Denis como o primeiro a perceber que a América se tornou um espaço de inúmeras negociações identitárias e trocas culturais que fugiam ao controle dos poderes moderadores dos colonizadores, contribuindo para a ideia de americanidade dos escritores românticos, ao defender uma inspiração legitimamente americana.

Há que se anotar que o Brasil olhava com desconfiança para os países americanos de língua espanhola, no que recebia uma atitude recíproca. Era o único país que ainda estava sob o regime imperial na América do Sul, representando de alguma forma a manutenção da política europeia no Novo Mundo. Nesses termos, as relações foram cercadas de impasses nas possíveis alianças propostas por reuniões como o Congresso do Panamá de 1826. De resto, o americanismo no Império não chegou a ser perseguido de forma consistente, sendo relegado a um segundo plano diante da valorização das peculiaridades nacionais. Face à questão se o Brasil deveria se definir como nação ou como continente, brasileiro e americano foram usados como sinônimos, então ser um era ser o outro por extensão; e esta consciência, ao contrário de ferir o sentimento de nacionalidade, expandia-o colocando o país num continente grandioso que podia fazer frente à velha Europa³⁸³.

Varnhagen em particular deu mostras de sua defesa do que considerava genuinamente brasileiro dentro do contexto maior americano tanto no seu trabalho como historiador, quanto no de diplomata. Em carta de 1840 lê-se o seguinte parecer sobre o Rio de Janeiro: “A cidade em si é puramente Europeia; e até o é demais, pois quanto a mim devia ser menos servil à arquitetura das casas e mais acomodada ao clima e às riquíssimas madeiras da América”, concluindo que na Corte “As sociedades são de todo à europeia”³⁸⁴. O lamento do missivista era o de que a riqueza nacional não era aproveitada, em detrimento de um *servilismo* ao padrão (arquitetônico neste caso) europeu. Esperava encontrar a tal *cor mais americana* de que falaria mais tarde no *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*.

Varnhagen queria *ser americano*, tendo em vista que o *ser brasileiro* não excluía os sentimentos de solidariedade e pertencimento a uma comunidade continental. Ao publicar o *Florilégio da poesia brasileira*, confessou que,

Como o entusiasmo que temos pela América, onde vimos a luz, e a fé no desenvolvimento futuro de sua poesia, era um dos nossos estímulos, julgamos dever dar sempre preferência à esta ou aquela composição mais limada, porém semigrega, outra embora mais tosca, mas brasileira, ao menos no assunto. Esta decisão nos facilitou a empresa, e cremos que esta coleção adquirirá com isso mais interesse para o leitor europeu, ao passo que deve lisonjear o americano, vendo que vai já para dois séculos havia no Brasil quem julgava que se podia fazer poesia sem ser só com coisas de Grécia ou Roma³⁸⁵.

³⁸³ Ibid. p. 57-59.

³⁸⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 51-52. Carta a Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara de 20 de agosto de 1840. Varnhagen narrou para o amigo as impressões que teve ao chegar ao Rio de Janeiro: o mar, a entrada na baía rodeada de morros de granito e a cidade que, para seu lamento, arremedava o Velho Mundo, ainda que estivesse no Novo.

³⁸⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Prólogo. In: _____. **Florilégio da poesia brasileira**. TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850. p. III-IV.

Varnhagen não escondeu a satisfação em observar que dois séculos antes do momento em que estava vivendo autores brasileiros ousaram escrever poesia sem ter Grécia ou Roma como matéria e, embora o espectro da Europa estivesse sempre presente, não cabe duvidar de sua pretensão em oferecer o que de mais *brasileiro e americano* se tinha na poesia de então.

Um episódio em especial de sua carreira diplomática também pode elucidar a questão do seu americanismo. Durante sua fase sul-americana ocorreu o confronto entre Espanha, Peru e Chile em torno das Ilhas Chinha. A justificativa da intervenção de 1864 era a de que o Peru deveria ressarcir a Espanha de supostas dívidas do período colonial, uma vez que esta não havia reconhecido a independência do país andino. A iniciativa de Varnhagen em condenar o bloqueio dos portos chilenos (1865) foi criticada pelo Ministro José Antônio Saraiva, já que a orientação do governo brasileiro era a de manter a neutralidade, visando a uma eventual mediação. No Despacho de 22 de novembro de 1865, Saraiva ajuizou que se o procedimento de Varnhagen não era em si hostil à Espanha, não deixava de ser favorável ao Chile, de modo que não poderia dizer que foi “inteiramente aprovado”³⁸⁶.

Na fala de Oliveira Lima, o conflito hispano-pacífico-americano lançou “viva luz” sobre o americanismo de Varnhagen, posto que ele saiu em defesa da República chilena, pondo-se em evidência diplomaticamente³⁸⁷. No entanto, sua posição foi julgada no mínimo inoportuna pelo Ministério de Estrangeiros.

Feita a emancipação simbólica, cumpria solidificar a herança. Os fundadores e consolidadores do Império do Brasil tinham os olhos na Europa e os pés na América. Olhos na Europa, porque queriam erigir o Brasil enquanto nação civilizada à semelhança dos Estados nacionais europeus, reclamando um lugar na civilização por se verem também como filhos da Ilustração; pés na América, porque tal nação seria uma singularidade no continente³⁸⁸. O principal agente dessa tarefa seria o Estado.

3.2 Um “arquiteto muito hábil” para o Império

Se a maioria não resguardasse a nação como um parapeito, ela ter-se-ia despenhado no abismo. A unidade nacional, que se rasgara em 1835 pela ponta do Rio Grande do Sul, ter-se-ia feito em pedaços. [...] Já nesse tempo se falava em

³⁸⁶ CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. **A missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico: 1863-1867**. v. 1. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. p. 18-571. Em 16 de abril de 1864, as Ilhas de Chinha (produtoras de guano) foram tomadas sem ultimato.

³⁸⁷ LIMA, Manuel de Oliveira. Op. Cit. s/p. O mesmo Oliveira Lima fez uma avaliação famosa do exercício diplomático de Varnhagen, que teria qualidades “negativas”: “impulsivo com rompantes de colérico”.

³⁸⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 126.

*completarmos a uniformidade política da América,
em extirpar a 'planta exótica'.
Joaquim Nabuco, 1899*

Monarquia entre Repúblicas, o Brasil era uma “planta exótica” linha do Equador abaixo, como expresso por Nabuco neste trecho de “Um estadista do Império”³⁸⁹. O particularismo do Império não parava por aí, pois também estaria destinado a ser o reduto da civilização no Novo Mundo.

Varnhagen foi um dos artífices que se empenhou em escrever essa história. Após passar meses no Brasil e assumir a Secretaria do IHGB, no dia 15 de dezembro de 1851 embarcou de volta para o posto na Espanha. José Ricardo Moniz comentou sobre o encontro que teve com o historiador no dia da viagem, quando este exibiu “uma fotografia do Imperador que na véspera ele lhe havia dado com a assinatura Imperial nas costas, dizendo-me - é o meu homem”³⁹⁰. Historiador oficial do Império, funcionário do Estado, Varnhagen também era *homem* do Imperador. Mais que *homem* do Imperador, foi homem do Império e, como denominou Ilmar de Mattos, foi o historiador do Tempo Saguarema. Que significa isso?

No ensaio biobibliográfico “Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro “Paulista de Sorocaba””, Renato Sêneca Fleury enfatizou o “aristocrático perfil moral” do historiador, assinalando que civismo, sentimentos liberais e americanismo constituíam colunas mestras de sua “robusta personalidade”³⁹¹. Esse perfil aristocrático Mattos identificou na composição social do Brasil oitocentista e também Francisco de Sales Torres Homem o destacou como o que havia “de mais honroso e eminente em ilustração, em moralidade e riqueza”, oposto às “paixões, dos instintos grosseiros da escória da população”³⁹², portanto, a luta entre as conveniências e necessidades da civilização e a “barbaridade”.

É necessário ter em perspectiva que os construtores do Império se empenharam em três sentidos principais: a emancipação da tutela metropolitana, a organização do novo Estado

³⁸⁹ NABUCO, Joaquim. Infância e mocidade (1813-1842). In: _____. **Um estadista do Império**. Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época. TOMO I. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899. p. 43. Nota: para facilitar o entendimento, utilizarei os termos conservador e liberal para me referir aos grupos políticos principais. O uso simplificado, no entanto, não deve encobrir as diferenças existentes entre ambos e suas caracterizações ao longo dos anos. Para uma análise detalhada da composição dos Partidos no Império, ver: CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro de sombras: a política imperial. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

³⁹⁰ Apud RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. In: _____. **História e historiografia**. Petrópolis, RJ: 2008. p. 154.

³⁹¹ FLEURY, Renato Sêneca. **Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro “Paulista de Sorocaba”**. São Paulo: Melhoramentos, 1952. p. 23-42.

³⁹² HOMEM, Francisco de Sales Torres. O Libelo do Povo. In: MAGALHÃES JR., Raimundo. **Três Panfletários do Segundo Reinado**. Academia Brasileira de Letras, 2009. p. 82-83.

soberano e a reprodução da estrutura da sociedade, que apareciam como processos correlatos, propiciando a satisfação dos interesses da “boa sociedade”. Como assinalado por Mattos, fundadores do Império como José Bonifácio, Evaristo da Veiga e Diogo Antônio Feijó herdaram os fundamentos dos “três mundos”, a geração seguinte, de Nabuco de Araújo, Victor Meirelles e Varnhagen empenhou-se em conservá-los para a consolidação da Monarquia³⁹³. O que isso quer dizer?

O “mundo do Governo”, da “boa sociedade”, não se via apenas como tendente a ser organizado, visava a igualmente ordenar o conjunto da sociedade, mas, na reta oposta à ordem e civilização que queria imprimir a sociedade estavam os escravos, “inimigos inconciliáveis” que compunham o “mundo do Trabalho”, e a massa de homens livres e pobres sem ocupação, predominantemente mestiços e negros alforriados que vagavam pelas ruas aumentando a sensação de inquietude, o “mundo da Desordem”. Diferentemente do conceito moderno de nação, que pressupunha esta ser um conjunto de indivíduos livres e iguais, a “boa sociedade” não a concebia assim, nem a sociedade do Império se apresentava dessa forma. Essa era a diferença fundamental entre sua concepção de nação e a das nações tidas por civilizadas. A existência dos três mundos denotava outra, a da distinção entre “pessoa” e “coisa”. O “povo” (mundo do Governo) e a “plebe” (mundo da Desordem) eram “pessoas”, os escravos (mundo do Trabalho) eram “coisas”. Entretanto, se “povo” e “plebe” tinham em comum o fato de serem livres (logo, “pessoas”), avolumavam-se as diferenças que os hierarquizavam: o atributo racial, o grau de instrução, a propriedade de escravos. Assim,

³⁹³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit. p. 115-126. “Boa sociedade”, grosso modo, designava a elite imperial, livre, nascida no Brasil, branca e proprietária de escravos. A tese do autor é a de que o Estado brasileiro foi construído por uma classe dominante que se tornou dirigente e se constituiu durante o próprio processo, isto é, a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial teriam sido dois processos que se tornaram historicamente associados sob a intervenção consciente e deliberada de uma determinada força social, a qual forjou a si própria como dirigente: os saquaremas. Assim, a obra gira em torno da articulação entre três questões principais referentes ao Estado imperial, à classe senhorial e aos dirigentes saquaremas. Por “Estado”, o autor entendeu o lugar de atuação dos dirigentes saquaremas, por “dirigentes saquaremas”, um conjunto que englobava tanto a alta burocracia imperial (Senadores, Ministros, Conselheiros de Estado), quanto proprietários rurais das mais diversas províncias do Império, jornalistas, literatos. Todos esses profissionais, de vida pública ou não, inseriam-se nesse grupo desde que orientassem suas ações conforme os parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, aderindo aos princípios de ordem e civilização e agindo visando a sua difusão. Quanto à “classe senhorial”, sua formação teria derivado de um processo no qual um grupo social se envolveu com a construção do Estado, sendo que apenas o grupo social encabeçado pelos cafeicultores e políticos de origem fluminense (em expansão para outras províncias) teriam se articulado politicamente de maneira duradoura para conseguir erigir-se em classe senhorial. Um grupo cuja coesão e identidade se deveram a existência de experiências em comum entre os indivíduos constituintes, o que possibilitou a identificação dos seus interesses como algo em comum e a oposição a outros grupos de interesses diferentes, ou mesmo antagônicos aos seus. De início, esses interesses foram defendidos politicamente por um pequeno grupo ligado à cafeicultura fluminense que, por meio deu uma “política de casamentos”, formando verdadeiras “dinastias cafeeiras”, atraíram jovens oriundos de famílias não proprietárias de terras, bacharéis em Direito que, ao ingressarem na alta burocracia e no Parlamento, passariam a constituir-se em seus representantes políticos, sendo depois ampliado.

Governo, Trabalho e Desordem – os mundos constitutivos do Império do Brasil, mundos que se tangenciavam, por vezes se interpenetravam, mas que não deveriam confundir-se, por meio da diluição de suas fronteiras, mesmo que os componentes da “boa sociedade” fossem obrigados a recorrer à repressão mais sangrenta a fim de evitar que tal acontecesse. [...] Ao Estado monárquico no seu momento de consolidação competia “construir a Nação”, devendo-se entender por tal a preservação da existência da diferenciação entre pessoas e coisas, por um lado, e da desigualdade entre as pessoas, de outro, de tal forma que se uns eram considerados cidadãos e súditos, outros deveriam ser apenas súditos³⁹⁴.

Para ser mais exato, a Constituição de 1824 driblou a complicada questão da escravidão simplesmente não a mencionando em momento algum do texto. Enquanto “mercadoria”, não eram cidadãos, não possuíam nem a si mesmos, entrando basicamente como propriedade privada, qualificada como bem inalienável. Em situação algo análoga estavam os índios, suspensos do exercício dos direitos políticos por “incapacidade física, ou moral”³⁹⁵. Num universo em que liberdade e cidadania equacionavam com propriedade, estavam alijados, e o silêncio era uma palavra de ordem implícita.

O Art. 179 certificava que a “inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império”³⁹⁶, sua redação se acercava do Art. 2º da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” de 26 de agosto de 1789, segundo o qual “A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência à opressão”³⁹⁷. Note-se a modificação da parte final efetuada por D. Pedro I e seus Ministros, quando da outorga da Carta. A supressão do último item foi sintomática de um governo cada vez mais acusado de despotismo, até perder toda a sustentação e findar pela Abdicação em favor do menor Pedro de Alcântara, então com apenas cinco anos de idade.

Com a Abdicação de D. Pedro I, uma coalização chamada Partido Moderado assumiu o poder, liderada de um lado pelos antigos brasilienses (dito “Partido Brasileiro”) e, de outro, por magistrados que não se identificavam com os antigos coimbrãos ou realistas (dito “Partido Português”). Tencionando aprovar uma reforma constitucional que ampliasse a

³⁹⁴ Ibid. p. 121-152.

³⁹⁵ COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824. Op. Cit. p. 8. Título 2º, Dos cidadãos brasileiros, Art. 8, I. A referência à escravidão foi feita apenas de maneira indireta no Art. 6 (pelo qual os libertos, nascidos no Brasil, eram considerados cidadãos brasileiros) e no Art. 94 (estavam impedidos de votar nas eleições para Deputado, Senadores e Membros dos Conselhos de Província).

³⁹⁶ Ibid. p. 32. Título 8º, Das disposições gerais, e garantias dos direitos civis, e políticos dos cidadãos brasileiros.

³⁹⁷ DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/direitos_homem_cidadao.pdf. Acesso em: 24 ago. 2018. s/p.

autonomia das províncias em benefício das oligarquias agrárias a que pertenciam, e que esbarrava na resistência dessa segunda ala, os moderados terminaram por assinar uma solução de compromisso que resultou no Ato Adicional de 1834. Originando uma forma híbrida de Estado, foram criadas as Assembleias provinciais (dotadas de competência própria), cujo controle foi imputado à Assembleia Geral, substituiu-se a Regência Trina pela Una e eletiva, em eleição indireta, descentralizou-se o Poder Judiciário e foi extinto o Conselho de Estado. Não conseguiram o fim da vitaliciedade do Senado e os Presidentes de Província continuaram sendo nomeados pela Coroa.

A descentralização agravou a luta no âmbito provincial, dificultando a atuação do governo central em arbitrar e/ou reprimir os conflitos. Como outro efeito, as províncias interpretaram a legislação extrapolando seu raio de competência, ampliando seu campo de ação, quadro que piorou com a crise econômica (queda dos preços das exportações). Essa desarticulação em nome da liberdade provincial contra o “poder de cima” (a Coroa) desencadeou uma situação de desordem social, o grande pesadelo em relação ao “poder de baixo” (o povo), setor que os realistas queriam integrar de forma tutelada³⁹⁸.

Ao longo do Império, uma grande preocupação foi a conservação da ordem. Varnhagen era um dos que estavam comprometidos com a ordem e quem também esteve foi Bernardo Pereira de Vasconcelos, que em sessão de 28 de julho de 1840 pediu a palavra, queria se justificar perante “os brasileiros verdadeiramente amigos da monarquia constitucional” e manifestando seu “aferro” a esta, fez uma listagem de problemas com os quais se debatia o país às vésperas da antecipação da Maioridade: as instituições não estavam completas, faltavam muitas leis importantes e algumas já existentes exigiam reformas, além de há muito se viver sob o governo “fraco” das Regências e faltar um Conselho de Estado, pois era provável que as facções tivessem caprichado em “nivelar tudo”³⁹⁹. Vasconcelos surgiu como um liberal combativo, todavia, modificou seu pensamento nos anos que se seguiram. Se no contexto da Abdicação do primeiro Imperador era um político aclamado,

³⁹⁸ LYNCH, Christian Edward Cyril. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes (Org.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010. p. 30-32. A Carta outorgada impôs o princípio da Monarquia unitária, instituindo um sistema de quatro poderes: Judiciário, Executivo (sob a chefia do Imperador), Legislativo bicameral com Câmara temporária e Senado vitalício, e Moderador (exclusivo do Imperador).

³⁹⁹ VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 264-267. Vasconcelos explicou ao público o seu procedimento no curto período de nove horas do dia 22 de julho de 1840 em que foi Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. O Regente era Pedro de Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda. Vasconcelos apoiou o Ato Adicional e três anos depois voltou atrás, tornando-se o principal articulador do Regresso e da revisão do Ato.

pouco antes da Maioridade foi acusado de traição. O motivo ficou exposto num discurso famoso de 1838, na Câmara dos Deputados:

Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam, e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la; por isso sou regressista. Não sou trãsfuga, não abandonei a causa que defendo, no dia de seus perigos, de sua fraqueza; deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete. Quem sabe se, como hoje defendo o país contra a desorganização, depois de havê-lo defendido contra o despotismo e as comissões militares, não terei algum dia de dar outra vez a minha voz ao apoio e à defesa da liberdade? Os perigos da sociedade variam; o vento das tempestades nem sempre é o mesmo; como há de o político, cego e imutável, servir a seu país?⁴⁰⁰

Os “princípios democráticos” que levaram à anarquia referida por Vasconcelos teriam sido o produto final da experiência descentralizadora das Regências que por meio de medidas como o Ato Adicional, a criação da Guarda Nacional (1831) e do Código do Processo Criminal (1832), concorreu para um aumento da autonomia das províncias com relação ao poder central. A conquista da liberdade, um imperativo no governo de D. Pedro I, tornou-se no decorrer da década de 1830 um perigo a ser combatido em nome da unidade. O temor registrado pelo Deputado mineiro pode ser igualmente ilustrado por meio da confissão de Evaristo da Veiga, outro liberal “legítimo” e cada vez mais moderado com o passar dos anos: “Não temo que o Brasil se despotize, temo que se anarquize”⁴⁰¹. Era a profissão de fé agora compartilhada por esses antigos insuspeitos liberais. Em pouco tempo, Vasconcelos se transformou no “arquiteto” do Regresso, momento de montagem da estrutura política e administrativa do Segundo Reinado. Ser regressista era ser a favor da organização segura, que não degingolasse para revoltas e separatismos, podando o que consideravam os excessos da reforma constitucional e retornando ao princípio monárquico.

Conforme Christian Lynch, os regressistas entendiam que o progresso só poderia se dar dentro da ordem, por isso tinham de voltar à época anterior ao predomínio democrático das Regências, absorvendo o discurso monarquiano precedente e criando um governo

⁴⁰⁰ Apud COSTA, Emília Viotti da. Liberalismo: teoria e prática. In: _____. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 8. ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007. p. 150. Ver: LYNCH, Christian Edward Cyril. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de “regresso” no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). **Almanack**, Guarulhos, n. 10, p. 314-334, ago. 2015.

⁴⁰¹ Ibid. p. 149. Vasconcelos teria dito que era preciso “parar o carro revolucionário”. Ver: LYNCH, Christian Edward Cyril. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes (Org.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010. p. 33.

parlamentar pautado na tutela da Coroa⁴⁰². Aí estava a base de formação do Partido Conservador, chamado inicialmente de Partido da Ordem.

A declaração do Deputado exprimia a velha questão que perseguia os pensamentos e ações de muitos políticos brasileiros: “para que havemos de questionar o que é melhor fazer-se, se o aperto das nossas atuais circunstâncias só nos faculta indagar o que se pode fazer?”⁴⁰³. Essa postura ia ao encontro de certa ideia defendida pelo que se convencionou chamar “pai” do pensamento conservador moderno, o irlandês Edmund Burke. Burke argumentava que as liberdades e as restrições variam com os tempos e as circunstâncias, admitindo infinitas alterações e, portanto, não podendo ser resolvidas por uma regra abstrata⁴⁰⁴. Ainda que dificilmente aparecesse o nome do parlamentar Whig (os liberais ingleses), a noção de “circunstancialismo” estava presente no discurso de Vasconcelos, por isso que para servir ao país não se poderia ser “cego e imutável”: num momento cabia lutar contra a autoridade que ameaçava se tornar despótica, em outro, contra a desorganização, talvez em um terceiro, pela liberdade novamente. Não por acaso, em outra ocasião revelou que sua inteligência era “de cera para a verdade”⁴⁰⁵.

As mudanças deveriam ser feitas sem saltos. Não se tratava de se opor ao movimento do século, mas não retrogradar pensando estar avançando, por isso a insistência em não perder de vista o “estado de civilização” do país⁴⁰⁶. Eram tais traços de um pensamento conservador que o aproximavam de Burke. A observação, o estudo, a adoção de uma conduta prudente e a experiência para modificar seus princípios eram qualidades apreciáveis em um estadista. Na boa leitura burkeana, havia-se uma parceria entre os vivos, os mortos e os que ainda iriam

⁴⁰² LYNCH, Christian Edward Cyril. Liberal/liberalismo. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 153. Para o autor, com a morte de D. Pedro I e a ameaça de separatismo das províncias, a ala direita dos moderados se aliou aos antigos realistas e fundou o Partido Saquarema (Conservador).

⁴⁰³ VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Disponível em: <https://projetosaquarema.wordpress.com/category/conservadores-brasileiros/bernardo-pereira-de-vasconcelos/>. Acesso em: 16 ago. 2018. s/p.

⁴⁰⁴ BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França e sobre os procedimentos de certas Sociedades em Londres em relação a esse evento**. v. 1. Rio de Janeiro: s/e, 2012. Disponível em: http://creativecommons.org/publicdomain/zero/1.0/deed.pt_BR. Acesso em: 20 mai. 2016. p. 35. A Imprensa Régia publicou um extrato das Reflexões de Burke em 1812, com tradução e comentários do Visconde de Cairu.

⁴⁰⁵ VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Op. Cit. s/p. Segundo Lynch, em 1790, diante da ameaça dos “novos Whigs” radicais como Thomas Paine e Richard Price, Burke passou a apoiar, contra o próprio Partido, a coalizão Tory (conservadores) que sustentava o governo de William Pitt contra as simpatias de seus correligionários pelo ideário universalista e abstrato da Revolução Francesa. Contudo, os próprios Tories não acharam suas ideias suficientemente comprometidas com a defesa do establishment. Assim, Burke teria criado uma versão conservadora do liberalismo Whig, que tinha muito de circunstancial e de tática. Mudou de terreno sem trocar de campo, permaneceu um Whig. Ver: LYNCH, Christian Edward Cyril. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p. 313-362, 2017. p. 320-321.

⁴⁰⁶ VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 23. Do ensaio introdutório escrito por José Murilo de Carvalho.

nascer⁴⁰⁷. Nesse sentido, sublinhe-se um limite/problema para o conservadorismo no Brasil, o passado colonial recente do qual se tinha pouco para exaltar e muito para ser renegado, embora fosse lembrança (de certa forma, presença) a não ser esquecida.

Era difícil para os conservadores brasileiros respeitarem esse princípio básico, porque implicaria na valorização de um passado de subordinação que, no limite, poderia questionar a preeminência da própria Independência, gerando a necessidade de certo “malabarismo intelectual”⁴⁰⁸ para tratar do processo de emancipação política. Como já aventado, na orientação de Varnhagen esta foi caracterizada como um movimento quase que natural e inevitável da história anterior, ou seja, o 7 de Setembro se constituiu na:

mais segura esperança de que o Brasil constituiria *uma só* nação, salva pela monarquia de tempestades anárquico-socialistas. [...] Nesse dia nasceu a nação, renascendo são e salvo o reino que emancipara el rei D. João VI, o principado que criara D. João IV, o estado que fundara D. João III. Também por todas estas razões devera Portugal festejar este dia, pois de certo que, sem a resolução tomada em 7 de setembro de 1822, não poderia regozijar-se de ver hoje tão próspero, e alimentando em grande parte o seu comércio e marinha mercante, este seu filho, descansando à sombra do sólio bragançino, e seguro, esperamos em Deus, de correr a sorte de outros que... não foram tão afortunados. O Brasil não deveu a D. Pedro a sua emancipação, que essa consumada estava desde 1808, e era impossível retroceder, até em vista do tratado celebrado em 1810 com Inglaterra: deveu-lhe porém a sua *integridade*, e deveu-lhe a monarquia, que foi símbolo de ordem no interior, e de confiança no exterior; e por fim veio até a dever-lhe a dinastia, pela sua abdicação feita muito a tempo para a poder salvar⁴⁰⁹.

Observe-se que o historiador fez uma sequência voltando de D. Pedro I até D. João III, como que estruturando uma linhagem de como foi se constituindo o Império (uma genealogia do Estado), empregando a noção de processo histórico para explicar um episódio da história do país e com isso conferindo sentido ao passado e ao presente, acenando para o futuro do Brasil.

Pela ideia muito difundida à época posterior (ou mesmo anterior) ao 7 de abril de 1831 de um liberalismo moderado, a autoridade e a experiência do passado eram importantes para evitar o risco de desestabilização do equilíbrio sobre o qual se deveria repousar o regime da sociedade. No caso brasileiro, um passado bem próximo: 1822. A verdadeira sabedoria consistiria na observância do binômio moderação/respeito ao primado da lei, para não

⁴⁰⁷ BURKE, Edmund. Op. Cit. p. 55-56.

⁴⁰⁸ RICUPERO, Bernardo. O conservadorismo difícil. In: BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes (Org.). **Revisão do pensamento conservador**: ideias e política no Brasil. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010. p. 78-79. Ricupero fez uma interessante especulação neste texto: se era possível questionar o lugar do liberalismo no Brasil, poder-se-ia fazer o mesmo com o conservadorismo, isto é, estaria ele “fora do lugar”? Ver nota ?.

⁴⁰⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. 438-439. Grifo do autor. Seção LVII: D. Pedro contra as Cortes. É proclamado Imperador.

ameaçar as instituições monárquicas⁴¹⁰. Aprimorar-se-ia as instituições, desde que as reformas se processassem gradualmente e num ritmo marcado pelas circunstâncias históricas a que o país estivesse submetido, respeitando o “estoque de herança” e cuidando para “não inocular qualquer broto alienígena à natureza da planta original”⁴¹¹, na colocação de Burke.

No Brasil, o desafio era harmonizar os princípios abstratos da filosofia política “universal” (conhecidos pelos livros que vinham da Europa) com as circunstâncias particulares e concretas da realidade nacional, conhecidas pela experiência local. Segundo Christian Lynch, o conservadorismo de políticos como Vasconcelos,

não passava por uma defesa do passado colonial, mas por uma proposta mais centralizadora e monárquica de Estado. A autoridade de Burke era invocada principalmente para brecar o cosmopolitismo liberal e as inovações político-institucionais inspiradas na Inglaterra e nos Estados Unidos, responsabilizadas pela incapacidade de debelar as guerras civis que destroçavam o Brasil. As circunstâncias atravessadas pelo país naquela etapa impunham excepcioná-lo do universalismo liberal e aplicar-lhe temporariamente os remédios que dariam origem ao *modelo político do Regresso*, estatista, centralista e interventor. A posição “particularista” de Vasconcelos, justificando a construção de um Estado forte, unitário e regulador, deu o tom do conservadorismo que vigoraria durante a primeira metade do reinado de Dom Pedro II, graças à sua ação e de outros estadistas conservadores, como Eusébio de Queirós, o Visconde de Uruguai e o Marquês de São Vicente⁴¹².

Reconhecendo no Estado forte, centralizado e esclarecido (apartado da sociedade atrasada e que teria condições de promover sua modernização) a fórmula de civilização nacional, o tipo de conservadorismo que prevaleceu pelo menos até a década de 1860 foi o de viés estatista, quando se começou a pensar que, consolidado o Estado, era hora de substituir o modelo regressista por outro, mais liberal, condizente com os imperativos do tempo. Ordem e liberdade foram princípios dominantes no processo político ao longo do Império. Mesmo o sarcástico Timandro, pseudônimo utilizado por Francisco de Sales Torres Homem no talvez

⁴¹⁰ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (Org.). **O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2013. p. 104-121. Burke era bastante citado pelos membros da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência (1831-1835), associação que reuniu muitos liberais em suas variadas alas.

⁴¹¹ BURKE, Edmund. Op. Cit. p. 20-21.

⁴¹² LYNCH, Christian Edward Cyril. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p. 313-362, 2017. p. 332-334. Grifo do autor. Para Lynch, a despeito da polissemia do conceito de conservadorismo, os políticos brasileiros não somente leram Burke, como se apropriaram de seu pensamento levando em conta as diferenças entre a sociedade brasileira e a britânica e as agendas de seus tempos, revelando a complexidade do conservadorismo brasileiro, dividido entre ilustrados e pragmáticos, Tories e Whigs, abolicionistas e escravistas, estatistas e liberais. Portanto, um conservadorismo caleidoscópico. Dito isto, tudo indica que não houve um único conservadorismo, mas vários que se pode aludir pelas denominações de reformismo ilustrado (Visconde de Cairu), depois conservadorismo estatal (Vasconcelos), conservadorismo culturalista (José de Alencar) e, por fim, liberalismo conservador (Joaquim Nabuco), todos com um traço comum: a defesa da mudança sem subversão. No Brasil, uma tradição burkeana tinha de ser flexível e só poderia partir de uma apropriação problemática.

mais incendiário panfleto do Segundo Reinado, “O Libelo do Povo” (1849), queria reformar e regenerar o Brasil “por meios regulares e tranquilos”⁴¹³, apoiando a solução da conciliação. Cumpria, então, respeitar a letra da Constituição e obstar a revolução.

Apesar de surgirem em lugares determinados, os conceitos tendem a apresentar uma operacionalidade diversa quando transpostos para sociedades diferentes. Assim, o liberalismo no Brasil se deu em seus próprios termos. Não é o propósito deste trabalho discutir se as ideias estavam ou não “fora do lugar”, mas fornecer alguns elementos da complexa e dinâmica relação entre a retórica liberal de inspiração europeia e sua prática no Império.

A opção pelo liberalismo europeu como fonte de inspiração para levar a cabo os projetos foi feita com vistas a conseguir a unidade e a estabilidade política no Brasil. Nesse sentido, a Monarquia constitucional nascida em 1822 se mostrou a alternativa mais acertada, posto se atribuir a instabilidade dos demais países latino-americanos à forma republicana de governo, e ainda haveriam a Constituição e o Parlamento para conter algum excesso do monarca. O temor de episódios como a Revolução Francesa e a revolta de escravos no Haiti gerava desconfiança tanto com relação ao Absolutismo monárquico, quanto a levantes populares, assim, era preciso substituir as instituições coloniais por outras mais adequadas a um país independente, restringir o poder do Imperador e manter o povo sob controle⁴¹⁴.

Segundo Alfredo Bosi, na construção do Brasil como Estado autônomo atuou de modo eficaz um ideário de fundo conservador, um complexo de normas jurídico-políticas capazes de garantir a propriedade fundiária e escrava até seu limite possível. Ao radicalismo apresentado por alguns grupos locais que fizeram espocar revoltas provinciais principalmente entre 1831 e 1840, opôs-se um liberalismo moderado⁴¹⁵. A relação teoria/prática liberal guardava suas singularidades. Enquanto a teoria pressupunha o mercado livre com a utilização de mão-de-obra livre e assalariada, a estrutura socioeconômica brasileira era assentada na escravidão, constituindo um paradoxo. Como já comentado, a Constituição de 1824 sancionou a escravidão sem fazer menção ao nome escravo. Porém, a leitura escravista do liberalismo

⁴¹³ HOMEM, Francisco de Sales Torres. Op. Cit. p. 112.

⁴¹⁴ COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit. p. 133-134. A tese das “ideias fora do lugar” tornou-se famosa após ensaio introdutório formulado por Roberto Schwarz em “Ao vencedor as batatas”, 1977. Interpretação oposta lê-se em Maria Sylvia de Carvalho Franco, “As ideias estão no lugar”, 1976. A leitura brasileira se ajustava à realidade de um Império que pretendia se estruturar segundo o modelo político liberal, todavia assentado sob uma base que não guardava vínculos com ele. Sobre esse assunto, ver: MARSON, Isabel Andrade. Antigo regime, feudalismo, latifúndia, servidão, escravidão: diálogos entre antigos e modernos na argumentação sobre “inconclusão” da nação liberal no Brasil (séculos XIX e XX). **Revista de História**, São Paulo, p. 165-186, 2010; PRADO, Maria Emília. Ordem liberal, escravidão e patriarcalismo: as ambiguidades do Império do Brasil. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (Org.). **O liberalismo no Brasil imperial**: origens, conceitos e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2013.

⁴¹⁵ BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: _____. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 195-196.

praticado no Brasil apontava para a ausência de incompatibilidade/contradição essencial entre a manutenção/coexistência da escravidão africana e o modelo político que se pretendia liberal. O sentido mais profundo do liberalismo no Império se deu na construção da dominação e consolidação da hierarquia social, numa sociedade baseada no trabalho escravo, todavia inserida no amplo cenário da produção de mercadorias⁴¹⁶. Com o mesmo braço escravo o país fazia parte do comércio mundial.

Não era tanto que as ideias estivessem “fora do lugar”, o liberalismo operava descartando as conotações que não coadunassem com as “particularidades” da nova nação, tornando historicamente possível uma linguagem ao mesmo tempo liberal e escravista⁴¹⁷, dentro das condições presentes.

Na síntese de Lúcia Bastos Neves, o país era:

uma monarquia constitucional que continuava a ser aliada à Igreja, colocada doravante a seu serviço, pois à falta de uma ideologia da nação, ainda se fazia necessária a doutrina cristã para reunir os indivíduos em um corpo social; uma sociedade em que reinavam os homens ilustrados, cujo papel era o de orientar a opinião pública; uma liberdade que não ultrapassasse os direitos alheios e uma igualdade que se restringisse ao plano da lei⁴¹⁸.

Em outras palavras, o liberalismo no Brasil das primeiras décadas do Oitocentos padeceu de limites profundos estabelecidos pelas dimensões restritas da esfera propriamente pública.

Um dos grandes embates da época revelava a dicotomia:

motor da civilização era a luta entre a unidade, a monarquia, o governo, a autoridade ou a ordem, de um lado, e a pluralidade, a democracia, a sociedade, a liberdade ou o progresso, de outro, era o pano de fundo que orientava os grupos políticos para interpretar o funcionamento do governo parlamentar, do bipartidarismo e do papel da Coroa em torno de um consenso mínimo. Sua alternância no poder era fundamental para que a resultante dessa dialética fosse o progresso dentro da ordem⁴¹⁹.

Se Democracia era frequentemente identificada com anarquia e a ordem com a unidade, o governo tendeu para esta última, na linha do que o jornalista conservador Justiniano José da Rocha, autor do famoso panfleto “Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil” (1855), denominou “progresso conservador”:

⁴¹⁶ PIÑERO, Théo Lobarinhas. Os projetos liberais no Brasil Império. **Passagens, Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, n. 4, mai./ago. 2010. p. 149.

⁴¹⁷ BOSI, Alfredo. Op. Cit. p. 211.

⁴¹⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (Org.). **O liberalismo no Brasil imperial**: origens, conceitos e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2013. p. 100.

⁴¹⁹ LYNCH, Christian Edward Cyril. Liberal/liberalismo. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 154.

entrou em todos os espíritos a convicção da improficuidade da turbulência, as paixões refrearam o seu ardor, puseram silêncio a suas exigências, retiraram as suas ameaças, então cessou naturalmente a aversão e o divórcio e, sob o pregão do progresso conservador, apareceu a época da transação⁴²⁰.

Segundo Rocha, “na luta eterna da autoridade com a liberdade, há períodos de ação; períodos de reação, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano e se firma a conquista da civilização”⁴²¹. Por essa cronologia, o período em que Varnhagen redigiu o *Memorial orgânico* fez parte da “Reação”, que se estendeu de 1836 a 1852, e que se distinguiu pela luta da reação monárquica, acabando pela Maioridade e abrindo caminho para o domínio do princípio monárquico. Para Varnhagen, só um poder central forte seria capaz de garantir a unidade e a integridade do Império, face ao perigo desagregador do provincialismo. Posição idêntica adotava Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai, para quem as medidas centralizadoras se justificavam pela necessidade de se defender a unidade territorial e neutralizar o poder das facções locais em suas lutas políticas⁴²². O Estado forte e centralizado era a base necessária à própria existência da nação e o *bairrismo* um verdadeiro entrave.

Para o Visconde do Uruguai,

Como governo, o Poder Executivo aplica por si só e diretamente as leis de ordem política. Como tal é o promulgador e o executor das leis, por meio de regulamentos e providências gerais; é o encarregado e o depositário do pensamento político, e da direção moral dos interesses gerais da Nação, e das suas relações com as outras. Como administrador, o Poder Executivo, não aplica, nem lhe é possível aplicar, por si só e diretamente, as leis da ordem administrativa, mas sim por meio de um complexo de agentes de ordens diversas, disseminados pelas diferentes circunscrições territoriais. Esta aplicação pode ser feita, até certo ponto e com vantagem, por autoridades eletivas. A administração é portanto a ação vital do Poder político e o seu indispensável complemento⁴²³.

O poder político era a “cabeça” e a administração o “braço”, já que, servindo-se da administração, o poder político faria prevalecer o seu sistema, dando aos serviços públicos um

⁴²⁰ ROCHA, Justiniano José da. Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES JR., Raimundo. **Três Panfletários do Segundo Reinado**. Academia Brasileira de Letras, 2009. p. 201.

⁴²¹ Ibid. p. 159. Os momentos: Ação - Luta (1822-1831/primeiro período), caracterizada pelas lutas pela Independência até a Abdicação; Ação – Triunfo (1831-1836/segundo período), reformas descentralizadoras efetuadas pelos liberais no início das Regências; Reação (terceiro período), mencionado no texto; Triunfo monárquico (1840-1852/quarto período); Transação (1852-1856/quinto período), fase de consolidação do poder.

⁴²² FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império**: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1999. p. 172.

⁴²³ SOUSA, Paulino José Soares de. **Ensaio sobre o Direito Administrativo**. TOMO I. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1862. p. 17. Capítulo: Diferenças e relações entre o Direito constitucional ou político e o Direito. Diferenças entre governo e administração.

impulso em harmonia⁴²⁴. A esfera política se constituía num espaço parcial, logo, suscetível às conveniências pessoais, ao passo que no terreno administrativo, neutro, residiriam as garantias dos direitos dos cidadãos frente o arbítrio do campo político⁴²⁵. Descentralizar o poder seria o princípio da anarquia e do fim do único órgão capaz de garantir os direitos individuais, daí a defesa da centralização num país que, sem a tradição do autogoverno, a política era um mundo desvirtuado e sujeito às lutas de facções preocupadas apenas com seus interesses.

Colocando a reflexão de Uruguai em perspectiva, observe-se a afirmação de Varnhagen no manuscrito *Da administração pública*, nunca publicado por ele:

[...] sendo o poder supremo a vontade social representada na cabeça é a administração o braço que executa, e suas funções compreendem o cumprimento das leis enquanto ao governo compete juntamente com o cuidado das melhoras, que são o fim e a condição de toda a reunião de homens civilizados⁴²⁶.

Separados por cerca de vinte anos, não deixa de ser curioso que Varnhagen tenha utilizado até a metáfora da *cabeça* e do *braço* para se referir ao poder político e à administração, respectivamente, em redação semelhante ao disposto pelo Visconde do Uruguai no “Ensaio sobre o Direito Administrativo” (1862). Confirma, no entanto, que desde muito cedo estava alinhado com o pensamento que caracterizava os conservadores brasileiros, entre os quais Uruguai fora uma figura de proa.

⁴²⁴ Ibid. p. 18.

⁴²⁵ FERREIRA, Gabriela Nunes. Op. Cit. p. 71. Fazendo um comparativo entre os modelos políticos americano e francês (escolhendo este como mais apropriado) para pensar o Brasil, tanto Tavares Bastos quanto o Visconde do Uruguai enxergavam o self-government como fonte de educação cívica, de virtudes públicas e de liberdade, contudo, divergiam a respeito de sua aplicação, tomando como pressuposto a história do Brasil. Enquanto Uruguai defendia que o principal entrave ao autogoverno no Brasil provinha do “caráter nacional”, isto é, da falta de educação cívica do povo, além de atribuir uma boa parcela de “culpa” ao empecilho causado pela experiência descentralizadora das Regências, o liberal Tavares Bastos entendia que o problema maior não estava ligado à herança colonial e sim à adoção de um sistema de organização que impossibilitava a superação do atraso do Brasil. O progresso do país havia sido engolido pela reação centralizadora de fins da década de 1830 e na década seguinte. Uruguai e Tavares Bastos eram leitores de Tocqueville, teórico importante nos argumentos de ambos para o debate acerca da centralização ou da descentralização do poder no Brasil, em especial o Tomo I de “A democracia na América”. A leitura de Tocqueville feita por Tavares Bastos era para fundamentar sua proposta de Monarquia federativa, concedendo maior autonomia às províncias, além de enfatizar as leis como elemento capaz de moldar o caráter nacional e mudar o destino do país, dotando-o da capacidade de se autogovernar. Relacionava descentralização administrativa, espírito cívico e manutenção da liberdade, por isso defendia a realização de reformas no sistema monárquico, não seu fim. O Visconde do Uruguai partia da distinção elaborada por Tocqueville entre centralização política, em que o poder de dirigir os interesses comuns a toda a nação estava concentrado nas mesmas mãos e centralização administrativa, pela qual o poder de dirigir os negócios estava distribuído a certas partes da nação. Também exaltava as instituições municipais, para ele os mais importantes corpos secundários, e não as províncias como acreditava Tavares Bastos.

⁴²⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Da administração pública*. In: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. “**Memória da administração pública**” de Francisco Adolfo de Varnhagen. Edição de texto. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. fl. 4v.

Por essa ótica, “o poder fraco guardava relação com a descentralização, política e administrativa; o poder forte estava relacionado à centralização”⁴²⁷, neutralizando os conflitos e as forças internas de ação desagregadora. De fato, no início do Segundo Reinado foi aprovada a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840), restabeleceu-se o Conselho de Estado, braço direito do Imperador, e foi reformado o Código do Processo Criminal (1841), a polícia e a distribuição dos empregos retornaram para a alçada do poder central. Em 1850, a Justiça e a Guarda Nacional voltaram a ser administradas pelo Ministro da Justiça. Ou seja, foram revisadas as principais medidas tomadas durante o período regencial, visando a centralizar o que havia sido descentralizado e com isso ampliaram-se os poderes reais.

O discurso saquarema absorveu o discurso monarquiano que o precedera e sua interpretação das instituições constitucionais. A defesa da ordem era também a defesa da legalidade, tendo como elementos fundamentais desse modelo político-institucional o parlamentarismo tutelado e a centralização política⁴²⁸.

No tocante aos interesses comuns a todas as partes da nação (como a formação das leis gerais e as relações do povo com os estrangeiros) e nos interesses específicos de certas partes desta, Uruguai distinguiu, como Tocqueville, duas espécies de centralização: governamental e administrativa. Seguindo com o teórico francês, concentrar em um mesmo lugar ou mesma mão o poder de dirigir aquele primeiro grupo correspondia à centralização governamental, já a mesma concentração para dirigir os interesses particulares se chamaria centralização

⁴²⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit. p. 194. Uma tese mais recente sobre a formação do Estado Nacional brasileiro é a de Miriam Dolhnikoff. Para a autora, a unidade de todo o território da América lusitana sob a hegemonia do governo do Rio de Janeiro foi possível não pela neutralização das elites provinciais e pela centralização, mas pela implementação de um arranjo institucional por meio do qual essas elites se acomodaram, contando com autonomia significativa para administrar suas províncias e, ao mesmo tempo, obter garantias de participação no governo central através de representações na Câmara dos Deputados. Desse modo, as elites provinciais tiveram papel decisivo na construção do novo Estado e na definição de sua natureza, participando ativamente das decisões políticas, fosse na sua província, fosse no governo central. A vitória do pacto federativo teria se dado com as reformas implementadas logo após a abdicação de D. Pedro I, em especial o Ato Adicional de 1834 durante a Regência de Diogo Antônio Feijó. Essa nova legislação dividiu as competências tributária, legislativa e coercitiva entre províncias e centro, advindo daí a autonomia provincial sem, contudo, colocar em risco a unidade nacional e a construção do Estado. O arranjo institucional caracterizou-se, então, pela união de dois elementos principais. O primeiro era decorrente das transformações institucionais realizadas pela implantação do Ato Adicional que quando dividiu, por exemplo, as competências legislativas, as cobranças dos tributos, os mecanismos de coerção, a criação e manutenção de uma força policial e o controle dos empregos aos níveis provincial e municipal, entre centro e províncias, deu a essas últimas uma efetiva autonomia com relação a itens importantes na agenda de funcionamento do Estado. A descentralização que o Ato garantia não teria afetado a centralização política, cuja preservação se valia no fato de um governo não interferir na órbita de ação do outro. Atuando principalmente na reforma jurídica, as medidas do chamado Regresso Conservador dos anos 1840 não teriam derrubado essa estrutura montada pelos liberais desde as Regências, fazendo do pacto federativo o vencedor da “disputa” travada pós-1831, que atravessou todo o Segundo Reinado, perpetuando-se com a Proclamação da República em 1889. Ver: DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2005. p. 14-21.

⁴²⁸ LYNCH, Christian Edward Cyril. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes (Org.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010. p. 44-48.

administrativa. Esses dois tipos de centralização prestariam um auxílio mútuo, atraindo-se reciprocamente, ainda que não se pudesse fixar que fossem inseparáveis.⁴²⁹ Seria possível combinar centralização política com descentralização administrativa, por exemplo, posição pela qual não tinha simpatia Varnhagen, para quem “Sem administração subordinada não há governo, porque não poderá expedir ordens, e só quando muito dar conselhos”⁴³⁰.

Em um aspecto desse debate e declarando que onde estivesse verdadeiramente a mola do poder, lá estaria a administração, Varnhagen classificou tanto a centralização excessiva (identificada com um governo absoluto) como a descentralização (identificada como republicanismo) como *viciosas*. A primeira por impedir os povos de tomar parte no manejo de seus negócios e a segunda, porque negaria ao governo intervir e dirigir convenientemente para o melhor serviço do Estado. Afirmou que:

A razoável centralização administrativa é o instinto da nacionalidade [...]. Nela está a independência do território, a autoridade do governo, e a liberdade dos povos. Porque não é a centralização despótica a que convém às nações, senão a atração e conseguinte convergência dos esforços no sentido da utilidade comum. [...] O governo central não há de ser invasor, porém deve ter a suficiente autoridade para evitar e corrigir os abusos de todos os funcionários administrativos, qualquer que seja sua procedência ou delegação⁴³¹.

Centralizar seria importante até para impedir os excessos de uma *improvisação* desastrosa. Acreditava que governo forte, centralização e ordem estavam intimamente relacionados à conquista da civilização e da moralidade, por isso “buscar liberdade é preparar ordem; desejar um povo moral é desejá-lo organizado com um governo forte; e querer governo forte, é desejá-lo central”⁴³², para o estabelecimento de um equilíbrio das forças sociais. Também não se mostrou simpático à relativa autonomia conferida às províncias pelo Ato Adicional, via como uma consequência de certa mania de imitar os Estados Unidos. Em sua opinião, a amplitude do poder político deveria estar acompanhada de uma administração centralizada, pois não tinha cabimento uma nação politicamente unitária com administração fracionada.

Crítico aberto da centralização e grande nome do pensamento federalista no Império, Tavares Bastos denunciou nas suas “Cartas do Solitário” (1862) que o Rio de Janeiro olhava

⁴²⁹ TOCQUEVILLE, Alexis de. Op. Cit. p. 98. Seção: Dos efeitos políticos da descentralização administrativa nos Estados Unidos. Para o autor, somada à centralização administrativa, a centralização governamental teria uma força imensa. Assim, em algum momento, poderiam se confundir, porém, seria tarefa mais fácil distingui-las se levado em conta os objetos particulares no domínio de cada uma.

⁴³⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 69. Manuscrito, fl. 8v.

⁴³¹ Ibid. p. 82. Manuscrito, fl. 13v-17v.

⁴³² Ibid. p. 83. Manuscrito, fl. 18.

para as províncias, principalmente as do Norte, com o mesmo olhar que Lisboa lançou ao Brasil Colônia. Sobre a administração daquelas, ressentia-se dos:

Maus presidentes, e de seis em seis meses um novo; magistrados políticos, funcionários ignorantes; afilhadagem, patronato, escândalo, imoralidade, tirania, abusos, delongas e dependências para todos e os menores negócios, eis o que as províncias recebem da Corte. Se não houvesse nelas uma convicção profunda de que, ainda assim, sempre é melhor viverem unidas no seio a paz interna, do que desunidas, na anarquia, eu não sei o que sustentaria a integridade do Império⁴³³.

Tavares Bastos via na “gente do governo” o que havia de pior no Brasil, pois o governo central ignoraria sua missão, que era exatamente a das províncias. O melhor governo seria o que se imiscuísse menos no que era próprio da atividade individual (direitos civis, indústria, ciências, artes, letras), devendo ser zeloso, ilustrado, moralizado, o que não acontecia. No Brasil, do ponto de vista das províncias, dizia estar tudo por se fazer.

Enumerar alguns aspectos da política no Império é importante para entender essa dinâmica. Um primeiro elemento seria a questão eleitoral. A eleição ocorria em duas etapas, primeiro os “votantes” escolhiam os “eleitores” que, por sua vez, elegiam Deputados e Senadores, estes últimos em lista tríplice cuja escolha final, geralmente do mais bem votado, era feita pelo Imperador. Destaque-se o caráter censitário do processo, que numa sociedade de minoria proprietária e maioria despossuída resultava em exclusão dos que não tinham renda suficiente e muitas vezes sequer entendiam o que se tratava nas sessões parlamentares. A participação popular era limitada, mulheres e escravos não votavam. Homens com renda a partir de 100 mil-réis por ano, proveniente de propriedade ou emprego, tinham direito ao voto nas eleições primárias (“votante”), o que não era um valor alto para quem tivesse um emprego público, por exemplo. Para ser “eleitor”, a renda era o dobro, para ser eleito, muito maior. Aos eleitores, acrescente-se o risco de sofrer algum tipo de violência, inerente à prática eleitoral do período, de resto, as fraudes e a dependência dos políticos com relação às elites provinciais, que detinham o poder local e podiam apoiar ou não os candidatos do partido do Presidente de Província (este nomeado pelo Imperador). Segundo Emília Viotti da Costa, em 1836, por

⁴³³ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **Cartas do Solitário**. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975. p. 226. Carta XXVIII: Razões políticas para a abertura do Amazonas. O sistema colonial. As colônias inglesas. As províncias do Brasil. Pretendendo lançar no país as bases de uma ampla reforma política e econômica, Tavares Bastos publicou 30 cartas no Correio Mercantil do Rio de Janeiro, entre 1861 e 1862, assinadas apenas por um “Solitário”. Os temas das cartas eram justamente os que empolgavam os liberais naquele momento em que a Liga Progressista prometia um ciclo de reformas, em grande parte malogradas: no campo da política, a descentralização e a reforma administrativa; no campo da religião, a separação da Igreja e do Estado e a liberdade de culto; no regime de trabalho, a libertação dos cativos; no campo do comércio, a liberdade de navegação e a abertura de rios navegáveis. Eram, portanto, uma síntese das bandeiras levantadas pelos progressistas, uma suma do liberalismo brasileiro, do qual ele era um expoente.

exemplo, num universo de 3 milhões de pessoas, menos de 6 mil votaram nas eleições que deram a vitória aos políticos que marcaram o início do Regresso⁴³⁴.

Ainda assim, e mesmo retrocedendo em relação à legislação que regeu as eleições para a Assembleia Constituinte do ano anterior, a Constituição brasileira de 1824 era uma das mais liberais da época, estipulando o direito ao voto nas eleições primárias para homens com idade mínima de 25 anos, exceto casados, oficiais militares, bacharéis e clérigos, para quem o limite era de 21 anos (metade da população masculina votava). Apesar de muita discussão, até a reforma de 1881 os analfabetos podiam votar, bem como os libertos, e o voto era obrigatório. Com essa reforma foi diminuída a participação popular, na contramão de outros países que estavam ampliando-a.

Como um segundo aspecto, a instabilidade dos Gabinetes e a divisão interna dos Partidos em alas mais moderadas, mais “exaltadas” ou mais “linha dura”. Para se ter uma ideia, nos 49 anos de governo de D. Pedro II foram montados 39 Gabinetes ministeriais. Ao todo, os conservadores estiveram 26 anos no poder e os liberais, 13 anos. Destaque-se também que nem sempre se respeitou a fidelidade partidária, se no início das Regências os liberais foram se tornando cada vez mais conservadores, na segunda metade do século cresceu o número de ex-conservadores a engrossarem as fileiras liberais, como Nabuco de Araújo, Cansanção de Sinimbu e o Marquês de Olinda. Alguns conservadores moderados e liberais se juntaram para formar a Liga Progressista de 1864, mais radical e que dava vazão aos descontentamentos com o domínio do Partido Conservador. Um bom exemplo do sentido contrário foi Sales Torres Homem, que saiu do Partido Liberal e em algum tempo discursava na tribuna como ex-Timandro e atual Visconde de Inhomirim, a propósito, única inscrição em sua lápide.

É preciso sublinhar, todavia, que apesar de ambos os Partidos terem diferenças em seus programas, não eram profundas o bastante para impedir uma política de conciliação quando a gravidade do momento exigisse. De qualquer forma, representavam interesses semelhantes, estando mais ou menos ligados ao setor agrário interessado na conservação da terra e da escravidão, temas caros, dos quais procuraram “fugir” por um tempo considerável.

Entre 1853 e 1857, funcionou o Gabinete da Conciliação, inicialmente chefiado por Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, e enfraquecido após sua morte em 1856. A ideia era marcar uma trégua e exercer uma política neutra que colocasse os interesses nacionais acima da causa partidária. José Honório Rodrigues afirmou que a missão do

⁴³⁴ COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit. p. 145-152.

Ministério não era destruir “influências que se fundavam na grande propriedade e na riqueza, mas aproveitá-las no interesse público e, se eram exageradas, corrigi-las, neutralizá-las, retificá-las das suas exagerações”⁴³⁵. Homens como Carneiro Leão e Luís Alves de Lima e Silva, então Marquês e futuro Duque de Caxias, acomodaram para salvar o que consideravam essencial: a unidade e a integridade do país. O Gabinete conciliou as diferenças entre os Partidos, afinados com a minoria detentora do poder, mas não trabalhou propriamente para ceder algo mais ao povo, que permaneceu afastado das instâncias máximas de decisão. A política sustentada no discurso da justiça e da moderação pouco contribuiu para diminuir a distância entre o poder e a sociedade, aliás, nem era mesmo seu objetivo. Situações como essa ensejavam a reprodução de um ditado muito conhecido no século XIX, e um tanto exagerado, segundo o qual nada se assemelhava mais a um saquarema do que um luzia no poder.

Por fim, os próprios programas políticos dos dois Partidos. Grosso modo, o Partido Liberal defendia o Federalismo, favorecendo a autonomia local, opunha-se à vitaliciedade do Senado e a intromissão do governo na economia, exigia a abolição do Poder Moderador e do Conselho de Estado, era favorável ao comércio livre, à liberdade de expressão e de culto, e ao princípio segundo o qual o rei reinava, mas não governava. Por seu turno, o Partido Conservador era a favor da centralização, da permanência do Poder Moderador, do Conselho de Estado, da vitaliciedade do Senado e da religião católica como religião do Estado⁴³⁶. Também contrariamente aos opositores, numa frase atribuída ao Visconde de Itaboraí, partiam do princípio de que no Brasil, o rei reinava, governava e administrava.

Conforme Armelle Enders, quatro linhas mestras orientaram os procedimentos da obra de Varnhagen: o catolicismo, o enraizamento português do Brasil, a defesa da integridade do Império e a Monarquia como horizonte histórico único⁴³⁷. Por ora, tratarei desta última.

De suas ideias se poderia dizer que eram afinadas com um conservadorismo liberal, taxá-las de reacionárias configuraria exagero. Segundo o “Dicionário” de Moraes Silva de

⁴³⁵ RODRIGUES, José Honório. A política da conciliação: história cruenta e incruenta. In: _____. **Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 63. Sobre a Liga Progressista, sua dissolução ocorreu em 1868, pelo Imperador, quando derrubou o Gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcelos, principal chefe da Liga. Assumiu o conservador Visconde de Itaboraí.

⁴³⁶ COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit. p. 159. A denominação “luzias” dada aos liberais estava articulada a significativa derrota que estes sofreram frente às tropas conservadoras lideradas pelo Barão de Caxias no combate de Santa Luzia, em Minas Gerais, em 1842. Após este episódio, os conservadores passaram a chamá-los de luzias em alusão à derrota. Mais tarde, quando de sua liderança no poder entre 1844 e 1848, os liberais retribuíram a “gentileza” difundindo o termo saquarema para se referir aos conservadores. Ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 104-105. A frase é atribuída ao conservador pernambucano Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Albuquerque.

⁴³⁷ ENDERS, Armelle. O império da história: as instituições culturais, desde D. Pedro II até a República. In: _____. **Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 98. As duas primeiras linhas já foram discutidas e a terceira será tratada com mais vagar no próximo capítulo.

1890, edição na qual o significado político do conceito foi mais bem trabalhado, conservador era aquele que conserva alguma coisa, seguido de referência ao Partido Conservador (qual seja), que seria “o que se opõe ao partido inovador ou revolucionário, defendendo o estado atual das instituições; diverge do partido reacionário, o qual quer ver de novo proclamado o antigo regime”⁴³⁸. Atente que o dicionarista efetuou uma diferenciação entre conservador e reacionário. Varnhagen, como o Visconde de Cairu em 1822, não se colocava como inimigo da mudança, mas da revolução. Para Cairu, as revoluções eram “como os terremotos: tudo arruinam e nada reparam”⁴³⁹, no final, a cena seria renovada, mudando unicamente os atores.

Ao analisar o moderno conceito de revolução, Koselleck destacou que o mesmo foi, inicialmente, um conceito físico-político, passando pelo campo da astronomia até chegar ao vocabulário político. De acordo com sua etimologia, revolução se referia a um movimento cíclico, de retorno a situações anteriores. Desde a Revolução Francesa, todavia, adquiriu possibilidades semânticas flexíveis, tornando comum a distinção entre revolução política, social ou industrial, passando a ser aplicado para acontecimentos a longo prazo, ou eventos repentinos (comoções), e conduzindo a um futuro ainda desconhecido, a ser dominado pela política⁴⁴⁰. Nesse âmbito, os Dicionários de Moraes Silva, Silva Pinto e Eduardo de Faria em sucessivas edições trouxeram o vocábulo com definições relativas à astronomia.

Em 1859, Faria apresentou revolução como o “ato de revolver, giro na órbita: dos astros, planetas, giro inteiro do planeta na sua órbita: - *dos humores*, movimento violento”, contudo, seguiu com um significado que a este trabalho interessa mais de perto: “*política*, mudança violenta na forma de governo”⁴⁴¹. Interessa porque, com personalidades como Vasconcelos, Visconde do Uruguai e José Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente), Varnhagen compartilhava uma aversão às mudanças bruscas, isto é, revoluções (ou movimento análogo), o que não significava ser contrário à inovação, e sim à aceitação de

⁴³⁸ SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. v. I. Rio de Janeiro: Empresa Literária Fluminense, 1890. p. 521.

⁴³⁹ Apud LYNCH, Christian Edward Cyril. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p. 313-362, 2017. p. 328-329. Lynch alertou que a defesa da Monarquia e da centralização política por parte de Cairu não pode ser assimilada a uma pura defesa do status quo, ele vinculava a defesa daquelas instituições à necessidade de civilizar o país e abolir a escravidão. Aclimatando os argumentos e teorias de Adam Smith e Burke, adaptava de forma pragmática o liberalismo britânico à realidade brasileira.

⁴⁴⁰ KOSSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 62-69. Para Koselleck, revolução se tornou um coletivo singular, concentrando em si as trajetórias de todas as revoluções particulares. Assim, separou-se completamente de sua origem natural e passou a objetivar o ordenamento histórico das experiências de convulsão social, “tornando-se um princípio regulador tanto para o conhecimento quanto para a ação de todos os homens envolvidos na revolução. O processo revolucionário e a consciência da revolução, despertada por esse mesmo processo e sobre ele retroagindo, tornam-se desde então inseparáveis”.

⁴⁴¹ FARIA, Eduardo de. **Novo dicionário da língua portuguesa seguido de um dicionário de sinônimos**. v. 2. 4. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E C., 1859. p. 1071. Grifo do autor.

mudanças traumáticas. Também adotou uma posição antidemocrática, não vendo na escolha popular o melhor instrumento para se alcançar o bem-comum, mas fazer as “modificações que a experiência tivesse mostrado essenciais”⁴⁴². A falta de instrução da maior parte da população era um empecilho para uma ampliação do sufrágio, assim, propôs a criação de uma Universidade, a difusão do ensino, objetivando a “igualdade de educação de todos os súditos”⁴⁴³, como expressou em carta ao Imperador. Novamente ao monarca, escreveu que as eleições diretas eram as *piores*, já as tinha visto em Portugal e Espanha, seria melhor não deixar “votar ninguém que não soubesse ler e escrever”⁴⁴⁴, o que serviria até como incentivo para as gerações futuras estudarem.

No *Memorial orgânico* e no conjunto de seus trabalhos se inclinou para ideias conservadoras, como um liberal formado na primeira metade do século. Endossou a opinião dos regressistas, defendendo a regra constitucional, atitude comum também na Europa da época. Ou seja, os fundamentos de suas posições estavam no pensamento político a partir do Regresso ou na década anterior, da Assembleia Constituinte, semelhante ao papel das ideias liberais que circulavam na Europa pós-Restauração, com um Estado mantenedor do status quo nos planos social e político⁴⁴⁵.

Como as estruturas não se organizam segundo a estrita sucessão de eventos passados, implicando maior duração e estabilidade, e se alterando em prazos mais longos⁴⁴⁶, a situação do Brasil era propiciada por sua própria formação histórica, com um recentíssimo passado colonial, poucas instituições públicas e grandes contingentes populacionais marginalizados.

A preocupação com a unidade nacional e seu oposto, a fragmentação, levava o historiador a rejeitar o Federalismo e o paralelo com os Estados Unidos. Manifestou-se a favor do sufrágio censitário, do afunilamento da representação política, concentrando-a na propriedade rural, no comércio e na alta burocracia, daí o censo alto para o alistamento eleitoral em eleições indiretas (reduzir a *chusma de votantes*), mas defendia o voto secreto⁴⁴⁷.

⁴⁴² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 281. Carta de 18 de abril de 1861.

⁴⁴³ Ibid. p. 246.

⁴⁴⁴ Ibid. p. 281. Em carta ao IHGB, referiu-se ao “povo, amigo da maledicência”. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Carta escrita ao Secretário do Instituto em 1846 em aditamento ao Juízo, sobre o Compêndio da História do Brasil, publicado no n. 21 da Revista (T. 6. p. 60). **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XIII, jan./mar. 1850. p. 401. A Democracia não gozava da popularidade que desfrutava atualmente.

⁴⁴⁵ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 85-87.

⁴⁴⁶ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit. p. 135.

⁴⁴⁷ LACOMBE, Américo Jacobina. As ideias políticas de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 275, p. 135-154, abr./jun. 1967. p. 150. Para Lacombe, a formação do autor em Portugal foi eivada de pombalismo, daí a má vontade com os jesuítas e os regulares em geral, ainda que cristão e crente na justiça divina. Recuava diante de ideias mais arrojadas. Como citado em outro momento, achava Herculano *meio socialista*, chegando a insultar o

Sua formação monárquica era liberal, até pela formação cultural que teve em Lisboa. Era de todo antipático ao despotismo. Para ilustrar, podem-se recordar episódios de sua trajetória pessoal como o fato de ter lutado nas tropas portuguesas em favor da legitimidade de D. Maria da Glória (filha de D. Pedro), contra D. Miguel, e a incompatibilidade aguda que ocorreu em sua curta estadia no Paraguai de Carlos Antonio López, tão logo nomeado Ministro Residente e transferido para tal República em 1859. As impressões que teve de López em visita ao palácio do governo apareceram em carta ao Imperador de 18 de agosto desse ano. No ano seguinte já voltara ao Rio de Janeiro e em 1861 seguiu para a Venezuela.

Ao longo da correspondência é perceptível que desde a juventude se definiu como constitucionalista representativo e parlamentarista. Em carta ao Visconde do Uruguai, falou da boa impressão que se tinha na Espanha a respeito do Brasil como país que marchava “bem com o governo representativo com o parlamentarismo na essência”⁴⁴⁸, mesmo que fosse um Parlamento “sem povo”. Por tudo isso, foi um intérprete qualificado do projeto político conservador que definiu o Estado imperial brasileiro, privilegiando aspectos essenciais como o Estado forte, centralizado, construtor da nação, com um papel político e de organização social, e a constituição de uma nação branca (europeia)⁴⁴⁹.

Em sua visão, a Monarquia constitucional não só procurava evitar os inconvenientes dos governos absolutos e também dos democráticos, como ao avaliar a situação das Repúblicas vizinhas e as disputas entre os caudilhos para assumir o poder, desejava vê-las *abraçarem* a Monarquia. Trabalhando como diplomata, preocupava-o a imagem do Brasil monárquico junto àqueles países. Nesse campo, seu pensamento se aproximava muito do disposto pelo futuro Marquês de São Vicente (outro saquarema ilustre) no “Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império” (1857), obra pioneira da análise constitucional no Brasil, para quem:

Certamente, a forma de governo que preferimos é a mais elevada, filosófica e apropriada às necessidades e porvir do Brasil; ela reúne em si todas as garantias, oferece a estabilidade e promete as maiores vantagens que um povo pode aspirar.

Evitando assim a mobilidade do poder, assentou os destinos da sociedade sobre base certa, firme, não disputada, base que não põe a existência e os grandes interesses da nação em questão periódica. [...]

clero, enquanto ele respeitava mais as *jerarquias sociais*. Sobre a polêmica entre o escritor português e a Igreja, ver: HERCULANO, Alexandre. **Eu e o clero**. Carta ao Cardeal-Patriarca. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

⁴⁴⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 227. Carta de 20 de fevereiro de 1855 ao Visconde do Uruguai.

⁴⁴⁹ ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 63-87.

Por sua base constitucional neutralizou os perigos da monarquia pura, da absorção de todo o poder legislativo e judiciário, do poder sem limites, sem contraste, do despotismo, vizinho da tirania⁴⁵⁰.

Para São Vicente, o caráter hereditário do trono brasileiro era outra garantia contra os males que afetavam outras Monarquias puramente vitalícias ou eletivas, ou governos temporários. Numa clara alfinetada nos países vizinhos, novamente era festejada a estabilidade do Império, assentada em uma ordem e segurança supostamente conferidas pelo regime político, as instituições vigentes.

A Carta de 1824 não diferiu muito da proposta discutida antes de sua outorga por D. Pedro I. A diferença fundamental incidiu em que foi concedida pelo soberano, não emanando da representação da nação, por não ser submetida à aprovação da Assembleia Nacional. As principais influências do texto foram a Constituição francesa de 1791 e a espanhola de 1812⁴⁵¹. Admitiu um governo monárquico hereditário, constitucional e representativo, manifestando a presença da teoria dos poderes de Montesquieu, mas com o acréscimo de um quarto poder (exclusivo do Imperador), o Poder Moderador, descrito como a “chave de toda a organização política”, responsável por velar pela “manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos”⁴⁵², teoricamente inspirado em Benjamin Constant, contudo, “adaptado” na prática. A ideia era a de que com o Poder Moderador o Imperador restabeleceria a ordem e a harmonia

Varnhagen não foi um filósofo político e nem procurou construir um pensamento claro nessa matéria, mas em seu trabalho o Estado apareceu com o papel de tutelar a sociedade. O conteúdo do Estado corria em paralelo (por vezes se confundindo) com os objetivos por ele

⁴⁵⁰ BUENO, José Antônio Pimenta. **Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império**. Rio de Janeiro: Tipografia Imp. e Const. de J. Villeneuve E C., 1857. p. 28-29. Capítulo 2: Da soberania, seu governo e dinastia, Seção 2ª - Da forma do governo nacional e dinastia brasileira, § 1º - Da forma do governo nacional. Em nota de rodapé, Vattel escreveu que “o governo monárquico parece preferível a qualquer outro, desde que o poder do soberano seja limitado e não absoluto”. Ver: VATTEL, Emmerich de. A nação considerada em si mesma (Livro I). In: _____. **O direito das gentes**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. p. 158. Capítulo I: Nações ou Estados soberanos, 3. – Diversas espécies de governo. A preferência de Varnhagen era, portanto, a Monarquia constitucional, em que o Imperador e o Parlamento tivessem a Constituição como norte para alcançar o bem comum da sociedade.

⁴⁵¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. Constituição. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 77. Para Lucia Guimarães, diante de uma emancipação política inevitável, as elites da antiga Colônia viram na solução monárquica a fórmula ideal para conduzir um processo de Independência sem maiores traumas e preservando muito da estrutura já estabelecida (o status quo adquirido ao longo dos séculos de colonização portuguesa). Ver: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: PRADO, Maria Emília (Org.). **O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2013. p. 121.

⁴⁵² COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824. Op. Cit. p. 20. Título 5º, Capítulo I, Art. 98. Sobre a questão do Poder Moderador e a ele subjacentes, ver: LYNCH, Christian Edward Cyril. **O momento monarquiano: o Poder Moderador e o pensamento político imperial**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007.

buscados enquanto agente de formação nacional. Ainda que entidades diferentes, era nele que a nação primariamente se reconheceria e com o qual se identificaria. O eventual erro do Estado seria uma falha dos homens a quem cabia sua direção e, por outro lado, o mesmo Estado poderia voltar atrás e reconhecer o erro, reassumindo o poder de coibir os abusos e desmandos, até pela sua natureza isenta de interesses particularistas. Acrescente-se que o tipo de Estado que Varnhagen tinha em mente era aristocrático (entenda-se uma aristocracia menos de “sangue” do que de *serviços* com algumas *gerações em cima*), de atribuir à elite o papel de mediadora entre o monarca e as demais parcelas da população, impedindo os excessos de um e/ou outro⁴⁵³. Concentrando-se em um ambicioso projeto político de conceber e estruturar um Estado fundado na história concreta do Brasil e apontando para uma espécie de missão civilizatória futura, capaz de consolidar, por seu intermédio, a nação; reconhecia o papel orientador da história sobre a atuação dos homens de Estado⁴⁵⁴, ele mesmo um diplomata profundo conhecedor da realidade histórico-geográfica do país, tendo sido designado para ajudar em questões importantes de definição de fronteiras com os vizinhos.

O respeito quase sagrado que tinha pela razão de Estado o levava a adotar, como pontuou José Honório Rodrigues, uma postura de “oficialismo”, ao dar maior importância às fontes oficiais do que às da oposição, aceitando teses e justificativas das minorias dirigentes, muitas vezes louvando seus governos e condenando os vencidos⁴⁵⁵. Arno Wehling assinalou que o historiador combinou elementos de uma perspectiva hobbesiana-hegeliana que atribuía ao Estado a tarefa de organizar a sociedade. Da filosofia política iluminista, encontrava-se uma defesa do equilíbrio do poder, para evitar a hipertrofia de um sobre os outros, provavelmente a partir da leitura de Montesquieu. Todavia, mesmo que suas posições teóricas viessem da Europa, a adequação aos condicionamentos da política brasileira foi por ele praticada com grande senso de realidade⁴⁵⁶. Como Varnhagen lembrou no *Memorial*, era

⁴⁵³ ODÁLIA, Nilo. Op. Cit. p. 65-86. O Estado tinha a missão de conduzir a sociedade etnicamente diversa, e o intelectual, de sondar a história e mostrar uma unidade já existente, mesmo que não visível, alertando sobre os gestos perigosos para sua ação.

⁴⁵⁴ WEHLING, Arno. A trajetória: o historiador diplomata e o diplomata historiador. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 34-36. Wehling seguiu: “Historiador diplomata, e não diplomata historiador, Varnhagen construiu uma concepção histórica e um projeto para o país, colocando-os a serviço do estado e da nação. Seus instrumentos foram, no plano intelectual, a historiografia e, no plano político, a sua atividade como diplomata profissional. Esta foi entendida como um corolário das conclusões daquela e a possibilidade parcial de sua efetivação”.

⁴⁵⁵ RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. In: _____. **História e historiografia**. Petrópolis, RJ: 2008. p. 171-172.

⁴⁵⁶ WEHLING, Arno. Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro): pensamento diplomático. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)**. v. 1. Brasília: FUNAG, 2013. p. 201-205. Em outro trabalho Wehling destacou que era “compatível a ideia hegeliana de um Estado moldador da nação, difusa na primeira metade do século XIX e na

preciso estudar as necessidades do Brasil pelo próprio Brasil, portanto, conhecer a experiência histórica brasileira e de suas raízes ibéricas para aplicá-las ao país.

Aproximar a noção de Estado em Varnhagen com o “Leviatã” (1651) de Thomas Hobbes implica um exercício de identificar na obra do historiador brasileiro passagens que permitam tal associação e o próprio *Memorial* pode ajudar nessa tarefa. Na segunda parte do “Leviatã”, Hobbes explicou que “Quando os homens se aborrecem com as mútuas irregularidades, desejam, de todo o coração, aproximar-se e permanecer dentro de um edifício sólido e duradouro, [...] mas não conseguem, sem a ajuda de um arquiteto muito hábil”, de modo que “A missão do soberano consiste no fim para o qual foi investido com o soberano poder, que não é outro senão o de obter a segurança do povo”⁴⁵⁷. Como Hobbes, Varnhagen se debruçou sobre as questões do enfraquecimento do Estado por agentes internos e o papel do soberano. A “desordem intestina” que poderia concorrer para a dissolução do Estado atendia pelos nomes de *bairrismo*, índios e escravos. As *soluções* para ambos os problemas apareceram no *Memorial* na forma das seis medidas propostas. Também como em Hobbes, o soberano era o “arquiteto muito hábil” que deveria zelar pela conservação do *edifício*, não o deixando ruir.

Com relação aos índios, por exemplo, recorria ao texto constitucional sobre a incapacidade moral, enxergando-os como estranhos ao *pacto social*, por não cumprirem nenhuma das obrigações das leis. No único texto conhecido da época em que apareceu algum comentário nesse sentido, Gonçalves de Magalhães (rebatendo a proposta de *avassalagem*) escreveu que em seu horror à guerra da selvageria, Varnhagen às vezes professava os mesmos princípios e paradoxos de moral e de política de Hobbes⁴⁵⁸.

qual Varnhagen formou-se, com a defesa da monarquia de sentido católico tradicional ibérico: preserva-se o princípio do Estado diretor (o que coincide com seu estatismo), a tradição histórica do poder monárquico português (o que atende ao historismo) e as liberdades das camadas dirigentes e das comunidades organizadas (o que se concilia com o aristocratismo e sua concepção de mobilidade social estrita). Combate-se, em consequência, o absolutismo (despótico) [...], e o “provincialismo” dissolvente [...]”. Ver: WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 110.

⁴⁵⁷ HOBBS, Thomas. Do Estado. In: _____. **Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012. p. 255-266. Não é demais frisar que está sendo respeitada a historicidade das obras. Varnhagen defendia um Estado forte, mas não absoluto numa sociedade nos moldes estritos da teoria hobbesiana. Hobbes escreveu no contexto da guerra civil inglesa e num ambiente intelectual diverso do de Varnhagen, que pertenceu a outro momento, outra realidade, o que não impede a aproximação dentro desses limites.

⁴⁵⁸ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. XXIII, 1860. p. 33. O trecho integral do ensaio de 1860 é o que segue: “Não presumo que seja o nosso historiador sectário de Thomas Hobbes; porém no seu horror à guerra da selvageria, professa às vezes os mesmos princípios e paradoxos de moral e de política, ao nosso ver funestos, que o levam a recomendar com instância o emprego da força, e a louvar a ambição e a cobiça, que depois, do zelo religioso, “são, diz ele, os outros dois sentimentos da humanidade no empreender obras grandes”. Esta citação final de Magalhães pertence

Nos dicionários da época, o vocábulo Estado permaneceu por algum tempo sem grandes alterações em sua significação. Em edições do “Dicionário” de Moraes Silva, o significado político de Estado apareceu voltado para a divisão estamental entre nobreza, clero e povo, por exemplo. Em outras posteriores como a de 1890, foi incluído ser ele uma “Sociedade civil constituída em corpo de nação com autonomia e independência, qualquer que seja o seu regime político”⁴⁵⁹. Esta explicação pode ser considerada condizente com o sentido do termo já em meados do século.

Para a justificação desse Estado, ainda que tenha acusado a colonização portuguesa de faltas graves na política econômica e na intolerância religiosa (abominava a Inquisição), viu como infundadas as tentativas de derrubar o governo de D. João VI, que teria aberto “ao império um futuro de mais imediato esplendor e civilização, com menos penas e sofrimentos, que, dadas outras circunstâncias, houvera talvez passado”⁴⁶⁰. Demonstrou descontentamento pelos movimentos autonomistas da época colonial, descrevendo a Inconfidência Mineira como um ato de *ousadia* e *leviandade*, e Tiradentes como um *insignificante*. Para esta ainda concedeu alguma indulgência, a conclusão a respeito da Conjuração Baiana foi mais rígida:

se a conspiração de Minas, tão patriótica em seus fins, tão nobre por seus agentes, e tão habilmente premeditada, julgamos que foi um bem que se malograsse, com muita mais razão agradeçamos a Deus o haver-nos amparado a tempo contra esta outra, com tendências mais socialistas que políticas, como arremedo que era das cenas de horror que a França, e principalmente a bela ilha de S. Domingos, acabavam de presenciar; sendo aliás embalada ao santo grito de “liberdade, igualdade e fraternidade”⁴⁶¹.

A reprovação mais enfática da Conjuração na Bahia se explicava, entre outras, pelas motivações e reivindicações dos envolvidos. Além do caráter popular (revolucionários de *pouca valia*, como denominou, provenientes de setores não intelectualizados, diferindo da Mineira que contou com poetas de expressão), os conjurados reclamavam importantes mudanças sociais (como o fim da escravidão), eram emancipacionistas e esteve presente o ideal de independência. De resto, via o movimento como *arremedo* da revolta de escravos no Haiti (São Domingos, 1791), posto que escravos e ex-escravos tomaram parte na tentativa malograda de sublevação, e uma possível reedição das *cenas de horror* da França pós-1789. Como pano de fundo para situações como essa, declarou que “as cenas de 1792 e de 1848

a: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 154. Seção XI: Crônica das seis capitanias cuja colonização vingou.

⁴⁵⁹ SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. v. I. Rio de Janeiro: Empresa Literária Fluminense, 1890. p. 843.

⁴⁶⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. 282. Seção XLVIII: Regência do Príncipe D. João em Lisboa.

⁴⁶¹ Ibid. p. 292.

foram suficientes para os desenganar do que é o homem sem os vínculos que o sujeitam civil, moral e religiosamente”⁴⁶². O motivo para a condenação desses movimentos não era somente a ameaça à unidade, como também sua negação do papel do Estado na constituição nacional.

Ao se mostrar no mínimo insensível aos primeiros sinais de uma emancipação nacional, pode-se dizer que Varnhagen pensava em termos de uma “liberdade racional”⁴⁶³, como expressara Burke a respeito da França revolucionária, ou com Montesquieu, autor cuja *política dos governos* o agradava mais que outros como Voltaire (e jamais Rousseau), que se havia o “direito de fazer tudo o que as leis permitem”⁴⁶⁴.

Os aspectos traçados até aqui demonstram que, a respeito do historiador, pode-se falar em um conservadorismo reformista de um liberal, pois pensava pela ótica da conservação da ordem institucional e da unidade, também defendendo as liberdades individuais e a iniciativa privada (como no caso do incentivo à imigração europeia por grupos), e o aperfeiçoamento do modelo de governo por meio de reformas que se mostrassem necessárias.

Tendo real apreço pelos soberanos de *gênio organizador*, repetidas vezes se referiu ao Imperador como um exemplo desse tipo. Na dedicatória do Tomo I da *História Geral*, enfatizou o *Glorioso* Reinado de D. Pedro II como “eminentemente organizador como a seu tempo dirá friamente a História”⁴⁶⁵, no que ele já se adiantava. O mesmo apareceu na *Correspondência ativa* e no *Memorial orgânico*. O monarca brasileiro deveria ser um grande articulador da ilustração de seu Reinado e conservar sua propriedade mais valiosa. Logo, se:

o primeiro soberano que viu a América franqueou os portos do Brasil e elevou-o à categoria de reino. O segundo emancipou-o com uma coroa imperial. Qual deverá ser a missão do terceiro?... Do primeiro soberano nascido no novo mundo? Não será a de organizar fundamentalmente e assegurar para sempre o seu vasto Império?⁴⁶⁶.

Observe que para se referir ao terceiro monarca que governou entre os trópicos fez questão de destacar o fato de ele ter sido o *primeiro* a nascer no Novo Mundo. A ênfase no

⁴⁶² Ibid. p. XXVIII. Trecho do *Discurso preliminar: os índios perante a nacionalidade brasileira*. Segundo o historiador, “Com magistrados e fiscais das leis, corruptos ou covardes, não há leis que valham, nem povo que se melhore, nem patriotismo que se acrisole: nem a Constituição mais bela do mundo felicitará jamais qualquer povo, quando ele não esteja preparado, por meio de virtudes domésticas, para não sofismar os seus mais sagrados dogmas”. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. 233. Seção XLV: Apreciação do reinado de el rei D. José Primeiro de Portugal. Varnhagen tratava da administração do Marquês de Pombal que, em sua opinião, foi um patriota superior a prevenções, dado o trabalho por ele realizado quando Ministro de D. José I.

⁴⁶³ BURKE, Edmund. Op. Cit. p. 5.

⁴⁶⁴ MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 167. Livro XI: Das leis que formam a liberdade política em sua relação com a constituição, III: Que é a liberdade.

⁴⁶⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. s/p.

⁴⁶⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial orgânico oferecido à nação. **Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária**, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 359.

local de nascimento, a idade, fizeram parte desde o início do governo pessoal daquele soberano. No discurso da seção aniversária de 1840, o vice-presidente do IHGB Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (futuro Visconde de Sepetiba) fez um elogio ao recém-entronado, destacando-o como um Protetor das Letras e das Ciências, a quem o Império, tão jovem quanto seu monarca, deveria muitos progressos nessas áreas⁴⁶⁷.

Como representante número um dos interesses, *honra e glória* do país, o Imperador foi inscrito na simbologia identitária da nação. Simbologia confeccionada nos ateliês da Academia Imperial de Belas Artes, no apoio aos trabalhos do Instituto, nos Congressos de Estatística (São Petersburgo, 1872 e Budapeste, 1876), nas Exposições Universais (Viena, 1873), com os produtos brasileiros apresentados ao resto do mundo e que, segundo o testemunho entusiasmado de Varnhagen, a seção do Brasil atraiu muito a atenção dos concorrentes, cujo parecer era que “o império americano se acha magnificamente instalado, levando a primazia a todas as nações americanas, começando pela grande república do norte”⁴⁶⁸. Eventos como esses eram ocasiões privilegiadas para o “comércio” simbólico.

Personificando o Império, o Imperador era um símbolo porque se confundia com a Monarquia, o povo e tudo o mais que ficasse sob o guarda-chuva da nação brasileira (mais uma vez: D. Pedro II era *nascido no Brasil*), devendo cumprir a promessa feita frente ao Senado em 28 de julho de 1840, de “corresponder ao voto nacional, mantendo a harmonia entre os Poderes Políticos, promovendo a felicidade da Nação e sustentando a Constituição e as leis do Império”⁴⁶⁹. Nessa lógica, o monarca assumia a função que apareceu no “Dicionário” de Faria: “dirigir, reger e conduzir os povos que lhe são confiados”⁴⁷⁰. Essa era a ideia de governo de Varnhagen, e com um acréscimo: também seria responsável por alimentar o *espírito de nacionalidade* e “ter presente que são a primeira base talvez desta, a história e o

⁴⁶⁷ IHGB. Discurso do Presidente. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO II, 1840. p. 577. D. Pedro II era sempre retratado com um livro ou jornal na mão, precocemente envelhecido (com barba), como que para passar uma ideia de maturidade e firmeza, mesmo na época em que era pouco mais que um adolescente (nos termos atuais). Realmente interessado em artes, ciências, os livros o acompanharam até na morte, pois pediu que pusessem um livro acerca do Brasil sob a almofada que lhe serviria de repouso.

⁴⁶⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 401. Correspondência de 19 de junho de 1873. Publicada sem assinatura no Diário Oficial do Império de 22 de setembro de 1873, mas o estilo e alguns elogios ao desempenho do escolhido 2º vice-presidente do júri internacional supremo acusam a pena não confessa do já *Barão de Porto Seguro*.

⁴⁶⁹ BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da História do Brasil**. v. 2. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. p. 38. Pelo Art. 99 da Constituição, “A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Ele não está sujeito a responsabilidade alguma”. Ver: COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824. Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824). PARTE I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18340>. Acesso em: 10 abr. 2016. p. 20. Título 5º, Capítulo I.

⁴⁷⁰ FARIA, Eduardo de. **Novo dicionário da língua portuguesa seguido de um dicionário de sinônimos**. v. II. 4. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E C., 1859. p. 1047.

conhecimento do país natal”⁴⁷¹, pois em qualquer nação “o melhor governo é o que mais a civiliza e que melhor educa e encaminha o povo”⁴⁷². Vendo-o como *supremo administrador* e *supremo juiz* em matérias contencioso-administrativas, de responsabilidade de seus Ministros, Varnhagen concordaria com o Visconde de Itaboraí que o Imperador reinava, governava e administrava.

Ao associar o provincialismo apenas aos *interesses* provinciais, considerava o patriotismo um sentimento *sublime* que levava o homem a expor até sua vida pela pátria ou pelo soberano que personificava seu *lustre* e *glória*, por isso a consciência nacional só viria pela integração das províncias. Essa era a razão de suas reservas quanto a uma Monarquia federativa, com significativa autonomia para as partes que compunham o todo. O pensamento federalista brasileiro considerava que a descentralização favoreceria o clima de competição entre as províncias, podendo se tornar um elemento de progresso para o país, na via oposta, o argumento dos centralizadores era o de que tal rivalidade conduziria à desagregação interna, dispersando o poder e dificultando a ação estatal. Outro aspecto visto por estes como negativo, era o de que o Federalismo permitiria o facciosismo dos interesses particulares, o surgimento de poderosos chefes políticos ambicionando o controle da região, ao privilegiar e realizar suas próprias demandas⁴⁷³.

Em uma definição do termo nação bem posterior, já de 1913, o “Dicionário de sinônimos da língua portuguesa” de Rocha Pombo o apresentou tendo povo como sinônimo e estabelecendo que “Estado é a nação considerada como entidade sujeita a governação e administração”⁴⁷⁴. Ao costurar os conceitos de Estado, nação e povo numa peça única, Rocha Pombo condensava o modelo de narrativa desenvolvido, apreciado e reproduzido no século anterior: o povo formava a nação, cujo construtor era o Estado (responsável pelo governo e administração).

François-Xavier Guerra apontou que pátria e nação apareciam intimamente ligadas desde há muito e não como resultado de uma evolução recente. Nação poderia designar um

⁴⁷¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 40. Carta ao Cônego Januário da Cunha Barbosa de 5 de outubro de 1839. Escreveu ao Imperador: “tratei de pôr um dique a tanta *declamação* e *servilismo* à democracia; e procurei ir *disciplinando* produtivamente certas ideias soltas de nacionalidade [...]”. Ver: Ibid. p. 247. Grifo do autor.

⁴⁷² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 458. Notas e provas do primeiro Tomo. Nota 63 da página 178, isto é, da Seção XIII: Vida dos primeiros colonos e suas relações com os índios. No caso, os índios que deveriam ser civilizados.

⁴⁷³ COSER, Ivo. Federal/federalismo. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 102-112. Para entusiastas da centralização como o Visconde do Uruguai, a centralização do poder estava associada à modernidade e era um importante instrumento de civilização.

⁴⁷⁴ POMBO, José Francisco da Rocha. **Dicionário de sinônimos da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011. p. 394.

grupo assentado em um território, a pátria, já que, antes de qualquer outro, esta última tinha um sentido geográfico concreto. Pátria, portanto, encontrava-se vinculada a todos os significados políticos de nação. Seja pela primazia cronológica, seja pela universalidade, o caráter abstrato do modelo de nação moderna oriundo da Revolução Francesa permitia ser exportado para muitos lugares, cabendo adequá-lo à realidade local, e foi o modelo adotado na América. Embora a Independência não garantisse uma existência para a nação, as antigas Colônias dispunham de atributos essenciais para se constituírem em nações modernas: eram comunidades soberanas e independentes de qualquer outra⁴⁷⁵. Com aspiração à unidade, na semântica moderna pátria e nação se concentraram num ente único, Brasil, e a história essencializava a nação brasileira, tornando-a um sujeito histórico unificado e mergulhando suas raízes em um passado o mais distante possível.

Pelo menos desde os anos 1810 já havia um “modelo” de Estado nacional independente para ser copiado. Entrando definitivamente no vocabulário e na memória cumulativa da imprensa, nação se tornou conceito-chave e objeto de uma aspiração consciente, podendo ser copiada por mãos diversas e, às vezes, inesperadas⁴⁷⁶. Mesmo que as tentativas de definição se mostrassem vagas ou se prestassem a alguma confusão, não se duvidava de sua existência.

Atuando na defesa da consolidação e conservação da Monarquia constitucional, os saquaremas não foram apenas a “alma da Reação monárquica, confundida com a força”, foram também os “construtores da Transação”⁴⁷⁷, ajudando no fortalecimento do Estado e suas instituições. Se for possível afirmar que vencera a “causa” da ordem e da unidade nacional, Varnhagen foi um entusiasta dela, transformando-a em matéria sobre a qual escreveu história. E isso era ser um historiador do Tempo Saquarema.

3.3 Com o voto dos publicistas: Memorial orgânico oferecido...

*Por vezes, para se ter razão no futuro, há
que saber ser antiquado.
Ernest Renan, 1882*

Na introdução deste Capítulo foi colocada uma citação do memorial de 1851, no qual Varnhagen deu conta de alguns trabalhos escritos por ele. O último da lista dizia que

⁴⁷⁵ GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCÓS, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 36-58.

⁴⁷⁶ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 107-125.

⁴⁷⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit. p. 158.

Entregou-os finalmente a meditar sobre outros pontos de nossa pública administração, e a dizer por escrito ao país muitas verdades em vez de o adular, esta obra era o *Memorial orgânico*. Se o principal tema que nasceu da “dupla Revolução” foi a natureza da sociedade e a direção para a qual ela se encaminhava ou deveria se encaminhar⁴⁷⁸, a preocupação do autor era orientar a direção a ser seguida pelo Império rumo ao que chamou *nação compacta*.

No ano seguinte à explosão da Praieira em Pernambuco, enquanto Sales Torres Homem escrevia “O libelo do povo”, Varnhagen publicou o *Memorial orgânico*. Timandro distribuiu impérios para toda a linhagem Bragança, tais como: D. Maria I, uma pobre louca; D. João VI, suspeito, beato sem fé e sem costumes; D. Pedro I, um déspota e, finalmente, D. Pedro II foi acusado principalmente de complacência⁴⁷⁹. Já Varnhagen procurou salientar as benesses do governo de cada um, pondo este último como *eminente* organizador do Império.

A Praieira louvada por Timandro em seu “Libelo” carregou forte traço de contestação ao famoso Gabinete da “trindade saquarema”, que reuniu três dos principais chefes conservadores da época: Paulino José Soares de Sousa, Joaquim José Rodrigues Torres e Eusébio de Queiroz. Declarando serem vítimas da “quadrilha luso-guabiru” e suas atrocidades, os Deputados da Praia asseveraram no “Manifesto incitando às armas de 25 de novembro de 1848” que a centralização aniquilava e devorava a “substância nacional”, sendo urgente correr para vingar a “nacionalidade ultrajada”; posição sustentada em 1º janeiro de 1849, quando os chefes militares praieiros lançaram o “Manifesto ao mundo” reafirmando que o Ministério de 29 de junho do ano anterior pertencia à seita absolutista⁴⁸⁰.

O *Memorial* foi concebido justamente nessa conjuntura da política brasileira do final da década de 1840 e as preocupações nele apresentadas estavam atualizadas com o debate político do momento. Numa visão ampliada, esse foi um período de grandes transformações. Na Europa, as revoluções de 1848 expunham mudanças estruturais como os conflitos entre os adeptos do “Antigo Regime” e os da Revolução, caiu Klemens Metternich, estadista austríaco

⁴⁷⁸ HOBBSAWM, Eric. A ideologia secular. In: _____. **A era das revoluções (1789-1848)**. 38. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 364. Publicista aparece aqui no sentido em que este vocábulo era concebido na metade do século XIX, isto é, o intelectual voltado para uma atuação pública, com talento especial para tratar de questões políticas, de visão abrangente, ao mesmo tempo teórica e empírica. Para uma análise mais detalhada, ver: WEHLING, Arno. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 161-162.

⁴⁷⁹ HOMEM, Francisco de Sales Torres. O Libelo do Povo. In: MAGALHÃES Jr., Raimundo. **Três Panfletários do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. p. 71-73.

⁴⁸⁰ BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Op. Cit. p. 154-156. Estiveram entre os Deputados: Joaquim Nunes Machado, Antônio Afonso Ferreira, Jerônimo Vilela de Castro Tavares. Os chefes militares foram: Manoel Pereira de Moraes, João Inácio Ribeiro Roma, Henrique Pereira de Lucena. Guabiru é o mesmo que gabiru, isto é, uma espécie de rato grande, podendo, em sentido figurado, significar gatuno, ladrão.

e porta-voz da Restauração pregada pela Santa Aliança. Na França, instalou-se no poder uma República burguesa e depois um novo Império. Na Espanha, onde Varnhagen se encontrava, havia conflito entre os partidários da Monarquia constitucional e os carlistas (defensores de D. Carlos, irmão de D. Fernando VII)⁴⁸¹. No Brasil, esse recorte é particularmente significativo, pois foi sufocada a última das revoltas provinciais ligada às lutas político-partidárias que marcaram o período regencial e o início do Segundo Reinado, a mencionada Revolução Praieira. Mesmo ano da ascensão do gabinete liderado pela “trindade saquarema”, que aprovou leis importantes como a de extinção do tráfico, a Lei de Terras e o Código Comercial, todas de 1850. Foi também nesse momento a intensificação da pressão inglesa com o Bill Aberdeen (de 1845), que permitia o apresamento de navios negreiros no tráfico atlântico para o Brasil.

Remetendo à periodização elaborada por Justiniano José da Rocha, da mesma forma que o panfleto do jornalista, o *Memorial orgânico* objetivava alertar os estadistas brasileiros para a realização imediata das medidas que propunha na busca pela conquista da civilização. Nas palavras de Rocha, sem mais lutas entre os princípios democrático e monárquico,

A fase da transação é, pois, a que exige mais prudência, mais tino, mais devoção nos estadistas a quem é confiada a força governamental e a alta direção dos públicos negócios; pois se a não sabem ou não querem reconhecer, se a não querem ou não sabem facilitar, se ainda mais a contrariam, provocam calamidades a que depois não há sabedoria que possa acudir⁴⁸².

O imperativo era, pois, acudir e solucionar os males que afetavam o Império para garantir a tranquilidade e a ausência de “calamidades”. Calamidades para Varnhagen foram, por exemplo, os já referidos eventos de 1848 na Europa, que chamou *cenar de horror*. No item anterior foi sublinhado que o historiador rejeitava (ou o assustava?) a Democracia e defendia a Monarquia constitucional como melhor regime político, garantidor das liberdades. O Socialismo também não lhe inspirava afeição, pelo contrário. Nas vezes em que mencionou o nome o fez negativamente.

Na estreita vinculação entre intelectual e Estado, e imbuído de um sentimento de “missão” patriótica, Varnhagen entendia que sua obra intelectual e atividade de servidor público deveria se basear numa certa forma de projetar o futuro do país. Para tanto, era

⁴⁸¹ WEHLING, Arno. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 165-166. Para uma apreciação sobre o carlismo na Espanha em paralelo com o miguelismo (movimento a favor de D. Miguel, irmão de D. Pedro IV) em Portugal, ver: PEREIRA, Miriam Halpern. Del Antiguo Régimen al liberalismo (1807-1842). In: GÓMEZ, Hipólito de la Torre. **Portugal y España contemporáneos**. Madrid: Marcial Pons, 2000.

⁴⁸² ROCHA, Justiniano José da. Op. Cit. p. 160.

necessário diagnosticar e corrigir os problemas do presente, por isso a compreensão do passado brasileiro era crucial para orientar a ação dos homens de Estado.

Sérgio Buarque de Holanda mencionou o lamento de Lord Acton por não encontrar em Ranke um prussiano mais patriota, dada sua capacidade de se omitir diante dos sucessos históricos, não julgando, moralizando ou tomando partido⁴⁸³. Não se poderia dizer o mesmo de Varnhagen, que julgava, atribuíra juízo de valor e apontava fatos e nomes. Ranke se preocupava com a imparcialidade e Varnhagen também, mas o espírito contemporizador do primeiro por vezes fugia de certa inclinação polemista do segundo. Ambos eram fiéis súditos de suas respectivas Monarquias, mas se Ranke evitava se manifestar, Varnhagen aconselhava o Imperador sobre os mais variados assuntos via correspondência, pronunciando-se sobre questões de política, administração. Em sua opinião, “o historiador precisava ter “miras de bom estadista”⁴⁸⁴, o que às vezes poderia gerar alguma indisposição. O político tinha de saber ver o futuro e prevenir os *males*.

Em 1839, escreveu ao amigo Cunha Rivara:

muitas vezes tenho ouvido dizer ao Sr. Herculano que ‘quem quer escrever para o público deve ser descarado em quanto está com a pena na mão’. D’outro modo tudo são receios, tudo são dúvidas, medos de errar, de deixar escapar alguma coisa, de... tudo. Convém sim ter e seguir certas normas, mas não sermos tão céticos que depois de escrevermos uma dúzia de vezes algumas linhas n’um papel nos não atrevamos a continuar. Quem me daria a mim,— rapaz de 22 anos, atrevimento para me arrastar em questões acadêmicas, se não fosse às vezes o preciso ‘descaramento literário’, tão necessário como o político!⁴⁸⁵

Dez anos depois, permanecia fiel a essa confissão. Ainda era preciso o *descaramento literário* para lidar com as intrincadas disputas políticas.

Arno Wehling concluiu que a concepção histórica de Varnhagen estava fundada no tripé Estado-história-memória, baseado no estatismo hobbesiano-hegeliano, no historicismo e no nacionalismo, respectivamente. Mesma base que alicerçou a relação que estabelecia entre a história e a diplomacia em sua obra e vida pública. Assim,

Se a vida diplomática interferiu na obra do historiador, favorecendo-a ou facilitando-a na maioria das vezes, prejudicando-a em outras, a vida intelectual dominou amplamente sua atuação no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Aplicou o que entendia fossem as “lições da história” aos acontecimentos político-diplomáticos, mas filtrou-as com flexibilidade, pelos critérios da *Realpolitik*. E permeou essas “lições” não só de um

⁴⁸³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. **Revista de História**, São Paulo, n. 100, out./dez. 1974. p. 431-436.

⁴⁸⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Carta escrita ao Secretário do Instituto em 1846 em aditamento ao Juízo, sobre o Compêndio da História do Brasil, publicado no n. 21 da Revista (T. 6. p. 60). **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XIII, jan./mar. 1850. p. 400.

⁴⁸⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 35-36.

patriotismo declamatório, o que o teria circunscrito ao campo simbólico, de resto importante no momento em que se construía uma identidade nacional, mas de um pragmatismo que aplicava o melhor conhecimento cientificamente disponível sobre o passado a problemas concretos da diplomacia, da guerra e da política geral que lhe cabiam enfrentar. Foi, portanto, não só como historiador, mas também como diplomata, fiel ao que aprendeu na juventude sobre o duplo papel, “filosófico” e “pragmático” atribuído, no jargão iluminista, ao conhecimento histórico⁴⁸⁶.

Varnhagen reclamou muitas vezes que as correrias na Secretaria o impediam de se dedicar mais às pesquisas. Quando desempenhou funções na América do Sul reclamou ainda mais da falta de arquivos (abundantes na Europa), com os quais estava acostumado. O traço pragmático que caracterizou seu trabalho o levava a apostar nas “lições” que a história fornecia para resolver problemas que se apresentavam no seu serviço, corroborando a sentença de Cunha Barbosa segundo a qual “mesmo o homem de gênio necessita do fio da História para se guiar com segurança no obscuro dédalo da política”⁴⁸⁷. Uma aposta nos limites do que se poderia fazer para conseguir ou manter o resultado mais satisfatório possível para o Império: um avanço aqui, uma mediação ali, uma concessão acolá.

O pragmatismo da diplomacia do Rio de Janeiro, observado pela neutralidade do governo de D. Pedro II em questões como o conflito entre Peru, Chile e Espanha, assim como as negociações sobre a navegação na Bacia Amazônica, demonstram que o Império empregou os princípios da Realpolitik para manter sua boa posição na América do Sul. O Congresso Americano de Lima (1867) não contou com a participação do Brasil, que temia vê-lo se transformar em tribunal de júri contra suas ações na Guerra com o Paraguai⁴⁸⁸. A ausência

⁴⁸⁶ WEHLING, Arno. A trajetória: o historiador diplomata e o diplomata historiador. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 44-46. Grifo do autor. A Realpolitik seria mais um método do que uma doutrina completa e acabada, por isso se fala mais em “princípios”, algo vagos, de análise e de ação. A rigor, tratar-se-ia de um cálculo utilitário baseado nos interesses primários de um país, um Estado, um indivíduo, tendendo a considerar os dados do problema e não se deixando guiar por motivações idealistas, generosas ou “humanitárias” de tal decisão ou ação, mas pelo retorno esperado de um determinado curso de ação. Seus objetivos seriam, portanto, mais pragmáticos e “racionais”, recomendando deixar cada povo cuidar dos seus afazeres, sem muita interferência dos demais. Uma Realpolitik “esclarecida” buscaria, voluntariamente ou não, de forma ativa ou secundária, a promoção de valores “altruísticos”, uma vez que eles poderiam ser funcionais, em última instância, para a promoção e a manutenção do interesse próprio do Estado ou do indivíduo em questão. Ou seja, a busca do “bem” redundaria em maior bem primeiramente para o seu promotor. Sua contrapartida teórica (ou até prática), a Idealpolitik, supostamente, deixar-se-ia guiar por nobres ideais, sendo altruística em seus princípios e motivações, generosa nas suas interações e ações, voltada para o bem comum, a solidariedade, a elevação moral da humanidade e a promoção de valores vinculados aos direitos humanos, à democracia, ao primado do direito sobre a força e à construção de uma institucionalidade que supere o interesse egoísta de indivíduos e Estados. Ver: ALMEIDA, Paulo Roberto de. Pequena lição de *Realpolitik*. **Meridiano 47**, Brasília, n. 95, 2008. p. 2-4.

⁴⁸⁷ IHGB. Relatório do Secretário Perpétuo. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO II, 1840. p. 586.

⁴⁸⁸ MIRANDA, José Augusto Ribas. **Realpolitik do Império nas Repúblicas do Pacífico: atuação de Varnhagen** – 1863-1867. Disponível em: https://www.pucsp.br/cehal/downloads/textos_congresso_goiania_2010/06_08_2010_Miranda%20JAR.pdf. Acesso em: 17 set. 2018. p. 10-11. Preocupava-o a política externa do Brasil. No meio das negociações com a

contribuiu ainda mais para as animosidades com as Repúblicas vizinhas, sendo o rompimento das relações diplomáticas com o Peru o momento mais crítico. E Varnhagen fez parte de toda essa conjuntura, visto que estava à frente da Legação no Peru, Chile e Equador.

As reflexões desenvolvidas no *Memorial* se fundamentaram na experiência histórica de vários países, utilizada como comparativo para analisar a situação do Brasil, e também na sua própria experiência como diplomata em diversas regiões, que propiciaram um conhecimento mais abrangente, podendo estabelecer um paralelo. Reiterando o juízo emitido por Thiers Martins Moreira a propósito da crítica literária do autor: qualquer que fosse o assunto era, antes de tudo, um historiador. Não seria diferente para analisar a política de seu tempo. O *Memorial* é um projeto político do historiador Varnhagen.

O *Memorial orgânico* pode ser descrito como um projeto de nação ou, conforme explicou Arno Wehling, um “diagnóstico e uma proposta de reorganização nacional a partir do Estado”⁴⁸⁹. Comparando o Império a um organismo, o “diagnóstico” revelou-se desanimador: indefinição das fronteiras, inadequada divisão das províncias, falta de comunicação interna, inapropriada localização da capital, elevado número de negros e índios, contrastando com o reduzido contingente de colonos europeus. Olhando para a dimensão governativa, a situação era também complicada. Ressaltava o erro cometido por muitos políticos *embebidos* no estudo dos livros estrangeiros, que se distraíam de estudar as necessidades do Brasil *pelo próprio Brasil*, aprovando leis por vezes inúteis e sem aplicação, outras em contradição com o que o país necessitava. Tal situação evidenciava a falta de “coragem política para levar avante medidas embora vitais ao país, mas que poderiam prejudicar as eleições da seguinte legislatura”, o que culminava com a formação de Ministérios com políticos “mandando mais ou menos todos, poucos governando”, o resultado era que o Brasil “depois de um quarto de século acha-se quase na mesma; e com ar mais de colônia, ou antes de muitas colônias juntas que de nação compacta”⁴⁹⁰. Nesse âmbito,

França para a delimitação de limites com a Guiana Francesa, não se esqueceu de enfatizar a urgência de se resguardar o Amazonas contra as pretensões norte-americanas. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 220. Carta de 12 de janeiro de 1855 ao Visconde do Uruguai.

⁴⁸⁹ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 95.

⁴⁹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 109. Ele quis dizer *um quarto de século* de independente. Varnhagen riscou o trecho após *poucos governando*, não o incluindo na edição da obra: “As oposições contentam-se em gritar na resposta ao discurso da Coroa, a ver se é chegada a ocasião de irem ao poder; depois votam alguma lei em favor da magistratura ou concedem alguma pensão, e raras vezes se fala em melhoramentos materiais do país, a não ser com relação a interesses provinciais”.

criticava as linhas gerais da colonização portuguesa, cujos resquícios ainda se faziam presentes na metade do século.

Varnhagen se indignava ao ver que os políticos brasileiros se ocupavam mais em tentar adaptar legislações de países mais avançados como França e Inglaterra, quando deveriam conhecer e respeitar as particularidades nacionais.

O *Memorial* é um exemplo teórico para fins práticos do modo de pensar do autor, que estava em consonância com o pensamento político dominante entre as décadas de 1830 e 1850, cujo discurso político conservador conformou um tipo particular de conservadorismo liberal que partia de determinado diagnóstico dito realista da formação social brasileira. Partindo dessa constatação, pregou-se a organização de um Estado tutelar e relativamente autônomo da sociedade, incumbido de fundar a ordem nacional de cima para baixo e promover reformas efetivas para veicular o progresso nacional⁴⁹¹. Nesse sentido, preferir-se-ia um progresso razoável, todavia seguro, afastando o perigo de desagregação.

É importante atentar para a nova forma de vivenciar o tempo a partir da modernidade. Cada época determina de uma maneira específica como os homens estabelecem as relações entre o que já foi experimentado e as expectativas lançadas ao futuro, o que influi diretamente no agir do presente⁴⁹². Ao apontar que o Brasil achava-se *quase na mesma*, Varnhagen utilizava os conceitos de Colônia e nação para se referir ao passado e ao futuro, respectivamente, alertando para a necessidade da superação dessa condição não mais condizente com a situação do país independente. Ao mesmo tempo, grifava essa incômoda coexistência como que constituinte de uma unidade passado-presente, no curso linear e progressivo do tempo. A justiça em se aplicar prontamente as soluções que aconselhou para resolver as *chagas* do Império se justificava porque “Retardar sua execução quando julgada mais útil é opor-se ao adiantamento, e é desprezar uma ocasião de corresponder à confiança do Monarca”, a receita era: “Haja convicções profundas, amor da pátria, caráter firme e enérgico, coragem e dedicação, que o país será salvo”⁴⁹³. Esse tom de alerta caracteriza as considerações iniciais do autor em todas as edições do opúsculo.

Quando ressaltou a *missão* de cada um dos três monarcas bragantinos que viram a América (abertura dos portos, Independência e organização para assegurar o vasto território),

⁴⁹¹ LYNCH, Christian Edward Cyril. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes (Org.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010. p. 25-26.

⁴⁹² JANKE, Leandro Macedo. **Lembrar para mudar: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em: 17 jan. 2013. p. 30.

⁴⁹³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 110.

inscreveu o Império numa escala ascendente de engrandecimento para o qual acreditava este estar caminhando com vistas ao progresso e a civilização.

O horizonte de expectativa imaginado/desejado por grande parte dos políticos era justamente a inserção do Brasil no conjunto das nações civilizada, e para que a nação não fosse conduzida ao *acaso*, convinha se orientar pelas circunstâncias presentes. Para o historiador, a humanidade era a mesma por toda parte e necessitava “marchar a passos lentos para não tropeçar e aleijar-se”⁴⁹⁴.

Embora não tenha tido grande repercussão quando publicado, segundo comentário do biógrafo Clado Ribeiro de Lessa⁴⁹⁵, foi no *Memorial* que Varnhagen apresentou pela primeira vez a ideia de civilização indígena por meio da tutela forçada, que gerou muita polêmica, principalmente após a edição do primeiro volume da *História Geral*. A reação direta a essa proposição no *Memorial* que se tem notícia foi um artigo de Manuel Antônio de Almeida, logo depois do texto sair na Revista Guanabara. Ainda no quesito recepção, Varnhagen acreditava que as observações que fez nesse trabalho ajudaram a converter alguns incrédulos *inveterados* quanto a questões importantes como o tráfico de escravos, por exemplo, debatido nas famosas sessões secretas do Senado em 1850. Contudo, mostrou-se levemente irritado com os *pseudocorifeus* que julgavam serem os donos das ideias ao proclamarem primeiro na tribuna. Essa ponderação aponta para a hipótese de que, se não causou comoção, pode ter surtido algum efeito prático entre os principais personagens a quem Varnhagen dirigiu o opúsculo. O público para o qual remeteu a parte de 1849 foi justamente os *representantes* da nação: *Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro*.

Para o autor, importava o princípio de que a história prova e a razão confirma. Aos que alegassem que o plano estava pouco *meditado*, enxergando ausência de maior desenvolvimento desta ou daquela ideia, já se prevenia lembrando que escreveu um memorial e não um tratado. A ideia de memorial trabalhada por Varnhagen era a mesma com a qual Luiz da Silva Pinto definiu o termo em seu “Dicionário”: um “Livro de apontamentos. Escrito para lembrar o que se pede”⁴⁹⁶. O historiador queria lembrar os *representantes da nação* dos perigos a que estava sujeito o Império.

⁴⁹⁴ Ibid. p. 225.

⁴⁹⁵ LESSA, Clado Ribeiro. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 227, p. 85-232, abr./jun. 1955. p. 85.

⁴⁹⁶ PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832. p. 710.

Em sua cruzada contra a *adulação*, que entendia como *baixeza* e *crime* contra a pátria, além de aparentar *incúria* e *desleixo* com o país, denunciou os *ignorantes* que elogiavam as riquezas naturais e cantavam um futuro promissor para o Brasil, mas descuidavam do presente. Nesse sentido, proclamou as *ideias justas*, os “pensamentos felizes”, na expressão de Alexander von Humboldt, referência fundamental para Varnhagen, pensamentos que talvez não ganhassem a devida atenção em sua época, mas que reapareceriam depois. Como expressou em outro momento, “na historia do progresso do espírito humano as ideias mais fecundas necessitam de muito tempo para germinarem e frutificarem”⁴⁹⁷. Ciente da crítica que lhe esperava tão logo o trabalho fosse lido, confessou:

Sei que, para levar a gente a sair do ramerrão necessita-se alguém que se arroste, que seja vítima de sacrifício na religião das novas ideias; por esse lado sentir-me-ia eu com abnegação bastante, e com energia para arrostar contra balas de papel, e espero não me dar por morto moralmente, enquanto tiver alento de vida⁴⁹⁸.

O *Memorial* é um ótimo exemplo de trabalho no qual Varnhagen se ofereceu à censura pública a pretexto de um inflamado discurso patriótico. As *balas de papel* não lhe provocavam medo, porque entendia que tudo ali contido foi pensado visando o engrandecimento da nação. Assim, colocou-se novamente diante da crítica como um *amante do Brasil*, aliás, o pseudônimo que usou na capa da primeira parte. Esse teor apareceu em toda a obra. Em tom de irritação, protestou:

Se acaso censurais ou lamentais este ou aquele vício na administração, este ou aquele cancro consumidor do país nunca faltará uma voz que vos diga: “Ora! O país é grande: temos muitos recursos: no futuro seremos e aconteceremos etc.”. Desgraçados! E que havemos de ser, se não pomos de nossa parte os meios? Quereis natureza tão fecunda como a nossa? Aí tendes toda a Guiné, aí tendes a maior parte da Ásia... E que valem esses países? Nada, quando seus habitantes nada para isso concorrem. Porventura a natureza portentosa do Brasil já não era a mesma na época do descobrimento?⁴⁹⁹

O historiador reconheceu que as proposições foram *duras* de proferir, mas proceder de outra forma seria o mesmo que ir contra as próprias convicções, caracterizando *adulação*. Se apontou os *males* que afetavam o país era porque estava convencido da possibilidade de *cura*,

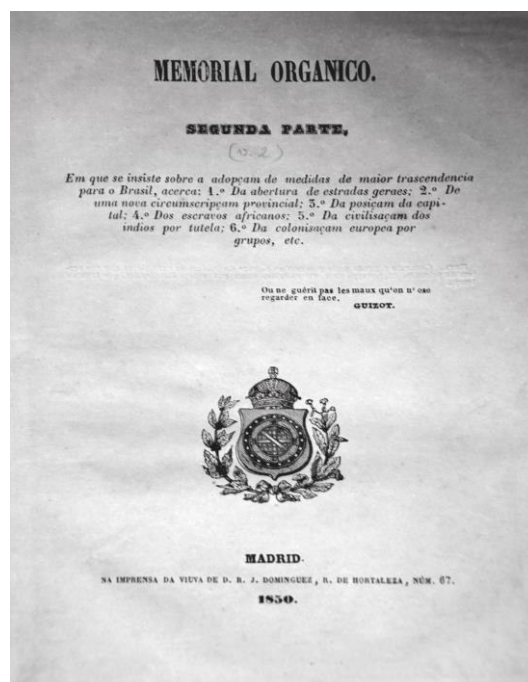
⁴⁹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 3. Seção I: Introdução. Origem do descobrimento da América Central.

⁴⁹⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial orgânico oferecido à nação. **Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária**, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out./nov. 1851. p. 356.

⁴⁹⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 108.

quando as causas fossem conhecidas e devidamente expostas e tratadas. A fórmula: “atividade, ordem e governo, e nada de adulações que vexem a modesta pátria!”⁵⁰⁰.

Em 1849, Varnhagen escolheu seu público-leitor privilegiado, as *Assembleias*, e a ele se apresentou como um cidadão responsável que desejava participar e influir nos destinos de seu país convidando o leitor-cidadão, Deputado ou Senador, a ouvir suas considerações, apreciá-las em sua justeza e utilidade e, convencido de sua pertinência, transformá-las em lei e executá-las. Na edição de outubro/novembro de 1851, iniciou com uma *Apresentação* cuja marca foi a de uma encenação de oralidade que dá a sensação de estar diante de uma plateia para a qual uma tese é apresentada e defendida. Varnhagen chamou *Meus amigos e senhores*, escrevendo como se estivesse falando de frente. Desta vez, já ofereceu o opúsculo à *nação*, para que todos os cidadãos pudessem avaliar, julgar e serem corresponsáveis pela implementação das ideias por ele explanadas. A mudança de dedicatória pode ser observada já nas anotações que fizera na capa da primeira parte, pensando na publicação da segunda parte, que está exposta abaixo:



Figuras 6 e 7: Capa da primeira parte do *Memorial orgânico* com anotações de Varnhagen. Fonte: https://www.google.com/search?q=memorial+organico&client=firefox-b-d&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi_iuTl_e_gAhWRGbkGHWJtAmkQ_AUIDygC&biw=1366&bih=654#imgsrc=Q0qvddDdbFJRSM:. Acesso em 7 mar. 2019. À direita, capa da segunda parte do opúsculo. Fonte: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro*. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 199.

⁵⁰⁰ Ibid. p. 109-110.

Já tive a oportunidade de comentar os elementos desta capa (item 1.1). Coloquei-a novamente para mostrar as anotações que Varnhagen fizera em sua extensão e que também já sublinhei nesta Dissertação como a troca da dedicatória (parte superior da figura) e da frase epigrafada (meio da figura). O oferecimento *à nação* (indicado na primeira imagem) só apareceu em 1851. Em 1850, colocou as medidas que desenvolveria no decorrer do texto e realmente suprimiu a indicação de autoria (*Dado à luz...*).

Ainda na *Apresentação* de 1851, buscou captar a benevolência de seus leitores, lembrando que a primeira edição saíra anônima, por julgar que deste modo suas ideias seriam ajuizadas segundo sua *valia* e não pelo nome do autor. Dizia interessar-lhe mais o elevado desejo moral de que elas eram tributárias. O texto apareceu assinado por conta da pressão dos redatores e amigos da Revista. Como apontou Laura Oliveira, diante da grandiosidade do tema, Varnhagen se amesquinhou: a estratégia era a de valorizar o tema, destacando sua relevância e pertinência, portanto, uma estratégia retórica de convencimento do leitor. O propósito era instruir e gerar um debate, objetivando uma partida para a ação⁵⁰¹. Trazendo o leitor para mais perto ao usar expressões como *todos conhecem* e *ninguém ignora*, informava que aquelas proposições não visavam a sua autopromoção, mas que cada leitor-cidadão assumisse seu compromisso na edificação da nação. Por fim, firmava o compromisso de conservar a forma *desabridamente persuasiva* do texto.

Varnhagen usou o discurso para persuadir seu público. Tendo reservas quanto aos ornatos do estilo, via o bom orador como o que persuade, mais do que propriamente o que “fala bonito”. Conforme Dante Tringali, o auditório pode ser ou não persuadido, já que se trata de um aconselhamento para a aceitação de uma opinião (a persuasão retórica se realiza verbalmente por meio do discurso). Se for persuadido, pode implicar a tomada de uma decisão que, conseqüentemente, pode levar a determinado comportamento. A Retórica Antiga, a que Varnhagen tivera acesso em sua formação intelectual, distinguia três modos de persuadir, os “*Tria officia*”, na expressão de Cícero, isto é, ensinar, comover e agradar, de modo que ao orador caberia persuadir em três níveis: convencendo a mente, comovendo o coração e agradando o bom gosto. Nesse âmbito, haveria uma interdependência entre essas três tarefas dentro do discurso, uma necessidade de harmonizá-las, porém, o convencimento

⁵⁰¹ OLIVEIRA, Laura Nogueira. Recursos discursivos retóricos no ‘Memorial Orgânico’ de Francisco Adolfo de Varnhagen. **XXIII Simpósio nacional de história da ANPUH**, Londrina, 2005. p. 1-7.

seria dominante, pois é possível convencer sem comover ou agradar, mas não se comove ou agrada sem convencer⁵⁰².

Varnhagen quis ensinar e comover seu público via exposição de exemplos históricos que atestavam a validade de suas proposições, agradar já era um atributo do qual poderia prescindir, se confundido com *adulação*. Embora se apresentando com verniz humilde, fez o papel do orador que buscava despertar os sentimentos dos brasileiros, conduzindo-os e sensibilizando-os a aderir ao exposto.

A troca de uma palavra na primeira frase do Capítulo 1 do opúsculo pode ajudar no entendimento da ideia geral do autor. Em 1849, apareceu que o Brasil era uma *nação*, já na Revista Guanabara, trocou-se *nação* por *estado*. A troca não foi casual. Afirmar que o Brasil era um Estado era reconhecer que, embora independente, não conseguira se constituir num *corpo* único, dotado de uma organicidade, isto é, ainda não era uma *nação* e poderia sofrer as consequências de tal condição. A maior delas seria conservar a própria existência, pois acreditava que os países ou se estruturavam como nações, ou viveriam a desagregação e a desordem.

Varnhagen afirmou que o texto tinha o aval dos *publicistas*. Para demonstrar a pertinência do que propôs, recorreu com frequência ao disposto por *autoridades* no assunto sobre o qual dissertava. Ao longo dos próximos Capítulos, terei a oportunidade de mostrar as principais referências das ideias expostas. Importa destacar o conhecimento profundo que demonstrou ter sobre os assuntos abordados. Sem incorrer em exagero, Varnhagen tinha um grau de compreensão da situação brasileira que talvez alguns políticos de sua época não tivessem. Faltou-lhe a experiência de vida enquanto homem de Estado (vinculação à política partidária, eleições, etc.), embora tenha se aproximado muitas vezes por conta de seu trabalho como diplomata. É interessante pontuar que, em carta ao Imperador, ele deu a entender que teria algum interesse em entrar para a Câmara. Se efetivamente teve, logo abandonou.

Por ora, apenas listarei os principais nomes que apareceram no *Memorial*, auxiliando o autor em suas reflexões sobre o Brasil. O quadro a seguir tem este objetivo:

QUESTÃO TRATADA (1849-1850-1851)	AUTOR/LIVRO CITADO
	François Guizot (epígrafe – 1850/1851) Alexander von Humboldt (“Cosmos”) Silvio Pellico (epígrafe - 1849)

⁵⁰² TRINGALI, Dante. O discurso enquanto persuasivo; Os “Tria officia”: os três modos de persuadir. In: _____. *A Retórica Antiga e as outras Retóricas: a Retórica como crítica literária*. São Paulo: Musa Editora, 2014. p. 49-51.

JUSTIFICAÇÃO DO TRABALHO	Paulino José Soares de Sousa Emmerich de Vattel (“O direito das gentes”) Nicolau dos Santos Vergueiro Hollanda Cavalcanti Cícero
POSIÇÃO DA CAPITAL E INFLUÊNCIA DO CLIMA	Políbio Vegécio Pierre Foissac (“De l’influence des climats sur l’homme”) Montesquieu (“O espírito das leis”) Alcide d’Orbigny (“L’homme américain”)
CIVILIZAÇÃO INDÍGENA	Senador Nicolau dos Santos Vergueiro Andrés Bello Emmerich de Vattel
ESCRAVIDÃO	Aristóteles (“Política”) Heródoto (“História”) Paulino José Soares de Sousa
COLONIZAÇÃO EUROPEIA	Gaetano Filangieri (Giovanni) Rossi Charles Richard (“De la colonisation du peuple arabe”)

Quadro 1: Quadro dos autores citados por Varnhagen nas edições do *Memorial orgânico*.

No conjunto de medidas articuladas entre si que o compôs (provavelmente o autor lançou mão da formação como engenheiro), o *Memorial* tem um caráter técnico, de planejamento, logo, o estilo de escrita do opúsculo é bastante objetivo, prático, como de certa forma lhe era característico. Por vezes, usou de ironia, ridicularizando situações que considerava inoportunas e mesmo prejudiciais para o desenvolvimento do Império. Por exemplo, com relação ao tráfico de escravos, enunciou que era urgentíssimo impedir que entrassem mais, pois era antes preferível “pedirmos todos, amanhã, esmolas e andarmos descalços, que ver o belo e risonho Brasil, a nossa pátria, convertida numa catinguenta Guiné”⁵⁰³.

Lembrando que para o texto de 1849 faço uso da edição de 2016 anotada por Arno Wehling (traz as anotações feitas por Varnhagen em notas de rodapé), a primeira parte do *Memorial* ficou estruturada desta maneira:

CAPÍTULO I Alguns enunciados

CAPÍTULO II Justificam-se as seis proposições enunciadas

⁵⁰³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 120.

- § I. Limites
- § II. Situação da capital
- § III. Comunicações interiores
- § IV. Divisão atual em províncias
- § V. Defesa interna
- § VI. População

CAPÍTULO III Solução e remédios

- § I. Limites
- § II. Situação da nova capital
- § III. Comunicações internas. Caminho de ferro. Estrada imperial
- § IV. Divisão de territórios
 - I. Preliminares
 - II. Novos departamentos
 - III. Advertências
 - IV. Classificação dos departamentos – Pensões e alimentos do estado
 - § V Plano de defesa interior
 - § VI. População
 - I. Dos africanos (No texto lê-se População africana)
 - II. Dos índios bravos
 - III. Dos colonos europeus (No texto lê-se Colonização da Europa)
- Engajamentos
- Ideias de fomento
- Condecorações etc.

CAPÍTULO IV Outras providências

CAPÍTULO V Lembranças na execução

Boa parte das anotações do manuscrito de 1849 (no original: 49 páginas, além de uma folha de rosto, uma folha preliminar com texto do editor e um mapa do Brasil com a nova divisão proposta por ele) não foi incorporada à segunda parte. Nesta ocasião, apenas informou ao leitor que saíra novamente a *campo* para sustentar ou ampliar as propostas com novos *argumentos* e novos *planos*. Os últimos três itens, *Engajamentos*, *Ideias de fomento* e *Condecorações etc* e os Capítulos IV e V foram suprimidos. Importa destacar que nesses tópicos apareceu o ponto de vista de Varnhagen sobre o ensino superior no país. Acerca da situação da ciência no Brasil, asseverou que:

A necessidade de organizar no Brasil um curso regular, uma faculdade politécnica, isto é, de ciências exatas, físicas, naturais [e aplicadas,] é palpitante. Destas ciências, francamente falando, as únicas que entre nós se estudam, e sabem como convém, são as matemáticas puras, [e talvez as mistas.] E se não: depois de Velloso e Arruda, que plantas têm classificado nossos botânicos? Depois de José Bonifácio, que rochas ou que minerais os nossos geólogos e mineralógicos? Que fenômeno original têm explicado nossos físicos? Que revolução na indústria do país têm proposto, ou que novos símplies descoberto nossos químicos? Que recomendáveis observações astronômicas ou que *Efemérides* têm publicado nossos

astrônomos? E um país como o Brasil sem que nele se estude e se ensine como cumpre a grande ciência da natureza! E é por falta de talento? Não. É porque entre nós a política abarca tudo, e todos [são] abarcados pela política⁵⁰⁴.

Ao colocar a política como suposto empecilho ao progresso da ciência, ampliava a gama de problemas internos que afetavam o Império. O *vício* da vez era a própria política, praticada muito com o olho em um cargo público, menos em nome de um maior desenvolvimento técnico/científico (qual seja) do país. Por isso, rejeitava o sistema de mandar os jovens estudarem na Europa, o que diminuía o interesse desses em retornarem ao Brasil. Se voltassem, logo se apresentavam adversidades: falta de meios intelectuais, de coragem, de ambições nobres... Resultado mais esperado: abandonariam a ciência (estudada à custa do Estado), abraçando a política como melhor caminho. Um *abuso!*, diria Varnhagen.

Com 16 páginas, a edição de 1850 versou sinteticamente sobre as seis ideias gerais já trabalhadas. Enfatizou novamente sua dúvida principal: as propostas seriam ouvidas?

nos daríamos por muito felizes se aquele nosso escrito houvesse de algum modo contribuído para a nova época de reformas administrativas, que vemos inaugurada no país. Seriam porém rejeitadas como utopias outras das nossas ideias? Vivendo longe dos negócios, e havendo-nos coberto com o véu do anônimo [...] e não nos sendo possível haver com regularidade a mão os periódicos do país, ignoramos até se apareceu do escrito alguma censura⁵⁰⁵.

Alguma *censura* não tardou a aparecer, mas só seria intensificada anos depois com a publicação do primeiro volume da *História Geral*. A mudança da capital seria encarada como uma *utopia*? Para essa indagação não obteve resposta em tempo hábil.

Os Capítulos foram assim estruturados:

§ I. – Introdução.

§ II. – Abertura de comunicações gerais.

§ III. – Nova divisão de território.

§ IV. – Situação da capital.

§ V. – Questão dos africanos.

§ V. – Civilização dos índios pela tutela. (Repetiu o V, provavelmente erro tipográfico)

§ VI. – Colonização por grupos.

Conclusão.

Na reedição parcial de 1851 (p. 356-370, continuação na p. 382-402), firmou que havia restituído os dois opúsculos, com os *retoques* que se propôs fazer, para serem reproduzidos na Guanabara, a cuja tipografia acudiu logo que soube que nela se achavam para

⁵⁰⁴ Ibid. p. 172. Grifo do autor.

⁵⁰⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 3.

serem de novo publicados, e com o seu nome. Declarou que havia arredondado frases e feito cortes *sem piedade*, mas sem introduzir uma única ideia nova (destoando um pouco do que dissera um ano antes). Para tanto, lançou o desafio: a confrontação mostraria a correção do dado. A sugestão foi aceita e o resultado foi que Varnhagen efetuou sim ligeiras modificações entre as edições. As temáticas foram desse modo dispostas:

Meus amigos e senhores

Capítulo I

Alguns enunciados

Capítulo Segundo

Justificação do que fica dito

- § I. – Limites
- § II. – Situação da capital
- § III. – Comunicações interiores
- § IV. – Divisão atual em províncias
- § V. – Defesa do país
- § VI. – População

Capítulo III

Solução e remédios

- § I. – Limites
- § II. – Situação de uma capital mais conveniente
- § III. – Comunicações internas
- § IV. – Divisão do território
- § V. – Plano de defesa interna
- § VI. – População e colonização
 - II. – Providências para fomentar a colonização europeia

Feito o detalhamento da parte estrutural das edições do opúsculo, cabe destacar as modificações efetuadas. Além da supressão de partes já informada, em 1851, Varnhagen mudou alguns aspectos que apareceram nas edições anteriores (até para caber nas dimensões da Revista), disse ter condensado as edições das partes um e dois, trocou títulos e nomes de parágrafos, mas nada que alterasse significativamente. Alguns exemplos: o 3º Departamento, em 1849, chamar-se-ia *Curitiba*, mas o nome foi riscado no texto original e substituído por *Paraná*, observando que foi criada uma província com este nome. Também o 6º, *Minas*, foi trocado por *Campanha*. Outra modificação que deveria ter sido apresentada já em 1850, mas que só apareceu em 1851, foi a substituição de *Departamentos* por *Províncias*, e da divisão em 19 departamentos por 22 províncias, sem maiores explicações. Na realidade, oscilou entre *Departamento* e *Província* em trechos da redação das três edições.

Ligeiras modificações apareceram também a propósito dos indígenas, dos escravos, dos compromissos e vínculos dos colonos, com a intenção de aperfeiçoar a tese anteriormente defendida ou mesmo de abrandar o discurso. A fundamentação entre a primeira e a segunda parte diferiu em alguma medida. Embora sem se pretender um estudo acadêmico, o *Memorial* ficou mais bem embasado na edição de 1850. Na primeira parte, a fundamentação esteve principalmente em Montesquieu, Humboldt e Jean-Baptiste Say, enquanto em relação aos demais houve apenas breves notas. Na segunda, repetiram-se os dois primeiros e foram agregados François Guizot, uma forte presença de Vattel (na edição comentada por Silvestre Pinheiro Ferreira), Pierre Foissac, Andrés Bello, Richard, e outros somente mencionados, como Heródoto e Vegécio.

Seu alento era ter em mente o princípio de que:

Quantas vezes teorias que à primeira vista pareceram impossíveis têm sido depois recebidas como verdades absolutas, e postas por fim em prática pelos estadistas que antes as impugnavam como inoportunas, ou pelos de outro partido, ou de outra geração. [...]

É o patriotismo que nos conduz outra vez, e ainda de *viseira calada*, ao mesmo campo em que nos apresentamos há um ano. É ele que nos impele, e nos clama continuamente – avante! É ele que nos rouba o sossego e o sono enquanto não passam ao domínio público, pela imprensa, as ideias que nos inspira. E ele que nos dá força para arrostar com todas as contrariedades dos que se possam julgar ofendidos pela verdade, e nos deixa, com Pellico, resignar gostosos ao “*Patisce muore coll’intenzione di giovare al prossimo*”. É finalmente o patriotismo que nos faz entender e seguir o voto do sr. senador Paulino na sessão de 26 de julho deste ano: “ideias que em seu princípio estiveram em minoria e mesmo em unidade têm depois governado... Mas para que triunfem é necessário que... (o autor)... não se dispense de sustentá-las”⁵⁰⁶.

Varnhagen não se dispensou deste *dever*. Afirmou que não o abandonaria enquanto a consciência não lhe confirmasse já ter realizado todos os esforços possíveis para garantir o triunfo das *novas ideias*. Nesse movimento, delineou seu projeto político, oferecendo-o como guia para a vida política do país. Assim ensinava a *história da humanidade*, da qual dizia colher as ideias que professava. O *futuro* dependia das leis e das obras, e a obra fundamental era a de organização.

⁵⁰⁶ Ibid. p. 3-4. Grifo do autor. A Província do Paraná foi criada em 1853, a partir do desmembramento da Província de São Paulo. O título de Visconde (1852), depois Marquês do Paraná (1854) concedido ao Ministro Honório Hermeto Carneiro Leão foi em alusão à nova província na qual, detalhe, ele nunca colocou os pés.

Capítulo 4

Organizando o *corpo* do Império

Ou se adotem os meios que propomos ou se adotem outros, o essencial é tratarem-se radicalmente os males apontados.
F. A. de Varnhagen, 1851

A máxima de Varnhagen era clara: “Lede com reflexão a história da humanidade”⁵⁰⁷. O historiador e o diplomata agiam em conjunto, coadunando em práticas e interesses. Reconhecido fecundo polígrafo, a atividade de historiador abriu as portas para o serviço público. Não se pode negar que o historiador-diplomata foi igualmente diplomata-historiador. Este “Varnhagen em movimento”, na expressão de Temístocles Cezar, conservou a mesma linha de conduta com os pressupostos de verdade, justiça e imparcialidade (valiosos para seu historiar) para as ações diplomáticas.

Grande parte da obra do Oitocentos brasileiro foi a defesa da unidade nacional, intimamente ligada à integridade do território, que deveria estar dotado de uma eficiente rede de comunicações, fronteiras bem definidas e defendidas e, no *Memorial orgânico*, Varnhagen usou a metáfora do Império como um *corpo* que precisava ser curado de algumas *chagas*. Três delas eram relativas ao território, esta condição primordial para caracterizar a soberania de uma coletividade: a nação brasileira.

A quarta consideração deste trabalho faz parte do Juramento de D. Pedro II, em 23 de julho de 1840:

Juro manter a religião católica, apostólica, romana, a *integridade e indivisibilidade do Império*, observar e fazer observar a Constituição política da Nação brasileira, e mais leis do Império, e prover ao bem geral do Brasil, quanto em mim couber⁵⁰⁸.

Analisar projetos de administração e organização do território é um importante instrumento para se interpretar sob quais elementos um Estado se construiu e se consolidou. Um território que como ideia não se limita ao seu sentido geográfico, mas que lança luz sobre a forma como um grupo ou sociedade transformou esse determinado espaço geográfico segundo seus próprios interesses e o “bem geral”.

⁵⁰⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 160.

⁵⁰⁸ BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da História do Brasil**. v. 2. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. p. 35. Grifo meu.

Então, como organizar um país de dimensões continentais como o Império do Brasil?

4.1 Cuidando do *formidável colosso do Império*

e assim lançariam os fundamentos do mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso império, que é possível que exista na superfície do globo no estado atual das nações que o povoam.
Hipólito José da Costa, 1813

A urgência era executar a obra da organização definitiva do Império. Varnhagen queria que suas propostas encontrassem eco em administradores que as pudesse defender e sustentar apenas pelo *amor* ao futuro do Brasil.

O território é um dos mais importantes componentes do Estado nacional moderno: espaço de exercício da soberania nacional, campo de atuação de sua jurisdição, definidor dos limites geográficos para a atuação do aparato administrativo estatal. Tal concepção foi bem característica do Brasil oitocentista. Comentando o texto constitucional de 1824, o futuro Marquês de São Vicente afirmou que “o território do Império não constitui somente a sua mais valiosa propriedade; a integridade, a indivisibilidade dele é de mais a mais não só um direito fundamental, mas um dogma político”⁵⁰⁹.

Essa definição do território como a “mais valiosa propriedade do Império” conduzia a pelo menos três associações fundamentais. A primeira seria entre nacionalidade e cidadania. Era cidadão brasileiro, antes de tudo, quem tivesse nascido no Brasil (Constituição - Art. 6, I), dentro de seus domínios. Uma segunda associação era o território caracterizado como único e indivisível, governado por uma elite ilustrada que deveria conter a nação brasileira, ou seja, a associação entre todos os brasileiros (Constituição - Art. 1), ainda que esse amálgama fosse difícil de existir na realidade, dada a composição heterogênea da população. Por último, a defesa da indivisibilidade, referindo-se tanto às ameaças internas (rebeliões de escravos, por exemplo), quanto externas (as questões platinas, como o conflito com a Argentina em 1852), realçando a ação administrativa e conferindo à Coroa o papel de gestora dos interesses irregularmente distribuídos pelo território imenso⁵¹⁰.

⁵⁰⁹ BUENO, José Antônio Pimenta. **Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império**. Rio de Janeiro: Tipografia Imp. e Const. de J. Villeneuve E C., 1857. p. 21. Capítulo 1 - Da nação, soberania e direitos políticos brasileiros, Seção 2ª, § 2º - Da integridade do território nacional.

⁵¹⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 85-86.

Segundo José Murilo de Carvalho, três alternativas de modelo político foram aventadas às vésperas da Independência: a União ou Federação monárquica (Brasil e Portugal juntos), desmembramento com Monarquia e desmembramento republicano, com ou sem Federação. À exceção dos envolvidos na Revolução Pernambucana de 1817, havia uma preferência pela União, contudo, a atitude das Cortes em sugerir a “recolonização” do Brasil fez a balança pender para a separação. A solução monárquica (Independência + Monarquia) foi uma opção consciente da elite brasileira⁵¹¹. O rompimento com as Cortes portuguesas em 1822 anunciou o fracasso da proposta de uma Monarquia dual, ajudando a consolidar a ideia de Império, que se sobrepôs às “ameaças” republicanas, selando um compromisso entre a soberania popular e os direitos da realeza. A proposta centralizadora de uma “Monarquia ilustrada”, inspirada na França, pareceu mais eficaz para evitar os perigos e sobressaltos de uma revolução, além de arbitrar os conflitos das elites. O impulso transformador das Regências não foi suficiente para deslocar o princípio monárquico, fortalecido ainda mais pela antecipação da Maioridade, e a ideia de Império conservou a associação que lhe era inerente de garantia de uma unidade e uma continuidade⁵¹². Essa unidade implicava, por sua vez, na unidade do território, que se confundia com a de um corpo político.

É preciso salientar que, à época da Independência, esse ideal de unidade esbarrava na ausência real de uma tradição de governo central e de fortes laços de união econômicos ou políticos entre as antigas Capitanias.

O país independente desde logo se preocupou em constituir-se num território uno e indivisível que, com tantas potencialidades, tinha condições de se transformar brevemente num Império poderoso. Maria de Lourdes Lyra afirmou que a ideia da construção de um poderoso Império foi reanimada quando da transferência da Corte portuguesa para a Colônia brasílica. O evento de 1808 marcou uma mudança profunda para a futura ex-Metrópole e o posterior Império independente. A mudança do centro administrativo de Lisboa para o Rio de Janeiro consequenciou um esforço para a manutenção da unidade política do extenso território sob domínio lusitano, observando-se a partir daí grande ênfase nas supostas potencialidades

⁵¹¹ CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In: _____. **Pontos e bordados**: escritos de história e políticos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 161. Discursando nas Cortes de Lisboa, o Pe. Diogo Feijó afirmou abertamente que as províncias estavam independentes entre si e que os Deputados americanos não representavam lá o Brasil, mas suas províncias de origem. Essa dificuldade assumiu dimensões dramáticas após eventos como a dissolução da Constituinte de 1823, motor importante para a explosão da Confederação do Equador (1824, Pernambuco, com apoio do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas), cujos documentos deixavam transparecer a revolta dos envolvidos com o governo centralizado no Rio de Janeiro, que estaria conspirando contra a liberdade das províncias, sobretudo a de Pernambuco. Neles, Absolutismo e centralização apareciam como irmãos gêmeos.

⁵¹² MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit. p. 82-83. A aclamação em praça pública de um Imperador de 5 anos de idade era sintomática da força do princípio monárquico no Brasil.

do Brasil, “um Estado de dimensões continentais, possuidor de natureza exuberante, rios caudalosos, terra fértil, riquíssimo subsolo – condições prenunciadoras de fabulosas fortunas e, por consequência, de um radioso futuro”⁵¹³, fazendo surgir adjetivações como “grande”, “vasto”, para identificá-lo. Em outro extremo, enfatizar e explorar o potencial disponível nas possessões do Novo Mundo dava ao Reino de Portugal a chance de se salvar da tenebrosa crise econômica que o acompanhara até a América.

Como um projeto criado pelas ideias ilustradas do século XVIII, a “utopia do poderoso Império” de que tratou Lyra objetivava inicialmente a unidade luso-brasílica para assegurar a efetivação do projeto, mas com os conflitos nas Cortes e, sobretudo, após 1822, a utopia se redefiniu e a proposta de um forte Império atlântico deu lugar à proposição de um poderoso Império brasileiro, favorecendo a concentração dos esforços no fortalecimento da união entre as províncias, para a formação do Estado nacional.

Abordando temática semelhante, Ilmar de Mattos apontou a existência de uma descontinuidade, sugerindo a ideia “de um Império a outro”, isto é, evidenciar as descontinuidades entre um Império, o Império luso americano, e outro, o Império do Brasil, entre um projeto que buscava “costurar os retalhos” para transformá-lo num tecido único e os eventos ocorridos na primeira metade do século XIX, que lograram uma concretização diferente. A ideia do território extenso tinha relação direta com a própria concepção de Império em vigor quando da formação e consolidação do Estado nacional brasileiro, o que Mattos denominou de “lógica do poder territorialista”⁵¹⁴. Característica marcante dos governantes ibéricos, o poder se identificava com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, enxergando a riqueza como produto da busca de expansão do território. No caso do Império brasileiro, esse domínio ilimitado se revelou impossível de acontecer, principalmente em virtude da atuação de outro Império, o britânico, basta recordar a limitação imposta pela Inglaterra ao projeto de declaração da Independência e anexação de Angola ao Império do Brasil, ainda no Primeiro Reinado.

⁵¹³ LYRA, Maria de Lourdes Viana. Apresentação. In: _____. **A utopia do poderoso império**. Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. p. 21.

⁵¹⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Do Império do Brasil ao Império do Brasil**. v. 2. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Org.). Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos. Porto: Universidade do Porto, 2004. p. 729-733. Com relação ao interesse dos ingleses em afastar a eventual influência brasileira sobre os reinos africanos, é curiosa a coincidência das datas entre o início da penetração inglesa e francesa na África e a extinção do tráfico de africanos para o Brasil, além de que no tratado de reconhecimento da Independência firmado em 1826, uma cláusula fazia o Brasil renunciar a qualquer possessão na África. Ver: RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 1831-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 325-326.

A inviabilidade de uma expansão “para fora” condicionava outra postura a ser adotada por esses homens incumbidos de “pensar” o Brasil, traçando com força os contornos de um tipo especial de expansão “para dentro”, em outra expressão de Mattos, reconhecendo a nação como uma “comunidade limitada”⁵¹⁵, pois por maior que seja sempre haverá fronteiras finitas. Assim, a vantagem mais significativa da transferência da capital para o interior seria a de esvaziar o *bairrismo* e promover a unidade, pois se iria estudando a nação inteira e finalmente fazendo-se a associação entre a Corte e as províncias. O que justificava as demais propostas de organização da geografia política, pois, havendo “verdadeiros desertos”, certa proporção territorial, bem ocupada, seria a base principal de uma redivisão territorial. Tudo o que foi traçado por Varnhagen no *Memorial* é um exemplo de expansão “para dentro”, uma lenta construção que se daria com a pena empenhada e com a *vontade política*.

A defesa da unidade e da contiguidade do território tornou-se, então, uma das mais importantes formas de expressar a soberania nacional do Império brasileiro que se pretendia construir em meados do século XIX. Na definição do Marquês de São Vicente:

A soberania é a independência de um povo que pertence a si mesmo, o poder em sua origem, em seu ser primitivo, a força inteligente e suprema da sociedade, ainda não delegada.

[...] é evidente que a sociedade nacional é a massa coletiva de seus membros, o todo dos sócios, e consequentemente o complexo de todos os direitos e forças sociais; quem pois, senão ela, terá a faculdade e o império de ditar as condições de seu modo de existir, de sua própria associação, e de fazê-lo efetivas e duradouras? De que outra fonte nasceria o direito de impor servidão a homens livres, relacionados só pelas leis da razão e da moral, senhores de sua inteligência e de suas ações? D’onde deduzir o nome de súditos e de soberano? D’onde derivar a ideia de superioridade moral?

[...] Nossos poderes políticos são pois delegações do exercício do grande poder nacional convenientemente divididas, não são a própria soberania primitiva, sim expressões, representações dela, são faculdades animadas, entidades correlatas com a ideia de sua origem e leis constitutivas⁵¹⁶.

A ideia de soberania tal como entendida pelo Ministro repousava na nação inteira (“soberania primitiva”), na determinação das instituições, nas garantias fundamentais, nas condições de exercício do poder. Todavia, por não ser possível um poder político exercido por ela em massa, surgiria a necessidade de representantes. No caso do Brasil, o Imperador e a Assembleia Geral (Art. 11 da Constituição de 1824) eram as mais altas delegações do poder

⁵¹⁵ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 33.

⁵¹⁶ BUENO, José Antônio Pimenta. Op. Cit. p. 25-26. Capítulo 2: Da soberania, seu governo e dinastia, Seção 1ª – Da soberania nacional, sua delegação e representação, § 1º - Da soberania nacional. Na Constituição de 1824: “Art. 12. Todos estes Poderes no Império do Brasil são delegados da Nação”. Ver: COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824. Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824). PARTE I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18340>. Acesso em: 10 abr. 2016. p. 9. Título 3º, Dos Poderes, e Representação Nacional.

nacional, representantes constitucionais que tinham uma espécie de “soberania secundária”, agindo em benefício do país.

A soberania passava pela ocupação regular do território. Uma terra não ocupada era uma *res nullius*, coisa sem dono, passível de apropriação/invasão estrangeira, inclusive. Povoar era ocupar. O fio que conduziu as propostas de Varnhagen para a organização do território seguia por esse caminho articulando dois elementos principais, a saber, integridade e integração. Sua avaliação geral foi a de que:

O Brasil é uma nação cujas raias com as vizinhas estão por assinar; um império cujo centro governativo não é o mais conveniente; um país cujo sistema de comunicações internas, se o há, não é filho de um plano combinado; um território enfim cuja subdivisão em províncias é desigual, monstruosa, não subordinada a miras algumas governativas, e procedente ainda no fundo (na beira-mar ao menos) das primeiras doações arbitrárias feitas, há mais de três séculos, pelos reis portugueses. Ainda mais: assim como não há plano de comunicações internas que fomentem o comércio e a agricultura, também não consta havê-lo de defesa do país, a fim de prevenir, pela simples ocupação desde já de certos pontos decididamente estratégicos que apresenta a inspeção do seu território, qualquer futura tentativa inimiga⁵¹⁷.

Um diagnóstico preocupante, portanto. Mesmo afirmando que os ministros de D. João eram, em geral, *honestos*, era forçoso reconhecer que não tinham a *ilustração político-governativa* para executar a alta missão que lhe foi delegada. Os grandes obstáculos que se impunham à concretização do plano de ações elaborado pelo historiador no *Memorial* eram os problemas de delimitação de fronteiras, divisão territorial interna e a falta de interação entre as províncias.

Uma nova circunscrição era urgente para resolver, entre outros, o problema da *monstruosidade* de algumas províncias e a *quase nulidade* de outras, quando as *estrelas* do Império deveriam constituir uma *constelação regular* para seu *uniforme regime*. Comparando a *monarquia brasileira* a um *edifício*, defendeu que, para que as diferentes *peças* se sustentassem em equilíbrio, deveriam ser, quanto possível, “de igual força e resistência, à maneira das pedras de uma abóbada de volta inteira, que se sustentando e se apoiando umas nas outras conseguem sustentar o edifício todo”⁵¹⁸. A desigualdade de tamanho também

⁵¹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 107. A edição de 2016 do *Memorial* foi anotada por Arno Wehling, assim, a maioria dos termos que aparecem entre colchetes, parênteses, assinala que o autor planejou alterar a palavra ou o trecho para a segunda parte do trabalho. Parte significativa dos apontamentos marginais não foram, todavia, conservadas no texto de 1850.

⁵¹⁸ Ibid. p. 117. Como exemplo das *anomalias* que existiam na divisão de território, mencionou o caso da povoação Pedras de Fogo que, da mesma rua, as casas de um lado pertenciam a Pernambuco e as defronte à Paraíba.

dificultava a questão da representatividade política de cada província no plano nacional. Uma das primeiras *vantagens* seria que estas, reduzidas, equivaleriam a outros círculos eleitorais, além de racionalizar e facilitar a administração.

No âmbito da política de limites, comentou:

É bem sabido no Brasil (graças às sábias memórias do V. de S. Leopoldo), como em toda a vastíssima fronteira do Império, os nossos limites estão por assinar de um modo terminante. E o mais é que não são menos de nove as nações limítrofes de quem dependem as negociações a tal respeito, a saber: Montevidéu, República Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador e Venezuela; além da Inglaterra e da França nas Guianas respectivas. Anularam o sábio tratado de 1750, caducou o de 1777, e o Império só está devidamente limitado pelo Oceano⁵¹⁹.

Demétrio Magnoli ressaltou que, no início do século XIX, o programa da unidade lançado pelo governo imperial solicitava a produção de certo território imaginário capaz de funcionar como plataforma de sua política de fronteiras, e a doutrina das fronteiras naturais serviu como base dessa política que, por sua vez, teve como sustentação os tratados firmados entre as Coroas ibéricas na segunda metade do século XVIII. Os documentos gerados pelas comissões portuguesas, isto é, trabalhos de reconhecimento de campo e a cartografia empreendida pelas comissões de limites, constituíram-se em fontes de produção desse território imaginário, circunscrito por acidentes naturais e vertebrado pela suposta unidade das bacias do Rio da Prata e do Amazonas. Tendo nos trabalhos de Duarte da Ponte Ribeiro, “o fronteiro-mor do Império”, a fonte de elaboração da doutrina imperial dos limites, todas as cartas imperiais do Brasil se basearam nos seus mapas, funcionando até o Gabinete Rio Branco como documentos de prova nas negociações e arbitragens⁵²⁰.

⁵¹⁹ Ibid. p. 111.

⁵²⁰ MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 295. Segundo Magnoli, “O Tratado de Madri de 1750 ocupa lugar axiomático na narrativa nacional originada no século XIX. A sua incorporação à linhagem dos mitos fundadores da nacionalidade implicou uma sutil operação ideológica: o ocultamento da moldura que o enquadrava - as disputas entre as coroas ibéricas pelo controle da América do Sul - e a invenção de uma outra moldura, referendada na constituição de uma nação e um território brasileiros”. E completou: “No momento da ruptura dos laços coloniais, o novo Império brasileiro não dispunha de um território unificado prévio, mas de um conjunto heterogêneo de territórios coloniais herdados da colonização. A unidade territorial aparece, então, como um desafio e um programa histórico”. Ainda conforme Magnoli, a geografia, a cartografia e o mapa desempenharam funções cruciais na narrativa da unidade, posto que a unidade realizar-se-ia plenamente pela delimitação de um território nacional contido no interior das fronteiras políticas. Nesse sentido, a doutrina das fronteiras naturais funcionou como chave organizadora da narrativa de construção do território nacional brasileiro. Essa narrativa foi uma obra coletiva da elite imperial, emanada de um olhar dirigido para o passado colonial, e o mito da Ilha-Brasil foi o que a inspirou e forneceu os argumentos para a sua legitimação. A Ilha-Brasil foi engendrada como mito territorial inscrito na narrativa nacional ao longo do século XIX e, basicamente, consistia na atribuição de um território natural para o Brasil definido pelos cursos dos Rios Uruguai, Paraguai, Guaporé e Mamoré e pelo vale drenado pelos afluentes do Amazonas. Na *História Geral* de Varnhagen, a descrição do território brasileiro apareceu associada a essas fronteiras naturais. O Império brasileiro, engajado na delimitação e consolidação das fronteiras políticas, utilizou o mito da Ilha-Brasil como fonte de legitimação da sua política de fronteiras, sendo a ocupação da Banda Oriental e a sua incorporação como Província Cisplatina

A menção que Varnhagen fizera aos tratados não foi aleatória. O Tratado de Madri (1750) resgatou o princípio de *uti possidetis* (posse útil) para determinar as terras que pertenciam às Coroas portuguesa e espanhola no continente americano. O Tratado de Santo Ildefonso (1777) restabeleceu as linhas gerais da partilha proposta em 1750, sendo depois anulado e substituído pelo Tratado de Badajós (1801), também entre Portugal e Espanha, declarado nulo por Portugal em 1808. No Brasil independente, à falta de um instrumento que pudesse determinar as fronteiras com as recém-fundadas Repúblicas, era premente encontrar algum princípio regulador que assegurasse paz e equilíbrio nas relações entre os vizinhos da região⁵²¹. Nesse contexto, o princípio de *uti possidetis* se mostrou a solução mais apropriada, porque determinava que cada parte ficasse com quem possuísse o território.

Entre o final dos anos 1820 e início da década de 1840, o Estado brasileiro passou por crises e redefinição institucional. A fragilidade e/ou o fortalecimento das instituições eram condições que afetavam a política externa. Só em 1844, quando foi extinto o sistema de tratados, houve condições para se elaborar um novo projeto de política externa, inaugurando um período que se estenderia até 1876, caracterizado pela ruptura com a fase anterior, pouco enérgica na defesa dos interesses nacionais por conta dos compromissos selados. Na expressiva declaração do Visconde do Uruguai, “presos por tratados, não nos podíamos mover”⁵²². Envolvendo uma redefinição das metas externas, uma das principais decisões dessa nova percepção foi a de sustentar as posses territoriais por meio de uma política de limites que

talvez o exemplo mais nítido da relevância prática e ideológica da noção de fronteiras naturais no momento em que se constituía o Estado brasileiro. A explicação era a de que a Banda Oriental localizava-se a leste do Rio Uruguai e, portanto, no interior da “Ilha brasileira”. As considerações políticas conjunturais que deflagraram a incorporação da Cisplatina foram, quase sempre, justificadas com base no “direito natural” brasileiro à soberania sobre a margem esquerda do Rio da Prata. Assim, a narrativa nacional brasileira entalhou a pátria na natureza, produzindo um território prévio, anterior à própria colonização, definido pelo desenho premonitório dos rios, tornando toda a colonização portuguesa num vasto resgate do Brasil natural que se completou através do Tratado de Madri, e o Estado independente como depositário dessa unidade ancestral que devia ser defendida. Sobre esse assunto, ver: MAGNOLI, Demétrio. Por uma arqueologia da narrativa nacional. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 134-142, mar./mai. 2001.

⁵²¹ VARGAS, Fábio Aristimundo. Fronteiras na América Latina dos descobrimentos à descolonização. In: _____. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: FUNAG, 2017. p. 157-158. O Tratado de Madri inovou ao introduzir dois parâmetros para a definição das fronteiras: o *uti possidetis* (quem possui de fato deve possuir de direito, critério geral colocado por Alexandre de Gusmão) e o emprego de acidentes geográficos (rios, montanhas) para a demarcação de limites. Seguiu o autor: “Celebrizaram-se, com o tempo, duas variantes do princípio: uma, adotada pela Coroa Espanhola e preservada pelos países hispano-americanos independentes, denominada *uti possidetis juris* (posse útil de direito); outra, originária da prática diplomática brasileira, conhecida como *uti possidetis de facto* (posse útil de fato).

⁵²² Apud CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. Economia, população e política externa. In: _____. **História da política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. p. 65-71. Segundo Cervo e Bueno, a nova política externa do Império foi possibilitada pela estabilidade e o funcionamento equilibrado das instituições, o conservadorismo político de base nacionalista (defesa dos interesses nacionais) e a conciliação entre os partidos. O Ministério dos Negócios Estrangeiros passou por quatro reformas em uma década, 1847, 1851, 1852, 1859, que o dotaram de normas adequadas e quadros habilitados. À época, dizia-se “ensaiar” uma nova política alfandegária, empresarial, industrial, nacional e autônoma.

definitivamente regulasse as fronteiras do país, entre elas, a preservação da Amazônia, que despertava o interesse dos Estados Unidos, e uma presença marcante na região platina, tendo em vista interesses econômicos, políticos e de segurança. A situação era de conflito entre os múltiplos interesses dos países fronteiriços e a resistência do Império a qualquer tipo de ingerência externa.

Para melhor conduzir, a estratégia adotada foi usar a diplomacia de modo inteligente, como forma de minimizar o atrito e maximizar os ganhos externos, deixando o uso da força como último recurso, após o esgotamento completo da ação diplomática e apenas em áreas onde pudesse ser concluída com sucesso. Não era permitido, por exemplo, nas relações com a Europa e a República da América do Norte. A escolha da negociação diplomática (muitas vezes árdua e prolongada) como norma de procedimento contribuiu para flexibilizar e viabilizar a política, transformando a negociação bilateral numa fórmula estratégica que ajudou a manter o Brasil em posição de força, impedindo a formação de uma frente de Estados vizinhos, o que explica em boa medida a intervenção do Império na República Argentina de Juan Manuel de Rosas, em 1852, que pretendia recriar o Vice-Reino do Rio da Prata sob a liderança de Buenos Aires, situação que não interessava nem um pouco ao Brasil.

Toda essa complicação decorria do fato de o Império precisar cuidar de quase 16.000 quilômetros de fronteira com nove Estados limítrofes, e mesmo que em 1822 tenha “herdado” uma situação *de facto* confortável, era *de jure* delicado, por isso a afirmativa de Varnhagen que o país só estava devidamente limitado pelo *Oceano*. Negociar, para o governo brasileiro, significava não ceder enquanto houvesse risco de perda territorial⁵²³.

Em resumo, a política brasileira de limites no século XIX se deu da seguinte maneira: a) fase de hesitação doutrinal e prática até a metade do século, b) definição de uma doutrina de limites, a do *uti possidetis*, pública e coerentemente mantida de 1851 a 1889, c) opção pela negociação bilateral como método de implementar essa doutrina, d) exclusão do arbitramento, exceto como última instância a se recorrer, e) determinação ocasional de corolários à doutrina, e1) referência aos tratados coloniais na ausência de ocupação efetiva, e2) permuta, cessão ou transação de territórios em favor da fronteira mais natural e dos interesses do comércio e da

⁵²³ Ibid. p. 106. Para os autores, um dos condicionantes da política brasileira de limites no século XIX foi a percepção do significado da fronteira no quadro da ideia de nacionalidade, nutrida pelo mito da grandeza legada. A doutrina do *uti possidetis* foi utilizada pelos portugueses no período colonial, como se pode constatar pelos textos do diplomata Alexandre de Gusmão, e poderia ceder ante benefícios mútuos, tendo em vista obter fronteiras “mais naturais e convenientes, acesso a vias navegáveis e rotas comerciais”.

navegação, e3) vinculação da navegação e do incremento comercial à solução dos limites, f) defesa intransigente e unilateral do *uti possidetis*, como “legado” do período colonial⁵²⁴.

Logo, o estabelecimento dos limites foi o tema central da política externa do Brasil imperial, prolongando-se até a segunda década da República. Nesse campo das relações exteriores, as questões principais com as quais teve que lidar o Reinado de D. Pedro II foram as problemáticas disputas de poder e limites na região do Prata, as fronteiras no Oeste e na Amazônia e as intrincadas relações com a Grã-Bretanha, especialmente o tráfico de escravos⁵²⁵. No discurso oficial, a motivação mais profunda para delinear os limites do espaço nacional era dar segurança à nação e estabilidade às relações com os vizinhos, não engrandecer o território do Império, que já era enorme. A esse respeito, num Relatório da Chancelaria de 1867 constava que:

O Brasil possui território tão vasto que não necessita aumentá-lo em prejuízo de seus vizinhos. O que seu governo deseja é que, no interesse de todos, conheça cada um o que lhe pertence e fique discriminada a sua jurisdição. Tal é o único motivo dos imensos esforços que ele tem feito para conseguir a completa designação da extensa fronteira do Império. Nenhum outro o impele, e sobre isto não se pode haver a mais breve sombra de dúvidas⁵²⁶.

Para alguns atores desse momento político as nuances poderiam ser menos monocromáticas. Quando do conflito com o Paraguai, por exemplo, Varnhagen sugeriu a anexação da República de Solano de López como província conquistada ou Colônia⁵²⁷, mas, de fato, a prática da política exterior imperial do Segundo Reinado prezou pela organização e equilíbrio das relações com os países vizinhos, flexibilizando as negociações com o objetivo de evitar o confronto armado, embora quase sempre tenha deixado a fronteira mais ou menos

⁵²⁴ Ibid. p. 98-99. Ponte Ribeiro foi o primeiro a sugerir ao então Ministério dos Negócios Estrangeiros que fosse usado o princípio do *uti possidetis* para as negociações de limites. O princípio não era novo e tinha sido a base do Tratado de Madri, negociado por Alexandre de Gusmão. O Ministério ficou em dúvida sobre a vantagem de se utilizar o *uti possidetis*, que só na gestão do Visconde do Uruguai passou a ser diretriz fundamental da política brasileira. Ver: GOES FILHO, Synesio Sampaio. A geração de Varnhagen e a definição do espaço brasileiro. In: LEITE, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico**. Brasília: FUNAG, 2016. p. 82.

⁵²⁵ GOES FILHO, Synesio Sampaio. A geração de Varnhagen e a definição do espaço brasileiro. In: LEITE, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico**. Brasília: FUNAG, 2016. p. 89-91. Pelo Tratado de 8 de julho de 1841, ficaram ajustados os limites com o Peru. Entre as disposições, o Brasil abriu-lhe a navegação do Amazonas, assentando, pela primeira vez, a doutrina do *uti possidetis* e abandonando, consequentemente, os tratados coloniais.

⁵²⁶ Apud CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. Op. Cit. p. 96.

⁵²⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 296. Carta confidencial de 6 de março de 1865 ao Conselheiro José Antônio Saraiva, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Tratando com seu superior no serviço diplomático, Varnhagen classificou como *insolência* a agressão do governo paraguaio ao Brasil e seguiu: “Confiado em que há de triunfar pela guerra a causa da justiça, faço votos para que essa paz só venha a ser concedida quando consigamos libertar o Paraguai do seu barbárico obscurantismo [...]”. A paz só viria em 1870, com muito custo humano e financeiro. Ao lado dos milhares de mortos, uma catástrofe orçamentária e mais um instrumento de contestação da sustentação do regime: como explicar que um Império escravista iria libertar o Paraguai do *obscurantismo* tirânico, inclusive, mandando escravos para a guerra?

onde queria, demonstrando ter uma força a mais na balança dos jogos de interesse da parte sul do continente. De qualquer forma, anexar o Paraguai não estava nos planos do Império, era uma opinião pessoal do historiador.

O *Memorial* foi, em 1849, o eixo de um enfoque iniciado, pelo menos, em 1839 e que permanecia vivo em 1877. Em carta de 5 de outubro de 1839, remetida ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, Varnhagen anunciou a submissão das *Reflexões críticas* à apreciação do IHGB e, ao final da correspondência, informou sua intenção de escrever uma “extensa Geografia Física do Brasil, e sobre ela fundar um projeto de divisão e subdivisão territoriais, local mais conveniente para a capital do Império, etc.”⁵²⁸. Varnhagen pensou a conformação territorial do Brasil subordinada a um princípio de centralidade, isto é, o centro administrativo deveria estar localizado na região central do país, daí a proposta de um local *mais conveniente* para a capital, defendida até seu último trabalho, publicado um ano antes de morrer.

A reclamação acerca da divisão provincial não era um apanágio seu. Com pesar, também o Visconde do Uruguai recordara que a antiga divisão colonial das Capitanias (em que o Brasil era administrado pelos Capitães Gerais, Ouvidores, Juizes de Fora, Provedores) permanecia como a principal base da organização administrativa do país, resultando em “desproporções enormíssimas” quanto à extensão territorial, população, renda e meios de aumentar esses elementos. Outro agravante era a dispersão da população. Espalhada por uma extensão imensa e quase deserta em vários pontos, constituía um grande obstáculo a ser combatido para organizar as divisões políticas, administrativas e judiciárias do Império. Uruguai arriscou-se a conjecturar que se a população que o Império possuía então estivesse concentrada “em uma das suas mais férteis e mais bem colocadas Províncias, posto que mediana em extensão, é fora de dúvida que o Brasil teria tido dobrado adiantamento, e possuiria mais que dobrada força”⁵²⁹.

Difícil era, no entanto, unir forças dispersas. O sistema de agricultura vigente também auxiliava nesse afastamento da população, que abandonava a terra uma vez cultivada, e que

⁵²⁸ Ibid. p. 40. No lugar da *Geografia Física do Brasil*, acabou escrevendo a *História Geral*.

⁵²⁹ SOUSA, Paulino José Soares de. **Ensaio sobre o Direito Administrativo**. TOMO I. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1862. p. 54-55. Capítulo IX: A influência da divisão territorial, população e riqueza. Uruguai completou: “O ato adicional art. 10 § 1º declarou (e é exclusiva essa atribuição) que compete às Assembleias Provinciais legislar sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da respectiva Província. Não estabeleceu para isso (nem a Constituição era o lugar próprio) bases ou condições algumas. Assim uma Assembleia Provincial faz divisões maiores e mais ou menos populosas; outra de outra Província adota um sistema inteiramente diferente. Entretanto grande parte da legislação geral tem de referir-se a essas divisões e de partir delas, como de bases indispensáveis. Ora a organização tanto administrativa como judiciária é, e deve ser diversa, segundo são maiores ou menores as esferas dentro das quais tem de mover-se as respectivas autoridades. Todos sabem como, pelas Assembleias Provinciais, são feitas entre nós essas divisões. São completamente arbitrarias, porque não tem padrão e condições que lhes sirvam de base, e mais ou menos as harmonizem, tanto quanto podem, sem inconveniente, ser harmonizadas”.

passou a ficar pouco produtiva, por um terreno nunca antes aproveitado; além da ausência de meios eficientes de comunicação entre as províncias. Por essa razão, fixou que,

É sem dúvida muito conveniente uma nova divisão de Províncias, que faça desaparecer, quanto as circunstâncias permitirem, a imensa desigualdade que existe, pelo menos entre as maiores e as mais pequenas; porém devendo essa medida fazer parte da reorganização do nosso sistema administrativo, só e destacada não remediaria o mal senão em parte⁵³⁰.

Ao lado da redivisão, insuficiente na ótica de Uruguai, Varnhagen acrescentou um plano de comunicações. Interligar as partes do Império auxiliaria na resolução de variados problemas que mantinham relação entre si: povoamento do interior, melhoria no aproveitamento da terra, no comércio, nas finanças, no “estado de civilização”. Para tanto, precisava-se de um esforço combinado de organização das instâncias estatais, o mesmo a que se referiu Uruguai na passagem abaixo:

a organização política, administrativa e judiciária de um país depende muito, e está na mais estreita relação como a sua divisão política, administrativa e judiciária. [...] Todas elas devem ser formadas em atenção ao território, à população, aos impostos que paga, e aos meios de comunicação: combinados esses elementos quanto seja possível combiná-los⁵³¹.

A proposta lançada por Varnhagen foi a divisão do país em 19 departamentos (para 1850, o nome *departamentos* foi riscado e substituído por *províncias*): fronteiriços ou militares, administrativos, coloniais e um 20º departamento ultramarino, a ilha de Fernando de Noronha, destinada a ser um presídio, subordinado exclusivamente ao Ministério da Marinha. Seriam dezesseis departamentos *comuns*, com três dos limítrofes *fronteiriços ou militares*. Um deles assumiria funções de *departamento militar* por inteiro na fronteira sul, tendo Bagé como sede, governado por um general e com foco na defesa. O vigésimo seria o de *Ultramar*. Talvez fosse argumentado que tal lei envolveria reforma da Constituição, o que não via grande necessidade, embora já aguardasse os *tropeços* na discussão e aprovação.

Pelo que dispunha o Art. 2 da Constituição, o território do Império era “dividido em Províncias na forma em que atualmente se acha, as quais poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado”⁵³², em outras palavras, as províncias funcionavam como

⁵³⁰ Ibid. p. 63. Complementou: “Essa organização é mui pesada e incompatível, em um país pouco povoado, com pequenas circunscrições territoriais. Assim ainda que se faça uma nova divisão de Províncias, nunca poderá ser tal o seu território, que a ação administrativa do Presidente possa chegar bem, independentemente de agentes administrativos auxiliares, a todos os pontos”.

⁵³¹ Ibid. p. 51.

⁵³² COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824. Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824). PARTE I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18340>. Acesso em: 10 abr. 2016. p. 7. Sobre a questão da reforma constitucional, escreveu em 1850: “Não hesitemos pois em esforçarmo-nos por levar avante uma nova divisão; e não se diga que ela envolve reforma da Constituição quando geralmente assim não se julgou para o caso da

circunscrições territoriais da unidade geral “Brasil”, indicando o traço centralista da Carta de 1824, que delegou a divisão do espaço à dimensão administrativa, deixando à atividade política a tarefa de manter a integridade a todo custo. Daí São Vicente falar na defesa da integridade como “dogma político”.

Para o mesmo Marquês de São Vicente, a divisão do Império em províncias não deveria ser de ordem constitucional, pois se tratava de unidades locais pertencentes a um todo, e não estados distintos, federados. Como já constava na Constituição, poderiam ser efetuadas subdivisões quando bem exigisse as necessidades do país. Nesse sentido, uma divisão proporcional era reconhecida por todos como o melhor meio de preservar o importante princípio de homogeneidade ou unidade nacional, “o laço mais robusto da força e indivisibilidade do império”, assim concluiu o magistrado:

Por isso mesmo que o império é um e único, que ele não é dividido em províncias senão no sentido e fim de distribuir convenientemente os órgãos da administração, de modo que em toda a extensão do país haja centros adequados e próximos para o serviço, e bem ser dos respectivos habitantes, por isso mesmo cumpre ser consequente. Assim exige a justiça, para que não haja desigualdade de proteção, assim demanda a política, para que não haja influências desproporcionais, nem zelos, ciúmes, ódios ou perigos, que rompam um justo e providente equilíbrio⁵³³.

Fator indispensável era que as províncias e suas subdivisões não se transformassem em povos diversos e rivais entre si, mas um só povo brasileiro. Um bom sistema desviaria as ambições federais passíveis de retorno num futuro próximo.

A inspiração para a divisão em departamentos vinha da antiga orientação do autor: a história. Varnhagen lembrou que uma divisão de províncias mais harmônica e igualitária impedia que a ação governativa fosse mais eficaz e benéfica em umas do que em outras, como exemplificava o Reinado de Maximiliano I, fixando a Corte em Viena e, mais modernamente, os departamentos homogêneos propostos pelo Abade Sieyès, dando ao Estado francês a *unidade e indivisibilidade* de que carecia. Para o historiador, a França devia a harmonia com que marchava aos departamentos regulares, o que considerava um *bom precedente*. Dizendo não querer confundir a história e a legislação, abandonava o nome de *Províncias* e adotava o

desanexação de Campos e do Turiaçu. Quando temos em nosso favor estes arestos, estejamos seguros que o país e os vindouros nos louvarão o não dilatarmos tal medida”. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 6.

⁵³³ BUENO, José Antônio Pimenta. Op. Cit. p. 22. § 4º - Da divisão em províncias.

de novos departamentos administrativos, podendo chamar também *Cantões* ou *Partidos*⁵³⁴. Foi ressaltado que na reedição de 1851 o autor já usava amplamente *províncias*.

Respeitando as disposições constitucionais, a redivisão era somente administrativa, não levando em conta princípios eclesiásticos ou judiciais, por exemplo. O critério era o das fronteiras naturais. No caso, referia-se aos rios mais conhecidos do país como o Amazonas, o São Francisco, o próprio Prata, a saber, a separação das águas vertentes, das margens dos rios (se muito caudalosos) ou próximas à sua foz, principalmente no mar.

Como Varnhagen não trabalhava com uma noção de *bairrismo*, ou seja, um apego ao âmbito provincial, considerado pernicioso, e sim com um sentimento de “ser” brasileiro, as bases do autor para determinar o tamanho e a organização dos departamentos às vezes criava um novo a partir de porções de três províncias. Os critérios foram:

1ª) Dar a cada departamento uma extensão de território proporcional à dos outros, e suficiente população e riqueza, para que gozem proximamente de igual importância, e possam pela reunião de maiores capitais empreender obras maiores em favor do departamento.

2ª) [...] reunir, quando possível, os povos a que a natureza tiver prestado mais fácil comunicação, e, além disso, aqueles cujos esforços convergindo convenientemente a um fim produzam o bem-estar de todo o departamento: v.g., a abertura de uma ou duas boas estradas através da Serra do Mar ou para algum porto dos rios mais próximos, as quais fariam evidentemente desenvolver os recursos etc. A todos os nossos departamentos damos, pois, um ou dois portos de mar, ou pomos à sua disposição os rios que melhor poderão aproveitar.

3ª) [...] propomos que quanto possível se prefira que estejam no interior deles os centros governativos; isto é, as povoações em que esteja a presidência, ou ao menos aquela em que se reúnam anualmente as assembleias provinciais ou juntas dos departamentos; o que até estimulará os deputados ou procuradores dela [(que deviam limitar-se a puramente administrativos, com certas deliberações sobretudo acerca de empréstimos dependentes da aprovação do governo supremo); a procurar] melhorar as estradas por onde terão de transitar⁵³⁵.

As bases sobre as quais se assentaram a proposta de redivisão evidenciam a preocupação em tornar mais equilibrado tanto o recorte espacial ocupado por cada “parte” do “todo” Brasil, quanto as possibilidades de exploração dos recursos que conviriam para desenvolver o potencial de cada região, extraindo delas o que de melhor pudessem oferecer a si mesmas e ao engrandecimento da nação. O outro elemento estruturante era o de os responsáveis pelo governo conhecerem profundamente a realidade de cada uma dessas “partes”, o que, em conjunto, concorreria para o conhecimento do país inteiro.

⁵³⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 138-139.

⁵³⁵ Ibid. p. 142-143.

Antes das *vantagens*, porém, havia os obstáculos, e o imediato era a falta de mapas precisos do território nacional. Varnhagen lamentou o fato de países *civilizados* como França e Bélgica possuírem estatísticas exatas, mapas geodésicos levantados minuciosamente, além de serem povoados segundo seu potencial produtivo, enquanto os demarcadores, comissários e pilotos agrimensores do Império se viam às voltas com escassas informações estatísticas, de *confiança secundária*, para pensar empreender uma divisão territorial. Por conta disso, a redivisão não seria absolutamente exata, mas também não poderia dar lugar a dúvidas ou controvérsias, assim, a condição de precisão da linha divisória seria adotar os limites naturais, os melhores disponíveis naquele momento.

Os mapas colocados abaixo auxiliam visualmente o entendimento da proposta do autor:



Figuras 8 e 9: Mapa do Brasil que acompanhava a primeira parte do *Memorial orgânico*. A fonte do primeiro mapa é: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 198. No caso do mapa numerado, a fonte é: JANKE, Leandro Macedo. **Lembrar para mudar**: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta. (Dissertação de Mestrado). Programa de pós-graduação em História Social da Cultura. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em: 17 jan. 2013. p. 70.

O mapa à esquerda é o original que acompanhou o opúsculo em 1849. À direita está o mesmo mapa numerado de acordo com a divisão territorial proposta por Varnhagen. De vermelho estão os departamentos fronteiriços e com a cor amarela estão representados os departamentos administrativos. A cor verde designa a nova capital. Observando os mapas, a

redivisão proposta na primeira parte ficaria como disposto no quadro a seguir (ressalte-se que o autor foi mais detalhista, aqui está apresentada de modo sintético):

DEPARTAMENTO	BREVE DESCRIÇÃO
1º: <i>da fronteira do sul, do Uruguai, meridional</i> , ou como bem se julgasse	Um departamento militar na fronteira do sul, que teria por presidente um general ou capitão general residente, de preferência, em Bagé. Compreenderia pelo norte o território de Missões e vertentes brasileiras ao Uruguai, da foz do Pepiriguaçu para baixo, partindo com o departamento de <i>São Pedro</i> pelas vertentes do Rio Grande, até a sua foz na Lagoa dos Patos, cortando direito ao Tramandaí.
2º: <i>São Pedro</i>	Livre dos cuidados da fronteira poderia desenvolver os seus recursos criando para centro diretivo uma vila em Vacaria. Envolveria ao S e a O todas as vertentes do Rio Grande, e ao N até a foz do Pepiriguaçu, as do Uruguai, passando a compreender todas as do Itajaí, cuja foz serviria de limite com o imediato.
3º: <i>Curitiba</i>	Teria por centro diretivo a povoação de Ponta Grossa, confinando a O com Corrientes, República do Paraguai e Paraná, partindo ao N da de <i>São Paulo</i> pelas vertentes do Itararé, que compreenderia todas até que suas águas se juntassem no Paranapanema, que então serviria de raia aos dois departamentos até entrar no Paraná. Ao NE abrangeria todas as vertentes do Assungui até este se encontrar com o Juquiá, seguindo daí e partindo da de <i>São Paulo</i> pelo rio Iguape até a barra de Capara.
4º: <i>São Paulo</i>	Compreenderia pelo N e NE as vertentes do Tietê e as do Pardo até este se reunir com o Grande, interessando mais que seu centro regulador fosse São Carlos ou Sorocaba.
5º: <i>São Sebastião</i>	Compreenderia a ilha deste nome e a Grande, também podendo chamar-se departamento <i>Fluminense-Paraibano</i> ou departamento <i>do Paraíba do Sul</i> , cujas vertentes abrangeria todas até além da sua foz no Oceano. A sede presidencial deveria ser a cidade de Barbacena.
6º: <i>Minas</i>	Teria por centro regulador a cidade do Ouro Preto ou a do Serro, ou a Vila do Curvelo, um ponto mais central. Compreenderia as vertentes das cabeceiras do Rio São Francisco e do das Velhas. Livre das excrescências para o sul e para o norte poderia concentrar melhor suas forças e recursos, embora continuasse um departamento grande.
7º: <i>Principal</i>	Teria Imperatória por capital. No futuro, poder-se-ia ser declarado município neutro, partiria ao S com a precedente, ao N começando da foz do Rio das Contas, envolvendo as vertentes deste pelas duas margens e seguindo pelo Morro das Almas e Altos da Serra da Chapadas, compreendendo as vertentes do Rio Remédios e Verde pelas raia que separem o Pilão Arcado de Sento Sé
8º: <i>São Salvador</i>	Centro não proposto. Partiria pelo S e O como o antecedente, ao NO compreenderia todas as vertentes dos Rios Paraguaçu e Itapicuru até a barra deste, onde a água salgada o dividiria do...
9º: Departamento da <i>Barra do São Francisco</i>	Compreenderia as vertentes às margens do Rio São Francisco até se encontrar com o sétimo, de modo que ao N teria por limites as serras dos Cariris, Jabitacá e Garanhuns, que separariam as vertentes das águas.
10º: <i>Estrelas do Norte</i>	Possivelmente com o centro diretivo na Vila de Sousa, partiria pelo S com o precedente e compreenderia desde as vertentes do Rio Una todas as que para o N vão ao mar até as do Rio Jaguaribe.
11º: <i>Ceará</i>	Partindo a E e SE com o precedente e com o departamento 9º, pelo sul com a linha divisória das vertentes dos Rios Canindé e Piauí, começando porém a pertencer-lhe as vertentes do Parnaíba, depois de sua barra com o último, unido já ao Canindé. A barra do Parnaíba serviria de raia com o seguinte.

	Sobral poderia abrigar o centro diretivo, alternando com Icó e Marvão até determinar o mais apropriado.
12º: <i>São Luís do Maranhão</i>	Compreendendo todas as vertentes cujas águas vão ao mar desde a foz do Jaguaribe até a do Gurupi, cujas vertentes também compreenderia. Caxias seria a capital.
13º: <i>Pará, Marajó</i> ou ainda da <i>Foz do Amazonas</i>	Teria Cametá por centro diretivo, por ser mais central e se ocupar da navegação do Tocantins, dando para isso as mãos à Imperatória. A E e SE compreenderia todas as vertentes que desde o Gurupi vão ao mar, ao Rio Pará e ao Tocantins até embaixo da primeira cachoeira encontrada ao subi-lo.
14º: <i>Novo Piauí</i>	Ficaria assinado pelas raias do 7º, 9º, 11º, 12º, 13º e 15º departamentos, e o governo deveria proteger a colonização dos férteis terrenos, votando uma soma ou um empréstimo para ser fundada uma vila, já que Oeiras não era mais a capital e Paranaguá, apesar do seu lago, não prometia grande prosperidade.
15º: <i>Goiás</i>	Alternando o governo na cidade de Goiás, na Vila de Araxá ou Uberaba. Confinaria do lado S pelo Rio Grande com o 4º, seguindo a E partindo pela linha das vertentes com o 6º e depois com o 7º.
16º: <i>Paraguaio-Xingu</i>	Compreenderia todas as vertentes da margem direita pertencentes ao Brasil, desde que nele entrasse pela margem esquerda o Rio Grande, e todas as vertentes brasileiras que dão para o Paraguai. A capital seria Cuiabá.
17º: <i>Madeira</i>	Partiria ao S e O com a raia estrangeira, seguindo pelo Rio Madeira.
18º: <i>Centro-Amazônia</i>	Extremaria ao N com as Guianas estrangeiras, a E com o departamento 13º. O pé da primeira cachoeira de Tapajós lhe serviria de divisão e a presidência ficaria em Óbidos.
19º: <i>Grão-Pombal</i> ou do <i>Rio Negro</i>	Junto com o 17º e com o 13º constituiriam o principado honorário do Grão-Pará, referido no Art. 105 da Constituição ⁵³⁶ .

⁵³⁶ Ibid. p. 145-151. Na reedição de 1851, modificou de 19 departamentos para 22 províncias, foram elas: a 1ª província seria um Distrito militar na fronteira sul, podendo chamar-se *Província da fronteira sul, do Uruguai, meridional*, ou outro, cujo presidente deveria residir preferencialmente em Bagé. Compreenderia o território de missões e as vertentes brasileiras do Rio Uruguai, continuando até a foz da Lagoa dos Patos. A 2ª província, *São Pedro*, fora da área de fronteira poderia desenvolver melhor seus recursos, que envolveria ao sul e oeste todas as vertentes do Rio Grande e ao norte até a foz do Pepiriguaçu e as vertentes do Rio Uruguai. *Curitiba*, a 3ª província, teria como centro a povoação de Ponta Grossa e limitando com Corrientes, a República do Paraguai e o Rio Paraná. A 4ª província, *São Paulo*, compreenderia as vertentes do Tietê e do Rio Pardo, e seu centro regulador estaria mais bem localizado em São Carlos ou Sorocaba. *São Sebastião*, a 5ª província, limitar-se-ia com São Paulo ao sul, e desde Jacareí até as águas do Paraíba. Indo das vertentes do Rio Grande até acima do Pardo, e para baixo até o Paraíba, com a capital em São João ou Campanha, estaria a 6ª província, *Campanha*. Compreendendo as vertentes das cabeceiras do Rio São Francisco e das Velhas, localizar-se-ia a 7ª província, *Minas*, além das cabeceiras do Rio de Belmonte até sua foz no mar, ao norte. A 8ª província, *Principal*, partiria ao sul com a anterior e ao norte com a foz do Rio das Contas envolvendo as vertentes deste pelas duas margens seguindo pelo morro das Almas e altos as Serra da Chapada, compreendendo as vertentes do Rio Remédios e Verde, atravessando as vertentes do Rio da Palma e do Rio Tocantins. A 9ª província, *São Salvador*, partiria pelo sul e o oeste como a antecedente e ao nordeste compreendendo todas as vertentes dos Rios Paraguaçu e Itapicuru. Compreendendo as vertentes do Rio São Francisco até encontrar a 7ª província (*Minas*), limitando-se ao norte com as Serras de Borborema e Garanhuns, que separam as vertentes das águas, localizar-se-ia *Barra de São Francisco*, a 10ª província. *Pernambuco*, a 11ª, iria desde a anterior e incluiria as vertentes do Rio das Piranhas. A 12ª província, *Jaguaribe* (com Icó ou Maioridade como capital), compreenderia as vertentes do Rio Piranhas até o Rio Curu. As vertentes desde o Curu até a barra de Tutóia formariam a 13ª província, *Novo Piauí* com a capital em Poti. Todas as vertentes cujas águas se dirigiam ao mar desde a foz do Paraíba até o Gurupi, tendo Caxias como capital, aí estaria *São Luís do Maranhão*, a 14ª província. Por ser mais central, Cametá seria o melhor centro diretivo para a 15ª província, *Pará*, compreendendo todas as vertentes desde o Gurupi ao Rio Pará e ao Tocantins, seguindo o Amazonas até o Xingu, e do Amazonas abaixo até chegar na fronteira do Império com a Guiana Francesa. *Novo Piauí*, a 16ª província, com capital em Pastos Bons, ficaria delimitada pelas raias da 8ª e da 10ª províncias (*Principal* e *Barra de São Francisco*) com quem limita, e mereceria atenção especial do governo. Tendo seu governo na cidade de Goiás, a 17ª província, *Goiazes*, compreenderia as vertentes do Araguaia e do Rio das Mortes para baixo pelas duas margens até se separar com a 15ª (*Pará*).

Quadro 2: Redivisão proposta por Varnhagen em 1849.

Veja-se que há grande atenção com as regiões de fronteira. Logo o departamento número um era um departamento militar. Constituídos inicialmente em governos militares, os departamentos 1º, 16º, 17º, 18º e 19º seriam independentes e protegidos pelo governo central, e para eles seriam destacadas as forças competentes, os oficiais reformados e outros que pudessem aumentar a população e o consumo dos produtos territoriais. A proteção das áreas fronteiriças justificava-se como a defesa da soberania do Brasil sobre o território que ocupava e habitava. Colocar departamentos militares em regiões de fronteira implicava em proteger pontos estratégicos de acesso ao território, uma medida, pois, de segurança, dela dependia o equilíbrio exterior e interno do Império, sendo essencial para a realização de uma nova divisão provincial.

Varnhagen aprofundou em 1850 que, de acordo com a opinião do Senado, poder-se-ia designar para novas províncias os departamentos 2º, 3º, 4º, 8º, 11º, 12º e 13º, reduzindo o 5º a duas, ambas com uma parte de litoral. Cinco províncias regulares poderiam ser obtidas dos departamentos 6º, 7º e 9º, e mais duas do 10º, totalizando 14 províncias. Os departamentos 1º, 14º, 17º, 18º e 19º seriam declarados territórios coloniais, bem como os 15º e 16º, exceto na parte meridional de ambos, onde conviria ser criado um novo território governado desde Camapuã. Total de mais 8 territórios⁵³⁷. Esperava com isso, fazer uma economia na administração do Império.

Em sessão do Senado, Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Marquês de Abrantes, destacou que:

A guarda e a defesa dos limites daquela nossa fronteira não dependem pura e simplesmente da presença de destacamentos militares; depende sobretudo da presença de uma autoridade que possa empregar logo, e a tempo, não só os meios da força, como os diplomáticos, que são os mais azados em tais ocasiões para obstar que seja o nosso território violado, ou somente ocupado

Abrangendo as vertentes do Xingu, a 18ª, *Paraguaio-Xingu*, ocuparia desde a foz deste com o Jeruena, seguindo as águas do Tapajós, sendo assim a divisa até o ponto em que este rio passaria a pertencer à província. *Alto-Paraná*, a 19ª província, ocuparia do Tacoari até a sua foz, e a capital se localizaria em Camapuã. Com a presidência em Óbidos, a 20ª província, *Centro Amazônia*, limitar-se-ia com as Guianas estrangeiras e com a 15ª província, abrangendo as vertentes do Amazonas ao Madeira, pela margem direita, a primeira cachoeira de Tapajós lhe serviria de divisão. A 21ª província, *Madeira*, deixaria o nome de Mato Grosso para a cidade e seguiria pelo Rio Madeira. Por último, *Rio Negro*, a 22ª província, cuja continuação não consta na edição de 1851. Varnhagen lembrava que necessidades futuras talvez pedissem novas subdivisões. Acerca da não justificação minuciosa de tudo o que propôs, apenas escreveu: “Cremos dever passar por alto essa tarefa, que seria por certo ora mais enfadonha para o leitor do que para quem teve sempre presente tantos detalhes: baste dizer que as bases acima postas foram atendidas”. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial orgânico* oferecido à nação. **Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária**, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out./nov. 1851. p. 386-389.

⁵³⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial orgânico*. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 6.

por colônias que os estados limítrofes queiram ali estabelecer, ou mesmo por destacamentos militares que façam ali estacionar⁵³⁸.

A ressalva levantada por Abrantes também foi reconhecida pelo historiador paulista. Cumpria a presença de uma autoridade imbuída do poder decisório e da capacidade de negociação pacífica para impedir uma indesejável agressão externa. Como já referido, a política exterior do Reinado de D. Pedro II prezou pelo uso da diplomacia como meio mais eficiente para tratar das questões de limites. Outro Marquês, o de São Vicente, assinalou que o Império tinha de evitar “desinteligências” ao tratar da definição dos limites com os vizinhos. Recordou que os povos procuravam utilizar as linhas naturais, e não arbitrárias, para fixar os limites, buscando evitar futuras contestações e não obstar as relações comerciais, posto serem linhas de fácil defesa⁵³⁹.

Justamente no período em que Varnhagen escreveu o *Memorial*, a política externa do Império passava por uma reformulação, muito em função da atividade do Visconde do Uruguai, Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1849 e 1853, que, pretendendo estreitar as relações com as nações vizinhas, desencadeou o que se convencionou chamar de “grande política americanista”. Faltava a resolução com nove países limítrofes: Uruguai, República Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador e Venezuela, além de Inglaterra e França com as respectivas Guianas, tarefa para a qual Varnhagen desejava que as Repúblicas tivessem a mesma *boa fé e boa vontade* que ele dizia animar o Brasil. Em 1849, assinalou:

Com a França não há que estar em mais discussões sobre o papel a respeito dos Oiapoques ou não Oiapoques e dos Pinzons ou não Pinzons. A convenção de Paris de 28 de agosto de 1816, adicional ao Congresso de Viena, é clara e terminante acerca de demarcação dos seus limites conosco. À vista dela, não há mais que se nomearem comissários de parte a parte, e demarcar a fronteira sobre o terreno. Apenas se essa convenção foi mal feita porque adotou linhas retas, impossíveis de traçar sobre aquelas montanhas, o que se pode é sobre a mesma convenção, e sem dar nem ganhar terreno, fazer outra com mais tento, e que talvez dispense por agora os comissários⁵⁴⁰.

Com a França, a disputa pela divisa do Oiapoque foi um processo complexo que se arrastou até a metade da década de 1850. Entre as dificuldades para a demarcação estava a região montanhosa, por isso não o deslumbrava a divisão dos “territories” norte-americanos,

⁵³⁸ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL. Sessão de 5 de agosto de 1850. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1978. p. 86. Debate por ocasião da proposta de elevação da Comarca de Rio Negro à categoria de província.

⁵³⁹ BUENO, José Antônio Pimenta. Op. Cit. p. 21-22. § 3º - Dos limites do território nacional.

⁵⁴⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 121-122. Oiapoque e Pinzón eram nomenclaturas dos rios limítrofes em documentos coloniais, sucessivamente reivindicados pelos governos franceses.

adequados à planície, o que não era o caso do Brasil, e o legado de tratados assinados ao longo do tempo. Por essa época, o historiador travava o já mencionado debate com o geógrafo e empregado de uma repartição do Ministério da Marinha francês responsável pelas negociações, Marie-Armand D’Avezac de Castera-Macaya, nas fileiras da Sociedade Geográfica de Paris (1821), da qual era sócio e D’Avezac o Presidente naquela ocasião.

Além da apreciação a respeito da *História Geral* que lhe figurou antipática, outro ponto que muito incomodou a Varnhagen nas “*Considérations géographiques sur l’histoire du Brésil; examen critique d’une nouvelle histoire générale du Brésil récemment publiée en portugais à Madrid par M. François Adolphe de Varnhagen... Rapport fait à la Société de géographie de Paris*” (1857) de D’Avezac, foi a defesa da prioridade da França quanto à delimitação de fronteiras entre o Império e a Guiana Francesa. Em carta ao Imperador, Varnhagen noticiou que escolhera o *campo da ciência* para debater, portanto, o campo histórico, deixando estabelecido que sua *História Geral* servira de argumento indefectível para a causa do Brasil, atravessando o censor “como uma barreira mais forte do que poderia imaginar”, embora não fosse de admirar a pretensão do Ministro em “deitar por terra a justiça de todas as nossas tradições históricas”⁵⁴¹. Quando falou das *tradições históricas* do Brasil com relação aos casos fronteiriços, referia-se ao exercício diplomático do Império naquele momento, bastante “herdado” da tradição portuguesa de como tratar essas questões.

Em outra carta, desta vez ao Visconde do Uruguai, assinalou que o trabalho era “assunto mais do domínio dos historiadores que de negociadores conforme o direito, - cujas verdades algumas vezes não são verdades históricas provadas”⁵⁴². Sobre a fronteira do Oiapoque, dizia que a crítica histórica não conhecia no Oiapoque de 1715 (Tratado de Utrecht) senão o do Congresso de Viena ou da Convenção de Paris de 28 de agosto de 1816, adicional ao Congresso. Com relação aos ingleses, recomendava manejar a negociação despertando o interesse de alguma outra potência respeitável, ainda que precisasse retribuir o serviço da mesma com algum tratado de comércio, mas não acreditava que a Inglaterra pudesse abusar do direito da força para impor sua vontade ao Brasil.

Reivindicando a preeminência para o Império em ambos os casos, demarcava mais uma vez a posição de historiador que animava todo o seu projeto deslindado até aqui. Já que o

⁵⁴¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 249-250. Varnhagen acabou reduzindo a censura de D’Avezac à *História Geral* apenas à questão das fronteiras brasileiras. Sobre isso, ver: OLIVEIRA, Laura Nogueira. **A palavra empenhada**: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen. Tese. (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. Especialmente o Capítulo 5: A polêmica entre Varnhagen e M. D’Avezac.

⁵⁴² Ibid. p. 223. Carta de 12 de janeiro de 1855.

diplomata deveu muito ao historiador, a trajetória de Varnhagen ao longo dos 36 anos atuando na diplomacia demonstrou seu comprometimento com a construção da nação nos arquivos e nos gabinetes de Repartição. O conhecimento que tinha acerca de documentos e mapas lhe credenciava a ser consultor em questões políticas e estratégicas. No ano seguinte ao da publicação do *Memorial*, foi chamado pelo Ministro Visconde do Uruguai para colaborar como consultor nas negociações com os governos francês, inglês e com as Repúblicas hispano-americanas, considerando a extensão de seus conhecimentos históricos e geográficos. Neste trabalho defendeu as teses expostas naquele opúsculo, acrescentando o texto *Memória sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, com algumas lembranças para a demarcação destes*, de 15 de julho de 1851. Segundo Wehling, o relatório apresentado era eminentemente histórico, compreendendo um levantamento de mapas existentes em arquivos brasileiros e estrangeiros sobre as fronteiras, a identificação da correspondência de comissários, governadores e vice-reis relativa à demarcação dos tratados de 1750 e 1777, e uma bibliografia sobre o assunto. Como complemento, trazia um mapa com os limites que propunha⁵⁴³.

Com as Repúblicas vizinhas restantes, aconselhava que o essencial era o Império estar informado dos seus direitos, da história e dos segredos das negociações anteriores para melhor proceder. As sete fronteiras estariam já definidas em seus contornos gerais pela diplomacia setecentista, devendo ser observado como critério o *uti possidetis*, e os Tratados de Madri e Santo Ildefonso como fontes subsidiárias, junto com os principais documentos produzidos pelas comissões demarcadoras dos dois.

Nos casos de Venezuela e Equador, a condição principal de demarcação a ser exigida seria o limite ficar onde já estava, ou seja, pertencendo ao Brasil todas as vertentes do Rio Branco e do Rio Negro, de posse desde São José de Marabitanas para baixo. Com Peru e Bolívia, convinha tratar conjuntamente, talvez oferecendo ao Peru algum território sobre o Amazonas para que, cedendo esta República em equivalente sobre o mar, sobre Cuzco ou sobre o Lago de Titicaca à Bolívia, viesse a indenizar o Império com todas as vertentes da margem esquerda do Rio Guaporé até confluir com o Madalena ou Chiquitos, o terreno que se pudesse adquirir sobre a margem direita do Jauru. O país seria mais um aliado em qualquer

⁵⁴³ WEHLING, Arno. A trajetória: o historiador diplomata e o diplomata historiador. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 39.

questão sobre a navegação do Rio da Prata com os argentinos. O Peru também poderia ceder todas as vertentes e cabeceiras do Rio Purus⁵⁴⁴.

Adepto da Realpolitik, Varnhagen não fazia do embasamento histórico que prezava para a sustentação de suas teses uma forma de impossibilitar soluções de compromisso sempre que atendesse bem à consolidação da posição do Brasil. Preferir-se-ia um acordo benéfico para ambas as partes, do que vantagens imediatas que pudessem provocar conflitos ou reivindicações futuras, daí não ter defendido o princípio do *uti possidetis*, preferindo sugerir concessões para que eventuais dissidências não fossem utilizadas pela França e pela Inglaterra na questão das Guianas, por exemplo⁵⁴⁵.

A preocupação com a Argentina se justificava pela tensa relação que o Império mantinha com os países da região do Prata, estendendo-se ao Uruguai e Paraguai. No histórico até o momento em que Varnhagen redigiu o *Memorial*, o Brasil tinha problemas com a Argentina de Rosas, vindo a intervir militarmente para depô-lo. Com relação ao Uruguai, havia anexado décadas antes, ainda na época de D. João VI, quando este último foi chamado de Província Cisplatina. Com a mediação da Inglaterra, a Cisplatina foi separada do território que já atendia por Império brasileiro. A relação com o Paraguai conheceu seu momento crítico com a passagem do governo mais “amistoso” de Carlos Antonio López para o de seu filho Solano López, sendo 1864 o ponto nevrálgico, quando deflagrou-se o maior conflito da parte sul do continente.

Com estes Varnhagen foi parcimonioso, assinalou que nada diria. De toda forma, não alimentava simpatia por Rosas, um *caudilho*. Para a *República de Montevideú*, no entanto, sinalizou um aguardo das ações inglesas. Se a *medianeira* Inglaterra não garantisse a República criada em 27 de agosto de 1828, a *Cisplatina* voltaria a pertencer ao Brasil mediante uma nova guerra. Outra posição que contribuiu para a fama de belicoso que lhe foi imputada.

⁵⁴⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 122-123. Em outubro de 1863, escrevia ao Presidente do Peru que esperava manter com o governo e o *ilustrado* povo peruano, em sua avaliação, *libérrio* como o povo brasileiro e, como ele, “Americano e Americano do Sul”, a mais *íntima, sincera e cordial* amizade que o Império retribuía na pessoa de S. M. I. D. Pedro II. Preocupava-o que a oposição triunfasse em cima da fraqueza do poder instituído, o que seria *menos favorável* ao Brasil do que o governo de então. Ver: CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. **A missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico: 1863-1867**. v. 1. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. p. 36. Anexo 2 do Ofício de 28 de outubro de 1863 ao Marquês de Abrantes, dando conta de sua chegada e recepção.

⁵⁴⁵ WEHLING, Arno. Op. Cit. p. 39. Sobre a atuação de Varnhagen entre 1863 e 1867, momento difícil da política sul-americana em que o diplomata peregrinou por Santiago, Lima e Quito no desempenho de suas funções, ver: SANTOS, Luis Cláudio Villafañe Gomes. Varnhagen e a América do Sul. In: LEITE, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico**. Brasília: FUNAG, 2016.

Outro elemento fundamental dessa reorganização territorial era o sistema de comunicações internas. No caso do Império, o problema era a ausência de um. A falta de um *plano combinado* impossibilitaria a conclusão eficiente do plano geral. A esse respeito, explanou na primeira parte do opúsculo:

[...] de certas províncias do Brasil para outras não há mais comunicações do que as feitas por cabotagem, e que, no caso de um bloqueio, ficavam tais comunicações cortadas, e impossibilitadas certas províncias de receber da metrópole ordens ou socorros prontos. Se sofrêssemos hoje um bloqueio, quando chegaria a Pernambuco qualquer reforço que por terra se quisesse mandar do Rio? Demais, a integridade do Império, a unidade nacional, não será efetiva e duradoura, enquanto ela não proceda de uma grande frequência de relações entre as províncias, a qual nunca é bem feita por mar.

Necessitamos pois, o quanto antes, abrir a estrada imperial que propusemos para comunicar o norte com o sul do Império, e que, para ser mais fácil, tem de ser traçada da banda de dentro, isto é, pelas vertentes ocidentais, da *serra geral* ou *do Mar*. Consideramos a abertura desta estrada, e o acompanhá-la de uma linha de telégrafos, duas medidas de salvação para o Brasil.

Além desta estrada urgente para manter a integridade do Império, julgamos indispensável, se se quer fomentar a colonização dos nossos sertões, a outra, que propusemos fosse de carris de ferro, por meio da qual daríamos saída até o mar de todos os produtos do grande e abundante *bassin* do rio de São Francisco, isto é, de quase toda a atual província de Minas⁵⁴⁶.

O trecho supracitado contém uma ideia-base que estruturou o projeto exposto no *Memorial*: a garantia da unidade nacional. A unidade/integridade do Império dependia da série de melhoramentos que o autor listou: a abertura de uma *estrada imperial* interligando pontos distantes do país, o estabelecimento de uma *linha de telégrafos*, a utilização de *carris de ferro* e a *colonização* dos sertões, essencial para o desenvolvimento econômico e civilizacional do centro do Brasil.

Arno Wehling destacou a linearidade nas posições intelectuais de Varnhagen ao longo de sua carreira, o apego a algumas ideias axiais em matéria de história, literatura, direito, política, diplomacia e economia. Duas delas, integridade e integração, constituíam-se em verdadeiras ideias-força fundamentadas em sua motivação política mais relevante: o nacionalismo. Nas articuladas ideias do autor, ambas se complementavam. Integridade significava a unidade política, a continuidade territorial, a imagem externa do país e a sedimentação moral, o que hoje se diria ideológica; a integração tinha a ver com a efetiva *colonização* (expressão corrente do autor) do território, isto é, sua povoação, aproveitamento do potencial produtivo. Esses critérios norteadores derivavam de suas interpretações

⁵⁴⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 204. Grifo do autor.

históricas, das perspectivas “geopolíticas” e posições diplomáticas que assumia com o conhecimento adquirido em anos de exercício prático⁵⁴⁷. Querendo construir uma política legitimadora de determinada forma de nação e Estado, o Brasil de Varnhagen já nascera quase completo. Seu território constituiria uma unidade geográfica, primeiro como possessão colonial portuguesa, depois como Estado independente e futura nação civilizada, restando cuidar desse *formidável colosso*, obra do terceiro soberano que viu a América, ou melhor, o primeiro *nascido* no Brasil.

Com o intento de encurtar as distâncias entre as partes desse território, abrir estradas era *colonizar*. O *remédio* que apresentou foi a construção do *caminho de ferro* ligando a nova capital ao litoral, reconhecendo que nas ferrovias estava o futuro do transporte interno de passageiros e cargas, mas não desconhecendo os altos investimentos que demandaria. Esta *comunicação* deveria conduzir desde o mar até o Porto do Salgado, no Rio São Francisco, em meia distância de Ouro Preto a Juazeiro. Algum dia poderia chegar às imediações de Paracatu, ao *coração* do território brasileiro. Além da ferrovia central, defendeu a utilização das hidrovias e a construção de estradas de *rodagem imperiais* que estimulassem a atividade econômica do interior, formando o que chamou de verdadeiro *sistema de comunicações internas*. Dentre as vantagens do *sistema* estaria a comunicação mais rápida e mais barata, atenta às matas que se poderiam encontrar pelo caminho e poderiam fornecer lenha para as caldeiras das locomotivas.

No Art. 5º das *Lembranças na execução*, constava que,

Conseguindo o governo contratar com uma empresa estrangeira o caminho de ferro, o que julgamos seria preferível, poderia formar no país outra companhia para as estradas imperiais, hipotecando-lhe os direitos de barreiras, ou garantindo-lhe o que faltar nos rendimentos para o juro que se convencionar⁵⁴⁸.

Varnhagen deu preferência à iniciativa privada, mas ressaltando que esta viria a auxiliar na criação de uma companhia nacional, que cuidaria da abertura de mais estradas e de sua manutenção. Também teria supervisão do Estado. No conjunto, pretendia fortalecer os

⁵⁴⁷ WEHLING, Arno. Integridade e integração: duas ideias-força de Varnhagen. In: LEITE, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico**. Brasília: FUNAG, 2016. p. 34. Segundo Wehling: “O conceito de ideia-força, que se deve ao filósofo oitocentista Alfred Fouillée, é útil para caracterizar duas das concepções mais presentes no pensamento de Francisco Adolfo de Varnhagen ao longo de toda sua vida. O conceito reagia contra o determinismo mecanicista dominante no século XIX e a subordinação das ideias ao mundo material, considerando-as uma força moral alimentadora da consciência, capaz de criar valores objetivos e autorreflexivos. Constituiriam assim uma realidade objetiva tão concreta quanto as construções econômicas, sociais ou políticas”.

⁵⁴⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 188.

empreendimentos do país não deixando de ser prático: “por ora devemos contentar com o estritamente indispensável; porque somos pobres, e não temos dinheiro para mais”⁵⁴⁹.

A *comunicação* por cabotagem era lenta e ineficiente, inviabilizando, por exemplo, o socorro a alguma província em situação de urgência. Varnhagen admitiu que as províncias faziam alguns esforços, mas não tinham recursos suficientes “para um plano em grande, nem podem combinar este com os das mais províncias, de um modo que resulte o bem do Império todo”⁵⁵⁰. E era disso que se tratava do *bem do Império todo*. Nesse sentido, para melhorar o “estado de civilização” do país, como se falava à época, funcionava uma relação positiva entre povoamento e civilização, e o desenvolvimento das comunicações interiores auxiliaria nesse aumento demográfico da região raramente habitada do centro do Brasil, aumentando também o grau de civilização dessa área quase sempre identificada com barbárie. O encurtamento das distâncias entre as províncias ajudava, ao mesmo tempo, na defesa, povoamento, civilização do sertão e do Império inteiro. O problema estava na avaliação que fazia sobre o estado do Brasil naquele momento. Ponderou, o autor:

Como colônia vende seus produtos *à porta de casa*; e como colônia se sustenta, e vive quase exclusivamente do comércio exterior. Com tanto território fertilíssimo de sertão continua a descuidar deste, e a esquecer-se de que só daí lhe podem vir sólidos recursos, e legítima segurança e energia. Convençamo-nos que é da maior urgência proteger por todos os modos o tráfico interno, e nivelá-lo ao menos ao comércio marítimo, a fim de que a riqueza pública e o bem-estar dos súditos brasileiros dependam o menos possível do comércio externo, e [possa] numa crise nutrir-se a si mesmo⁵⁵¹.

A reflexão acima indica que o historiador detectava um atraso do Brasil: a preeminência do *comércio exterior*, como traço característico de um status colonial e o descuido com o *fertilíssimo* sertão, identificado como reduto seguro e produtivo. A preocupação de Varnhagen com o aproveitamento do interior tem muito a ver com a postura assumida pelo Estado em meados do século XIX, associando as seguranças do território e da população como princípios da soberania nacional. Fazer o povoamento regular do território era levar a presença do Estado para toda a extensão que, de alguma forma, estava “fora” da regulação do governo, tornando cada habitante um súdito. Daí a necessidade de organizar, fixar limites.

⁵⁴⁹ Ibid. p. 136.

⁵⁵⁰ Ibid. p. 116.

⁵⁵¹ Ibid. p. 109-110. Grifo do autor. O autor acrescentou uma segunda nota afirmando que toda nação tem duas missões sobre a terra: sustentar-se com dignidade administrando justiça a todos e aperfeiçoar a felicidade de seus súditos. Caso não as cumprisse, merecia “que de fora a venham governar”. E concluiu a nota: “A nação deve melhorar suas forças, que só consistem na multiplicação de seus habitantes, no fomento às virtudes militares e na sua riqueza, compreendendo nestas as fortalezas e os meios de guerra”.

Defendeu que todos os sistemas financeiros seriam *projetados no ar*, quando não partissem da *reforma essencial* a que se deveria primeiro sujeitar o comércio, desenvolvendo o comércio interno até ele superar ou pelo menos se igualar ao externo. A importância dada àquele tipo de comércio vai ao encontro de outras disposições de Vattel. Para este jurista, o mercado interno era o meio de providenciar para todos os cidadãos o que era necessário, útil, além de fazer circular o dinheiro, estimular a indústria, animar o trabalho e, ao garantir a subsistência de um número significativo de pessoas, contribuir para tornar o país mais povoado e o Estado mais poderoso⁵⁵². Estes dois últimos elementos, povoamento e fortalecimento do Estado, eram base forte de toda a proposta do historiador sorocabano. Em ambos os autores, as nações tinham por obrigação fomentar o comércio interior.

Revelando a crença num destino promissor para o Brasil, nesta parte do *Memorial* em que fica nítida a utilização do conhecimento adquirido pela formação militar, Varnhagen mostrou-se empenhado em propor a organização do Império de modo a superar certo *status colonial* que persistia na metade do Oitocentos e possibilitar a complementariedade entre interior e litoral, consolidar o comércio interno para findar a dependência do externo, integrar as partes do país, diminuir as distâncias, destacando sempre a valorização da posição geográfica do Império, o “assento central”, no centro do mundo civilizado, peça do projeto historiográfico do IHGB. Segundo Rebeca Gontijo, a geografia fornecia uma visão grandiosa do país baseada na exuberância e na potencialidade da natureza, assim, história e geografia eram saberes estratégicos para a formação de uma consciência nacional⁵⁵³.

A grandiosidade presente e futura do Império foi proclamada em diversos momentos. O Bispo Azeredo Coutinho opinou que o mundo calculava e via o futuro brilhante que esperava o Brasil. Dada a sua “feliz situação” geográfica, como um “disforme gigante”, poderia estender a cabeça para a África, a mão direita para a Ásia, a esquerda para a Europa e o resto do corpo por toda a América, fazendo-lhe talvez a região mais bem colocada no

⁵⁵² VATTEL, Emmerich de. A nação considerada em si mesma (Livro I). In: _____. **O direito das gentes**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. p. 221. Capítulo II: Princípios gerais dos deveres de uma nação para consigo mesma, 84. – Utilidade do comércio interno. Sobre contas do governo, Varnhagen disparou: “Também convém que se olhe um pouco para o orçamento, e que se seja parco em continuar pagando certas pensões, que se concederam na orfandade, e que seguem depois recebendo homens, que cobram por outro lado ordenados avultados. E que diremos dessas outras acumulações pelas quais haverá talvez ainda quem cobre como general, como conselheiro de estado, como ministro e como senador? Fiquem embora as concedidas, mas legisle-se que daqui em diante se deva optar por uma delas só. O mesmo acerca dos empregados que forem eleitos deputados. Tudo o mais é desgoverno, e este é mais sensível numa nação que numa casa, onde a gente tem o recurso de ir pedir pelas portas”. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 178-179.

⁵⁵³ GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. **História**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159-185, 2005. p. 169.

mundo para comerciar com as diversas partes do globo⁵⁵⁴. A extensão, a fertilidade, a preciosa madeira de construção e numerosos outros recursos... Mas tanta riqueza estava ameaçada. Um estadista como José Bonifácio de Andrada e Silva já lamentara que a natureza havia feito tudo pelo país, mas este nada fazia a favor da natureza: terras ermas ou mal cultivadas por “braços indolentes e forçados”, numerosas minas desconhecidas, matas desaparecendo vitimadas pelo fogo e o machado “destruidor da ignorância e do egoísmo”, em algum momento a “ultrajada natureza” se vingaria de tantos erros e crimes contra ela cometidos⁵⁵⁵.

Ostentar o *estrelado auriverde* era, entre outros, louvar a extensão territorial e a natureza portentosa, a fertilidade da terra e a capacidade da gente que o habitava: do “a terra em si é de muito bons ares, [...] Águas são muitas, infindas”⁵⁵⁶ da “Carta” de Caminha, até o “Gigante pela própria natureza, És belo, és forte, impávido colosso, E o teu futuro espelha essa grandeza”⁵⁵⁷ do Hino Nacional cantado até hoje.

Varnhagen passou quase a vida inteira longe do Brasil, mas sua obra foi escrita pensando o Brasil. Se é possível “rastrear” a presença de teóricos estrangeiros em suas reflexões e argumentos, não o é menos encontrar semelhanças entre suas ideias e as de outros letrados sul-americanos coetâneos. Como o mexicano (para simplificar, ainda não se podia falar propriamente em “mexicanos”) Lucas Alamán, distinguia a conquista como o marco inicial da construção nacional. Só recordando, a *História Geral do Brasil* se iniciou com as navegações e conquistas ultramarinas. Ambos acreditavam que estava reservado aos seus países um futuro brilhante, com civilização e prosperidade, desde que resolvidos os problemas que se apresentavam. Para Juan Bautista Alberdi, da chamada “Geração de 1837”, o deserto e a escassez populacional eram imbróglios que obstruíam a construção de uma nação argentina próspera. Igualmente a Domingos Faustino Sarmiento, propunha o extermínio ou branqueamento das populações indígenas para a promoção do desenvolvimento das culturas

⁵⁵⁴ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. **Memória sobre o comércio dos escravos, em que se pretende mostrar que este tráfico é, para eles, antes um bem do que um mal**. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1838. p. 12-13.

⁵⁵⁵ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 80.

⁵⁵⁶ CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta do descobrimento**: ao rei D. Manuel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013. p. 51.

⁵⁵⁷ HINO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/hinos-de-paises/46368/>. s/p. Acesso em: 04 dez. 2018. Letra: Joaquim Osório Duque Estrada e Francisco Manuel da Silva. Apenas falta acrescentar que a conservação do “impávido colosso” não foi garantida pela “própria natureza”, mas com muito trabalho, negociação e sangue. O discurso eterno da “grandeza” futura vem de longa data, inclusive compõe a plataforma do atual governo.

superiores e a eliminação dos obstáculos à unidade nacional⁵⁵⁸. Varnhagen também as desqualificava: *caterva de canibais*.

A historiografia latino-americana do século XIX esteve marcada pelas tentativas de solucionar os obstáculos à consolidação das nações e à construção das novas nacionalidades. Autores como os argentinos (também para simplificar, ainda não se podia falar em uma Argentina habitada por “argentinos”) Sarmiento e Alberdi, e o mexicano Alamán, propugnavam o branqueamento da população por meio do extermínio do elemento índio ou negro e da imigração massiva de europeus. As ideias de superioridade da raça branca eram marcantes no pensamento da época.

Acompanharei mais de perto Varnhagen e Alberdi, cujas ideias se tangenciavam em alguns pontos. Há elementos comuns entre o plano do *Memorial* e o exposto por Alberdi em “Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina”. Veja-se que o intento de ambos era o de organizar suas respectivas nações. A data de publicação também é próxima, mas não há nenhum indício de que os autores mantivessem alguma interlocução. Varnhagen teria uma maior aproximação com letrados dessa parte do sul do continente apenas ao longo da década de 1860, quando nomeado para Legações dali.

Olhando para a formação da Argentina e países vizinhos, Alberdi concluiu que toda a civilização de sua terra era europeia, a própria América constituía um descobrimento europeu e nela, o que não era europeu era bárbaro, sendo necessária uma lei que reclamasse para a civilização o solo mantido deserto para o atraso. Uma lei a ser viabilizada pelos meios pacíficos da civilização, ou por meio da espada. Falando de sua geração, ressaltou que:

[...] nosotros, mas fijos en la obra de la civilizacion que en la del patriotismo de cierta época, vemos venir sin pavor todo cuanto la América puede producir en acontecimientos grandes. Penetrados de que su situacion actual es de transicion, de que sus destinos futuros son tan grandes como desconocidos, nada nos asusta y en todo fundamos sublimes esperanzas de mejora. Ella no está bien; está desierta, solitaria, pobre. Pide poblacion, prosperidad.

¿De dónde le vendrá esto en lo futuro ? Del mismo origen de que vino antes de ahora: de la Europa⁵⁵⁹.

⁵⁵⁸ WASSERMAN, Claudia. A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 7, p. 94-115, nov./dez. 2011. p. 104. “Geração de 1837” refere-se a um grupo de intelectuais e políticos que procuraram estabelecer definitivamente a ideia de “nação argentina”, entre eles estavam o tucumênio Juan Bautista Alberdi, o sanjuanino Manuel Quiroga e o portenho Esteban Echeverría. Tais intelectuais fizeram grande resistência ao governo de Juan Manuel de Rosas, exilando-se principalmente no Uruguai e no Chile. Sobre isso, ver: RICUPERO, Bernardo. As nações do Romantismo argentino. In: PAMPLONA, Marco; MÄDER, Maria Elisa. **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: região do Prata e Chile. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 218.

⁵⁵⁹ ALBERDI, Juan Bautista. Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina. In: _____. **Obras completas**. TOMO III. Buenos Aires: Imp., Lit. y Enc. de “la Tribuna Nacional” Bolívar 38,

Alberdi destacou uma diferença essencial entre seus contemporâneos e a geração anterior. Enquanto esta última teve por tarefa fazer a independência, à sua cabia civilizar, povoar e garantir a prosperidade das jovens e promissoras nações americanas. O futuro grandioso parecia garantido, caso a “obra” fosse realizada, e a “origem” seria, mais uma vez, a Europa.

Como na proposta de integração das partes do Império do Brasil de Varnhagen, a Argentina de Alberdi também seria cortada pelas estradas de ferro e seu argumento era de todo semelhante ao do historiador paulista. Os caminhos de ferro seriam símbolos de inovação e reforma que possibilitariam a unidade e indivisibilidade da República argentina melhor que qualquer Congresso, aproximando e levando o poder central aos seus pontos mais remotos. Em síntese, a unidade política começaria pela unidade territorial. Pela prática ainda difundida no século XIX, Alberdi fez uso de uma metáfora biológica. A respeito do ferro-carril, escreveu que eles eram ou seriam para a vida local dos seus interiores o mesmo que as artérias para as extremidades inferiores do corpo humano, mananciais de vida. Reconhecendo que as rendas do Estado não seriam suficientes para financiar a construção, sugeria a negociação de empréstimos estrangeiros, da mesma forma que anteriormente se fez para conseguir a emancipação da Coroa espanhola. O mote principal era sair do atraso, assim, asseverou que:

Los grandes medios de introducir la Europa en los países interiores de nuestro continente en escala y proporciones bastante poderosas para obrar un cambio portentoso en pocos años, son el ferro-carril, la libre navegacion interior y la libertad comercial. La Europa viene á estas lejanas regiones en alas del comercio y de la industria, y búscala riqueza en nuestro continente. La riqueza, como la poblacion, como la cultura, es imposible donde los medios de comunicacion son difíciles, pequeños y costosos⁵⁶⁰.

Alberdi e Varnhagen concordavam que os caminhos de ferro eram agentes de cultura daquele século. Ambos trabalharam com a ideia de que governar era povoar, e uma solução apresentada foi a imigração europeia, o que implicava em uma questão difícil, posto que colonizar os espaços “vazios” com europeus significaria expulsar os indígenas que os “ocupava” até então. Para Alberdi, era preciso resolver os problemas de imigração apenas para o litoral, que impediam o estabelecimento de imigrantes no interior por meio de leis

1866, p. 426. Capítulo XIV: Accion civilizadora de la Europa en las Repúblicas de Sud-América. Foi conservada a grafia original.

⁵⁶⁰ Ibid. p. 432. Seção XV: De la inmigracion como medio ele progreso y de cultura para la América del Sud.— Medios de fomentar la inmigracion. — Tratados extranjeros . — La inmigracion espontánea y no la artificial . — Tolerancia religiosa . — Ferro-carriles. — Franquicias . — Libre navegacion fluvial. Dava o exemplo do México para ilustrar o que um sistema de hesitação poderia ocasionar. O mesmo México lembrado por Varnhagen como alerta para o Brasil se fortalecer e, assim, conseguir *bater o pé* e rivalizar com quem quer que fosse.

duras incluindo, por exemplo, pena de morte para quem tratasse com um estrangeiro, “limpando” a terra em nome da manutenção da fé católica. No novo regime essa política seria descartada, invertendo o sistema colonial e sacando o interior da “clausura” em que permanecia até aquele momento. Como Alberdi, Varnhagen valorizava a iniciativa privada em assuntos como esse, a questão da imigração europeia no *Memorial* será abordada no próximo Capítulo.

Enquanto Alberdi proclamou a abertura dos grandes rios para outras bandeiras que não somente as “pobres” nacionais, falando mesmo em assinatura de tratados perpétuos de livre navegação, para que os rios cumprissem seu “destino” de povoar o interior, sem o prejuízo da “mão instável” dos governos, Varnhagen foi mais cauteloso e alertou para o perigo dos interesses estrangeiros sobre a navegação na bacia amazônica. O historiador paulista se alinhava com a postura mais protecionista (apelidada de “japonesa”, “paraguaia”) da política externa brasileira da metade do século, a cargo dos conservadores.

Uma década depois dos trabalhos de Alberdi e Varnhagen, na Carta XXV, sobre a livre navegação dos grandes rios, Tavares Bastos declarou que examinava essa questão “à luz da razão” e não de tratados antigos, pesando as consequências econômicas e políticas⁵⁶¹. Entre as vantagens da abertura que elencou, estava a de que o povo ribeirinho (que tinha o direito exclusivo), ajudado pelo colono europeu ou pelo americano, aprenderia a arte da agricultura, afeiçoar-se-ia a terra, abandonando os hábitos da vida errante, engrandecendo o Estado e aumentando as forças da nação. Bastos se mostrava como um entusiasta do progresso, da liberdade, sendo-lhe impossível entender como no século por ele classificado como “democrático”, ainda fiavam-se em tratados antigos, descuidando da grande tarefa que seria a da busca do bem-estar dos povos. Utilizou o mesmo argumento de Varnhagen, só que aplicado a sua defesa particular: “Se a região amazônica é o que há na terra de mais portentoso e de mais incrível, como se concebe que deva permanecer inculta e inútil?”, cumpria que o Brasil também participasse da máxima do século em que “Não há riqueza

⁵⁶¹ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **Cartas do Solitário**. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975. p. 205. Carta de 23 de março de 1861. Ressalve-se que o autor escreveu essas cartas uma década depois do *Memorial* de Varnhagen, época na qual a discussão sobre a abertura do Amazonas foi protagonista no debate político do Império. Sobre o direito de uso exclusivo aos ribeirinhos, Bastos declarou: “longe de perpetuar-se, a política do uso exclusivo dos ribeirinhos, consagrada no direito convencional, vai entrando na fase inevitável de uma transformação gradual. E essa transformação julga-a tão infalível como exigida por todas as considerações de ordem, de paz, de progresso e de liberdade, por todos os princípios do direito natural, da lei racional”. Para o político, afirmar que as regras internacionais do tempo de Grotius e de Vattel fossem as mesmas depois do Congresso de Viena e de Paris (1856) era querer antepor o passado ao presente, mas o progresso e o tempo caminhavam em sentidos opostos.

natural que se desperdice hoje”, e fizesse tremular a “bandeira humanitária do comércio universal”⁵⁶².

Colocando à parte detalhes importantes de seus respectivos modos de pensar, filtrados por seus posicionamentos políticos e/ou partidários, fica evidente que Tavares Bastos, Varnhagen e Alberdi compartilhavam um conjunto semelhante de preocupações com seus países, como o trato com a terra, ainda muito visto como trabalho para escravo, portanto, descreditado entre os homens livres, a civilização do interior e o desenvolvimento econômico da nação.

Em seu “Como se deve escrever...”, von Martius adiantou elementos que se articulariam no discurso sobre as particularidades do Brasil como nação, e encaminhou a conclusão do texto afirmando que:

Enquanto não poucas vezes acontecerá que os estrangeiros tentem semear a zizania entre os interesses das diversas partes do país, para assim, conforme ao *divide et impera*, obter maior influência nos negócios do estado; deve o historiador patriótico aproveitar toda e qualquer ocasião a fim de mostrar que todas as Províncias do Império por lei orgânica se pertencem mutuamente, que seu propício adiantamento só pode ser garantido pela mais íntima união entre elas⁵⁶³.

Ora, Varnhagen se apresentava como o “historiador patriótico” descrito por Martius: a valorização das fontes variadíssimas, o elogio da Monarquia, a organicidade das províncias na composição do todo unido. A marca do otimismo de Martius quanto ao futuro do país também fora impressa na obra do *Visconde de Porto Seguro*. No jogo de organizar o *formidável colosso*, o próximo ponto era a posição da capital, o *coração* do Império.

4.1.1 A questão da capital: marítima ou no interior?

Que influência não exerce a posição de uma cidade sobre o destino de um povo inteiro! Às vezes por ela se explicará a elevação de uma nação.
Pierre Foissac

Em carta ao Imperador, Varnhagen confessou que uma capital *não marítima* era sua “ideia fixa”⁵⁶⁴. Antes disso, já reclamara: “Fez-se a independência, e desde então não se tem quase pensado nisto, dando por negócio decidido que a capital do Império tem de ser o Rio

⁵⁶² Ibid. p. 207.

⁵⁶³ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan. 1845. p. 403. Grifo do autor.

⁵⁶⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 271. Carta de 16 de julho de 1859.

para sempre; e o que se lembra de tocar neste ponto é tido por utopista, ou visionário”⁵⁶⁵. A mudança contribuiria para a segurança, economia, conservação da unidade e seguia no propósito de civilizar os *fertilíssimos sertões* ainda perdidos para a *selvageria*.

A ideia em si não era novidade, fora defendida por José Bonifácio de Andrada e Silva ainda nos trabalhos da Constituinte, Hipólito José da Costa no seu *Correio Braziliense* e o Chanceler Vellozo de Oliveira. Todavia, foi proposta de forma mais contundente por Varnhagen, que chegou a determinar a localização exata de onde se deveria construir a nova sede política e administrativa do Império. Foi ele quem mais se esmerou em detalhar esse plano, inclusive dedicando-lhe um trabalho, *A questão da capital: marítima ou no interior?*, de 1877.

Varnhagen se ressentia pela inexistência de um plano de comunicações internas que fomentassem o comércio e a agricultura, uma inquietação compartilhada por muitos outros. Políticos como o Visconde do Uruguai e Tavares Bastos teceram ideias a respeito dessas atividades no desenvolvimento do Império. Ambos se ocuparam em determinar qual tipo de desenvolvimento econômico era o mais adequado para o Brasil, o que se encaixava melhor na “vocação” do país. Tavares Bastos acreditava que a agricultura, e não a indústria manufatureira ou da construção naval, constituía a principal “vocação” do Brasil. Não que o Brasil não tivesse capacidade de se industrializar, apenas deveria se conformar e reconhecer que, da mesma forma que todo o continente americano, sua missão era ser o “celeiro da Europa”⁵⁶⁶, devendo canalizar sua mão-de-obra e recursos para desenvolver sua verdadeira indústria: a agricultura. Outro político que endossou essa ideia foi o Deputado Rodrigues Torres, que em 1843 evocou: “se não tomarmos alguma providência que proteja os interesses da agricultura, única indústria do Brasil, ficaremos bem depressa reduzidos à classe de proletários”⁵⁶⁷. Como Bastos e Torres, Varnhagen percebia que faltava ao Brasil a condição básica para a industrialização, que era um mercado interno vigoroso para fomentar o desenvolvimento geral do Estado.

Em *Da administração pública*, o historiador expressou posição na linha do pensamento de Rodrigues Torres. Tratando da importância da administração para estimular a

⁵⁶⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 112.

⁵⁶⁶ FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai**. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1999. p. 155.

⁵⁶⁷ Apud MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 35.

indústria e corrigir os *males*, alertou que uma produção indefinida poderia viciar a *índole* do trabalho,

entibiando os sentimentos religiosos nas classes operárias, relaxando os laços de família degradando os costumes, entorpecendo o desenvolvimento físico e intelectual dos meninos reduzidos ao nível das máquinas, encurtando a vida dos homens por efeito de um exercício [*em branco*] que não os deixa saber mais que uma pequena parte do ofício, dando nascimento ao espírito desassossegado de gente de precária [~~subsistência~~] e estabelecendo separação e até inimizade entre os que trabalham e os que lhe pagam⁵⁶⁸.

Era obra da administração, apoiada na lei, observar a experiência de outros países e fazer a *previsão ilustrada* para se prevenir a tempo das incertezas do consumo inerentes à desmedida indústria fabril, advertindo os *empreendedores incautos* dos perigos e inspirando-lhes sentimentos *benévolos* e *paternais* para seus operários.

Uruguai também se preocupava com o futuro do comércio e da agricultura nacionais. No caso da atividade agrária, propôs a imigração como uma medida necessária. Todavia, diferentemente de Tavares Bastos que via na imigração uma possível fonte de civilização ou de “regeneração moral” para o Brasil, Uruguai a encarava mais como uma medida econômica e, curiosamente, como um perigo em potencial, ao enxergá-la como uma espécie de “invasão” do território nacional por povos que considerava superiores ao povo brasileiro. A imigração poderia, inclusive, representar uma ameaça à identidade nacional. Contudo, se bem tutelada pelo Estado, o risco apresentaria vertiginosa queda, ou seja, o Estado era responsável pelo estímulo à imigração e à industrialização do país. Na direção oposta e como bom liberal, Bastos propalava que não era papel do Estado promover diretamente a industrialização, pelo contrário, devia-se fundar uma política baseada na livre concorrência⁵⁶⁹.

A transferência da *grande capital* do Império para o interior ajudaria a diminuir vários problemas. Como *vantagem* econômica, Varnhagen expressou que:

começando nos arredores desta a desenvolver-se (como já se vê no Rio) certa indústria fabril e manufatureira, colhe-se a vantagem de poupar mais os matos, cujas madeiras se poderão no futuro utilizar para a construção naval ou para exportar, em vez de serem queimadas nas fábricas, e nas roças e no uso doméstico⁵⁷⁰.

⁵⁶⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Da administração pública. In: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. **“Memória da administração pública” de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Edição de texto. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. p. 103. Manuscrito, fl. 30v. Rasura do autor.

⁵⁶⁹ FERREIRA, Gabriela Nunes. Op. Cit. p. 142-157.

⁵⁷⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 126.

Explorar a produtividade do sertão traria benefícios imediatos em curto prazo para o desenvolvimento do país, como a indústria naval, ramo importante para um Estado de dimensões continentais como o Brasil, e que tinha questões da mais alta importância para tratar com muitos países. Convinha proteger as comunicações, ligar as províncias do litoral às do sertão e empregar a maior soma possível de *capitais produtivos*, aumentando a cultura e a riqueza dessa parte ainda pouco *colonizada*.

Veja-se este trecho de 1849:

Sabemos que Thomas Antonio ideou o sistema de enriquecer e fortificar a beira-mar, e de povoar bem as fronteiras terrestres, inclusive com tropas de Portugal; mas sem desenvolver aí, nem nas províncias mais do interior, a possível riqueza; para estarem elas dependentes das do litoral, que ele julgava poderia ter seguras com a marinha da metrópole. O centro do Brasil, abandonava ele, dizendo que lhe chegaria algum dia por um lado a riqueza e por outro a população. Ao menos tinha a vantagem de ser um sistema seu, apesar de quanto nele se nota de excêntrico, e contrário aos princípios econômico-políticos já então conhecidos⁵⁷¹.

Citando os esforços de um Ministro de D. João, sublinhou a insuficiência da medida adotada pelo mesmo ao privilegiar a *beira-mar* e deixar o sertão para uma probabilidade futura de conseguir povoamento e enriquecimento, sem incentivo imediato do governo. Ao falar em *princípios econômico-políticos já conhecidos*, Varnhagen poderia estar se remetendo ao modelo fisiocrata, ainda em voga na ciência econômica do início do Oitocentos. Não há referência clara no *Memorial* nesse sentido, mas alguns elementos ajudam nessa aproximação.

Analisando o opúsculo, Leandro Janke associou a importância dada ao trabalho como verdadeira fonte de riqueza e a analogia com o *corpo* humano a uma possível influência da “Escola” fisiocrata sobre o pensamento econômico de Varnhagen⁵⁷². Faz-se interessante acrescentar a valorização da agricultura como suposta “vocação” do Brasil.

De fato, a Fisiocracia, que teria sido a primeira “Escola” de Economia Política, cujos adeptos denominaram a si mesmos de economistas, tinha o apoio preferencial pela agricultura. A visão dos fisiocratas era, fundamentalmente, a do circuito, isto é, da interdependência profunda de todas as partes do sistema econômico, ajustadas segundo uma “ordem natural” que prevalecia sobre todas as atividades humanas. O problema consistia em descobrir essa ordem e conformar-se a ela, daí derivando o termo Fisiocracia, que significa “supremacia da natureza”. Dessa forma, só a natureza era criadora e a terra multiplicava o produto, ao passo que outras atividades como o comércio e a indústria apenas transformavam os bens sem multiplicá-los (“classe estéril”, não gerava excedente). A produção era tarefa

⁵⁷¹ Ibid. p. 118.

⁵⁷² JANKE, Leandro Macedo. Op. Cit. p. 62.

exclusiva dos agricultores ou “classe produtiva”. Consideravam improdutivo o intercâmbio externo ou interno, por vê-lo somente como um intercâmbio de valores iguais, mas admitiam que algum comércio exterior era um “mal” necessário⁵⁷³.

Segundo se poderá observar ao longo deste trabalho, parte do raciocínio de Varnhagen no opúsculo guardou alguma consonância com máximas postuladas por François Quesnay, um dos grandes fisiocratas, num texto de 1767:

III. Que o soberano e a nação jamais percam de vista que a terra é a única fonte de riquezas e que a agricultura é que as multiplica, pois o aumento das riquezas fazem a agricultura prosperar, ampliam o comércio, animam a indústria, aumentam e perpetuam as riquezas. Desta fonte abundante depende o sucesso de todas as partes da administração o reino.

IV. Que a propriedade dos bens territoriais e das riquezas mobiliárias seja assegurada a seus legítimos possuidores, porque A SEGURANÇA DA PROPRIEDADE É O FUNDAMENTO ESSENCIAL DA ORDEM ECONÔMICA DA SOCIEDADE. Sem a certeza da propriedade o território permaneceria inculto. [...]

XVII. Que o escoamento e o transporte das produções e das mercadorias manufaturadas sejam facilitados pela reparação dos caminhos e pela navegação dos canais, dos rios e do mar, pois, quanto mais se economiza nos gastos do comércio, mais se aumenta o rendimento do território⁵⁷⁴.

Certamente é preciso salientar que Quesnay escrevera em meados do século XVIII e Varnhagen um século depois. No entanto, os fisiocratas influenciaram a ciência econômica desde aquele momento, sendo referência para Adam Smith, Jean Baptiste Say e outros importantes economistas posteriores que Varnhagen leu. Say foi citado em 1849.

Segundo John Bell, os fisiocratas não desejavam privar a classe proprietária de suas rendas, e sim tornar mais atraente a propriedade e as terras. Nessa lógica, o Estado protegeria os donos de propriedade privada e construiria estradas, pontes, essenciais à agricultura, pois os interesses do Estado (ou soberano) não difeririam dos interesses do povo. No geral, foram defensores do livre-comércio e o governo absolutista seria a forma de governo mais adequada ao seu plano. Por último, no “Tableau Économique” (1758), Quesnay aplicou o fator biológico de circulação do sangue ao sistema econômico, na tentativa de mostrar que a riqueza podia circular livremente, em caso de não obstrução por barreiras artificiais⁵⁷⁵.

⁵⁷³ BELL, John Fred. Os fisiocratas e suas doutrinas. In: _____. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 18-125.

⁵⁷⁴ QUESNAY, François. Máximas gerais do governo econômico de um reino agrícola. In: _____. **François Quesnay: economia**. São Paulo: Ática, 1984. p. 167-171. Grifo do autor.

⁵⁷⁵ BELL, John Fred. Op. Cit. 127-134. Sobre Varnhagen, Arno Wehling destacou: “se se desejar encontrar alguma filiação doutrinária, será preciso ir a Jean Baptiste Say, citado no *Memorial*, o que faria remontar às ideias econômicas de Turgot e Cantillon e à concepção de que a oferta cria a sua própria demanda – no caso do texto, o estabelecimento da nova capital e da rede viária consequente, bem como a nova divisão territorial do país, seriam instrumentos para estimular a multiplicação de unidades produtoras, gerando o progresso econômico e um desenvolvimento material equilibrado entre as diferentes regiões do país”. Ver: WEHLING, Arno. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GLEZER, Raquel;

Tendo esses aspectos em perspectiva, é possível observar que se haviam semelhanças como a preeminência da agricultura e o uso do fator biológico, também existiam diferenças fundamentais como a forma de governo e o equilíbrio entre comércio externo e interno que, em Varnhagen, parece mais inspirada em Vattel. Defendo, então, que a referência fundamental deve ser, mais uma vez, o jurista suíço.

No decorrer desta Dissertação tive a oportunidade de destacar a presença do pensamento de Emmerich de Vattel como referência evidente no *Memorial orgânico*, juntamente com outros autores como Montesquieu, Alexander von Humboldt e Andrés Bello, textualmente citados por Varnhagen. Entre os temas apresentados no opúsculo que podem ser encontradas reflexões semelhantes no livro “O direito das gentes” estão os de que uma nação deve conhecer a si mesma, colocada na justificção do *Memorial*, a de que o soberano deve conhecer a nação, a questão da agricultura, do comércio interno, das vias públicas, o fortalecimento contra o ataque estrangeiro, o (não)direito à terra dos povos nativos, a metáfora do organismo, a glória de uma nação e o amor à pátria. É certo que todos esses aspectos elencados possuem uma relação estreita e não é de admirar que tenham feito parte do esforço de Varnhagen em organizar sua proposta. A hipótese da presença forte de Vattel se justifica pela citação e a proximidade na abordagem desses temas listados.

Na continuação da sua defesa de retirada da capital litorânea, Varnhagen tocou em uma noção crucial, a segurança. Constituído no século XVIII, o problema da segurança estava relacionada à defesa e conservação do território. Todos os esforços para protegê-lo eram uma maneira de torná-lo seguro de ameaças externas. Segundo Marlon Salomon, a partir do século XIX, o sertão como espaço de evasão e lugar de vida errante passou a ser fortemente combatido pelo poder⁵⁷⁶. A forma como se deu a colonização do Brasil (arrastando-se pelo litoral como caranguejos, na imagem famosa de Frei Vicente de Salvador) não cabia mais ser conservada.

O poder do Estado deveria chegar ao sertão, um território a ser povoado não por pessoas, mas por súditos de D. Pedro II. Era como se o Estado brasileiro estivesse com uma *cabeça* grande, mas faltasse a ação dos *braços* no interior. Necessitava-se parar o “carro das revoluções” também nesse espaço.

A ideia de levar a capital do Império para o interior tangenciava uma discussão já antiga, a da oposição litoral-sertão, civilização-barbárie. Para Varnhagen,

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 197. Grifo do autor.

⁵⁷⁶ SALOMON, Marlon. Segurança do território e segurança da população. **Projeto História**, São Paulo, n. 27, p. 147-165, dez. 2003. p. 149-159.

Como as cidades vizinhas ao mar se civilizam e criam as necessidades dos cômodos da vida e do luxo, estímulo da riqueza, pela simples frequência dos navios e trato do comércio marítimo, aos longínquos sertões é necessário, para que eles se animem a sair do estado quase natural, levar como tônicos grandes focos de civilização, e não pode haver melhor do que o de assentar aí a própria capital, que em todos os reinos é o centro do luxo⁵⁷⁷.

O historiador fez uma íntima associação entre litoral-civilização-comodidade-riqueza e seu oposto, sertão-*estado quase natural* e pode-se depreender selvageria e/ou barbárie. Varnhagen colocou civilização e barbárie como um par de conceitos antitéticos que se excluíam mutuamente⁵⁷⁸. Onde estivesse a civilização, não estaria a barbárie. A forma como encaminhou sua proposta aponta para a transposição da civilização litorânea para os sertões, particularmente por ser este último um espaço frequentemente identificado como de sublevação e de desordem.

Conforme Márcia Naxara, a perspectiva em voga era a de que os sertões, os “desertos”, deveriam ser conquistados pela técnica e pela ciência, o domínio da natureza pelo homem por meio da transposição dos acidentes geográficos, estabelecendo espaços de civilização ao conectar as cidades e o interior com estradas, ferrovias, vapores. Tal conjunto de fatores conduziria o Brasil ao progresso moral, na senda da civilização. Muitos projetos partiram de uma leitura histórica do país para pensar projetiva e propositivamente as ações necessárias a um futuro acreditado como promissor, numa concepção racional e técnica⁵⁷⁹. Reconhecidas as dificuldades para a interiorização do progresso e da civilização, o projetado no *Memorial* fazia parte desse esforço de pensar as possibilidades de uma nação brasileira em sua inteireza, a partir da integração territorial que, consequentemente, acarretaria uma melhora econômica, social e cultural ao colocar os recantos do Brasil em comunicação.

No início do século XIX, o conceito de civilização ainda não era entendido como resultado de um processo evolutivo que partia do inferior para o superior, envolvendo todas as esferas da personalidade social do indivíduo. O termo civilidade, mais usual, apontava para uma espécie de adorno que o indivíduo acrescentava ao seu convívio social, distinguindo-se dos “bárbaros”. Mais tarde, durante o debate político, civilidade deu lugar ao conceito de civilização, e o sertão foi tomado como um espaço social marcado por um conjunto de valores

⁵⁷⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 124.

⁵⁷⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 197.

⁵⁷⁹ NAXARA, Márcia Regina Capelari. Ciência, técnica e história no século XIX: fragmentos e perspectivas de Brasil. In: ARAUJO, Valdeci Lopes et. al. **A dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p. 184-185.

distinto daquele que caracterizaria o litoral⁵⁸⁰. Ao lado dessa diferenciação, havia uma associação entre desenvolvimento material e segurança, com prejuízo para o interior. Em uma das “Cartas do Solitário”, Tavares Bastos exemplificou bem essa concepção: “Eu cito a ignorância dos sertões com a sua barbaridade e com os seus potentados”⁵⁸¹. Além da falta de civilização, o interior ainda penaria com os desmandos de grupos poderosos e ávidos por concretizar seus próprios interesses.

No “Dicionário” de Moraes Silva, bárbaro trazia sinônimos como inculto, feroz, não polido, oposto ao civilizado e urbano⁵⁸². Civilizado era exatamente o contrário: cortesia, urbanidade. Tinha a ver com certo modo de falar, portar-se, regras de convívio social conferidos pela ilustração que faltava aos espíritos rústicos, grosseiros. Civilidade estava para urbanidade (aquele que pertence à cidade), como barbárie para falta de instrução, por exemplo.

Numa abordagem próxima a de Varnhagen, o Visconde do Uruguai entendia que o projeto civilizatório a ser implantado nos rincões do Império deveria se pautar nos hábitos do trabalho e no amor à propriedade, como princípios disciplinadores dos indivíduos. Junto com a propriedade, o trabalho seria a base para a transformação social dos sertões, ao possibilitar o acesso aos bens materiais, base da vida civilizada, extirpando a ameaça aos direitos dos cidadãos⁵⁸³. Esse aspecto ficou mais patente quando Varnhagen tratou do fomento à imigração europeia. Exatamente pensando nesse passo, sugeriu que no entorno da nova capital estivesse proibida a escravidão, só havendo trabalho livre.

Sobre as desvantagens da capital marítima, arguiu Varnhagen:

Ora pois, hoje que já não somos colônias; que não necessitamos estar em dependência de Lisboa, e que as vantagens de termos a capital sobre o mar não compensam a fraqueza e os comprometimentos que daí podem resultar para a nação, e outras muitas vantagens que se colheriam de a transferir para o interior⁵⁸⁴.

Ser Colônia era permanecer com uma capital assentada num local inapropriado. Ser Colônia era descuidar do sertão, que prometia segurança e fertilidade, e continuar

⁵⁸⁰ COSER, Ivo. Civilização e sertão no pensamento social do século XIX. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 18, n. 44, p. 237-248, mai./ago. 2005. p. 239.

⁵⁸¹ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. Op. Cit. p. 67. Carta VIII: Considerações gerais, de 28 de outubro de 1861.

⁵⁸² SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. TOMO I. Lisboa: Imprensa Régia, 1831. p. 248.

⁵⁸³ CARDOSO, Alan Dutra. Centralizar o Império e civilizar os *sertões*: o “Brasil profundo” no discurso político de Paulino José Soares de Sousa. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 8, n. 15, p. 269-282, jul./dez., 2018. p. 277.

⁵⁸⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 115-116.

“investindo” no litoral, tal como se fez nos trezentos anos de colonização portuguesa. Ser Colônia era, por último, comportar-se como Colônia, não resolvendo seus problemas internos, mesmo sendo um Estado independente desde 1822. Organizar-se e se fortalecer deveria ser a grande obra do Segundo Reinado.

A reflexão do autor se faz bastante elucidativa ao indicar uma consciência incômoda: embora potencialmente rico, o Império estava “atrasado” em seu desenvolvimento econômico e cultural. Assim, elencava as *vantagens* da transferência e confirmava o êxito de tal ideia citando a experiência histórica de vários países da Europa e das fronteiras do Império:

Porventura pensou jamais a Áustria em tirar do seio do Danúbio sua corte a fim de levá-la a Trieste ou a Veneza, embora isso a fizesse talvez senhora do Adriático? Ou ocorreu alguma vez à Prússia levar à foz do Oder a capital do grande Frederico, a fim de proteger a marinha do *Zollverein*, ou influir no Báltico? [...] E o grande político, o senhor de quase toda a terra, Filipe II, vemo-lo século e meio antes fixando sua capital em Madrid, e, com tão formidável marinha como a que tinha, desprezando o magnífico porto de Lisboa (de que estava senhor) e a foz do Tejo, para se estabelecer nas cabeceiras deste. E aqui temos na América novos exemplares. Além das capitais do México, Nova Granada, Venezuela, Equador etc., como teria a República Argentina resistido com tanta audácia à França, à Inglaterra e a mais alguém, se a sua capital estivesse situada como Montevideu, e não à beira de um rio tão pouco fundo, que permite rodarem nele carros para fazerem o serviço, mas não consente que uma esquadra possa estender-se em linha diante de Buenos Aires⁵⁸⁵.

Recorrendo a sua *cara história*, buscava convencer os políticos *afazendados* na Província do Rio de Janeiro da urgência dessa decisão, ou o perigo de outro vexame e o *tributo* que impôs René Duguay-Trouin, quando se assenhoreou do Rio de Janeiro, não seria impossível. O porto da Corte não estava mais bem defendido que em 1711, e a Marinha de guerra já tinha feito muitos progressos em proporção da defesa das fortalezas, logo, não exagerava em seu temor, pensava ele.

Sobre a *paragem* para *assentar* a cidade, recomendou:

Os seus limites devem ser oferecidos pelos mesmos três rios que fazem a posição tão vantajosa: deve ser o compreendido no triângulo formado pelos três portos de canoas de cada um deles que mais se aproximem entre si; ou, se se quiser, pelo círculo que passar por esses três pontos. A situação procurada terá sempre que ficar, proximamente, a distância igual dos cinco pontos, Rio, Bahia, cidade de Oeiras, Cuiabá e Curitiba.

Mas achando-se o vértice oriental desse triângulo sobre as vertentes do rio São Francisco, já dentro de Minas, e sendo o ponto que melhor comunica para toda a costa do Brasil, estando quase a igual distância do Rio

⁵⁸⁵ Ibid. p. 113-114.

e da Bahia, é esse lado que nos deve merecer a preferência, no caso de haver por aí uma localidade que satisfaça às condições⁵⁸⁶.

A localização exata deveria obedecer a um princípio de equidistância, colocando o centro administrativo do Império a uma distância próxima fosse do Rio de Janeiro, Cuiabá ou uma cidade no interior do Piauí. As *condições* exigidas eram as de que a *paragem* estivesse em uma chapada pouco elevada e naturalmente defensável, sem tantas irregularidades e situada à borda de um rio que garantisse água o ano todo para finalidades domésticas em geral. Também deveriam inexistir pântanos ou águas encharcadas nas redondezas, estando, de preferência, em 15° a 16° de latitude, elevada sobre o mar pelo menos 3.000 pés, garantindo, assim, *bons ares, puros e saudáveis*.

Para as questões do clima, Varnhagen se apoiou nas recentes pesquisas de Humboldt, sugeria, aliás, que quem procedesse no trabalho de escolha do local tivesse em vista o artigo sobre Climatologia do “Cosmos” (1845). Com uma orientação adequada e precisão nas observações, satisfazer-se ia o princípio da escolha de um local de clima mais frio para situar a capital de um Estado intertropical. Tal clima teria por principais qualidades o de ajudar no desenvolvimento do governo e dos habitantes, crescendo em número e população, como dizia suceder aos mineiros, em condições de superar os fluminenses em força e energia. Nesse comentário estava dialogando com Montesquieu, para quem os climas frios conferiam maior vigor, traduzido em confiança em si mesmo, melhor opinião sobre segurança, mais coragem e menos desejo de vingança, logo, virtudes apreciáveis em um povo⁵⁸⁷.

Ainda como fundamentação, acrescentou que a influência moral do clima fora defendida na Antiguidade por Políbio e Vegécio, e modernamente por Gaetano Filangieri. Todavia, quem melhor a defendeu, em sua opinião, foi Pierre Foissac na obra “De l’influence des climats sur l’homme” (1837), de quem retirou a frase posta como epígrafe de *A questão da capital...*, colocada no início deste item. Outro autor, Alcide d’Orbigny, em seu livro “L’homme américain” (1839), endossou a ideia que, na América do Sul, os habitantes das altas chapadas eram os mais inteligentes e ativos. Com isso, Varnhagen advertiu o engano de

⁵⁸⁶ Ibid. p. 127-128.

⁵⁸⁷ MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 239-240. Livro XIV: Das leis em sua relação com o clima, Capítulo II: Quanto os homens são diferentes nos diversos climas. Varnhagen, todavia, ressaltou: “É certo que Montesquieu, desconhecendo as leis da climatologia e das linhas isotérmicas, cujo sistema só começou a ser bem desenvolvido modernamente por Humboldt, não atendeu senão à temperatura em razão das alturas do polo ou das latitudes geográficas; e daí proveio o enganar-se querendo aplicar o seu princípio ao México e ao Peru, cujos povos, embora sob o regime absoluto, tinham sobre os outros da América a vantagem da civilização, pela mesma razão, talvez, por que os nossos índios mais civilizados eram os das serras dos Parecis”. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 130-131.

Montesquieu pelo que respeitava aos índios americanos, quanto à aplicação deste princípio entre os trópicos⁵⁸⁸, por isso suas referências nesta questão foram mesmo Humboldt, Foissac e Orbigny.

Pensando em capitais pelo mundo, destacou a posição da Cidade do México com seus *puros e saudáveis* ares, recomendando se observar a fisionomia da vegetação como um termômetro para avaliar a temperatura que mais convinha à *nossa raça* e a produção de vinha. Acerca disso, não deixou de assinalar em seu relato de viagem pela América do Norte, *Grande viagem a vapor: quinze estados percorridos em 14 dias* (1867), que os países de clima tropical não eram contrários à cultura das vinhas, mas bastante propícios. Aliás, um país que fosse próprio para o algodão, também o seria para a vinha. Sua sugestão era que o Brasil produzisse vinho de ananazes e jabuticabas, por exemplo. Nesse mesmo relato, inacabado e nunca publicado por ele, criticou a localização da capital da União, Washington, “um sítio desagradável e fraco junto do Potomac”, “verdadeiro charco” durante o verão, devendo se transferir para uma cidade como Cincinnati, no vale do Ohio⁵⁸⁹, reflexão já aparecida em nota de pé de página da reedição do *Memorial* em 1851.

Na consciência de Varnhagen, o que efetivamente fundava cidades era a *força de vontade* e o *bom regime*. Mas essa cidade ainda não existia. Não via nenhuma já levantada como boa opção para abrigar a nova sede da Monarquia, por isso seu empenho em detalhar até a arquitetura que a mesma deveria ter. Longe do *bulício* e *distrações* das cidades, os Ministros poderiam se entregar melhor aos negócios naquela época decisiva de “Transação”. A solução seria ver ele mesmo que *paragem* poderia ser essa, e foi o que fez. A cidade construída *sobre o papel* já “nascia” com nome: *Imperatória*, explicando sua *missão*. Mas seu

⁵⁸⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 7.

⁵⁸⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Grande jornada a vapor: quinze estados percorridos em 14 dias. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 144-153. As circunstâncias dessa viagem merecem um comentário. A jornada teve lugar em setembro de 1867, após Varnhagen deixar a chefia da Representação do Império nas Repúblicas do Chile, Peru e Equador, sem autorização. Viajando com a família do Panamá a New York, atravessou vários estados da União, a saber: New York, Pensilvânia, Ohio, Michigan, Wisconsin, Illinois, Indiana, Missouri, Kentucky, Tennessee, Virginia, West Virginia, Maryland e Delaware, além de Washington. Afirmando querer oferecer suas *impressões* acerca do que via, comentou sobre diversos assuntos como o traçado da cidade de New York, o hotel em que se hospedou, os jantares, o comportamentos das moças, a derrubada dos bosques de carvalho. Embora não tenha mencionado, o passeio poderia ter acabado em tragédia familiar, pois seu primogênito, Xavier, por pouco não se precipitou nas Cataratas do Niágara. No fim, Varnhagen não foi punido pela indisciplina, e sim nomeado para uma Corte europeia, como era de seu desejo, evidenciado em carta ao Imperador já citada nesta Dissertação. Para uma leitura detalhada desse relato, ver: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Grande jornada a vapor”: um segredo do visconde de Porto-Seguro? In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. Lucia Guimarães encontrou o manuscrito inédito em 2005, na coleção pessoal do historiador, no Arquivo Histórico do Itamaraty.

esforço não foi só de tinta e papel. Em 1877, esteve no Planalto Central goiano para estudar a região que melhor atendia aos requisitos de posição, salubridade, etc., necessários.

De volta a Viena, escreveu o último trabalho que publicou em vida, *A questão da capital...*, em que relatou sobre a viagem, o trabalho de medição e recuperou trechos do *Memorial* nos quais tratou dessa proposta, lembrando que 28 anos antes já proclamara essa medida de urgência para o Império, ainda não devidamente acolhida pelo Governo. No livreto, confessou que:

não ficaríamos tranquilos enquanto, por nossos próprios olhos, nós não desenganássemos de todo, e à mesma posteridade, se tínhamos ou não razão em todos os nossos planos e propostas engenhadas *sobre o papel*, no silêncio do gabinete. [...] Resolvemos pois pedir do Governo uma licença a fim de nos ausentarmos por seis meses do posto honroso que ocupamos, e empreendermos (levando conosco os competentes instrumentos, incluindo nada menos que três barômetros) à custa de quaisquer trabalhos e sacrifícios, enquanto para eles nos sentimos com forças, uma penosa viagem a cavalo, nada menos que até a Província de Goiás, por nossas primitivas estradas, para *de visu* e como antigo engenheiro, reconhecer essa notável paragem que a contemplação e estudo dos melhores mapas nos havia revelado; e ver se correspondia perfeitamente às condições de bondade de clima e outras essenciais ao nosso propósito, ou se, *bona fide*, nos cumpria a tempo rejeitá-la e buscar outra⁵⁹⁰.

O desabafo de Varnhagen evidencia novamente o traço de sua personalidade bem marcado por ele na correspondência: o de colocar-se à disposição da *pátria* em nome do que considerava importante. A valorização do esforço não ficava por menos: *penosa viagem*, *primitivas estradas*, mas importa destacar o que ficou de modo lateral nesse relato: o “ver” o local como um aspecto de sua produção como historiador. Não bastava saber pelos mapas que tal lugar era conveniente para erigir a nova capital, precisava checar *in loco*, utilizando para isso seus conhecimentos de *antigo engenheiro*. Aliás, a formação em engenharia foi uma grande auxiliar nessa empreitada pelo centro do Brasil. Mais uma vitória da autopsia.

No *Ofício* dirigido ao Ministro da Agricultura, direto de Vila Formosa da Imperatriz, Goiás, em 28 de Julho de 1877, foi eloquente em elencar as vantagens econômicas da *paragem* que estudara:

não posso deixar de aproveitar esta ocasião para recomendar a importância, em todo o sentido, da mencionada paragem, como solo fecundo em que tem de vingar e prosperar muito quaisquer sementes que nele se lancem. Nestes terrenos de campos elevados, de belas pastagens, onde se criam perfeitamente os cavalos companheiros da civilização do homem (e que se pagam hoje apenas a trinta e quarenta mil réis cada um), onde os cafezeiros, ao cabo do primeiro ano da planta da muda, já produzem prodigiosamente, prometendo para quando houver daqui comunicações ser este um novo

⁵⁹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **A questão da capital**: marítima ou no interior? Viena: Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877. p. 24-25. Grifo do autor.

distrito deste gênero, nestes terrenos, digo, com bosques nos vales e margens dos ribeirões, se encontram para as construções de edifícios, muito bons grés brancos e vermelhos e até mármore de cores, os quais hoje apenas se destinam para cal, e se encontra também, como por todo o sertão, bastante minério de ferro [...]. Para rebentar a pedra fácil seria fazer-se até pólvora, com o muito salitre que fornece a vizinha serra das Araras⁵⁹¹.

Acalentando a ideia desde pelo menos os 23 anos de idade, quando esteve em Formosa já era um senhor de 61 anos. A missão oficial junto ao Ministério da Agricultura foi cansativa, estradas ruins, caminhadas diárias de oito, nove léguas desde as 6 horas da manhã, etc. Como ele mesmo escreveu, as recompensas se ganhavam com o *suor do rosto* ou *risco da vida*. Nesse caso, o risco fora real, a *penosa viagem* em lombo de mula agravou seu estado de saúde. A morte veio um ano depois. Para quem tanto falou em *servir e morrer caladamente* pela pátria, teria sido Varnhagen uma espécie de “mártir” da “causa” mudancista? Não há muito que se possa dizer. É provável que ele tenha sido o primeiro letrado e homem público brasileiro de sua época a colocar os pés naquela região onde futuramente se assentaria a capital Brasília (mesmo nome sugerido por José Bonifácio), mas, aparentemente, poucos (ou ninguém?) lembraram disso.

Mais uma *patriótica providência* que passou (quase) despercebida em sua própria época. Em 1852, o Senador Hollanda Cavalcanti apresentou um Projeto de Lei para a criação de uma nova capital para o Império, e nenhuma palavra sobre proposta análoga que saiu meses antes na Revista Guanabara...

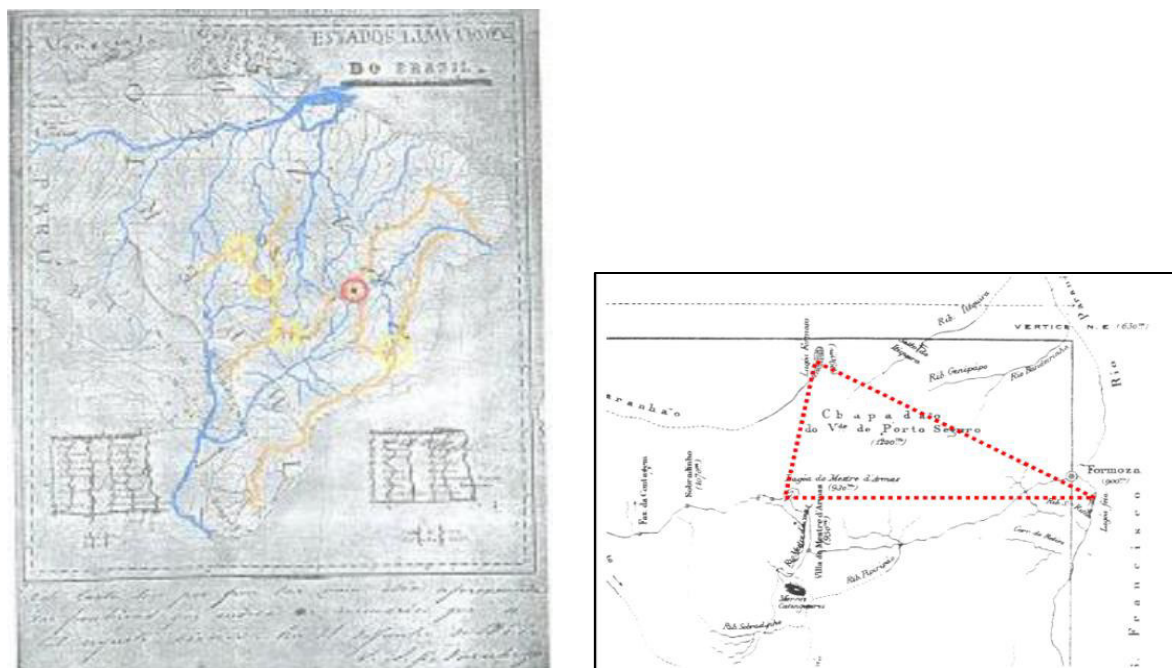
O local mais adequado seria, então,

uma paragem mais central, mais segura mais sã e própria a ligar entre si os três grandes vales do Amazonas, do Prata e do S. Francisco, nos elevados chapadões, de ares puros, de boas águas, e até de abundantes mármore, vizinhos ao triângulo formado pelas três lagoas, Formosa, Feia e Mestre d'Armas das quais manam águas para o Amazonas, para S. Francisco, e para o Prata!⁵⁹²

Os mapas a seguir ajudam a observar melhor a localização estudada por Varnhagen:

⁵⁹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Ofício ao Ministro da Agricultura, de 28 de Julho de 1877**. Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Relatorios/1877varnhagenFormosa.htm>. Acesso em: 15 jan. 2019. s/p.

⁵⁹² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **A questão da capital: marítima ou no interior?** Viena: Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877. p. 24. Deixou seu ponto de vista até sobre como deveria ser a arquitetura da nova cidade: “a construção do palácio imperial, do de suas sessões, do das secretarias e da igreja matriz. A construção destas obras daria ocasião a que o Brasil pudesse oferecer também algum tributo original à arte, do que até hoje não se pode gabar. A matriz, que devia desde logo ser construída com as pretensões de ser um dia catedral, conviria que fosse tudo, menos grega. Já basta de templos gregos. Antes tivesse da severidade egípcia, com reminiscências da antiga Palenque, antes dos asiáticos zimbórios empinados e minaretes, antes do sério religioso das catedrais do século X, sem os arrebiques e bichancros do que chamam góticos; e que hoje vai desgraçadamente entrando tanto em moda que até neste estilo se construiu em Londres a soberba câmara dos lordes”. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 193-194.



Figuras 10 e 11: À esquerda, mesmo mapa das figuras 8 e 9, com destaque em vermelho para a capital. O detalhe à direita foi extraído do mapa publicado no Relatório Cruls⁵⁹³, em 1894, e mostra, localizadas nos vértices de um triângulo, as posições das três lagoas estudadas por Varnhagen em 1877. Fonte: MAGALHÃES, Luiz Ricardo. **Brasília, a utopia do centro**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2004. p. 50-83.

Era nesse ponto (indicado no mapa), de onde partiriam tantas *veias* e *artérias* para circular por todo o *corpo* do Estado, que imaginava estar o verdadeiro *coração* do Império, isto é, a sede do governo. A escolha obedecia, pois, a um princípio de centralidade, como todo o seu plano de organização do território. Insistia que “se a nossa missão for só conservarmos íntegro o território que era de nossos pais, e melhorá-lo quanto possível, a capital n’um lugar forte e central é a melhor”⁵⁹⁴. As motivações, critérios de escolha, o cálculo para a localização da cidade e os detalhes urbanísticos (arquitetura do palácio do governo, desenho das ruas e avenidas, o gabarito dos prédios, o escoamento das águas pluviais, o abastecimento de água e de gás e a arborização com espécies nativas) faziam da proposta um projeto de centralidade política, administrativa, estratégica e econômica do país, conforme apontado por Wehling⁵⁹⁵.

⁵⁹³ A Comissão de Exploração do Planalto Central do Brasil (Comissão Cruls) nasceu com o Projeto de Lei nº 71 de 1891, que autorizava a abertura de despesas necessárias para a exploração e demarcação da superfície de 14.400 quilômetros quadrados no Planalto Central, do território da República, o local designado para receber a futura capital do Brasil. A viagem exploratória foi empreendida um ano depois e contou com a participação de médicos, mecânicos e farmacêuticos. O Projeto de Lei foi defendido pelo Senador piauiense Nogueira Paranaguá.

⁵⁹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 7.

⁵⁹⁵ WEHLING, Arno. Integridade e integração: duas ideias-força de Varnhagen. In: LEITE, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico**. Brasília: FUNAG, 2016. p. 45.

Uma última *vantagem* de uma capital central seria promover o conhecimento da nação. Com o fluxo entre os diferentes pontos do Império, o Brasil iria se conhecendo melhor. O Imperador conheceria seus súditos, e os políticos sobre quem eles legislavam. Varnhagen chegou a recomendar que se fizesse um rodízio das convocações da Assembleia Geral da nação em cidades diferentes (como faziam os antigos Reis de Espanha e de Portugal com as suas Cortes), para gerar uma aproximação maior entre o povo e seus representantes. Rogava que a ideia fosse acolhida logo, imagine outro surto de febre amarela, como o que acometeu o Rio de Janeiro naqueles tempos! Nem a família imperial escapou. Quanto mais demorasse, mais difícil seria buscar um refúgio longe do litoral.

Para completar o quadro, também teceu considerações acerca da instrução superior na nova capital. Dissertou longamente:

Fazemos votos aos caos para que não nos levem à capital do Império as academias de direito, ou a *Universidade*, se algum dia esta vir a luz no Brasil. Ou nela, ou em forma da academia na cidade de Mariana ou na de Goiás, se deve criar a faculdade de Teologia.

Como estudos superiores, na capital, propomos unicamente o estabelecimento de um curso politécnico. [...] Não pretendemos com isto dar no Brasil ainda mais latitude à instrução superior do que ela já aí tem. Sabemos quanto recomendam os políticos mais prudentes de que não se criem com ela habilitações fora do número das que podem comportar as rendas do Estado; porquanto essas habilitações em maior número criam mais ambiciosos, que se tornam elementos de perturbação social.

Propomos a criação e os melhoramentos de certos estudos, além dos de direito e medicina, cujas academias enchem o Império de bacharéis e de licenciados, que mesmo sem doutorar-se se intitulam doutores; mas ao mesmo tempo suplicamos ao governo que procure estabelecer, nessas academias e nos novos cursos, toda a severidade e rigor que seja possível, e que acabe de uma vez com esses exames de compadres que desmoralizam o país, e entregam algumas vezes os destinos da sociedade ou os de um pobre padecente, a indivíduos, como conhecemos não poucos, que seguiram os cursos, é verdade; mas só neles ganharam vaidade e charlatanismo [...].

Propomos a criação de uma faculdade de teologia; porque desejamos a instrução do nosso clero superior; dos nossos prelados, pelo menos. Quanto ao curso politécnico, nem defenderemos a imensa utilidade que dele pode resultar. [...]

Os indivíduos que completassem este curso teriam preferência para o futuro nos cargos dependentes dos Ministérios da Fazenda e do Império. [...] Talentosos observadores, bons administradores enfim que, num estado nascente, são os empregados que mais podem concorrer à sua futura felicidade, ou futura ruína⁵⁹⁶.

⁵⁹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 191-193. Grifo do autor. Em nota da pág. 205: “Na cidade de Paracatu, ainda quando não vá tão cedo avante o plano da *Imperatória*, se poderia criar a Universidade brasileira. A concentração dos estudos superiores não só faz que os estudantes, pouco depois homens públicos, conheçam melhor as capacidades contemporâneas, como concorre a destruir o bairrismo e a formar a unidade de espírito nacional. Além disso nas universidades é sabido que sempre se adquirem mais conhecimentos enciclopédicos, pois que aos filhos de uma faculdade ficam

A apreciação do historiador em torno do Ensino Superior estava em consonância com o modo como se operava a questão do acesso a esse nível de educação dentro do Império, que deveria ser prioritária para aqueles destinados a serem homens públicos, pois, educando os futuros encarregados das funções governamentais, eles saberiam como ordenar todo o resto. Era por essa via que igualmente se daria o processo de construção, ordenamento e civilização da jovem nação brasileira. Anos antes, na *Memória Da administração pública* havia expressado que a instrução primária era indispensável a todos, a secundária era útil a muitos, e a superior seria conveniente para alguns, pois se fosse excessivo o número poderia não haver lugar para todos e isso geraria perturbação na sociedade⁵⁹⁷.

Varnhagen acreditava estar contribuindo para o melhoramento do país. O aperfeiçoar-se fazia parte do caminho a ser seguido. Contudo, para seu desespero, constatava que:

[...] quando ouvimos proferir grandes elogios à prosperidade do Império, uma dor profunda se apodera de nós, vendo o que ele é e o que podia, ou devia, ser. Logo nos vem a ideia de que, sendo o Brasil maior que 250 Bêlgicas juntas, produz uma receita menor do que o reino politicamente mais insignificante da Europa⁵⁹⁸.

Era revoltante para o autor reconhecer que um país de dimensões continentais como o Brasil possuísse uma *receita menor* que a pequena Bélgica. Todo o programa contido no opúsculo se direcionava a ajudar na superação dos problemas que atravancavam o progresso do Brasil.

Segundo Koselleck, o conceito de progresso foi uma criação do final do Setecentos, momento em que se procurou reunir grande número de novas experiências dos três séculos anteriores. Assim, o conceito de progresso único e universal se nutriu de experiências individuais de progressos setoriais, que não existiam antes e que interferiam de modo cada vez mais profundo na vida cotidiana. Nessa nova forma de experienciar o tempo, experiências e expectativas afetavam-se por um coeficiente de variação temporal, remetendo à contemporaneidade do não-contemporâneo, ou vice-versa⁵⁹⁹. Quando Varnhagen reclamou da

sempre ideias gerais que ouviram aos de outras, em conversações ou discussões, etc”. O Preparatório contaria com matérias muito parecidas com as que ele mesmo estudara em Lisboa: matemática, física, mecânica, química, mineralogia, astronomia, história natural, desenho linear, de edifícios, de paisagem e topográficos, princípios de agricultura e de construções, administração, com elementos de economia política e noções de direito. O intento, como ele mesmo adiantou, era formar bons funcionários para a fortuna do Estado. Sobre a questão da educação no Império, ver: MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *Garantindo hierarquias: educação e instrução infantil na boa sociedade imperial (1840-1889)*. *Dimensões*, Vitória, v. 15, 2003.

⁵⁹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Da administração pública*. In: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. **“Memória da administração pública” de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Edição de texto. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. p. 106. Manuscrito, fl. 31v.

⁵⁹⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 108.

⁵⁹⁹ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit. p. 317.

receita do Brasil ser menor que a da Bélgica e de estar a um quarto de século *independente*, mas viver como se fosse muitas *colônias juntas*, denunciava que o país se encontrava “estacionado” na conquista da civilização que, naquele momento, traduzia-se pelas sociedades europeias consideradas mais avançadas. Revelava, pois, a consciência de estar “atrás” dos outros e a urgência de alcançá-los (Europa) ou mesmo ultrapassá-los (especialmente os países vizinhos), e não retroceder à ideia de produzir *quanto mais melhor* para os mercados da Europa e dos Estados Unidos como se fosse sua Colônia.

O atraso técnico prejudicava o desenvolvimento econômico do Império. Nesse sentido,

Fomentar deveriam também o governo e as assembleias provinciais não tanto a introdução de novas indústrias, como o melhoramento da agrícola que já temos. É triste que produzindo o Brasil café, açúcar, tabaco, arroz, cacau, sem mencionar outros artigos, por nenhum deles dê grande ideia do progresso de sua indústria. Quase todas as nações marítimas têm algum produto por que mais se distinguem no comércio; nós pela superioridade de nenhum nos recomendamos, e naturalmente em razão, não da ruindade do solo, sim do atraso dos processos⁶⁰⁰.

Progredir era condição de sobrevivência. Era também pressuposto para alcançar a glória. Na conclusão da segunda parte do *Memorial*, fez a seguinte reflexão:

Nenhuma nação pode viver sem cumprir uma das duas missões de qualquer existência política: ou a de guerrear para ganhar mais glória com que se faça respeitável, ou a de adquiri-la aperfeiçoando-se, quando já não tema agressão externa. A nação que falta a uma e outra destas missões suicida-se: tem de abdicar em mãos estranhas sua nacionalidade⁶⁰¹.

O fortalecimento do *corpo* do Império ajudaria a obstar o perigo de *ameaça externa*, o aperfeiçoamento interno garantiria a maior perfeição possível e a vida útil da nação. Novamente recorrendo ao disposto por Vattel, defender-se com forças unidas de qualquer insulto ou violência de fora era um dos fins da sociedade política⁶⁰². O fato de a sociedade não estar em condições de rechaçar um agressor indicava seu estado de grande imperfeição, falhando, portanto, em seu principal destino de proporcionar o maior grau de felicidade, não podendo subsistir por muito tempo.

⁶⁰⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 180. Varnhagen seguia com sua preocupação em dar preferência aos artigos nacionais: “Ao algodão poderíamos dar alguma proteção, decretando que só com fazendas dele tecidas se vista o exército. Antes fardas de veludinho que de lã: as cores deveriam ser de produtos nossos”. Nem o sistema de moeda lhe escapou: “A alteração que propomos é que se acabe com o nome da unidade *real* e que se lhe chame *merim* (pequeno em língua brasílica). A unidade *real* é portuguesa e deve-se-lhe deixar”. Arrematando: “Em nossa opinião também é triste recebermos barricas de farinha em vez de sacas de trigo. Não nos faltam ribeiros com muita queda para cobrirmos o país de azenhas, e não comeremos gesso e cal por trigo, ou pelo menos farinhas ardidas etc.”.

⁶⁰¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 16.

⁶⁰² VATTEL, Emmerich de. Op. Cit. p. 301. Capítulo XIV: Terceiro objetivo de um bom governo: fortificar-se contra os ataques externos, 177. – Uma nação deve fortificar-se contra os ataques externos.

A chave deveria estar na organização. Lamentando o caso do México, Varnhagen recordou:

Se o México depois de sua independência, em vez de querelar inutilmente tivesse pensado em organizar-se como nação, e em unir-se para debelar o estrangeiro invasor, não teria sofrido, ante o mundo e a posteridade, o vexame e o tributo de guerra que sofreu, e não haveria sido despojado de metade do seu território, incluindo a Califórnia. Não há força sem união, e não haverá nunca verdadeira união, enquanto não se estabeleça bem a unidade⁶⁰³.

Varnhagen fez a apologia da unidade como único meio e *solução* para a existência de uma nação que pudesse assim ser chamada: independente, que se aperfeiçoa a si mesma, que se nutre em caso de crise, que ocupa um lugar honroso no concerto da humanidade civilizada, que conserva seu território e não sucumbe perante o invasor, que não delega seu governo a outrem e *bate o pé* se sua soberania for afrontada: respeitável. O Império tinha que não cometer exatamente o erro do México, tomado como o velho conhecido exemplo/argumento histórico. O primeiro nome do opúsculo era *Memorial*, cabia realmente o ato de lembrar.

O segundo nome era *orgânico*. O caráter organicista ficou patente na seguinte passagem da primeira parte:

pusemos o dedo em várias *chagas* do país para acusar delas a existência, e algumas ainda no capítulo seguinte teremos que descobri-las melhor. Mas entenda-se! Dizemos o mal para que ele se conheça e se trate de sua *cura*, sobretudo quando a temos por fácil. Se julgássemos um só desses *males* incurável, teríamos igualmente patriotismo bastante para ocultá-lo, e se víssemos que ele produziria a infalível *morte* da pátria, também a amamos bastante para que tivéramos a coragem de caladamente morrer com ela⁶⁰⁴.

Ao falar em *chagas* e *males*, Varnhagen concebeu o Império como um “corpo enfermo” que, se não *curado*, acabaria *morrendo*. A própria estrutura do *Memorial* se assemelha a um procedimento médico: a) são detectadas as causas, as “origens” dos males que acometiam o organismo; b) identificam-se os efeitos já provocados e os que virtualmente poderiam ocorrer, caso não tratado; c) são propostas soluções para resolver o problema e fortalecer o *corpo*. Uma aplicação simples do “procedimento” poderia ser essa, com relação à mudança da capital: a) uma capital à beira-mar era mais suscetível a ataques marítimos; b) o Rio do Janeiro já havia sido invadido pela esquadra de Duguay-Trouin, no século XVIII e a experiência de outros países demonstrava a correção de uma proposta como essa; c) propôs a transferência para o interior, mais seguro e que ajudaria no desenvolvimento da região.

⁶⁰³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 16.

⁶⁰⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 110. Grifo meu.

A apropriação da ordem médica para analisar a sociedade destacava a figura daquele que, pelo conhecimento especializado, estava autorizado a analisar essa sociedade, fazendo o diagnóstico e um prognóstico ao apontar os problemas e as soluções para que ela atingisse o progresso e a civilização⁶⁰⁵.

O uso da analogia do *corpo* humano foi recorrente entre filósofos modernos. Varnhagen não se pretendeu filósofo, mas, no *Memorial*, utilizou-a para designar partes importantes de seu plano. Assim, o vale do Rio São Francisco era o *estômago* do Brasil. As estradas de ferro, as *veias* e *artérias* por onde circularia produtos, pessoas, luxo, “cultura”, civilização. A transferência da *grande capital*, o *coração*, era fundamental, entre outros, porque “Os governos cujas sedes estão no interior do país tratam mais que os outros em cuidar de facilitar as comunicações, que são as veias e artérias do Estado, que sem elas definha e morre”⁶⁰⁶, além de que essas *artérias* fariam “divergir ramais para as cidades vizinhas, mais ou menos importantes”⁶⁰⁷. Em *Grande jornada a vapor...*, também usou da metáfora biológica. De passagem por New York, afirmou que a Broadway era a “grande artéria” da cidade, comparando-a a Oxford Street ou Picadilly, ruas movimentadas do centro de Londres⁶⁰⁸.

Como o *coração* que bombeia o sangue que circula pelas *veias* e *artérias*, instalada centralmente, a capital “bombaria” a boa administração, fazendo “circular” por todo o Império a *colonização*, o comércio, a *civilização*, por meio das *estradas de ferro*. Como um organismo humano cujo funcionamento dos órgãos está em harmonia, a harmonia das relações entre as províncias caracterizaria a unidade do *corpo* do Império. Aí estava a grande *revolução pacífica* que precisava se operar na *felicidade* e no *futuro* do Brasil. O único tipo de *revolução* que lhe agradava.

4.2 Atende-se mais ao Brasil: pensamento de organizá-lo. Outras palavras ao Memorial orgânico e à Memória Da administração pública

Convenci-me ainda mais de que se a liberdade política é essencial para a felicidade de uma Nação, boas instituições administrativas apropriadas às suas circunstâncias, e

⁶⁰⁵ JANKE, Leandro Macedo. Op. Cit. p. 38.

⁶⁰⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 125.

⁶⁰⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Ofício ao Ministro da Agricultura, de 28 de Julho de 1877**. Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Relatorios/1877varnhagenFormosa.htm>. Acesso em: 15 jan. 2019. s/p.

⁶⁰⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Grande jornada a vapor: quinze estados percorridos em 14 dias. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 142. Outra metáfora corrente no século XIX foi a do ciclo natural da planta, usada, por exemplo, por Alencar, Gonçalves de Magalhães e Tocqueville, citados nesta Dissertação.

convenientemente desenvolvidas não o são menos. Aquela sem estas não pode produzir bons resultados.
Visconde do Uruguai, 1862

Foi com o movimento constante que se dava pelos paquetes, gabinetes das Legações, arquivos e bibliotecas, entre um país e outro, que Varnhagen organizou seu plano para o Brasil. Contudo, o plano não seria eficiente se não fosse bem administrado. A importância da boa administração na condução do Estado foi ressaltada, sobretudo, no manuscrito que nunca publicou: *Da administração pública*. Na ocasião, fixou que “O governo forma a administração, porém a administração mantém os governos”⁶⁰⁹.

Os textos do *Memorial* e desta Memória se encontram na preocupação fundamental com a questão política do Império: governo, administração, o Estado e a definição de políticas estatais. Uma hipótese plausível, mas difícil de comprovar, é que Varnhagen optou por não publicizar a Memória por considerá-la um trabalho ainda pouco amadurecido, embora já apresente profundidade nas reflexões sobre princípios de administração geral e aplicada ao Brasil. Não encontrei nenhuma referência a ela na correspondência ou em outro local, o que se mostra estranho, pois Varnhagen chegou mesmo a elaborar uma lista de trabalhos escritos por ele *em prol* do Brasil e citava suas pesquisas com considerável frequência.

Para a fixação da data de redação do manuscrito concorrem algumas passagens do texto que levam a entender o período aproximado. Logo na folha 9 (frente e verso) defendeu que a centralização política efetuada por Napoleão Bonaparte foi necessária para chegar ao *acertado* regime constitucional que vigorava naquele momento. Referiu-se à Monarquia constitucional francesa de Luís Felipe, anterior ao regime republicano, portanto, *Da administração pública* não pode ser posterior a 1848, localizando-se provavelmente, entre 1830 e a metade da década seguinte. Folhas adiante (43v.), falou da necessidade da criação de um *corpo consultivo* do Ministério para organizar a administração do Brasil. Ora, o Conselho de Estado foi suprimido pelo Ato Adicional de 1834 e recriado em 1841, este comentário

⁶⁰⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Da administração pública*. In: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. “**Memória da administração pública**” de Francisco Adolfo de Varnhagen. Edição de texto. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. p. 83. Manuscrito, fl. 18. Gisele Almeida fez a transcrição diplomática do manuscrito pertencente ao Arquivo do Itamaraty, na coleção pessoal do historiador paulista, Lata 352, Maço 1. O documento é autógrafo, escrito pelo autor, mas não assinado, também original, sem cópia e sem publicação até 2015. O manuscrito tem 107 folhas, frente e verso, totalizando 221 folhas, sendo as sete últimas em branco. As inúmeras rasuras, espaços ao longo do texto e folhas em branco no final indicam que o trabalho não foi corrigido e finalizado. A temática geral é como o autor entendia que um Estado, uma nação e, por fim, o Brasil, deveria ser administrado. Seguirei a tipologia utilizada por Gisele Almeida: Memória, como uma dissertação acerca de algum assunto científico, artístico, literário, para ser apresentado a uma corporação, academia, etc. A referência de Almeida é: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

afunila mais a data de escrita do manuscrito. Outro critério seria o “pertencimento” do autor, mas esse se presta a uma pequena “confusão”. Em vários momentos ele se referiu ao Brasil e escreveu em *nosso país* e organizar *nossa administração*, todavia, no último parágrafo, fez a seguinte apreciação:

Trabalho modesto, que por não ser assunto ~~de brasileiros~~ de parcialidades, é assunto de Brasileiros, e que por não ter grande brilho porém sim muita utilidade, se avém com o genuíno espírito do século, tão pouco aficionado a vã palestra, como disposto a admitir e engrandecer todo esforço que conduza a resultados positivos, espécie de culto tributado pelo desengano à verdade de volta de ilusões!⁶¹⁰

O primeiro movimento é o de notar a expressão riscada pelo autor. Como não ser *assunto de brasileiros*? Talvez a resposta esteja em, inicialmente, Varnhagen ter falado como um não brasileiro, ao menos juridicamente. Como tive a oportunidade de apresentar nesta pesquisa, num artigo de 1937 o autor usou o *nós* para designar os portugueses (item 2.1). Abrem-se três opções: ou Varnhagen não era (ou não se via como) *brasileiro* quando escreveu a Memória, ou não era *brasileiro*, porque aguardava a resolução legal do processo iniciado quando esteve no país em 1840 (só foi informado de que o decreto imperial havia restituído sua nacionalidade brasileira em 1842), mas já trabalhava na Legação de Lisboa, ou ainda, e me parece mais provável, foi só um descuido de redação, logo corrigido (o traço em cima), já que o trabalho não foi revisado e ao longo do mesmo usou frequentemente o *nosso*, referindo-se ao Brasil. De todo modo, imprecisamente, a data de produção pode ser entre 1841 e 1842.

A parte restante da conclusão sinaliza argumentos recorrentes do historiador: o esmero no estudo, a (falsa) “modéstia”, a verdade, a utilidade.

Um fato que interessa mais de perto é que alguns trechos da Memória lembram trechos do *Memorial*, e um excerto em específico possui quase a mesma redação nos dois, o que já serve como comprovação da autoria, além da letra, o pertencimento à coleção pessoal do historiador, a marca d’água do documento, a identificação em espanhol, possivelmente feita pela família do historiador quando possuía seu acervo pessoal, aspectos minunciosamente investigados por Gisele Almeida.

Almeida relacionou duas hipóteses válidas para explicar a escolha de Varnhagen em não apresentar a Memória ao público: a insegurança em questionar a política posta em prática no Império de então, que ele só há pouco tempo havia sido “reintegrado”, e o autor não ver a questão da centralização ameaçada, já que os conservadores tinham retornado ao poder e essa

⁶¹⁰ Ibid. p. 212. Manuscrito, fl. 108. Rasura do autor.

era uma grande bandeira desse grupo⁶¹¹. A dificuldade fica em passar de hipóteses. A situação desse manuscrito é diversa do comportamento geral do autor em relação a sua obra, não há grande razoabilidade para ele, aparentemente, nunca ter falado desse trabalho, posto ele mesmo se colocar como alguém não disposto a *adulações* e sempre pronto para falar *verdades* duras e necessárias, um mote argumentativo do *Memorial*. Para começar, nem seria sua estreia no cenário letrado, ou, nesse caso sim, seria o primeiro texto com uma temática político-administrativa. A dúvida permanece.

Sobre as passagens semelhantes entre o *Memorial* e a *Memória*, elas pertencem ao mesmo comentário marginal da primeira parte daquele, destinado a ser acrescido ao texto principal, Capítulo II, § 4º, mas não apareceu em 1850 e 1851. Já na *Memória*, apareceu em parágrafos das páginas 8v., 10v. e 14v. e 15, ao longo dos § V: *Se pode centralizar-se o governo e excentralizar-se a administração* e § VII: *Refutação de exemplos vantajosos* (Capítulo I: *Ideia geral da administração*). Tratando desse assunto, o historiador escreveu em 1849 que tinha em vista o autor de um tratado de administração, sem citar o nome, que, infelizmente, também não consegui identificar. Obedecendo a cronologia dos trabalhos, colocarei os parágrafos da *Memória*, que não são seguidos, mas possuem a mesma linearidade que a nota completa do *Memorial*.

Em *Da administração pública*, Varnhagen explicou:

Este modo de resolver o problema que serve de base à doutrina da administração pública, manifesta claramente o erro dos que tomam como axioma de progresso social, que convém centralizar o governo e excentralizar a administração, pois que proclamam um pensamento falso⁶¹².

Na nota do *Memorial*:

Sem nos querermos envolver na questão de maior ou menor centralização do poder e do governo, que se debate entre os partidos do Brasil, estabelecemos por única máxima que a centralização da administração deve estar sempre em relação com a maior ou menor centralização que tenha o poder, e rechaçamos como inaplicável o sistema de centralizar o poder e descentralizar a administração⁶¹³.

O próximo excerto da *Memória* é ainda mais próximo:

⁶¹¹ ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. **“Memória da administração pública” de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Edição de texto. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. p. 252.

⁶¹² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Da administração pública*. In: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. **“Memória da administração pública” de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Edição de texto. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. p. 68. Manuscrito, fl. 8v.

⁶¹³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 184.

Esta ordem de negócios, fundada em que ninguém melhor que um mesmo cuida do que lhe interessa, cria certamente os hábitos da vida pública e liga nos corações aquela espécie de amor à pátria que se confunde com o egoísmo da localidade; contudo afasta as miras e diminui as relações, pois que os povos [*em branco*] quase desprendidos de uma grande cadeia, se impregnam n'um espírito mesquinho e desdenham as concepções de interesse geral, que não apreciam se não lhes trazem vantagens muito imediatas e mui pouco custosas. Ali deve ser privativo de cada povo o que pertence a seu regime e fomento; e ainda o concernente ao cumprimento das leis, e das medidas emanadas do governo central (porque algum há de haver que represente ao estado) ficará na forma e modo de execução, submetido ao arbítrio das mesmas localidades⁶¹⁴.

Na anotação do *Memorial*, colocou o seguinte trecho entres aspas, afirmando ser do tal autor do tratado de administração que leu, algo que não fez na Memória:

“Desde o momento que os interesses especiais, de localidade e de província tenham uma administração própria... esta ordem de coisas, fundada em que ninguém melhor que cada qual cuida do que lhe interessa, cria certamente os hábitos de vida pública, e arraiga nos corações aquela espécie do patriotismo que se confunde com o egoísmo da localidade: pelo que estreita as vistas e apouca as relações, e faz que os povos, eles quase rotos de uma grande cadeia, se repassem de um espírito mesquinho, e desdenhem as concepções de interesse geral, que não apreciam se não lhes traz vantagens muito imediatas e de muito pouco custo”⁶¹⁵.

O terceiro e último excerto, já do § VII, é o mais semelhante:

Naquela confederação nem o congresso que legisla e governa, nem o presidente que executa, cuidam mais que de um reduzido número de interesses gerais, por meio de uma administração não menos reduzida: a ação do poder central chega até onde alcançam seus meios administrativos. O dia em que a união faça um grande alarde de força em defesa de sua honra ou de seus interesses materiais não será obra de uma centralização que não existe, senão que será a explosão de uma opinião pública, rainha soberana disseminada no país e [cantada] por cabeças, que concorre a influir nos negócios e cujo intérprete é o governo, Quando na antiga Roma não podia uniformizar-se essa opinião dentro de seus muros, apelava-se em momentos críticos à ditadura, que era dar a melhor centralização possível, ainda que temporalmente, ao governo e à administração: Nos Estados Unidos são demasiado jovens para haver experimentado ainda sérios conflitos desta espécie e sua [*corroído no canto esquerdo*] marcha⁶¹⁶.

Agora a redação no *Memorial*, também anunciado como do autor do tratado e colocado entre aspas:

⁶¹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 71. Manuscrito, fl. 10v. Rasura do autor. Espanholismo do autor.

⁶¹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 184.

⁶¹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Da administração pública. In: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. **“Memória da administração pública” de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Edição de texto. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. p. 78. Manuscrito, fl. 14v-15. Grifo do editor.

“Em aquela federação, diz o nosso autor, nem o Congresso que legisla e governa, nem o presidente que executa cuidam mais que de um reduzido número de interesses gerais por meio de uma administração não menos reduzida: a ação do poder central chega até onde alcançam seus meios administrativos. No dia em que a União faça um grande alarde de força, em defesa de sua honra ou de seus interesses materiais, não será obra de uma centralização que não existe; mas sim da opinião... Quando na antiga Roma não *podia uniformizar-se a opinião dentro dos seus muros* se apelava, em momentos críticos, à ditadura, que era dar a maior centralização possível, ainda que temporalmente, ao governo e à administração. Os Estados Unidos são demasiado jovens para ter experimentado em sua marcha sérios conflitos desta espécie”⁶¹⁷.

Nestas últimas citações, a diferença mais significativa na redação de ambas é a falta de continuação de *mas sim da opinião...* no *Memorial* que, na *Memória*, Varnhagen acrescentou *pública, rainha soberana disseminada no país* e seguiu. De resto, são basicamente iguais. Caracterizaria pressa, no entanto, afirmar que se trata de obras complementares, isto é, a *Memória* foi uma obra da juventude que Varnhagen “engavetou” e depois escreveu outra, o *Memorial*, mais refletida e digna de publicação. Talvez Varnhagen tenha apenas aproveitado essa reflexão do trabalho anterior. Outro ponto de interrogação fica para o autor do tratado de administração não referido na *Memória* e mencionado duas vezes no *Memorial* para a mesma análise a respeito do modelo de governo dos Estados Unidos.

É certo que ambas compartilham alguns elementos em comum: propunham uma nova administração para o Brasil sem imitar modelos estrangeiros, fizeram uso da experiência histórica, referiram-se ao *corpo* político como corpo humano, postularam o poder do todo sobre as partes, colocando a Monarquia como preferível a todos os outros modelos de governo, desde que o poder do soberano fosse limitado, obedecendo a Constituição, logo, não tirano; mas não versam sobre o mesmo assunto, nem tem um caráter de “plano” de ações dirigidas, o que já aponta uma distinção fundamental. Para relacioná-las devidamente, cada uma mereceria um estudo em separado, por isso, nesta Dissertação, apenas sublinharei essa proximidade, mais que isso extrapolaria o escopo, esbarrando nas limitações do trabalho.

Não era só exercer jurisdição sobre um território, mas governar o corpo político, e governar significava reger bem, dirigir física ou moralmente, nos termos do “Dicionário da Língua Portuguesa” de Moraes Silva de 1813. “Governar o estado; dando Leis, e fazendo-as executar como Soberano, ou fazendo as suas vezes, em alguma parte da administração”⁶¹⁸. Nas expressões de Ilmar de Mattos, se governar era reger bem a Casa (o governo econômico, em especial dos escravos) ou o Estado (o governo político), a boa sociedade constituía o que

⁶¹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 184. Grifo do autor.

⁶¹⁸ SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. TOMO II. Lisboa: Tipografia Lacerdiana, 1813. p. 94.

se poderia denominar “mundo do governo”⁶¹⁹. É justamente o mundo do governo que interessa mais de perto nesse momento.

Partindo da compreensão segundo a qual o poder político era a *cabeça* e a administração o *braço* que executava, Varnhagen almejava ver concretizada uma boa execução da legislação constitucional para a elevação da nação.

A ideia de nação operada pelo historiador era próxima à definição de Vattel, para quem uma nação, um Estado, era um corpo político ou uma sociedade de homens unidos na busca por benefícios e segurança. Vattel empregava o termo nação no sentido político de Estado. Seguindo com o jurista,

para essa multidão formar uma sociedade que tem seus interesses comuns e que deve agir em concerto, é necessário que ela estabeleça uma autoridade pública para ordenar e dirigir aquilo que cada um deve fazer com relação à finalidade da associação. Essa autoridade política é a soberania e aqueles que a possuem são os soberanos⁶²⁰.

Já foi destacado o papel do soberano como representante número um da nação, aliás, disposto pelo Art. 98 da Constituição imperial. Distinguindo governo e administração, Varnhagen esclareceu que *governo* era o “poder supremo considerado em seu impulso e ação para ordenar e proteger a sociedade”, e a *administração* constituía “o serviço geral ou o agregado de meios e o sistema organizado para transmitir e fazer eficaz o impulso do governo, e para regularizar a ação legal das entidades locais”⁶²¹, de modo que, ao se administrar, governava-se. Também à maneira de Vattel, entendia que, pelo ato de associação civil ou política, cada cidadão estava submetido à autoridade do corpo inteiro em tudo o que pudesse ser interessante ao bem comum: o direito de todos sobre cada um competia essencialmente ao corpo político, ao Estado, podendo o exercício desse direito ser transmitido a diversas mãos, conforme o que a sociedade ordenou⁶²². Daí Varnhagen pensar em termos de uma unidade da nação e rechaçar as identidades locais como perigosas.

Como sinalizado no item anterior, outro postulado desse jurista que encontrava ressonância em Varnhagen era o de que a nação era obrigada a trabalhar para sua conservação

⁶¹⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 1831-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 27.

⁶²⁰ VATTEL, Emmerich de. Op. Cit. p. 157. Capítulo I: Nações ou Estados soberanos, 1. – Estado e soberania. Para Vattel, “Toda nação que se governa a si mesma, sob qualquer forma que seja, sem dependência de qualquer estrangeiro, é um Estado soberano. [...] Para que uma nação seja verdadeiramente soberana e independente, ou seja, que se governe a si mesma por sua própria autoridade e por suas leis”.

⁶²¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Da administração pública. In: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. **“Memória da administração pública” de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Edição de texto. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. p. 61. Manuscrito, fl. 3v.

⁶²² VATTEL, Emmerich de. Op. Cit. p. 157-158. Capítulo I: Nações ou Estados soberanos, 2. – Direito do corpo sobre os membros.

e perfeição, e para Vattel, a conservação de uma nação consistia na duração da associação política que a formava, de forma que, terminada essa associação, a nação ou o Estado não subsistiriam mais, ainda que seus indivíduos continuassem a existir⁶²³. Pelo desejo de Varnhagen, o mesmo expresso no Art. 1 da Carta de 1824, a associação política de brasileiros estaria assegurada por muito tempo, *para sempre*, como dissera no *Memorial*. Mas antes disso, havia os desafios a serem encarados de *frente*, os *males* a serem curados.

Um *mal* era a ignorância sobre a situação do país e, nesse sentido, a preocupação com as instituições nacionais levou o Visconde do Uruguai ao seguinte desabafo:

Tive muitas vezes ocasião de deplorar o desamor com que tratamos o que é nosso, deixando de estudá-lo, para somente ler superficialmente e citar cousas alheias, desprezando a experiência que transluz em opiniões e apreciações de Estadistas nossos⁶²⁴.

O mesmo “desamor” de que reclamara Uruguai foi denunciado por Varnhagen. No caso, destacou a *chaga* política da falta de conhecimento que se tinha a respeito do próprio Brasil. A justificação do *Memorial orgânico* tem no princípio de que a nação deve primeiro se conhecer para poder se aperfeiçoar sua base principal, por isso declarou:

Ouçamos ao jovem Brasil suas queixas, e apliquemos-lhe o remédio que nos dite o bom senso e a história da formação das nações. Estudemos bem o nosso território; e à vista dele tratemos de organizar uma administração mais fácil, mais econômica, e um sistema de colonização próprio a civilizar a nação e a *formá-la*⁶²⁵.

Tal argumento, utilizado pelo historiador na parte introdutória das edições de 1849 e 1850, parece inspirado em sua leitura de Vattel, citado como uma *autoridade*. Para o jurista,

Sem esse conhecimento ela não poderá trabalhar com sucesso para sua perfeição. É necessário que se tenha uma ideia correta de sua condição, a fim de tomar as medidas que lhe sejam convenientes; que ela conheça os progressos que já fez e aqueles que restam a fazer, o que ela tem de bom, o que ainda possui de defeituoso, para conservar um e corrigir o outro. Sem esse conhecimento, uma nação caminha ao acaso; muitas vezes toma as piores medidas; acredita agir com muita sabedoria, imitando a conduta dos povos reputados hábeis, e não percebe que tal regulamento, tal prática, salutar para uma nação, é muitas vezes pernicioso para outra. Cada coisa deve ser conduzida segundo sua natureza; os povos não podem ser bem

⁶²³ Ibid. p. 164. Capítulo II: Princípios gerais dos deveres de uma nação para consigo mesma, 14. – Conservação e perfeição de uma nação.

⁶²⁴ SOUSA, Paulino José Soares de. **Ensaio sobre o Direito Administrativo**. TOMO I. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1862. p. VIII. Preâmbulo: Como, por que e com que fim escrevi este livro.

⁶²⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 4. Grifo do autor.

governados se não se levar em conta seu caráter. Para isso é necessário conhecer esse caráter⁶²⁶.

Ao propor o conjunto de medidas articuladas entre si, Varnhagen pretendia se apresentar como alguém que conhecia o Brasil com profundidade suficiente para assim proceder e, mais, mostrar aos *representantes da nação* que aquelas propostas eram viáveis e fundamentais para o futuro do Império não ser delegado ao “acaso” de que falara Vattel.

Conhecer a nação demandava, entre outros, conhecer suas instituições. A esse respeito, arguiu longamente o Visconde do Uruguai:

O estudo das nossas instituições tem-me convencido de que, felizmente, as largas e liberais bases em que assentam são excelentes. [...] O desenvolvimento que temos dado àquelas instituições, mais teórico do que prático, é que tem sido defectivo, inçado de lacunas, pouco acomodado mesmo, a certas circunstâncias (algumas temporárias) do país. [...]

Estou convencido de que as nossas instituições administrativas requerem, sobre muitos pontos, sem alteração de bases constitucionais, desenvolvimentos e melhoramentos consideráveis preenchidas muitas lacunas que apresentam.

Creio que, pela escassez de estudos e de conhecimentos administrativos, não está uma grande parte da nossa população em estado, de formar uma opinião conscienciosa sobre quaisquer reformas que sejam intentadas.

É preciso primeiro que tudo estudar e conhecer bem as nossas instituições, e fixar bem as causas porque não funcionam, ou porque funcionam mal e imperfeitamente.

Convêm muito o estudo e o conhecimento do que sobre elas pensaram os nossos homens de Estado, e o dos fatos próprios do país que podem esclarecer o assunto.

Também muito convém o estudo e conhecimento do que se observa em outros países, com o devido desconto de causas especiais que ali produzem resultados que a falta dessas causas pode negar ou mudar entre nós⁶²⁷.

Com larga experiência de quem foi Ministro por diversas vezes, a constatação de Uruguai apontava para a ignorância que existia sobre as instâncias do poder, ignorância que abarcava mesmo colegas políticos. Uma causa desse problema seria o desenvolvimento teórico e menos prático, que atrapalhava até o entendimento das especificidades do país, com prejuízo das tentativas de “encaixar” experiências de outras nações. Essa falta de estudo e de compreensão prática levava ao mau funcionamento da máquina pública, já que gerida sem critérios bem meditados. Logo, a exortação de Varnhagen para ouvir as *queixas* do Brasil e aplicar o *remédio* ditado pelo *bom senso* e a *história da formação das nações* encontrava ressonância nas reflexões de um dos mais importantes estadistas do Império, e sua intenção no

⁶²⁶ VATTEL, Emmerich de. Op. Cit. p. 170. Capítulo II: Princípios gerais dos deveres de uma nação para consigo mesma, 25. – Uma nação deve conhecer-se a si própria.

⁶²⁷ SOUSA, Paulino José Soares de. Op. Cit. p. XV-XVIII. Preâmbulo: Como, por que e com que fim escrevi este livro.

Memorial parecia querer atender a essa necessidade de aliar conhecimento teórico e um plano mais prático.

Em 1850, deu uma interessante definição para o que entendia como a forma de governo existente no Brasil:

Desengano-nos: somos uma quase-república aristocrática. A monarquia é entre nós um bem, uma garantia liberal, porque suaviza a oligarquia, que é a representação da parte livre da nação: reciprocamente a aristocracia teria de ser no Brasil, como o foi em Inglaterra, a mais segura salvaguarda popular, se para o futuro algum partido levantasse bandeira por instituições ultra monárquicas. — É por não entendermos assim as coisas que os partidos entre nós não se definem: é por isso que temos feito tantas leis prejudiciais ou absurdas, que com sua própria impotência se assassinam⁶²⁸.

A aprovação das *leis prejudiciais* era consequência de outros enganos que o historiador acreditava ter detectado, como a precariedade da formação dos políticos e sua falta de *coragem política* para enfrentar situações adversas, e as práticas clientelistas da *oligarquia* de que falou. Leitor de Montesquieu, rejeitou sua teoria climática, mas aceitou e aplicou ao Brasil a teoria do governo misto (inspirada na experiência inglesa), na qual o poder era compartilhado entre a Monarquia e a aristocracia representada no Parlamento⁶²⁹, que, na ótica de Varnhagen, funcionava como a *salvaguarda popular* contra os interesses particulares das localidades. Igualmente, garantia uma condição de equilíbrio de poder, impedindo que algum deles ultrapassasse os limites de sua própria competência, evitando, assim, o abuso da autoridade, por um servir de freio ao outro (teoria dos freios e contrapesos), como Montesquieu julgou necessário.

Ressalte-se, porém, que a existência de um quarto poder, o Moderador, constituía fator de desequilíbrio, pois era investido de grandes poderes como dissolver a Câmara dos Deputados (V), nomear e demitir livremente os Ministros de Estado (VI), suspender os magistrados (VII) e conceder anistia (IX)⁶³⁰. Dispensa ser dito que D. Pedro II usou amplamente dessas prerrogativas no decorrer de seu longo reinado.

O *espírito de imitação*, implícito no trecho do livro de Uruguai, foi denunciado textualmente por Varnhagen:

⁶²⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 14.

⁶²⁹ WEHLING, Arno. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 196.

⁶³⁰ COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824. Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824). PARTE I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18340>. Acesso em: 10 abr. 2016. p. 21. Título 5º, Do Imperador, Capítulo I, Do Poder Moderador. Pelo Art. 9 da Constituição, “A Divisão, e harmonia dos Poderes Políticos é o princípio conservador dos Direitos dos Cidadãos, e o mais seguro meio de fazer efetivas as garantias, que a Constituição oferece”. No Art. 10, “Os Poderes Políticos reconhecidos pela Constituição do Império do Brasil são quatro: o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo, e o Poder Judicial”. Ver: Ibid. p. 8-9.

Em geral os nossos políticos, demasiado embebidos no estudo dos livros estrangeiros, e no hábito de adaptar às vezes com nímia prontidão os seus preceitos, distraem-se de estudar as necessidades do Brasil *pelo próprio Brasil*. Daqui procedem tantas leis que temos, umas inúteis e sem aplicação, e outras em contradição com o que necessitamos. Se de muitas delas buscarmos o fundo, acharemos os originais nos Estados Unidos ou em França ou em algum livro; geradas pela necessidade esta ou aquela⁶³¹.

Pensar o Brasil a partir de sua própria experiência histórica não significava desconsiderar exemplos de nações mais organizadas que o Império. Aliás, sobre a possibilidade de uma administração *à Brasileira*, explicou que o verdadeiro *brasileirismo* não consistia em desprezar o *útil* dos estrangeiros, mas em escolher as melhores experiências (ele considerava a França e reclamou de ir buscar na Alemanha) e assimilá-las ou incorporá-las ao sistema administrativo nacional, e procurar superá-las. Tocava ao *patriotismo* utilizar, aperfeiçoar e enaltecer. A questão era parar de adaptar apressadamente ou *macaquear* países como os Estados Unidos, para começar, uma República, cujas legislações não teriam como serem aplicadas devidamente no Brasil. Na Memória, deu mais um parecer sobre o modelo de governo dos Estados Unidos e seus congêneres do continente:

As sociedades não caminham com a mesma rapidez que a imaginação dos reformadores, e é mui perigoso o substituir qualquer gênero de alteração violenta à ação [fecundadora], pacífica, e pausada das ideias. As mesmas instituições políticas e administrativas que vivificam e fortalecem a grande república do norte da América, estão apoucando e destruindo as mais repúblicas daquele continente, só pela diferença de civilização, de índole, e de preparação de uns e outros moradores⁶³².

Mesmo demarcando uma suposta diferença de “nível” de civilização entre o Império (superior) e os países vizinhos (Repúblicas *anárquicas*), Varnhagen (como Uruguai) reconhecia que inexistia no Brasil essa *preparação* que caracterizava o povo norte-americano, muito em virtude da educação cívica. Não havia em ambas a tradição do self-government, enquanto os Estados Unidos cresciam, as demais Repúblicas da América destruíam as si mesmas.

Também fazendo esse comparativo, o Visconde do Uruguai arguiu que não houve no Brasil uma educação que habilitasse para o autogoverno, logo, não tinha como ter adquirido os hábitos e o senso prático necessários. Diferente dos emigrantes ingleses que fundaram os Estados Unidos. O autogoverno seria realidade em países de povo homogêneo, ilustrado e

⁶³¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 108-109. Grifo do autor.

⁶³² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Da administração pública. In: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. **“Memória da administração pública” de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Edição de texto. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. p. 86. Manuscrito, fl. 20v. Espanholismo do autor.

moralizado, cuja educação e hábitos os habilitassem para governar bem a si mesmos, do contrário, deixar-se-iam iludir, tornando-se vítimas do primeiro “esperto” que aparecesse. Por essa razão,

Nos países nos quais ainda não estão difundidos em todas as classes da sociedade aqueles hábitos de ordem e legalidade, que únicos podem colocar as liberdades públicas fora do alcance das invasões do Poder, dos caprichos da multidão, e dos botes dos ambiciosos, e que não estão portanto devidamente habilitados para o self-government, é preciso começar a introduzi-lo pouco a pouco, e sujeitar esses ensaios a uma certa tutela, e a certos corretivos. Não convém proscrevê-lo, porque, em termos hábeis, tem grandes vantagens, e nem o Governo central, principalmente em países extensos e pouco povoados, pode administrar tudo. É preciso ir educando o povo, habituando-o pouco a pouco, a gerir os seus negócios⁶³³.

A tutela certamente era a do Estado. Varnhagen teria concordado com a posição de Uruguai, o Brasil era, como destacou em outro momento, um país onde tudo estava *por fazer*, por isso asseverou no *Memorial*:

Não reconhecemos o princípio de alguns teóricos, de que os governos devem o menos possível ter ingerência direta em fomentar o desenvolvimento do país: este princípio é sobretudo falsíssimo num país nascente. O governo deve plantar e fomentar o plantio: o que não deve é sufocar à força de providências. Nada mas exato do que a comparação e símile, que se tem feito, entre a administração de um Estado e a cultura de uma horta. Em ambos convém *plantar* e colher: ao plantio deve em ambos preceder a escolha e preparação do terreno: em ambos são necessários os cuidados do abrigo, da poda etc. Mas em ambos há que deixar ao tempo o que pertence ao tempo. Porventura pode-se obrigar com o calor do fogo a que a planta cresça mais? E não secará ela se todos lhe mexerem importunamente, e a cada instante com as mãos...?⁶³⁴

Na já citada carta ao Cônego Januário da Cunha Barbosa de 1839, afirmou que cabia ao governo alimentar o *espírito de nacionalidade*, em que a principal base era a história e o conhecimento do *país natal*. Embora admitisse a importância da iniciativa privada, o governo era o grande artífice a fomentar e supervisionar o desenvolvimento nacional. Em tudo demandava tempo para *plantar*, e tempo era o que o Império estava perdendo em não realizar as reformas urgentes para sua organização, ou seja, *colher* as melhorias delas advindas.

⁶³³ SOUSA, Paulino José Soares de. Op. Cit. p. 256-257. Capítulo XXXI: Aplicação ao Brasil das instituições administrativas inglesas, americanas e francesas. Seguiu o Ministro: “Os homens mais adiantados em ideias liberais tinham ido bebê-las nas fontes as mais exageradas, e tendiam a tomar por modelo as instituições dos Estados Unidos, como a mais genuína e pura expressão do liberalismo. Por outro lado os homens chamados para o poder manifestavam tendências de conservar o que existia, e somente tinham estudado e conheciam, em lugar de se porem à frente de justas e razoáveis reformas práticas, acomodadas às circunstâncias do país, que operassem a transição”.

⁶³⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 185. Grifo do autor. Nas suas anotações, o autor indicou que a nota da qual faz parte esse trecho deveria ser inserida no texto principal da primeira parte, Capítulo II, § 4º.

Não lhe pareceu incompatível defender a Monarquia constitucional e o regime parlamentar, os direitos civis e políticos, a representação eleitoral, a liberdade econômica e a ação econômica indireta do Estado na produção, e a perspectiva de um Estado poderoso e centralizador. Considerando a incipiência da nação brasileira, que precisava ser consolidada e instada a construir sua identidade, a integração do país pressupunha sua integridade e nisso o Estado tinha toda a responsabilidade⁶³⁵.

O Varnhagen de fins da década de 1840 entendia que os elementos básicos da liberdade (expressão, associação e constituição do pacto político) estavam assegurados pela Constituição e pela Monarquia constitucional. Segundo Wehling, isso o aproximava mais da configuração do estado de direito do que da concepção contratualista de Montesquieu ou na versão ajustada por Benjamin Constant, definindo os direitos fundamentais como inderrogáveis, mesmo contra a vontade geral. Uma inclinação que não eliminava o fato de sintetizar ambas as posições, como foi corrente na elite imperial e constava na Constituição. Não obstante traços saudosistas aparecidos no *Memorial* como a valorização do *senhorio* no processo de colonização por imigrantes e a distribuição de *condecorações*, ou a simpatia demonstrada pelas ideias do conservador espanhol Donoso Cortez, indicando sua leitura ao Imperador em carta de 2 de maio de 1852, sua defesa era a da Monarquia limitada ou “temperada” por contrapesos, mostrando-se satisfeito com o regime brasileiro, que lhe parecia garantir os fundamentos do pacto político⁶³⁶. Cumpria assegurar a ordem ameaçada, por exemplo, pelo *medonho vulcão* da escravidão e a *rebelião armada* dos índios.

Varnhagen avaliou o passado do Brasil do ponto de vista unitário e já se salientou o caráter antiprovincialista do seu trabalho. O próprio sistema de departamentos era uma forma de esvaziar as identidades provinciais, subtraindo território das maiores para equilibrar o tamanho das menores. Sua cruzada contra o *egoísmo da localidade* e seu *espírito mesquinho* perpassou seu projeto nacional, devendo-se ao entendimento de que os interesses da parte deveriam estar subordinados aos do *interesse geral*. Por conseguinte, um sistema administrativo admissível faria a *correspondência e harmonia* entre as *operações* das localidades e da sociedade, do contrário, estaria vicioso e concorreria para o mau funcionamento do corpo político, isto é, invertendo a lógica “ideal” e prejudicando a ação reguladora do centro.

⁶³⁵ WEHLING, Arno. Integridade e integração: duas ideias-força de Varnhagen. In: LEITE, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico**. Brasília: FUNAG, 2016. p. 49-52.

⁶³⁶ WEHLING, Arno. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 195.

Preocupado em estruturar uma “proposta da reorganização completa de um grande Brasil”⁶³⁷, como se referiu ao *Memorial* em carta a von Martius de 1868, mais uma vez demonstrou compartilhar em larga medida de uma centralização política e administrativa:

As instituições completamente livres, diz ainda Guizot, não se encontram senão ou no berço dos povos ou no período mais elevado de sua civilização; para que a sociedade se desenvolva e cresça, a força tem de dominar as paixões e as ambições impacientes das *influências locais*, que ameaçam invadir a mesma sociedade: a não se querer deixar de *ter liberdade* só pelo estéril gosto de possuir o que se creia instituições mais livres⁶³⁸.

Da reflexão, depreende-se que o Império ainda ocupava uma posição intermediária, nem no “berço” dos povos, nem na fase mais elevada de sua civilização. Querer uma *liberdade* total e irrestrita era pernicioso numa situação em que faltava o aperfeiçoamento da sociedade, passando pelo abrandamento das disputas locais. François Guizot forneceu a epígrafe que estampou as edições de 1850 e 1851, uma máxima segundo a qual não se curavam os males que não se ousava olhar de frente. O plano de Varnhagen se propôs olhar de frente os problemas do Império e solucioná-los. A referência não foi à toa, até a década de 1860, Guizot, chefe do conservadorismo liberal francês, constituiu-se na principal autoridade europeia invocada pelos conservadores brasileiros, como o Visconde do Uruguai, por exemplo.

A respeito da condução da administração pública, tocou no intrincado debate sobre centralização ou descentralização. Para ele, centralizar significava reunir em um ponto “o conhecimento e direção dos negócios ou o mando das pessoas, de maneira que a vontade central chegue a todas as partes e produza por igual seus efeitos”⁶³⁹. Explicou em síntese:

1º. que a administração pública deve estar centralizada, enquanto tem de obedecer ao impulso do governo, transmitindo-o a todas as partes, com caráter de autoridade para o desempenho das leis e direção dos interesses gerais, e com o de proteção e estímulo com respeito dos particulares; 2º. Que é [oi-]ciosa a centralização excessiva, seja por juntar incumbências na alta administração, seja por privar aos po- [*corroída em vos*] vos de entrevirem no manejo de seus negócios; e que é igualmente viciosa a excentralização administrativa, que traspassando a ação às localidades, prive ao governo da intervenção e direção convenientes para o melhor serviço do estado; 3º. Que o excesso de centralização administrativa é próprio dos governos absolutos, e sua falta procede das federações republicanas; e que tudo o que tenda a emendar esses [vícios] é renunciar a rigidez dos respectivos princípios

⁶³⁷ Apud WEHLING, Arno. Op. Cit. p. 52.

⁶³⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 226. Grifo do autor.

⁶³⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Da administração pública. In: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. **“Memória da administração pública” de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Edição de texto. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. p. 69. Manuscrito, fl. 8v-9.

essenciais; e o 4º que por regra geral <onde> está verdadeiramente a mola do poder, aí está igualmente a administração⁶⁴⁰.

Varnhagen via a fuga dos *extremos viciosos* como condição essencial do *equilíbrio* das forças ativas e passivas da sociedade. Equivalia-se a repugnância que tinha ao governo absoluto e a revolução. De todo bem próximo ao pensamento de Uruguai, para quem cumpria procurar o “justo meio” e que, em leitura semelhante, fez a seguinte análise:

tanto a centralização como a descentralização tem vantagens e desvantagens, e o que é que neste mundo não tem umas e outras?

É muito mais razoável concluir que não se deve atender destacada e exclusivamente a cada uma das considerações expendidas. Que cumpre combiná-las, procurar o justo meio e atender sobretudo ao estado e circunstâncias do país. Não procurar o melhor em abstrato, teoricamente e no papel, mas o que é relativamente possível, e atualmente aplicável. Remover os inconvenientes que é possível arredar, resignar-nos aos inevitáveis, ou procurar atenuá-los, e esperar do tempo, do desenvolvimento do espírito público, e do senso prático da população aquele maior grau de melhoramento, que podem atingir as sociedades humanas⁶⁴¹.

Por ter temática semelhante, o “Ensaio sobre o direito administrativo” ajuda a iluminar a Memória. Uruguai atentou novamente para o traço de circunstancialismo da prática política dos conservadores do Império. Da mesma forma que era improdutivo ou mesmo prejudicial copiar legislações estrangeiras, de nada adiantava descurar da situação na qual se encontrava o país, pelo contrário, era preciso tomar a atualidade como ponto de partida para corrigir o que estava defeituoso e trabalhar para aperfeiçoar o funcionamento da máquina pública, sempre sob uma ótica do que era possível se fazer dentro das limitações, fossem elas financeiras, ou do refinamento da sociedade pela instrução e o desenvolvimento do espírito cívico.

Mais tarde, embora continuasse a insistir que a descentralização prematura só levaria à oligarquização das províncias, Uruguai reviu sua posição sobre o que considerou uma centralização excessiva do governo imperial nos primeiros tempos do Segundo Reinado, preconizando que se diminuísse a “cabeça” do governo e espichasse seus “braços” e

⁶⁴⁰ Ibid. p. 77. Manuscrito, fl. 14. Rasura do autor. Grifo do editor. Ainda sobre esse assunto: “A excessiva centralização se corrige de dois modos segundo os casos: ou distribuindo entre os agentes provinciais e locais o restante de atribuições e incumbências acumuladas no centro; ou então traspassando e confiando às províncias e povos parte das mesmas atribuições. √ E ambas as coisas podem ter lugar a um tempo. Outros dois meios de excentralizar [*sic*], porém seriam prejudiciais: fracionar administração superior constituindo ramos distintos não sujeitos a quem lhes desse unidade e concerto; ou debilitar por todas as partes a força da ação administrativa. Um faria impossível o bom sistema, e o outro paralisaria o movimento”.

⁶⁴¹ SOUSA, Paulino José Soares de. Op. Cit. p. 185-186. Capítulo XXX: Da centralização, § 6º. Inconvenientes da centralização excessiva. Segundo Uruguai, “todos os grandes interesses a cargo da administração estão sujeitos a uma constante instabilidade, e a administração torna-se, como tem sido entre nós, uma verdadeira teia de Penélope”.

“pernas”⁶⁴². Poder-se-ia pensar, em especial, os sertões, onde o “estado de civilização” era mais delicado.

Novamente acionando a experiência histórica estrangeira, no caso, da França napoleônica, Varnhagen reconhecia ter sido excessiva a centralização do Império para um país que *pensava na liberdade*, mas considerava que tal antecedente permitiu que ela chegasse ao *inevitável* regime administrativo que disfrutava então, e seu *acertado* governo constitucional⁶⁴³. Atribuía, pois, ao *gênio organizador* de Napoleão Bonaparte, o mesmo *gênio* que ele esperava encontrar no monarca de outro Império, o do Brasil.

Expondo seus princípios de economia política, alertou que,

Enganam-se a maior parte dos nossos administradores em julgar que toda a ciência financeira está no equilibrar a receita com a despesa; e que sob este princípio podem ir despendendo enquanto há que. Num país novo como o Brasil, onde tudo está por criar, é necessária a mais rígida economia; pois tudo quanto se poupar de pensões etc. se pode aplicar em obras de que o país tanto necessita, e em fundar algumas colônias tão essenciais nos pontos que já indicamos. A tal respeito nossas convicções são tão profundas, que nenhuma dúvida temos de votar até por muitos empréstimos, uma vez que seu produto se aplique sem falta para tais obras. Em troca de 5% de juros, colherá o país com o tempo 20%, ou até 100% de ganho⁶⁴⁴.

A cautela com os negócios atingia até a imperial família. No quesito das pensões do Estado a serem gastas dentro do Império e não fora, nem a *augusta irmã* solteira de D. Pedro II foi poupada. Varnhagen comentou que a questão do casamento da princesa pertencia, especialmente, à nação brasileira. A sugestão era que o dote fosse em terras do 19º departamento, em que se poderia até criar um Ducado soberano no Rio Branco, ou no Alto Rio Negro (como o de Neuchâtel na Confederação suíça, que tinha o Rei da Prússia como soberano). Tal Ducado beneficiaria essas *apartadas* terras do Amazonas, sem ameaçar a unidade do Império.

O Art. 145 da Constituição de 1824 conclamava: “Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência, e integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos, ou internos”⁶⁴⁵. A defesa da unidade nacional, fulcral em Varnhagen, era a orientação geral da política imperial. Essa retórica da unidade que caracterizou a época

⁶⁴² CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In: _____. **Pontos e bordados**: escritos de história e políticos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 177.

⁶⁴³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 70. Manuscrito, fl. 9v.

⁶⁴⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 179.

⁶⁴⁵ COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824. Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824). PARTE I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18340>. Acesso em: 10 abr. 2016. p. 27. Título 5º, Do Imperador, Capítulo VIII, Da força militar.

traduzia-se em tarefas práticas como ordem, centralização, definição de limites, em torno da Monarquia e do jovem Imperador. Ministro da Justiça e do Império em 1841, o Visconde do Uruguai explicou bem o pensamento dessa geração na abertura dos trabalhos legislativos:

Reconhece o Ministério que a primeira necessidade dos brasileiros era a maior soma de liberdade com a mais perfeita segurança, e está também convencido de que esse grande benefício só pode ser conseguido sob os auspícios da monarquia constitucional que está em absoluta dependência da integridade do Império⁶⁴⁶.

Uruguai enfeixou uma relação básica que também aparecia em Varnhagen: Monarquia constitucional = liberdade/segurança = integridade do Império, independentemente da ordem das sentenças. Colocando todos em interdependência, afirmou não somente sua posição de defesa do poder instituído, como deu mais um exemplo da difícil equação de combinar liberdade e segurança, constituindo-se em mais uma declaração na linha do “progresso dentro da ordem”, profissão de fé dos conservadores brasileiros. Por essa lógica, a formação da nacionalidade teria sido oriunda da Monarquia e de sua continuidade na organização política brasileira. A integridade nacional lançada pela Corte “interiorizada” em 1808 carregou consigo a preocupação de solidificar o apoio ao poder central e garantir a unidade de um Império, cuja falta de integração entre as partes constituintes faziam do território uma área passível de desagregação ao menor sinal de convulsão social. Convém não olvidar o contexto da fala de Uruguai, início da década de 1840, recém-saído das Regências.

Importa destacar que tal unidade foi mantida pela habilidade e visão política de estadistas que estiveram à frente do governo, com sólida formação intelectual (sobretudo em Coimbra) e competência administrativa, mas também por meio da força, representada, por exemplo, na presença constante de Luís Alves de Lima e Silva, Barão, Marquês e Duque de Caxias, na repressão às revoltas. Caxias é um nome que salta quando se fala em defesa da ordem no Brasil oitocentista: pelo acordo (concessão de anistia) e pela espada.

Na Memória *Da administração pública*, Varnhagen escreveu que num tal modelo de governo “além de estar o interesse do chefe do estado unido sempre ao público, se tem procurado combinar todos os meios que alcança a prudência humana para impedir que o governo seja mau”⁶⁴⁷. A necessidade de *prudência* e a “perfeita segurança” desejada por

⁶⁴⁶ Apud GOES FILHO, Synesio Sampaio. Op. Cit. p. 77. Continuou Goes Filho: “alguns políticos chamavam o “espírito do regime”, no qual a tarefa básica era organizar o Estado unitário e reforçar a Monarquia. Estabeleceu-se assim, um sistema de governo parlamentar, não previsto na Constituição de 1824 e aperfeiçoado, em 1847, com a criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, praticamente um Primeiro-Ministro”.

⁶⁴⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Da administração pública*. In: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. “Memória da administração pública” de Francisco Adolfo de Varnhagen. Edição de texto. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. p. 77. Manuscrito, fl. 14. Rasura do autor.

Uruguai foi um anelo compartilhado por aquele historiador ao propugnar que os povos se fariam exigentes o dia em que, “formados os costumes, se pretenda submetê-los a uma arbitrariedade; e felizmente para eles, obterão sem grande custo um câmbio de sistema político, e sem necessidade de uma revolução no país”⁶⁴⁸.

Em se realizando todas as medidas propostas, Varnhagen considerava viável a formação de uma nação *respeitável* perante o mundo. Em suas palavras,

para segurar o Brasil de modo que este possa pelo menos *fazer cara e bater o pé* quando o insultem, em vez de se pôr a chorar, não vemos senão dois meios: ou o de uma respeitável marinha de guerra, ou o da concentração de sua principal força no interior. Se não temos meios para rivalizar com os poderosos na primeira, sejamos pelo segundo meio tão fortes como qualquer outro estado que o seja⁶⁴⁹.

A defesa intransigente da unidade e da *dignidade nacional* permanecia viva duas décadas após a redação do *Memorial*. Em carta ao Imperador de 17 de fevereiro de 1874, manifestou seu desalento com a possibilidade de perda territorial num virtual conflito com a Argentina. Sua recomendação ao monarca era “tratar de ter toda a superioridade naval, pois, do contrário, ai da integridade do Império!”⁶⁵⁰.

A atuação prática nas fileiras do serviço público demonstra um Varnhagen que muito creditava ao conhecimento histórico (o seu em particular) o poder de dissuasão e persuasão diplomática, ainda que uma influência direta de suas propostas nas políticas de Estado e ações dos estadistas do Império tenha sido provavelmente diminuta em sua própria época, nem mesmo foi muito lembrada sua proposta concreta e judiciosamente planejada de mudança da capital, quando a ideia parecia finalmente sair do papel no século XX. Não se pode negar que foi um historiador dotado de “visão estratégica”.

Como colocado por Arno Wehling, o *Memorial* trouxe um Varnhagen publicista e pensador político. Acrescentaria, neste trabalho, um Varnhagen publicista e pensador político que em momento algum perdeu de vista o Varnhagen historiador da *nação*. Varnhagen percebia um Brasil predestinado à unidade por sua configuração natural e desenvolvimento

⁶⁴⁸ Ibid. p. 60. Manuscrito, fl. 3.

⁶⁴⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. . **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 159-160. Grifo do autor.

⁶⁵⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 417. A ameaça de confronto armado provinha de desentendimentos acerca da interpretação ou validade de cláusulas do acordo de 1º de maio de 1865, ao final da guerra contra o Paraguai. O pacto versava sobre tratados de limites entre as potências signatárias e a nação vencida. Tão logo saiu de uma guerra, o Império quase se envolveu em outra com o até então aliado governo argentino.

histórico⁶⁵¹. A questão estava em resolver os óbices que se opunham a esse destino já determinado na extensão territorial, na natureza portentosa, no traçado dos rios, na civilização latente do povo educado nos valores cristãos, europeus, a ser propagada de modo a iluminar a todos os brasileiros. O maior empecilho era justamente a heterogeneidade étnica resultante do peso enorme da escravidão africana e da dificuldade de assimilar os *índios bravios* do sertão, este último, a pedra de toque de suas polêmicas com os indianistas.

Fechada a *abóbada*, o Império daria um passo a mais na marcha rumo ao concerto das nações civilizadas. O outro passo era a organização da população, o fim almejado: a *nação compacta*.

⁶⁵¹ WEHLING, Arno. Integridade e integração: duas ideias-força de Varnhagen. In: LEITE, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Varnhagen (1816-1878)**: diplomacia e pensamento estratégico. Brasília: FUNAG, 2016. p. 39.

Capítulo 5

Construindo a *nação compacta*

Se chega hoje o momento oportuno, há que aproveitá-lo, pois acaso não voltará amanhã.
F. A. de Varnhagen, 1849

A quinta consideração desta Dissertação é uma famosa frase de Auguste de Saint-Hilaire, do livro “Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais” (1833): “havia um país chamado Brasil; mas absolutamente não havia brasileiros”⁶⁵².

O que faltava ao Brasil para ser uma nação? François-Xavier Guerra enumerou que faltavam aos novos países americanos alguns atributos da nação moderna: a associação dos indivíduos para lhe dar forma, a constituição íntima em sociedade e o Estado correspondente, a elaboração de uma história e uma geografia patrióticas, remontando a tempos pretéritos e fazendo da Independência uma emancipação nacional, conquista da liberdade pela nação⁶⁵³.

Montado o Estado, escrita a história e os estudos geográficos a cargo de agremiações como o IHGB, cumpria formar a sociedade. Era preciso, pois, haver *povo brasileiro*.

A ideia da construção de uma *nação compacta* perpassou toda a discussão feita por Varnhagen no *Memorial orgânico*, em que asseverou: por mais fraca que fosse uma nação, poderia muito se quisesse ser *compacta*, sacrificando no *altar da pátria* os pequenos interesses, as rivalidades e os *caprichos mesquinhos*.

Mas que era a *nação compacta*? Como seria formada? Quem faria parte?

5.1 Dando o golpe mortal ao tráfico

Não plantemos a ignomínia, pois por fruto não pode ela dar senão rancorosa vingança.
F. A. de Varnhagen, 1850

Na década de 1820, os eventos ligados ao processo de Independência contribuíram com novos elementos para o debate político. A discussão em torno da criação de uma

⁶⁵² Apud MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo saquarema. Rio de Janeiro: Hucitec, 1987. p. 109.

⁶⁵³ GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCÓS, István (org.). **Brasil**: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 59.

identidade brasileira ou de uma nacionalidade passou a contar com enfoques inexistentes até então, remetendo à homogeneização do povo e à busca de novas formas de exploração do trabalho, escravo, imigrante ou dos índios.

De alguma forma, a escravidão era o preço que a Monarquia pagava ao latifúndio para este apoiar-lhe em seu projeto nacional⁶⁵⁴. Varnhagen se dizia contrário à escravidão, mas não chegou a propor sua abolição em curto prazo. No *Memorial*, propôs a cessação do tráfico e a concessão de liberdade aos nascituros, acreditando que com medidas graduais o problema seria resolvido em algum ponto incerto do futuro (como acabou acontecendo!), sem prejuízo para o país, sua constante preocupação. Aliás, não apenas sua. A escravidão e a supressão ou a permanência do tráfico foi assunto sobre o qual muito se discutiu. Apareceu no *Memorial*, nas Sociedades, gabinetes, jornais, escrivatinhas, no governo e na rua. Assim sendo, com a palavra, alguns políticos e *homens de letras*.

No início do século, Luiz dos Santos Vilhena ajuizou que, apesar da prodigalidade da natureza, o Brasil era “a morada da pobreza, o berço da preguiça e o teatro dos vícios”⁶⁵⁵, muito em virtude da escravidão. Duas décadas depois, também José Bonifácio de Andrada e Silva apontara a preguiça como característica inerente aos africanos na “Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura” (1823). Bradando que o Brasil era a única nação de “sangue europeu” que ainda comerciava “clara e publicamente” escravos africanos, associou a permanência da escravidão com o costume e a “voz da cobiça”⁶⁵⁶, afirmando que ela não concorria para o aumento populacional do Brasil, obstava a indústria e ainda viciava a sociedade. Um aspecto tocado pelo autor que merece destaque foi seu ataque ao argumento da defesa do regime como defesa da propriedade, o que já era avançado para a época. José Bonifácio alegou que quem se apoiava nesse princípio defendia a força e não a propriedade, pois, não sendo “coisa”, um homem não podia ser

⁶⁵⁴ LYNCH, Christian Edward Cyril. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes (Org.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010. p. 36-37.

⁶⁵⁵ Apud RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 1831-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 304. O livro de Vilhena é “Recompilação de notícias soteropolitanas e brasílicas”, publicado por volta de 1800.

⁶⁵⁶ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 47-60. A “Representação” não foi apresentada devido o encerramento brusco dos trabalhos da Assembleia por D. Pedro I. É preciso ressaltar que houve outras vozes contra a escravidão no Brasil na passagem do século XVIII para o seguinte como João Severiano Maciel da Costa e sua “Memória sobre a necessidade de abolir a introdução de escravos africanos no Brasil, sobre os modos e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar” (1821) e Antonio José Gonçalves Chaves, autor das “Memórias economo-políticas” (1822). Ver: ROCHA, Antonio Penalves. Ideias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 43-79, 2000.

tratado como propriedade de outrem. Mais que a propriedade, a lei tinha que defender a liberdade pessoal dos homens.

Muitas das ideias expostas por José Bonifácio estiveram presentes na reflexão de outros personagens importantes do pensamento político brasileiro oitocentista. Em 1834, Diogo Antônio Feijó reputou como impossível o querer acabar “de um jato” com o tráfico, tendo em vista o estado de atraso da agricultura e dos hábitos e opiniões dos patrícios. Feijó entendia que o “ato iníquo” da escravidão, além de ser uma “aberração do caminho da justiça” e um “fato contrário à natureza e ao Evangelho”⁶⁵⁷, desonrava a civilização do país. Também era partidário da extinção gradual e segundo a origem do escravo vendido, tomando as precauções ditadas pela prudência e a política, pensando na sociedade e no escravo. Uma proposta do Padre foi o estabelecimento de escolas normais de agricultura em todas as províncias, com o engajamento de colonos estimulado pelo governo.

Outro que destacou a contradição com os princípios liberais do sistema de liberdade constitucional que animava as instituições no Império foi Hipólito José da Costa. Como querer uma nação livre e manter dentro de si a escravidão? Para esta questão, deu uma solução binária: ou o Brasil nunca seria um povo livre ou que a escravatura fosse extinta, sua coexistência só poderia ser danosa. Para que uma existisse, a outra deveria deixar de existir. Negou “redondamente” a justificativa segundo a qual sem o braço escravo os ramos essenciais da indústria desapareceriam, levando junto a riqueza do país. Como postulado por Feijó e tantos mais, inclusive Varnhagen, o “mal” da escravidão só deveria ser remediado gradualmente e com muita prudência, auxiliado pela “boa razão” da pena dos escritores, que dirigiam a opinião pública e com isso faziam um relevante serviço à pátria; destruí-la de uma vez seria uma “desesperada medida de um louco”⁶⁵⁸, comentou. O jornalista apelou para a consciência dos brasileiros de “nobres almas” e “sentimentos elevados”, associando a permanência da escravidão à falta de educação virtuosa das famílias, pois um homem educado com escravos olharia o despotismo como uma ordem de coisas natural, habituando-se a enxergar o seu inferior como escravo e, conseqüentemente, tendo um superior que o tratasse

⁶⁵⁷ FEIJÓ, Diogo Antônio. **Diogo Antônio Feijó**. São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 152-154. Capítulo: O tráfico dos pretos africanos. Extraído de O Justiceiro, n. 8, 25 dez. 1834.

⁶⁵⁸ COSTA, Hipólito José da. Escravatura no Brasil. In: _____. **Hipólito José da Costa**. São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 571-573. Extraído do Correio Braziliense, n. 174, v. XXIX, nov. 1822, p. 574-577. O Correio Braziliense foi publicado em Londres entre 1808 e 1822. Hipólito José da Costa escrevia e produzia o material a ser impresso, criando o mais influente órgão de imprensa no período crucial de surgimento do Brasil independente.

como escravo. Mais tarde, também para Tavares Bastos a escravidão era a causa mais eficaz da miséria moral e material do Brasil⁶⁵⁹.

Havia, porém, posicionamentos diferentes. Um arauto desses foi o Bispo Azeredo Coutinho, para quem,

[...] há alguns senhores que, esquecidos dos princípios da humanidade, os tratam com dureza; mas estes senhores são mais raros do que comumente se pensa, e não devem contrabalançar àqueles que, guiados por princípios pios e humanos, tratam os seus escravos com comiseração, cujo número por felicidade cada vez mais se aumenta, à medida que as luzes se multiplicam.

Nós sabemos que, por uso geral, os fazendeiros, quando compram escravos, o primeiro passo que dão é vesti-los e sustentá-los como eles nunca foram em seu país natal, ainda no estado de liberdade; e passam depois a mandar-lhes ensinar a doutrina cristã, e fazê-los compreender a excelência da religião que professamos, e finalmente a fazê-los de pagãos e idólatras católicos romanos⁶⁶⁰.

O Bispo baseou sua defesa mormente no argumento religioso. Endossando o que dizia ser a opinião aturada pela Igreja, afirmou que, ainda que se abolisse o tráfico para o Brasil, os negros não seriam mais felizes, porque as nações africanas nunca deixariam de guerrear e tratar os prisioneiros como feras, comprando e comendo a carne de seus semelhantes, sem disto resultar proveito algum. Com a velha justificativa de teor econômico, colocou a pressão pela abolição do tráfico como resultante do medo que países europeus tinham da marcha da grandeza do Brasil, “agigantado império” ainda em embrião. Procurariam, então, destruir as bases da lavoura que faria o Brasil chegar a uma categoria que nenhum outro Reino ou Império lhe poderia igualar. O tráfico deveria acabar gradualmente, à medida que fossem introduzidos avanços técnicos na produção, dispensando grande quantidade de mão-de-obra cativa.

Como Azeredo Coutinho, que conseguiu encontrar “princípios pios e humanos” numa instituição como a escravidão, Bernardo Pereira de Vasconcelos viu a mesma como um elemento de civilização para o Brasil. Em discurso no Senado de 25 de abril de 1843, Vasconcelos queixou-se das “tendências barbarizadoras” que poderiam resultar da abolição

⁶⁵⁹ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **Cartas do Solitário**. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975. p. 264. APÊNDICE IV – A escravidão.

⁶⁶⁰ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. **Memória sobre o comércio dos escravos, em que se pretende mostrar que este tráfico é, para eles, antes um bem do que um mal**. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1838. p. 6. Em Azeredo Coutinho desfilavam as peças do discurso comum da intelectualidade brasileira oitocentista: “Quando porém o Brasil contar em seu seio uma população correspondente a seu território: quando o seu comércio for tão extenso quanto é capaz sua fertilidade e seus grandes meios; quando a indústria europeia tiver pela introdução das artes e ofícios e competentes máquinas, feito menos precisos um grande número de braços para suste e fazer andar nossos trabalhos, então, digo eu também, este comércio deve ser abolido, e ainda assim com aquela gradação que deve ter - para se evitar na marcha dos acontecimentos saltos que sempre são nocivos”, ou seja, a habitual cautela da maioria dos intelectuais e estadistas.

do tráfico. Na fala de seu colega Antônio Pedro da Costa Ferreira, Barão de Pindaré, “Já a África civiliza!”, um ditado que se tornou famoso à época e foi repetido exaustivamente pelos defensores da permanência do comércio de escravos, posto que a reprodução endógena era dificultada pelas altas taxas de mortalidade entre os nascituros e, portanto, ficava-se na dependência do fluxo de novos africanos pelo tráfico transatlântico, fonte mais segura para alimentar o sistema. A fala seguinte foi de Vasconcelos:

É uma verdade; a África tem civilizado a América, e veja o nobre senador os grandes homens da América do Norte, os mais eminentes, onde têm nascido; veja os outros todos que devem sua existência, o seu aperfeiçoamento aos países que têm procurado em parte africanizar-se⁶⁶¹.

Endossando a declaração do Barão, o argumento do Senador mineiro era característico da postura geral de seu grupo político, o do Regresso (logo também conhecido como saquarema e Partido Conservador), muito comprometido com os interesses de grandes proprietários rurais e todo o complexo comercial que envolvia essa questão.

Vinte anos depois, o argumento segundo o qual a África civilizava o Brasil ecoou vivissimamente nas “Cartas a favor da escravidão” (1865), escritas pelo romancista e correligionário do Partido Conservador José de Alencar. Os tempos de Azeredo Coutinho, Vasconcelos e Alencar eram diferentes. Os primeiros escreveram antes da supressão do tráfico, o outro, o último, após a Lei de 4 de setembro de 1850, mais conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, e todo o debate subsequente em torno da sobrevivência do cativo, mas todos partiram de uma justificativa para a manutenção do sistema escravista. Assinadas com o pseudônimo “Erasmus” e dirigidas ao Imperador D. Pedro II, as “Cartas” tinham um verniz pedagógico. Ao querer instruir o monarca, Alencar destrinçou sua teoria social que tinha por leitmotiv a tese de que o cativo civilizava desde os primórdios da humanidade, pois retirava o homem do estado bruto da natureza, permitindo-o caminhar rumo à vida comunitária e à cultura.

Alencar justificou a escravidão com quatro tipos de argumentos. No plano cultural, defendeu que nos tempos modernos a civilização acorria às regiões atrasadas moralizando seus habitantes por meio da escravização. Censurava, assim, o modo como se dava a escravidão nos Estados Unidos, para ele, uma distorção da função histórica do cativo, aproveitando para lançar mão de um argumento pró-escravista sempre aludido de que no Brasil o sistema era qualitativamente superior. Na questão político-social, sustentou que sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou a América continuaria um deserto. Sobre o

⁶⁶¹ VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 268-269.

aumento pouco significativo da população se comparado, por exemplo, aos Estados Unidos, alegou que no Brasil se alforriava muito, o que dava um caráter especial ao cativo no país, permitindo maior inserção dos libertos na sociedade, inclusive, garantindo-lhe os direitos de cidadão (em caso de nascimento no Brasil, poderia votar nas eleições de primeiro grau), e ao seu filho a cidadania plena, igual aos brancos, com restrição censitária, não de cor. O terceiro argumento, econômico, atribuiu à escravidão a missão de equilibrar a economia do país para honrar as dívidas contraídas no exterior, e nisso não deixava de alfinetar as Repúblicas vizinhas, prenhes de convulsões, ao contrário da muito explorada imagem da Monarquia institucionalmente estável, como se o Brasil não tivesse também grandes problemas para conservar a “ordem”. Como último argumento, ressaltou a contribuição do cativo para a formação da identidade nacional, a densidade cultural oriunda da mistura de povos⁶⁶².

O núcleo dessa concepção exposta por Alencar esteve presente na base da defesa pró-escravista saída nos panfletos e obras mais sofisticadas de vários letrados e nos trabalhos de tantos outros estadistas do Império. Ainda no dia 13 de maio de 1888, enquanto a Regente Princesa Isabel segurava a pena para assinar a Lei Áurea, Senadores do Partido Conservador discursavam na tribuna condenando a Abolição como uma medida antieconômica, antissocial e anticonstitucional.

É preciso salientar que os posicionamentos não eram de todo coerentes ou cristalizados. Como ressaltou Jaime Rodrigues, as nuances nas falas e nos escritos políticos permitem encontrar até quem defendia a expulsão dos africanos em nome da humanidade, da liberdade e da homogeneidade social⁶⁶³, o que desfazia, por exemplo, todo o esforço explicativo de Alencar. Não se pode falar apenas em quem defendia a permanência do comércio sustentando-se pela lógica da propriedade e das finanças, ou quem condenava por ser um entrave à civilização.

O tráfico alimentava a escravidão. Sem hesitar, Varnhagen o timbrou de *comércio de carne humana* e propôs sua extinção. Quando escreveu a primeira parte do *Memorial* em fins de 1849, o Império se via às voltas para equacionar elementos em boa medida antagônicos como honrar as exigências dos tratados internacionais assinados com a Inglaterra e conter a ação inglesa cada vez mais “invasiva” e desejosa desse cumprimento, lidar com a situação interna, os interesses envolvidos na prática centenária de traficar negros pelo Atlântico, vozes dissonantes na política, contra ou a favor, a reclamação dos proprietários em nome da

⁶⁶² PARRON, Tâmis Peixoto. Introdução. In: _____. ALENCAR, José de. **Cartas a favor da escravidão**. São Paulo: Hedra, 2008. p. 20-28.

⁶⁶³ RODRIGUES, Jaime. Op. Cit. p. 302.

demanda de braços para a lavoura. A conjuntura recomendava *prudência* no manejar dos fatores. O principal fator externo foi a exigência inglesa, respaldada em tratados assinados desde quando o Brasil era Colônia portuguesa. Como fatores internos, concorria a recorrente justificativa econômica, os supostos danos à moralidade, a “culpa” por epidemias e a opinião antiescravista de alguns atores políticos importantes.

A tese de que o trabalho escravo era responsável por danos morais à nação, além dos danos econômicos vinculados ao custo do escravo em relação a sua produtividade foi amplamente veiculada. Varnhagen compartilhou da ideia da impossibilidade de ser livre sem uma educação virtuosa, da incompatibilidade entre virtudes morais e a convivência com os *vícios* inerentes ao cativo.

A esse respeito, em 1848, o cônsul britânico no Rio de Janeiro, Albionte, referiu-se ao escravo africano como “um pequeno bárbaro falando uma espécie de dialeto de macaco”, numa nota ao governo brasileiro em que protestava contra um projeto de revogar a Lei de 1831 proibindo o tráfico. Em 1831, o Senador pernambucano Antonio Luís Pereira da Cunha, Marquês de Inhambupe, opinou do alto da tribuna do Senado que o maior bem que resultaria da abolição da escravatura era arredar de “nós esta raça bárbara, que estraga os nossos costumes, a educação dos nossos filhos, o progresso da indústria, e tudo quanto pode haver de útil, e até tem perdido a nossa língua pura!”⁶⁶⁴. Esta declaração é um exemplar dos mais contundentes acerca das propaladas indolência e corrupção dos costumes creditada aos africanos que atravessavam o oceano, que teve vida longa nos discursos políticos e nos trabalhos voltados para a questão do tráfico negreiro, talvez até mais do que a pressão inglesa, sofrendo variação no significado de acordo com quem a usava como argumento político.

Sentindo-se quase europeia, a elite imperial tinha até uma “língua pura” e perfilava os “benefícios” que ganhariam os traficados para o lado de cá do Atlântico: o clima mais ameno, a moral e os costumes civilizados a partir do convívio com os brancos. As “vantagens” não seriam, porém, reconhecidas por aqueles que, em troca, vingavam-se, promoviam fugas e arruaças e inoculavam degeneração e misérias na sociedade.

O seguinte excerto da *História Geral* representa bem o lugar de fala de Varnhagen, um legítimo defensor da propriedade e do *bem* do Estado:

Se os colonos escravos africanos concorriam a aumentar a riqueza pública com o seu trabalho, por outro lado pervertiam os costumes, por seus hábitos menos decorosos, seu pouco pudor, e sua tenaz audácia. A escravidão, como ela foi admitida entre nós, alheia à ternura da família, endurece o coração dos escravos, os quais não querem ganhar inclinações

⁶⁶⁴ Apud SLENES, Robert W. “*Malungu, ngoma vem!*”: África coberta e descoberta no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 12, p. 48-67, dez. 1991-fev. 1992. p. 66.

que de um a outro momento lhes sejam contrariadas, nem podem interessar-se tanto pela prosperidade de seu próprio senhor; visto que d'ela nada lhes cabe em sorte, desde o dia em que passam a outro dono.

Apesar disso é certo que o melhor amigo que tem o bom escravo é geralmente o seu amo e senhor. Não só por um lado a opinião e a religião o obrigam a não ser despótico e cruel, como o aconselha a isso o individual interesse; — o instintivo amor da propriedade. De modo que se pode afoitamente assegurar que a não encontrar dono, — a não passar a ser no Brasil escravo o colono negro boçal que chegava d'África, sem protetor algum natural, sem uma enxada sequer de seu com que revolvesse a terra, sem ninguém interessado a entendê-lo nas queixas de seus sofrimentos, devia perecer à míngua. O mesmo sucederia ainda hoje a muitos deles se momentaneamente os libertássemos, antes de os ir preparando para com o tempo fazer a seus descendentes o bem que seja compatível, em relação ao Estado e à família⁶⁶⁵.

Todos esses *males radicais* eram *vícios e misérias perniciosas* ao país. Aí estão justificadas as *considerações de Estado*. O excerto dispensa grandes comentários, não era possível que ignorasse as reais condições em que se dava a relação senhor-escravo e que o problema não era exatamente o trocar de *dono*. Mas Varnhagen foi cirúrgico na avaliação que fizera de uma virtual libertação. Aprovada a Lei de 13 de maio de 1888, sem grande empenho do Estado em elaborar projetos de integração social dos ex-escravos, eles realmente pereceram à míngua.

No *Memorial*, afirmou que,

Encaramos a questão dos escravos não pelo sentimentalismo, mas pelo patriotismo [...], porque tememos pelo futuro do Brasil, se continuamos a importar africanos. Foram considerações de Estado, mais que de [economia política] que pesaram em nossas opiniões⁶⁶⁶.

É óbvio que obstar o tráfico incidia na economia política do país. A questão estava em que, na balança do autor, pesava mais o suposto perigo de revolta generalizada, por exemplo, do que eventuais perdas de lucro na lavoura. Para convencer os *representantes da nação* de seu ponto de vista nesta questão de máxima urgência, recordou exemplos históricos. Acompanhe a sequência de considerações do autor:

escuro e medonho vulcão que estão preparando ao Brasil os que, sob pretextos de aumentar os braços e a cultura da cana e do café, sustentam como indispensável o tráfico dos africanos. Egoístas insensatos! E sacrificais assim o futuro do vosso país a um conto de réis de menos ou de mais para as alfândegas! Lede com reflexão a história da humanidade. Quem domina hoje ou antes desde o século de Luiz XI e de João II na Europa? A classe média, isto é, a gente não filha *de algo*, e por conseguinte os descendentes dos que

⁶⁶⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 185. Seção XIV: Escravidão d'africanos. Desmoralização nas capitanias todas.

⁶⁶⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 164. Grifo do editor.

poucos séculos antes eram *servos*; e tardaram tanto tempo porque não havia então constituições, e as leis dos godos contra os escravos eram severíssimas. Quereis pois ver o vosso Brasil daqui a séculos igual ao continente da África fronteiro e vossos netos reduzidos talvez à condição de servos dos netos dos africanos?

Ora pois, tenhamos mais patriotismo e não atraioemos o futuro do Brasil.

A estas considerações respondem os negreiros: “Histórias! Sem o couro de Guiné, que seria do Brasil?”

Bárbaros! O Brasil seria então mais do Brasil e menos dos negros!⁶⁶⁷

Esse excerto é particularmente fértil para observar recursos retóricos importantes utilizados pelo autor na escrita do texto. Varnhagen poderia ter prontamente afirmado as ideias apresentadas no trecho selecionado, mas fez ao leitor perguntas para as quais tinha resposta. Com isso, queria provocar naquele uma reflexão que lhe interessava entretecer, conquistando sua simpatia e adesão. Trocar uma afirmação por uma questão é, segundo José Luiz Fiorin, um procedimento retórico intitulado “interrogação”, em que o andamento discursivo é acelerado e o sentido intensificado ao fazer a exposição de um ponto de vista por meio de perguntas. Este tipo de interrogação recebe o nome de “interrogação retórica”, porque não são questões destinadas a obter uma informação desconhecida, mas a tornar o sentido mais forte⁶⁶⁸. O mesmo acontece com a substituição de uma afirmação por uma exclamação.

No conjunto, esse reforço na defesa de suas proposições deixou também a marca de sua visão de mundo aristocrática ao conjecturar um virtual paralelo entre o que poderia ser o futuro do Império: se na Europa de então dominava os descendentes dos antigos servos, não haveria a possibilidade de o Brasil vir a ser governando por descendentes de escravos? O medo de um Brasil todo negro, de uma transplantação da África para o Brasil e com isso a preponderância da “classe escrava”, levou-o a condenar a conduta dos agentes do “infame comércio” que trocavam a tranquilidade do país por *um conto de réis*, sacrificando o interesse público em favor do enriquecimento privado.

Mas o temor de uma suposta “africanização” ou “haitianização” do Brasil não deveria ser exclusivo do historiador. Naquele final da década de 1840 conviveu-se com o receio de uma rebelião de grandes proporções na região de maior concentração escrava do Império naquele momento, o Vale do Paraíba fluminense. O plano de rebelião escrava descoberto em 1848 envolvia vários municípios do Vale e gerou temor nas autoridades da Província do Rio de Janeiro, coincidindo exatamente com o momento de maior pressão inglesa pelo fim do

⁶⁶⁷ Ibid. p. 160. Grifo do autor.

⁶⁶⁸ FIORIN, José Luiz. Figuras de troca II: exclamação, interrogação; Reticência ou aposiopese. In: _____. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 184-185.

tráfico transatlântico⁶⁶⁹. Especulou-se que a Inglaterra estava a apoiar sedições. A respeito da possibilidade de rebelião generalizada, Varnhagen opinou que uma nação escravista poderia vencer o movimento dos cativos enquanto eles se achassem no *ínfimo grau de rudeza*, o que achava ser o caso dos escravos do Brasil, já que não tomaram parte nos últimos conflitos civis. Contudo, em não se melhorando suas condições, na medida em que as *luzes* se difundissem pelos escravos, a nação iria se debilitando, sendo muito difícil resistir a qualquer agressão (interna ou externa) contra sua integridade e mesmo independência.

Não era o caso, portanto, do governo descuidar. Para ele,

A escravatura dos africanos torna o país escravo de si próprio; pois como diz o M. de Maricá: o cativo apostema e tortura os escravos e seus senhores. É urgentíssimo impedir-se que entrem mais [...]. E cuidado que eles não dormem tanto como se pensa! Já tem feito seus ensaios em vários anos, no dia de Reis, em que se juntam por todo o Brasil, e só é para temer que uma vez se combinem a um tempo...

Para suprir seus braços, cumpre que se tomem providências acerca dos indígenas, fazendo que se tire destes o possível proveito. Diremos adiante o único modo que vemos possível de pronto para se os utilizarem, e acabarem-se as tendências do tráfico africano, sem que para isso despenda o Estado⁶⁷⁰.

A escravidão seria o *cancro* do Brasil e a entrada de mais cativos o alimento para essa *chaga*. Não obstante sua frequência em textos políticos desde o final do século XVIII, aparentemente, o haitianismo, medo de no Brasil reeditar-se o ocorrido em São Domingos (Haiti) no século XVIII, funcionou mais como um argumento retórico, um espectro que rondava as consciências desses autores (recorria-se a ele para expressar uma preocupação), do que propriamente uma presença real na dinâmica brasileira da metade do século. Conforme Alain El Youssef, no Brasil quase nada disso esteve presente por conta da dificuldade da circulação de notícias e pessoas, já que as rotas das embarcações do Atlântico Sul pouco se cruzavam com as do Caribe e do Atlântico Norte. Como outros fatores que contribuíram estariam que os burocratas imperiais não recebiam pedidos de ajuda das autoridades coloniais francesas, o país recebeu poucos refugiados da Ilha e nenhuma revolta escrava ocorrida no Império foi diretamente impulsionada por aquela⁶⁷¹. O uso teria tido finalidades políticas específicas, servindo a variados projetos e como crítica à oposição no poder.

⁶⁶⁹ SLENES, Robert W. Op. Cit. p. 66.

⁶⁷⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 120.

⁶⁷¹ YOUSSEF, Alain El. Domínio liberal e crítica ao tráfico negreiro, 1831-1835. In: _____. **Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2016. p. 143.

Fantasma que pairava sobre as escrivaninhas e tribunas ou não, o *medonho vulcão* preparado pelos cativos era temível sendo possibilidade real ou pesadelo letrado (e proprietário, em larguíssima escala), por isso não deixou de assinalar eventos que evocavam:

[...] ao santo grito de “liberdade, igualdade e fraternidade”. Como se não fosse de bastante escarmento tudo quanto em França acabava de suceder, ao som deste grito, não faltaram na Bahia espíritos exaltados que de novo o invocaram; — esquecendo-se de que, quando numa província com tanta escravatura, a sua generosidade lograsse triunfo, libertando a todos os escravos, como prometiam, depressa, como se viu no Haiti, seriam vítimas destes, desenfreados e em muitíssimo maior número⁶⁷².

A ampla repulsa de Varnhagen aos movimentos emancipacionistas já foi assinalada. No *Memorial*, a listagem das sublevações escravas se seguiu com a dos cativos dos Citas, contada por Heródoto, em que este povo se viu obrigado a ceder as terras e a emigrar, e as insurreições de Herdônio e Espártaco na Itália. Ainda citou Aristóteles, que no livro “Política” expôs a dificuldade de tratar os escravos, para que nem a brandura os fizesse insolentes, nem a dureza lhes excitasse vinganças. Todos esses casos eram exemplares para o Império cuidar a tempo de não “imitá-los”, e nem precisava ir tão longe no tempo e espaço, repisava que “Os exemplos da jovem América nos dão a cruel certeza de que a raça, ou a cor da pele, não fazem variar as tendências de todos os escravos”, por isso aconselhava “a não deixar de consultar a verdadeira *mestra da vida*, como tão filosoficamente chama Cícero a história. Tratemos pois de ir suavizando, sem lesar os proprietários e a indústria do país”⁶⁷³.

Outro *mal*, subproduto da escravidão, era a crença entre os estrangeiros de que o trabalho manual no Brasil era indigno, daí Varnhagen propugnar que não houvesse trabalho cativo nos departamentos fronteiriços, nas cidades com mais de dez mil habitantes e que escravos não fossem transportados por navios de cabotagem, nem servissem na Marinha. Num registro que aponta a imagem que se tinha do Império nesse sentido, rumo ao posto de Residente no Paraguai, o historiador passou algum tempo no Uruguai e externou ao Imperador as impressões pouco edificantes que teve: livros escritos sem jeito, nenhuma organização ou legislação e nenhuma originalidade do país, reduzido a campos com um ou outro umbu, árvore que já conhecia da Europa. Desse modo, interessou-se em estudar o país *nos homens*, sobretudo ouvindo-os. Mas o juízo mais interessante da missiva foi quando

⁶⁷² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. 2. ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877. p. 292. Seção XLVIII: Regência do príncipe D. João em Lisboa.

⁶⁷³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 8. Grifo do autor.

escreveu que “os orientais puros, quer *blancos*, quer *colorados*, são nossos inimigos do Brasil, e todos nos chamam *Macacos*”⁶⁷⁴.

As autoridades dos primeiros anos da Regência, da ala liberal moderada, mostraram-se interessadas em executar a legislação recém-aprovada pelo Parlamento brasileiro, resultando numa declinação da entrada de cativos no início da década de 1830. Com o passar do tempo e as mudanças nas posições de poder, dera início o chamado Regresso, a despeito dos altos custos diplomáticos, a resistência à aplicação da lei se intensificou. Nesse contexto, a Inglaterra não ficou assistindo ao planejamento de reabertura do comércio já clandestino. Chefes do Foreign Office, o Whig Henry John Temple Palmerston (1835-1841, 1846-1851) e o Tory George Hamilton-Gordon Aberdeen (1841-1846) não pouparam esforços para obstar a revogação da Lei de 7 de novembro de 1831 e dirimir o contrabando realizado com a anuência das altas instâncias do governo imperial e o apoio de diversos setores da população. Estima-se que aproximadamente 42% das importações de africanos para o Brasil nos três séculos de tráfico ocorreram apenas na primeira metade do século XIX, boa parte dessas ilegalmente após 1831, e que tinham por destino as fazendas de café do Sudeste. Esta lei, que ficou famosa pela alcunha de “para inglês ver”, na realidade, foi para brasileiro ver e aproveitar. Outro aspecto interessante assinalado por Sidney Chalhoub: a riqueza e o poder dos cafeicultores, símbolo da grandeza da Monarquia ao longo do Segundo Reinado, foi viabilizado ao arrepio da lei, adquirindo escravos provenientes de contrabando, escravizando africanos livres, portanto⁶⁷⁵.

Segundo Tâmis Parron, o problema se avolumou na década de 1840, época de franca escalada pró-escravista, pois o acordo comercial anglo-brasileiro de 1826 (Convenção) estava previsto para acabar em 1842 (foi prorrogado para 1844) e o tratado antitráfico, também de 1826 e assinado entre Brasil e Inglaterra, expiraria em 1844. A situação inspirava cuidado nas negociações, a cessação do tráfico poderia significar a estagnação da produção agrícola com

⁶⁷⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 269. Grifo do autor. Carta de 16 de julho de 1859 ao Imperador D. Pedro II. Varnhagen deu conta de que dos cem mil habitantes da República, apenas umas vinte mil eram orientais, um número maior que este do Rio Negro ao Uruguai constava de brasileiros, sobretudo rio-grandenses.

⁶⁷⁵ CHALHOUB, Sidney. *Escravidão*. In: _____. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 35-37. O precursor da ideia “para inglês ver” teria sido Henrique Jorge Rebelo, juiz de direito em Nazaré, na Província da Bahia e autor da “Memória e considerações sobre a população do Brasil” (1836). Ver: RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 1831-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 309. Sobre a questão dos africanos livres, ver o trabalho de: MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

consequente diminuição da receita gerada pela exportação, num momento em que o país saía do acordo que congelou as tarifas de importação⁶⁷⁶.

O sucesso ou o fracasso da repressão inglesa dependeria dos poderes dados aos navios de guerra britânicos para abordar, revistar e capturar tumbeiros destinados ao Brasil, em conformidade com os tratados firmados⁶⁷⁷. De fato, negreiros que abasteceriam o comércio escravista do Brasil foram apreendidos em águas da costa africana e brasileira. A pressão mais incisiva da Inglaterra sobre o desmantelamento definitivo do tráfico atlântico para o Brasil, contudo, foi a aprovação, pelo Parlamento, em 8 de agosto de 1845, da Lei denominada de Trade Suppression Act ou Aberdeen Act, mais conhecida como Bill Aberdeen, referência à Lord Aberdeen. Cabe ressaltar que, apesar de estadistas e escritores ingleses terem retratado sua campanha como uma questão moral, já existia considerável literatura contemporânea atacando os motivos do tráfico. Cubanos, espanhóis e brasileiros, alvos preferenciais dos ataques dos abolicionistas ingleses após 1808, argumentavam que a campanha era motivada por temor de competição, especialmente depois de 1834, quando a safra do açúcar passou a se dar com mão-de-obra livre nas Índias Ocidentais inglesas. Alegavam que o motivo da campanha antiescravista inglesa era o de afastar os produtos produzidos por escravos do mercado europeu, forçando o aumento das despesas com mão-de-obra⁶⁷⁸.

Pelo Bill de 1845, as comissões mistas estabelecidas no Rio de Janeiro e em Serra Leoa estavam autorizadas a proceder até o dia 13 de setembro do ano referido à adjudicação dos navios detidos em virtude da Convenção de 23 de novembro de 1826, assinada pelo Rei Jorge IV e D. Pedro I, cujos julgamentos estivessem pendentes e não foram decididos até 13 de março (Art. 1º). Também decretou que seria lícito ao alto tribunal do almirantado e a qualquer tribunal de vice-almirantado de S. M. dentro de seus domínios tomar conhecimento e julgar qualquer navio que fizesse o tráfico de escravos africanos em contravenção da Convenção, após a data de 13 de março (Art. 4º)⁶⁷⁹.

⁶⁷⁶ PARRON, Tâmis Peixoto. Um Brasil todo africano: hegemonia saquarema e contrabando negreiro no Segundo Reinado. In: _____. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009. p. 146.

⁶⁷⁷ BETHELL, Leslie. Negociações de tratados, 1830-1839. In: _____. **A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. p. 113.

⁶⁷⁸ KLEIN, Herbert S. Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. **Revista História**, São Paulo, n. 120, p. 3-25, jan./jul., 1989. p. 22-23.

⁶⁷⁹ BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da História do Brasil**. v. 2. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. p. 106-107. *Bill Aberdeen*. Sujeição dos navios de bandeira brasileira de tráfico de escravos a tribunais da Marinha inglesa e ao ataque por seus navios. Ato do Parlamento britânico (8. ago. 1845).

A política britânica gerou inflamados protestos no Brasil, acirrando os ânimos daqueles que se punham na linha de frente pela defesa da honra nacional ultrajada. No “Protesto do Governo Imperial contra o *Bill* Aberdeen de 22 de outubro de 1845”, Antônio Paulino Limpo de Abreu deu conta da “mais profunda mágoa” sentida por Sua Majestade o Imperador D. Pedro II com a aprovação e sanção como lei pela Rainha britânica. Em meio às justificativas pela expiração do prazo e as dificuldades de se chegar a um acordo razoável e justo entre os dois governos, o Conselheiro não deixou de alegar que nação nenhuma poderia exercer ato de jurisdição sobre a propriedade e os indivíduos no território de outra⁶⁸⁰. O protesto brasileiro foi unânime, envolvendo a Chancelaria, o Parlamento e o Conselho de Estado, objetivando evitar maiores agravos e sensibilizar outros governos, estendendo-se na ordem jurídica (a Inglaterra não podia aplicar leis internas a cidadãos estrangeiros), política (atentado à soberania e propriedade), econômica e diplomática (o *Bill* violava o direito internacional e impunha a vontade do mais forte por método violento).

Em sessão do Conselho de Estado Pleno do mesmo ano, a recomendação era a de que se continuassem os protestos dos brasileiros, considerando de bom alvitre o aumento dos impostos sobre as mercadorias inglesas:

caso o Governo inglês a nada atenda, antes passe a novos atentados e violências, repitam-se os protestos, aos quais todos devem dar-se a maior publicidade interna e externa, passando-se a tomar todas as medidas, que sem dar direito à guerra, sejam capazes de fazer o Governo inglês arrepender-se dos passos dados, sendo a primeira a intimação de termos como rota e terminada a Convenção de 1826 e depois aumento de imposto em certas ou todas as mercadorias inglesas, confisco em mercadorias próprias no tráfico etc., etc., etc.⁶⁸¹.

A atmosfera de animosidade ainda era respirada em julho de 1850. No Senado, Antônio Francisco de Paula Souza bradou que:

O governo inglês, porém, certo da sua força, esquecido de que sem os meios morais nada de eficaz se conseguirá, redobrou os meios violentos, promulgando a sua lei de agosto de 1845, e por ela usurpando a independência e soberania do Brasil; e não contente com isto, ainda manda praticar violências e atentados que nem aquela lei permite reduzindo o Brasil ao estado miserável em que se acha, com os sofrimentos da guerra, sem que ela esteja declarada. Será, pois, nestas circunstâncias que deveremos fazer leis para mais eficaz repressão (se é que pode haver eficaz repressão sem

⁶⁸⁰ Ibid. p. 112.

⁶⁸¹ ATA do Conselho de Estado Pleno de 16 de setembro de 1845. Arquivo do Senado Federal. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anaais/pdf/ACE/ATAS3-Terceiro_Conselho_de_Estado_1842-1850.pdf. Acesso em: 21 mar. 2013.

outros meios, mormente os morais), sem darmos primeiro passos para sair deste estado?⁶⁸²

Na ocasião, discutia-se um parecer sobre medidas de repressão ao tráfico. A reclamação do “estado miserável” em que se encontrava o país, ultrajado pelos “meios violentos” da política britânica, varria os quatro cantos das Assembleias ao redor do Império. Muito antes de se chegar a essa conjuntura, o Deputado pela Província de Goiás Raimundo José da Cunha Mattos já clamava que “o comércio de escravos deve acabar, mas deve acabar quando assim o quiser a nação brasileira, livre, soberana e independente dos caprichos e da vontade do governo de Inglaterra”⁶⁸³, mostrando que a construção da “nação brasileira” passava pela consolidação do poder senhorial numa sociedade marcada pelas restrições de cidadania plena. Quase vinte e cinco anos depois da fala de Mattos a premissa era a mesma, o tráfico interessava especialmente àquele grupo.

Em mais uma sessão sob a “Augusta Presidência do Muito Alto e Muito Poderoso Senhor Dom Pedro Segundo Imperador Constitucional Perpétuo Defensor do Brasil”, ainda no rescaldo das operações marítimas britânicas, o Secretário do Conselho, Conselheiro José Antônio da Silva Maia assinou a Ata do dia 11 de julho de 1850, cuja parte do texto trouxe o seguinte:

Desde que passou o Bill de 8 de agosto de 1845, o Governo Britânico deixou de insistir pela celebração de um tratado para a extinção do tráfico. Declara estar satisfeito com a execução do dito Bill, que lhe dá faculdades mais amplas do que as convenções, que ele mesmo tem proposto. [...] O Governo Britânico fundando-se em que o Brasil não quer, ou não pode reprimir o tráfico, e armado com o Bill de 1845, está deliberado a fazer essa repressão por si mesmo, e com os meios fortíssimos, que tem à sua disposição, visitando, detendo, e julgando as nossas embarcações, entrando em nossos portos, queimando nossos navios, e destruindo toda a resistência,

⁶⁸² ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL. Sessão de 3 de julho de 1850. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1978. p. 51. Seguiu o parlamentar: “Em minha opinião, desde que foi promulgada essa Lei de 1845, tínhamos o direito de dar por finda a convenção de 1826, por isso que essa lei nos declarava a guerra. Agora mesmo ainda é essa a minha opinião, por isso que existe a guerra entre nós à vista dos atos inqualificáveis do governo inglês. Se, pois, de direito tem caducado a convenção de 1826, não devemos fazer leis que pareçam reconhecer a validade delas, muito mais quando essas violências e atentados têm chegado a tal ponto; devemos, sim, obrar e legislar como os nossos interesses exigirem, por vontade própria, só com vistas no país e não no estrangeiro. [...] É igualmente minha opinião que se fale com sinceridade e franqueza ao governo inglês; que se lhe faça ver a força do nosso direito; que lhe exponham os muitos gravames que dele temos; que se lhe faça ver que, embora fracos em relação à Inglaterra, não seremos só nós que sofreremos quando não sejamos atendidos, mas igualmente o comércio, a indústria, a riqueza, e sobretudo a honra da nação inglesa; que se procure alterar a convenção de 1826 em ordem a cessarem as violências e atentados, que a pretexto dela temos sofrido, sofreremos e sofreremos; que fique embora o governo com uma ditadura a esse respeito, mas para tratar sobre outras bases que não sejam só as de repressão, que está já bem provado não ser eficaz por si só. E se for tal a cegueira e orgulho do governo inglês que a nada anua, soframos, embora, visto não termos força como tem a Inglaterra, mas não forjemos nós mesmos os ferros que nos têm de agrilhoar; não seja voluntária e espontânea a nossa escravidão, sancionando seus caprichos; antes então façamos quanto pudermos contra os interesses ingleses”.

⁶⁸³ Apud RODRIGUES, Jaime. Op. Cit. p. 326.

que se lhe opuser. Os fatos o provam. A posição, em que está o Brasil é muito perigosa. Este estado de coisas abala-o, e agita-o, e há de dar lugar a conflitos, e represálias, que hão de agravar o mal, e que é impossível prevenir. Tira a força moral ao Governo, paralisa o nosso comércio, influi sobre as rendas públicas, e agrava terrivelmente as complicações dos nossos negócios no Rio da Prata⁶⁸⁴.

Nesse fragmento, observa-se claramente a preocupação dos dirigentes imperiais com as implicações negativas para o país, provenientes da aplicação do Bill Aberdeen. A Lei inglesa também complicaria os negócios do Império na região do Prata, que já se constituía numa área de conflito entre o Brasil e os vizinhos platinos. Mais tarde, as tensões e conflitos de interesses na região levariam à deflagração da Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança, entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Com ou sem “paixão de partido”, a promulgação do Bill teria atacado de frente a soberania da nação brasileira, usando do “despotismo da força” para conseguir o que a pena não honrou, e as consequências batiam à porta do Império, ou melhor, aprisionavam navios. Na realidade, 1850 já foi uma extrapolação do limite máximo que deveria ter sido 1830, banido por tratado internacional e proibido por uma lei nacional do ano seguinte.

Finalmente aprovada em 4 de setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queiroz estabeleceu que as embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros ou mares territoriais do Brasil trazendo escravos a bordo ou tendo-os desembarcado, seriam apreendidas pelas autoridades competentes ou pelos navios de guerra brasileiros, sendo consideradas importadoras de escravos. Para o caso das embarcações sem escravos a bordo ou que não os tivessem desembarcado proximamente, contudo que fossem encontrados indícios de que eram empregadas no tráfico, valia a mesma regra (Art. 1º). A importação de escravos no território do Império seria considerada pirataria, punida pelos seus Tribunais. A tentativa e a cumplicidade na prática criminosa seriam punidas segundo o Código Criminal (Art. 4º), e os escravos apreendidos, reexportados por conta do Estado, para os portos de onde vieram ou qualquer outro ponto fora do Império, julgado mais conveniente pelo governo. Enquanto não se desse a reexportação, trabalhariam tutelados pelo governo, sendo proibida a concessão de seus serviços a particulares (Art. 6º)⁶⁸⁵.

Redigida em 1849, a primeira parte do *Memorial* trouxe a proposta de supressão do tráfico, a segunda parte já mencionou a legislação aprovada, do que se sucede que fora escrita

⁶⁸⁴ ATA do Conselho de Estado Pleno de 11 de julho de 1850. Arquivo do Senado Federal. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS3-Terceiro_Conselho_de_Estado_1842-1850.pdf. Acesso em: 21 mar. 2013.

⁶⁸⁵ COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1850. Lei de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. TOMO XI. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851. p. 267-268. Lei 581, Seção 35ª.

após a data de 4 de setembro de 1850. Para Varnhagen, o Império *meteu uma lança em África* com essa Lei, todavia, além de *gravosa* para o Estado, não passaria de um simples *tiro de azagaia* que não impediria a ação dos *piratas* ao longo da extensa costa. Necessitava-se não uma lei *inútil* ou *absurda* que determinasse o enforcamento do *fazendeiro criminoso* encontrado com alguns negros novos, mas uma que não infligisse totais prejuízos para os donos de escravos e da indústria do Brasil, logo,

A lei que devemos fazer e promulgar, a lei que unicamente é capaz de dar um golpe mortal no tráfico ilícito da Costa, é ao mesmo tempo a mais essencial, reclamada pela civilização e pela política, que necessitamos para melhorar a condição dos nossos escravos. Essa lei é a que deve declarar que no Brasil os escravos *deixam de ser mercadoria*; continuam servos dos seus respectivos senhores, e a prestar-lhes a mesma obediência, os mesmos serviços, mas não podem mais ser vendidos como se vende um animal⁶⁸⁶.

Não havendo mais *mercado de carne humana*, os *bucaneiros de Guiné* iriam contrabandear para outros mares. Com relação ao intenso contrabando que se seguiu ao decreto que taxava como ilícito o comércio atlântico de escravos para o Brasil, Varnhagen acrescentou que fosse dado um prazo qualquer de tolerância para essas compras e vendas de cativos, mas findado este prazo não se vendesse mais. Cuidou também em ressaltar que no primeiro departamento (*Fronteira do sul, do Uruguai, meridional* ou outro nome), nas ilhas da costa e outras regiões do Império não deveria ser permitida a escravatura, para já irem ensaiando os novos sistemas de colônias europeias.

A lei protestada pelo historiador era mais bem traçada. Expirado o prazo de tolerância para compras e vendas, cada senhor deveria inventariar seus escravos sob pena de perdê-los. Os que precisassem se desfazer dos que conservava poderia passá-los ao Estado mediante uma indenização a ser fixada pela lei que, ao mesmo tempo, era responsável por promulgar uma tabela reguladora dos valores dos cativos segundo sua idade, ocupação, etc., para que os mesmos pudessem ser resgatados por algum protetor ou comprar sua alforria, no que convinha serem ajudados a juntar algum pecúlio. Como método preventivo para não favorecer a *propagação da raça africana* e cravar de vez um *punhal* na *tremenda hidra* da escravidão africana, que fosse decretada a liberdade de todo filho de escrava nascido de 1853 em diante, ao completar 12 anos de idade. A *prudência* recomendava uma abolição gradual, pois “matá-la de um tiro equivalia a soltá-la, e solta ela nos devoraria...”, além de “ou restringir muito os direitos de toda raça que se está libertando, ou obrigar os libertos, para entrarem neste *gozo*, a

⁶⁸⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 9. Grifo do autor.

deixarem o país, ou impedir-lhes que vão muitos morar em povoações etc.”⁶⁸⁷. Para acabar com a escravidão, colocou um prazo para dali (1849) a vinte ou trinta anos, que ficasse no Brasil apenas os nascidos livres, ainda que demorasse quarenta anos.

A respeito dessas dificuldades em conter o tráfico, disparou Silva Paranhos meses após a aprovação da Lei, em mais uma afiadíssima das “Cartas ao amigo ausente” (1850-1851) que publicara no *Jornal do Comércio* (RJ): “A extinção do tráfico não é obra de um dia”⁶⁸⁸. Não mesmo, até metade da década de 1850 há registros de entrada de escravos no Brasil, até cessar por completo, animando agora o tráfico interprovincial, em especial do Nordeste para a região de cafeicultura que, nesse momento, já estava menos para o Vale do Paraíba fluminense do que para o Oeste paulista.

Em 1854, Varnhagen tratou da jurisprudência da escravidão tal como existente no Brasil:

passando tais gentes ao Brasil, com as condições da escravidão romana; isto é, de serem coisa venal ou bem móvel, melhoravam elas de sorte; bem que fato de os escravizar era injusto, principalmente por não ser empreendido por ideia alguma filantrópica, e pelo contrário dar em resultado um insulto à humanidade, pelo ataque feito a um tempo ao indivíduo, à família e ao estado donde eram arrancados⁶⁸⁹.

A reflexão a este respeito continuou no Tomo II da *História Geral*, em que uma reforma de maior amplitude foi mencionada, a necessidade que:

se operasse no Brasil a importante reforma, que ele ainda hoje reclama, da conversão da escravatura, com as condições da grega e romana pagã, na servidão de gleba, fixa ao território, garantindo a família, e filha do cristianismo, como passo para a emancipação lenta, — única que pode operar-se sem comprometer a nacionalidade. Tristes devem ser por certo as consequências de se embotar no coração do pobre Africano os sentimentos mais ternos da humanidade, separando, com as vendas, os pais dos filhos, os maridos das suas mulheres, o fiel servidor do menino que acompanhara na infância e a quem velara, na esperança de vir algum dia a encontrar nele um senhor amigo e grato. Sem liberdade individual, sem os gozos de família, sem esperanças de associar-se por si ou pelos filhos e netos à glória da

⁶⁸⁷ Ibid. p. 9-10. Grifo do autor.

⁶⁸⁸ PARANHOS, José Maria da Silva. Ao amigo ausente. Sétima carta. In: _____. **Cartas ao amigo ausente**. Rio de Janeiro: ABL, 2008. p. 51-52. Carta de 3 de fevereiro de 1851. Sobre a questão do tráfico entre as províncias, ver: GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 27, p. 121-160, 2002.

⁶⁸⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 184. O seguimento do texto é de notável desfaçatez: “Estes povos pertencentes em geral à região que os geógrafos antigos chamavam Nigricia, distinguem-se sobretudo pela facilidade com que suportavam o trabalho no litoral do Brasil, facilidade proveniente da sua força física, da semelhança dos climas, e não menos de seu gênio alegre, talvez o maior dom com que a Providência os dotou para suportar a sorte que os esperava; pois que com seu canto monótono, mas sempre afinado e melodioso, disfarçam as maiores penas”. Mais uma explicação providencialista do autor.

pátria, que não fixa um século para a sua redenção social, não há que esperar do homem mui nobres sentimentos...⁶⁹⁰

Varnhagen não deu grande latitude a essa discussão de cunho jurídico no *Memorial*, mas ao falar na eventual lei que estabelecesse que escravo deixava de ser *mercadoria*, portanto, *coisa venal* ou *bem móvel*, podendo passar de um dono para outro, era o cerne dessa questão não bem esmiuçada talvez pelo caráter mais sintético da segunda parte do opúsculo, na qual propôs essa ideia. A confirmação pode ser vista em nota de rodapé da edição de 1851, quando indicou: “Julgamos [...] que sobretudo se reduzem a ir pouco a pouco acabando com a venda dos escravos, fazendo que eles continuem sim servos, mas deixem de ser coisa venal”⁶⁹¹.

Colocou a escravidão africana como consequência das “EXAGERADAS pseudofilantropias em favor dos índios”, daí importar “com males de lepra, em nosso país, a lepra ainda maior da escravidão hereditária. [...] em vez de servidão provisória, necessária, experimentada em muitos outros países, admitida pelos publicistas mais liberais”, tal situação perpetuou no Brasil “outra servidão que nos abstemos de qualificar, e que já agora não poderemos dispensar, por algumas gerações mais, — sem grandes males para o país”⁶⁹².

O tráfico brasileiro de escravos foi abolido. A pressão inglesa, mas também o medo de rebeliões, o surto de febre amarela associado com o tráfico, uma opinião interna antiescravista, possibilitou uma mudança que justificou a ação saquarema no sentido de implementar uma política contrária aos interesses imediatos de muitos senhores de escravos, em boa parte deles mesmos. Se antes defendia o tráfico, a nova conjuntura levou a agir de outra maneira que garantiu o cessar do comércio ilegal e, contraditoriamente, consolidou um novo tipo de escravidão. Nas palavras de Ilmar de Mattos, “a derrota Saquarema tornava-se, pela própria forma como se constituiu o Estado e os dirigentes conservadores, uma quase

⁶⁹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. 93. Espanholismo do autor. Seção XXXVII: Sucessos imediatos à criação do Arcebispado.

⁶⁹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial orgânico oferecido à nação*. **Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária**, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out./nov. 1851. p. 393.

⁶⁹² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 261-266. Grifo do autor. Seção XX: Novas ideias de escravatura africana. Morte de Men de Sá. No *Prefácio* do segundo Tomo afirmou nesse sentido: “Socialmente, quanto aos índios e aos Africanos, cremos que devêramos ser mais justos e mais humanos do que se é geralmente. Somos de opinião que estamos sendo no país injusto com aqueles, por cruel filantropia, com desvantagem do estado que podia e devia aproveitar dos seus braços; e com os últimos, por excesso de rigor, sem nenhuma utilidade pública nem particular. Inclina-mo-nos a que deveriam os primeiros ser submetidos e avassalados, e entregues a uma espécie de clientela, resolvendo-se isso nobremente e sem hipocrisias, e os segundos ser melhorados na sua condição social; convertendo também a escravatura em clientela, embora continue esta vitalícia e hereditária; e isto pelo simples meio de acabar com as compras e vendas”. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. X.

vitória”⁶⁹³. Basta lembrar que Eusébio de Queiroz fazia parte da “trindade” que assumiu o Ministério em 1848, servindo ao projeto de centralização do Estado imperial, reforçando o papel das referências centrais junto aos poderes locais, além de que o fim do tráfico não significava o fim da escravidão, que acabou durando até 1888.

Enquanto os ingleses viam a Lei de 1850, a “classe senhorial” via a expansão dos seus interesses agora sem as restrições britânicas, de modo que no Império do Brasil o acabar com o tráfico significou a construção de um novo tipo de escravidão, daí falar-se numa “política da segunda escravidão”, isto é, uma rede de alianças políticas e sociais costuradas em favor da estabilidade institucional da escravidão, empregando órgãos máximos do Estado nacional brasileiro em benefício dos interesses das classes senhoriais, constituindo o que Ricardo Salles chamou de “escravismo nacional”⁶⁹⁴ que, em larga medida, esteve na raiz e dependeu da formação do Estado nacional.

A decisão de extinguir o tráfico explica-se por razões internas e cálculos de política externa. Convinha cessá-lo por motivos humanitários e estratégicos como dissipar o contencioso com a Inglaterra, viabilizar os planos de intervenção contra Rosas, que tinha o apoio do representante britânico em Buenos Aires, e eliminar o principal obstáculo ao incremento da imigração livre, isto é, decisões possíveis com o fortalecimento do Estado e a mudança da opinião pública⁶⁹⁵. O voto de Paula Souza, meses antes da aprovação da Lei, foi mais um a observar a margem de segurança a ser respeitada:

⁶⁹³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit. p. 231-245. Sobre a associação tráfico-febre amarela, segundo Rodrigues: “Ao ser incorporado às preocupações das academias médicas imperiais, por exemplo, o olhar dirigiu-se principalmente às mulheres escravas e ganhou evidentes contornos discriminatórios. [...] Como amas, poderiam induzir as crianças brancas a se voltar contra seus próprios pais nos limites domésticos; como prostitutas, causariam dano ainda maior, atingindo um grande número de homens no ambiente da rua, onde a vigilância e a disciplina eram de mais difícil manutenção. A escravidão era vista como uma das causas da prostituição no Rio de Janeiro”. Ver: RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 1831-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 312. Ver também: KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico *O Philantropo* (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 407-430, 2008. Ver ainda:

⁶⁹⁴ SALLES, Ricardo. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). **Revista de Índias**, Coimbra, v. LXXI, n. 251, 2011. O conceito de “segunda escravidão”, tomado a Dale Tomich, grosso modo, postula que o advento da Revolução Industrial, e a consequente hegemonia britânica no mercado mundial, geraram mudanças a nível internacional, aumentando a demanda de determinados produtos e afetando áreas coloniais escravistas que, no caso de Brasil, Cuba e sul dos Estados Unidos, incrementou a produção, reproduzindo o escravismo, desenvolvendo-o com o capitalismo industrial, não a despeito dele. No caso do Brasil, essa “segunda escravidão” teria se constituído num “escravismo nacional”, já que, mesmo com a pressão exercida pela Inglaterra e uma opinião interna antiescravista, na metade do século, a instituição servil se desenvolveu como nunca, conferindo ao Império a nada honrosa vanguarda do “atraso” na América do Sul. Sobre esse tema, ver: MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da segunda escravidão. **Topoi**, v. 12, n. 23, p. 97-117, jul./dez. 2011.

⁶⁹⁵ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. Economia, população e política externa. In: _____. **História da política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. p. 82.

Reconheço quanto é infeliz um país que teve a desgraça de ter em si a escravidão e escusado me parece provar uma verdade que nenhum homem de senso desconhece; mas não sendo nós que motivamos tal desgraça, não sendo portando culpados dela, temos entretanto o dever de minorá-la e de trabalhar com afinco, mas com prudência, para vencê-la; é porém isso obra do tempo, e de um zelo esclarecido e incansável; o tráfico será difícilíssimo acabar, enquanto durar a escravidão, muito mais sem meios substitutivos para o trabalho; é pois esta uma questão conexa; é questão que deve ser tratada com a mais alta sabedoria política, e não só com sentimentos filantrópicos [...]⁶⁹⁶.

O discurso do Senador refletia bem a tônica que as autoridades públicas imperiais queriam imprimir: o tráfico cessaria quando o Brasil decidisse de forma soberana.

Olhando para trás, em 1877 Varnhagen escreveu com um tom de lamentação ao imaginar quão adiantado estaria o Brasil naquele momento se tivesse adotado as medidas que propôs quase trinta anos antes. Mencionou a Lei de 28 de setembro de 1871 (mais conhecida como Lei do Ventre Livre), que libertou o ventre escravo vinte anos depois do que ele tinha proposto, e o evento que ficou conhecido como Questão Christie, nome em alusão ao Ministro Plenipotenciário inglês William Christie, que consistiu em dois incidentes envolvendo a Marinha britânica em território brasileiro e acabou levando ao rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra de 1863 a 1865, “uma humilhação [...], às barbas da própria capital”⁶⁹⁷, em sua avaliação.

Ainda sobre a escravidão, arrematou:

Sobre este ponto mais teríamos que dizer, se estivéssemos em sessão secreta. Não trouxemos, segundo o costume, para exemplo a atual monarquia negra da América, porque aí os fatos tem outro alcance. O triunfo exclusivo dos africanos no Haiti é um aviso a todos os pardos da América, sobre a sorte que os esperaria, se eles se unissem aos negros contra os brancos⁶⁹⁸.

Ao lado do gracejo com as sessões secretas do Senado naquele ano (1850), o próprio Varnhagen confirmou o que tenho defendido nesta Dissertação: mais que outra reflexão proveniente da formação militar, sua proposta de construção nacional (da qual o fim do tráfico fazia parte) se baseava na experiência como historiador. Sua profissão de fé ficou exposta na seguinte passagem da primeira parte:

Temos a escravatura por lícita, e até conforme com o Evangelho e com o voto dos publicistas, quando necessária para a segurança do Estado, e melhor governo dos cativos. Cremo-la ilícita e bárbara quando é possível evitá-la e isso se não faz. E que diremos quando até se promove indo longe por ela?

⁶⁹⁶ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL. Sessão de 3 de julho de 1850. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1978. p. 52-53.

⁶⁹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **A questão da capital**: marítima ou no interior? Viena: Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877. p. 16.

⁶⁹⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 10.

Sustentam todos no Brasil que os africanos melhoram de sorte deixando suas pátrias e passando à América, onde são bem cuidados e doutrinados na fé. Pode ser: mas os seus filhos? Mas eles mesmos depois de doutrinados e civilizados não ganhariam mais em ficar livres? Se os trouxestes da África *por bem deles*, completai vossa obra. Dai-lhes a liberdade. Mas ainda neste caso seria uma sem razão, e até uma espécie de ingratidão, estarmos deixando os índios bravos a guerrearem-se, por tantos sertões nossos e deles, devorando-se uns aos outros; porque em África guardam os cativos; mas os botocudos assam-nos e comem-nos⁶⁹⁹.

Já foi dito que a história escrita por Varnhagen encontrou acolhida nas condições históricas dentro e para as quais foi produzida, mas nem só de concordâncias viveu essa relação. A extinção do tráfico era contra os interesses da elite do Império, que tinha no trabalho escravo a matriz de seu fausto e prestígio. Mesmo propondo uma libertação gradual, como tantos outros de seu tempo, esta também não estava na agenda dos senhores de grandes plantéis de cativos. Aliás, Varnhagen os ironizou no *Memorial*. Entre a pena das pessoas que “pensavam” a nação, a ação política que governava e a dinâmica da sociedade (o costume, por exemplo) ia muita distância. A escravidão sustentava a civilização da nobreza imperial e oferecia ao mundo o curioso exemplo de um país no qual todos a condenavam, mas que “quase ninguém queria dar um passo para viver sem ela”⁷⁰⁰.

Na outra ponta dessa linha, Varnhagen não descuidava dos *índios bravos*.

5.2 Uma querela sobre o *selvagem*, ou Varnhagen contra os *falsos filantropos*

A própria raça que desde tempos imemoriais se salvará deste desaparecimento, traz agora, na sua infantil velhice, o cunho de uma degeneração continuada por milênios.
Karl F. Ph. von Martius, 1907

No famoso ensaio “Dos canibais”, Michel de Montaigne finalizou sua narrativa com a seguinte frase: “Tudo isso é, em verdade, interessante, mas, que diabo, essa gente não usa calças!”⁷⁰¹. Montaigne se referia aos nativos americanos sobre os quais teria lhe falado um criado, mas a questão do índio no Brasil oitocentista era bem mais complexa do que o fato de as “vergonhas” estarem cobertas ou não. Protagonista de vários romances, poemas, pinturas,

⁶⁹⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 164. Grifo do autor.

⁷⁰⁰ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 99.

⁷⁰¹ MONTAIGNE, Michel de. Dos canibais. In: _____. **Ensaio**. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 245. Livro I, XXXI.

estudos etnográficos, etc., o nacionalismo que o índio brasileiro corporificou foi o mesmo que se empenhou para sua aniquilação em nome da civilização e não menos de olho na terra.

No século XIX brasileiro, falava-se numa população heterogênea formada por três “raças”: índios, brancos e negros. No *Memorial orgânico*, o diagnóstico a respeito da composição do país foi o seguinte:

E que é a nossa população? Para tão vasto país, como uma gota de água no caudaloso Amazonas. Mas pior é sua heterogeneidade que o seu pequeno número. Temos cidadãos brasileiros; temos escravos africanos e ladinos, que produzem trabalho, temos índios bravos completamente inúteis ou antes prejudiciais, e temos pouquíssimos (infelizmente) colonos europeus⁷⁰².

Varnhagen elencou os principais problemas de que se queixavam políticos e *homens de letras* da época como a baixa densidade populacional e seu caráter compósito. Foi no sentido de “solucioná-los” que direcionou suas propostas para organizar a população do Império.

Não menos que a questão da escravidão, a indígena ocupou parcela importante do debate acerca da construção da nação. Figura de relevo da política brasileira oitocentista, José Bonifácio de Andrada e Silva apresentou na Constituinte de 1823 um projeto intitulado “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil”. O Ministro caracterizou os índios como povos vagabundos dados às guerras contínuas, roubos e bebedeiras, sem freio religioso ou civil, naturalmente preguiçosos e de “gula desregrada”, vivendo na poligamia e com medo de abraçarem a Igreja, mas não acreditava na impossibilidade de civilizá-los, nem na suposta ausência de razão, para ele, “o homem primitivo nem é bom, nem é mau naturalmente é um mero autômato, cujas molas podem ser postas em ação pelo exemplo, educação e benefício”⁷⁰³. Assim, a avaliação que fizera não isentou os colonizadores de culpa pela resistência dos índios a ingressarem no mundo dito civilizado, entendendo que as dificuldades se davam em virtude do tratamento dispensado pelos portugueses e brasileiros, ainda que o intento fosse de “domesticá-los” e fazê-los felizes.

A autocrítica de José Bonifácio iluminava aspectos também ressaltados por outros autores como a necessidade de se modificar as maneiras de tratar os índios, mostrando-lhes as “vantagens” da civilização e consequente saída do estado de selvageria. Essa atitude auxiliaria na conquista sem recorrer à violência que só os afastava e era um atentado à liberdade humana. Em sua opinião, o melhor sistema para civilizar os índios era o aldeamento e a

⁷⁰² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 108-109.

⁷⁰³ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 96.

catequese, jamais a “ignorância crassa” e “brutalidade” da força das armas. Superadas a “indolência” e a “inconstância”, estando aldeados e trabalhando na agricultura, forneceriam o braço útil nas províncias.

Quem também se ocupou em dar uma solução para os índios que “infestavam” grandes extensões do território foi o Padre Feijó, que assim se expressou na “Resolução do Conselho Geral da Província de São Paulo de 30/12/1829”, assinada por ele e Manuel Joaquim Ornelas:

A civilização dos selvagens que vagam nos sertões de nosso país é ao mesmo tempo recomendada pela religião, pela humanidade e pela política; e o mais profícuo meio de civilizar é criar neles necessidades, que não poderão satisfazer, senão no seio da sociedade. Promover comércio com eles, cujo objeto seriam coisas de fácil e reconhecida vantagem e conforto para a vida, é criar essas necessidades, e ao mesmo tempo acostumá-los a olhar para nós como para amigos e benfeitores, outro meio assaz forte para os chamar ao grêmio da religião e da sociedade⁷⁰⁴.

Para a execução de leis que iam ao encontro das “leis do século”, o futuro Regente propôs integrar os índios por meio da troca comercial, fazendo das “hordas errantes e bárbaras” indivíduos úteis ao Império e a si mesmos, como se dizia no período. A estratégia de Feijó em atrair os indígenas com religião e benfeitorias também foi levantada por José Bonifácio em vários pontos do seu mencionado projeto civilizatório de 1823.

Outro defensor da catequese como o mais eficaz meio de trazê-los da barbaridade de suas brenhas para os cômodos da sociabilidade foi Januário da Cunha Barbosa, para quem os índios tinham de ser civilizados porque eram “crianças pela inteligência”. Acreditava que o único meio para os “domar” eram a beneficência e a caridade, pois, enquanto homens saídos das mãos da natureza, “com muita docilidade abraçam as doutrinas religiosas, que lhes são oferecidas em sua língua, por que elas lhes abrem uma esfera maravilhosa, descobrindo-lhes cousas, a que não podiam chegar pela curteza de suas ideias”⁷⁰⁵. Civilizar pela catequese seria também mais apreciável para a Igreja e o Estado.

Tratar o indígena como um ser animalesco, muitas vezes colocando-o mais próximo de uma fera do que de um ser humano, foi bastante comum. Na história dos índios no Brasil, o uso de verbos como “domesticar” e “amansar” já tinha tradição centenária, aparecendo

⁷⁰⁴ FEIJÓ, Diogo Antônio. **Diogo Antônio Feijó**. São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 237. Capítulo: Projeto de civilização dos índios. Extraído de Atas do Conselho Geral da Presidência, sessão ordinária de 4 de novembro de 1829. Arquivo do Estado de São Paulo. O Conselho Geral das Províncias era uma espécie de Legislativo provincial, mas com função apenas propositiva, encaminhando suas resoluções para a apreciação da Assembleia Geral. Com o Ato Adicional passou a se intitular Assembleia Legislativa Provincial.

⁷⁰⁵ BARBOSA, Januário da Cunha. Programa: qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os Índios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o sistema dos Jesuítas, fundado principalmente na propagação do Cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO SEGUNDO, p. 3-18, jan./mar. 1840. p. 3-14.

desde a famosa “Carta” de Caminha, que falara em “de todo mais os amansar e pacificar”⁷⁰⁶, até Varnhagen e seus contemporâneos. Mas, se na época de Caminha a ideia era supostamente “salvar” os índios, na de Varnhagen muito se pensava em se “salvar” dos índios.

Varnhagen queria que se deixassem os distritos inteiramente *limpos* dos *bugres*. Na contracorrente da orientação geral dos membros do IHGB e da intelligentsia imperial, foi um anti-indianista. Em 1850, no *Memorial*, tratou de se “justificar” pelo exposto no ano anterior:

Se então empregamos alguma expressão sarcástica ou irônica, não entrou nisso falta de compaixão desses infelizes: entrou o empenho que tínhamos de criticar com audácia a opinião pública neste ponto extraviada: — entrou a indignação nossa contra a danosa hipocrisia da pseudofilantropia.

Pois é por ventura verdadeira filantropia consentirmos que tantos filhos do abençoado território de Santa Cruz se estejam devorando uns aos outros nos matos, e agredindo, quando podem, os cidadãos civilizados do Império? E isso quando há um meio simples (e cobiçado por todos os habitantes das províncias do sertão) de os arrancar em poucos dias dessa miserável condição que vexa o país, e degrada até a humanidade?

Esse meio, pronto e seguro, é o de que se serve qualquer nação, quando uma parte dos seus membros iludidos ou ignorantes se não quer sujeitar à maioria; é o de que se serve até o pai mais carinhoso, quando vê que seus filhos não estudam nem se educam pelos simples estímulos; — é o da força⁷⁰⁷.

A atitude do historiador em dar esta explicação indica que ele tinha consciência da pesada crítica que enfrentaria senão agora, mais tarde, por conta de seu posicionamento. Diferente de Bonifácio, Feijó e o *Amigo Firme* Cunha Barbosa, Varnhagen não acreditava nos *meios brandos* como a catequese e taxava de *falso filantropo* a quem assim procedia. Defender o índio e ainda o colocar representante da nacionalidade se lhe apresentava como hipocrisia, vexame, ignorância, etc., etc., além de perigoso. Com menos companhias que seus colegas de IHGB, propugnou o uso da tutela forçada para civilizar os índios, pois, sem intervenção, aqueles que vagueavam nas campinas solitárias do interior brasileiro não se civilizariam por si mesmos e continuariam sendo um problema e uma vergonha para o Império.

Foi da opinião que o indígena era incapaz de se aperfeiçoar, aproximando-se da tese trabalhada por Karl von Martius em trabalho de 1832 oferecido ao Instituto, segundo a qual,

Permanecendo em grau inferior da humanidade, moralmente, ainda na infância, a civilização não o altera, nenhum exemplo o excita e nada o impulsiona para um nobre desenvolvimento progressivo. Assim parecendo estar ainda na minoridade, a sua incapacidade para o progresso assimila-o a

⁷⁰⁶ CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta do descobrimento**: ao rei D. Manuel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013. p. 27. Neste relato que já surgiu com peso de “certidão de nascimento”, “amansar” apareceu por mais de uma vez.

⁷⁰⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 10.

um velho estacionário; reúne, pois, em si os polos opostos da vida intelectual. Este estranho e inexplicável estado do indígena até o presente, tem feito fracassarem todas as tentativas para conciliá-lo inteiramente com a Europa vencedora e torná-lo um cidadão satisfeito e feliz. E é exatamente nesta sua natureza dupla que a ciência encontra a maior dificuldade para esclarecer a sua origem e determinar as épocas da história antiga a que ele, há milênios, pertence sem, contudo, ter progredido⁷⁰⁸.

Logo, o indígena era uma questão “científica” e vinha da Antiguidade. No entender de Martius, seu estado de então não era o “primitivo”, mas um secundário, degenerado. O IHGB empreendeu expedições para pesquisar nas províncias algum vestígio que ajudasse a deslindar os emaranhados fios da história daquelas gentes que os colonizadores encontraram, Varnhagen pessoalmente fez um trabalho desse tipo. Em carta de 1º de abril de 1849, informou ao Secretário do Instituto Manoel Ferreira Lagos sobre o que considerava ser possíveis restos de uma passada civilização indígena. As *ita-oca* (“casas de pedra”) pareceram-lhe *monumentos drúidicos* da Europa, engano logo observado pelo seu guia na viagem. Sobre os sambaquis encontrados no litoral, confessou não deixar de ter *fé viva* de que algum dia seriam descobertos monumentos de uma geração anterior e mais civilizada que a *raça degenerada, botocuda e canibal* que os colonizadores travaram contato⁷⁰⁹.

Em sua viagem com von Spix, Martius disse ter encontrado uma população indígena pouco numerosa e irregularmente distribuída com aspectos físicos e costumes semelhantes, mas grande diversidade linguística. A esse respeito, Varnhagen insistiu na necessidade de se conhecer as línguas das inúmeras tribos que se estendiam pelo território como condição essencial para melhor entender questões relativas à própria história do Brasil. Numa *Memória* publicada na Revista do IHGB, propôs a criação de escolas para ensinarem as línguas dos indígenas que habitassem o território nacional e as áreas fronteiriças, e uma seção de Etnografia no Instituto⁷¹⁰. Como as populações indígenas não dominavam a escrita, caberia ao Instituto arquivá-las antes de seu desaparecimento⁷¹¹. Mas o objetivo dos estudos etnográficos

⁷⁰⁸ MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. O estado do direito entre os autóctones do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. XI. São Paulo: Tip. do Diário Oficial, 1907. p. 20.

⁷⁰⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Etnografia indígena, línguas, emigrações, e arqueologia. Padrões de mármore dos primeiros descobridores. Carta dirigida ao 1º Secretário Perpétuo do Instituto pelo sócio correspondente Francisco Adolfo de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 15, jul./set. 1849. p. 371-372.

⁷¹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO III, nº 9, p. 53-63, 1841. p. 61-62. A seção foi criada em 1857 e a partir de 1859 (Tomo XXII) a Revista da instituição passou a se chamar Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil.

⁷¹¹ TURIN, Rodrigo. Alegorias do selvagem: a escrita do outro e a construção de si. In: _____. **Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 93. Ver também: KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

de Varnhagen era contrapor a imagem que ele tinha por verdadeira, confirmada até pela experiência pessoal de ser uma quase “vítima”, às *figuradas ideias de brasileirismo* que povoavam a obra de autores como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães.

Dada sua diminuição nos últimos séculos, Martius acreditou que a “raça vermelha” corria perigo de desaparecer completamente. Curiosamente, seus critérios para avaliar essa redução ficaram em torno de guerras entre tribos inimigas, a decantada degeneração moral da raça, e não genocídio, as “guerras justas” levadas a cabo pela administração colonial, doenças trazidas pelos colonizadores para as quais não tinham imunidade, entre outros. A tese da degeneração dos índios já havia aparecido em “Como se deve escrever a história do Brasil”, em que explicou que os indígenas brasileiros eram o “residuum” de uma civilização muito antiga que entrou em decadência, de modo que os portugueses teriam encontrado uma “ruína de povos”⁷¹².

As ideias de Martius guardavam muita influência de um pensamento sobre o continente americano e depois sobre os povos que nele viviam vindo do século XVIII. O naturalista Conde de Buffon defendeu na “Histoire Naturelle” (1749) que a natureza nas Américas fenecia sem chegar ao pleno acabamento, era o continente dos animais miúdos que não rivalizavam com os portentosos animais africanos. Anos mais tarde, o abade Cornelius de Pauw publicou “Recherches philosophiques sur les américains, ou Memoires intéressants pour servir a l’histoire de l’espèce humaine” (1768), em que estendeu à população das Américas o que Buffon havia dito de sua fauna. Como os grandes animais que não podiam vingar no Novo Mundo, também a espécie humana estava destinada a degenerar sem atingir a maturidade. A prova seria os índios, vistos como a senescência de uma humanidade prematuramente envelhecida e destinada à extinção.

Varnhagen foi tributário da maioria das ideias expostas até esse momento: a indolência e inferioridade dos índios, que precisavam ser civilizados para se integrarem à sociedade, seu pequeno número à época do “Descobrimento”, os hábitos considerados imorais e a autodestruição pelas guerras entre as tribos. Não acreditava que eles possuísem alguma

⁷¹² MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan. 1845. p. 385. Analisando a presença do indígena brasileiro na constituição da imagem sobre as novas terras e a ideia do “bom selvagem”, Afonso Arinos de Melo Franco destacou que a ausência de religião, a nudez, o desconhecimento do dinheiro se transformaram na base da futura noção da bondade natural desenvolvida por filósofos e juristas europeus. Assim, o índio brasileiro teria estado presente em obras importantes da literatura ocidental como a “Utopia” (1516), de Thomas Morus e os “Ensaio” (1580), de Montaigne. Ver: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **O índio brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. p. 79. Como se depois de Ariel se tivesse esbarrado em Caliban, tão logo passada a visão edênica, o “admirável mundo novo” se transformou no continente dos selvagens degenerados e canibais.

fórmula de virtudes e a experiência com os *mensageiros cristãos* e seus esforços pela catequese não teriam atendido de modo satisfatório as demandas por civilização dos *bravios*. Para o historiador, havia um ponto de contato entre a civilização e a barbárie num contexto de guerra, porém, diferentemente do homem civilizado que reconhecia no confronto um último recurso, advindo da insuficiência do direito humano, o *bárbaro* guerreava apenas para obedecer aos *instintos brutais* que ele mesmo não entendia ou sabia explicar⁷¹³. Por isso, o índio não era dotado de perfectibilidade, aquele que se “domestica” a si mesmo e se alça acima de sua própria natureza, portanto, um critério mais filosófico que biológico. No entanto, não largava a ideia da unidade brasileira mesmo no início da colonização, afirmando que as *gentes vagabundas* que povoavam o terreno mais tarde chamado Brasil procediam de uma origem comum e falavam dialetos da mesma língua.

Talvez por uma questão de orgulho nacional, a humanidade dos índios era afirmada oficialmente, mas privadamente as ideias de bestialidade e fereza eram largamente expressas, observáveis nos debates políticos, no discurso intelectual e até na legislação específica, que falava em “hordas errantes”. Era grande o desafio de urdir uma imagem única do índio brasileiro numa variedade de populações indígenas, além de ser condizente com a imagem da nova nação, que deveria ser homogênea, a despeito das teorias de inferioridade do continente americano que, em boa medida, os políticos e letrados (mesmo os chamados indianistas, Indianismo como movimento amplo, envolvendo a literatura, a pintura, a política) concordavam⁷¹⁴.

Essa produção comprometida com o tal “espírito de nacionalidade” de que falara Machado de Assis, aliava imaginação com a leitura metódica dos cronistas e da documentação sobre o passado colonial. Conforme Pedro Puntoni, o Indianismo com seu brilho “exótico” das peculiaridades nacionais funcionava como mecanismo de compensação para a autoimagem da elite imperial que se achava europeia. Assim, preenchia-se esse indígena abstrato e genérico com traços nobilitantes que os aproximava dos ideais dessa elite, afastando-o da crua descrição etnográfica do índio que, concretamente, habitava o espaço já

⁷¹³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. O chefe índio Cunhambebe. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XIII, out./dez. 1850. p. 517. O artigo apareceu assinado pela Redação da Revista, mas o estilo da escrita de longe denuncia a pena de Varnhagen. Também pode ser confirmada pela citação no *Suplemento* do Tomo I da *História Geral*. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 484.

⁷¹⁴ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Etnicidade e nacionalismo no século XIX. In: _____. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 136. De acordo com Treece, “o movimento indianista, longe de ser um caso de “evasionismo romântico”, mera invenção de uma tradição literária divorciada das realidades prementes do Império, constitui uma reflexão contínua e complexa sobre a formação tanto sociopolítica como simbólica da nação brasileira”. Ver: TREECE, David. O indianismo romântico, a questão indígena e a escravidão negra. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 65, p. 141-151, mar. 2003. p. 142.

considerado como nacional. Desse modo, o movimento aparecia como uma “ideologia integradora de propostas de legitimação do Império”⁷¹⁵.

No Brasil, Varnhagen foi um ilustre *antirrousseauuniano* (Rousseau seria um dos *Filósofos admiradores da selvageria*), o que deixou bem claro nessa passagem do *Memorial*:

Estávamos para deixar esta simples indicação aos nossos políticos, receosos de que a exposição completa de novas ideias a tal respeito prejudique outras de nossas propostas. Há hoje em dia uma tal praga de falsos filantropos, graças a Rousseau ou a Voltaire ou a não sei quem, que a gente em matéria de índios quase não pode piar, sem que lhe caiam em cima os franchinotes, com estas e aquelas cediças teorias pseudofilantrópicas⁷¹⁶.

Boa parte da *praga dos falsos filantropos* era de sócios do IHGB, de quem ele reclamava de descaso. Assim, creditou a acusação que lhe era feita de ser “pouco patriota, *por não ser caboclo*”⁷¹⁷. Esse descrédito que a crítica infligia o fazia *esmorecer*, mas não o suficiente para recuar. *Não ser caboclo* era rebater a afirmativa de que os índios eram os nativos do Brasil, donos da terra e principal elemento de formação da nacionalidade, concepções que se arvorou em opor-se desde cedo. Mas um ponto de inflexão para essa guinada deve ser ressaltado. Na já citada *Crônica do descobrimento do Brasil*, a abordagem sobre o indígena foi muito influenciada pela leitura da “Carta” de Caminha, uma visão idílica do *selvagem* inocente e que poderia ser cristianizado com facilidade. Após a visita ao Brasil nesse mesmo ano de 1840, a posição de Varnhagen sofreu efetiva modificação. A experiência de quase ter sua comitiva atacada por uma *cáfila de canibais*, como denominou, na fronteira da Província de São Paulo com a comarca de Curitiba, extirpou qualquer boa ideia que tivesse

⁷¹⁵ PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: JANCÓS, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 637. Ainda sobre o Indianismo: “Movimento de valorização e *invenção* do indígena, como elemento original, símbolo da independência e particularidade do país, o indianismo brasileiro, na verdade, vinha de longe, fincando suas raízes na idealização do índio, própria dos tempos do mito do homem natural, e na poesia clássica portuguesa”. Também representaria uma poética do genocídio.

⁷¹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 165. Afirmou na *História Geral*: “Não: o Filósofo de Genebra guiado pelo seu gênio, e pelas suas filantrópicas intenções, ideou, não conheceu o selvagem! Desgraçadamente o estudo profundo da barbárie humana em todos os países, prova que sem os vínculos das leis e da religião, o triste mortal propende tanto à ferocidade que quase se metamorfoseia em fera.... As leis a que o homem quis voluntariamente sujeitar-se, depois de mui tristes sofrimentos do mesquinho gênero humano antes de as possuir, não tem outro fim senão o fazê-lo mais livre e mais feliz do que seria sem elas. O selvagem cercado sempre de perigos não sabe o que seja tranquilidade d’alma: de tudo tem que prevenir-se e recear-se; fica desconfiado de caráter, e inábil de pensar sequer em concorrer para melhorar a situação da humanidade”. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 133. Seção X: Ideias religiosas e organização social dos tupis. Sobre a noção de perfectibilidade, ver: ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2008. Original: 1755.

⁷¹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 254. Grifo do autor. Carta ao Imperador de 21 de novembro de 1857. Varnhagen falava da tentativa de D’Avezac em o *desconceituar* na questão do Oiapoque.

sobre os índios. Essa história foi contada no artigo *A picada do mato virgem: fragmento d'uma viagem ao sertão* (1841), publicado em *O Panorama*. Na ocasião, narrou que enlevado pela contemplação da paisagem, caminhara todo *deslembrado* dos perigos a que estava exposto no mato, quando ouviu sons semelhantes aos dos *índios bravos*, que assoviavam imitando uma ave denominada jacutinga, para logo depois atacar os viajantes com disparos de um *chuveiro de frechas* que levaria à morte⁷¹⁸. Anos depois, fez uma confissão a esse respeito:

Durante os meus primeiros anos de aplicação e de estudos feitos na Europa sobre as nossas cousas, confesso que não tinha eu acerca do caráter dos nossos índios nenhuma ideia segura, ou para melhor dizer, achava-me acerca deles todos sob a impressão da carta do Pero Vaz de Caminha, que quase chegava a invejar a inocência dos Tupiniquins encontrados por Cabral em Porto Seguro; e sob essa impressão escrevi algumas linhas da “*Crônica do descobrimento do Brasil*” que publicou o *Panorama* em princípios de 1840.

Porém pouco depois, nos fins desse mesmo ano, perdi repentinamente todas as ilusões poéticas em que a respeito dos mesmos índios estava, e comecei a meditar e a pensar muito mais séria e positivamente acerca deles.

Vista faz fé. A minha conversão, o meu horror pela selvageria nasceu em mim em meio dos nossos sertões, e em presença, digamos assim, dessa mesma selvageria. As ilusões com que havia embalado o espírito no seio das grandes cidades se dissiparam n'um só dia.

Confesso que desde então uma profunda mágoa e até um certo vexame se apoderou de mim, ao considerar que, apesar de ter o Brasil um governo regular, em tantos lugares do seu território achavam-se [e acham-se ainda] um grande número de cidadãos brasileiros à mercê de semelhantes cáfilas de canibais.....⁷¹⁹

Novamente, Varnhagen viu, e a partir daí estabeleceu que quem nunca saiu das grandes cidades nem se assustou até retroceder no caminho com o alarme de que andava *índio bravo* na estrada, não conhecia de perto quem eram os índios e, portanto, não poderia ser juiz no assunto. Nesse sentido, referia-se principalmente aos indianistas, alvos velados no texto do *Memorial*. Perdidas as *ilusões poéticas*, conclamou os *representantes do país* a levarem em conta a experiência das províncias e terem *coragem cívica* para se arrostando contra as filantropias (no caso, a do *gentil bravo*) que produziram em outro momento e lugar os *filantrópicos horrores* dos Robespierres e Marats.

⁷¹⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *A picada do mato virgem: fragmento d'uma viagem ao sertão*. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, Tipografia da Sociedade, TOMO 5, p. 221-223, jul. 1841. p. 222-223.

⁷¹⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “*Jornal de Timon*”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “*Diatribes contra a timonice*”. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 36-37. Grifo do autor.

Sua posição não tinha grande apoio entre os letrados brasileiros, então era necessário conquistar seu público-alvo com argumentos convincentes, apelando para a *consciência* dos *representantes da nação*:

que diremos quando ainda na província do Espírito Santo, tão vizinha ao Rio de Janeiro há índios bravos? Conta certa exposição oficial que os índios do Mucuri gostam muito da carne dos negros, aos quais chamam *macacos do chão*. E não é vergonha no meio de um país civilizado aturar tais canibais!?!...

Mas alegam os filo-tapuias. Eles são os verdadeiros donos da terra, e por isso... São os donos da terra? Pois então arranjem nossas trouxas e toca a marchar; que somos uns criminosos que estamos de posse do que é de outrem; vós augustos e digníssimos senhores representantes da nação, para fora de vossos bancos, que aí devem estar a arengar os tapuias: cidades, vilas, freguesias, arsenais, alfândegas, academias, colégios, misericórdias, conventos, bispos, cônegos, párocos, frades, militares, juízes, empregados, toca tudo a embarcar; porque a terra é dos tapuias!...

Miséria!...

Ignorantes! Não sabeis que essa gente era e é nômade, e sem assento fixo; e que só aproveita do território enquanto nele acha caça?⁷²⁰

Neste trecho do opúsculo é observável novamente o recurso de Varnhagen em trazer o leitor para o campo defendido usando interrogações e exclamações como forma de acentuar suas posições. As reticências também indicam uma intensidade, interrompendo a frase com três pontos, mas com um final fácil de depreender pelo contexto. Como explicou Fiorin, nesse caso, o sentido se difunde pelo que não foi dito, pois o procedimento retórico da reticência torna a proposição mais forte justamente sem dizê-la completamente, apelando para o esforço de complemento do próprio leitor⁷²¹. As colocações do historiador nesse excerto têm implicações importantes a serem destacadas.

Varnhagen listou benesses oriundas da colonização como *cidades* e *colégios*, enquanto dos indígenas havia o vexame do canibalismo, e fazendo isso colocava o que seria a superioridade das obras realizadas pelos europeus, o que desemboca no direito de propriedade. A questão dos índios era também uma questão de terras, tanto que o Art. 12 da Lei de Terras de 1850 dispunha que o governo reservaria das terras devolutas para a colonização dos indígenas⁷²². A esse respeito, um problema do “Regulamento das Missões” de 1845, único documento indigenista geral do Império, foi ter dado pouca atenção a fatores

⁷²⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 166-167. Grifo do autor.

⁷²¹ FIORIN, José Luiz. Op. Cit. p. 88.

⁷²² COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1850. Lei de 18 de setembro de 1850. Dispõem sobre as terras devolutas do Império, etc. TOMO XI. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851. p. 310. Lei 601, Seção 44ª. A associação entre política indigenista e questão agrária ficou ainda mais patente a partir de 1861, quando a questão dos índios passou à esfera do Ministério da Agricultura e Obras Públicas.

como os direitos territoriais e patrimoniais, que impactavam diretamente a população indígena, prevalecendo com isso a simplificação ou mesmo a arbitrariedade em sua condução. O documento decretou o direito dos índios a terra nas aldeias, mas permitia a extinção dessas em caso de decadência, mais tarde, um regulamento de 1854 garantiu o usufruto da terra até os aldeados alcançarem o chamado “estado de civilização”.

Outro exemplo interessante que demonstra a mudança com relação ao tratamento do indígena do Varnhagen de 1840 para o do *Memorial* é a declaração que fez em nota d’*O descobrimento do Brasil, crônica do fim do décimo quinto século*, acerca das vantagens que o estudo das línguas indígenas resultariam para os futuros literatos, esclarecendo “a história das diferentes nações *autóctones* deste território”⁷²³. Referir-se aos índios como *autóctones* é passagem difícil de encontrar no historiador, porque o argumento que lhe servia de base para tratar da relação índios-terra era o de que aqueles não eram os primeiros habitantes do Brasil, e sim seus últimos invasores, portanto, não eram os legítimos *donos* da terra. Essa tese foi sustentada de modo mais concreto no *Discurso Preliminar: os índios perante a nacionalidade brasileira* de 1857, em que sustentou que, em número desproporcional ao vasto território, os *pouquíssimos* antigos índios não habitavam, apenas percorriam aquele de forma nômade, disfrutando da terra enquanto não espantavam a caça e sua *primitiva* agricultura não a cansasse. Com isso deixava pouco espaço para sugerir uma descendência indígena dos brasileiros de então.

Na ótica do autor, os índios não eram *verdadeiros Brasileiros puritanos*, então, recordando a indagação de von Martius no livro “O estado do direito entre os autóctones do Brasil”, quem eram aqueles “homens vermelhos” que, qual “enigma obscuro”, habitavam as densas matas brasileiras desde o Amazonas ao Prata ou que em “bandos desordenados” vagueavam pelo interior do país? Depois de décadas de trabalho árduo, Varnhagen achou ter chegado a uma resposta, que expôs na obra “*A origem turaniana dos americanos tupis-caraíbas e dos antigos egípcios. Indicado pela filologia comparada: traços de uma antiga migração na América, invasão do Brasil pelos tupis etc.*” (1876). Definir uma “origem” nacional era, conforme Cezar, um problema teórico e uma aporia, pois precisava-se resolver

⁷²³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **O descobrimento do Brasil, crônica do fim do décimo quinto século**. Rio de Janeiro: Tip. Impr. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1840. p. 65. Grifo meu. Nota F. Mesmo texto da *Crônica do descobrimento...*, mas publicado no Rio de Janeiro. Nesta Dissertação foi utilizado o texto saído em O Panorama.

as questões de quem eram e para onde iam os brasileiros, mostrando os caminhos de sua formação⁷²⁴.

Utilizando dos estudos etnográficos (recordando: para ele, os índios, na *infância* da humanidade, não tinham *história*, só *etnografia*) e de filologia comparada, em linhas gerais, a tese defendida por Varnhagen foi a de que os indígenas brasileiros descendiam dos antigos cários, povos navegadores da Ásia Menor, que, por sua vez, seriam “um povo da família egípciana, tal como os tupis parecem ser, de acordo com um grande número de palavras idênticas nas duas línguas”⁷²⁵. Comparando palavras do vocabulário tupi com línguas antigas como o grego, latim, acadiano, assírio, babilônico, armeniano, sânscrito e outras, sem sucesso, por fim chegou ao egípcio, em que disse ter encontrado várias semelhanças. Logo, o tupi seria fruto do cruzamento entre os cários, que emigraram para a América Central pelo Atlântico, e povos indígenas de origem mongólica. Tupis e egípcios pertenceriam às raças uralo-altaicas ou turanianas. Além da língua, comparou instrumentos, armas e as canoas dos índios brasileiros com as daqueles povos, “provando” a onda migratória. Varnhagen discordava de Martius sobre o sentido das migrações indígenas. Para ele, aquelas tinham se dado do norte para o sul, e não o contrário, o que servia de confirmação para a tese de *A origem turaniana...* Até chegar a esse termo, foram cerca de trinta anos de estudo, portanto, uma preocupação desde a juventude.

Conhecida a “origem” dos índios (resposta suficiente ao menos para ele mesmo), cumpria estabelecer de que forma esses índios seriam civilizados e tornados úteis ao Império. O método já havia sido proposto muitos anos antes daquela tese ficar pronta. No *Memorial* de 1849 apareceu, pela primeira vez, a ideia da civilização por *tutela*, reiterada na *História Geral*. O Visconde indicou a *conveniência* do emprego da força como meio de civilização mais prático e conducente, embora menos *filantrópico* que os *barbadinhos* defendidos por outros letrados. Dizia ser preciso precaver-se contra as teorias que *cegavam* a razão e construir uma que a razão e a *experiência* aconselhassem. E seguiu com a reflexão:

Precisamos civilizar o Império, fazer todos em toda a sua extensão obedecer ao pacto proclamado, e a experiência de mais de meio século tem provado a

⁷²⁴ CEZAR, Temístocles. Varnhagen entre os antigos, os modernos e os “selvagens”: estudo introdutório de “A origem turaniana dos tupis e dos antigos egípcios”. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 323-324. Originalmente publicado em francês, e só recentemente traduzido por Cezar e publicado no Brasil.

⁷²⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. A origem turaniana dos americanos tupis-caraíbas e dos antigos egípcios. Indicado pela filologia comparada: traços de uma antiga migração na América, invasão do Brasil pelos tupis etc. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 448. Mencionou este trabalho em carta ao Imperador de 25 de janeiro de 1876. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 441-442.

insuficiência dos meios brandos que são justamente os mais gravosos para o Estado. Se necessitamos pois seguir a conquista, que quer dizer ir-se consolar os rebelados levando-lhes presentes de facas e machados? Tem-se visto com sua paciência converter esses ferros em pontas de setas, que no ano seguinte despedem contra os seus benfeitores. Que mais jus têm eles para, *só por sua incapacidade moral*, estarem excluídos do Código Penal? Não constituem eles uma rebelião armada dentro do Império?⁷²⁶

Estando “fora” da lei, o indígena estava excluído também da vida social, *pacto proclamado*, não eram sequer *súditos do Imperador* como expôs em outra passagem. A continuação da *conquista* em nome da civilização e do Império dependia da incorporação desses indivíduos aliados da convivência em sociedade e tratados à parte pela legislação. Nesse propósito, o “Regulamento das Missões” estipulou em seu Art. 1º que todas as províncias contariam com um Diretor Geral de Índios nomeado pelo Imperador, competindo a cada um examinar o estado das aldeias já estabelecidas, as ocupações, inclinações e desenvolvimento industrial dos índios (população originária e mestiça) e as causas que eventualmente influíam em seu progresso ou decadência (§ 1º). Cumpria também investigar a localização dos índios que permaneciam em “hordas errantes” (§ 7º), empregando meios “lícitos, brandos e suaves” para atraí-los às aldeias e promover casamentos entre si e com pessoas de outra raça (§ 19), aplicando as máximas do catolicismo sem empregar a força (§ 20)⁷²⁷. Varnhagen foi um crítico do “Regulamento”, avaliando que ao invés de melhorar as coisas, apenas autorizou abusos legalmente, deixando as províncias infestadas do *flagelo dos índios bravos*, para quem os políticos pouco se preocupavam.

Segundo Manuela Carneiro da Cunha, um grande debate do fim do século XVIII até meados do século XIX foi o de que se deveria “desinfestar” os sertões exterminando os índios “bravos” (solução propícia aos colonos), ou civilizá-los e incluí-los na sociedade política (solução propugnada por estadistas), incorporando-os como mão-de-obra. Nos termos da época, se deveria usar de brandura ou de violência, dentro de uma discussão teórica acerca da humanidade ou animalidade dos índios. Dividia-se os índios em dois grupos: os “bravos”, comportando os encontrados e guerreados nas fronteiras do Império, e os “mansos”, isto é, já aldeados. Havia ainda a divisão entre os Tupi e os Guarani, e os Botocudo. Os primeiros, tidos como extintos ou assimilados, figuravam como emblemas da nova nação nos

⁷²⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 167. Grifo do autor. *Barbadinhos* eram os frades capuchinhos italianos a quem foi delegada a administração das aldeias de missão.

⁷²⁷ COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1845. Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos índios. TOMO VIII. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1846. p. 86-89. Seção 25ª, Decreto nº 426.

monumentos, caricaturas, pintura e literatura do Romantismo, um índio idealizado, que pouco ou nada tinha de “real”. A categoria Botocudo se compunha pelo índio de reputação feroz contra o qual se guerreava, o “índio bravo”, como se falava⁷²⁸. Esse não servia como símbolo, nem parte do projeto de construção da história e memória coletivas do Estado nacional.

Por coincidência ou não, os botocudos eram tapuias, inimigos dos tupis, tidos por “receptivos” à civilização. Os tupis que historicamente se aliaram aos portugueses. Talvez esse detalhe possa ilustrar porque o índio nobre era tupi e a “besta fera” era tapuia (os aimorés, por exemplo) em romances como “O Guarani”. O índio bom era o índio domesticado ou, convenientemente, morto. A tela abaixo é um indicativo de como a questão indígena foi tratada por um dos mais destacados pintores da Academia Imperial de Belas Artes:



Figura 12: O último Tamoio, óleo sobre tela de Rodolfo Amoedo. 1883. Museu Nacional de Belas Artes. Fonte: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 185.

O título do quadro de Rodolfo Amoedo, “O último Tamoio”, aponta para um aspecto relevante. Estar morto o último dos tamoios simbolizava o fim de sua tribo e seu significado de selvageria (curiosamente, os tamoios tiveram uma rivalidade histórica com o colonizador português, a chamada Confederação dos Tamoios de 1554-1567). Para florescer a civilização, o *bugre* tinha que desaparecer de vez ou desaparecer dentro da superioridade de outrem. Conforme David Treece, o tipo de Indianismo (uma segunda fase) que emergiu em meados da década de 1850 foi o romântico conservador das relações inter-raciais baseadas na

⁷²⁸ CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). Política indigenista no século XIX. In: _____. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 134-136. Um dos fundadores da antropologia física, Blumenbach analisou um crânio de Botocudo e o classificou a meio caminho entre o orangotango e o homem. O que os tupis eram para a nacionalidade, os botocudos eram para a ciência. Ver também: SAMPAIO, Patrícia. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**: 1808-1831. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

miscigenação, no auto sacrifício e na conciliação entre os grupos políticos, resultante da combinação particular de reformismo político e conservadorismo social e econômico que caracterizou o liberalismo brasileiro durante a maior parte do Império⁷²⁹. O martírio do índio simbolizava o Império.

A temática indígena também se impunha na obra de outros autores latino-americanos (por didatismo, não havia essa denominação à época) como Alberdi. O juízo deste era que, na América, tudo o que não fosse europeu, era bárbaro, sendo a única divisão, “1º el indígena, es decir, el salvaje; 2º el europeo, es decir, nosotros, los que hemos nacido en América y hablamos español, los que creemos en Jesucristo y no en Pillan (dios de los indígenas)”⁷³⁰. Para Alberdi, o índio não figuraria na sociedade política e civil, e os americanos de então eram europeus que tinham mudado de mestre: antes a iniciativa espanhola, agora a inglesa e francesa, sucedendo que a Europa continuava a ser a obreira da civilização no continente. Nesse sentido, não haveria mais guerra de conquista, pois o indígena americano estaria vencido, e eles, europeus de raça e de civilização, eram os “donos” da América. Ao se autoproclamar “dono” da América, Alberdi se posicionava como também Varnhagen o fizera no *Memorial*, afirmando o *direito* da civilização (europeia) sobre a barbárie. A diferença fundamental era que Alberdi não via mais a necessidade de guerrear, presente em Varnhagen.

Concebendo que os *meios brandos* significariam despesas inúteis para o Estado, cujo retorno poderia ser uma *frechada* dada em qualquer agente seu que aparecesse pelas picadas do interior do país, na segunda parte do *Memorial*, insistiu Varnhagen:

Acabamos de encarar esta questão pelo lado para nós mais simpático, pelo que mais fala ao sentimento; consideramo-los nossos irmãos órfãos desamparados e necessitados de tutela. Mas, se os consideramos estranhos ao pacto social, se os reputamos uma nação forasteira que nos molesta e prejudica, temos todo o direito de conquistá-los, e não há direito de conquista mais justo que o da civilização sobre a barbárie. “Um povo bárbaro e que desconhece os deveres da humanidade e as leis da guerra, diz o célebre jurisconsulto americano Bello, deve tratar-se como inimigo do gênero humano”⁷³¹.

⁷²⁹ TREECE, David. Escravos e aliados: a mitologia conservadora da integração. In: _____. **Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial**. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008. p. 193-214. Sobre o “mito sacrificial” do índio, ver: BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Especialmente o Capítulo 6: Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar. Segundo Bosi, o mito alencariano reuniu sob a imagem comum do herói o colonizador generoso feudatário e o colonizado súdito fiel e bom selvagem.

⁷³⁰ ALBERDI, Juan Bautista. Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina. In: _____. **Obras completas**. TOMO III. Buenos Aires: Imp., Lit. y Enc. de “la Tribuna Nacional” Bolívar 38, 1866. p. 422.

⁷³¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 11.

Com o *voto* de publicistas como o citado Bello e Vattel, dava a opção da tutela, ou expulsava os indígenas do quadro geral da população brasileira, era uma *nação forasteira*. *Forasteira* por ser última invasora do território, antes dos europeus, e por andar errante, sem domicílio fixo. A categoria do “errante” foi interpretada por Vattel como “sem pátria”⁷³². Por não se estabelecer, não seria um membro dela, nem possuiria todos os direitos de cidadão, daí Varnhagen repisar que o índio não era *súdito* do Imperador e que constava na Constituição como um incapaz moral e físico.

Mesmo não citando nenhum contratualista como Hobbes, atenderia bem ao exposto por Varnhagen a análise daquele acerca dos “inimigos internos”, segundo a qual, quando os Estados “são dissolvidos, não pela violência externa, mas por desordem intestina, a falta não está nos homens, como matéria, mas nos homens enquanto modeladores e organizadores do Estado”⁷³³. Na obra de Varnhagen, escravos e índios correspondiam bem ao epíteto de “desordem intestina”: o *vulcão*, a *rebelião armada*. Da mesma forma, poderiam ser elencados como os “inimigos internos” de que falara o Art. 145 da Constituição, contra os quais todos os brasileiros estavam obrigados a pegar em armas para sustentar a integridade e defender o Império.

Mas o historiador pregava que o Império deveria olhar os índios com maior zelo. A todo custo, enfatizou o “melhor” tratamento que recebiam do governo brasileiro, se comparado aos Estados Unidos. Assim, espantava-se que quem julgava inadequado e brutal o sistema de *avassalagem* fosse exatamente os maiores *cegos citadores* daquele país como modelo para o Brasil, quando lá os índios eram tratados com *bordoadas*. Julgava, então,

Pelo que respeita a quanto dissemos dos colonizadores e dos colonos africanos, cremos que em geral apenas haverá discordância de opiniões. Outro tanto não sucede porém respectivamente aos índios, filosófica e profundamente pouco estudados, e que não falta quem seja de voto que se devem de todo *reabilitar*, por motivos cujas vantagens de moralidade, de justiça ou de conveniência social desconhecemos, — nós que como historiador sacrificamos tudo às convicções da consciência, e estamos persuadidos de que se, por figuradas ideias de *brasileirismo*, os quiséssemos indevidamente exaltar, concluiríamos por ser injustos com eles, com os colonizadores, com a humanidade em geral, que toda constitui uma só raça, e por tanto com a nação atual brasileira, a que nos gloriamos de pertencer. E de tal importância consideramos a resolução definitiva deste ponto de

⁷³² VATTEL, Emmerich de. A nação considerada em si mesma (Livro I). In: _____. **O direito das gentes**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. p. 333. Capítulo XIX: A pátria e diversos temas que se relacionam a ela, 219. – Os errantes.

⁷³³ HOBBS, Thomas. Do Estado. In: _____. **Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012. p. 255.

partida, não só da nossa historia, como da de outros povos da América [...] ⁷³⁴.

Sintetizando: ser *injusto* com o índio significaria “abandoná-lo” na própria selvageria, ser *injusto* com o colonizador significava desqualifica-lo e tirá-lo da posição de agente civilizador da nação, ser *injusto* com a *humanidade em geral* e a *nação atual brasileira* em particular, a única que valia a pena se ocupar, era “sacrificar” o que entendia como as benesses da colonização, sem as quais o Brasil teria permanecido na *infância* e dominado por *pequenez* e *misérias* que acompanhariam tal estado, ou seja, pelos índios. A *nação atual brasileira* era produto de um longo processo de amadurecimento, que deveria resultar numa *nação compacta*, civilizada. Estudar os índios era um *ponto de partida* para a história do continente, porque fornecia o elemento inicial da explicação a ser concluída tão logo findasse o crescimento da nação ainda jovem, o “processo civilizador”, para utilizar a expressão de Elias. A civilização seria, pois, a evolução histórica da humanidade ⁷³⁵.

Conforme Starobinsk, civilização é um tipo de conceito a partir do qual um oposto pode ser nomeado, ou ele próprio existe a fim de se constituir como oposto, assim, ao chamar de civilização tanto o processo fundamental da história quanto o estado final resultante desse processo, coloca-se um termo que contrasta de forma antinômica com um estado que supostamente veio antes, como estado da natureza, selvageria, barbárie ⁷³⁶. Remetendo à noção de um processo evolutivo, a civilização era o resultado a ser atingido por meio do aperfeiçoamento das relações sociais, produtivas, dos recursos materiais, condenando tudo que se apresentasse como obstáculo. No caso brasileiro, o índio *selvagem* e o negro *bárbaro* eram obstáculos à marcha civilizatória.

Varnhagen concebia a civilização como uma herança fundada no poder político, cabendo aos herdeiros preservá-la, excluindo os estranhos ⁷³⁷. A civilização não poderia apenas ser ensinada, como propugnavam seus colegas do Instituto, era um legado de uma raça e seus descendentes. No par conceitual civilizado/selvagem, o selvagem poderia ser o indivíduo ainda não civilizado. Todavia, diferente da postura corrente no IHGB (cuja posição dominante era partidária da catequização), em Varnhagen esse esquema conceitual produzia uma separação e não uma incorporação dos índios na construção do Império, ou um incorporado desaparecido, já que seria inferior ao branco.

⁷³⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. IX-X. Grifo do autor.

⁷³⁵ CEZAR, Temístocles. Op. Cit. p. 334.

⁷³⁶ STAROBINSK, Jean. A palavra civilização. In: _____. **As máscaras da civilização**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 16-20.

⁷³⁷ TURIN, Rodrigo. Op. Cit. p. 92-105.

Além de décadas de estudo sobre cultura material, língua, organização dos índios, Varnhagen publicou épicos de temáticas indianistas do Setecentos como “O Uruguai” (1769) de Basílio da Gama e “Caramuru” (1781) de Santa Rita Durão. De sua lavra saíram outros trabalhos nesse campo como o estudo *O Caramuru perante a história*, publicado na Revista do IHGB em 1848 e o artigo *Sumé: lenda mito-religiosa americana* (O Panorama, 1855), em que defendeu a guerra justa por meio de uma interpretação da lenda daquele que tentou levar o Evangelho aos indígenas. Na ocasião, afirmou que:

[...] a sociedade civil não pode subsistir sem a ideia do castigo.

Pois as multidões que não temem se desenfreiam, e se fazem barbaramente arrogantes.

E às vezes o predomínio da reta razão, que é a suprema lei, constante, imutável e eterna para os homens, só pode alcançar-se por meio da força. [...]

Assim o castigo, e por conseguinte a guerra, muitas vezes servem para melhorar e purificar as almas; e são os fiadores da ordem e do predomínio da razão. [...]

E a igualdade entre os homens, como alguns a querem entender sem maduro exame, é uma verdadeira quimera, que apenas encontrareis no silêncio dos sepulcros⁷³⁸.

Por um critério da *Providência*, o historiador justificava a desigualdade entre os homens por terem sido criados desiguais, física e intelectualmente. Assim, uns necessariamente estariam sujeitos a outros, daí a igualdade ser uma *quimera*. Porém, via essa desigualdade como algo positivo para o *gênero humano*, auxiliando na conservação do corpo social. Com essa argumentação simples, Varnhagen defendeu o uso da força para “pacificar” os índios, nesse caso, os inferiores a serem sujeitados: até um enviado do Senhor “falhará” em civilizar os *selvagens*! Ao final, não era mais só sujeição, já era aniquilamento dentro da suposta superioridade do homem branco europeu, o modelo para o *homem branco brasileiro*.

A tese de Varnhagen a respeito da liberdade no processo histórico era a de Guizot, segundo a qual os povos eram livres em sua remota origem ou quando civilizados (ver item 4.2). Nessa lógica, presos em seus próprios vícios, a “libertação” do índio só viria com a civilização trazida pelo branco.

A proposta do *Memorial* foi o *protetorado*. Segue a descrição dada pelo autor:

E enganemos: as raças bravias, que se declararam inimigas de morte de nossos antepassados, serão, até os últimos descendentes bravios, nossos inimigos de morte: e não temos outro recurso, para não estarmos séculos à espera que eles *queiram* civilizar-se, do que o de declarar guerra aos que se

⁷³⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Sumé: lenda mito-religiosa americana. Recolhida em outras eras, por um Índio Moranduçara agora traduzida e dada a luz com algumas notas por um Paulista de Sorocaba. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, Tipografia da Sociedade, v. IV, nov. 1855. p. 349-350. Varnhagen também reeditou Dicionários de gramática tupi como o do Padre Montoya.

não resolvam a submeter-se, e o ocupar pela força essas terras pingues que estão roubando à civilização. Esta guerra não tem de ser feita à custa do governo, que tem de ocupar suas forças em outros pontos: tem de ser feita exclusivamente por cidadãos brasileiros guardas nacionais, que para ela se ofereçam, organizando-se em bandeiras ou companhias, com determinado número de seus escravos africanos. As bandeiras devem ser pelo menos de cem pessoas, e seus chefes, para realizar qualquer expedição, tirarão nas respectivas presidências autorizações ou cartas de marca. Ora, para conservar os terrenos assim conquistados à barbárie, é necessário fazer prisioneiro seus habitantes, e como o governo não poderia encarregar-se de sua educação e manutenção, eis chegada a ocasião de recompensar os serviços dos chefes das bandeiras (e estes as dos seus sócios), concedendo-lhes a tutoria e protetorado, por 15 anos, sobre seus prisioneiros, obrigando-se a tratá-los bem, a doutriná-los na nossa religião etc. etc., com a condição que estes em retribuição os sirvam durante esses quinze anos, devendo para tudo ser legítimo lavrar-se auto perante a municipalidade, ou a competente autoridade departamental. E como também poderia suceder que o chefe de bandeira ou seus sócios não pudessem manter tantos, deve, para bem dos mesmos índios, tal direito ser alienável; permitindo a lei passá-los por contratos a outros protetores, lavrando-se também disso escritura etc. Com este sistema veríamos o país coberto de bandeiras, desenvolvendo-se no seu interior o espírito guerreiro e empreendedor que o civilizou no século passado; e acabaria de uma vez radicalmente o trato africano, segundo nos comprometemos por formais tratados, aos quais já nos querem ir obrigando, com ameaças...⁷³⁹

O plano era ser mais *humano* que Vattel e o extermínio levado a efeito nos Estados Unidos. Sujeitar-se-ia os *selvagens*, educando-os à força, de modo a quinze ou vinte anos depois, quando não mais necessitassem de *tutela*, fossem *prestantes cidadãos e bons cristãos*. Com um sistema semelhante às encomiendas espanholas (com a diferença de ser uma servidão temporária), privilegiando a iniciativa privada, Varnhagen dialogava com a ideia largamente difundida na segunda metade do século XVIII e ao longo do Oitocentos de que o trabalho era um agente civilizador importante, capaz de abrandar e polir os costumes⁷⁴⁰. Em

⁷³⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 168-169. Grifo do autor. Não perdera a chance de alfinetar a política inglesa, ou seria a brasileira, por descumprir acordos internacionais?

⁷⁴⁰ JANKE, Leandro Macedo. **Lembrar para mudar**: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em: 17 jan. 2013. p. 118. Referência de Varnhagen, segundo Montesquieu, o objetivo da conquista é a conservação e não a servidão, mas pode acontecer que esta seja um meio necessário para chegar àquela. Desse modo, o conquistador que reduzisse algum povo à servidão deveria reservar meios de tirá-lo futuramente dela. Ver: MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 151-152. Livro X: Das leis na relação que possuem com a força ofensiva, Capítulo III: Do direito de conquista. Ainda com Montesquieu: “Neste caso, é contrário à natureza da coisa que esta servidão seja eterna. É preciso que o povo escravo possa tornar-se súdito. A escravidão na conquista é coisa accidental. Quando, após certo espaço de tempo, todas as partes do Estado conquistador se ligaram com as do Estado conquistado através de costumes, de costumes, de casamentos, de leis, de associações e de uma certa conformidade de espírito, a servidão deve cessar. Pois os direitos do conquistador só se fundam no fato de estas coisas não existirem e de existir uma distância entre as duas nações, de forma que uma não pode confiar na outra”.

sua opinião, a idealização do índio ignoraria a realidade e as circunstâncias de sua presença no território brasileiro. O sertão adquiria centralidade, pois permanecia isolado e muito *percorrido* por *bugres*. A “vida errante” dos indígenas tornou-se um problema para o poder na medida em que representava um obstáculo à gestão do espaço, que possibilitaria o aumento da população⁷⁴¹. Estavam em todos os lugares e em lugar nenhum.

O destino possível desses índios *avassalados* poderia ser as províncias já sem escravos, a Marinha mercante e, em casos específicos, também a de guerra, ou fazer o ensaio de mandar algumas levas para a Ilha de Fernando de Noronha para, *sem nostalgias* dos matos e rios, acostumarem-se ao isolamento dos navios.

Ressuscitar o sistema de bandeiras do século XVIII não passaria incólume de críticas. A proposta encontrou geral desfavor num ambiente marcado pelo discurso da brandura no trato com os índios a serem civilizados. As representações romantizadas daqueles produzidas na literatura, na música e na pintura não estavam descoladas da realidade político-social do Brasil oitocentista. Embora não se possa falar em homogeneidade na escrita indianista, apresentando nuances diversas no decorrer do século, as construções idealizadas (o índio Periteria teria existido, mas dificilmente era aquele exato andando pelas matas do Rio de Janeiro!) estavam ancoradas no contexto, nos progressos da escrita histórica e eram coerentes com a política indigenista daquele momento, muitos letrados eram também funcionários do Estado e/ou trabalhavam na imprensa, assim, lidavam com essas questões com alguma frequência.

O primeiro que se pronunciou foi Manuel Antônio de Almeida, no artigo “Civilização dos indígenas: duas palavras ao autor do “Memorial Orgânico”” (1851), saído no Correio Mercantil logo após a publicação do opúsculo na Revista Guanabara. O então estudante de Medicina se referiu ao texto como “um grito de guerra” pouco generoso para com os indígenas do Brasil. Concentrando-se no item *População e colonização*, criticou o *protetorado*, em sua opinião, escravidão disfarçada com o nome de tutela, numa injusta luta do fuzil contra o tacape selvagem. Almeida desfez o argumento da *rebelião armada*, afirmando que os índios já ocupavam o território e viviam daquela maneira, logo, o Império, o chefe e a lei foram criados sob essas condições, aliás, lei desconhecida e não jurada por aqueles. A revolta do autor era a ideia de se querer fazer do índio um prestante cidadão e bom cristão debaixo do azorrague, “por amor de mais 100 ou 200 léguas de território de que poderemos dispor, e que tanto ciúme lhe causa ver nas mãos do gentio, que nelas nasceu, e

⁷⁴¹ SALOMON, Marlon. Segurança do território e segurança da população. **Projeto História**, São Paulo, n. 27, p. 147-165, dez. 2003. p. 158.

que nelas vive desde muito antes que lhe soubéssemos nós da existência!”⁷⁴². A questão a ser meditada era: que *cidadão* se poderia esperar receber após 15 anos de trabalho forçado? Quem garantiria que as formalidades seriam obedecidas pelos chefes das bandeiras, evitando abusos contra os índios mais resistentes?

O protesto de Almeida não esteve sozinho. O texto de Henrique de Beaurepaire Rohan “Considerações acerca da conquista, catequese e civilização dos selvagens no Brasil” (1853) não foi uma reação ao *Memorial*, mas o autor fez duras críticas aos métodos até então utilizados para reduzir os indígenas, desaprovando o proposto por Varnhagen. Rohan analisou o processo de conquista, catequese e civilização dos índios desde a Colônia e sua conclusão foi a de que o posto em prática até aquele momento no intento de atrair os índios havia contribuído para seu extermínio. Propugnando a utilização de “meios pacíficos”, afirmou que,

infelizmente, não é por esse sistema, que em geral, procedemos; e, como se não bastassem, os atos de barbaridade que diariamente se praticam contra os infelizes selvagens, ainda nos vem o autor do Memorial Orgânico aconselhar o emprego sanguinário das bandeiras contra uma povoação que, identificada conosco pelo fato de uma origem comum, outro crime não tem senão o de viver na ignorância⁷⁴³.

Rohan enxergou o sistema de bandeiras como verdadeiras “comissões de sangue” que mais atrapalharia do que auxiliaria no processo de civilização dos índios. Escrito pós-1850, seu trabalho tocou no índio como solução para o suprimento de mão-de-obra, já que o tráfico negreiro havia findado. Passaria, então, de uma excrescência para parte integrante da sociedade. O engenheiro defendeu que a conquista e civilização dos “selvagens” dependeria não só da catequese (ponto de concordância com Varnhagen), como de uma administração adequada que os tirasse do isolamento e os tornasse “habitantes úteis” ao país.

Reafirmada na *História Geral do Brasil*, em 1860 outro autor se lançou contra a *avassalagem*. Gonçalves de Magalhães escreveu para a Revista do IHGB o artigo “Os indígenas do Brasil perante a história”. Desfazendo vários dos argumentos desenvolvidos por Varnhagen na *História Geral*, Magalhães destacou a “docilidade” do caráter e a “tendência” dos povos americanos à civilização. Condenou a proposta da *tutela* forçada, concluindo que:

se compararmos estes selvagens com os homens eminentes dos povos cultos, [...], a vantagem é toda destes; mas se os compararmos a essa imensa população ignara e embrutecida da Europa, [...]; a vantagem é toda do selvagem, que na independência do seu caráter, na força da sua vontade, na

⁷⁴² ALMEIDA, Manuel Antônio de. Civilização dos indígenas: duas palavras ao autor do “Memorial Orgânico”. **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1851. Disponível em: acervodagraphics.wordpress.com/category/manuel-antonio-de-almeida/. Acesso em: 11/02/2014. s/p.

⁷⁴³ Apud JANKE, Leandro Macedo. Op. Cit. p. 127.

altivez do seu espírito e no garbo do seu porte, conserva todos os belos atributos da espécie humana⁷⁴⁴.

Para o poeta da “Confederação dos Tamoios”, foi um equívoco do historiador negar a capacidade de aperfeiçoamento dos índios, porque, mesmo selvagem, aquele não deixava de ser um ente racional e moral.

No *Discurso Preliminar*, Varnhagen asseverou que:

os Índios não eram donos do Brasil, nem lhes é aplicável como selvagens o nome de Brasileiros: não podiam civilizar-se sem a presença da força, da qual não se abusou tanto como se assoalha; e finalmente de modo algum podem eles ser tomados para nossos guias no presente e no passado em sentimentos de patriotismo ou em representação da nacionalidade⁷⁴⁵.

Magalhães levantou-se contra a ideia de que não se abusou da força para “amansar” os indígenas, e lembrou que, se o Brasil devia o incremento de sua civilização aos portugueses, os indígenas, como filhos da “boa natureza humana”, constituíam os mais “ilustres fundadores” que uma nação poderia desejar. Característica comum aos poetas de sua geração, Magalhães lançou mão de diversos adjetivos positivos para designar o espírito e a nobreza de caráter do indígena, e ainda que reconhecesse nele uma “inferioridade” se comparados aos homens cultos da Europa, colocou-os como parte importante na formação da nacionalidade.

Proclamando que não adulava *servilmente o brasileiro caboclo* como muitos coetâneos, onde Varnhagen dizia ver um meio eficaz, outros tantos viram um retrocesso e um crime contra o gentio. Nesse movimento, colecionava polêmicas. A mais intensa foi (ou teria sido) com João Francisco Lisboa e, principalmente, seu amigo e defensor “espontâneo” Antônio Henriques Leal, dado o falecimento do Timon maranhense.

A polêmica Varnhagen-Lisboa exige algum detalhamento. Lisboa confessou comungar de pensamentos análogos aos de Varnhagen e em oposição à Gonçalves Dias nos números de 6 a 10 do “Jornal de Timon” (1858), segundo informação de Clado Ribeiro de Lessa⁷⁴⁶. A propósito, em carta datada de 7 de janeiro de 1856, Gonçalves Dias congratulou

⁷⁴⁴ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. XXIII, 1860. p. 64-65.

⁷⁴⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. XXVIII. O *Discurso Preliminar* também foi apresentado na Academia Real de História de Madri e publicado em dois números d’O Panorama em 1857.

⁷⁴⁶ LESSA, Clado Ribeiro de. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 227, p. 85-236, abr./jun. 1955. p. 101-102. Capítulo 6: Polêmicas com João Francisco Lisboa e Antônio Henriques Leal. Publicado em folhetins entre 1852 e 1858, o “Jornal de Timon” versava, de forma geral, sobre política e história recente da Província do Maranhão. Os números de 5 a 12 receberam o nome de “Apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão”. Traçando uma cronologia simples, tem-se: 1854 – Publicação do Tomo I da *História Geral do Brasil*. 1856/1857 – João Francisco Lisboa fez elogios ao trabalho por meio de cartas. Varnhagen o havia apresentado com um exemplar. 1858 – Lisboa criticou a *História Geral* nos números 11 e 12 e “Nota C” do seu “Jornal de Timon”. 1859 – Cunhado de Varnhagen publicou “Diatrise contra a timonice...” em defesa do historiador. 1863 – João Francisco Lisboa faleceu. 1867 – Varnhagen finalmente publicou *Os*

Varnhagen pelo exemplar da *História Geral* que havia lido e ressaltou que “Sobre o modo de considerar os Índios e mais algumas particularidades dos seus costumes, nisso diferimos um pouco, mas reconhecido também que muitos lhe darão razão”, a parte curiosa da declaração do poeta ficou por conta do final da frase, que ele continuou assim: “O Timon, por exemplo, pende muito para o seu lado”⁷⁴⁷. Ainda nesse sentido, Varnhagen escreveu ao Imperador D. Pedro II a respeito de sua posição no IHGB, em 24 de setembro de 1856:

sei que não falta quem ali responda às minhas finezas com misérias; talvez só porque não adulo servilmente, como outros, certo perigoso brasileiro caboclo, como lhe chama com tanta razão o Timon, escrito importante que eu antes desconhecia, como desconhecia esse estimável autor, com quem hoje estou em correspondência e perfeita harmonia, até na maior parte das ideias, em que, sem sabermos um do outro, nos encontramos⁷⁴⁸.

No livro *Os índios bravos e o Sr. Lisboa...* (1867), Varnhagen copiou 26 cartas remetidas por Lisboa entre maio de 1856 e julho de 1857. Na última, datada de 30 de julho de 1857, escrevera Lisboa:

Li em anúncios dos jornais do Rio, que o seu 2º volume será distribuído na Corte par [sic] todo o mês de Agosto, por onde infiro que já estará pronto. O que lhe rogo é que me mande o meu exemplar logo que for possível sem inconveniente, e não seja eu dos últimos que o recebam. Estou impaciente [...]

Demorar-me-ei aqui um mês. Se antes deste termo, publica o 2º volume, sirva-se mandá-lo ao para m’o enviar para cá⁷⁴⁹.

Até esse momento é possível acompanhar que Lisboa e Varnhagen estavam em *perfeita harmonia*. Na maioria das 26 cartas extratadas, recheadas de bajulações, Lisboa se mostrava ansiosíssimo pela leitura do segundo volume da *História Geral*, após rasgados elogios ao volume I, dizendo mesmo “corrigir” seus “minguados” trabalhos literários pela obra do historiador a quem chamava de “pai” da história do Brasil, “primeiro e único” e pedia que fosse seu “mestre e guia” na coleta de documentação em Portugal. Uma carta bastante reveladora dessa *harmonia* foi a de 9 de maio de 1856, na qual Lisboa afirmou se encontrar com Varnhagen “em diversos outros pontos controversos, como na *apreciação da índole dos indígenas*, verdadeira força da sua população etc. Já agora terei por mim uma autoridade de

índios bravos e o Sr. Lisboa... 1871 – Antonio Henriques Leal, amigo de Lisboa, reabriu a discussão ao criticar Varnhagen em “Apontamentos para a História do Maranhão”. 1874 – Varnhagen publicou o *Ofício-Protesto*, na Revista do IHGB. 1875 – Leal revidou no “Pantheon Maranhense”.

⁷⁴⁷ DIAS, Gonçalves. **Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias**. v. 84. Anais da Biblioteca Nacional, 1971. p. 187. Carta 101.

⁷⁴⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 235.

⁷⁴⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatrise contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 100-101. Varnhagen suprimiu o nome do amigo em questão.

tanto peso.....”⁷⁵⁰. Em outra ocasião, questionou se os índios se civilizariam apenas com os “meios brandos” ou se a força seria necessária:

Deveras o Brasil não poderia civilizar-se sem a escravidão dos indígenas, conseguida pela força e pela guerra? São com efeito vãos e ilusórios, simples fantasia de cabeças ocas, os meios brandos e persuasivos da catequese? Ou por outra, e generalizando estas ideias, a coação e o terror, a escravidão e a guerra, são os grandes e verdadeiros instrumentos de civilização e propaganda religiosa? [...]

Os europeus nunca puderam modificar inteiramente o caráter dos índios; e com o poder de destruí-los, jamais tiveram o de policiá-los e submetê-los. O negro se acha colocado nos extremos confins da escravidão, o índio nos da liberdade. Decerto, a escravidão não produz no primeiro resultados mais funestos que a independência no segundo. O negro perdeu até a propriedade da sua pessoa, e mal poderia dispor da própria existência sem cometer uma espécie de furto contra o senhor. O índio é senhor de si desde que é capaz de obrar. Pode-se dizer que nunca conheceu a autoridade da família. A sua vontade nunca dobrou-se ante a vontade de nenhum dos seus semelhantes; e ninguém pôde jamais ensinar-lhe a distinguir a obediência razoada e voluntária duma vergonhosa sujeição. Até o nome de “lei” ignora, e em seu conceito a liberdade é a isenção de todos os vínculos sociais. Nessa bárbara independência se apraz, e mais quisera perecer que sacrificar a mínima parte dela. A civilização pouco ou nada poderá com um homem dessa têtpera⁷⁵¹.

Assumindo uma posição intermediária no debate, entendeu que mesmo aparentemente livre, o índio estava privado da condição autêntica da liberdade ao não reconhecer as obrigações sociais e econômicas da lei e do trabalho, “marca” da civilização. Em certo sentido, questionou a possibilidade de civilização para um homem de tal “têtpera”. A reviravolta aconteceu em algum ponto posterior desse caminho.

A versão oficial do historiador maranhense foi a de que suas ideias sofreram modificações em virtude do aprofundamento do estudo sobre a matéria, com o exame de documentos oficiais em sua maior parte inéditos. A matéria em questão era a do tratamento violento dos colonizadores como principal motivo do extermínio indígena. Sobre a apreciação que fizera do trabalho de Gonçalves Dias, lembrou-se que, nos protestos contra as exagerações deste, fora arrebatado pelo ardor do momento, pois não lhe pareceu correto que seu comprovinciano quisesse colocar a prosperidade futura da nação brasileira na reabilitação das tribos selvagens, quando acreditava que a extinção destas se dava não só pela violência, como pela incompatibilidade de coexistência entre elas e a raça civilizada⁷⁵². Lisboa se concentrou em pontos como o maior ou menor uso da violência do colonizador para com o índio e a proposta de civilização por tutela. Era-lhe ininteligível que Varnhagen condenasse a

⁷⁵⁰ Ibid. p. 68. Grifo do autor.

⁷⁵¹ Apud TREECE, David. O indianismo romântico, a questão indígena e a escravidão negra. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 65, p. 141-151, mar. 2003. p. 145-146.

⁷⁵² LISBOA, João Francisco. Nota C: Sobre a escravidão, e a História geral do Brasil pelo Sr. Varnhagen. In: _____. **Obras de João Francisco Lisboa**. 4. ed. v. III. São Luís: Edições AML, 2012. p. 382-384.

escravidão africana e defendesse a indígena, posto a clientela não passar de escravidão mais ou menos disfarçada. Seu “assombro” crescia frente àquela “apologia desta civilização propagada pelo alfanje e pelo azorrague”, no limite, se a guerra e a escravidão eram recomendáveis para civilizar o selvagem, em pouco tempo seria forçoso admiti-las para o cultivo do espírito e a regulação da consciência dos homens civilizados⁷⁵³.

A reação veio por meio de um folheto assinado por “Erasmio”, que seria o cunhado de Varnhagen, Frederico Augusto Pereira de Moraes. Escrevendo a um “amigo imaginário”, este disparou ofensas, julgamentos à produção intelectual e à própria pessoa de João Francisco Lisboa, num tom acentuadamente irônico. “Diatrise contra a timonice do Jornal de Timon Maranhense acerca da História Geral do Brasil do Sr. Varnhagen” (1859) trouxe logo na epígrafe uma acusação frontal: “O hábito de esquadrinhar o lado desfavorável dos fatos, para depois contar como verdade o que se maliciou, é repreensível tendência de ânimo, que em vez de artifício inculca existência de peçonha”⁷⁵⁴. “Erasmio” tomou alguns trechos das “timonices” da “Nota C” de Lisboa procurando o que entendeu por contradições do autor, por exemplo, Lisboa achou hipocrisia de Varnhagen em tentar atenuar os horrores da escravidão, passo a frente, disse que o mesmo tinha sincero horror por aquela instituição, tropeço à esquerda, Varnhagen não tinha nenhum interesse particular na resolução dessa questão, passo atrás, o autor da *História Geral* era inspirado pelo mais verdadeiro patriotismo e naquele século ninguém escreveria outra obra como aquela que penava, é verdade, de incorreções de forma aqui e acolá, impossíveis de se evitar no meio de tanto material a ser trabalhado.

Lisboa discordava do abrandamento do tratamento dado pelo colonizador ao indígena e da proposta de “guerra justa” e clientela para civilizá-lo. Como também debochava dos indianistas e sua colocação do índio como pedra fundamental da nação. Na mesma “Nota C”, o Timon esclareceu:

O autor mostra-se ilustrado, justo e verdadeiramente filosófico quando, revolvendo as questões que estabelece, julga os índios sem direito exclusivo ao território que percorriam na época do descobrimento; e incapazes, sem o auxílio externo europeu, de se emanciparem do estado social em que vegetavam, miserável sob todos os aspectos, e indigno de despertar a admiração e a inveja de qualquer espírito judicioso ou desprevenido.

⁷⁵³ Ibid. p. 390.

⁷⁵⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 103. O folheto veio como o anexo Nota Z. A citação foi retirada do volume I da *História Geral do Brasil*. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 177. Coincidência ou não, este trecho faz parte da seção XVIII, a primeira em que Varnhagen deu conta dos indígenas brasileiros. Varnhagen não negou os maus-tratos contra os índios, mas argumentou que era *exceção*, não a regra, e que as ações mais duras teriam sido contra os índios inimigos. Subsídio para mais polêmicas...

Aproxima-se muito da verdade quando computa a população indígena daquela época sete ou oito vezes inferior à do império atual; e nós dizemos *aproxima-se*, porque nesta matéria é mais fácil entrever a probabilidade do que atingir ao rigor da exatidão.

Uma razão superior o ilumina, e as suas palavras tornam-se eloquentes quando trata de demonstrar que o elemento europeu é quem constitui, principal e essencialmente, a nossa nacionalidade atual. [...]

Como consequência desta grande verdade o autor estabelece igualmente que é com o elemento europeu, cristão e civilizador, que devem andar abraçadas as antigas glórias da Pátria, e portanto a História nacional, cujas fontes não podem remontar mais longe. E com efeito, os mitos das tribos indianas, e as lendas dos seus tempos heroicos pertencem antes ao domínio da poesia que ao da História. Sem monumentos escritos, o mesmo estudo da sua língua só pode servir de meio de comunicação com as tribos restantes, para esquadrinhar algumas etimologias, ou finalmente para averiguar um ou outro ponto obscuro, e certamente mais curioso que instrutivo⁷⁵⁵.

Seria questão de tempo e meditação para o “ilustrado” e “justo” Varnhagen fazer as felizes modificações no livro, para tanto, seria bom retardar as edições subsequentes. Lisboa nem de longe duvidava da “boa-fé e retidão” do autor. Para ser “perfeita”, teria faltado à *História Geral* um “senão de menos”. Pelo exposto no trecho acima, Lisboa não discordava nem da questão da posse do território, nem da urgência da civilização para tirar o índio do estado “miserável” em que vivia, muito menos quanto à demografia, e menos ainda sobre quem constituía a nacionalidade brasileira. De todo modo, adotou uma solução intermediária de integração e coexistência pacífica, logo, mais otimista que Varnhagen.

Sendo Varnhagen do tipo que matava “moscas a pedradas”, para um caso desses viria com toda força e desmentindo (segundo seu entendimento) frase por frase. Mas a “pedrada” chegou tarde. Tarde ao menos para ser “sentida” pelo contendor maranhense. Publicado apenas em 1867, *Os índios bravos* encontraram um Sr. Lisboa já defunto desde 1863. Na *Introdução*, Varnhagen explicou as razões para a demora. O trabalho fora entregue ao prelo em 1862, acompanhado da *advertência* que informava ser ele parte de um trabalho maior escrito entre 1859 e 1860, a ser anexado à 2ª edição da *História Geral*. Porém, para evitar algum *extravio* das cartas copiadas no corpo do texto, resolveu fazer a edição, a ser juntada como apostila aos números do “Jornal de Timon” a que se referia⁷⁵⁶. A morte de Lisboa o

⁷⁵⁵ LISBOA, João Francisco. Op. Cit. p. 419-420. Grifo do autor.

⁷⁵⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. III. Grifo do autor. Em sua Tese, Flávio Soares se referiu como a polêmica “que não houve”, já que Lisboa morrera antes de Varnhagen “responder” as críticas. Assim, a famosa polêmica teria ocorrido entre admiradores de ambos, no caso, Frederico Augusto na defesa de Varnhagen e Antônio Henriques Leal defendendo Lisboa, que não teria conhecido o folheto “Diatribes contra a timonice...”. A leitura é bastante válida, realmente só Lisboa falou diretamente para Varnhagen, não tomando conhecimento da réplica. Porém, nesta Dissertação é tratada como polêmica. O fato de Lisboa ter morrido antes da publicação de *Os índios bravos*... não descaracteriza a querela iniciada exatamente por suas críticas à *História Geral* (uma polêmica além-túmulo!?!). Defensor ferrenho de seus trabalhos, Varnhagen jamais deixaria de se pronunciar

fizera repensar se publicaria ou não o impresso, resolvendo fazê-lo apenas junto com a futura edição da *História Geral*. Contudo, o evento da manhã de 10 de outubro de 1866, uma *assaltada* de índios à Comissão de limites Brasília-Peruana, adiantou a publicação do folheto, segundo ele, com o objetivo de chamar novamente a atenção do país e dos *poderes do Estado* para a questão dos *índios Bravos*.

Tendo como principais fontes os cronistas coloniais e os Relatórios dos Presidentes de Província enviados por Cunha Barbosa, dando conta das correrias dos *bugres* pelo sertão, começou se defendendo da acusação de plágio que Lisboa teria lhe feito na seguinte passagem da “Nota C”, do “Jornal de Timon”:

Mas entretanto que esta mudança se operava no nosso espírito, o ilustre historiador do Brasil, que já no primeiro volume da *História Geral*, publicado em 1855, abundara em algumas das *nossas ideias*, e fora até muito além d’elas, agora no segundo, reproduzindo-as, e desenvolvendo-as⁷⁵⁷.

Aos olhos de Varnhagen, o efeito dessa declaração deve ter sido devastador: ele imitador/plagiário? Lisboa se apressou em estabelecer que a *História Geral* fora distribuída apenas em 1855, enquanto ele escrevera ideias análogas no ano anterior (a *perfeita harmonia...*). Mas ali, 1858, já se havia operado a mudança em seu espírito e agora não aceitava os pretendidos meios de civilização insistidos por Varnhagen. O que fizera este? Também se apressou em lembrar que desde 1840 já trabalhava nessas ideias e publicamente as defendeu em 1849 no *Memorial*, com isso derrubou a “prioridade” do Timon que, nas cartas, não se pronunciou sobre tal imitação, ao contrário, disse se encontrar em “pontos controversos” como a “índole dos indígenas”. De fato, esse não foi um ponto de desencontro entre ambos na “Nota C”, como já anotado.

Em outra passagem, Lisboa insinuou que Varnhagen era um adulator, “ato de fraqueza tão trivial”⁷⁵⁸, como classificou, tocando em mais um ponto sensível da produção histórica deste, que dizia detestar adutores que, em nome da defesa particular de um ou outro, descomprometia-se com a verdade.

A defesa veio no estilo habitual e invertendo a censura: bastaria olhar o “Jornal de Timon” para reconhecer que “não é por certo, por sua muita originalidade, que se recomendam os escritos do ilustre maranhense Sr. João Francisco Lisboa”⁷⁵⁹. Até a ideia do

sobre acusações graves como a de plágio, logo ele que se apresentava como um inimigo dos plagiários (por exemplo, a polêmica com Abreu e Lima). Ver especialmente o Capítulo 3 de: SOARES, Flávio José Silva. **No avesso da forma**: apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2008. p. 187.

⁷⁵⁷ LISBOA, João Francisco. Op. Cit. p. 384. Grifo meu.

⁷⁵⁸ Ibid. p. 417.

⁷⁵⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit. p. 7.

pseudônimo teria sido copiada do *ilustre* Visconde de Cermenin, assim, podia se considerar um ataque à propriedade literária. Nessa tônica, Varnhagen continuou desfazendo os argumentos de Lisboa, comparando os trechos da *História Geral* e a *transcrição falseada* destas nas *catilinárias* do historiador maranhense. De *ingrato* a se o Timon tivesse *estudado* com mais atenção, a pena não foi menos ferina ao longo do trabalho. Morto Lisboa, a polêmica seria “herdada” pelo amigo Antônio Henriques Leal.

Haveria muito que ser dito a respeito desta ilustrada querela do imperial mundo das letras brasileiras, mas, como a própria contenda, falar dela exige fôlego e excederia o esforço desta Dissertação.

Na narrativa varnhageniana não havia espaço para o índio sentar no altar da pátria como símbolo maior do Império, nem o índio romantizado. Seu desprezo por ele chegou ao nível de implicar até com a decoração das tabacarias de New York, cheias de “feições mais extravagantes e de mais mau gosto”, com “índios selvagens, com aspecto carrancudo, e turbante de penas de cores”⁷⁶⁰. À pergunta *como aturar tais canibais?*, respondia: pela força, recurso único contra os *índios bravos*, os “mansos” ofereciam menos dificuldades. E, para todos, assimilação. Sua parte na formação da nação brasileira.

Na disputa pelo melhor representante, excluía também esse “competidor”: “Não, a nacionalidade brasileira atual e futura, não é neta da antropofagia que a raça tupi havia trazido à nossa terra”⁷⁶¹. Observe-se o verbo: o tupi havia *trazido* para o Brasil, ele não era nativo do Brasil. Sua aposta era outra:

5.3 O homem branco brasileiro

*cuidemos desde já em combinar
sabiamente tantos elementos discordes e
contrários, e em amalgamar tantos metais
diversos, para que saia um todo
homogêneo e compacto.*
José Bonifácio de Andrada e Silva, 1823

⁷⁶⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Grande jornada a vapor: quinze estados percorridos em 14 dias. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 142. O pseudônimo tinha inspiração em Timon, o Misanthropo, contemporâneo de Sócrates, mas remetendo ao Visconde de Cermenin, que usara o pseudônimo em suas sátiras contra o Rei Luís Filipe.

⁷⁶¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2011. p. 195. Segundo Puntoni, foi a leitura da introdução de Gonçalves Dias aos “Anais Históricos do Maranhão” (1749, reeditada em 1849), de Bernardo Berredo, que levou Varnhagen a redigir este memorial anti-indianista, base de sua crítica à operação ideológica dos românticos. Ver: PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: JANCÓS, István (org.). **Brasil**: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 638.

Com a famosa frase “Nós fizemos a Itália, agora temos que fazer italianos”⁷⁶², Massimo d’Azeglio teria expressado a intenção de, após unificada a Itália, construir seu povo.

No *Memorial orgânico*, Varnhagen também demonstrou essa preocupação. Assim, expôs:

Para civilizarmos o Brasil, e fazermos que haja povo brasileiro, necessitamos ir paulatinamente acabando com a escravidão dos africanos, necessitamos prender e avassalar (não escravizar) temporariamente os índios bravos; e necessitamos, enfim, admitir no país gente branca voluntariamente arregimentada em grupos. Se adotamos já tal sistema [...] fiquemos descansados que havemos de vir a ter uma população compacta, logo que possamos sair dessa situação forçada⁷⁶³.

Do ponto de vista da população, a construção da *nação compacta* passava pelo fim da escravidão africana e da “selvageria” indígena, e pelo fomento à colonização europeia, *gente branca*. Tendo a extinção do tráfico como primeiro passo e o impulso da ação do governo na aprovação de leis, a escravidão seria gradativamente minada, sem maiores prejuízos para o país; assim como, apresando os índios mais resistentes, a civilização finalmente chegaria aos mais remotos cantos do vasto território brasileiro. Assim acreditava Varnhagen. O plano tinha por meta uma população homogênea (*compacta*, na expressão do autor), e população homogênea pressupunha tanto a miscigenação, já presente nos escritos de José Bonifácio e em von Martius, quanto o branqueamento, tese formulada concretamente na primeira metade do século XX com Oliveira Viana. Entretanto, diferente de Martius que encarava esse processo como um desenvolvimento natural da história, Varnhagen o concebia como algo a ser induzido por uma política de Estado. As três medidas propostas no *Memorial* caminhavam nessa direção e a última delas se apresentou como corolário da formação da *nação compacta*: a imigração europeia.

Uma primeira precaução a ser tomada pelo governo era não se transformar em uma *agência de colonização, tarefa humilhante*, inclusive. Outra, o investimento em infraestrutura básica como estradas para transportar os colonos até o interior, além de *garantias* e leis de proteção para empresas colonizadoras. O essencial era preparar bem o país para ter condições de receber a *torrente* de imigrantes que o procurariam, uns seguindo outros, como *formigas*. Para tal, precisava-se:

1º) o garantir-lhes a tão necessária segurança individual e da propriedade; 2º) o oferecer-lhes, como propusemos, alguns distritos e cidades sem escravos; 3º) o dar-lhes exatamente, desde logo, ao menos os

⁷⁶² Apud HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 56.

⁷⁶³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 15.

mesmos direitos civis que aos nacionais a respeito de impostos etc. O sistema dos engajamentos e carregações em grande não se pode empreender sem muita perda e muita imoralidade. Os particulares podem fazê-lo em ponto pequeno, conhecendo a honestidade dos engajados ou tendo por eles fiança, mas o governo central ou os provinciais não se devem meter nisso. [...]

por conta do [governo,] só gente útil em ciências, artes e ofícios, e esses bem afiançados e recomendados antes de se engajarem⁷⁶⁴.

A empresa deveria ser realizada de modo a evitar maiores sacrifícios, por isso esse tipo de engajamento era pouco recomendado. Quando escreveu a segunda parte do opúsculo, ignorava se a Lei de Terras devolutas havia sido sancionada, e entre as *garantias* estaria a concessão de terras gratuitas aos que escolhessem áreas próximas ao *gentio bravo*, ou na fronteira, com restrições específicas. Constituindo uma exceção, pelo Art. 1º daquela Lei de 18 de setembro de 1850, as terras situadas em uma zona dez léguas nos limites do Império com países estrangeiros, poderiam ser concedidas gratuitamente⁷⁶⁵. Dentro dessas condições, a proposta de Varnhagen era viável. O mesmo artigo dispunha que ficava proibida a aquisição de terras devolutas por outro título que não o de compra.

Era da alçada da administração pública corrigir os abusos de seus próprios agentes sobre os cidadãos (o indivíduo, a propriedade), pois com tal problema seria difícil receber colonos estrangeiros. Baixar uma lei estimulando a agricultura, sem os inconvenientes da falta de divisão de propriedade e fazendo acompanhar, por exemplo, o título de *senhor da terra*, poderia tornar a aquisição de terras de colonização no Brasil mais atraente do que nos Estados Unidos, pois chamaria europeus com capital suficiente, ao invés dos que não possuíam um *vintém* e iam para a América do Norte.

No *Projeto de uma lei adicional à das Terras Públicas* (1856) que encaminhara às *pessoas ilustradas* do país, insistiu que naquele momento convinha mais um sistema de proteção e favor e recompensa moral (hábitos, comendas). Nesse sentido, afirmou:

Nenhuma dúvida abriga de que não deixará de estender-se e preferir-se o sistema da colonização fundado na enfiteuse; o mais sedutor para os

⁷⁶⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 171. Substituiu *governo* por *Estado* nas anotações.

⁷⁶⁵ COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1850. Lei de 18 de setembro de 1850. Dispõem sobre as terras devolutas do Império, etc. TOMO XI. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851. p. 307. Lei 601, Seção 44ª. Sobre esse assunto importam também: “Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e que nelas se estabelecerem, ou vierem a sua custa exercer qualquer indústria no País, serão naturalizados querendo, depois de dois anos de residência pela forma porque o foram os da Colônia de São Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do Município”, e “Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro, certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em Estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração pública; ou na formação de Colônias nos lugares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem”.

europeus ansiosos de serem, eles e seus filhos, proprietários; o mais seguro para retê-los no país radicando-os à terra, que banharam do próprio suor; o que mais pode favorecer os colonizadores, e especialmente os seus descendentes; — e finalmente o que mais dispensa a ação direta do Governo.—

Em suma, para a distribuição das terras, para a imposição do censo e para favorecer a colonização agrícola, atende o projeto especialmente à mola real do século XIX — ao interesse individual.⁷⁶⁶ —

Aproveitando o *interesse individual* do futuro colono, o governo poderia favorecer com recompensas honoríficas e sesmarias de terras concedidas gratuitamente (em caso de aprovação pela Assembleia Geral) os indivíduos nacionais ou estrangeiros que contribuíssem para a colonização europeia agrícola no Império. Lacombe anotou que a ideia de Varnhagen encorajava uma espécie de reforma agrária que, aproveitando a lei da enfiteuse, impusesse um alto censo aos proprietários e isentasse de impostos os que redistribuíssem as terras para a criação de colônias agrícolas de imigração europeia⁷⁶⁷.

Sobre a dificuldade de adaptação dos colonos ao trabalho nos trópicos, asseverou que era *falsíssimo* que os brancos não resistiam ao trabalho nas terras intertropicais, sugerindo que trabalhassem menos ao sol que o costumeiro dos escravos, por exemplo, das 6 às 9 da manhã, e das 4 às 6 da tarde. As horas restantes poderiam ser dedicadas ao descanso, à caça ou ao trabalho doméstico. Já em 1877, no *Ofício* ao Ministro da Agricultura, indicou uma região das Províncias de São Paulo e Minas que pela facilidade de acesso, bondade do clima e das terras, podia fornecer localidades apropriadas para centros ou povoações de colonos europeus recém-chegados, tão logo construída a estrada de ferro. Também a paragem próxima ao local em que propunha a construção de *Imperatória* serviria para esse fim.

Até o Imperador poderia ajudar. Em carta aniversária de 2 de dezembro de 1853, sugeriu ao monarca fazer uma viagem à Europa, ato que se apresentaria favorável à futura imigração para o Brasil⁷⁶⁸. Governar era aumentar a população e a imigração se tornava um importante dispositivo para a regulação desse aumento. Fora forçoso reconhecer que a *mania* de muita terra acompanhou sempre os sesmeiros e continuava a acompanhar os fazendeiros, “que se regalam de ter matos e campos em tal extensão que levem dias a percorrer-se, bem

⁷⁶⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Projeto de uma lei adicional à das Terras Públicas, com a imposição do censo por maior e favores aos que promovam a colonização agrícola no Brasil**. Madri: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1856. p. 8. A enfiteuse consiste na permissão dada ao proprietário de entregar a outrem todos os direitos sobre algum bem, de forma que o indivíduo que recebeu (enfiteuta) tenha o domínio útil sobre aquele bem, mediante pagamento de foro ao senhorio. O enfiteuta tem o direito de posse, uso, gozo e pode alienar ou transmitir por herança.

⁷⁶⁷ LACOMBE, Américo Jacobina. As ideias políticas de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 275, p. 135-154, abr./jun. 1967. p. 149.

⁷⁶⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 211.

que às vezes só a décima parte esteja aproveitada”⁷⁶⁹. Alertou que a colonização disseminada e sem núcleos era insuficiente, convindo que fosse feita por grandes grupos e sob rígidas regras, a serem garantidas por um chefe imbuído das faculdades administrativas, fiscais e judiciais para bem gerir com disciplina e centralização. Realizado o engajamento, pagamento das passagens e instituição do primeiro estabelecimento por indivíduos interessados, poderia ser dada independência de autoridade para estes que se propusessem a fundar colônias, desenvolvendo o *instinto de mando*, o que se mostraria sedutor para alguns proprietários.

Na leitura de Wehling, as propostas em relação aos imigrantes revelavam um Varnhagen em trânsito entre o “Antigo Regime” e o século XIX. Por um lado, defendia a imigração e o trabalho livre como alternativa ao tráfico e à escravidão, bem como uma legislação que estimulasse a venda de terras devolutas, por outro, propunha dar títulos de *senhor* aos proprietários que, por sua vez, teriam seus colonos também imigrantes⁷⁷⁰. Isso se explica porque, em mais uma crítica ao mimetismo do Legislativo brasileiro, na segunda parte do *Memorial* afirmou que se deveria considerar a experiência histórica da Europa entre os séculos IX e XIV, idade em que se acalentou aquela civilização (nacionalidades, línguas, literatura), em vez de somente importar teorias contemporâneas, baseando-se em códigos de outros países ou em autores como Filangieri e Rossi, famosos à época.

No *Memorial* mesmo reconheceu que os meios de colonização ali propostos tinham inspiração medieval, segundo ele, únicos que deram um fim a cinco séculos de barbárie anárquica e organizaram boa parte da sociedade europeia. No caso do Brasil, seriam medidas temporárias. A formulação final foi das mais curiosas: com seus escravos e senhores, o que era o Brasil senão um país arqui feudal “onde nem sequer há leis em virtude das quais os servos possam trabalhar por sua manumissão, embora se chamem suseranos cidadãos constitucionais?”⁷⁷¹. Por isso a Monarquia era a *garantia liberal* para suavizar as tendências oligárquicas representadas na parte livre da nação. Rejeitou a denominação de *espécie de feudalismo* para seu sistema de arregimentação, embora tivesse coragem de sustentá-lo se considerasse um *bem* para o Brasil, como Charles Richard fizera em “De la colonisation du peuple arabe”, propondo a introdução do feudalismo na Argélia, como único meio de encaminhar essa colônia da *democrática república francesa* à civilização.

⁷⁶⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 69-70. Seção V: Sucessos imediatos à expedição de Martim Afonso.

⁷⁷⁰ WEHLING, Arno. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 188-189.

⁷⁷¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial orgânico oferecido à nação. **Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária**, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out./nov. 1851. p. 400.

Não obstante suas referências liberais, recusando maior intervenção estatal nessa questão da colonização, continuou a defender um papel preeminente para o Estado como indutor, supervisor e regulador dos processos econômicos.

Trazer *gente branca* para o Brasil não servia só ao propósito de colonizar os vazios demográficos do interior. Na obra varnhageniana, os atores e a dinâmica social convergiam para um ponto teleológico: a formação brasileira, entendida principalmente (não exclusivamente) como a constituição da base territorial e étnica. A intervenção para alterar a composição étnica do povo era medida indispensável para se obter uma uniformidade, procurando evitar a guerra civil que poderia ocorrer se persistisse a proporção de brancos, negros e índios da época⁷⁷². A Independência e a formação do Estado imperial impuseram a necessidade da construção da nação, instituindo uma unidade territorial, política, ideológica, em torno de uma identidade histórica e cultural unitária. Cabia aos políticos e letrados construir uma nação baseada em valores europeus como modernização, progresso e superioridade do homem branco, num contexto de pluralidade étnica e cultural, com imenso contingente de índios, negros⁷⁷³. Se uma nação se compunha de um território, um povo, uma língua, uma cultura e uma história, a nação brasileira só podia sair da mestiçagem.

O que estava em questão era a construção da nação. Não se tratava mais de conquistar a independência política, e sim “identificar-se com o universo cultural da experiência colonial como base para a formação do Brasil pós-independente”⁷⁷⁴. Nesse contexto, a miscigenação desempenhou papel central. Desde pelo menos a “Representação” sobre a escravatura de José Bonifácio de Andrada e Silva, já se vislumbrou uma sociedade mestiça no Brasil. Duas décadas depois, o plano de von Martius apontou a misturas das três raças como o caráter particular do país. O bávaro afirmou que as forças das três contribuíram para o desenvolvimento físico, moral, político e civil do conjunto da população. A tarefa do historiador brasileiro seria, pois, descrever o desenvolvimento dessa nação cuja mescla pertencia à “História Universal”, ainda no meio de seu desenvolvimento superior, de modo que a história do Brasil seria sempre a história de um “ramo de portugueses” em seus pontos principais, mas, para ser completa, não poderia excluir as suas relações com as “raças Etiópica

⁷⁷² WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 99-186.

⁷⁷³ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Op. Cit. p. 135.

⁷⁷⁴ TREECE, David. Escravos e aliados: a mitologia conservadora da integração. In: _____. **Exilados, aliados, rebeldes**: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008. p. 223.

e Índia”⁷⁷⁵. Martius até se inclinava a supor que o Brasil dava muito mais abertura para o negro influir no desenvolvimento de sua nacionalidade do que outros países onde as duas “raças inferiores” eram excluídas como indignas por causa do nascimento, ou pelo pequeno número se comparado com o dos brancos.

A historiografia que definia o Império como representante da civilização no Novo Mundo também definia os que internamente ficariam excluídos deste projeto por não portarem a noção de civilização (índios e negros), restrita aos brancos⁷⁷⁶. A despeito disso, a composição heteróclita da população impunha uma solução de acomodação das diferenças. Mesmo jogando o índio para o passado (os índios *egípcios* de Varnhagen) e excluindo quase que peremptoriamente o negro, tratava-se, como lembrou John Monteiro, de conciliar o caráter mestiço da matriz social com a vontade de ser (e de ser assim considerado) um país civilizado, de modo que ao longo do século o diálogo entre o pensamento científico e a política indigenista, por exemplo, ora promovia a inclusão das populações indígenas no projeto de nação, ora sancionava sua exclusão por não se “encaixar” nesse mesmo projeto⁷⁷⁷.

Segundo Elias, o conceito de civilização é utilizado no mundo ocidental para se referir a tudo aquilo que pode ser julgado e classificado no comportamento humano, expressando a consciência do Ocidente acerca de si mesmo, num processo realizado ao longo dos últimos dois séculos, de maneira que no século XIX o padrão de civilização, embora recente, já era aceito como natural, sendo o que o precedera considerado “bárbaro”⁷⁷⁸. Essa definição é pertinente para analisar a noção de civilização presente no trabalho de Varnhagen e seus contemporâneos, posto que se relacionava a aspectos como costumes, comportamento, religião. Ser civilizado significava adquirir padrões de comportamento considerados como tal, provenientes de uma concepção europeia e disso índios e negros não faziam parte.

Varnhagen fixou os limites de seu nacionalismo. Não apoiou o *subversivo caboclisto*, combateu o provincialismo, não foi xenófobo, identificou bem os “inimigos” internos e externos, não condenou a mestiçagem. Novamente compartilharia com Alberdi a ideia que a Europa trouxe a noção de ordem, a ciência da liberdade, a arte da riqueza e os princípios da

⁷⁷⁵ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan./mar. 1845. p. 383-399.

⁷⁷⁶ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 7.

⁷⁷⁷ MONTEIRO, John. Entre o Gabinete e o Sertão: projetos civilizatórios, inclusão e exclusão dos índios no Brasil imperial. In: _____. **Tupis, tapuias e historiadores**. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese (Livre Docência em Etnologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001. p. 131.

⁷⁷⁸ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 23-100.

civilização cristã⁷⁷⁹. Tendo trazido a “pátria” ao que antes era apenas “solo”, também daria a população para constituir o “corpo da pátria”. Alberdi tranquilizou afirmando que a acumulação de estrangeiros não comprometeria o “tipo nacional” e que o “heróismo” do estadista moderno era multiplicar uma população pequena em poucos dias. Ora, se a imigração era europeia, o “tipo nacional” não seria comprometido porque o “tipo nacional” pensado por Alberdi era justamente o tipo europeu, como também pensou Varnhagen. E se ainda não era, deveria se tornar.

No *Discurso Preliminar*, o Sr. Visconde avaliou que os índios, em *pequeno número*, foram absorvidos físico e moralmente pelos dois outros elementos. A prova estava nos apelidos das famílias, na língua cotidiana, nos hábitos, nas leis, no governo e na religião professada. Este seria o verdadeiro e real *brasileirismo*, em patente ironia contra os indianistas. Concluiu:

Claro está que, se o elemento europeu é o que essencialmente constitui a nacionalidade atual, e com mais razão (pela vinda de novos colonos da Europa) constituirá a futura, é com esse elemento cristão e civilizador que principalmente devem andar abraçadas as antigas glórias da pátria, e por conseguinte a história *nacional*. Abrace embora exclusivamente os Africanos e a sua causa o historiador do cativo, impiamente importado, desses infelizes; abraça ainda mais ternamente os índios, e defenda, com o alucinado P. Las Casas, a resistência que opuseram e opõem a libertar-se da escravidão da antropofagia selvagem, em que jaziam e jazem, o historiador dos índios; — a história da atual nação, — a história *geral da civilização* do Brasil, deixaria de ser lógica com o seu próprio título, desde que aberrasse de simpatizar mais com o elemento principalmente civilizador⁷⁸⁰.

Como um *filho de S. Paulo* que era, orgulhava-se em não ostentar *falsamente o luxo da pseudofilantropia* que saciava o *Rousseauiano* entusiasmo *filo selvagem* de alguns escritores. Pelo contrário, sentia-se afortunado em partilhar suas opiniões sem ofender a memória dos *Buenos, Ramalhos, Lemes, Toledos* e tantos outros bandeirantes cujas vitórias sobre os *Bugres* teriam alargado as raias da civilização pátria, ilustrando e contribuindo para a glória do Império do Brasil; colocando-se, assim, como continuador de uma linhagem de “ilustres” que concorreram para o engrandecimento do Brasil em diferentes momentos, ao menos em sua emocionada avaliação.

⁷⁷⁹ ALBERDI, Juan Bautista. Op. Cit. p. 425. Segundo Wehling, o que se poderia chamar de uma “lusofilia” do autor estava restrita à defesa de certo tipo de colonização que teria lançado as bases da construção da nacionalidade brasileira, daí a importância da história colonial em sua obra, não de um nacionalismo português um tanto despropositado. Ver: WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 187.

⁷⁸⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. p. XXV. Grifo do autor.

Rebatendo essas afirmações, para Gonçalves de Magalhães, Varnhagen atenuou o quanto pode o elemento indígena da população brasileira objetivando atribuir seu desenvolvimento à civilização e à cultura da terra por braços estrangeiros. Discordou que o amálgama teria feito desaparecer aquele “tipo predominante”, em clara oposição ao *pequeno número* de que falou Varnhagen. Numa alfinetada, afirmou que o historiador reconheceria o tipo indígena no povo se viajasse pelo interior das províncias em vez de conjecturar no gabinete, invertendo o argumento de Varnhagen contra letrados como ele. Sustentou o poeta que também os índios muito procriaram, legando uma “origem que nada tem de vergonhosa”⁷⁸¹.

No *Memorial*, Varnhagen afirmou: “É necessário tratar de equilibrar as raças, proteger por todos os modos seu cruzamento, para assim termos, daqui a um ou dois séculos, uma população homogênea, condição essencial para evitar no futuro contínuas guerras civis”⁷⁸². Apesar de toda a acusação de oficialismo e “lusofilia” que recai sobre sua obra, é preciso salientar que a nação branca de Varnhagen englobava os ideais europeus, mas também insistia na preservação de traços indígenas e negros, o homem brasileiro era fruto dessas três etnias. Até chegar ao *homem branco brasileiro*, poder-se-ia utilizar mais uma vez a metáfora do rio formulada por Martius: “O sangue Português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças Índia e Etiópica” (ver item 2.2 desta Dissertação). Quando falou na absorção física e moral dos índios pelo tipo europeu, Varnhagen não excluiu totalmente sua participação na composição da população brasileira, ela não era aparente, pois o “rio” português carregava a superioridade da raça branca sobre as demais. Índios e negros participariam da nacionalidade brasileira dessa forma, absorvidos em sua inferioridade, assimilados. Logo, a alternativa de Varnhagen era diversa da proposta, por exemplo, por José de Alencar, que “esquecia” os negros em seu projeto literário, que era um projeto de nação. Novamente lembrando “O Guarani”, índio (Peri) e branco (Ceci) se salvaram do Dilúvio e rumaram juntos para a... formação do povo brasileiro. Em “Iracema”, Moacir era filho da mesma união.

A proposta de Varnhagen assemelhava-se à de von Martius, diferindo o quesito importância da contribuição indígena, maior no bávaro, embora também o historiador tenha se esforçado em estudá-los e recomendar que outros os estudassem.

⁷⁸¹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Op. Cit. p. 61-62.

⁷⁸² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 120. Parágrafo riscado pelo autor, não apareceu na segunda parte, nem na reedição.

Para protagonizar a história da nação brasileira estava o grupo “vencedor”, os “vencidos” participariam pela assimilação, via miscigenação. Segundo Nilo Odália, o processo de miscigenação do qual resultaria o *homem branco brasileiro* não era simplesmente uma fusão racial, ela possibilitaria a existência do homem brasileiro com a supremacia dos valores brancos, de seu ser moral, como para o índio representaria a superação da sua condição de “selvagem”⁷⁸³. Tratava-se do embate entre duas sociedades, não entre duas nações, já que os indígenas não constituíam uma nação. O *homem branco brasileiro* deveria preservar os valores que fizeram de seus antepassados o grupo vencedor. A presença do índio e do negro tinha de ser assimilada para que a nova nação branca pudesse partir do grau de “civilização” que caracterizava os povos europeus, e não regredir aos estágios de “selvageria” e “barbárie” dos quais aqueles faziam parte. Quanto aos negros, não se preocupou em fazer uma análise aprofundada ou buscar sua origem étnica, como fizera com os índios. Ainda com Odália, importa anotar que Varnhagen teria sido o primeiro a pensar numa teoria do branqueamento da população brasileira. A partir daí,

os que o seguirem terão um arsenal mais rico e amplo de argumentos pseudocientíficos para a defesa do branqueamento e procurarão ultrapassar as fronteiras do biológico, por meio da ampliação da miscigenação que passa ser também um fato cultural⁷⁸⁴.

Era só o começo do que mais tarde constituiria o “bando de ideias novas” que lograria êxito no meio intelectual brasileiro, ou, na expressão de Lilia Moritz Schwarcz, um prelúdio do “espetáculo das raças”.

A inferioridade dos negros em Varnhagen se fundamentava na ausência de civilização destes, não exatamente em componentes raciológicos como logo mais se trataria no Brasil entre letrados como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Monteiro Lobato, que condenavam a miscigenação. A esse respeito, com a palavra, alguns “homens de ciência”. Em seu “Essai sur l’inégalité des races humaines” (1855), um dos primeiros trabalhos sobre eugenia e racismo publicados no século XIX, Arthur de Gobineau postulou que a mistura de raças ocasionaria graus sempre maiores de degenerescência física e intelectual, pois seu cruzamento era sinônimo de degeneração racial e social. Servindo como diplomata no Rio de Janeiro, afirmou que o Brasil não tinha futuro, pois a mistura racial originaria mestiços e pardos degenerados e estéreis, levando ao desaparecimento da população. A única saída seria o incentivo à

⁷⁸³ ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 39-90.

⁷⁸⁴ Ibid. p. 96-97. Conforme Odália, em Varnhagen “o elemento indígena não é colocado no mesmo nível do elemento negro; enquanto este é uma aberração e o fruto de um erro histórico, o indígena, ao contrário, é uma presença obrigatória que não se pode elidir; ele representa, por suas origens supostas e pelo que transmite ao branco de conhecimentos da terra, um componente histórico importante na formação da nacionalidade”.

imigração europeia. Outro que também escreveu suas impressões sobre o país foi o suíço Louis Agassiz, para quem,

qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que a separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental. [...] Trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia⁷⁸⁵.

Entre os brasileiros, João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, defendeu no I Congresso Internacional das Raças (1911) que “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução”⁷⁸⁶, em uma evidente afirmação de que o negro de hoje seria no futuro cada vez mais branco, também Sílvio Romero acreditava ver em um branqueamento evolutivo e darwiniano, ou externamente motivado via imigração branca, o futuro e a solução para o Brasil.

Varnhagen não condenou a miscigenação. Esperava (à maneira de José Bonifácio) que as *cores* se combinassem até o desaparecimento dos caracteres africanos no povo. Nessa direção, insistiu na *suavidade* da escravidão no Brasil e que nos Estados Unidos, diversamente do Império,

o anátema acompanha não só a condição e a cor, como a todas as suas gradações; sendo neste ponto, como em outros muitos, a nossa monarquia mais tolerante e livre que essa arrogante república, que tanto blasona de suas instituições libérrimas e cujo aristocrático cidadão não admite a seu lado nas reuniões políticas, nem nas civis e sociais, o pardo mais claro, por maiores que sejam seus talentos e virtudes⁷⁸⁷.

O comentário seguinte é ainda mais elucidativo de como o autor não era grande partidário de teorias contemporâneas suas que se utilizavam de elementos como o formato do rosto, do crânio e a cor para questões criminais, inclusive (penso na Frenologia e Craniometria de Paul Broca, a Antropologia criminal de Cesare Lombroso):

Não é nosso intento entrar aqui em explicações anatômicas sobre a aparência física dos povos d’África; nem nos interessa agora indagar como a pele parece negra, como o cabelo se apresenta em forma de carapinha (o que aliás não é sintoma infalível das raças negras), nem qual seja a teoria dos ângulos *faciais*, tudo o que deve ainda ser submetido a novas observações para dar

⁷⁸⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 13.

⁷⁸⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Usos e abusos da mestiçagem. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 18, 1996. p. 77-101.

⁷⁸⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. p. 183. Seção XIV: Escravidão d’africanos. Desmoralização nas capitâneas todas.

resultados seguros e simples, capazes de serem aproveitados em uma história civil⁷⁸⁸.

Embora se note que tinha conhecimento (vivendo na Europa ser-lhe-ia impossível ignorar) de tais teorias, em Varnhagen, a “inferioridade” dos negros estava fundamentada mais na condição escrava do que propriamente na cor, ainda que fosse cínico (mas não “fora” de seu tempo) o argumento da *gradação* de cor e maior *tolerância* no Império. De todo modo, e como fora observado por Capistrano de Abreu já no século XIX, seu momento intelectual ainda não era aquele. Varnhagen tinha uma visão otimista para o futuro do Brasil, um Brasil miscigenado e, em *um ou dois séculos*, nação branca, como postulava no *Memorial*. Uma *nação compacta*, entendida por unitária, centralizadora, íntegra e com homogeneidade étnica. Ele não duvidava que isso era possível.

Com sua tese sobre a origem dos tupis, Varnhagen alocou os índios no mundo antigo, que por uma grande emigração realizada talvez após a Guerra de Troia chegaram ao que se chamaria Brasil. Invadindo esse território e expulsando os habitantes anteriores, mais *mansos*, esses descendentes dos cários teriam enfrentado a *expição* no alvorecer do século XVI: foram vencidos por um povo superior. A narrativa da assimilação (ao menos a indígena) foi bem tecida no artigo *Sumé: lenda mito-religiosa americana*. Sumé, que fora recebido com deboche pelos índios do Maranhão, encontrou um povo liderado por um tal Sirigy que, aparentemente, respeitavam as instituições civis (legalidade, autoridade, hierarquia social), e os ajudou na guerra. Contudo, o povo de Sirigy voltou ao antigo comportamento. Arrebatado para Cabo Frio, o profeta não teve melhor sorte e lamentou a destruição que se seguiria. Por ser *surdo* às palavras do Senhor, o gentio foi amaldiçoado. Pela boca do moranduçara:

E Sumé lamentava a sorte d’aquele povo sobre o qual ia recair a justiça do Senhor. [...]

Logo os povos corriam como loucos, e as tribos se disseminavam nômades, e faziam umas às outras guerra, e não tinham território por pátria, e as fronteiras de suas nações não se estendiam além das do alcance dos tiros de seus arcos, e se exterminavam umas às outras, ou pelo menos todas se enfraqueciam.

E Sumé sentado sobre uma pedra de granito chorava a sorte do povo condenado, que deveria *perecer ou fundir-se em outro povo* pela presença de algum conquistador mais forte de espírito e coração, e benquisto do Senhor⁷⁸⁹.

⁷⁸⁸ Ibid. p. 183. Grifo do autor.

⁷⁸⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Sumé: lenda mito-religiosa americana. Recolhida em outras eras, por um Índio Moranduçara agora traduzida e dada a luz com algumas notas por um Paulista de Sorocaba. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, Tipografia da Sociedade, v. IV, nov. 1855. p. 351. Grifo meu.

Pelo mito de *Sumé*, Varnhagen elencou aspectos que justificavam suas proposições acerca dos índios: a dispersão das tribos, o nomadismo, as guerras, a falta de pátria, a não posse do território. Qual a consequência de tal situação? Esses povos iriam *perecer ou fundir-se em outro povo conquistador mais forte*. Aí estava a explicação para o elemento europeu ser o *tipo dominante* e base da nacionalidade brasileira.

Falando em *tipo dominante* e povo, este último era supostamente inexistente em partes do Império, daí a importância da imigração e consequente colonização do interior. Para trilhar esse caminho, indagou:

Por que motivo em lugar de irmos (contra os tratados e expondo aos cruzeiros ingleses navios e capitais) buscar africanos além dos mares para os escravizar, não havemos antes dentro do Brasil prender à força os índios bravos para os desbravar e civilizar? Teríamos com eles um aumento de braços menos perigosos que os dos negros, porque daqui a pouco, estariam *misturados conosco em cor e em tudo*, e então teríamos em todas as províncias – povo – classe social que algumas não possuem⁷⁹⁰.

Quando defendeu a constituição de uma nação branca no Brasil, Varnhagen não intencionou ocultar a origem “tripartite” do *homem branco brasileiro*. O branqueamento representaria a consolidação da vitória da civilização branca sobre a *selvageria* do indígena e a “barbaridade” advinda do *erro histórico* da escravidão africana.

No conjunto, seu projeto se entendia por:

Uma certa etnia, a do grupo vencedor; um certo tipo de colonização e de conquista, a do povo vencedor; um certo tipo de povo conquistado, a do autóctone; um certo tipo de erro histórico, a escravidão de povos não conquistados; um certo tipo de correção histórica, a miscigenação; um certo tipo de civilização, a do vencedor; um certo tipo de Estado, instrumento de realização da Nação; um certo tipo de homem, o brasileiro, fruto e construtor, ao mesmo tempo, da nova Nação⁷⁹¹.

Se estava assim posto o plano de Varnhagen, quem constituiria a *nação compacta*?

5.4 Tal Estado, qual nação

Sim, há uma cousa que se esquece muito no Brasil: é a sorte do povo; do povo, que não é o grande proprietário, o capitalista riquíssimo, o nobre improvisado, o bacharel, o homem de posição. Fala-se todo o dia de política, canta-se a liberdade, faz-se de mil modos a história contemporânea, maldiz-se dos ministérios, e evoca-se a constituição

⁷⁹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 164. Grifo meu.

⁷⁹¹ ODÁLIA, Nilo. Op. Cit. p. 39-40.

do seu túmulo de pedra. Ora-se a propósito de tudo, menos a propósito do povo.
Tavares Bastos, 1861

Ernest Renan declarou que a nação era um plebiscito de todos os dias, e a vontade das nações o único critério legítimo⁷⁹². Considere-se, então, a vontade de *ser brasileiro*.

Diante do modelo ideal de uma sociedade de iguais, amantes da pátria, surgia uma contradição fundamental: o Império não era uma sociedade de iguais. Assim, a constituição da *nação compacta* tocava em questões cruciais já sublinhadas nesta Dissertação como igualdade, liberdade, propriedade e uma questão maior de fundo: a cidadania. Quem era cidadão no Império, ou melhor, quem poderia ser cidadão no Império? Dispunha o Art. 1 da Constituição de 1824 que “O IMPÉRIO do Brasil é a associação Política de todos os Cidadãos Brasileiros. Eles formam uma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se oponha à sua Independência”⁷⁹³. O Império ser a associação dos cidadãos já apresentava limites em seu quadro, porque parte significativa da população não era considerada cidadã.

Conforme as disposições do Art. 6 da Carta, eram cidadãos brasileiros:

- I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.
- II. Os filhos de pai Brasileiro, e os ilegítimos de mãe Brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Império.
- III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivessem em país estrangeiro em serviço do Império, embora eles não venham estabelecer domicílio no Brasil.
- IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brasil na época, em que se proclamou a Independência nas Províncias, onde habitavam, aderiram a esta expressa, ou tacitamente pela continuação de sua residência.
- V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalização⁷⁹⁴.

Entre os indivíduos para os quais estava constitucionalmente garantido o direito à cidadania brasileira importa comentar o caso exposto no inciso I. Por esse dispositivo, o cativo alforriado nascido no Brasil tinha reconhecido seu direito de cidadão brasileiro e podia fazer parte das eleições primárias, a primeira etapa do processo eleitoral. Por sua vez, o filho já possuiria cidadania plena, submetido apenas ao critério de renda mínima para votar. A cor não era critério de exclusão, o que não significa que não existia preconceito racial, somente

⁷⁹² RENAN, Ernest. Que é uma nação? **Plural**, São Paulo, n. 4, p. 154-175, 1. Sem. 1997. p. 174.

⁷⁹³ COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824. Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824). PARTE I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18340>. Acesso em: 10 abr. 2016. p. 7.

⁷⁹⁴ Ibid. p. 8.

que não constava na letra da lei. No item anterior foi citada uma alegação de Varnhagen nesse sentido, remetendo-se aos Estados Unidos. Era também muito recuperado pelos defensores da escravidão, afirmando que não havia sociedade escravista mais integrada que o Império no continente (ver item 5.1).

A (re)inserção social do escravo liberto, como a do índio, foi assunto debatido ao longo da história do Império. Uma sociedade profundamente hierarquizada como a imperial brasileira, caracterizava-se por aquilo que nas “Minhas Recordações” Francisco de Paula Ferreira de Resende distinguiu como as três classes em que se dividia o Império: “a dos brancos e sobretudo daqueles que por sua posição constituíam o que se chama a boa sociedade; a do povo mais ou menos miúdo; e finalmente a dos escravos”⁷⁹⁵. Mesmo que a lei concedesse alguma participação para os libertos e seus filhos, faltava muito para uma representação política ativa desse contingente que somava a maioria da população.

A experiência brasileira foi diversa da dos países vizinhos, mas existiram alguns pontos de semelhança que merecem destaque. Mirando-se para a conjuntura desses países, em pronunciamento diante do Congresso Constituinte da Bolívia, em 1825, Bolívar defendeu a Presidência vitalícia, de modo que o Presidente nomeasse o Vice-Presidente para administrar o Estado e o suceder no poder, com esta providência, “evitam-se as eleições, que produzem a grande calamidade das repúblicas, a anarquia, que é o luxo da tirania e o perigo mais imediato e mais terrível dos governos populares”⁷⁹⁶. Guardadas as diferenças entre o modelo de governo do Império e das Repúblicas, e a orientação dos atores políticos de ambos, a declaração do republicano Bolívar sobre o voto popular não se diferenciava tanto da proposta de redução da *chusma de votantes* feita pelo monarquista Varnhagen. Nos dois lados da parte sul do continente uma maior expressão do povo era vista como indesejável e motivo de insegurança para os líderes políticos.

O conceito de Democracia operado por letrados como Esteban Echeverría, exilado do governo de Rosas em Buenos Aires e membro da chamada “Geração de 37”, era pensado de uma forma que precisa ser tratada com mais vagar. Em Echeverría, a Democracia era o poder legal e efetivo que emanava do povo, em que todos os indivíduos guiar-se-iam pela razão, e não pelos sentimentos, tidos como cegos. Portanto, a parte racional deveria exercer a soberania, sob pena de perigos advindos da irracionalidade do domínio da vontade. Aos ignorantes e desocupados restava a tutela, não podendo fazer parte da soberania popular por

⁷⁹⁵ Apud MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo saquarema**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1987. p. 113.

⁷⁹⁶ Apud PRADO, Maria Lígia; PELLLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. 1. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016. p. 46.

não possuírem interesses genuínos ligados à sociedade. Tutela das elites. As “massas ignorantes” seriam privadas, então, de sua liberdade política, porém, gozavam de liberdade individual⁷⁹⁷. No Brasil, esse limite era mais largo, dada a permanência da escravidão.

Era necessário preparar as massas para o desempenho das atividades políticas por meio da educação ministrada pelos “ilustrados”. No México, o liberal José Maria Luis Mora também queixava-se de uma participação popular ilimitada. Deveriam estar excluídos do exercício cidadão todos os não proprietários, seja propriedade no sentido de posse de terra, ou outras profissões capazes de garantir uma vida cômoda. Logo, associava razão e propriedade. Por esse motivo, declarou no “Catecismo político de la Federación Mexicana” (1831) que o “elemento mais necessário para a prosperidade de um povo é o bom uso e exercício de sua razão, coisa que só se consegue pela educação das massas, sem as quais não pode haver governo popular”⁷⁹⁸.

O Brasil era uma Monarquia, mas o caso foi semelhante. Na metáfora de José Murilo de Carvalho, as elites políticas constituíam uma “ilha de letrados” em meio a um sociedade de analfabetos. A ideia de instruir “todas as classes” significava difundir as Luzes e estabelecer o primado da razão, superando as “trevas” do período colonial, a “barbárie” dos sertões e a “desordem” das ruas, em outras palavras, permitir ao Império colocar-se ao lado das nações civilizadas. Uma proposta, contudo, limitada, que, no fundamental, se vislumbrava alcançar o povo, conservava o lugar ocupado pela “boa sociedade”, reproduzindo as diferenças e hierarquizações no seu interior. Colocando a divisão operada por Ferreira de Resende em perspectiva, a instrução pública a ser derramada “por todas as classes” privilegiava os homens livres (os brancos, a boa sociedade e o povo miúdo), e desqualificava os escravos e libertos, a quem o ingresso nas escolas públicas de instrução primária era interdito⁷⁹⁹. Funcionava, portanto, como instrumento de distinção social. Ao lado da instrução, a preparação para o trabalho deveria somar forças objetivando corrigir a delinquência, inspirar os sentimentos de religião e moral, e melhorar os costumes.

⁷⁹⁷ Ibid. p. 51. No “Dogma socialista de la Asociación de Mayo” (1846), Echeverría preconizou que as massas tendiam ao despotismo por se guiarem pelo instinto. Pensava em termos de “tudo para o Povo e pela razão do Povo”, não tudo pelo povo, já que parte ficaria de fora até ter plena posse das liberdades individual, civil e política, podendo exercê-las. O Manifesto foi publicado pela Associação da Jovem Argentina, da qual foi um dos fundadores, e que tinha inspiração nas congêneres europeias como a Jovem Itália (idealizada por Giuseppe Mazzini). Outros membros da Associação foram Alberdi e Juan Maria Gutierrez, todos exilados. O cerne dessa reflexão tinha explicação evidente: as “massas” que apoiavam Rosas seriam perigosas, pois se deixavam levar pelo engano da vontade.

⁷⁹⁸ Ibid. p. 55. Escrito em forma de perguntas e respostas, o “Catecismo” atacava os conceitos de soberania popular e vontade geral, em clara oposição ao pensamento de Rousseau. Apenas uma “autoridade competente” conseguiria controlar a vontade geral.

⁷⁹⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit. p. 259-264. Mattos analisou a Província do Rio de Janeiro, “laboratório” saquarema, modelo para o resto do Império.

Como já assinalado, Varnhagen também expressou que a instrução primária era indispensável a todos. Para Mora e Varnhagen, mais que instruir, era preciso educar e, assim, formar o povo.

Autor cujas ideias se assemelhavam às de Varnhagen, no dizer de Juan Bautista Alberdi, o que se chamava América independente não era mais que a Europa estabelecida na América e a revolução de então era o desmembramento de um poder europeu em duas metades que se manejavam por si mesmas; pois tudo na civilização americana era europeu, até seu “descobrimento” e seu nome. Os americanos eram, concluiu, europeus nascidos na América, com sangue, cor e tudo o mais, assim,

La prensa, la instruccion, la historia, preparadas para el pueblo, deben trabajar para destruir las preocupaciones contra el extranjerismo, por ser obstáculo que lucha de frente con el progreso de este continente. La aversión al extranjero es barbarie en otras naciones; en las de América del Sud es algo mas, es causa de ruina y de disolucion de la sociedad de tipo español. Se debe combatir esa tendencia ruinosa con las armas de la credulidad misma y de la verdad grosera que están aí alcance de nuestras masas. La prensa de iniciacion y propaganda del verdadero espíritu de progreso debe preguntar á los hombres de nuestro Pueblo — si se consideran de raza indígena, si se tienen por indios *pampas* o *pehuenches* de origen, sí se creen descendientes de salvages y gentiles, y no de las razas extranjeras que trajeron la religion de Jesucristo y la civilizacion de la Europa á este continente, en outro tiempo patria de gentiles⁸⁰⁰.

As colocações de Alberdi nesse trecho das “Bases” e algumas de Varnhagen no *Discurso Preliminar* e na correspondência se aproximam. Ambos se opunham a um nacionalismo marcado pelo ódio ao estrangeiro e reconheciam o “tipo” nacional como de cariz fundamentalmente europeu.

Com a Abdicação de D. Pedro I em 1831, irrompeu na capital uma série de conflitos armados e em ofício do mesmo ano dirigido à Câmara dos Deputados, Feijó, então Ministro da Justiça, assinalou que os cidadãos “proprietários e industriais” da mais rica e populosa cidade do Império haviam enfrentado os adversários da ordem. Em seu Relatório de Ministro do ano de 1832, designou os que haviam enfrentado os desordeiros como cidadãos interessados na manutenção da ordem pública. Aliado do Padre paulista, Evaristo da Veiga abordou o mesmo evento também designando os “vagabundos que ameaçavam os bens”⁸⁰¹ de adversários da ordem. Manoel Alves Branco, Ministro da Justiça em 1834, externou o motivo pelo qual acreditava que a Guarda Nacional funcionava melhor na capital do que no interior:

⁸⁰⁰ ALBERDI, Juan Bautista. Op. Cit. p. 424. Grifo do autor. Seção XIV: Acción civilizadora de la Europa en las Repúblicas de Sud América.

⁸⁰¹ Apud COSER, Ivo. Civilização e sertão no pensamento social do século XIX. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 18, n. 44, p. 237-248, mai./ago. 2005. p. 239. Ofício dirigido à Câmara dos Deputados pelo deputado Feijó, em 31 de outubro de 1831.

nessa cidade, a “civilização e o amor da propriedade estavam presentes mais do que em qualquer outro lugar do Império”⁸⁰². Em todos esses casos, associava-se o desejo de manutenção da ordem à propriedade e ao trabalho.

A liberdade e a propriedade eram atributos fundamentais da sociedade imperial. Todos os possuidores de ambos eram elementos privilegiados do corpo social, eram desprivilegiados todos os que não os portavam. Ao lado desses dois estava o trabalho e a vida civilizada. A ideia era a de que a civilização, os hábitos do trabalho e o amor à propriedade disciplinavam os indivíduos, tornando-os desejosos da manutenção da ordem. Aquele *instintivo amor da propriedade* de que falara Varnhagen. Na reta oposta, poder-se-ia concluir que, não dispondo de propriedade alguma, nem da própria vida, os escravos estavam fora dessa lógica, bem como o “mundo da Desordem”, sem vínculo estável com o trabalho, nem a posse de propriedade. Nesse contexto, civilização já apontava para uma dada inserção social, indicando o alijamento de parte significativa da população que era despossuída desses “bens”, e de forma especial a que povoava os sertões. Jaime Rodrigues ressaltou que para muitos letrados do início do Império a concepção de liberdade estava sempre acoplada à ideia de utilidade para a nação. Assim, tornar livres os africanos introduzidos por contrabando ou alforriar escravos significava tentar transformá-los em trabalhadores disciplinados e não causadores de conflitos⁸⁰³. A composição do “povo brasileiro” passava necessariamente pela definição do estatuto de cidadania dos trabalhadores.

A grande propriedade do país era a escravidão. Apontara Hipólito José da Costa já em 1822 que uma abolição repentina seria um “absurdo rematado”, porque a escravidão constituía parte da propriedade do país, ligando-se ao estado de constituição da sociedade⁸⁰⁴. Muitos anos depois, essa importância ficou expressa na seguinte fala do Deputado Paulino José Soares de Sousa, filho do Visconde do Uruguai, o mais bem acabado exemplo da legítima defesa da permanência de uma “política da escravidão” baseada no argumento econômico-social-cultural:

A escravidão, senhores, é uma instituição, que se radicou em nossa sociedade, prendeu-se ao modo de ser de nossa vida social, e com ela formou um todo compacto, do qual não é possível arrancá-la violentamente sem que esse mesmo todo se ressinta e se manifestem perturbações na ordem de cousas que sob diferentes aspectos com ela afinal veio a fazer corpo. É assim que a questão sob o aspecto jurídico entende com a propriedade, pondo em

⁸⁰² Ibid. p. 240.

⁸⁰³ RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 1831-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 318.

⁸⁰⁴ COSTA, Hipólito José da. Escravatura no Brasil. In: _____. **Hipólito José da Costa**. São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 571.

sobressalto as fortunas que nessa espécie de haveres se constituíram; na ordem econômica respeita à produção, ameaçando desorganizar o trabalho; na ordem social vem romper muitas relações firmadas em hábitos que se consolidavam no nosso modo de viver. Se o edifício complexo dos costumes nacionais formou-se com o tempo pela ação lenta que essa instituição foi pouco e pouco exercendo, neles infiltrando-se e dando-lhes a face que hoje apresentam, é evidente que só também contando com a ação do tempo e ajudando-a pelo concurso poderoso de certas forças morais e materiais, poderemos obter sem grandes perturbações o resultado que é para desejar dessa grande e importante transformação social.

A escravidão, dizia a primeira autoridade nesta matéria, forma como instituição uma peça inteira na sociedade em que está admitida: é um estado de cousas que tem suas condições essenciais; se as destruíis, o edifício há de necessariamente desmoronar...⁸⁰⁵

Filho de saquarema ilustre, Paulino Soares movimentou 300 anos de justificação para a escravidão africana e seu engendramento na sociedade brasileira: a propriedade privada (selada pelo conveniente silêncio da Constituição de 1824), a ordem econômica (sem o braço escravo quebrar-se-ia as finanças do Império), a ordem social (a sociedade, os hábitos, os costumes, o cotidiano se baseava na lógica de que havia senhores e havia escravos), isto é, nenhuma novidade vinda de um representante da “classe senhorial”, na expressão de Mattos.

Segundo o mesmo Mattos,

Era justamente a combinação particular destes atributos - a liberdade e a propriedade, além de imagem a respeito do fenótipo - o que permitia à boa sociedade distinguir-se tanto daqueles que denominava “povo mais ou menos miúdo”, ou seja, os que eram livres ou libertos, e nem sempre eram vistos como brancos, como da massa de escravos. Era também a combinação desses atributos que fundava o “sentimento aristocrático” que caracterizava a sociedade imperial. Era ainda essa combinação de condições sociais e matrizes raciais, que não apenas hierarquizava os grandes estratos da sociedade imperial, como também, ao privilegiar o atributo da propriedade, estabelecia graus, definia papéis e forjava nexos de dependência no interior da “boa sociedade”⁸⁰⁶.

Ao lado destas, na combinação entre liberdade e nacionalidade somavam-se os que estavam de “fora” da sociedade civil por não terem nascido no Brasil ou não serem juridicamente “pessoas”, com as diferenças na sociedade política entre “cidadão ativo” e

⁸⁰⁵ Apud CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 136. A fala de Paulino Soares se deu no contexto de discussão pela aprovação da Lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre. Como lembrou Ricardo Salles, a escravidão não explica tudo, mas não existe explicação sem ela. Ver: SALLES, Ricardo. Notas de um debate. Comentários sobre o texto de Jeffrey Needell *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1837-1857*. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 10, p. 48-53, nov. 2009. p. 53.

⁸⁰⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 1831-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 26-27. Mattos continua: “Os ‘cidadãos ativos’ formavam ‘a parte a mais importante da nacionalidade’, no dizer de um dos principais intérpretes do texto constitucional de 1824 - o saquarema Pimenta Bueno, marquês de São Vicente, e estavam divididos em ‘votantes’ (os possuidores de renda mínima suficiente para eleger os membros do colégio eleitoral) e ‘eleitores’ (os que escolhiam os deputados e senadores, sendo também elegíveis)”. Ver o item 3.2 desta Dissertação.

“cidadão não ativo”, conferida pelo atributo propriedade, já que o voto e o ato de se candidatar para algum cargo político era censitário e apenas um número diminuto da população tinha a renda suficiente para ser “ativo”.

Sobre um desses “inativos” da sociedade, bradou Varnhagen no *Memorial orgânico*: “Ora, os nossos Índios, ou são cidadãos brasileiros ou não: para o serem não cumprem nenhuma das obrigações das leis, e andam vadiando e com as orelhas e beiços furados, em vez de serem guardas nacionais e vestir uniforme, etc.”⁸⁰⁷. Logo, ser *cidadão* na ótica do historiador também estava conjugado com atribuições legais como o cumprimento da lei e a execução de alguma tarefa. O problema do índio seria estar alheio a essas prerrogativas do que se esperava de um *cidadão*: a obediência, o trabalho útil, a manutenção da ordem, aspectos que iam frontalmente contra o *andam vadiando* que creditara àquele. Não respeitando as leis nem a propriedade de outrem, não trabalhando regularmente, o índio era um *estranho* ao pacto social, não era *cidadão*, nem poderia ser considerado *súdito* do Imperador. José Murilo de Carvalho salientou que, além da capacidade política de votar e ser votado, os principais pontos de contato entre o cidadão e o Estado no Brasil oitocentista foram a Guarda Nacional, o serviço militar, o serviço do júri, o recenseamento e o registro civil, bem como os impostos e as tentativas de taxação direta da renda e da propriedade⁸⁰⁸.

Esses que cumpriam os deveres da cidadania eram os *cidadãos civilizados* do Império que não podiam ser atacados pelas *cáfilas de canibais* ou afetados pela *imoralidade* da *barbárie* escrava.

Ainda faltava muito para alcançar a nação moderna. Como observara José Bonifácio na primeira metade do século, temas como abolição da escravidão, educação pública e reforma da propriedade da terra esbarravam em interesses concretos e poderosos. Se o Estado e o Parlamento deveriam criar a nação e a cidadania por meio de reformas profundas, necessitando de uma elite cidadã que vislumbrasse um futuro, o estadista só conheceu uma elite preocupada com o lucro do presente⁸⁰⁹. Varnhagen assegurou anos depois que uma

⁸⁰⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial orgânico oferecido à nação. **Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária**, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out./nov. 1851. p. 393.

⁸⁰⁸ CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 18, 1996. p. 342.

⁸⁰⁹ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Op. Cit. p. 29-31. Da Introdução escrita por Miriam Dolhnikoff. Segundo José Murilo de Carvalho, “A capacidade de processar conflitos entre grupos dominantes dentro de normas constitucionais aceitas por todos constituía o fulcro da estabilidade do sistema imperial. Ela significava, de um lado, um conservadorismo básico na medida em que o preço da legitimidade era a garantia de interesses fundamentais da grande propriedade e a redução do âmbito da participação política legítima. Mas, de outro lado, permitia uma dinâmica de coalizões políticas capaz de realizar reformas que seriam inviáveis em situação de pleno domínio de proprietários rurais”. Ver: CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite

nação, por mais fraca que fosse, poderia “muito quando quer compacta, e quando sabe sacrificar no altar da pátria, para o aumento desta e de sua glória, pequenos interesses, e às vezes apenas pequenas rivalidades e caprichos mesquinhos”⁸¹⁰, mas os entraves não haviam mudado.

Na famosa definição de Anderson, a nação é uma “comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”⁸¹¹. Limitada, porque sempre haverá fronteiras finitas; soberana, pois o surgimento do nacionalismo esteve relacionado ao declínio dos sistemas tradicionais de governabilidade e à construção de uma nacionalidade baseada na identificação étnica, racial e/ou cultural. Esta identificação possuiria um projeto comunitário de união baseada nas diferenças de um povo para o outro, sendo a soberania nacional um símbolo da liberdade frente às estruturas de dominação antigas, gerando novas estruturas de dominação, como a administração estatal, a divisão intelectual do trabalho (administradores, burocratas, professores universitários, etc.), o capitalismo editorial e o surgimento de práticas de controle estatal (censo para a população, mapas para o território e museus para a cultura legítima); finalmente, imaginada, pois seus indivíduos, mesmo nunca conhecendo integralmente uns aos outros, compartilhariam signos e símbolos comuns que os fariam reconhecer-se como pertencentes a um mesmo espaço imaginário. No caso do Império do Brasil, o quesito “imaginada” ficaria mais por conta de um desejo acalentado pelos políticos e *homens de letras* do que propriamente em virtude de uma sedimentação popular. Acrescente-se os agravantes da escravidão e dos indígenas.

Um virtual “sentimento nacional” que pudesse haver nessa nação brasileira derivava mais do sentimento de propriedade da terra do que de que todos compartilhavam valores comuns, por isso se tratava de um projeto de transformar uma massa heterogênea e apartada em pertencimentos locais num povo coeso, um território enorme e irregularmente habitado numa nação unida. Nessas circunstâncias, não se poderia falar num “nacionalismo oficial” à maneira de Benedict Anderson (expressão de Hugh Seton-Watson), pois este seria uma reação dos grupos de poder ameaçados de exclusão ou marginalização nas comunidades imaginadas

política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 42-43.

⁸¹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 121.

⁸¹¹ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 32.

populares, posterior ao surgimento dos nacionalismos populares⁸¹². Exigiria, portanto, a existência de um sentimento nacional popular anterior, o que não era o caso.

Caberia, então, ao homem político dirigir a prática política e ao intelectual, especialmente ao historiador, suprir essa ação com os elementos teóricos e históricos necessários⁸¹³. Pensando na tarefa do historiador brasileiro, dissertou Karl von Martius:

Só agora principia o Brasil a sentir-se como um Todo Unido. Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas Províncias; estes devem ser aniquilados por meio de uma instrução judiciosa; cada uma das partes do Império deve tornar-se cara às outras; deve procurar-se provar que o Brasil, país tão vasto e rico em fontes variadíssimas de ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favorável desenvolvimento, se chegar, firmes os seus habitantes na sustentação da Monarquia, a estabelecer, por uma sábia organização entre todas as Províncias, relações recíprocas. [...] Justamente na vasta extensão do país, na variedade de seus produtos, ao mesmo tempo que os seus habitantes tem a mesma origem, o mesmo fundo histórico, e as mesmas esperanças para um futuro lisonjeiro, acha-se fundado o poder e grandeza do país⁸¹⁴.

Os elementos que compuseram a fala de Martius (cautela para “a mesma origem”): necessidade de uma educação judiciosa, a riqueza vasta e variada do Império, a sustentação da Monarquia, a organicidade do país, o futuro grandioso, estiveram pressentes na narrativa de Varnhagen e muitos outros coetâneos. Ronda novamente o espectro de D’Avezac e Abreu: com o plano de Martius na mão, Varnhagen se lançou à pesquisa. Mais uma vez, seria apressado fazer esse diagnóstico preciso, até por uma questão cronológica. Os aspectos citados já apareceram em cartas de Varnhagen do início da década de 1840 e antes de 1843, data de escrita da Dissertação de Martius. Certamente que Martius teve grande influência sobre a obra varnhageniana, mas talvez seja exagero concordar *ipsis literis* com a avaliação do geógrafo francês, recordada pelo autor do “Necrológio”.

O “Todo Unido” mencionado por Martius, a *nação compacta* de Varnhagen caminhavam para a superação das *rivalidades* e dos *caprichos mesquinhos* em nome do Brasil uno, fundado na imagem de uma sociedade com traços e valores comuns. Ao construir um modelo de nação demarcava-se o campo no qual a diversidade racial e cultural poderia existir, restando-lhe miscigenar-se e desaparecer dentro do outro. A conquista e a miscigenação representavam uma possibilidade de regeneração e de supremacia dos valores, padrões,

⁸¹² Ibid. p. 160.

⁸¹³ ODÁLIA, Nilo. Op. Cit. p. 44. Seguindo com Odália: “Se ela não existe ainda, uma das maneiras de a ela se chegar é recuperar a história universal, seria melhor dizer aqui, a história do mundo ocidental, tal como se apresenta no interior da Nação que se forma, e tê-la como guia de um caminho a ser percorrido”.

⁸¹⁴ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Op. Cit. p. 403.

costumes e da religião dos brancos⁸¹⁵, sendo este o dever do Estado como força tuteladora dessa nação que se pretendia homogeneizar. Poderia dizer, à maneira de Hobbes, que um “edifício defeituoso” que pesasse consideravelmente em sua própria época, cairia indubitavelmente sobre as cabeças de sua posteridade⁸¹⁶. E, monarquista atávico (mais que o próprio Imperador!), Varnhagen não queria ver o “edifício” do Império arruinado. Assim sendo, se controlar as revoltas e insurreições foi percebido como fundamental para garantir as “liberdades” da elite imperial, um dos modos de realizá-lo era a amalgamação da diversidade racial e cultural dessa população. Para que a nação pudesse existir concretamente segundo os parâmetros edificadas por essa elite era fundamental que os indígenas embrenhados nos sertões, por exemplo, fossem localizados e civilizados.

A ideia de nação afirma a existência de um interesse coletivo ao instalar uma solidariedade de princípios entre herdeiros do mesmo legado indiviso, e a existência dessa herança comum varia conforme as opções políticas e a época. A historiografia de uma nação deveria colocar em evidência a continuidade e a unidade da nação como um “ser coletivo” através dos séculos, apesar dos problemas, infortúnios, traições, etc.⁸¹⁷. Assim, as diferentes identidades locais e regionais forjadas ao longo de três séculos deveriam ser sacrificadas no *altar da pátria* em nome de uma “retórica da nacionalidade”, uma identidade nacional única: ser brasileiro. Aquela “vontade” de que falou Ernest Renan, para quem a “essência de uma nação está em que todos os indivíduos tenham muito em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas”⁸¹⁸. Esquecer os interesses particulares, esquecer os conflitos que questionassem a continuidade da “obra civilizadora” europeia no tempo e no espaço, esquecer o passado de opressão colonial, para lembrar que, não obstante as dificuldades em se construir uma nação moderna e civilizada, esta deveria ser a obra do Segundo Reinado.

Praticado o plano de ações que propusera, constituir-se-ia a tarefa da *nação compacta*. O Brasil teria condições de se impor como uma nação *verdadeiramente independente e respeitável*. Alcançaria também a glória, pelo exemplo e virtudes do soberano que a encarnava, e as boas ações de seus representantes, imbuídos do tipo de amor que mais agradava ao seu gosto político: o *amor* da pátria. Como propugnado por Vattel, estabelecer

⁸¹⁵ OLIVEIRA, Laura Nogueira. **Os índios bravos e o Sr. Visconde**: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2000. p. 19.

⁸¹⁶ HOBBS, Thomas. Op. Cit. p. 255-266. Ver: VOGT, Débora Regina. Thomas Hobbes como historiador: a Ciência civil na historiografia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 24, p. 10-25, ago. 2017.

⁸¹⁷ THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002. p. 12. No dizer de François-Xavier Guerra, “nação é, em grande medida, discurso e retórica”. Ver: GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCÓS, István (org.). **Brasil**: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 54.

⁸¹⁸ RENAN, Ernest. Op. Cit. p. 16.

uma reputação bem sedimentada e a glória era um dos mais importantes deveres de qualquer nação consigo mesma, e uma obrigação do soberano votado a ela: trabalhar para sua perfeição⁸¹⁹. D. Pedro II não era apenas um soberano, ele era um *soberano* nascido na *América* e, acima de tudo, D. Pedro II era *brasileiro*.

Varnhagen também era. A correspondência, os trabalhos, sua obra no conjunto é um conjunto de textos dedicados a pensar o Brasil, com variados temas, um objetivo, que queria ver não só em seus manuscritos.

A narrativa lenta e urgentemente urdida não tinha caráter homogêneo. Varnhagen era sócio do IHGB, Gonçalves de Magalhães também, mas o índio honrado desse poeta não tinha posição honrosa na história daquele. Os letrados basicamente concordavam com o fim da escravidão, medida pouco simpática aos olhos de outros tantos senhores, políticos, autoridades, parcela gigante da sociedade, particularmente interessadas em sua conservação. As propostas de como se deveria incentivar a imigração também variavam. No horizonte, uma população homogênea a ser construída a partir de “metais diversos”, como dissera José Bonifácio. O ponto de chegada estava delineado com tinta, mas no meio da longa jornada até ele, nem todos os habitantes do Brasil se tornariam, de fato, cidadãos *brasileiros*. As “largas e liberais” bases das instituições, asseguradas pelo Visconde do Uruguai, tinham limites. Os limites da cidadania tinham nome, ascendência, posição social.

Ser a favor da extinção do escravismo não excluía achar o negro um bárbaro corruptor da moral, sem grande *sentimentalismo*, podia ser apenas *consideração de Estado*, como em Varnhagen. Ser a favor do *patriotismo caboclo* não deixava de ser a favor da catequese e aldeamento para “domesticar” os *selvagens*. E a tudo isso se dava o nome de *civilização*.

⁸¹⁹ VATTEL, Emmerich de. Op. Cit. p. 309-310. Capítulo XV: A glória de uma nação, 187. – Dever de uma nação: como se adquire a verdadeira glória; 188. – Deveres de príncipe.

A nação compacta como projeto: ou maduramos, ou apodreceremos...
cinco pontos para uma (in)Conclusão

Participo a V. Ex. que no dia 17 do corrente apareceu nesta Fábrica um pequeno fundidor de ferro com uma viagem muito feliz, e como V. Ex. se dignou aceitar ser padrinho deste pequeno fundidor, e nós desejamos que ele quanto antes fique dedicado à Santa Igreja, rogo a V. Ex. queira mandar uma procuração ou a Müller, que muito deseja me fazer uma visita; ou, quando esta não puder vir, ao Pe. Antônio de Azevedo Veiga, irmão de Miguel Antônio. Madrinha é Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen, 1816

O trecho acima é da carta de 20 de fevereiro de 1816, escrita pelo Sargento-mor de Engenheiros Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen ao senhor D. Francisco de Assis Mascarenhas, Conde da Palma e Governador e Capitão-general da Capitania de São Paulo, dando-lhe a notícia do nascimento de seu filho Francisco Adolfo de Varnhagen⁸²⁰. O “pequeno fundidor”, no entanto, não se dedicou a fundir ferro, como ocorria na Fábrica de São João de Ipanema onde seu pai foi diretor. Varnhagen filho forjou outro tipo de produto: de sua pena saiu uma história para o Brasil.

Há 140 anos Varnhagen filho morreu em Viena. As últimas três décadas de sua vida foram de trabalho intenso. De Corte europeia à República sul-americana à Corte europeia novamente, foi de arquivo em arquivo, coletando, coligindo, copiando, anotando, projetando e escrevendo sua obra. A “marca discreta do lápis de um pachorrento investigador”⁸²¹ que Oliveira Lima encontrou grafada em muitos documentos na Torre do Tombo, quando pesquisava para sua própria obra, era deste antecessor seu que havia também pesquisado ali.

Neste momento, gostaria de recuperar as considerações colocadas no início de cada Capítulo desta Dissertação e comentá-las um pouco mais, de modo a dar alguma conclusão ao trabalho desenvolvido até aqui. Foram elas:

1ª. Ofício datado de 14 de dezembro de 1839, do Representante do Brasil em Portugal Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond ao Ministro de Assuntos Estrangeiros do Brasil, Caetano Maria Lopes da Gama, recomendando Varnhagen para o serviço público do

⁸²⁰ Apud LESSA, Clado Ribeiro de. Formação de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 223, p. 82-297, abr./jun. 1954, p. 88.

⁸²¹ LIMA, Manuel de Oliveira. **Elogio a Varnhagen**. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. 1903. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/discurso-de-posse>. Acesso em: 09 jul. 2017. s/p.

Império: “recusa também qualquer emprego português, procura o Brasil, sua pátria de nascimento, por amor e porque promete engrandecimento e elevação”.

2ª. Declaração de Varnhagen em *Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil*: “a imagem da verdade histórica apresentada da forma que, segundo a consciência do historiador, interessa e convém à nação”.

3ª. Discurso de Oliveira Lima na ABL: Varnhagen era um “exemplar precioso da raça, do meio e do momento”.

4ª. Juramento do Imperador em 23 de julho de 1840: “Juro manter a religião católica, apostólica, romana, a integridade e indivisibilidade do Império, observar e fazer observar a Constituição política da Nação brasileira, e mais leis do Império, e prover ao bem geral do Brasil, quanto em mim couber”.

5ª. Saint-Hilaire no livro “Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”: “havia um país chamado Brasil; mas absolutamente não havia brasileiros”.

As cinco considerações buscaram fornecer um panorama do que seria tratado em cada Capítulo. Em que pesem as lacunas e limitações da pesquisa, procurei assinalar o Varnhagen que se colocava como e que foi chamado de historiador da nação brasileira, em suas demonstrações quase desesperadas de patriotismo e grande devoção pelo Brasil monárquico, “herdeiro” da civilização europeia, da aristocracia branca e da família imperial. Era sob esse signo que a história nacional deveria ser escrita, principal “missão” do IHGB. Uma história capaz de abarcar a “totalidade” Brasil e que Varnhagen acreditava ter conseguido realizar a contento a partir de uma vida toda dedicada ao estudo e exame de documentação, em boa parte, original, para a publicação de sua *História Geral do Brasil*.

Homem de seu tempo e atento aos problemas com os quais se debatia o Império dos trópicos, uma grande preocupação sua foi a organização do país nos moldes de uma *nação compacta*. No *Memorial orgânico*, tratou de propor um conjunto de medidas que visavam a organizar o vasto território e a população. Quanto ao primeiro elemento, conforme Magnoli, com a exceção da Cisplatina, o “território natural” representado pela cartografia tornou-se o território político brasileiro, firmemente defendido nas sucessivas confrontações militares na região do Prata, nos tratados fluviais e de limites na área amazônica. Sustentando-se pela doutrina das “fronteiras naturais”, o Estado imperial concluiu o programa de construção da unidade que constituiu, em grande medida, sua razão de existência⁸²². Varnhagen assim se orientou em seu plano.

⁸²² MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil**: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 296.

Neste momento da “Transação”, Varnhagen, São Vicente, Uruguai e todo o restante dos atores políticos dessa metade do século lutavam pela inviolabilidade, a não fragmentação, a não quebra da integridade e da “grandeza interior” e “exterior” (de que falou São Vicente) do extenso e contíguo território que desde 1822 aparecia dotado de um atributo fundamental: o de nacional, herança da colonização portuguesa na América, recente e antiga lembrança, pois o idioma, a civilização, eram “legados”, mas o Império agora era brasileiro. De maneira análoga ao Senador Francisco Gê de Acaiaba Montezuma, Varnhagen enxergava “o Território e os Cidadãos seus habitantes, [...] as duas ideias simples, que formam a complexa de Reino, Império ou Nação: esta jamais se pode conceber sem aquelas”⁸²³.

Declarado independente desde 1822, no Brasil, para muitos no 7 de setembro, para outros tantos no 7 de abril, verdadeiramente “raiou a liberdade no horizonte” e a “brava gente”⁸²⁴ pode dizer-se *brasileira* de nome, mas cumpria ser *brasileira* de identidade/consciência, e para uma parcela significativa da população, ser *brasileira* de fato. Entre esses últimos, uns eram *mercadoria* humana, outros nem sequer eram *súditos* do Imperador.

Tomando o ditado popular recuperado por Ilmar de Mattos segundo o qual “Pelo dedo se conhece o gigante”⁸²⁵, o programa de Varnhagen concluído poderia ser um dos muitos dedos para conhecer o “gigante”.

Varnhagen traçou o *Memorial* nesse contexto, e na conclusão da segunda parte, definiu que:

Da geração atual depende talvez unicamente a sorte desta grande porção da América. Se tomamos providências adequadas, cresceremos em forças, e chegaremos à virilidade para desempenharmos a missão de que Deus nos julgue dignos. - Se, em vez de madurar, apodrecemos roídos dos vermes, melhor fora acabarmos já de existir e não pensarmos a vir ocupar um lugar menos honroso na história das nações. Deixar-nos invadir por hordas selvagens vindas do polo vizinho, - nunca⁸²⁶.

A possibilidade de uma invasão por *hordas* estrangeiras, real ou mais temida que efetivamente provável, parecia roubar-lhe a tranquilidade. Suas opiniões enérgicas no contexto da Guerra do Paraguai, falando até em anexação, inscrevem-se na rota desse medo, o

⁸²³ Apud MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack Braziliense**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2005. p. 22.

⁸²⁴ HINO DO IMPÉRIO DO BRASIL. Disponível em: <https://www.letras.com.br/hinos/hino-nacional-do-imperio-do-brasil>. Acesso em: 15 jan. 2019. s/p. Letra: Evaristo da Veiga. Música: D. Pedro I. É mais conhecido como Hino da Independência do Brasil.

⁸²⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 1831-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 15.

⁸²⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 15-16.

ataque paraguaio fora visto como uma afronta à soberania nacional. A solução era *madurar* e não se deixar *apodrecer*. *Apodrecer* era não se organizar, e as consequências seriam danosas, podendo custar a própria existência enquanto nação independente. Ser uma nação independente e soberana era ocupar o tal *lugar honroso*. O Império estaria supostamente destinado à glória, mas cabia, sobretudo, aos seus contemporâneos erigir e conservar esse edifício, para que ele não ruísse antes mesmo de ser completamente levantado, salvaguardar a jovem nação.

O uso da metáfora biológica, corrente no Oitocentos e entre autores brasileiros, indicava um sentido a ser seguido, uma finalidade ou “missão” que não deveria ser interrompida. Daí o receio de revoluções populares e de saltos na condução do governo, o discurso da necessidade de adequação ao “estado de civilização” do país e da valorização da natureza, do território e da gente que “prometia” uma grandiosidade em escala internacional, a abolição gradual e segura da escravatura. As peças do grande mosaico iam sendo encaixadas numa direção já esperada. Como no desenvolvimento de um ser humano, o Império independente passaria da infância à maturidade. À época que Varnhagen redigira o *Memorial*, o Império ainda era um jovem que se debatia com alguns tropeços “naturais” da idade, mas estava “crescendo” e logo atingiria a idade adulta, a estabilidade e a felicidade. Cuidando da juventude, Varnhagen se ocupava da vida adulta do Brasil, do futuro que ele mesmo disse ser o *objeto* constante de seu cogitar. Do contrário, apodreceria *roído dos vermes* do descaso e da falta de *amor da pátria*.

O texto do *Prólogo da História Geral* de 1877 é exemplar para “resumir” traços do sujeito Varnhagen e sua obra que tentei acolher nesta Dissertação, entre eles, sua aspiração de passar à posteridade não como um brasileiro ou historiador qualquer, mas como o grande historiador brasileiro que deu ao seu país a sua história escrita. A citação é longa, mas vale ser posta na íntegra:

Sirvam estas ligeiras considerações para indicar o espírito de tolerância que reinará nesta obra, que, como acariciada por nós em toda a vida, aspira, pela sua própria imparcialidade, a passar à posteridade, tanto no Brasil, como fora dele. Convencidos igualmente de que a verdade é a alma da história, que só ela pode oferecer harmonia eterna entre os fatos narrados, que o verdadeiro critério da verdade histórica não se pode aquilatar senão pela concordância nos incidentes, não nos poupamos a nenhuns esforços, a fim de remontar às fontes mais puras. Não julgando suficiente o que rezam as velhas crônicas, rebuscamos antigos documentos nos arquivos, não só do Brasil, como de Portugal, da Espanha, da Holanda e da Itália; percorremos pessoalmente todo o nosso litoral; visitamos os Estados Unidos, várias Antilhas e todas as repúblicas limítrofes; — tudo, há mais de trinta anos, graças especialmente às facilidades que nos foram proporcionadas pelo próprio governo imperial, em serviço do estado; e antes, por acidentes, nem que providenciais, da

nossa vida, que nos haviam conduzido a cursar os estudos em Portugal, e a nos familiarizarmos aí com a sua paleografia e os seus arquivos e depósitos de documentos manuscritos, que continham a maior parte dos elementos que deviam vir a servir para reconstruir a história pátria. A existência desses ricos tesouros foi por nós já em parte manifestada ao público em 1839, nos escritos que publicamos acerca de Pero Lopes e Gabriel Soares. E o cabal conhecimento que deles havíamos adquirido continuou sempre, ainda particularmente, à disposição de todos os ilustres patrícios que, para seus estudos particulares ou em desempenho de comissões do governo, desde logo, ou depois de alguns desenganos e estéreis buscas, se resolviam a recorrer “a quem sabia e queria auxiliá-los”, a fim de poderem encontrar e fazer copiar, grande número de documentos inéditos, dos quais muitos têm sido já dados à luz⁸²⁷.

O *Prólogo* que (re)iniciou o trabalho de Varnhagen ajuda a dar um final a este trabalho que o leitor acompanhou até agora. Certamente que o Varnhagen deste trabalho foi fruto da seleção de livros, trechos particulares desses livros, temáticas, bibliografia, enfoques específicos, e não outros possíveis. Existem outros “Varnhagens” nos milhares de páginas de sua vasta e variada obra

O uso de verbos no gerúndio para alguns títulos desta Dissertação (*Construindo, Cuidando, Organizando*) apontam para um caráter da obra de Varnhagen: a nação era algo que se estava construindo naquele momento, muito em virtude da *vontade política*. Mas apontam também para um aspecto desta Dissertação: ela foi se construindo ao longo dos últimos anos, seja com leituras antigas da Graduação (essenciais para o apertado prazo de dois anos), seja com leituras novas, produção de artigos, apresentação de trabalhos, orientações, sugestões, o próprio curso de Mestrado. Também eu, aqui e ali, fui coletando, copiando, anotando, projetando e escrevendo o texto ora apresentado.

João Ribeiro disse que Varnhagen “desenhava bem, mas não pintava”⁸²⁸. Capistrano de Abreu que, como Alexandre Herculano para a história portuguesa, “teve de fazer quase tudo”⁸²⁹. A “massa ciclópica de materiais” se impõe de alguma forma até hoje, mesmo que a aceitação nunca tenha sido consensual, nem no seu século, nem no interior do IHGB e, pelo conjunto de ideias que representava, menos ainda na atualidade. Assim, sob muitos aspectos,

⁸²⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. TOMO I. 2. ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877. p. IX-XI. Varnhagen indicou em nota que a frase “a quem sabia e queria auxiliá-los” foi retirada da carta remetida por João Francisco Lisboa em 30 de novembro de 1866. Na carta, a frase consta como “a quem sabe e quer auxiliar-me”. Na ocasião, Lisboa pedia a ajuda de Varnhagen para encontrar alguns manuscritos sobre o Brasil. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatrise contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867. p. 87. Nota Y, Carta 14ª.

⁸²⁸ Apud LACOMBE, Américo Jacobina. As ideias políticas de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 275, p. 135-154, abr./jun. 1967. p. 138.

⁸²⁹ ABREU, Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaio e Estudos**. 1ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 204.

Varnhagen é um autor superado, sob outros, nem tanto. Em tempos que ainda se discute temas como demarcação de terras para indígenas e gradações de branqueamento da pele, no sentido de, quanto mais branco, melhor, pode-se dizer com algum conforto que um traço da mentalidade oitocentista de Varnhagen e de parcela significativa de seus contemporâneos não está morto, nunca esteve. Se for tomada a periodização do historiador, recém-completos 519 anos de idade, o não mais tão jovem Brasil convive com muitas mudanças (lentas...), algumas permanências arraigadas e, no meio disso tudo, há embates e resistências.

Se a missão política fundamental do século XIX era estruturar e tornar efetivo um projeto de nação, aí estava o de Varnhagen. Ao propor as seis medidas de cunho político-administrativo, assumia o papel de construtor de uma ideia de nação para o Império, ao mesmo tempo, ao propor que estas medidas fossem tomadas para organizar o território e a população, comportava-se também como um herdeiro deste. Varnhagen se colocava e fazia parte do grupo dos construtores e herdeiros na construção da unidade política⁸³⁰.

No dizer de Oliveira Lima, Varnhagen tinha ideias e essas ideias eram práticas⁸³¹. E suas certezas não eram exatamente modestas. Finalizou a primeira parte do *Memorial* declarando que “O resto pertence ao tempo; assim como a este pertence perpetuar a memória dos que cheguem, à força de perseverança, a levar avante tão grande obra, da qual depende talvez todo o futuro do Brasil!”⁸³². Não se furtou ao trabalho de propor reformas de maior profundidade para o país. Como se pode observar pela correspondência, exibiu desde cedo suas concepções sobre como o Brasil deveria se orientar em seu itinerário civilizatório, o que, à época, significava aproximar-se o máximo possível do modelo europeu. Varnhagen deu uma história para construir uma nação, com estilo de um erudito e problemática de um historiador comprometido com as questões de seu tempo. Preocupado com as *boas ações* e a *posteridade*, não teria querido que sua obra servisse de exemplo? E a vida dedicada ao *estudo* e à *investigação da verdade*, como afirmou? A visita ao Planalto Central e a morte pouco depois? Transformando ele mesmo em *brasileiro ilustre* ou não, adoraria cada epíteto como a uma comenda ou o título de nobreza que aguardou até perder a esperança de receber.

Com louvor ou falta dele, Varnhagen será citado. E ele sabia disso. Escrevendo a história do Brasil, pretendia moldar o *futuro* da nação brasileira. E, desse modo, estava fazendo (sua) *história*.

⁸³⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Brasiliense*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 8-26, 2005.

⁸³¹ LIMA, Manuel de Oliveira. Op. Cit. s/p.

⁸³² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016. p. 194.

Fontes e Bibliografia

a) Obras de Varnhagen

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. O Brasil. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, v. I, dez. 1837.

_____. Crônica do descobrimento do Brasil. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, Tipografia da Sociedade, TOMO 4, p. 21-22, 33-35, 43-45, 53-56, 68-69, 85-87, 101-104, jan./dez. 1840.

_____. **O descobrimento do Brasil, crônica do fim do décimo quinto século**. Rio de Janeiro: Tip. Impr. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1840.

_____. Das naturais tendências da futura literatura brasiliense. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, v. 5, jun. 1841.

_____. A picada do mato virgem: fragmento d'uma viagem ao sertão. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, Tipografia da Sociedade, TOMO 5, p. 221-223, jul. 1841.

_____. Bibliografia portuguesa. Crônica do descobrimento e conquista de Guiné. **Revista Universal Lisbonense, Jornal dos interesses físicos, morais e literários por uma sociedade estudiosa**, Lisboa, n. 2, out. 1841.

_____. Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO III, nº 9, p. 53-63, 1841.

_____. Primeiro Juízo: submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu Sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, acerca do "Compêndio da História do Brasil" pelo Sr. José Ignácio de Abreu Lima. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 21, 1844.

_____. Etnografia indígena, línguas, emigrações, e arqueologia. Padrões de mármore dos primeiros descobridores. Carta dirigida ao 1º Secretário Perpétuo do Instituto pelo sócio correspondente Francisco Adolfo de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 15, jul./set. 1849.

_____. Carta escrita ao Secretário do Instituto em 1846 em aditamento ao Juízo, sobre o Compêndio da História do Brasil, publicado no n. 21 da Revista (T. 6. p. 60). **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XIII, jan./mar. 1850.

_____. Ensaio histórico sobre as letras no Brasil. In: _____. **Florilégio da poesia brasileira**. TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

_____. Prólogo. In: _____. **Florilégio da poesia brasileira**. TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

_____. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850.

_____. O chefe índio Cunhambebe. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XIII, out./dez. 1850.

_____. Memorial orgânico oferecido à nação. **Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária**, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out./nov. 1851.

_____. Breves comentários à precedente obra de Gabriel Soares. **RIHGB**, TOMO XV, 1851.

_____. **História Geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854.

_____. Sumé: lenda mito-religiosa americana. Recolhida em outras eras, por um Índio Moranduçara agora traduzida e dada a luz com algumas notas por um Paulista de Sorocaba. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, Tipografia da Sociedade, v. IV, nov. 1855.

_____. **Projeto de uma lei adicional à das Terras Públicas, com a imposição do censo por maior e favores aos que promovam a colonização agrícola no Brasil**. Madri: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1856.

_____. **História Geral do Brasil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857.

_____. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatribes contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867.

_____. Prefácio. In: _____. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Viena: Imp. de Carlos Finsterback, 1871.

_____. **História Geral do Brasil**. TOMO II. 2. ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877.

_____. **A questão da capital: marítima ou no interior?** Viena: Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877.

_____. **Ofício ao Ministro da Agricultura, de 28 de Julho de 1877**. Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Relatorios/1877varnhagenFormosa.htm>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961.

_____. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. **Entre a missão política e a ciência histórica**: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2011.

_____. A origem turaniana dos americanos tupis-caraíbas e dos antigos egípcios. Indicado pela filologia comparada: traços de uma antiga migração na América, invasão do Brasil pelos tupis etc. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

_____. Grande jornada a vapor: quinze estados percorridos em 14 dias. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

_____. Da administração pública. In: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. **“Memória da administração pública” de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Edição de texto. 312 f.

Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

_____. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro.** Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016.

b) Revista do IHGB

ARAGÃO, Pedro Moniz de. Cartas de Varnhagen ao Conselheiro João Alfredo. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 268, p. 13-25, jul./set. 1965.

BARBOSA, Januário da Cunha; MATTOS, Raimundo José da Cunha. Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, n.1, 1839.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, 1839.

IHGB. 1ª sessão em 1 de dezembro de 1838. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, 1839.

_____. Relatório do Secretário Perpétuo. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO II, 1840.

_____. Carta de Antonio Menezes Vasconcellos de Drummond ao Secretário Perpétuo Januário da Cunha Barbosa. Sessão de 11 de janeiro de 1840. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO II, 1840.

_____. Programa: qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os Índios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o sistema dos Jesuítas, fundado principalmente na propagação do Cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO SEGUNDO, p. 3-18, jan./mar. 1840.

_____. Sessão de 26 de outubro de 1877. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XL, out./dez. 1877.

LACOMBE, Américo Jacobina. As ideias políticas de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 275, p. 135-154, abr./jun. 1967.

LESSA, Clado Ribeiro de. Formação de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 186, jan./mar. 1945.

_____. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 223, p. 82-297, abr./jul. 1954.

_____. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 227, p. 85-236, abr./jun. 1955.

LESSA, Pedro. Sessão Solene Especial, em 17 de fevereiro de 1916, comemorativa do centenário do nascimento do Visconde de Porto Seguro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO LXXX, 1917.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XLI, p. 471- 506, out./dez. 1878.

MAGALHÃES, Basílio de. A publicação da “História da Independência” do Visconde de Porto Seguro pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO LXXIX, 1916.

_____. Sessão comemorativa do 50º aniversário do falecimento de Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro) – realizada em 20 de junho de 1928. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO 104, v. 158, abr./jun. 1928.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. XXIII, 1860.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan. 1845.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XXVI, 1863.

MOREIRA, Thiers Martins. Varnhagen e a História da Literatura Portuguesa e Brasileira. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 275, abr./jun. 1967.

PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. Discurso do orador do Instituto. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XI, 1848.

VIANA, Hélio. Singularidade de um historiador. A propósito da 7ª edição integral da História Geral do Brasil e da 5ª edição da História da Independência, de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 264, jul./set. 1964.

_____. Correspondência do Visconde de Porto Seguro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 274, jan./mar. 1967.

WALLENSTEIN, Júlio de. Memória sobre o melhor plano de se escrever a História Antiga e Moderna do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO XLV, p.159-160, 1882.

c) Legislação do Brasil imperial

ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL. Sessão de 3 de julho de 1850. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1978.

_____. Sessão de 5 de agosto de 1850. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1978.

ATA do Conselho de Estado Pleno de 16 de setembro de 1845. Arquivo do Senado Federal. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS3-Terceiro_Conselho_de_Estado_1842-1850.pdf. Acesso em: 21 mar. 2013.

ATA do Conselho de Estado Pleno de 11 de julho de 1850. Arquivo do Senado Federal. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS3-Terceiro_Conselho_de_Estado_1842-1850.pdf. Acesso em: 21 mar. 2013.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824. Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824). PARTE I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18340>. Acesso em: 10 abr. 2016.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1845. Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos índios. TOMO VIII. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1846.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1850. Lei de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. TOMO XI. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851.

_____. Lei de 18 de setembro de 1850. Dispõem sobre as terras devolutas do Império, etc. TOMO XI. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851.

d) Bibliografia

ABREU, Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaio e Estudos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

_____. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaio e Estudos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

ALBERDI, Juan Bautista. Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina. In: _____. **Obras completas**. TOMO III. Buenos Aires: Imp., Lit. y Enc. de “la Tribuna Nacional” Bolívar 38, 1866.

ALEXANDRE, Valentim. Os anos de Linhares (1808-1812). In: _____. **Os sentidos do Império**. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. “**Memória da administração pública**” de Francisco Adolfo de Varnhagen. Edição de texto. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. Civilização dos indígenas: duas palavras ao autor do “Memorial Orgânico”. **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1851. Disponível em: acervodagraphics.wordpress.com/category/manuel-antonio-de-almeida/. Acesso em: 11/02/2014.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Etnicidade e nacionalismo no século XIX. In: _____. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

_____. História dos conceitos: problemas e desafios para uma leitura da modernidade ibérica. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n.7, mai. 2008.

_____. As transformações nos conceitos de literatura e história no Brasil: rupturas e descontinuidades (1830-1840). **SÆculum** – Revista de História, João Pessoa, n. 20, jan./ jun. 2009.

_____. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 12, ago. 2013. p. 41.

_____. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, mai./ago. 2015.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, 1998.

ASSIS, Machado de. **Instinto de nacionalidade**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/355080/mod_resource/content/1/machado.%20instinto%20de%20nacionalidade.pdf. Acesso em: 20 mai. 2018.

BARBOSA, Januário da Cunha. Ao público. In: _____. **Parnaso Brasileiro**. TOMO I. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1999.

BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 1831-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **Cartas do Solitário**. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975.

BELL, John Fred. Os fisiocratas e suas doutrinas. In: _____. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BETHELL, Leslie. Negociações de tratados, 1830-1839. In: _____. **A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da língua portuguesa**. TOMO I. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789.

_____. **Dicionário da língua portuguesa**. TOMO II. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789.

BOMFIM, Manoel. O Brasil modelou a América. In: GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

_____. Os que fizeram a história do Brasil. In: _____. **O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte: Puc Minas, 2013.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da História do Brasil**. v. 2. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: _____. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

BRAGA, Teófilo. História da literatura portuguesa. In: CUNHA, Carlos Manoel Ferreira da (Org.). **Escrever a nação**: literatura e nacionalidade (uma antologia). Guimarães: Opera Omnia, 2011.

BUFFON, Georges-Louis Leclerc de. **Discurso sobre o estilo**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2011.

BUENO, José Antônio Pimenta. **Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império**. Rio de Janeiro: Tipografia Imp. e Const. de J. Villeneuve E C., 1857.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França e sobre os procedimentos de certas Sociedades em Londres em relação a esse evento**. v. 1. Rio de Janeiro: s/e, 2012. Disponível em: http://creativecommons.org/publicdomain/zero/1.0/deed.pt_BR. Acesso em: 20 mai. 2016.

CAIRO, Luiz Roberto. Varnhagen e o instinto de americanidade da literatura brasileira. **Vidya**, Santa Maria, p. 85-90, jul./dez. 2000.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, 1998.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta do descobrimento**: ao rei D. Manuel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

CANABRAVA, Alice Piffer. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. **XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, Curitiba, jul. 1971.

CANDIDO, Wesley Roberto. Americanidade: a busca de um conceito. In: _____. **José de Alencar**: “sou americano para o que der e vier”. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2010.

CÂNDIDO, Antônio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanistas FFLCH/USP, 2002.

CARDOSO, Alan Dutra. Centralizar o Império e civilizar os *sertões*: o “Brasil profundo” no discurso político de Paulino José Soares de Sousa. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 8, n. 15, p. 269-282, jul./dez., 2018.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 18, 1996.

_____. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In: _____. **Pontos e bordados**: escritos de história e políticos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CATROGA, Fernando. “Quimeras de um façanhoso Império”: o patriotismo constitucional e a independência do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. **A missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico**: 1863-1867. v. 1. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. Economia, população e política externa. In: _____. **História da política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultura**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

_____. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.159-207, jul./dez. 2007.

_____. Varnhagen entre os antigos, os modernos e os “selvagens”: estudo introdutório de “A origem turaniana dos tupis e dos antigos egípcios”. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

_____. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Escravismo. In: _____. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de Nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.

COSER, Ivo. Civilização e sertão no pensamento social do século XIX. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 18, n. 44, p. 237-248, mai./ago. 2005.

_____. Federal/federalismo. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. Liberalismo: teoria e prática. In: _____. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 8. ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

COSTA, Hipólito José da. Escravatura no Brasil. In: _____. **Hipólito José da Costa**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. **Memória sobre o comércio dos escravos, em que se pretende mostrar que este tráfico é, para eles, antes um bem do que um mal**. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1838.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). Política indigenista no século XIX. In: _____. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DIAS, Fabiana. Da gênese do campo historiográfico: erudição e pragmatismo nas associações literárias dos séculos XVIII e XIX. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, n. 4, dez. 2010.

DIAS, Gonçalves. **Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias**. v. 84. Anais da Biblioteca Nacional, 1971.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 278, jan./mar. 1968.

DROYSEN, Johann Gustav. Arte e método (1868). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2015.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ENDERS, Armelle. O império da história: as instituições culturais, desde D. Pedro II até a República. In: _____. **Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FARIA, Eduardo de. Nação. **Novo dicionário da língua portuguesa seguido de um dicionário de sinônimos**. v. II. 4. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E C., 1859.

FEIJÓ, Diogo Antônio. **Diogo Antônio Feijó**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1999.

FIORIN, José Luiz. Figuras de troca II: exclamação, interrogação; Reticência ou aposiopese. In: _____. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2014.

FLEURY, Renato Sêneca. **Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro "Paulista de Sorocaba"**. São Paulo: Melhoramentos, 1952.

FREIXO, Andre. José Honório Rodrigues: os clássicos e uma possível identidade historiográfica brasileira (décadas de 1940-1980). **XIII Encontro de História Anpuh-Rio**, 2008.

GARRET, Almeida. Advertência. In: _____. **Camões, poema**. Paris: Livraria Nacional e Estrangeira, 1825.

GAY, Peter. **O estilo na História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. A geração de Varnhagen e a definição do espaço brasileiro. In: LEITE, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico**. Brasília: FUNAG, 2016.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, 1998.

_____. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____. (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. **História**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159-185, 2005.

GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCÓS, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 388, jul./set. 1995.

_____. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (Org.). **O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2013.

_____. Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Org.). **Os historiadores: clássicos da história do Brasil**. v. 4. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora da PUC, 2018. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=6PhNDwAAQBAJ&pg=PT7&hl=ptBR&source=gbs_toc_r&cad=2#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 3 out. 2018.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

_____. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, pp. 184-200, dez. 2002.

_____. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. João Pedro Ribeiro e a erudição em Portugal. In: HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca Nogueira; CATROGA, Fernando (Org.). **Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

_____. **Uma história da história nacional: textos de fundação**. s/d. Disponível em: <http://www.coresmarcasefalas.pro.br>. Acesso em: 20 mar. 2013.

HERCULANO, Alexandre. Introdução. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, v. I, n. 1, mai. 1837.

_____. Aos assinantes. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, v. II, n. 36, mai. 1838.

_____. Prefácio. In: _____. **Portugaliae Monumenta Historica**. v. 1. Olisipone: Typis Academicis, 1856.

_____. Advertência. In: _____. **História de Portugal**. TOMO I. 8. ed. Lisboa: Bertrand, 1875.

HESPANHA, António Manuel. A Revolução Constitucionalista do Porto. In: _____. **Hércules confundido: sentidos improváveis e incertos do constitucionalismo oitocentista: o caso português.** Curitiba: Juruá, 2010.

HINO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/hinos-de-paises/46368/>. s/p. Acesso em: 04 dez. 2018.

HINO DO IMPÉRIO DO BRASIL. Disponível em: <https://www.letras.com.br/hinos/hino-nacional-do-imperio-do-brasil>. Acesso em: 15 jan. 2019.

HOBBS, Thomas. Do Estado. In: _____. **Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil.** 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

HOBBS, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. A ideologia secular. In: _____. **A era das revoluções (1789-1848).** 38. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. **Revista de História**, São Paulo, n. 100, out./dez. 1974.

HOMEM, Francisco de Sales Torres. O Libelo do Povo. In: MAGALHÃES JR., Raimundo. **Três Panfletários do Segundo Reinado.** Academia Brasileira de Letras, 2009.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador (1821). In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX.** São Paulo: Contexto, 2015.

JANKE, Leandro Macedo. **Lembrar para mudar: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta.** Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

JASMIN, Marcelo Gantus. **Tocqueville, a Providência e a História.** Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/fcrb/455/3/Jasmin%2c%20Marcelo%20-%20Tocqueville%2c%20a%20provid%3aancia%20e%20a%20hist%3b3ria.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

KANTOR, Íris. Antigos e modernos na historiografia acadêmica portuguesa e brasileira: cronografias e representações do passado (1720-1724). In: PIRES, Francisco Murari (Org.). **Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história.** São Paulo: Alameda, 2009.

KLEIN, Herbert S. Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. **Revista História**, São Paulo, n. 120, p. 3-25, jan./jul., 1989.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LIMA, José Inácio de Abreu e. Prefácio. In: _____. **Compêndio da História do Brasil.** TOMO I. Rio de Janeiro: Casa dos Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

_____. **Resposta do general J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou Análise do Primeiro Juízo de Francisco Adolfo de Varnhagen acerca do Compêndio de História do Brasil.** Pernambuco: Tip. de M. F. de Faria, 1844.

LIMA, Kleverson Teodoro de. Cartas, história e linguagem. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, n. 3, jun. 2010.

LIMA, Manuel de Oliveira. **Elogio a Varnhagen.** Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. 1903. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/discurso-de-posse>. Acesso em: 9 jul. 2017.

LISBOA, João Francisco. Nota C: Sobre a escravidão, e a História geral do Brasil pelo Sr. Varnhagen. In: _____. **Obras de João Francisco Lisboa.** 4. ed. v. III. São Luís: Edições AML, 2012.

LOCKE, John. Da propriedade. In: _____. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil:** ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. **História do Brasil:** uma interpretação. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Liberal/liberalismo. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes (Org.). **Revisão do pensamento conservador:** ideias e política no Brasil. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

_____. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p. 313-362, 2017.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Apresentação. In: _____. **A utopia do poderoso império.** Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MACHADO, Álvaro Manuel. Do pré-Romantismo ao Romantismo. In: _____. **As origens do Romantismo em Portugal.** Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. **Niterói, Revista brasiliense, ciências, letras e artes**, Paris, TOMO I, 1836.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil:** Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, 2003.

MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAUJO, Valdei Lopes et. al. **A dinâmica do historicismo:** revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. O estado do direito entre os autóctones do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. XI. São Paulo: Tip. do Diário Oficial, 1907.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo saquarema.** Rio de Janeiro: Hucitec, 1987.

_____. **Do Império do Brasil ao Império do Brasil**. v. 2. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Org.). Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos. Porto: Universidade do Porto, 2004.

_____. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack Braziliense**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2005.

_____. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 1831-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MICHELET, Jules. Prefácio de 1868. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

MIRANDA, José Augusto Ribas. **Realpolitik do Império nas Repúblicas do Pacífico: atuação de Varnhagen – 1863-1867**. Disponível em: https://www.pucsp.br/cehal/downloads/textos_congresso_goiania_2010/06_08_2010_Miranda%20JAR.pdf. Acesso em: 17 set. 2018.

MONTAIGNE, Michel de. Dos canibais. In: _____. **Ensaaios**. São Paulo: Editora 34, 2016.

MONTEIRO, John. Entre o Gabinete e o Sertão: projetos civilizatórios, inclusão e exclusão dos índios no Brasil imperial. In: _____. **Tupis, tapuias e historiadores**. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese (Livre Docência em Etnologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Liberal – Liberalismo. **Ler História**, Lisboa, n. 55, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2242>. Acesso em: 5 mar. 2018.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NABUCO, Joaquim. Infância e mocidade (1813-1842). In: _____. **Um estadista do Império**. Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época. TOMO I. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Ciência, técnica e história no século XIX: fragmentos e perspectivas de Brasil. In: ARAUJO, Valdeci Lopes et. al. **A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. Constituição. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (Org.). **O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2013.

ODÁLIA, Nilo. **Varnhagen**. São Paulo: Editora Ática, 1979.

_____. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. **Os índios bravos e o Sr. Visconde: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2000.

_____. Recursos discursivos retóricos no ‘Memorial Orgânico’ de Francisco Adolfo de Varnhagen. **XXIII Simpósio nacional de história da ANPUH**, Londrina, 2005.

_____. **A palavra empenhada**: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen. Tese. (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

PADILLA, Guillermo Zermeno. História, experiência e modernidade na América ibérica, 1750-1780. **Almanack brasileiro**, São Paulo, n. 7, mai. 2008.

PAMPLONA, Marco. Nação. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

PARANHOS, José Maria da Silva. Ao amigo ausente. Sétima carta. In: _____. **Cartas ao amigo ausente**. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

PARRON, Tâmis Peixoto. Introdução. In: _____. ALENCAR, José de. **Cartas a favor da escravidão**. São Paulo: Hedra, 2008.

_____. Um Brasil todo africano: hegemonia saquarema e contrabando negreiro no Segundo Reinado. In: _____. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

PEIXOTO, Renato Amado. A máscara da Medusa: a perspectiva da centralidade e a construção da mitologia do espaço nacional. In: _____. **A máscara da Medusa**: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, Miriam Halpern. Del Antiguo Régimen al liberalismo (1807-1842). In: GÓMEZ, Hipólito de la Torre. **Portugal y España contemporáneos**. Madrid: Marcial Pons, 2000.

PIMENTA, João Paulo Garrido; ARAUJO, Valdei Lopes de. História. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

PIÑERO, Théo Lobarinhas. Os projetos liberais no Brasil Império. **Passagens, Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, n. 4, mai./ago. 2010.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Programa histórico: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o representante das ideias de ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, n. 2, 1839.

PINTO, Luís Maria da Silva. **Dicionário da língua brasileira**. Ouro Preto: Tip. de Silva, 1832.

POMBO, José Francisco da Rocha. **Dicionário de sinônimos da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. 1. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

PROTÁSIO, Daniel Estudante. Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa de seu tempo (1839-11841). **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 14, p. 27-43, abr. 2014.

PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.

QUESNAY, François. Máximas gerais do governo econômico de um reino agrícola. In: _____. **François Quesnay: economia**. São Paulo: Ática, 1984.

RANKE, Leopold von. O conceito de história universal (1831). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2015.

REIS, José Carlos. Anos 1850: Varnhagen. O elogio da colonização portuguesa. In: _____. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. A escola metódica, dita “positivista”. In: _____. **A história entre a filosofia e a ciência**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

RENAN, Ernest. Que é uma nação? **Plural**, São Paulo, n. 4, p. 154-175, 1. Sem. 1997.

RIBEIRO, Renilson Rosa. Invenções dos Outros: As biografias de Varnhagen e escrita da História do Brasil (1878-1978). In: _____. **“Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade”**: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império. 391 p. Tese. (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

RICUPERO, Bernardo. Introdução. In: _____. **O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. O conservadorismo difícil. In: BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes (Org.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

ROCHA, Justiniano José da. Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES JR., Raimundo. **Três Panfletários do Segundo Reinado**. Academia Brasileira de Letras, 2009.

RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 1831-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil: introdução metodológica**. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

_____. A política da conciliação: história cruenta e incruenta. In: _____. **Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. In: _____. **História e historiografia**. Petrópolis, RJ: 2008.

_____. Explicação. In: PARANHOS, José Maria da Silva. **Cartas ao amigo ausente**. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

ROMERO, Sílvio. Diversas manifestações na prosa – história. In: _____. **História da literatura brasileira**. v. 5. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1980.

ROSA, Giorgio de Lacerda. Modernidade, Providência e a escrita da história no mundo luso-brasileiro. In: _____. **A Suprema Causa Motora: o providencialismo e a escrita da história no Brasil (1808-1825)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2011.

SALLES, Ricardo. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). **Revista de Indias**, Coimbra, v. LXXI, n. 251, 2011.

SALOMON, Marlon. Segurança do território e segurança da população. **Projeto História**, São Paulo, n. 27, p. 147-165, dez. 2003.

SANTOS, Evandro. Entre antigos e modernos: escrita da história e lições morais no Brasil do século XIX. In: _____. **Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista**: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo. 186 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Uma história da história. In: _____. **Letras de fundação**: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Usos e abusos da mestiçagem. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 18, 1996.

_____. Biografia como gênero e problema. **História Social**, Campinas, n. 24, primeiro semestre de 2013.

SERRA, José Correia da. **História da Academia Real das Ciências de Lisboa, desde o seu principio até 1788**. IAN/TT (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa), Arquivos Particulares, Abade Correia da Serra, Caixa 3B, A 58. Disponível em: <http://chcul.fc.ul.pt/correia_da_serra/transcricoes/IAN-TT_Arq_Part_Correia_da_Serra.Cx_3B>. Acesso em: 23 mar. 2018.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. TOMO II. Lisboa: Tipografia Lacerdiana, 1813.

_____. **Dicionário da língua portuguesa**. TOMO I. Lisboa: Impressão Régia, 1831.

_____. **Dicionário da língua portuguesa**. v. I. Rio de Janeiro: Empresa Literária Fluminense, 1890.

SILVA, João Lourival da Rocha Oliveira e. **O Panorama (1837-1854): Jornalismo e Ilustração em Portugal na primeira metade de Oitocentos**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-77) e a passagem da historiografia das Belas Letras à História Nacional: breve análise histórica. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

_____. **Maquinações da Razão Discreta**: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814). 315 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

_____. *A operação historiográfica* na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real de Ciências de Lisboa (1779-1814). In: HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca Nogueira; CATROGA, Fernando (Org.). **Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SILVA, Wilton C. L. Espelho de palavras: escrita de si, autoetnografia e ego-história. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). **Grafia da vida**: reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

SLENES, Robert W. “*Malungu, ngoma vem!*”: África coberta e descoberta no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 12, p. 48-67, dez. 1991-fev. 1992.

SOCIEDADE PROPAGADORA DOS CONHECIMENTOS ÚTEIS. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, v. I, n. 1, mai. 1837.

SOUSA, Paulino José Soares de. **Ensaio sobre o direito administrativo**. TOMO I. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1862.

STAROBINSK, Jean. A palavra civilização. In: _____. **As máscaras da civilização**: ensaios. Companhia das Letras, 2001.

TASCA, Michelle Fernanda. **A ficção histórica oitocentista**: as configurações do histórico e do literário em Varnhagen e Alexandre Herculano. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

_____. Alexandre Herculano e a construção do historiador. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 24, p. 130-143, ago. 2017.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002.

_____. A Europa das Nações. In: CUNHA, Carlos Manoel Ferreira da (Org.). **Escrever a nação**: literatura e nacionalidade (uma antologia). Guimarães: Opera Omnia, 2011.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: Leis e Costumes. v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TREECE, David. O indianismo romântico, a questão indígena e a escravidão negra. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 65, p. 141-151, mar. 2003.

_____. Escravos e aliados: a mitologia conservadora da integração. In: _____. **Exilados, aliados, rebeldes**: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008.

TRINGALI, Dante. O discurso enquanto persuasivo; Os “Tria officia”: os três modos de persuadir. In: _____. **A Retórica Antiga e as outras Retóricas**: a Retórica como crítica literária. São Paulo: Musa Editora, 2014.

TURIN, Rodrigo. Alegorias do selvagem: a escrita do outro e a construção de si. In: _____. **Tessituras do tempo**: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

VARGAS, Fábio Aristimundo. Fronteiras na América Latina dos descobrimentos à descolonização. In: _____. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: FUNAG, 2017.

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

VATTEL, Emmerich de. A nação considerada em si mesma (Livro I). In: _____. **O direito das gentes**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

VENANCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 23-47, 2001.

WASSERMAN, Claudia. A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 7, p. 94-115, nov./dez. 2011.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. **A invenção da história**: estudos sobre o historicismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001.

_____. **De formigas, aranhas e abelhas**: reflexões sobre o IHGB. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2010.

_____. Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro): pensamento diplomático. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **Pensamento diplomático brasileiro**: formuladores e agentes da política externa (1750-1950). Brasília: FUNAG, 2013.

_____. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

_____. A trajetória: o historiador diplomata e o diplomata historiador. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial orgânico**: uma proposta para o Brasil em meados do século XIX. Brasília: FUNAG, 2016.

_____. Integridade e integração: duas ideias-força de Varnhagen. In: LEITE, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Varnhagen (1816-1878):** diplomacia e pensamento estratégico. Brasília: FUNAG, 2016.

YOUSSEF, Alain El. Domínio liberal e crítica ao tráfico negreiro, 1831-1835. In: _____. **Imprensa e escravidão:** política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850). São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2016.